



REVISTA ELETRÔNICA



REDM

DOCUMENTO 14 MONUMENTO

ISSN: 2176-5804 - Vol. 14 - N. 1 - Jul/2015

NDIHR



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL - NDIHR
www.ufmt.br/ndihr/revista

R454 Revista eletrônica Documento/Monumento [recurso eletrônico]. –

Vol. 14, n. 1 (jul 2015)- . – Cuiabá : Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 2009- Semestral.

Modo de acesso: internet

<<http://www.ufmt.br/ndihr/revista/>>

ISSN 2176-5804.

1. História - Aspectos sociais. 2. Memória (História). 3. Pesquisa Histórica. I. Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional.

CDU 94(81):002



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Renato Janine Ribeiro
Ministro da Educação



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Reitora

Maria Lúcia Cavalli Neder

Vice-Reitor

João Carlos de Souza Maia

Pró-Reitora Administrativa

Valéria Calmon Cerisara

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Irene Cristina de Mello

Pró-Reitora de Assistência Estudantil

Myrian Threza de Moura Serra

Pró-Reitor de Pesquisa

Joanis Tilemahos Zervoudakis

Pró-Reitora de Planejamento

Elisabeth Aparecida F. de Mendonça

Pró-Reitora de Pós-Graduação

Leny Caselli Anzai

Pró-Reitor de Vivência Acadêmica e Social

Luís Fabrício Cirillo de Carvalho

Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Imar Domingos Queiroz

Supervisor do NDIHR

José Amílcar Bertolini de Castro



REDM

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO/MONUMENTO

CONSELHO EDITORIAL

Nileide Souza Dourado (NDIHR/ICHS/UFMT)

Paulo Silva Ribeiro (NDIHR/ICHS/UFMT)

Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT)

Fernando Tadeu de Miranda Borges (FE/UFMT)

José Serafim Bertoloto (MACP/UFMT)

Maria Adenir Peraro (ICHS/UFMT)

Otávio Canavarros (ICHS/UFMT)

CONSELHO CONSULTIVO

Alexandra Lima da Silva (PPGE/UERJ e PPGHIS/UFMT)
Ana Maria de Almeida Camargo (USP/FFLCH)
Ana Virginia Teixeira da Paz Pinheiro (BIBLIOTECA NACIONAL/RJ)
Antonio Rubial García (Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM)
Arturo Aguilar Ochoa (Benemérita Universidad Autónoma de Puebla – BUAP/México)
Bismarck Duarte Diniz (FD/UFMT)
Cândido Moreira Rodrigues (ICHS/UFMT)
Carlos Edinei de Oliveira (UNEMAT)
Carmen Fernández-Salvador (Universidad San Francisco de Quito/Ecuador)
Chiara Vangelista (Università degli Studi di Genova/Itália)
Ignacio Telesca (CONICET–IGHI/Argentina)
Isabelle Combès (Instituto Francés de Estudios Andinos/Bolívia)
Joana A. Fernandes Silva (UFG)
João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)
Leny Caselli Anzai (ICHS/UFMT)
Leonice Aparecida de Fátima Alves (UFSM)
Luiza Rios Ricci Volpato (ICHS/UFMT)
Marcus Silva da Cruz (ICHS/UFMT)
Marcos Prado de Albuquerque (FD/UFMT)
Maria de Fátima Costa (ICHS/UFMT)
Mário Cezar Silva Leite (IL/UFMT)
Michèle Sato (IE/UFMT)
Nicolas Richard (Université Européenne de Bretagne, Rennes 2/França)
Pablo Diener (ICHS/UFMT)
Rafael Sagredo Baeza (Pontificia Universidad Católica de Chile)
Renilson Rosa Ribeiro (ICHS/UFMT)
Ricardo Padron (University of Virginia/EUA)
Sara Emilia Mata (CONICET-Universidad Nacional de Salta/Argentina)
Suíse Monteiro Leon Bordest (IHGMT)
Teresinha Rodrigues Prada Soares (ECCO/IL/UFMT)
Tiago C. P. dos Reis Miranda
(CIDEHUS: Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora/Portugal)
Vitale Joanoni Neto (ICHS/UFMT)
Vitor Manoel Marques da Fonseca (ARQUIVO NACIONAL/RJ)

EDITORES

Nileide Souza Dourado (NDIHR/ICHS/UFMT)
Paulo Silva Ribeiro (NDIHR/ICHS/UFMT)
Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT)

ARTE

Terêncio Francisco de Oliveira

REVISÃO

Rosane da Silveira Tietbohl

DIAGRAMAÇÃO

Alcir Alves de Souza Júnior

CONTATO

Revista Eletrônica Documento/Monumento
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº.2367 – Cuiabá – MT.
Bairro: Boa Esperança
CEP: 78060-900

Tel.: (0**65) 3615-8473 / 3615-8494

E-mails:

ndihr@ufmt.br

nileide@ufmt.br

paulor@ufmt.br

O PORQUE DA IMAGEM

Derivação dos mosaicos bizantinos, o ladrilho hidráulico, criado para decorar pisos e paredes, expressa a arte e a religiosidade que remontam ao século IV, época em que o Império Bizantino dominava grande território entre a Europa e a Ásia. O ladrilho hidráulico é um dos mais antigos objetos padronizados para construção, pois aproveitando os pequenos pedaços de pedras coloridas, resultantes das ruínas de mosaicos, criaram-se ladrilhos



Pintura em tinta acrílica sobre tela. (Fonte: Marcelo Velasco)

para obras de arquitetura. Castelos, palácios e outros grandes feitos da arquitetura europeia do século XVII carregam em sua essência a beleza transmitida pelos ladrilhos na excelência ornamental dos pisos e revestimentos.

A partir da metade do século XIX, com o emprego na produção do cimento Portland - já sendo manufaturado como peça única, decorado diretamente no cimento - foi adotado em larga escala na Europa e no norte da África e, a seguir, nas Américas, inicialmente como produto importado e depois produzido localmente. Em Mato Grosso foi largamente utilizado no passado, com peças importadas e depois com produção própria, pela fábrica de "Ladrilhos Gaudi", fundada pelo imigrante italiano Francisco Mechi, no ano de 1890 em Cuiabá.

Com uma imagem afetiva que toca a memória e a tradição por elementos simbólicos que contribuem para a sua permanência no tempo e no espaço, o LH provoca a sua contaminação e reprodução também nas artes plásticas conforme podemos constatar na obra de Marcelo Velasco, reproduzida acima.

José Serafim Bertoloto. Membro da Associação Brasileira de Críticos de Arte – ABCA. Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC de São Paulo (2003) professor titular da Universidade de Cuiabá, historiador, curador e Diretor do Museu de Arte e de Cultura Popular da Universidade Federal de Mato Grosso. Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO/UFMT. Artista Plástico com vasta experiência em teoria e crítica, atuando principalmente nos seguintes temas: artes visuais, cultura popular, semiótica e artes em Mato Grosso.

Marcelo Cesar Velasco da Silva. Artista Plástico com vasta experiência em produção visual, teoria das artes na contemporaneidade. Possui graduação em Licenciatura em Educação Artística pela Universidade de Brasília, habilitações Artes Plásticas (1985) e Desenho (1986) e Mestrado Em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso (2006). Atualmente é professor de Arte e Desenho Técnico do IFMT-Campus Cuiabá, Bela Vista.

EDITORIAL

A *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, promovida pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR, da Universidade Federal de Mato Grosso, em sua edição – *Volume 14, n.1 – julho 2015* – integra os festejos comemorativos do 7º ano de sua criação - momento especial para dar prosseguimento ao percurso do periódico, apresentando o conjunto de investigações realizadas por professores e pesquisadores de diferentes instituições de ensino e pesquisa, públicas e particulares, sem perder de vista o propósito do debate técnico-científico, essencial para o amadurecimento do conhecimento. Trata-se de uma revista *on-line*, meio amplamente democrático e acessível ao meio intra e extra-acadêmico que cria e oferece aos leitores, alunos, professores, técnicos e demais pesquisadores, condições para que possam não apenas apreciar os diferentes textos, mas também estimulá-los a publicar seus trabalhos, ofertando suas colaborações. Frente aos desafios, a Revista, graças ao desempenho de seus colaboradores, dos membros do Conselho Consultivo e de seus editores, tem se mantido fiel à proposta de tornar o periódico aberto às contribuições de pesquisadores que atuam no âmbito da preservação da memória histórica. Nesse volume 14 são apresentados artigos, resenha descritiva, fontes inéditas comentadas, de autoria de professores, alunos e técnicos de várias instituições de ensino superior do país e do exterior, de empresas públicas e privadas e de particulares, a respeito de temáticas e abordagens diferenciadas, como no primeiro texto, de autoria de **Rejane Luiza Koppenhagen Wamzer** e **José Serafim Bertoloto**, intitulado *O Ladrilho Hidráulico em Mato Grosso*, que apresenta o estudo da permanência, da contaminação e do deslocamento dos ladrilhos hidráulico nas construções antigas, nos restauros e nos projetos contemporâneos, com abrangência artística, cultural e histórica em Mato Grosso. **Thiago Costa**, no artigo *Debret, viajante*, o qual toma algumas das representações legadas pelos diversos viajantes em trânsito pelo interior do país, e revela que o pintor de história também assumiu feições que permitem associá-lo à figura do viajante. *Em Discursos da Abolição: Analisando as caricaturas do mundo de D. Pedro II*, **Mauro Henrique Miranda de Alcântara** busca analisar os discursos projetados nestas imagens utilizando os conceitos de condição de produção e registro polêmico da Análise de Discurso Francesa e as charges publicadas no livro *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura*, de Araken Távora (1976). **Vinícius Rajão da Fonseca**, no artigo *Reflexos e Consequências da Guerra do Paraguai no Sul de Mato Grosso durante os anos de 1889-1930*, analisa a composição da fronteira sul-mato-grossense durante a Primeira República, buscando entender quais foram os reflexos e consequências da Guerra do Paraguai nessa região. Em *A lepra em Cuiabá (1850-1900)*, **Ariadne Marinho Machado**



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

elencas as medidas profiláticas empregadas em Cuiabá, na segunda metade do século XIX, aos acometidos da lepra/hanseníase. Procura ainda, descrever os tratamentos e os cuidados que se davam aos enfermos, estigmatizados pela doença como impuros e pecadores. **Giuslane Francisca da Silva** e **Luciana Coelho Gama**, no artigo *Discursos de modernização da cidade de Cáceres-MT (1888-1935)*, buscam refletir sobre os discursos e projetos de modernização dos espaços urbanos da cidade de Cáceres-MT, apontando como os discursos de modernização/modernidade foram interpretados pelas elites e pelos órgãos administrativos, analisando um conjunto de medidas adotadas pelos mesmos com o objetivo de incluir Cáceres no dito “mundo civilizado”. Em *Representações do feminino na revista A Violeta: crônicas da primeira metade do século XX*, as autoras **Ana Maria Marques** e **Laís Dias Souza da Costa** analisam as crônicas publicadas desde a fundação do citado periódico até o ano de 1937, quando os debates sobre o voto e os direitos trabalhistas fomentaram várias outras discussões que envolviam representações do feminino e tangenciavam o casamento, a maternidade, a educação e a vida pública. Já o texto, *Memórias e narrativas da vida de Dante de Oliveira*, de autoria de **Maria das Graças Campos**, investiga as políticas públicas executadas por Dante de Oliveira, visando registrar as principais iniciativas de seu governo na área das Políticas Públicas, tanto no período de 1986 a 1990, na cidade de Cuiabá, quando exerceu o mandato como primeiro prefeito eleito na capital do estado de Mato Grosso, após a ditadura militar, quanto, nos mandatos de governador, de 1995 a 2001. Por seu turno, **Rosemar Eurico Coenga**, em *Espaço e Poesia: Cenas da cidade na poesia de Silva Freire e Ivens Cuiabano Scaff* têm a intenção de descortinar nas linhas e entrelinhas de textos poéticos, imagens, paisagens e a produção do espaço geográfico da cidade de Cuiabá. Para tanto, privilegiou esses dois poetas que elegeram a cidade de Cuiabá como principal assunto de seus escritos. **Juliano Batista dos Santos** e **Juliana Abonizio**, em *Flanelinhas: “Pode deixar qu’eu olho doutor!”* apresentam como o componente expressivo da vida social é tratado como uma fonte de impressões observada pelos pesquisadores ou recebidas através dos depoimentos de outrem: lojistas, motoristas, pedestres, taxistas, seguranças e, principalmente, os flanelas. Argumentam também que, como propõe a teoria goffmaniana, raramente se consegue uma completa informação de toda interação social que ocorre no palco entre observadores e atores, cujo cenário são as ruas e a avenida próximas à entrada principal do Shopping 3 Américas, em Cuiabá. Já **Marcelo Brito da Silva**, apresenta a resenha – *O Pêndulo de Euclides* - FONSECA, Aleilton. O pêndulo de Euclides: romance. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. No artigo de **Silvete Aparecida Crippa de Araújo** - *Professora Julia Wanderley e as Mulheres na Educação: entre concessões e conquistas* - resulta da pesquisa referente a um período da História da Educação em que a formação da professora primária, operada através da Escola Normal, foi constituída enquanto uma representação da redentora da sociedade brasileira, tendo no Paraná a professora Julia Wanderley como uma destacada representante dessa nova mentalidade. Em outro artigo, **Marineide de Oliveira da Silva**, em *De Escola Isolada a Escola Rural: um desenhar da educação primária em Mato Grosso* procura contribuir com o estudo da escola rural em Mato Grosso, analisando fatos importantes para a educação primária mato-grossense, bem como discu-

tindo as publicações que delineiam como a escola isolada/rural se apresentava no cenário educacional de Mato Grosso na primeira República. O estudo de **Elton Castro Rodrigues dos Santos** - *Escolas Reunidas Rurais: Uma modalidade escolar em destaque no cenário educacional de Mato Grosso (1930-1950)* propõe analisar como as Escolas Reunidas, modelo similar aos grupos escolares, se destacaram no cenário educacional mato-grossense e quais os motivos que a fizeram ser uma das opções almejadas pelos governantes para melhorar a qualidade do ensino primário no Estado. Já os autores **Ronaldo E. Feitoza Senra**, **Michèle Tomoko Sato**, **Geison Jader de Mello** e **Leandro Carbo** discutem a inserção da Educação do Campo no IFMT - Campus São Vicente, por meio da análise da documentação oficial e do próprio processo histórico da instituição, objetivando examinar se é possível uma “conversa” entre concepções pedagógicas distintas: tecnicista e do campo. Em *Pedagogia Waldorf: ampliando o olhar para a dificuldade de aprendizagem em matemática nesse contexto*, **Fabiane Passarini Marques Pizaneschi** e **Marta Maria Pontin Darsie** apresentam resultado de pesquisa que teve como objetivo analisar e compreender a educação na concepção pedagógica Waldorf, a qual tem aporte teórico na perspectiva fenomenológica, que busca singularidade do significado que a experiência proporciona ao aluno, priorizando a essência dela, no sentido que a experiência esteja para além das categorias tanto do senso comum como da ciência, sendo retratado o contexto pedagógico desenhado pelo filósofo e cientista austríaco Rudolf Steiner. Enfatizam a Matemática, bem como as situações de dificuldades no processo de ensino-aprendizagem dessa disciplina com alunos do ensino fundamental. O artigo de **Rômulo Pinheiro de Amorim**, **Kátia Maria Kunntz Beck** e **Tatiana de Albués Pinto** tem como objetivo analisar as interferências do governo estadual no contexto educacional vivenciado pela professora Iracema da Silva Machado Casagrande, entre os anos de 1965 a 1983, na cidade de Tangará da Serra-MT. Nesse sentido, foi analisada a trajetória de formação e profissional da citada professora em sua época. Em *HIV/Aids, Preconceitos e Militância Social: Memórias de construções sociais que marcaram décadas*, **Degmar Francisco dos Anjos**, **Raquel Martins Fernandes**, **Epaminondas de Matos Magalhães** e **Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli** debatem e analisam temas relacionados à Militância Social e seu importante papel no enfrentamento aos preconceitos e às discriminações presentes na epidemia de HIV/Aids no Brasil. Por sua vez, **Lucas Vitor de Carvalho Sousa**, **Elaine Aparecida Fernandes** e **Jorge Madeira Nogueira** apresentam o texto *Mudanças climáticas: Por que não as enfrentamos de fato?* Procuram fazer uma revisão histórica sobre o aquecimento global, demonstrando a sua veracidade e a forte participação humana neste processo, e, também identificar os motivos para a falta de um verdadeiro acordo climático global que minimize as emissões de GEE. Já os autores **André Luiz Santos Portela**, **Débora Moreira Mello** e **Ingrid Regina da Silva Santos**, em *Práticas Ambientais desenvolvidas pela empresa America Latina Logística, no trecho Alto Taquari – Alto Araguaia-Itiquira e no futuro trajeto até Rondonópolis*, procura analisar as práticas ambientais desenvolvidas pela empresa América Latina Logística no trecho Alto Taquari – Alto Araguaia-Itiquira e no futuro trajeto até Rondonópolis, por meio do modal de transporte ferroviário, verificando as ações referentes à conservação ambientais executadas, e

ainda saber se a empresa América Latina Logística possui programas que evitem o desperdício dos produtos que são embarcados em seus terminais, finalizando por averiguar de que maneira foi realizada a recuperação ambiental das áreas afetadas pela passagem da linha férrea nos municípios objeto deste estudo. No artigo *Consentimento e Resistência à Mudança Organizacional no Setor Público*, os autores **Luiz Carlos dos Santos, Marcilene da Silva e Pâmela Rodrigues Miranda** analisam os aspectos motivadores do comportamento de aceitação e resistência à mudança organizacional no setor público. Já no artigo *IDH-REVISITADO: uma abordagem alternativa para mensurar a real situação do desenvolvimento municipal*, **Frederick Fagundes Alves, Jeruza Haber Alves e João Eustáquio de Lima** argumentam que o índice de Desenvolvimento Humano é uma proposta para medir o progresso socioeconômico de um país, região e/ou município, e em sua forma original de cálculo leva em consideração uma estrutura composta por saúde, educação e renda. Nesses termos, o estudo propõe uma ampliação dessa estrutura básica, acrescentando variáveis de infraestrutura, emprego e segurança pública, com intuito de indicar os pontos falhos para melhoria das políticas públicas. O artigo de **Leonardo Gomes de Deus**, *Memórias do subdesenvolvimento: vida e morte da teoria da dependência* discute a teoria da dependência como momento original do pensamento econômico nacional. Para tanto, são analisados três autores: Celso Furtado, Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso, representantes da formação, consolidação e decadência da teoria, que partiu do otimismo do desenvolvimentismo na década de 1930 e que, depois de 1970, tornou-se uma defesa da inserção subordinada do Brasil no mercado global. *Mato Grosso: Formação econômica, principais eixos viários e o limiar da modernização da agricultura*, de autoria de **Benedito Dias Pereira, Antonio Cezar Santos, Carlos Magno Mendes, Meiresângela Miranda Muniz e Gabriela Tavares Gomes Vilas Novas**, têm como cerne analítico o entrelaçamento entre as principais transformações e a importância dos eixos viários para a economia mato-grossense. Por outro lado, o estudo de **Daniel Thomaz Giacomelli Nunes Maciel e Arturo Alejandro Zavala Zavala**, em *A evolução da percepção da pobreza, as características mais comuns entre os mais pobres e as estratégias de minimização*, busca ampliar o estudo da pobreza, fazendo sugestões relativas à diminuição da assimetria de informação, preferências, segmentação do mercado e reforça consensos óbvios relacionados à educação e renda. E, por último, porém igualmente relevante, o artigo *Reciclagem de gesso em espaços urbanos: caracterização e análise em Cuiabá/MT*, de autoria de **Laís Santos Ghisi, Alexandre Magno de Melo Faria, Alexandro Rodrigues Ribeiro e Armando Wilson Tafner Junior** que estimula o potencial de reaproveitamento de resíduo de gesso da construção civil em Cuiabá/MT, conforme previsto na Resolução nº 431/2011, do CONAMA.

Este número da Revista está quase exclusivamente, dedicado às pesquisas embasadas em fontes documentais, sendo seus colaboradores, em sua grande maioria, de diferentes áreas do conhecimento, porém, o espaço está aberto para receber contribuições de todos os campos do conhecimento, sintonizando ainda mais o NDIHR/ UFMT com a diversidade de áreas científicas.

Editores

SUMÁRIO

12

O LADRILHO HIDRÁULICO EM MATO GROSSO

Rejane Luiza Koppenhagen Wamzer

José Serafim Bertoloto

30

DEBRET, VIAJANTE

Thiago Costa

47

DISCURSOS DA ABOLIÇÃO: ANALISANDO AS CARICATURAS DO MUNDO DE D. PEDRO II

Mauro Henrique Miranda de Alcântara

62

REFLEXOS E CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA DO PARAGUAI NO SUL DE MATO GROSSO DURANTE OS ANOS DE 1889-1930

Vinícius Rajão da Fonseca

78

A LEPROSA EM CUIABÁ (1850-1900)

Ariadne Marinho Machado

95

DISCURSOS DE MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DE CÁCERES-MT (1888-1935)

Giuslane Francisca da Silva

Luciana Coelho Gama

114

REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NA REVISTA A VIOLETA: CRÔNICAS DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Ana Maria Marques

Laís Dias Souza da Costa

137

MEMÓRIAS E NARRATIVAS DA VIDA DE DANTE DE OLIVEIRA

Maria das Graças Campos

163

ESPAÇO E POESIA: CENAS DA CIDADE NA POESIA DE SILVA FREIRE E IVENS CUIABANO SCAFF

Rosemar Eurico Coenga

178

FLANELINHAS: "PODE DEIXAR QU'EU OLHO DOUTOR!".

Juliano Batista dos Santos

Juliana Abonizio

209

O PÊNDULO DE EUCLIDES – RESENHA

Marcelo Brito da Silva

211

PROFESSORA JULIA WANDERLEY E AS MULHERES NA EDUCAÇÃO: ENTRE CONCESSÕES E CONQUISTAS

Silvete Aparecida Crippa de Araújo



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

- 234** DE ESCOLA ISOLADA A ESCOLA RURAL: UM DESENHAR DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA EM MATO GROSSO
Marineide de Oliveira da Silva
- 256** ESCOLAS REUNIDAS RURAIS: UMA MODALIDADE ESCOLAR EM DESTAQUE NO CENÁRIO EDUCACIONAL DE MATO GROSSO (1930-1950)
Elton Castro Rodrigues dos Santos
- 270** IFMT - CAMPUS SÃO VICENTE: TRAÇOS DE UMA EDUCAÇÃO TECNICISTA EM 'CONVERSAS' COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO
Ronaldo E. Feitoza Senra
Michèle Tomoko Sato
Geison Jader de Mello
Leandro Carbo
- 298** PEDAGOGIA WALDORF: AMPLIANDO O OLHAR PARA A DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM EM MATEMÁTICA NESSE CONTEXTO
Fabiane Passarini Marques Pizaneschi
Marta Maria Pontin Darsie
- 317** TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DA PROFESSORA IRACEMA DA SILVA MACHADO CASAGRANDE (1965-1983)
Rômulo Pinheiro de Amorim
Kátia Maria Kunntz Beck
Tatiana de Albues Pinto
- 336** HIV/AIDS, PRECONCEITOS E MILITÂNCIA SOCIAL: MEMÓRIAS DE CONSTRUÇÕES SOCIAIS QUE MARCARAM DÉCADAS.
Degmar Francisco dos Anjos
Raquel Martins Fernandes
Epaminondas de Matos Magalhães
Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli
- 356** MUDANÇAS CLIMÁTICAS: POR QUE AINDA NÃO AS ENFRENTAMOS DE FATO?
Lucas Vitor de Carvalho Sousa
Elaine Aparecida Fernandes
Jorge Madeira Nogueira
- 378** PRÁTICAS AMBIENTAIS DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA AMERICA LATINA LOGÍSTICA, NO TRECHO ALTO TAQUARI – ALTO ARAGUAIA-ITIQUEIRA E NO FUTURO TRAJETO ATÉ RONDONÓPOLIS
André Luiz Santos Portela
Débora Moreira Mello
Ingrid Regina da Silva Santos
- 402** CONSENTIMENTO E RESISTÊNCIA À MUDANÇA ORGANIZACIONAL NO SETOR PÚBLICO
Luiz Carlos dos Santos
Marcilene da Silva
Pâmela Rodrigues Miranda

424

IDH-REVISITADO: UMA ABORDAGEM ALTERNATIVA PARA MENSURAR A REAL SITUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Frederick Fagundes Alves

Jeruza Haber Alves

João Eustáquio de Lima

448

MEMÓRIAS DO SUBDESENVOLVIMENTO: VIDA E MORTE DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Leonardo Gomes de Deus

478

MATO GROSSO: FORMAÇÃO ECONÔMICA, PRINCIPAIS EIXOS VIÁRIOS E O LIMAR DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Benedito Dias Pereira

Antonio Cezar Santos

Carlos Magno Mendes

Meiresângela Miranda Muniz

Gabriela Tavares Gomes Vilas Novas

496

A EVOLUÇÃO DA PERCEPÇÃO DA POBREZA, AS CARACTERÍSTICAS MAIS COMUNS ENTRE OS MAIS POBRES E AS ESTRATÉGIAS DE MINIMIZAÇÃO

Daniel Thomaz Giacomelli Nunes Maciel

Arturo Alejandro Zavala Zavala

515

RECICLAGEM DE GESSO EM ESPAÇOS URBANOS: CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE EM CUIABÁ/MT

Laís Santos Ghisi

Alexandre Magno de Melo Faria

Alexandro Rodrigues Ribeiro

Armando Wilson Tafner Junior

O LADRILHO HIDRÁULICO EM MATO GROSSO

Rejane Luiza Koppenhagen Wamzer

Mestrado em Estudo de Cultura Contemporânea -
ECCO/UFMT Cuiabá (2011)
professora da Universidade de Cuiabá - UNIC/KROTON
reluiza@terra.com.br

José Serafim Bertoloto

Doutor em Comunicação e Semiótica-PUC São Paulo(2003) professor
da Universidade de Cuiabá –UNIC. Professor orientador no programa
de Mestrado em Estudo de Cultura Contemporânea ECCO/UFMT.
serafim.bertoloto@gmail. com

RESUMO

O estudo da permanência, da contaminação e do deslocamento dos ladrilhos hidráulico nas construções antigas, nos restauros e nos projetos contemporâneos com abrangência artística, cultural e histórica em Mato Grosso.

Palavras-chave: Ladrilho hidráulico em Mato Grosso, permanência, contaminação, deslocamento.

ABSTRACT

The study of permanence, contamination and the displacement of the hydraulic tiles in the old buildings, the restoration and contemporary designs with artistic scope, cultural and historical in Mato Grosso.

Keywords: Hydraulic tile in Mato Grosso, permanence, contamination, displacement.

O PERCURSO HISTÓRICO

Derivação dos mosaicos bizantinos¹, o ladrilho hidráulico, criado para decorar pisos e paredes, expressa a arte e a religiosidade que remontam ao século IV, época em que o Império Bizantino dominava grande território entre a Europa e a Ásia. O ladrilho hidráulico é um dos mais antigos objetos padronizados para construção, pois



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

aproveitando os pequenos pedaços de pedras coloridas, resultantes das ruínas de mosaicos, criaram-se ladrilhos para obras de arquitetura. Castelos, palácios e outros grandes feitos da arquitetura europeia do século XVII carregam em sua essência a beleza transmitida pelos ladrilhos na excelência ornamental dos pisos e revestimentos.

A partir da metade do século XIX, com o emprego na produção do cimento *portland* — já sendo manufaturado como peça única, decorado diretamente no cimento — foi adotado em larga escala na Europa e no norte da África e, a seguir, nas Américas, inicialmente como produto importado e depois produzido localmente.

O produto ganhou expressividade no início do século XX, principalmente nas regiões do Mediterrâneo, relacionada aos movimentos do Modernismo na Espanha, *Art Nouveau* na França, entre outros. Devido a sua grande possibilidade decorativa, acabou conquistando renomados arquitetos e grandes artistas, como Josep Puig i Cadafalch² e Antoni Plàcid Gaudí³, conquistando seu apogeu.

No Brasil, inicialmente as peças foram todas importadas de Portugal, França e Bélgica. Somente no final do século XIX, os segredos das técnicas de manufatura do ladrilho hidráulico foram trazidos pelos mestres italianos e repassados para seus descendentes e demais imigrantes italianos residentes em São Paulo. Devido a sua beleza e versatilidade, fábricas se estabelecem e se desenvolveram, por várias regiões, no país. Teve seu auge no Brasil nas décadas de 1930 e 1940.

Embora no passado fosse uma alternativa na produção de revestimentos com caráter essencialmente decorativo pelas disponibilidades existentes, em 1960 o ladrilho hidráulico deixou de ser competitivo e muitas fábricas pararam de produzir na medida em que se popularizava o piso cerâmico. O produto foi perdendo *status*, até se tornar, injustamente, depreciado pelo mercado.

No final de século XX e início deste, com a valorização de centros históricos resguardados na memória individual e coletiva, alguns fabricantes, visando principalmente ao restauro de monumentos tombados pelo poder público, empenharam-se em recuperar a qualidade do produto, pesquisando componentes e técnicas, formando mão-de-obra especializada, uma vez que a mão-de-obra que dominava o processo quase sucumbiu em função de novas tecnologias para o piso cerâmico. A partir de 1980, arquitetos, designers e decoradores começam novamente a valorizar os revestimentos em ladrilhos, pois novamente o presente buscava no passado rastros da memória, como forma de personalizar projetos, pela possibilidade de utilização em mosaicos e ou em composição com outros materiais. Dessa forma, ladrilhos hidráulicos florais, geométricos, lisos ou emblemáticos resultam de um elaborado processo artesanal de

produção que permite a criação de novos desenhos, proporcionando, hoje, um novo meio para a reprodução de desenhos tradicionais ou um novo campo para expressões dos artistas e designers.



01. Ladrilhos - desenhos tradicionais e contemporâneos (Fonte: Revista Voe nº 26)

Nos dias de hoje, com poucos recursos e criatividade, na utilização do LH é possível imprimir um ar personalizado a ambientes como salas, varandas, quartos e cozinhas. Em muitas cidades está sendo usado no revestimento de calçadas, com emblemas, logomarcas, brasões, ou seja, com os signos de cada localidade.

Sua produção continua sendo artesanal, que curiosamente atende a uma demanda de consumidores que desejam possuir esse produto, pois esse diferencial lhes permite uma personalização sob medida, na formação de variados design ou tapetes e compondo com outros materiais, como madeiras e pedras. Sua infinidade de desenhos e cores torna-o um grande aliado de especificadores na hora de detalhar um projeto especial.

Esse produto abrange tanto os consumidores com maior poder aquisitivo; não massificados pela mídia em função das tantas opções no mercado nacional de revestimentos; quanto os menos favorecidos. Atinge a grande massa quando passa a ser fabricado pela indústria cerâmica em larga escala — imitação dos desenhos — com menor qualidade de material e sem a personalização, sua característica própria. Atualmente os seus desenhos estão sendo apresentados em forma de ladrilhos compostivos em uma única peça de cerâmica, muito utilizado na decoração de cozinhas e áreas de lazer. Por ter se tornado popular, nos últimos anos, hoje já é possível encontra-lo na forma de adesivo autocolante.

O ANTIGO QUE CONTAMINA

“A destruição da memória afeta não apenas o passado, como também o futuro. Para mim, a memória é a forma mais alta da imaginação humana, não a capacidade automática de recordar. Se a memória se dissolve o homem se dissolve”.

(Otávio Paz)

Por que será que o ladrilho hidráulico tanto encanta? Quiçá, no momento, a resposta tenha uma profundidade além da nossa concepção ou percepção. Talvez por sua beleza e arte, ele brinque e aguçe os nossos sentimentos, o nosso imaginário.

Entender o fascínio com que o antigo contamina talvez possa possibilitar entender porque o ladrilho hidráulico atravessa o tempo. O fascínio que as coisas antigas exercem sobre os indivíduos pode ser um sentimento construído culturalmente, ou pode ser resultado da tentativa de compreensão do “estar no mundo” ou ainda eco de manifestações dos primórdios da existência humana pela identificação com o lugar, a demarcação de territórios e a certificação das conquistas realizadas.

Dentro dessa perspectiva, os vestígios deixados pelo passado servem de rastro à nossa imaginação, resgatando um fato do passado para a sua compreensão no presente.

Pensar na permanência do ladrilho hidráulico nas construções ou em nosso imaginário através do tempo induz à reflexão do valor desse objeto que atravessou os tempos e sobreviveu às transformações ocorridas na sociedade. Sobreviveu a novos valores que foram atribuídos ao lugar e às relações com as novas formas de compor espaços e tecnologias, que foram sendo somadas às novas paisagens.

E nesse sentido de permanência, dentro dessa discussão sobre a memória, de certa forma o nosso pensamento se aproxima ao de Ecléia Bosi (1987, p.9), ao afirmar que:

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona pelas águas imediatas, como também empurra, desloca estas últimas, ocupando todo o espaço da consciência.

A tradição, por sua vez, se fundamenta no tempo passado, carregando-o para dentro do presente, um presente cuja inconstância confunde seu reconhecimento que, por vezes, é futuro e também presente, impregna de significado a passagem do tempo e tece uma trama de ligações entre os fatos. Nesse sentido, concorda-se com Zumthor (1997, p.

13-14) quando diz que a tradição “é uma colaboração que pedimos ao nosso passado para resolver nossos problemas atuais”.

A tradição é dependente da memória e reluta à transformação. Não existe preservação sem transformação e sem mudanças. A tradição, como a vida, é um processo dinâmico em constantes transformações.

Com fundamento nessas afirmações, entende-se que a relação do ladrilho hidráulico com o tempo traz consigo significados da existência humana, carregados de cargas simbólicas desde a sua gênese, quando novos valores foram sendo acrescentados aos antigos ladrilhos, à medida que sobreviveram a tantas transformações. O passado contém a sua origem e a sua história, ao presente cabem as ressignificações e o reconhecimento da importância da preservação desse objeto milenar e ao futuro cabe continuar a sua preservação vinculada às mudanças.

O ladrilho hidráulico carrega essa tradição milenar que é dependente da memória e que reluta às mudanças, necessárias à sua própria sobrevivência.

Contudo, no caminhar histórico, para preservar é necessário mudar, ou seja, as ideias antigas, como as imagens, não podem escravizar o homem, porque com o tempo elas têm que se adaptar e ganhar novas formas para não serem esquecidas, não desaparecerem.

Atualmente, a utilização do ladrilho hidráulico na composição dos pisos e paredes cria ambientes misturados, híbridos, principalmente quando o antigo incorpora algo do contemporâneo, tendo como resultante a mistura que gera novas peças, proporcionando novos significados, ou melhor, novas ressignificações. Sendo um clássico do design de interiores e da arquitetura, ele ao fazer uso do tradicional, remete a um passado não muito distante, com formatos que encantaram os nossos avós e ainda nos encantam hoje. Talvez, por fazer parte dessa trama invisível incrustada em nosso imaginário, os designers, arquitetos, artistas plásticos e demais entusiasmados por arte utilizam-se dele em seus projetos. A ressignificação do ladrilho hidráulico nas composições contemporâneas, re-desenhadas pelos profissionais da área, reforça a sua permanência na contemporaneidade.

Esta ação permite a composição do ladrilho hidráulico com novos materiais, que passa por um processo de experimentação e criação, proporcionando a possibilidade de formas e desenhos variados nos piso e nas paredes tornando-o um revestimento “coringa” que aceita resultados com estilos diversos; clássico, rústico, retrô ou contemporâneo, ou na junção de vários estilos, alterando de acordo com o público alvo, consumidor, que o escolheu. Do ponto de vista do design e da arquitetura, podem ser criados mosaicos e painéis individualizados, podendo ser utilizados em qualquer ambiente ou em composição – design de superfície

- com outros materiais, a exemplo do cimento queimado, do concreto polido e da madeira.

Conhecido como artefato antigo ligado às nossas lembranças e aos nossos afetos, o ladrilho hidráulico ao se deslocar do passado para o presente, se misturado com outros materiais, aguça nosso imaginário e viabiliza a composição de espaço reconhecido como contemporâneo. Nesse ato, ele vai ao encontro do pensamento de Calabrese (1999, p. 193) quando este afirma que “toda a época refere o passado ao interior da própria cultura e, portanto, reformula-o num sistema do saber em que cada conhecimento convive contemporaneamente com todos os outros”.

Usar peças originais do conhecido misturado com materiais de alta tecnologia de produção provocando um deslocamento no tempo é uma característica da produção de arte contemporânea⁴, que é rebelde por natureza e que cuja rebeldia fica mais evidente na busca da originalidade e de vontade de surpreender, que também é incorporada no processo dinâmico da composição com ladrilhos hidráulicos. Esse deslocamento reafirma a autoridade do passado como vislumbra Calabrese, nada mais é que atribuir ao que foi desvelado do passado um significado a partir do presente.

Nessa mesma discussão, reportando-se em parte ao pensamento de Walter Benjamin ao alegar que articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”, significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Pois é da relação entre o passado, o presente e o futuro que surge a ideia de tradição, que fundamenta a ação de preservação. Nesse sentido ao tratar da tradição como um traço cultural verdadeiro ele pondera que:

[...] Indissolivelmente ligada ao passado, a tradição parece impor-se ao presente como coisa dada, pois tendo assegurado como foi o princípio ousa determinar o futuro. À medida que se fundamenta em garantias que não podem ser postas em dúvida, por ter como testemunho um passado vivenciado e tido como verdadeiro, a tradição constitui quase uma lei. (BENJAMIN, 1987, p. 224).

Na mesma linha de pensamento de busca ao passado como construção do presente, Calabrese afirma que existem muitos modos de fazer volver ao passado: a história que se reconstrói, o crítico que interpreta o divulgador que explica, e todas as coisas ao mesmo tempo, mas, no caso do artista, ele faz alguma coisa a mais: ele renova o passado, o que significa que ele não o reproduz, mas tira dele como de um depósito formas e conteúdos esparsos torna-o novamente confuso, relacionando sua

aparência e significados com a modernidade. Talvez esteja aí uma parte desse encantamento.

E continuando nesse discurso, para Bérghson (1999), a memória, possibilidade de lembrar conhecimentos do passado, não pode arquivar tudo para o presente e como elemento transformador, pode ser seletiva. E assim brotando do passado, as coisas que devem existência aos homens, como palavras e obras, conduzem o presente através de seus significados. Ou seja, a memória por ser seletiva, pela capacidade de guardar tudo para o presente, busca no passado lembranças importantes de manifestações da existência humana e as conduz para o presente através de seus significados. Entretanto, por outro lado, são opções feitas que guardam uma parte das lembranças que restam do passado e as outras são lançadas ao esquecimento. Sendo assim, com esta seleção, filtra-se para a história que se conta, mas não se revela. O conflito entre memória do passado e presente é fundamental para o surgimento do novo. Nas sociedades industriais, o esquecimento confunde-se com o consumido. Mas o esquecimento abre espaço para a apreensão do novo, rompe barreiras formadas por preconceitos que conduzem por caminhos certos e óbvios, favorece as possibilidades do imprevisto.

E ao pensar em imaginário, recorre-se a Pierce (1958) que diz que trazemos à tona elementos simbólicos, arraigados em nossa carga cultural que foge à nossa primeira compreensão e que são avivados em momentos ímpares da nossa existência. Pierce considera que o próprio homem é um signo, pois somente tem consciência de si mesmo quando se reconhece como tal, pela simples experiência de ser e saber que é homem implicando este fato em discernir o “não ser” planta, pedra ou outro animal. É na dimensão da consciência e do pensamento reflexivo que o homem se reconhece como homem.

Recorrendo a Peirce, Santaella (1983, p.05) afirma que “[...] o simples ato de olhar já está carregado de interpretação, visto que é sempre o resultado de uma elaboração cognitiva, fruto de uma mediação significativa que possibilita nossa orientação no espaço por um reconhecimento e assentimento diante das coisas que só o signo permite”. Dessa forma, pode-se dizer que o signo é ideológico e que induz a um discurso de verdade. E as nossas verdades acabam por conduzir o nosso gosto estético.

É neste sentido que certos objetos de ordem tradicional ou simbólicos fazem sucesso, ou agradam, sem o entendimento do porquê imediato, mas com explicações lógicas em suas próprias raízes.

Baudrillard pondera que alguns objetos contrariam a ordem tecnológica de funcionalidade para se contraporem a um propósito de outra ordem, a subjetividade, que é a ordem da lembrança, da afetividade, do testemunho, da nostalgia. Busca-se neles uma sobrevivência do co-

nhecido, vinculada a uma ordem tradicional e simbólica. Esses objetos, por mais estranhos que sejam, fazem parte da modernidade e dela retiram seu duplo sentido. Ele afirma que certos objetos escapam da análise tecnológica de mercado, pois são os

[...] objetos singulares, barrocos, folclóricos, exóticos, antigos. Parecem contradizer as exigências do cálculo funcional para responder a um propósito de outra ordem: testemunho, lembrança, nostalgia, evasão. Pode-se ser tentado a ver neles uma sobrevivência da ordem tradicional e simbólica. Mas tais objetos, ainda que diferentes, fazem parte eles também da modernidade e dela retiram seu duplo sentido. BAUDRILLARD (2000, p.81).

Isto não quer dizer que eles sejam um acidente do sistema, ao contrário, a funcionalidade do objeto moderno torna-se a história do objeto antigo, sem, porém, deixar de exercer uma função sistemática de signo. No objeto antigo, é preciso que se restaure toda a sua existência, o tempo é uma dimensão importante, mas não tempo real, mas dos signos, dos indícios culturais do tempo, que são retomados no objeto antigo.

TÉCNICAS E PROCESSO DE PRODUÇÃO

Hoje, a ASSOCIAÇÃO DE NORMAS TÉCNICAS BRASILEIRA, na NBR 9457:1986, define ladrilho hidráulico como placa de concreto de alta resistência ao desgaste para acabamento de paredes e pisos internos e externos, contendo uma superfície com textura lisa ou em relevo, colorida ou não, de formato quadrado, retangular ou outra forma geométrica definida. Os tipos de ladrilhos hidráulicos se diferenciam pelo número de camadas de que são constituídos, por suas características decorativas e pelo tipo de superfície aparente. Esses revestimentos podem ser monocamadas ou possuir até três camadas, podem apresentar ou não figuras, e ainda podem possuir textura lisa ou em relevo.

Sobre o processo artesanal do ladrilho hidráulico, há poucas informações. É uma técnica sobre a qual não há muitos registros, existem alguns livros, algumas informações na Internet, mas podem não ser confiáveis. Na maioria das vezes, o artesão tem o conhecimento, que aprendeu com outro artesão, perpetuando o conhecimento da arte do processo, ou seja, uma arte que é transmitida através das gerações e cujo processo de fabricação continua obedecendo aos métodos de mais de 100 anos atrás.



05. Uma das Etapas da fabricação (Fonte: Revista Voe, nº 26)



06. Moldes para a produção

(Fonte: Revista Voe, nº 26)

Local de armazenamento



07. Processo de moldagem da peça
(Fonte: Revista Voe nº 26)

Nada de máquinas modernas, computadores e técnicas contemporâneas, as fábricas de ladrilho hidráulico são verdadeiras oficinas de arte. Os artesãos fabricam as peças uma a uma, levando de dois a dez minutos, dependendo da complexidade do desenho, e podem chegar a produzir 1m² por dia. A fabricação manual é exatamente a mesma de um século atrás, assim como as ferramentas utilizadas.

As peças são colocadas em uma forma de ferro, com moldes vazados dos desenhos desenvolvidos em latão. Nesses moldes, é colocada uma mistura composta por pó de mármore, cimento branco e óxido de ferro. O óxido de ferro é que determina as cores das peças. Nessa fase, o conhecimento do artesão é fundamental, pois a pressão sobre o molde é feita manualmente, determinando sua perfeição e igualdade. Esse revestimento recebeu o nome de ladrilho hidráulico pelo fato de ser submerso em água (cura hidráulica) sem processos de queima.

As peças produzidas artesanalmente combinam com qualquer estilo arquitetônico. O que mudou foi o perfil dos consumidores e a criação de desenhos que assumem características mais do contemporâneo. Para quem não se identifica com a padronagem mais tradicional desse tipo de revestimento, encontra hoje no mercado desenhos modernos, com cores atuais e motivos geométricos.

Atualmente, quando há referência à criação artística dos motivos impregnados na superfície do ladrilho hidráulico, a ela já se incorporou a tecnologia. Programas interativos auxiliam a criar e simular superfícies com as mais variadas formas, ou seja, pode-se intervir virtualmente, antes da execução final.

O LADRILHO HIDRÁULICO EM MATO GROSSO

Como ocorreu de Norte a Sul, em todo o país, Mato Grosso não podia ser diferente, passou pelo mesmo processo em relação aos caminhos percorridos pelo ladrilho hidráulico em outros estados. As primeiras fábricas de produção artesanal foram constituídas no final do século XIX e início do século XX. Hoje o seu uso perpassa a poética dos seus encantos - diz respeito ao fazer, a fatura, a produção - desenhos, cores, memória e afetividade em composição com outros materiais. Poética esta, que emociona, toca a sensibilidade, que sugere emoções por meio de uma linguagem, ou seja, novos modos de fazer artísticos e simbólicos de indivíduos e grupos na sociedade contemporânea, tal como, o conceito de poética de Luigi Pareyson (1984), que estende o conceito aristotélico para toda e qualquer produção artística, que traduz em termos normativos um determinado gosto do artista ou de toda uma época.

No centro histórico de Cuiabá e Baixada Cuiabana (termo hoje adotado pelos geógrafos como Vale do Rio Cuiabá), há mostras do uso de ladrilho como revestimento de piso nas igrejas e casarões centenários, conforme revelo a seguir por alguns dos exemplares restaurados e catalogados pelo patrimônio histórico.



02. Detalhe do piso em ladrilho hidráulico, vista interna do pórtico de entrada do Palácio Episcopal. Gaudi (Fonte acervo particular da autora)



03. Detalhe do piso em ladrilho hidráulico, da Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho. Gaudi (Fonte acervo particular da autora)

Como exemplo no país, “O mago do ladrilho hidráulico”, publicado na Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, traz relatos interessantes de personagens fundamentais da história da FAUUSP que compartilham com a poética do conhecido; o mestre dos ladrilhos, Carvalhinho, é um deles. O relato de Angela Weingärtner Becker e de Cândida Maria Vuolo sobre Antônio Carlos Alves de Carvalho – ACAC, ou Carvalhinho, é um histórico personagem da Vila Penteado que conseguiu cultivar a sabedoria do processo de manufatura dos ladrilhos hidráulicos e recolher um precioso acervo que inclui peças de várias partes do Brasil, registrando também a história de uma técnica pouco conhecida pelos mais jovens.

Esse relato corrobora o nosso pensamento e reforça a importância de divulgar a postura poética de Antônio Carlos Alves de Carvalho, que é um apaixonado pelos ladrilhos e que, se morasse em Mato Grosso, do mesmo modo que amealhou ladrilhos de entidades históricas de São Paulo, seguramente que aqui também o faria. A maneira de se reportar ao objeto em estudo demonstra mais do que só afetividade, demonstra a paixão de guardião a que se propõe, conforme percebe-se na citação abaixo.

Em sua cabeça quixotesca, salvava a cidade, salvava o mundo, mas, acima de tudo, salvava aquele artesanato ameaçado de extinção como planta ou bicho raro. Um artefato ligado ao afeto, sobrevivente de um tempo em que os objetos eram feitos com outros gestos, outros significados, outros amores. BECKER e VUOLO (2009, p. 27)

Os ladrilhos hidráulicos do passado e do presente dialogam com o pensamento de Antônio Carlos Alves de Carvalho. Segundo ele: “Este piso possui matizes humanos” e “O mundo precisa de delicadeza e arte”. A manufatura lembra os ofícios culinários: fazer a massa, untar uma superfície, montar, desenformar, deixar repousar, imergir em água, dispor numa prateleira para curtir. Esta foi a forma com que resumiu toda uma técnica do fazer.

Em Cuiabá, Alex de Matos⁵ carrega alguns traços de Carvalhinho, arquiteto que se diz, apaixonado por ladrilhos, foi um dos donos da fábrica de ladrilhos hidráulicos coloridos “Ladrilhos Gaudi”, fundada em 1890, pela família Mechi, imigrantes italianos de Lucca. Os conhecimentos do ofício e das técnicas construtivas dessa família passaram de geração para geração até 2002, quando a venderam.

O arquiteto conta que comprou a fábrica de Francisco Mechi, em 2002, e esta era composta de uma prensa importada da Argentina e mais ou menos 40 formas com diferentes modelos, porém renovou alguns equipamentos e colocou-a para funcionar. Sua intenção era fabricar ladrilhos para o restauro nas edificações tombadas no centro histórico da cidade de Cuiabá e as outras cidades que compõem o Vale do Rio Cuiabá. Infelizmente, isso não veio a acontecer, pois, em algumas construções do centro histórico, os ladrilhos hidráulicos foram substituídos por outro revestimento diferente do ladrilho original. Ele cita, como exemplo, as construções destinadas ao Ganha Tempo, à Casa do Menor Abandonado, dentre outras. Comenta, também, o restauro do SESC Arsenal, onde os ladrilhos, atuais foram fabricados pelos antigos donos, que os fabricaram com outros desenhos e cores, não sendo fiéis aos originais. Acrescenta, ainda, que os maiores compradores, durante o período que a fábrica funcionou, foram os proprietários de casas nos condomínios do Lago do Manso, de chácaras e condomínios fechados e de luxo de Cuiabá. Isso o deixou frustrado já que a sua intenção era preservar os pisos originais das antigas construções. Em 2008, afastou-se da fábrica.



04. Ladrilhos Hidráulicos fabricados em Cuiabá - Fábrica Ladrilhos Gaudi (Fonte acordo particular da autora)

Miriam Adele Matos Canavarros Serra⁶, colaboradora de Alex, continuou com a fábrica. Ela atende as encomendas, mas também investe em novos moldes e cria seus próprios desenhos. “Às vezes a pessoa nos traz o modelo do que quer, em outras, criamos juntos”, conta.

Segundo a arquiteta, a utilização do ladrilho voltou à moda com toda sua força. Tanto que o arquiteto paulista Paulo Mendes da Rocha⁷ superou a criatividade e transformou o fundo de uma piscina em um painel. “Tudo combinando com a casa. Ficou maravilhoso, parece um tapete, é uma obra de arte”, elogia a mesma.

Alex e Miriam relatam algumas das experiências, na busca do conhecimento da técnica artesanal para a produção de ladrilhos. Junto com a fábrica, veio de herança um ladrilheiro, que conhecia a arte, detentor do conhecimento do ofício praticado em Cuiabá (existem pequenas variações no ofício de uma região para outra). Porém não satisfeitos apenas com os saberes deste, foram em busca de novos conhecimentos, partem para São Paulo onde contratam outro artesão, que trabalhava com o pó de mármore, material que não era utilizado por aqui, porém re-

latam que a experiência não teve êxito, não funcionou talvez em função do nosso clima ser muito quente. Em Cuiabá, utiliza-se a cera incolor para impermeabilizar o ladrilho, pois o pó de mármore resseca.

No final da conversa, eles concluíram que a manufatura do ladrilho vai além dos ofícios culinários, da mesma maneira que achava o nosso mago Carvalhinho, e que parte dos conhecimentos se perdeu no tempo. O artesão é realmente um artista, e até o tempo pode influenciar na beleza final do trabalho lembrando que a arte é o reflexo do “estar no mundo”, é um espelho da sociedade, na qual o homem pode manifestar-se por meio de obras, de posturas ideologias e ou de críticas.

Para Alex de Matos, esse raro artefato ligado ao afeto, arte, memória, por um lado, bate de frente com as novas tecnologias das indústrias cerâmicas globalizadas, por não conseguir ser competitivo contrariando o princípio consumista do homem pós-moderno. Um artesão faz apenas dez peças por dia e cada peça pode demorar até cinco dias para ficar totalmente pronta. Mas, por outro lado, pode ser tratado com esse diferencial como um artefato artesanal, objeto singular, que responde a outra finalidade: do testemunho, da lembrança, da nostalgia, da evasão. Todavia tal objeto, ainda que diferente, faz parte da pós-modernidade e dela retira seu duplo sentido, ou seja, o sentimento de nostalgia contrapondo ao aceleração dos tempos modernos, a automação.

É um exemplo raro de produto que escapou intacto da Revolução Industrial, na qual a produção em série fez com que o operário perdesse o contato com o produto final. Então, o ladrilho hidráulico é o que realmente é: um artefato impregnado de arte, e que, pela ótica do design, ele passou a ter um caráter conceitual de tendência num mercado impregnado de simbolismos. Tendo aí a força do seu consumo, ao que Canciani (1997) considera como uma das principais características da cultura contemporânea e também chama a atenção, seguindo os passos de Jean Baudrillard e Peirce, para a existência do valor simbólico do signo.

Edmilson Eid⁸, arquiteto cuiabano e festeiro oficial da praça popular, também relata em conversas que é apaixonado pela poética a que o ladrilho hidráulico remete. Em artigo escrito recentemente e em conversas cujo assunto é o ladrilho hidráulico, comunga com outros arquitetos e com todas as colocações feitas anteriormente sobre a arte do ladrilho hidráulico e a sua utilização nos pisos e paredes dos ambientes contemporâneos. Ele diz que o ladrilho hidráulico proporciona desenhos exclusivos nos pisos e ainda ameniza a sensação térmica. Florais, geométricos, lisos ou emblemáticos, os ladrilhos resultam de um elaborado processo artesanal de produção e permitem a confecção de composições únicas. Com criatividade, é possível transmitir um ar personalizado a ambientes como salas, varandas, quartos e cozinhas.

Entende-se que um desses instrumentos para compor e criar é o design/superfície. Ao decompor o corriqueiro em original, o trivial em diferente, produz um grau diferenciado de satisfação aos consumidores, ávidos por encontrar singularidades em um mundo cada vez mais plural.

Mesmo com novas composições, mudanças e transformações em seu uso, o ladrilho hidráulico continua com a sua constituição original como um objeto artesanal. O ladrilho/arte/design — o trio perfeito — um formador da cultura e, ao mesmo tempo, também um “produto midiatisado” dessa mesma cultura.

Considerando que a cultura do consumo pós-moderna está associada à complexidade humana, ou seja, envolve seus valores, desejos, hábitos, gostos e necessidades numa escala extremamente intensificada, a técnica e o processo de produção do ladrilho hidráulico são de certa forma um paradoxo neste mundo pós-moderno, onde tudo flui, tudo é descartável, necessidades são criadas antes da necessidade de consumir, câmeras de vigilância/segurança/controle espalham-se.

NOTAS

¹ Graça Proença, 1999, p. 47.

² Arquiteto espanhol (17/10/1867 - 23/12/1956), um dos mais relevantes do modernismo catalão.

³ Arquiteto espanhol (25/6/1852-10/6/1926), considerado a personalidade mais importante do modernismo catalão, ramo do movimento *Art Nouveau*, que pretendia a integração entre arte, arquitetura e natureza.

⁴ Arte contemporânea, reunião de uma notável diversidade de estilos, movimentos e técnicas. Com isso, ampliou-se a definição de arte, que passou a incluir, além de objetos palpáveis, idéias e ações. Devido a essa diversidade, é difícil definir a arte contemporânea incluindo toda a arte produzida no século XX. A característica mais importante da arte contemporânea é sua tentativa de criar pinturas e esculturas voltadas para si mesmas e, assim, distinguir-se das formas de arte anteriores, que transmitiam idéias de instituições políticas ou religiosas poderosas. ><http://peledarte.blogspot.com/2010/08/o-que-e-arte-contemporanea.html>< acesso 10/07/2011.

⁵ Alex de Matos. Arquiteto e dono da Fábrica de ladrilhos hidráulico Gaudi (funcionamento 2003- 2008).

⁶ Miriam Adele Matos Canavarros Serra. Arquiteta colaboradora da fábrica e dona da fábrica de ladrilhos hidráulicos Gaudi.

⁷ Arquiteto e urbanista brasileiro(25/10/1928). Pertencente à geração de arquitetos modernistas liderada por João Batista Vilanova Artigas, Mendes da Rocha assumiu nas últimas décadas uma posição de destaque na arquitetura brasileira contemporânea, tendo sido galardoado no ano de 2006 com o Prêmio Pritzker, o mais importante da arquitetura mundial.

⁸ Edmilson Eid. Arquiteto cuiabano trabalha com o ladrilho em ambientes internos e externos contemporâneos. Cultura@circuito.com.br – www.Circuitomt.com.br> acesso agosto de 2010.

REFERÊNCIAS

BECKER, Angela Weingärtner e VUOLO, Cândida Maria. *O mago dos ladrilhos hidráulicos*. Revista do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, n. 25 (2009).

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas* (vol. 1). São Paulo: Brasiliense, 1994.

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000, 232p. 4ª Ed.

BOSI, Ecléa. *Memória & sociedade: lembrança de velhos Bosi*. São Paulo, SP. T.A. Editor, 1979.

BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. Tradução de Leila Souza Mendes. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003. Coleção Aldus18.

CALABRESE, O. *A idade neobarroca*. Lisboa: Edições 70, 1999.

CANCLINI, N. G. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Tradução de Maurício Santana Dias e Javier Rapp. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

PAREYSON, Luigi – *Os problemas da estética*. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora, 1984.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica e Filosofia*. Introdução, seleção tradução de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Cultix, 1993.

PEIRCE, Charles Sanders. *The Collected Papers*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1958.

SANTOS, Milton. *Espaço cidadão*. 5ª ed. - São Paulo: Studio Nobel Ltda. , 2000.

SANTAELLA, Lúcia. *O que é Semiótica*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (coleções primeiros passos: 103).

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. Tradução Jerusa Pires Ferreira; Maria Lúcia Diniz Pochat; Maria Inês de Almeida. São Paulo: Hucitec, 1997.

DEBRET, VIAJANTE

Thiago Costa

IFMT – campus Fronteira Oeste/Pontes e Lacerda

Mestre em História (UFMT)

thiagocosta248@yahoo.com.br

thiago.santos@plc.ifmt.edu.br

RESUMO

As caracterizações de Jean-Baptiste Debret enquanto artista-viajante são bastante controversas. Mesmo como um passante-ficante – na expressão de Sandra Pesavento –, não há dúvidas que em muitas de suas imagens brasileiras o artista de Paris manifestou um alheamento no olhar típico do visitante estrangeiro. Nas gravuras do *Voyage pittoresque* nota-se o interesse do autor por aqueles motivos caros aos artistas-viajantes – como a representação da paisagem e a pintura *costumbrista* –, bem como as dívidas para com os relatos de naturalistas que percorreram o Brasil na primeira metade do século XIX. Assim, ao tomar algumas das representações legadas pelos diversos viajantes em trânsito pelo interior do país, o pintor de história também assumiu feições que permitem associá-lo à figura do viajante.

Palavras-chave: Jean-Baptiste Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, viajantes.

ABSTRACT

The characterizations of Jean-Baptiste Debret as a traveler-artist are a quite controversial subject. Although he lives many years in Brazil (between 1816 and 1831), in his Brazilian images the artist has expressed in a point of view typical from a foreign visitor. In the *Voyage pittoresque* engravings notes the author's interest in themes such as the representation of the landscape and the *costumbrista* painting, as well as the debts to naturalists reports that came to Brazil in the earlier 19th century. Thus, to take some of these representations formulated by many travelers in transit through the country, the



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

history painter also assumed features that allow associates him with Traveler figure.

Keywords: Jean-Baptiste Debret, Voyage pittoresque et historique au Brésil, travelers.

INTRODUÇÃO

Dean-Baptiste Debret chegou ao Brasil em março de 1816 após construir carreira profissional na Paris de finais dos Setecentos. Discípulo de Jacques-Louis David, o mais influente artista do neoclassicismo francês à época, e pintor de Napoleão Bonaparte, Debret participou ativamente nos Salões parisienses cujas premiações contribuíram para um relativo reconhecimento do seu nome naquele espaço. Já no país americano, atuou como pintor da corte e professor de pintura histórica, e entre as suas principais realizações conta-se a fundação da Academia Imperial de Belas-Artes (A.I.B.A.), em 1826, e a organização das duas primeiras exposições de artes plásticas do país, em 1829 e 1830.

Em meados do ano de 1831, após estadia de quase 16 anos no Rio de Janeiro, Debret finalmente deixou o Brasil. Mas o país americano jamais deixou os pensamentos do artista. Novamente na França, o pintor de história deu continuidade ao projeto que de fato iniciara anos antes – ao executar centenas de aquarelas pelas ruas da então capital do império brasileiro –, preparando o material visual que formaria a grande obra de sua vida: o monumental *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, ou “Viagem pitoresca e histórica ao Brasil”.

VOYAGE AO BRASIL

O “Viagem pitoresca e histórica ao Brasil” de Jean-Baptiste Debret foi editado originalmente em vinte e sete fascículos, de acordo com o prospecto publicitário da obra que circulou em Paris em 1839, vale dizer, quando o livro-álbum já havia sido publicado integralmente. Valéria Lima afirma que os folhetos foram encaminhados à Academia Real de Belas-Artes da França a partir de janeiro de 1834 e que as entregas terminaram em junho de 1839.

[...] em janeiro de 1834, Debret encaminha o primeiro fascículo de sua Viagem à Academia Real de Belas-Artes. Em 16 de agosto desse mesmo ano, o secretário da academia registra o envio do último fascículo do primeiro tomo da obra [...]. Os próximos registros datam de novembro de 1835 e 18 de junho de 1836, sendo

que nesta última data que Debret envia à academia o quinto e o sexto fascículos do segundo tomo de sua Viagem. Em maio de 1837, Debret dá início ao envio dos fascículos referentes ao terceiro tomo, volume que só iria concluir entre abril e junho de 1839 (LIMA, 2007, p. 141).

Encontramos outra referência para o formato da obra em fascículos em Rubens Borba de Moraes. Segundo Borba de Moraes, “o trabalho de Debret aparece em 26 fascículos, no período que vai de 1834 a 1839. Foram vendidos a 208 francos, com pranchas em preto e branco, e 416 francos, com pranchas coloridas. Havia muito poucas cópias coloridas na época” (MORAES *apud* LIMA, 2007, p. 171). Contudo, a carta de propaganda do álbum adverte que os trabalhos estavam concluídos já em dezembro de 1838 e que seu conjunto formava três volumes. “A obra forma três volumes e compõem vinte e sete entregas [...] Cada entrega, em formato *in-fólio*, é composta de seis pranchas e um texto explicativo” (DIDOT *apud* BANDEIRA e CORRÊA DO LAGO, 2008, p. 58). Além de discriminar os preços e os assuntos de cada folheto, o panfleto destacava a veracidade das informações e a riqueza temática da obra.

Senhor Debret [...] passou dezesseis anos vivendo no Império brasileiro para realizar a mais completa coleção de documentos sobre a situação física e moral deste país. Ao mesmo tempo naturalista e historiador, engenheiro de estruturas e moralista, além de pintor sempre fiel, ele traçou um imenso quadro onde assistimos a cada passo da civilização do homem selvagem no meio da mata virgem do Brasil.

Vasto como um todo e completo em seus detalhes, esta obra interessa tanto ao naturalista, como ao jornalista e ao historiador.

O primeiro volume é dedicado à população brasileira ainda selvagem e às florestas virgens.

O segundo volume compreende a indústria em geral.

O terceiro volume contém tudo o que se refere à instrução pública, culto religioso, eventos políticos e, finalmente, às festas e cerimônias, e retratos dos principais personagens que aí têm figurado.

O livro é completado pelo estado das belas artes no Rio de Janeiro (idem, *ibidem*)¹.

A versão integral da primeira parte da obra brasileira de Debret saiu em 1834. Contou com 48 pranchas litográficas e o mesmo número de imagens, incluindo dois cadernos anexos: *Florestas virgens do Brasil* e *Estatística vegetal*, cada qual com seis gravuras de temas da flora brasileira. O artista dedicou esta parte inicial da sua obra à natureza, a estudos botânicos e ao universo indígena. No segundo volume, de 1835, o artista reuniu 74 imagens em 49 pranchas. Ou seja, aqui o artista incluiu em uma

única folha duas e até três estampas. Nas gravuras 41, *Negociante de tabaco em sua loja*, e 42, *O colar de ferro, castigo dos negros fugitivos* (DEBRET, s/d, p. 304 e 311), o artista representou em cada lâmina três cenas distintas, todas voltadas para o emprego do escravo africano. Sem dúvida, as ilustrações das atividades laborais do negro e do mestiço, escravo ou livre, constituem seu principal motivo. Mas também percebemos nesta parte da obra a incorporação de outros assuntos, como cenas da intimidade cortesã, por exemplo, em *Um funcionário a passeio com sua família* e *Uma senhora brasileira em seu lar* (idem, p. 160 e 166). Já o último volume, publicado em dezembro de 1838 e comumente creditado a 1839, compreendeu 96 imagens distribuídas em 54 folhas. Quase a totalidade das pranchas contou com duas, três e até quatro ilustrações. A litografia 13, *Arquiduquesa Leopoldina, I Imperatriz do Brasil*, contém cinco estampas! São três retratos, *Arquiduquesa Leopoldina*, *Rainha [sic] Carlota*, e *Princesa Amélia de Leuchtenberg*, *II Imperatriz do Brasil*, e dois registros de corpo inteiro, *Vestido de gala (retrato de corpo inteiro de D. Carlota Joaquina)* e *Vestido de gala* (idem, p. 520). Verifica-se, com efeito, nesta terceira parte, uma variedade temática maior que nos conjuntos anteriores: peças da cultura material cortesã, moedas e insígnias reais, manifestações da religiosidade da população, batismos, casamentos, cortejos fúnebres, ao lado de episódios da história política do país.

Em seu conjunto, o álbum de Debret sustenta um discurso sobre o Brasil vinculado ao desejo do artista em expor “a marcha regeneradora da civilização” (DEBRET, s/d, p. 659). Os motivos escolhidos que compõem cada um dos três volumes, a seleção das aquarelas dentro do conjunto maior do seu trabalho brasileiro e que, uma vez gravadas, formariam o *corpus* imagético do *Viagem pitoresca*, assim como a própria organização – das estampas e dos textos – no interior do álbum, satisfazem a um sentido cronológico de ordem narrativa. Deste modo, as opções temáticas de Debret em seu álbum não foram arbitrárias: o mundo natural e indígena, no primeiro volume, se apresenta enquanto o universo das origens, que na sua compreensão, é anterior à cultura e a “civilização” (idem, ibidem). No entanto, ao longo de suas folhas nota-se uma mudança gradual na representação do índio do Brasil, cada vez mais integrado a sociedade ocidental instalada nos trópicos. Na segunda parte do *Viagem*, Debret enfatizou a figura do escravo negro e mestiço, cujo labor compulsório submetia-se aos devires da indústria, os primeiros reflexos da colonização portuguesa, i.e., europeia. E, enfim, na última parte, dedicada à história política e religiosa, vê-se o estabelecimento do aparelho político do império, independente de Portugal, moderno e civilizado, em grande medida pela interferência do engenho europeu. Essa represen-

tação visual do devir histórico do Brasil, concebida por Debret, foi interpretada pela historiadora italiana Chiara Vangelista como um trabalho “organizado em uma cronologia por assim dizer sincrônica” (VANGELISTA, 2008, p. 218); é a visualização que permite uma apreensão imediata de vários séculos de história.

A brevidade com que Debret organizou e publicou os dois primeiros volumes demonstra que o artista francês tinha planos para o álbum ainda no Rio de Janeiro. Não há, porém, registros sobre o instante preciso em que o pintor decidiu compor uma obra ilustrada sobre o país americano. Valéria Lima argumenta que na correspondência que Debret manteve durante sua morada no Brasil apreende-se a ideia do *Viagem* já no começo de sua residência, em 1816, e que a partir de então executou uma série de aquarelas de tema brasileiro. É dessa época também o *Carnet des costumes du Brésil*, a caderneta particular de desenhos de Jean-Baptiste Debret, publicado em versão fac-similar em 2006. Nesses croquis Debret antecipa motivos recorrentes em seu álbum, sobretudo a profunda impressão causada pela figura do negro. Já em 1820, Debret elaborou uma página de rosto com a legenda *Voyage au Brésil. Par Jean B...^{te} [sic] Debret. Peintre d'histoire* (Viagem ao Brasil. Por João B...^{te} Debret. Pintor de história). Na folha, percebemos no campo superior o brasão do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o que demonstra sua feitura posterior ao ano da elevação da antiga colônia a reino unido (1817) e anterior à independência (1822). Na parte inferior do desenho, os algarismos arábicos são inscritos com uma omissão proposital, “1816 au 18...”. As reticências indicam que autor ignorava o tempo de sua permanência no país. E a ausência dos termos *pitoresca* e *histórica*, é reveladora! Logo, supõe-se



Figura 01: Debret, J.B. “Tipos de máscaras indígenas”. Detalhe. Em: *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Paris, 1835; prancha 27.

que a publicação do álbum em forma de literatura de viagem seja resultado das sugestões dos irmãos Didot, com a anuência ou, quiçá, por iniciativa do próprio artista, com o que se atendia aos interesses do mercado consumidor, dado a grande repercussão deste gênero na Europa.

A casa editorial pela qual foi publicado o álbum brasileiro de Jean-Baptiste Debret pertencia ao prestigiado tipógrafo e editor francês François Ambroise Firmin Didot (1764-1836). Ao longo do século XVIII a firma tornou-se um grande império nos negócios da impressão literária, mas somente a partir do final da década de 1820 que se transformaria na mais presti-

giada e rica casa de edição e tipografia da França (BANDEIRA e CORRÊA DO LAGO, 2008, p. 123). No tempo de Debret, o negócio da família já era uma sólida e bem-sucedida empresa editorial, de tipografia e *livraire*, responsável por importantes trabalhos, de traduções de autores clássicos, como Virgílio, e de populares romancistas europeus do século XVIII. No âmbito da literatura de viagem, desde meados dos setecentos os Didot eram editores da conhecidíssima *Histoire générale des Voyages* (1746-1789), do Abade Prévost, uma preciosa coleção de literatura de viajante bastante difundida na França da época. Deste modo, supõe-se que para Didot o álbum de Debret consistia em uma boa oportunidade de apresentar o exótico e distante país americano, o Brasil, ao curioso público europeu.

O vínculo entre Didot e Debret é um tanto nebuloso, como quase todas as relações pessoais do artista francês. Outra dessas cooperações à obra de Debret que permanece um mistério aparentemente insolúvel é o papel da obscura figura da Viscondessa Pauline de Portes. Não há nas fontes consultadas material suficiente que nos permita traçar o perfil desta personagem, sem dúvida, muito importante para a compreensão mais abrangente do trabalho do pintor. No *Viagem pitoresca*, a suposta Viscondessa recebeu os créditos enquanto co-autora em 41 imagens distribuídas em 27 pranchas litográficas ao longo do álbum, um número expressivo. Na primeira parte da obra, observamos o maior número de folhas que incluem seu nome, ao todo dez. No segundo e no terceiro volumes verificamos sua participação em nove e oito litografias, respectivamente. É difícil, no entanto, identificar traços de identidade nos registros em que Debret deixou constância do seu auxílio. Quase a totalidade das gravuras do primeiro volume nas quais figura o nome da Viscondessa refere-se a estudos botânicos, como nas *Plantas do Brasil* e *Coqueiro Barrigudo*. Há somente duas ilustrações com outros assuntos: uma estampa voltada para a ilustração de “índios civilizados”, *Caboclas lavadeiras do Rio de Janeiro*, na prancha 22, e a prancha 26, sobre a habitação indígena, *Conjunto de diferentes formas de choças e cabanas*. No segundo volume do álbum, a participação desta misteriosa colaboradora abrange desde cenas de tipos da população, na prancha *Armazém de carne seca*, até atividades laborais de escravos em *Pequena moenda portátil*. Vale lembrar que a maioria das aquarelas que serviram de modelo para as litografias foram elaboradas no Brasil, ou seja, já estavam prontas quando Debret retornou a França. Logo, é possível que seu auxílio tenha se dado no processo de gravação das imagens, ainda que o artista tenha sido o autor da maioria das gravuras embutidas no álbum.

De qualquer modo, ao defender a co-autoria, admitindo a intervenção em seu trabalho de uma suposta filha da nobreza, Debret podia es-

tar agindo tanto por gentileza como por reconhecimento por um auxílio efetivo. Claro está que as representações visuais incorporadas ao *Viagem* são de autoria de Jean-Baptiste Debret, porém, nota-se o destaque que o pintor dedicou à participação da misteriosa Pauline de Portes.

Com efeito, tanto no Rio de Janeiro quanto em Paris nosso pintor contou com um círculo de colaboradores que direta ou indiretamente o auxiliaram na confecção do álbum. O artista admite tal condição já nos textos introdutórios do *Viagem pitoresca*, quando afirma que em função da atividade professoral que desempenhava na Academia de Belas-Artes pôde colher informações “em abundância” a respeito do país (DEBRET, s/d, p. 13). E uma das principais fontes do artista para a sua interpretação particular do Brasil foi o grande legado de narrativas – imagéticas e textuais – de viajantes europeus que circularam pelo interior brasileiro.



Figura 02: SPIX e MARTIUS. “Festlicher zug der Tecunas”. Litografia. 46 x 59 cm. Em: *Atlas zur Reise in Brasilien*. Munique, 1823-1831. Prancha 28.

DEBRET E OS VIAJANTES

Na segunda metade do século XVIII a literatura de viajantes havia se tornado um fenômeno editorial de grandes proporções, sobretudo em função da marcada curiosidade científica e do interesse taxonômico pelo mundo natural, próprios do período. E Debret conhecia esse tipo de publicação quando chegou ao Brasil. O pai de Jean-Baptiste, Jacques Debret, era um curioso dileitante das ciências naturais e dos relatos de viagem (LIMA, 2007, p. 69). Como funcionário da burocracia real – escrivão do parlamento parisiense –, pertencente à próspera classe média burguesa, Jacques Debret era consciente dos temas e assuntos correntes naquele momento. Assim, pensamos que não foi no país americano que o artista francês tomou contato com as obras de viajantes, mesmo que, quiçá, tenha lhes dado maior atenção ao perceber sua utilidade para a confecção do próprio álbum.

Ao longo da década de 1820, obras de diversos naturalistas que estiveram em trânsito pelo interior brasileiro chegam ao país, em particular a publicação *Viagem ao Brasil* do príncipe Maximilano de Wied-Neuwied (Munique, 1820-1821), e o *Atlas* ilustrado da narrativa de viagem dos cientistas bávaros Spix e Martius (Munique, 1823-1831).

O zoólogo Johann Baptist von Spix (1781-1826) e o botânico Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) aportaram no Brasil em 1817 junto à missão áustro-bávara que acompanhava a princesa austríaca Leopoldina. Nos três anos que permaneceram no país os naturalistas percorreram cerca de 10 mil quilômetros, colhendo numerosas peças e fazendo valiosas observações a respeito da fauna, flora, clima, geografia, economia, etnologia, e linguística indígena (OBERACKER, 1976, p. 125-27). A publicação dessa empresa, e em especial das pranchas ilustradas do *Atlas*, foram largamente aproveitadas por Debret.

Este é caso, por exemplo, da prancha 27, *Tipos de máscaras indígenas* (Figura 01) embutidas no primeiro volume do álbum. A estampa apresenta dois desenhos dividindo uma única folha: na parte superior está representada uma série de máscaras e na parte inferior, uma cena de um préstito de indígenas. Composta a partir de estudos à aquarela, a imagem principal, que ocupa a maior parte da lâmina e dá nome à prancha, representa oito máscaras usadas pelos indígenas em dias de festas. Debret avaliou as máscaras com uma forte carga negativa:

Só faltava, em verdade, ao homem selvagem industrioso, depois de ter esgotado todos os recursos da tatuagem, a fim de se tornar horrível, fabricar máscaras com forma de cabeças de animais de toda espécie, único meio de reproduzir fisicamente a aparência de uma monstruosidade mais pavorosa, e por isso mesmo digna de toda a admiração dos espectadores nos dias de festa (DEBRET, s/d, p. 90).

À continuação, o artista revelou tê-las copiado entre as peças encontradas no acervo do Museu Imperial de História Natural, nas quais



Figura 03: Debret, J.B. “Caça ao tigre da floresta virgem”. Detalhe. Em: *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Paris, 1835; prancha 43.

identificou semelhanças com as apresentadas por Spix e Martius. Segundo o autor, “Essas máscaras pertencem à coleção do Museu Imperial de História Natural do Rio de Janeiro, onde as desenhei”, e “apresentam o mesmo caráter que as apreciadas por Spix e Martius entre os selvagens tacunás” (idem, ibidem).

Conclui-se então que foram as consultas ao *Atlas* de viagem dos pesquisadores bávaros e o livre acesso ao Museu Imperial que lhe serviram de inspiração para a estampa.

Já a imagem menor, que ocupa a parte inferior da prancha litográfica, apresenta um cortejo indígena, ocasião na qual as máscaras eram



Figura 04: Wied-Newied, M. "Cães cercam uma onça". Reprodução: LÖSCHNER e KIRSCHTEIN-GAMBER, 2001.

usadas. "Pensei que seria interessante mostrar uma cena completa dessa espécie de divertimento selvagem, para que se tivesse uma ideia do uso das máscaras em semelhantes ocasiões" (DEBRET, s/d, p. 90). É, de fato, a reprodução de uma cena embutida na obra de Spix e Martius, litografada por Philipp Schmitd em Munique, a partir dos registros textuais de Spix sobre um ritual da sociedade Tikuna (HELBIG, 2012, p. 71/72) (Figura 02). Segundo Thekla Hartmann, antes do bávaro apenas o naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira havia presenciado a cena, também fazendo anotações a respeito (HARTMANN, 1975, p. 31 e 51). Debret então copiou uma imagem de indígenas brasileiros feita na Europa, de um episódio que o artista francês não viu, mas a autoridade associada às suas referências, vale dizer, ao *Atlas* de Spix e Martius, permitiu a apropriação.

Observamos procedimentos similares na construção de outras imagens das nações indígenas do Brasil. Nos textos do *Viagem*, o artista nos conta que no segundo dia de permanência no Rio de Janeiro encontrou com viajantes que traziam "indígenas botocudos" à Corte, e que então pôde "desenhá-los com cuidado, acrescentando a essa amabilidade informações tão fidedignas quão interessantes acerca dos costumes desses índios entre os quais vivera" (DEBRET, s/d, p. 13). Não se sabe ao certo quem foi tal "viajante", contudo, vale lembrar que as principais referências para a apreciação dos povos índios do território americano à época eram justamente as publicações dos naturalistas bávaros e, de igual modo, o *Viagem ao Brasil* de Wied-Neuwied. O nobre alemão percorreu o litoral do Espírito Santo até o sul da Bahia entre os anos de 1815 e 1817, recolhendo e sistematizando "plantas, animais, insetos, objetos etnológicos e vocabulários de tribos indígenas". Sua *Viagem ao Brasil* foi publicada em dois formatos simultâneos, um pequeno e outro grande, e teve traduções em diversas línguas (OBERACKER, 1976, p. 123).



Figura 05: Debret, J.B. "Família de um chefe camacã preparando-se para uma festa". 32,0 X 20,0 cm. Em: *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Paris, 1834; prancha 03.

Com independência de terem sido profundamente alteradas pelos muitos gravadores que as refizeram, as estampas de Wied-Neuwied serviram de protótipo para algumas das ilustrações de Debret. Conforme Hartmann,

Publicada em 1820-21, a *Viagem ao Brasil* certamente foi lida por Debret, oferecendo-lhe subsídios para a própria obra. E Debret recorreu não apenas às ilustrações do príncipe, sem mencionar sequer seu nome; para informações sobre os Botocudos utilizou-se extensamente do material publicado por Wied (HARTMANN, 1975, p. 68/69).

Em *Caça ao tigre* da floresta virgem (Figura 03), litografia 43 do segundo volume do *Viagem pitoresca* de Debret e que ilustra o episódio da captura de onças pelas forças militares, ao menos uma das três imagens que compõem a prancha foi tirada em detalhes de um motivo de Wied, nomeadamente de *Cães cercam uma onça* (Figura 04). Porém, os prêmios mais impressionantes do naturalista para com as representações do nosso pintor sem dúvida são relativos ao universo indígena. As investigações do estudioso com respeito especialmente aos Botocudo e aos Camacã influenciaram as formulações que o artista francês dedicou a estas sociedades. Na prancha de número 28 no primeiro volume, *Cabeças de diferentes tribos selvagens*, Debret compôs um quadro com tipos fisionômicos de diversos índios e em suas linhas explicativas o artista esclareceu que “desejoso de simplificar esta obra, reuni numa mesma prancha várias cabeças de índios de diferentes tribos, a fim de tornar a coleção mais ampla e completa” (DEBRET, s/d, p. 68). Para as cabeças mumificadas encontramos um modelo aquarelado com três desenhos e uma inscrição datada do ano de 1828. Thekla Hartmann afirma que a aquarela de Wied-Neuwied, *Troféu de cabeça dos Munducuru* (1820), foi de fato o arquétipo do qual Debret teria se inspirado (HARTMANN, 1975, 68/69). E a contribuição do príncipe para a gravura de Debret se verifica também nas cabeças de Botocudo de número 8, *Botocudo*, e a de número 10, *Cabeça de Botocudo mumificada*, pois, ainda conforma Hartmann, foram tiradas “ambas as cópias com ligeiras modificações, da prancha publicada de Wied-Neuwied, como um relance de olhar pode comprovar” (DEBRET, s/d, p. 68).

As ilustrações na prancha 29, *Toucados de plumas e continuação das cabeças de índios*, foram igualmente inspiradas nas observações registradas pelo príncipe. A prancha complementa a anterior e apresenta três “toucados engenhosos, cuja forma é nobre e a combinação dos detalhes variada com a arte, [que] patenteia o luxo dos selvagens americanos”. À continuação, o artista citou novamente os dois naturalistas da Baviera, Spix e Martius: “Os números 4, 6, 7 e 9 foram vistos por Spix e Martius” (DEBRET, s/d, p. 96).

Contudo, a mais evidente correspondência de uma imagem de Debret para com as notas e esboços feitos por Maximiliano de Wied-Neuwied está na gravura *Família de um chefe camacã preparando-se para uma festa* (Figura 05), lâmina número 3 do primeiro volume. A prancha mostra uma cena de costumes elaborada a partir das notas do príncipe de Wied-Neuwied. Na imagem, há dois espaços distintos que articulados permitem uma visão geral do motivo: no primeiro plano um ambiente interno, um espaço fechado. À direita, com índios em posições e afazeres emblemáticos das suas condições dentro da hierarquia da sua sociedade. Na parte central, o chefe com o braço direito sustenta na vertical uma lança. Tem um adorno plumário sobre a cabeça e um chocalho preso à cintura. Abaixo de si, uma figura feminina pinta o seu pé e a sua perna, e atrás, em uma rede – objeto indígena por excelência –, outra mulher amamenta uma criança; à direita, mais crianças e um índio adulto que suspende no ar instrumento sonoro. Debret situou o “Chefe camacã” rodeado por figuras que se posicionam abaixo da sua autoridade, sobretudo as mulheres. No segundo plano, à esquerda da imagem, abre-se um espaço em profundidade em que “vê-se uma grande habitação de madeira e taipa



Figura 06: Wied-Newied, M. “Índio camacã”. Reprodução: LÖSCHNER e KIRSCHTEIN-GAMBER, 2001.

e os habitantes da aldeia indígena, ocupados em várias atividades” (DEBRET, s/d, p. 97).

De fato, este segundo ambiente corresponde aos apontamentos do estudioso alemão, como vemos nas imagens *Índio Camacã* e *Festa dançante dos índios camacãs* (Figura 06 e 07). Na gravura de Debret, observa-se quatro personagens ao redor de um tronco, e no fundo, um grupo indígena em um cortejo ou procissão. Também palmeiras, bananeiras e o detalhe de uma habitação. Assim, pois, no que diz respeito a *Família de um chefe camacã preparando-se para uma festa* e às demais representações das sociedades indígenas brasileiras, uma das fontes fundamentais de Debret foi o trabalho do príncipe Maximilano de Wied-Neuwied.

A utilização de variadas fontes, desde consultas a álbuns de viagem aos empréstimos de esboços de seus alunos, assim como a coleta de informações no Museu Imperial e outros recursos confluíram no trabalho do artista. Em verdade, Debret teve poucos contatos com a população indígena, e os empréstimos ou citações de obras de viajantes naturalistas tinham o sentido de suprir as carências do autor, oferecendo representações e notas pontuais que atendiam ao gosto

européu. Deste modo, percebe-se o processo de composição do *Viagem pitoresca* pautado pela observação de múltiplos canais de conhecimento, prática partilhada pelos exploradores estrangeiros, artistas e/ou cientistas na América, denunciando assim o caráter coletivo na confecção de suas narrativas literárias ou visuais.

É evidente que uma vez no Brasil o artista francês teve contato mais estreito com o universo científico dos viajantes que percorreram o continente em busca dos povos e das paisagens. Assim, em *Acampamento Noturno de viajantes*, motivo verificável em Maximiliano de Wied-Neuwied, Vangelista reconheceu “uma pequena homenagem ao viajante”, sobretudo quando o pintor ressalta o valor dos esforços que esses estudiosos empreenderam “pelo amor à ciência”.



Figura 07: Wied-Neuwied, M. “Festa dançante dos índios camacãs”. Reprodução: LÖSCHNER e KIRSCHTEIN-GAMBER, 2001.

Mas como não admirar mais ainda o naturalista europeu, levado pelo amor à ciência a compartilhar das dificuldades do nômade, abandonando voluntariamente as doçuras do bem-estar sedutor do centro da civilização para enriquecer um dia com seus achados os museus de história natural e as bibliotecas das grandes potências europeias? É preciso aqui convirmos, juntamente com o brasileiro que o admira, em que se trata de uma coragem heróica, doravante ligada aos nomes venerados de Maximiliano de Neuwied, Augusto de Saint-Hilaire, Spix e Martius, Langsdorff e Frederico Celaw [sic], que eu conheci no Brasil (DEBRET, s/d, p. 240).

Nesta breve passagem, o artista denuncia a rede de informações à qual recorreu para compor seu álbum. Residente no centro do Império, o Rio de Janeiro, Debret travou relações pessoais com alguns desses viajantes. É o caso, por exemplo, do desenhista bávaro Johann Moritz Rugendas (1802-1858), que esteve no Brasil entre 1822 e 1824 junto a expedição chefiada pelo barão russo-alemão, Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852). O pintor francês também conheceu o barão Langsdorff. Isto se constata pela imitação da estampa *Dança dos índios da Missão de São José na Nova Califórnia*, embutida no relato que o barão fez publicar em 1811 sobre a viagem de circunavegação ao redor do mundo que realizou com A. J. von Krusenstern sob patrocínio do governo russo entre 1803 e 1804. Na versão debretiana, a estampa ganhou o título de *Dança dos selvagens da Missão de São José*.

Mas a relação de Debret com os viajantes vai além do empréstimo de imagens.

A literatura especializada em Jean-Baptiste Debret, nomeadamente os trabalhos biográficos de Ian de Almeida Prado e as publicações de Júlio Bandeira, afirmam que em março de 1827 nosso artista acompanhou Dom Pedro I em campanha até as regiões de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, e que durante a marcha o autor teria produzido farto material iconográfico relativo aos sítios por onde passou. Contudo, não há maiores informações ou registros sobre a viagem, além das numerosas aquarelas executadas, supostamente, no percurso. É altamente improvável que o artista tenha tomado parte nesta viagem, já que ao final do ano anterior, em 5 de novembro de 1826, enfim inaugura-se a Academia Imperial de Belas-Artes, com Debret na cadeira de pintura histórica. Como um dos seus principais idealizadores e mestres, o pintor não teria deixado a escola tão logo.

O pesquisador Jaelson Trindade em artigo de 1997 defende que Debret jamais esteve fora das cercanias do Rio de Janeiro e que suas imagens sobre o Sul são elaborações baseadas em registros deixados por Sellow e outros artistas-viajantes (TRINDADE, 1997, p. 98). Para Sandra Pesavento, o autor inspirou-se nas notas dos também franceses Ferdinand Denis e Auguste de Saint-Hilaire.

Se observarmos as imagens de Debret que acompanham o livro de Denis, no que diz respeito ao Rio Grande do Sul, encontramos alguns dos relatos de Saint-Hilaire e de outros autores, agora ilustrados! A viagem lida, contada e ouvida pelo relato de outros passantes é refeita pelo pintor, que fixa, pelo desenho e pintura, representações que iriam transformar-se em padrões de referências para identificação do Brasil (PESAVENTO, 2008, p. 108/09).

De fato, Auguste de Saint-Hilaire já era um reconhecido botânico no meio erudito francês ainda antes da publicação dos resultados de sua empresa americana. E Debret não apenas conhecia Saint-Hilaire como o citou em dois momentos do *Viagem pitoresca*: em nota na introdução ao primeiro volume, em que menciona Jean de Lèry, Mack Graf e a Eschwege, e na prancha de número 20, *Vendedores de milho*, na segunda parte do álbum, ao inserir uma “descrição feita por Augusto de Saint-Hilaire” (DEBRET, s/d, p. 27/29 e 218). Com respeito a Ferdinand Denis, o artista cita-o também em duas oportunidades dentro do álbum: quando apresenta informações acerca da população brasileira de acordo com “dados autênticos transmitidos pelo Sr. Ferdinand Denis”, e, mais uma vez, ao defender “Denis, cujas pesquisas [sobre o Brasil] são dignas de acatamento” (DEBRET, s/d, p. 123 e 128/29).

As frequentes citações e empréstimos tomados da obra de diversos viajantes europeus que palmilharam o interior brasileiro evidenciam a clara intenção de Jean-Baptiste Debret em alinhar-se ao amplo universo das viagens. O autor, pois, era consciente dos assuntos correntes na representação do Brasil e do continente americano na Europa à época e, deste modo, recorreu a um conjunto variado de fontes e informações para construir sua maior obra. E ao nomeá-la com o título de “Viagem pitoresca e histórica ao Brasil”, o autor quis destacar um conjunto de cenários e motivos que, de acordo com a sua compreensão, marcavam o país com um perfil tipicamente pitoresco. Um Brasil pitoresco, portanto, para um Debret viajante.

DEBRET, VIAJANTE

Os viajantes figuram na obra brasileira de Jean-Baptiste Debret não apenas nos empréstimos e nas citações, mas também como personagens importantes em representações nas quais que o autor querer pareceu incluir a si próprio enquanto figura dramática. Para Chiara Vangelista, “o *viajante europeu* [no original] em Debret é sobretudo o Autor mesmo, que comunica em terceira pessoa seus roteiros, seus encontros, suas sensações, suas emoções” (VANGELISTA, 2008, p. 205).

Com efeito, no *Viagem pitoresca* de Debret nota-se o perfil do viajante desde o primeiro volume: já na página de agradecimento o artista faz referência à Alexander von Humboldt e, depois, na introdução, quando nomeia o grupo parisiense de “expedição pitoresca” e atribui a si e a seus companheiros “o entusiasmo dos sábios viajantes”. Até a última imagem, na gravura que fecha o terceiro volume, o “Panorama do interior da baía do Rio de Janeiro”, que representa a paisagem da cidade do Rio vista de cima do morro do Corcovado, onde, de acordo com Debret, “o viajante atinge facilmente [e] pode admirar o imenso quadro do interior e do exterior da baía” (DEBRET, s/d, p. 654).

Ao longo do álbum, outras gravuras retratam as diferentes relações estabelecidas pelo viajante europeu com a realidade americana. A temática do encontro do viajante estrangeiro com a população indígena, por exemplo, constitui o motivo central da prancha seis ainda no primeiro volume, *Aldeia de caboclos em Cantagalo*. Segundo Debret, “A cena representa a chegada de dois viajantes europeus, introduzidos numa aldeia de caboclos por um caçador da família visitada” (DEBRET, s/d, p. 42). Na prancha 13, *Índios Guaianases*, ainda nesta parte inicial do álbum, o autor registrou “o embarque de um viajante europeu acompanhado de seu escravo negro”, escoltado por guias índios, em meio à floresta monumental e escura (idem, p. 60).

Assim, no trajeto dessa longa viagem pelo Brasil pitoresco de Debret, o ator-viajante incorpora vários personagens: Debret, ele próprio, autor das representações embutidas ao álbum; o sábio naturalista, quem efetivamente percorreu as trilhas pelo interior do país e colheu as informações que orientaram a ficção do artista; e o leitor, americano e europeu, de então e de agora, que se deixa *perder* nos caminhos traçados pela imaginação. Uma obra, diversas viagens, muitos protagonistas.

No entanto, as caracterizações de Jean-Baptista Debret enquanto viajante são bastante controversas². Para Sandra Pesavento, a condição de *passagem* define o sujeito viajante, marcando sua percepção do mundo com um pronunciado distanciamento no olhar. É bem verdade que o autor francês trasladou-se para o Brasil com expectativas difíceis de serem avaliadas, mas cuja atividade de pintor de história associou-o à fundação da Academia de Belas Artes e ao ensino artístico. Para Pablo Diener, um “artista acadêmico dificilmente corresponde ao estereótipo do viajante [pois] os temas de seu interesse estão definidos em função de uma rigorosa escala valorativa”, enquanto que os motivos notáveis para o artista-viajante estão além do “horizonte do que a seus olhos é digno das belas artes” (DIENER, 1996, p. 64/66). Contudo, no conjunto geral do trabalho brasileiro de Debret, percebe-se que seus interesses transcendiam a posição de artista do Império e/ou a de um professor de pintura histórica. Sua prolongada estadia no país não anulou sua situação de estrangeiro, mas, ao contrário, pareceu acentuá-la, transformando-o em observador privilegiado dos costumes e das gentes brasileiras.

Em realidade, o longo tempo que permaneceu no Rio de Janeiro garantiu ao pintor uma significativa autoridade – em função da maior familiaridade e penetração – com respeito aos motivos e assuntos do país americano. Viajante-residente ou passante-ficante, na feliz expressão de Sandra Pesavento, o artista manifestou em suas imagens um alheamento no olhar típico do visitante, que “sem raízes na terra, vindo de outras paragens, têm outros marcos de referência para apreciação, com o que se apresentam como portadores de um certo estranhamento no olhar” (PESAVENTO, 2008, p. 79). E se entre a França e o Brasil Debret percorreu territórios circunscritos³, enquanto esteve no país americano o pintor circulou por fronteiras culturais diversas, deste modo pôde apreender a heterogeneidade da sociedade brasileira em representações múltiplas de uma sociedade predominantemente negra, índia, mestiça, de aspirações européias. Para Pablo Diener, “Esta consciência de encontrar-se entre dois mundos é característica do artista-viajante” (DIENER, 1996, p. 67). E, Debret, o artista da Ilustração, revestiu-se com o olhar do peregrino romântico em muitos momentos de sua obra, recorrendo constantemente às representações desses personagens em trânsito para compor seu álbum pitoresco e histórico sobre o Brasil.

NOTAS

¹ No original: “M. Debret, [...] a consacré un séjour de seize ans dans l’empire brésilien à la collection la plus complète de documents sur la situation physique et morale de ce pays. Tour à tour naturaliste et historien, staticien et moraliste, mais peintre toujours et peintre fidèle, il a tracé un immense tableau où nous assistons à chaque pas de la civilisation de l’homme sauvage au milieu des forêts vierges du Brésil. Vaste dans son ensemble et complète dans son détails, cet ouvrage intéresse tout à la fois le naturaliste, le publiciste et l’historien. Le premier volumen est consacré à la population brésilien ne encore sauvage et aux forêts vierges. Le second volumen comprend l’industrie en general. Le troisième volumen contient tout ce qui concerne l’instruction publique, le culte religieux, les événements politiques, enfin jusqu’aux fêtes et ceremonies, et les portraits des principaux personajes qui y ont figuré. L’ouvrage est terminé par l’état des beaux-arts à Rio de Janeiro”. Tradução livre.

² Entre outros, consultar: LIMA, Heloisa Pires. “A polêmica identidade de viajante para Jean Baptiste Debret”. Em: VALLE, Arthur e DAZZI, Camila (orgs). *Oitocentos – Arte Brasileira do Império à República*. Tomo 2. Rio de Janeiro: EDUR-UFRRJ/DezenoveVinte, 2010; p. 278-289.

³ Não se sabe de nenhuma outra viagem sua além da que realizou à Itália junto com o mestre David em 1784, tampouco existem referências concretas de que o artista tenha alguma vez deixado os arredores do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Júlio e CORRÊA DO LAGO, Pedro. *Debret e o Brasil: obra completa 1816-1831*. Rio de Janeiro: Capivara Ed., 2008.

DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1834, 1835, 1839.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução. São Paulo: Círculo do livro, [s/d].

DIENER, Pablo. “El perfil del artista viajero en el siglo XIX”. In: Fomento Cultural Banamex (org.). *Viajeros europeos del siglo XIX en México*. Catálogo da exposição. Cidade do México: Fomento Cultural Banamex, 1996; pp. 63-85.

HARTMANN, Thekla. *A contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros do século XIX*. São Paulo: Edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, (Série de Etnologia, vol. 1), 1975.

HELBIG, Jörg. "Observações sobre o legado da expedição bávara ao Brasil". Em: DIENER, Pablo e COSTA, Maria de Fátima (orgs.). *Um Brasil para Martius*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012; pp: 34-81.

LIMA, Valéria Alves Esteves. *J.B. Debret, historiador e pintor: a viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1839)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

LÖSCHNER, Renate e KIRSCHTEIN-GAMBER, Birgit (orgs.) *Viagem ao Brasil do Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied: Legado do Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied*. Biblioteca Brasileira da Robert Bosch, GmbH, Volume II. Petrópolis: Kapa, 2001.

OBERACKER, Carlos. "Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros". Em: Holanda, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da Civilização brasileira: O Brasil Monárquico. O processo de emancipação*. 4 ed. São Paulo: DIFEL, 1976, vol I, tomo II, cap. V, p. 119-131.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. "Imagens francesas do Brasil no século XIX: paisagens e panoramas". Em: LEENHARDT, Jacques (org.). *A construção francesa do Brasil*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008; p. 25-77.

SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Atlas zur Reise in Brasilien*. Munique, 1823, 1828, 1831. Disponível em: http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&use=ti&disp=list&sort=off&ss=NEW&arg=atlas|zur|reise|in|brasilien

TRINDADE, Jaelson Britan. "Debret Pitoresco ou o Roteiro do Sul". Em: *180 Anos de Escola de Belas Artes. Anais do Seminário EBA 180*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997; p. 99-108.

VANGELISTA, Chiara. "Civilização, Botânica e tapeçaria: a floresta brasileira em Jean-Baptiste Debret". In: LEENHARDT, Jacques (org.). *A construção francesa do Brasil*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008; pp. 159-220.

DISCURSOS DA ABOLIÇÃO: ANALISANDO AS CARICATURAS DO MUNDO DE D. PEDRO II

Mauro Henrique Miranda de Alcântara

Instituto Federal de Rondônia (IFRO)

Doutorando em História (UFMT)

alcantara.mauro@gmail.com

RESUMO

No período Imperial, devido à liberdade de imprensa defendida, principalmente, pelo Imperador D. Pedro II, foi um momento riquíssimo em críticas sociais. Uns dos instrumentos de crítica mais valiosos eram às charges e caricaturas publicadas em diversos periódicos da época, inclusive vários especificamente chargistas. Os movimentos abolicionista e republicano conseguiram grande repercussão junto à sociedade diante desse instrumento. Compreendendo a importância dessa fonte documental, buscamos, portanto analisar os discursos projetados nestas imagens utilizando os conceitos de *condição de produção e registro polêmico* da Análise de Discurso Francesa. Analisaremos as charges publicadas no livro *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura*, de Araken Távora (1976). Para o recorte deste trabalho, escolhemos quatro charges que dialogam com a questão abolicionista e possibilitam visualizar construções de realidades, por meio destes documentos, deste momento histórico.

Palavras-chave: Abolição; Charges; D. Pedro II.

ABSTRACT

In the Imperial period, due to the freedom of the press defended mainly by Emperor Dom Pedro II, was a rich moment in social criticism. Some of the most valuable instruments were critical to the cartoons and caricatures published in various periodicals of the time, including several specifically cartoonists. The abolitionist movement and republican achieved great repercussion in society on that instrument. Understanding the importance of this documentary source, we seek



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

therefore to analyze the speeches designed these images using the concepts of production condition and controversial record of French Discourse Analysis. Analyze the cartoons published in the book *D. Pedro II and his world through the caricature of Araken Távora* (1976). For the approach of this work, we chose four cartoons that dialogue with the abolitionist issue and possible realities view of buildings, through these documents, this historic moment.

Keywords: Abolition; Caricature; D. Pedro II.

INTRODUÇÃO

Ao levantarmos documentações e obras sobre abolição do século XIX e início do século XX, nos deparamos com um *livreto* intrigante: *D. Pedro II e a Abolição* (1921), do Dr. Pedro Augusto Pinto, professor da Escola de Medicina do Rio de Janeiro e contemporâneo do processo abolicionista e consequentemente do Imperador D. Pedro II. Logo na contracapa o autor trás uma citação de Ruy Barbosa, ardoroso republicano e abolicionista: “... o throno atrazou, quanto lhe coube nas forças, o advento da redempção...” (PINTO, p. 2, 1921). E durante todo o livro o autor faz severas críticas ao Imperador e o responsabiliza por compactuar com a elite latifundiária escravocrata imperial, e como é perceptível na frase citada, de atrasar o processo abolicionista. Ele utiliza-se de vários abolicionistas do período, como Joaquim Nabuco, para atacar o monarca, e argumenta que a única motivação que levara Pedro II desenrolar a abolição era a pressão externa e o desejo de manter sua reputação no estrangeiro.

Trata-se de uma obra que Pedro Augusto Pinto escreveu justificando o seu voto contrário (o único na Escola de Medicina do Rio de Janeiro) a realização de homenagens que sua instituição faria ao casal imperial devido o traslado dos corpos para o Brasil.

Através desta obra começamos a nos perguntar qual teria sido, de fato, a relação entre o Imperador e a abolição. Como o trono tratou essa temática tão cara ao regime monárquico, onde a maior parte das análises históricas aponta a abolição como um dos principais fatores que levaram a ruir as estruturas do regime e colaboraram com a sua queda um pouco mais de um ano após a Lei Áurea que pôs fim à escravidão?

Começamos então a buscar essas respostas: pensamos que analisando as biografias de D. Pedro II e as Falas do Trono (discurso proferido pelo Imperador na abertura e fechamento do ano legislativo) teríamos

uma dimensão dessa relação e consequentemente re (faríamos) esse processo abolicionista por um outro caminho. No levantamento das biografias, nos deparamos com a obra de Araken Távora, *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura* (1976) que construiu a trajetória de vida do monarca, principalmente politicamente, através das charges publicadas nos jornais do Império.

Nesta obra o autor dedicou um capítulo para a relação entre D. Pedro II e a Escravidão. Ao percebemos a riqueza desse material, pensamos que analisar essas caricaturas, pelo viés da Análise do Discurso Francesa, traria uma importância não apenas para o desenvolvimento da pesquisa, como também para compreender melhor esse cenário, que ainda deixa lacunas a serem preenchidas.

Sabemos que há uma dificuldade em analisar charges históricas, pois pensando no conceito de *condições de produção* que Eni Orlandi desenvolveu, onde temos o contexto imediato e o amplo, entendemos que analisar o contexto imediato seja algo muito complexo para esse *corpus*. Diante desse ponto, podemos elencar poucas afirmações, pois não vivemos mais esse contexto, nos apegamos então às obras que não deixam de ser também, uma construção vinculada a um contexto imediato e amplo.

A própria obra de Távora (1976) nos fornece importantes reflexões sobre esse contexto, descrevendo resumidamente o histórico do gênero que ele chama de caricatura e a sua importância no período Imperial. Segundo o ele, a primeira caricatura foi publicada em 1837, pelo “Jornal do Commercio”, a partir daí não parou mais sua publicação. Várias publicações só de charges foram lançadas na época, sendo a mais famosa a “Revista Ilustrada” de Ângelo Agostini.

A importância desse gênero seria que além de uma crítica política atravessada pelo humor, com a (ainda) pouca repercussão da fotografia, seria um meio de conhecer fisionomicamente as figuras políticas mais proeminentes do período. Tais caricaturas faziam grandes críticas não só as pessoas como a própria política, chegando segundo Távora (1976), a ter sido o meio mais eficaz de apoio à abolição e a Proclamação da República. Mas para contar com tal circulação e sucesso na época, foi preciso contar com um apoio fundamental: a da liberdade de imprensa, que segundo vários historiadores fora uma marca do reinado de D. Pedro II. Mesmo sendo ele uma das maiores “vítimas” dessas caricaturas, ele manteve tal liberdade até o fim do regime.

Em relação ao contexto amplo, que Orlandi (2005) refere-se, ao contexto sócio histórico e ideológico, organizamos uma parte no trabalho para este fim: contextualizar historicamente a questão da abolição da escravidão e a governo de D. Pedro II.

Ainda em relação às condições de produção, temos que compreender que apesar de não se tratar de um “texto” a charge está ligada a todas essas condições. O cartunista pode ter pleno controle de seu lápis, porém não do seu resultado, várias são as implicações sobre essa “imagem” criada por ele, pois trata de uma construção discursiva, onde o interdiscurso e o intradiscurso estão ligados a essa caricatura. Como diz Orlandi: “há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação” (2005, p. 32). Portanto a “constituição determina a formulação” (ORLANDI, 2005, p. 33) dessa caricatura. E é claro que o interdiscurso: “todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2005, P. 33) está intimamente ligado ao contexto histórico.

Percebe-se que o histórico é estruturante do discurso, e no caso deste gênero, primordial para que o humor empregado nesta imagem seja evidenciado. Este gênero também traz, de forma evidente, e é o que lhe faz ter sentido: o intradiscurso. Afinal, é na construção de diversos discursos que o cartunista, satiricamente, constrói seu objeto.

Buscaremos também analisar as charges pelo viés do registro polêmico, apesar da complexidade de utilizar esse conceito. Utilizando das palavras de Maingueneau (2010, p. 198). “em sua aparente simplicidade, o polêmico se revela um verdadeiro nó para a análise do discurso”.

Acreditamos que as charges e caricaturas possuem dimensões, conforme as desenvolvidas por Maingueneau, que podemos caracterizá-las como um registro polêmico, e assim tentaremos provar. Primeiro encontramos nelas “um dispositivo que se traduz por estratégias de integração/desqualificação do adversário, que deixam muitos traços no enunciado” (MAINGUENEAU, 2010, p. 197). Segundo, compreendemos que este gênero trata-se “de uma prática discursiva historicamente ligada à determinada conjuntura, de certa configuração do interdiscurso, de certo regime de produção e de circulação de enunciados” (MAINGUENEAU, 2010, p. 197).

Talvez a última dimensão, a semântica, teremos certa dificuldade de visualizar neste gênero, que é por “em jogo sua própria identidade, ao mesmo tempo pressuposta e construída por cada uma das enunciações que pretendem ser sustentadas a partir dela” (MAINGUENEAU, 2010, p. 197). Tentaremos por a prova esse referencial teórico para analisar esse tipo de construção imagético-discursiva.

CONTEXTUALIZANDO HISTORICAMENTE

O Brasil passou a viver em uma grande contradição a partir da segunda metade do século XIX. Era necessário desenvolver o país: “pro-

gresso" passou a ser a palavra de ordem deste momento. Porém esse desenvolvimento deveria acontecer sem atingir os interesses da classe dominante, que contava com um grande número de escravos. Porém a permanência do elemento servil entrava em choque com a pretensão deste "progresso". Em relação à abolição da escravidão, Carvalho (2007) diz que a elite passou a se dividir quanto a esse tema, mesmo sendo ela a maior representante do braço escravo.

A Coroa dependia desses produtores, pois deles vinham a maior parte da receita do governo, com os impostos de exportação. O poder político também estava na mão dessa classe, sendo forte sua presença no parlamento e automaticamente, nas tomadas de decisões do reino. Por outro lado, esses produtores também dependiam do governo, pois era ele que concedia financiamento e empréstimos para a compra, principalmente, de escravos. Trata-se, portanto de uma paradoxal relação entre os produtores rurais e a Coroa, e os embates a cerca do processo abolicionista, trouxe a tona toda essa teia de interdependência. Neste momento as divergências entre a Coroa e os produtores se aprofundam.

Os embates em torno da Lei do Ventre Livre levaram conforme palavras de Carvalho (2007, p. 322) "a primeira clara indicação de divórcio entre o rei e os barões". Estes viram essa lei como uma "loucura dinástica" (CARVALHO, 2007, p. 322) e muitos acusaram o imperador de forçar a aprovação desse projeto como uma carta de crédito para ele viajar a Europa. O divórcio se efetiva de vez com a aprovação da Lei dos Sexagenários (1885) e a Lei Áurea (1888) que enfim acabou com a escravidão no país (CARVALHO, 2007).

Para Carvalho (2007), na biografia que ele escreve sobre D. Pedro II, a Lei do Ventre Livre, quando aprovada, deixara claro que o trono não estaria mais ao lado dos proprietários rurais e que o fim da escravidão era próximo. Quando a campanha popular pela abolição se espalhou pelo Brasil, e principalmente na corte, "o incentivo da Coroa nunca deixou de se fazer sentir, seja em manifestações pessoais do Imperador e da Princesa, seja nos títulos nobiliárquicos oferecidos aos que libertassem escravos." (2007, p. 320). Para o autor, o posicionamento do trono fora o encorajador do movimento e a condescendência dele permitiu que se organizasse um movimento popular, jamais visto no país (2007). Dessa maneira, nos intriga as diversas críticas realizadas ao imperador por proeminentes abolicionistas como Joaquim Nabuco.

Para Schwarcz (1998) o imperador sempre deixou a entender que era contra a escravidão, porém pela pouca mobilidade em avançar a abolição, dá para entender que eram grandes os obstáculos. A autora retrata que ao fim da Guerra Civil e consequentemente à abolição da escravidão norte-americana, o Brasil juntamente com Cuba passaram a serem os últimos países do ocidente a manter a escravidão. A pressão internacional aumentou e representantes emancipacionistas franceses

enviaram uma carta para D. Pedro II clamando por medidas que decretasse a abolição. Constrangido, o monarca respondeu dizendo que assim que fosse possível, devido a Guerra com o Paraguai, medidas seriam tomadas.

Após a guerra, D. Pedro II retomou sua empreitada pela abolição, mesmo que de forma tímida como descrito pela autora, tanto que a assinatura da Lei do Ventre Livre (1871) foi proferida pela Princesa Isabel, pois seu pai viajara para conhecer a Europa. Assim como Carvalho, Schwarcz se surpreende que nos momentos decisivos do processo de abolição, raramente D. Pedro estava presente, deixando à regente como responsável. Isso é tema de discussão entre os historiadores, segundo ela, uns explicando que tal iniciativa do monarca era para que a princesa recebesse o prestígio desta jornada garantindo assim a sucessão, outros defendem que ele não queria se indispor com a elite latifundiária, detentora dos escravos e para isso se afastava de tais decisões.

A autora desenvolve a ideia de que D. Pedro II foi se distanciando do absolutismo envolvido tradicionalmente aos Reis e se tornando "Um monarca-cidadão". Ele foi se aproximando mais da população, dispensando cerimônias luxuosas e até mesmo se distanciando dos bailes da corte. Esse rei-cidadão se aproximava da ciência que era a única que levaria ao progresso da nação. Diante dessa imagem, abolir a escravidão seria se livrar do atraso que essa instituição secular impusera ao país, e serviria de *álibi*, contra os defensores da escravidão e detentores do poder político e econômico: a aristocracia rural

Em relação ao processo emancipatório, ela descreve que ele se intensificou na década de 1880, com a pressão popular e de vários intelectuais. Ela separa os abolicionistas em moderados: Joaquim Nabuco seu mais importante representante e os radicais: Silva Jardim, Luís Gama e Antônio Bento. Estes tomaram conta das ruas e dos jornais inflamando a população e pressionando tanto a Coroa quanto a classe política. Segundo a autora para a Princesa Isabel e seus conselheiros, a abolição era inevitável, um processo natural, e que a antecipando poderia o regime ganhar dias de glória com tal façanha. Até mesmo os dois partidos (Liberal e Conservador) nesta altura (1888) já simpatizavam com esta ideia. Com a assinatura da Lei Áurea, cerca de 700 mil escravos foram libertados. O número muito pequeno neste momento foi fruto de um processo abolicionista natural, que vinha acontecendo desde o início da década de 1880, com a fuga em massa e/ou a indenização de escravos.

Diante desta rápida análise e se apoiando ainda na contextualização de Costa (2003), onde para ele neste período viu decair rapidamente o número de escravos e concomitantemente houve um desenvolvimento da nação com a construção de indústrias, barco a vapor e obras públicas, que eram realizadas, contraditoriamente com o braço escravo. Para ele "apareceu à consciência de que escravidão não beneficiava a

nação, mas somente os senhores de escravos" (COSTA, 2003, p. 38). Esses escravocratas passaram a serem marginalizados e surgiu, o "aboliconismo militante" (2003, p. 38), que criou um "projeto de libertação" (2003, p. 38) aliando-se aos interesses da nação (o ideal de progresso?) não pensando na humanidade e necessidades dos escravos.

Portanto, é diante deste cenário que irromperão diversos discursos abolicionistas ou escravocratas. As caricaturas estão ligadas a esse contexto amplo das condições de produção segundo Eni Orlandi. Por mais que esses profissionais que desenhavam tais charges não tivessem total "consciência" deste amplo contexto, seu discurso é autorizado por essas condições.

ANALISANDO AS CHARGES

Todas as caricaturas que analisaremos aqui foram extraídas do livro *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura* de Araken Távora (1976). O autor ao construir esse mundo do monarca através da caricatura utilizou de jornais do período para tal empreitada. Ele listou os periódicos no final do livro (A Revista Ilustrada, A Comédia Popular, O Mosquito, O Mequetrefe, Mephistopheles, O Diabo a Quatro, El Mosquito, La Avispa, Charivari), porém não é possível identificar nas charges a qual destes periódicos ela pertence. Nos concentramos em um capítulo em especial que é o *Pedro II e a Escravidão: Da Lei do Ventre Livre à Lei Áurea*. Selecionamos aquelas charges que foi possível analisar diante das condições de produção proposta pela Eni Orlandi e do registro polêmico de Dominique Maingueneau.

CHARGE 1



TÁVORA, A. D. *Pedro II e o seu mundo através da caricatura*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976. P. 113

Nesta charge, podemos visualizar a dicotomia entre a escravidão e emancipação. No lado esquerdo a “nuvem que cresce cada vez mais” e dentro dela a palavra emancipação. Podemos relacionar a figura que está sobre a nuvem com um anjo, devido as suas asas e até mesmo, por estar voando. Esse ser “angelical” é ligado à construção religiosa católica, forte presença no período, e podemos voltar sua representação à salvação. Portanto a nuvem da emancipação, salvadora, “cresce cada vez mais”.

Do outro lado o escravocrata, protegendo não o escravo dessa nuvem, mas a sua propriedade privada. Ele está caricaturado. Nariz grande, rosto enfezado, tentando esconder o escravo. Este aparece com a mão no cesto, numa clara posição que estava trabalhando. Dentro das condições de produção, podemos pensar que havia nesta sociedade uma contestação ao trabalho escravo e que este não era o sinônimo de salvação e sim de mancha a marcha civilizatória.

Em cima dessa condição, podemos perceber que dois discursos entrecruzam claramente nesta charge. Primeiro a da necessidade de abolir a escravidão, como exposto acima, prerrogativa necessária de uma nação que deseja o progresso e do outro a defesa a propriedade privada, grande entrave para se exterminar a escravidão do solo brasileiro. Essa junção de dois discursos que nos possibilita visualizar essa construção discursiva, e provavelmente sem a contextualização histórica, não poderíamos compreendê-la.

Temos nesta charge, no plano de evidência a figura do fazendeiro, dono de escravo, como supracitado, caricaturado, uma cara enfezada e pensando na primeira dimensão do registro polêmico de Maingueneau, podemos visualizar que o alvo dessa charge seria esse elemento, que tenta com o seu guarda-chuva, impedir que a nuvem carregada da emancipação chegue à sua propriedade: o escravo. Seria possível tal empreitada com um esse frágil objeto? O polêmico ficaria, neste momento, a desqualificar uma importante classe deste momento histórico que eram os senhores de escravos. A segunda dimensão está clara, ao necessitarmos contextualizar historicamente para entendermos o sentido polêmico do discurso. A conjuntura de um embate entre escravidão X abolição nos permite conceber que tal construção discursiva foi possível ser enunciada. Citando Maingueneau, onde:

Para que haja polêmica, é necessário que sujeitos que ocupam certo lugar percebam tais ou tais enunciados como intoleráveis do ponto de vista desse lugar, a ponto de julgarem necessário entrar em conflito com a suposta fonte desses enunciados (MAIN-GUENEAU, 2010, p. 196).

Talvez essa dimensão, como já afirmado, seja a mais complexa para se adequar às charges históricas. Não podemos ficar apenas supondo situações. Porém, há sim nesta imagem o confronto claro entre abolicionistas X escravocratas, e é notório pelo enunciado, que os primeiros, buscam, conforme Maingueneau a primazia deste discurso, e para chegar a tal patamar, desqualificam os segundos, e neste caso, caricaturando-o. E, apoiando-se em Távora, podemos pensar que essas construções não eram tão “pacificamente” aceitas por quem eram atingidos por ela, tanto que segundo ele “Não faltaram conselheiros e aduladores, pedindo-lhe [a Pedro II] que desse fim àqueles excessos [liberdade de imprensa]” (1976, p. 12). Tais construções só nos chegaram até os dias de hoje, devido o posicionamento do Imperador de manter a liberdade de imprensa.

CHARGE 2



TÁVORA, A. D. *Pedro II e o seu mundo através da caricatura*.
Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976. P. 118

Essa charge, capa da Revista Ilustrada do ano de 1888, o mesmo que culminou na Lei Áurea e libertou os escravos. O fundo, que possui os escritos “Direito Pátrio”, “Escravidão”, “Lei Saraiva-Cotegipe”, podemos remeter as enunciações características da tábua com os dez mandamentos, que Deus teria entregado a Moisés. Demonstrando-nos que essas palavras inscritas nesta “tábua” são enraizadas na sociedade, assim como esta a mensagem bíblica. Embaixo da imagem, tem alguns dizeres:

A vista do tópico da Falla do Throno, que diz: - Confio, que não hesitareis em apagar do direito pátrio a infeliz herança, etc. etc – esperamos que o parlamento empregue todo o entusiasmo, uma boa esponja e todos os ingredientes necessários, para fazer desaparecer, para sempre, essa hedionda mancha.

Os dois senhores com a esponja na mão representam a Câmara de Deputados e o Senado. Pensando primeiro nesta legenda da imagem, as Falas do Trono, como supracitado, era o discurso proferido pelo Imperador na abertura e fechamento do ano legislativo, no Parlamento. Portanto, esses dizeres estão saindo do monarca para os parlamentares. E estes estão atendendo ao pedido imperial, dedicando-se com entusiasmo e esponja na mão para apagar tal mancha. Mas assim como a mensagem bíblica, a escravidão está tão vinculada ao Direito Pátrio, que é difícil apagá-la, ainda mais pela instituição (Parlamento) que tanto a preservou.

Essa construção projeta a ideia de mesmo com a o fim da escravidão, não será uma simples esponja que apagará tal mancha, e desqualifica quem a manuseia. O movimento abolicionista popular foi muito importante e pressionou os políticos para caminharem os projetos de lei. A crítica do Ângelo Agostini parece se dirigir a essa classe que tenta esconder o que nunca deixou de existir nessa nação, por isso um Direito Pátrio. A imprensa sempre denunciou a sua existência e ela não se apagaria assim tão facilmente. As vésperas da abolição da escravidão, não seria somente um ato político que iria apagar esse crime hediondo.

Entra aí o não-dito, e é onde está a maior crítica da construção imagética. A pressão popular, turbinada pela imprensa, que levou os políticos caminharem tal lei. Eles enquanto defensores da elite de latifundiários, sempre defenderam a propriedade privada e nela se encontrava o elemento servil. Porém conforme afirmou Schwarcz (1998), neste momento (1888) os dois principais partidos (Liberal e Conservador) já eram abolicionistas, e eles queriam o monopólio dessa conquista. Sem a com-

preensão desse caminhar da emancipação não seria possível visualizar a construção desse discurso.

O alvo é a classe política, que é desqualificada, tanto na imagem, como na legenda (a repetição do etc., demonstra o excesso de fala e a pouca ação) e busca-se a primazia do discurso abolicionista popular, que foi o grande construtor dessa conquista. Essa construção é marcada muito mais pelo interdiscurso do que pelo intradiscursos, e mesmo com a contextualização histórica, temos dificuldade de cravar certas definições a cerca dessa construção.

CHARGE 3



TÁVORA, A. D. *Pedro II e o seu mundo através da caricatura*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976. P. 120

Esta charge vem confluir todos os embates travados de 1871 até 1888. Historicamente o Partido Liberal foi conhecido como abolicionista,

pois nele estavam os mais proeminentes políticos que lutavam pela causa, o principal: Joaquim Nabuco. O Partido Conservador historicamente defendia a propriedade privada e os senhores de escravo. Porém fatidicamente, as duas primeiras leis abolicionistas (Ventre Livre e Sexagenários) foram aprovadas com os Conservadores possuindo a maioria no Parlamento e com o Presidente do Conselho de Ministros.

Essas duas legislações foram consideradas reacionárias, pois pouco avançavam em direção a abolição (de vez). Porém em 1888, como já retratado por Schwarcz (1998), boa parte dos escravos encontravam-se alforriados. A emancipação voluntária havia conseguido grande sucesso na década de 1880. E com esse caminhar até mesmo os políticos que antes defendiam, passaram a não mais visualizar com tanta importância o elemento servil. Era fato que a abolição da escravidão era questão de tempo.

Até o prezado momento a grande divergência entre os dois partidos, era justamente essa temática. Portanto faz muito sentido a legenda abaixo da imagem: **“Já não há mais partidos políticos. Nem liberais, nem conservadores. Ou abolicionistas, ou negreiros”**. Ambos agora lutavam por uma única bandeira: a glória pela abolição da escravidão. A imagem, provavelmente, retrata figuras políticas importantes dos dois lados, que não foi possível identificar. No meio a representação do desejo de ambos o escravo, ainda acorrentado e a bandeira da abolição. Travam os dois lados uma disputa para saber quem iria conseguir tal façanha. A imagem é contemplativa, eles não miram o escravo e a sua condição, cada lado mira o outro, como adversários. A “abolição” era mero objeto de disputa entre esses campos opostos, para a conquista de capital político.

Essa construção imagética e textual da charge desqualifica o embate entre os partidos, pois demonstra que não há mais diferenças entre eles, somente disputa por poder. Só é possível fazer essa análise historicamente. Um leitor sem o conhecimento histórico teria dificuldade de compreender qual mensagem passa esse discurso e a polêmica se perderia sem essa leitura. O alvo desse discurso é a classe política, que pouco (ou nada) se preocupa com as questões que importam ao país, mas se digladiam por “vitórias” políticas partidárias.

CHARGE 4



TÁVORA, A. D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura.
Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976. P. 123

Publicada no jornal “El Mosquito” de Buenos Aires, essa charge foi publicada para comemorar a libertação dos escravos no Brasil, o último país da América do Sul a promover tal feito. Por ser uma construção que visa uma comemoração, não conseguimos encontrar evidência de um registro *polêmico*. Claramente temos a mulher segurando a tocha da liberdade, representando a própria chama (liberdade). Olhando com um olhar de desagravo um senhor com chicote na mão, representando a classe que detinham os escravos e que se sentiram desprestigiados pela Coroa com tal iniciativa. Na lateral projeta-se a imagem da “Redentora” Princesa Isabel, responsável pela assinatura da Lei que pôs fim a escravidão. Ao tocar a “liberdade” esse escravo está liberto, e no chão no canto esquerdo a sua corrente quebrada. A dicotomia escravidão X abolição, está representada na imagem pelo senhor com chicote X e a

mulher com a tocha da liberdade. E no meio dessa “disputa” o escravo que corre para a sua liberdade e olha com certa tristeza para trás, o seu passado, que é representado pelo senhor (seu ex- dono). Trata-se de elementos semânticos, talvez a palavra “libertad” em espanhol, seja a maior representação dessa questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após essa breve análise de elementos imagéticos, é possível constatar uma realidade: é extremamente complexo esse tipo de trabalho, principalmente se for calcado em *corpora históricos*. Apesar da riqueza de informações que podem ser extraídas dessas charges, demanda esse tipo de atividade um rigor teórico e metodológico muito maior que analisar discursos (textuais) históricos. Como supracitado, o contexto imediato é muito importante para analisar tais fontes, porém conseguir visualizar este de uma construção histórica é muito complicado, afinal, nos amparamos à historiografia para essa compreensão, que é rica para análise do outro contexto. Em contrapartida temos uma gama de construções que nos leva a compreender o contexto amplo deste momento, sendo possível visualizar facilmente o interdiscurso.

Em relação ao registro *polêmico* de Maingueneau, tentamos, sem forçar a utilização desse referencial teórico, analisar essas charges. O autor desse conceito tem toda razão ao perceber que apesar de toda simplicidade, trata-se na realidade um nó, o polêmico para a Análise do Discurso. Aparentemente muito simples de ser utilizado, mas quando coloca esse dispositivo para trabalhar, percebemos que é muito mais fácil fazer induções do que análises de fato. É complexo, porém precisa ser colocado mais a prova nesse tipo de fonte. A charge é um documento histórico importante, que contempla a sociedade brasileira desde o século XIX e até hoje é marca nos periódicos nacionais, sendo inclusive, para muitos, o ponto principal da leitura diária. Até mesmo sites foram lançados, exclusivamente, para essa esse tipo de publicação.

Apesar dessa complexidade e com certa temeridade de se aprofundar na análise das charges históricas, compreendemos que ainda há muito que se pesquisar em relação aos discursos abolicionistas, e esse tipo de fonte ainda é pouco explorado pelos estudiosos da abolição, principalmente utilizando o referencial teórico da análise do discurso. Nessa rápida análise percebemos que havia um embate não só entre a classe política dominante, mas uma crítica por parte da imprensa sobre como esses parlamentares trataram a temática. Além disso, essas charges usaram muito da semântica em suas imagens, o que merece também um estudo em particular.

Portanto, não só colocar para trabalhar os conceitos de *condição de produção* e *registro polêmico* essa pesquisa se concentrou. Provavelmente o mais importante tenha conseguido projetar os diversos discursos envolvidos no movimento abolicionista brasileiro. Não foi uma via de mão única, mesmo entre os abolicionistas, havia discursos diferentes, embates entre eles. A polêmica envolvida nas Charges 2 e 3 nos dá essa dimensão: o caminho da abolição foi envolvido de grande complexidade. E ainda há muito que se buscar nessa construção de realidade.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, J. M. de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política Imperial*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, J. M. D. *Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

COSTA, M. C. Joaquim Nabuco entre a política e a história. São Paulo: Annablume, 2003.

MAINGUENEAU, D. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 6ª ed., 2005.

PINTO, P. A. D. *Pedro II e a Abolição*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunais, 1921.

SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TÁVORA, A. D. *Pedro II e o seu mundo através da caricatura*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976.

REFLEXOS E CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA DO PARAGUAI NO SUL DE MATO GROSSO DURANTE OS ANOS DE 1889-1930.

Vinícius Rajão da Fonseca

Tutor EAD da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
Professor da rede adventista de educação em MS
Mestre em História, Poder e Práticas Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
viniciusrajao@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise da composição da fronteira no sul de Mato Grosso durante a Primeira República e entender quais foram os reflexos e consequências da Guerra do Paraguai nessa região. Nos anos que se seguiram ao fim do conflito, o governo brasileiro estabeleceu um plano para garantir a soberania nacional sobre o território mato-grossense. Visando esse objetivo, o poder público federal iniciou projetos para construção de ferrovias, arsenais de guerra, criação de batalhões, circunscrições militares, linhas telegráficas para melhorar a comunicação e os meios de transportes, além de aumentar a presença militar no território e, dessa forma, fortalecer a integração do estado de Mato Grosso ao restante da nação.

Palavras-Chave: Região; Mato Grosso; Guerra do Paraguai; Território.

ABSTRACT

This article aims to analysis the composition of the border in southern Mato Grosso during the First Republic and understand what were the reflexes and consequences of Paraguayan War in this region. In the years that followed the end of the conflict, Brazilian government established a plan to ensure national sovereignty over the territory of Mato Grosso. With this objective in mind, the federal government initiated projects to build railways, war arsenals, creating battalions, military districts, telegraph lines to improve communication



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

and transport facilities, in addition to increasing the military presence in the territory and then, strengthen the integration of the state of Mato Grosso to the rest of the nation.

Keywords: Region; Mato Grosso; War of Paraguai; territory.

A CONFIGURAÇÃO DA FRONTEIRA NO SUL DE MATO GROSSO APÓS A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA E AS TENSÕES BRASIL X ARGENTINA

Nosso objetivo neste artigo é demonstrar através de discussões historiográficas, como ocorreu a configuração da fronteira no sul de Mato Grosso após a Guerra do Paraguai. Além disso, compreender como foi elaborada uma política de prevenção em relação à fronteira oeste do país, sobretudo no estado mato-grossense com a construção de ferrovias, linhas telegráficas, quartéis militares e arsenais de guerra. Outro fator importante foi o início de uma política imigratória, que assumia nesse sentido, um papel secundário, mas não menos importante no ponto de vista do poder público, de promover uma melhor ocupação do território.

A instalação de colônias agrícolas no sul do antigo Mato Grosso (SMT)¹ estava inserida num processo de resguardo do Estado nacional brasileiro associado a interesses estaduais em fins do século XIX e início do XX, haja vista, ter sido uma região de fronteira que foi objeto de numerosos litígios em sua História. Ademais, outros fatores contribuíram para que o governo federal idealizasse um plano que reafirmasse e assegurasse o seu domínio sobre o estado mato-grossense.

A área correspondente aos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foi por muito tempo objeto de disputas que envolveram os países ibéricos durante a colonização do continente sul-americano. Esses enfrentamentos ocorreram durante a formação dos estados nacionais sul-americanos, já que esse espaço fronteiriço era visto como essencial pelos países em formação, uma vez que, o domínio sobre esse território favorecia o controle sobre os rios da região, garantindo maior desempenho econômico.

Segundo Queiroz, as principais características do território mato-grossense ao longo de sua História foram:

vastidão territorial, situação fronteiriça; grande distâncias dos centros dirigentes brasileiros (situados no litoral atlântico); precariedade das vias de comunicação existentes no interior da própria região e entre ela e os ditos centros; população não indígena diminuta e dispersa; estrutura fundiária marcada pela grande propriedade [...] dotada de um débil aparato estatal local (QUEIROZ, 2003. p. 20).

O estado nacional brasileiro procurou desempenhar um papel para salvaguardar as fronteiras e preservar a unidade territorial do país, buscando adotar estratégias que se destinavam a solucionar as disparidades e as vicissitudes mencionadas acima. Nesse sentido, o elemento humano, isto é, a colonização, serviu como um instrumento para a consolidação do domínio sobre o território.

Após o final da guerra da Guerra do Paraguai² a atenção dos países platinos voltou-se ao processo de demarcação dos limites territoriais. O tratado da Tríplice Aliança³ assinado em 1865, “estipulava que, com a derrota do Paraguai, seriam atendidas as reivindicações territoriais feitas por Brasil e Argentina junto àquela República” (QUEIROZ, 1997. p. 64). O Brasil exigia a resolução do litígio territorial que envolvia parte do estado mato-grossense, enquanto a Argentina pleiteava ocupar todo o território paraguaio na zona oeste do rio Paraguai.

Ocorreram discordâncias principalmente entre Brasil e Argentina, uma vez que o Império brasileiro recusou aceitar que o país portenho ficasse com as “terras do Chaco e o território das missões”, pertencentes ao Paraguai, para evitar a emergência de uma hegemonia da Argentina no continente (ALMEIDA, 2010. p. 98). Fazia parte da política externa brasileira, garantir a independência do Paraguai e do Uruguai para manter um equilíbrio de poder entre os países da região (QUEIROZ, 1997. p. 64).

FIGURA 1. Vias de comunicação na bacia platina (adaptado pelo autor).



Fonte: < <http://geoconceicao.blogspot.com.br/2011/08/bacias-hidrograficas-do-brasil.html> > Acessado em 17/06/2014 às – 20:00h.

O fim do maior conflito do continente sul-americano trouxe benefícios para o Brasil e consequentemente para Mato Grosso, pois concedeu o acesso à livre navegação no sistema fluvial Paraná-Paraguai a partir de 1875, conforme o mapa acima, ligando o estado do oeste ao litoral brasileiro pelo estuário do Prata.

Esse fator promoveu um afluxo econômico para o SMT, já que permitiu o comércio fluvial, aumentando a exportação do gado e a chegada de produtos de outras localidades. Várias casas comerciais surgiram na cidade portuária de Corumbá, tornando-a um polo no mercado de importação e exportação. Ex-combatentes do conflito com o Paraguai, brasileiros ou paraguaios, se estabeleceram no estado, devido aos campos e terras propícias para o desenvolvimento de atividades rurais, como a agricultura, pecuária, charqueada e a exploração dos ervais nativos (ESSELIN, 2011; QUEIROZ, 1997; 2004).

Com o advento da República em 1889, as tensões políticas com a Argentina diminuíram, mas não cessaram. O Brasil procurou praticar uma política de prevenção frente à Argentina, pois existiam rumores que esse país idealizava reconstituir o antigo vice-reinado de Buenos Aires, o que determinava uma ameaça para o Brasil (QUEIROZ, 1997. p.66). A república brasileira enfrentou conflitos internos em seus anos iniciais, como a Revolta da Armada⁴ e a Revolução Federalista⁵ no Rio Grande do Sul.

Além dos atritos territoriais, ocorreram também desentendimentos nas relações comerciais entre os dois países, no que se refere às questões aduaneiras, destacando o problema relativo ao comércio de trigo. Outro foco de desavença eram as acusações de ambos os países em relação à aquisição de armamentos bélicos, o que provocava uma atmosfera de cautela de um para com o outro.

A presença de estrangeiros em Mato Grosso na fronteira do estado e capital financeiro proveniente de outros países também representava um incômodo para as autoridades brasileiras, posto que, empresas com recursos da Argentina e da Bélgica, por exemplo, possuíam empreendimentos no estado, como fazendas, charqueadas, indústrias de beneficiamento de alimentos, entre outros negócios⁶.

Outro risco compreendido pelo governo federal estava correlacionado à desordem e à fragilidade política no estado, em virtude de lutas entre os grupos dirigentes. Nos anos de 1892 e 1906, Mato Grosso se defrontou com duas revoltas pelo controle político do território que agitaram o país, ocasionando numa delas o assassinato de seu governador. Esses episódios provocavam sensações de vulnerabilidade na fronteira oeste do Brasil. Segundo Queiroz, nasceram temores de que a Argentina poderia se aproveitar dessas situações de fraqueza do estado para se apoderar da região, incorporando o Mato Grosso ao seu país (QUEIROZ,

2003). Portanto, era necessário que o poder estatal brasileiro se fizesse presente nessa área.

O estado de Mato Grosso era um reflexo da situação nacional, as oligarquias dominaram o cenário político estadual em consonância com a política dos governadores. De acordo com Viscardi, o presidente apoiava os governadores estaduais e seus aliados e em troca eles garantiam a eleição para o congresso dos candidatos oficiais. Isso salvaguardava a continuidade das grandes famílias no poder. Era uma troca entre o governo estadual e federal. O governo sustentava os grupos dominantes nos estados, enquanto estes votavam junto com o governo no Congresso Nacional. Os governadores repetiam o acordo com as lideranças locais (coronéis), que tinham o poder sobre as pessoas de sua região, fazendo com que esses votassem de acordo com seus interesses⁷.

Segundo Carvalho, o coronelismo nada mais é do que:

um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo (CARVALHO, 1997. p.2).

Em 1892, ocorreu um movimento com supostas intenções separatistas, visando à formação da República Transatlântica ou Estado Livre do Mato Grosso. Essa insubordinação, na verdade, nada mais era do que uma tentativa de substituir a situação pela oposição, um embate entre o partido nacional e o republicano, que opôs as tropas de Antônio Maria Coelho, primeiro governador do estado após a Proclamação da República e Generoso Pais Leme de Sousa Ponce, vice-presidente e aliado de Manuel Murtinho, presidente deposto pela revolta (BITTAR, 2009. p. 90; SILVA, 1996. p. 48).

De acordo com Batista, a preocupação do governo federal com essa revolta estava relacionada ao fato de que contou com apoio da burguesia mercantil de Corumbá, "mais identificada com seus próprios interesses de classe, desfrutando dos contatos com cidades estrangeiras através do intercâmbio comercial, do que com a política e o jogo do poder estadual e federal" (CORRÊA, 1985. p.20). Grande parte dessas casas comerciais possuía capital exterior, o que gerava entre as autoridades brasileiras uma apreensão de que o SMT pudesse ser subjugado por outro país, como por exemplo, a Argentina (CORRÊA, 1985. p.20).

O caso mais grave foi a revolta de 1906, que ocorreu por rivalidade entre os coronéis que dispunham de influência no estado. Esse levante levou o presidente da república Rodrigo Alves determinar a intervenção federal em Mato Grosso, apesar disso, Alves não conseguiu evitar o assassinato de Antônio Paes de Barros, presidente do estado no período (BITTAR, 2009).

Esse conflito antagonizou o grupo político do governador Antônio Paes de Barros, também conhecido como Totó Paes e de Generoso Ponce, proprietário de casas comerciais em Corumbá. Esses dois personagens são considerados figuras lendárias no que diz respeito ao coronelismo em Mato Grosso. Em 1906

Generoso Ponce toma Cuiabá, depõe e mata Totó Paes, apesar da oposição de Rodrigo Alves [...] quando o General Dantas Barreto chega a Cuiabá, em 1906, Totó Paes tinha sido assassinado, e o novo governo é formado pela oposição vitoriosa; Rodrigo Alves nada pode fazer, nem mesmo impor outro governo e castigar os rebeldes (CARONE, 1977. p. 257).

Esse confronto demonstrou a instabilidade e a deficiência das vias de comunicação do estado mato-grossense com o restante da nação, uma vez que, as tropas federais não conseguiram chegar a tempo de impedir a deposição e a morte de Totó Paes. Quando chegou a Cuiabá, a oposição já havia tomado o poder, tornando-se situação. As forças de intervenção ficaram “retidas por várias horas no estuário do Prata, em decorrência do mau tempo” (QUEIROZ, 2004. p. 117).

Após o incidente, Dantas Barreto percebeu a dificuldade de se deslocar até o território de Mato Grosso e aconselhou ao governo federal a necessidade da construção de uma estrada de ferro para melhorar a logística da região (BARRETO apud QUEIROZ, 2004. p. 118). Queiroz afirma que desde os fins do século XIX havia uma discussão no Congresso Nacional sobre a necessidade da construção de uma estrada de ferro que atendesse os interesses políticos nacionais nessa região (QUEIROZ, 2003. p. 19-46). Surgiram alguns projetos e cogitou-se a atuação do Exército brasileiro para edificar as obras, porém, somente em 1904 o presidente Rodrigo Alves assinou o decreto autorizando a construção da ferrovia que cobria o trecho Bauru – Cuiabá.

Como dito, desde o final do século XIX, o governo brasileiro procurou adotar medidas que resguardassem a fronteira oeste do Brasil. No ano de 1893, o Ministério da Guerra e o de Obras e Viação aprovaram um projeto para estudos de viabilização para a construção de uma ferrovia que interligasse Catalão – GO até Cuiabá – MT. Em 1899, novamente os ministérios autorizaram projeto de estudos para analisar a possibilidade

de arquitetar uma ferrovia que integrasse as cidades de Guarapuava – PR e Cuiabá – MT (QUEIROZ, 1997. p. 95).

No entanto, somente em 1904, no governo do Presidente Rodrigues Alves, que segundo Queiroz teve um caráter “deliberado de modernizar o país, iniciando um extenso programa de investimentos voltados fundamentalmente aos serviços urbanos e à infraestrutura de transportes e comercialização”, é que foi aprovado o projeto de construção da ferrovia que vinculou o Centro-Oeste ao Sudeste do país (QUEIROZ, 1997. p. 108).

O decreto federal nº 5.344 de 18 de outubro de 1904 organizou a Comissão de Reconhecimento da região e de exploração de linhas férreas e telegráficas, chefiada pelo engenheiro Emílio Schnoor (ARRUDA, 2006). A construção da ferrovia foi apoiada pelo Estado por intermédio da

adoção do instituto da garantia de juros – mecanismo pelo qual o Estado, em nível nacional ou provincial, comprometia-se a pagar durante certo período, aos acionistas de companhias de estradas de ferro, uma remuneração mínima (entre 5 e 7%) do capital empregado, até que a empresa pudesse proporcionar lucros pelo seu próprio movimento (QUEIROZ, 1997. p. 106).

A história da estrada de ferro Noroeste do Brasil (EFNOB) costuma ser dividida em dois momentos: o primeiro em 1904, início da construção do trecho Bauru – SP/Cuiabá – MT via Uberaba, Porto Tabuado, Baús, Coxim e Cuiabá e o segundo período, que determinou a mudança do traçado final, alterando completamente o projeto inicial da obra, uma vez que, a ferrovia teve como destino final a cidade de Corumbá passando por Três Lagoas, Água Clara, Campo Grande, Aquidauana, Miranda, Porto Esperança e Corumbá, o que ocasionou a passagem da estrada de ferro pelo SMT, e não mais pela capital do estado de Mato Grosso.

A mudança do traçado aconteceu porque o projeto inicial Bauru – Cuiabá via Uberaba não atendia aos planos políticos e militares do governo federal, uma vez que, a EFNOB não chegaria (caso seguisse essa linha) na extremidade da fronteira do Paraguai e da Bolívia. Uma explicação plausível para este fato está relacionado à assinatura do Tratado de Petrópolis⁸ em 1903, durante o governo de Rodrigo Alves.

Seguindo as orientações do seu ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, o governo brasileiro intermediou diplomaticamente e foi acertado que de a Bolívia abriria mão do Acre em troca de territórios brasileiros no estado de Mato Grosso, além de receber a quantia de cerca de dois milhões de libras esterlinas. Nesse período, o estado mato-grossense era presidido por Totó Paes de Barros, aliado do presidente Rodrigo Alves. Totó Paes não se opôs a decisão do governo brasileiro de ceder

pequenas partes em seu estado, entretanto, solicitou favorecimento para que a EFNOB percorresse o trajeto Bauru – Cuiabá (QUEIROZ, 1997. p. 102-133).

No final de 1906, o mineiro Afonso Pena é empossado como novo presidente da República e suas ações políticas mudaram o destino da EFNOB. Em relatório anual, Afonso Pena expôs as motivações que o levaram em companhia do ministro da Viação, Miguel Calmon a mudar o traçado da EFNOB:

resolvi modificar os traçados das estradas de [...] Bauru a Cuiabá, tendo em vista ligar efetivamente ao litoral as grandes bacias do Araguaia e do Paraguai [...] No tocante a Mato Grosso, afora as razões de ordem política e econômica, havia a necessidade de ultimar em breve prazo a construção, e isto só era lícito, procurando a linha o mais diretamente possível, um ponto à margem do Paraguai ou de afluente seu [...] (PENA, 1907. p. 44-45).

A mudança no projeto foi fundamentada pela própria comissão de estudos de viabilidade da ferrovia, além do próprio Ministério da Guerra e da Viação. Um relatório do Ministério da Guerra, intitulado “Preferência do Estado-Maior do Exército ao traçado Itapura - Corumbá” diz o seguinte:

se depreende que, além de todas as vantagens militares, brilhantemente demonstradas na mesma informação, há a assinalar, como um motivo de alto peso, a importância da estrada Itapura – Corumbá, e não do traçado que demandasse Cuiabá, no sentido de favorecer a aproximação dos povos americanos [...] traduzindo profundos interesses ligados ao ponto internacional e político [...] Semelhante importância ressalta da natureza do próprio traçado, que poderá servir de ligação ao extraordinário sistema da rede ferroviária pan-americana [...] Tais são as razões capitais que levam a 3ª Seção a preferir a construção atual da linha Itapura – Corumbá, como meio mais pronto de assegurar a defesa das fronteiras mato-grossenses, por ser a via férrea mais rápida, mais segura e mais apta, não só para acudir aos múltiplos pontos de valores estratégico da região, como sobretudo a Corumbá, sentina avançada posta à espreita desse lado do país (QUEIROZ, 1997. p. 127-128).

Em outro documento, o engenheiro chefe da companhia EFNOB, João Teixeira Soares, também relata a mudança da linha ferroviária:

O governo, levado por motivos de ordem internacional, entendera dever providenciar com urgência sobre a extensão de nossa

rede ferroviária até as margens do rio Paraguai, e parece ter julgado preferível o alvitre, que tivera a aprovação do nosso clube de engenharia, de levar essa viação até a fronteira da Bolívia, para assim poder estabelecer a ligação com o sistema ferroviário deste país (SOARES apud QUEIROZ, 1997. p. 135).

Todo esse debate deixa claro que a administração federal mantém uma precaução com relação à situação das suas fronteiras com os países vizinhos. Várias ações demonstraram que o governo procurou reforçar a região fronteira do país com vistas a manter o controle sobre o território garantindo a soberania da nação.

FIGURA 2. Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB) após a mudança do traçado – Bauru – Porto Esperança (adaptado pelo autor).



Fonte: <<http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/img/84bauru.gif>>
Acessado em 17/01/2014 – 15:40h.

O mapa ilustrativo acima mostra o traçado completo da EFNOB. Em 1914, ano de inauguração da ferrovia, o traçado ia de Bauru até Porto Esperança. Os ramais que ligaram Porto Esperança a Corumbá e Campo Grande a Ponta Porã foram construídos nas décadas seguintes a inauguração da EFNOB.

Outro investimento nesse período visando interligar as comunicações no país foram as linhas telegráficas. O telégrafo, criado pelo norte-americano Samuel Morse chegou ao Brasil por volta da década de 1850. No Brasil, foram instalados primeiramente na capital federal para facilitar a integração política do governo, ligando o Palácio Imperial e o Quartel do Campo no Rio de Janeiro. As linhas telegráficas ampliaram-se na medida em que as necessidades políticas do país aumentaram, interligando o governo aos ministérios e os arsenais de guerra do exército e da marinha (DOMINGUES, 2011. p. 30-45).

Nas décadas finais do século XIX, o sistema de telégrafo no Brasil passou a ser ampliado, espalhando-se por outras províncias, devido a necessidades de integração entre as demais regiões do país e para monitorar as revoltas que ocorreram em nosso território, como o conflito em Canudos (1896-1897), as disputas políticas em Mato Grosso (1906), que culminaram com o assassinato do seu governador, Totó Paes de Barros e a Guerra do Contestado (1912-1916) (DOMINGUES, 2011. p. 30-45).

No Mato Grosso, a construção das linhas telegráficas estavam em curso desde os anos de 1891. A comissão telegráfica do estado, comandada por Cândido Mariano da Silva Rondon⁹, capitão do exército brasileiro tinha como objetivo principal:

levar o telégrafo às fronteiras do Paraguai e da Bolívia, além de reconstruir a linha de Cuiabá, até então bastante precária. Os trabalhos foram concluídos em 1906 após a construção dos últimos 117 km da linha, ligando Cuiabá a Cáceres, totalizando 16 estações e 1.667 km de linhas telegráficas, consolidando a presença do Estado brasileiro na região de fronteira com o Paraguai e Bolívia (DOMINGUES, 2011. p. 35).

Em 1907, foi criado pelo presidente Afonso Pena, o mesmo que determinou a mudança no traçado da EFNOB, a Comissão de Linhas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, cujo objetivo era permitir uma maior presença do Estado nacional nos estados Acre, Amazonas e Mato Grosso. O presidente em seu relatório comunica os avanços na construção de linhas e o novo empreendimento da seguinte forma:

Ao ser decretada a execução desse projeto, tinha mira o governo de então, como tem o atual, o empreendimento da viação

férrea e fluvial para Mato Grosso, de modo a permitir as fronteiras desse futuro Estado receber reforços e recursos sempre que sua defesa o exigisse. Desse modo ficou a cidade de Cuiabá ligada às fronteiras da Bolívia e Paraguai, bem como os diversos pontos do Estado, reputados de suma importância estratégica, tais como Corumbá, Aquidauana, Miranda e Nioaque. Como complemento deste importante serviço [...] o governo resolveu interligar Mato Grosso ao Estado do Amazonas, já tendo providenciado no sentido de, com possível brevidade, serem iniciados os respectivos trabalhos (PENA, 1907. p.44-45).

Podemos também elencar outras medidas que visaram à defesa da fronteira oeste do Brasil, como o remanejamento do distrito militar de Cuiabá para Corumbá¹⁰, promovido pelo Ministério da Guerra em 1902, a autorização para desenvolver a oficina de arsenais de guerra em Mato Grosso, no ano de 1905; a permissão para realizar orçamentos a fim de reconstruir o Forte Coimbra; a chegada em 1908 de uma comissão de estudos para a defesa do rio Paraguai, além da instalação de um batalhão de estratégia do exército e a implantação de uma estação radiotelegráfica em Porto Murtinho (QUEIROZ, 1997. p. 94-97).

FIGURA 3. Linhas Telegráficas – Comissão Rondon.



Fonte: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/saiba-mais-expedicoes-comissao-rondon-691560.shtml>> acessado em 20/01/2014 às 22h00min.

O governo republicano procurou afirmar seu poder sobre grandes áreas nos confins do território nacional e os investimentos no “telégrafo, acompanhado de estradas e ferrovias, devia abrir caminho para a ocupação produtiva das terras por onde passavam e que estas iniciativas eram fundamentais na ocupação desses novos espaços e na superação das fronteiras” (DOMINGUES, 2011. p. 38). Na república, ocorreu um movimento de “valorização do sertão, seja enquanto espaço a ser incorporado ao esforço civilizatório das elites, seja como referência da autenticidade nacional” (LIMA, 1999. p. 65). As ferrovias, as linhas telegráficas e as estradas representavam esse esforço civilizatório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse texto procuramos discutir o processo de configuração da fronteira no sul de Mato Grosso no pós-guerra do Paraguai, expondo as tensões políticas que ficaram presentes entre Brasil e Argentina, devido à configuração dos estados nacionais sul-americanos. Enfim, identificamos como foi pensado um plano de fortalecimento da integração do estado mato-grossense ao restante da nação, com políticas que visaram melhorar os meios de transporte, comunicação e a presença militar na região durante as décadas finais do século XIX e iniciais do XX.

NOTAS

¹ De acordo com a lei complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977, a porção sul do antigo Mato Grosso foi transformada, em 1977, no novo estado de Mato Grosso do Sul. Para facilitar a redação e, ao mesmo tempo, evitar o anacronismo, essa porção é referida, neste trabalho, como “sul do antigo Mato Grosso” ou simplesmente SMT. Para mais informações, ver: (BITTAR, 2009).

² O século XIX foi o período em que se formaram e consolidaram os Estados nacionais no continente sul-americano e na região platina. Este processo foi custoso, baseado na violência entre grupos divergentes, de regimes políticos opostos que buscavam ajustar as fronteiras territoriais de seus países. A guerra da Tríplice Aliança foi o maior conflito intercontinental ocorrido na América do Sul no século XIX. A configuração dos Estados nacionais e as rivalidades dos países platinos deflagraram o confronto. O conflito durou seis anos, entre os anos de 1864 até 1870. Sobre o assunto, ver: (DORATIOTO, 2014. p. 41-68).

³ Acordo que selou a união entre Argentina, Brasil e Uruguai como aliados para enfrentar o Paraguai.

⁴ Foi um movimento de rebelião comandado por unidades da Marinha brasileira contra o governo do Marechal Floriano Peixoto em 1893. A revolta discordava das mudanças realizadas pelo presidente, que destituiu os governadores que apoiavam o Marechal Deodoro da Fonseca, permitiu a ascensão de civis ao poder, além da acusação do desprestígio da Marinha em relação ao Exército. (ARIAS NETO, 2001).

⁵ Foi um movimento de revolta entre os grupos políticos que administravam o Rio Grande do Sul em 1893. Os grupos estavam divididos entre o Partido Republicano Rio-grandense (PRP), que apoiava o novo governador, Júlio de Castilhos, aliado de Floriano Peixoto e o Partido Federalista (PF), que eram contrários ao governo do Estado e a centralização política promovida pelo novo presidente. Os federalistas queriam destituir Castilhos e organizar um novo governo. Após vários embates, foi assinado um acordo de paz em 1895, pondo fim ao conflito. (SOUZA, 1990. p. 162-226).

⁶ É o caso das empresas *Trust del Alto Paraguay* e *Fomento Argentino Sud-americano* (capital argentino) e a *Compagnie des Produits Cibiis* (capital belga). Sobre o assunto: ver (QUEIROZ, 2004).

⁷ Criada pelo presidente Campos Salles, essa política tinha o seguinte funcionamento: o presidente apoiava os governadores estaduais e seus aliados e em troca eles garantiam a eleição para o congresso dos candidatos oficiais. Isso garantia a continuidade das grandes famílias (ricas e poderosas) no poder. Era uma troca entre os governantes estaduais e o governo federal. O governo sustentava os grupos dominantes nos estados, enquanto estes votavam junto com o governo no Congresso Nacional. Os governadores estaduais repetiam o acordo com as lideranças locais (coronéis), que tinham o poder sobre as pessoas de sua região, fazendo com esses votassem de acordo com seus interesses. Cf. (VISCARDI, 2001).

⁸ O tratado estabeleceu definitivamente as fronteiras entre o Brasil e a Bolívia, compensando a anexação do Acre por meio de cessão de pequenos territórios próximos à foz do rio Abunã e na bacia do rio Paraguai. Como a Bolívia perdeu, após guerra com o Chile, sua saída para o mar, dois artigos do Tratado de Petrópolis obrigaram o Brasil e a Bolívia a estabelecerem um Tratado de Comércio e Navegação que permitisse à Bolívia usar os rios brasileiros para alcançar o oceano Atlântico. Além disso,

a Bolívia poderia estabelecer alfândegas em Belém, Manaus e Corumbá e outros pontos da fronteira entre os dois países, assim como, o Brasil poderia estabelecer aduanas na fronteira com a Bolívia. O Brasil assumiu também a obrigação de construir uma ferrovia desde o porto de Santo Antônio, no rio Madeira, até Guarajá - Mirim, no Mamoré, com um ramal que atingisse o território boliviano. Era a estrada de ferro Madeira – Mamoré. Por fim, o Brasil obrigava-se demarcar a nova fronteira com Peru. A licitação para a ferrovia foi realizada em 1905; as obras iniciaram em 1907 e terminaram em 1912. Cf. (COUTO, 2013).

⁹ Rondon nasceu no município de Mimoso (MT) em 1865. Chefiou a comissão de linhas telegráficas estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Rondon morreu em 1958, aos 92 anos, na cidade do Rio de Janeiro, após ter sido nomeado Marechal do Exército Brasileiro em 1955. Após os trabalhos de construção da linha telegráfica, Rondon também atuou: como comandante das forças que lutaram em Santa Catarina e no Paraná em 1924; como comandante da Comissão de Inspeção de Fronteiras de 1927 a 1930, foi nomeado por Vargas em 1934 para presidir uma Comissão Mista Internacional incumbida de resolver uma disputa de fronteiras entre Peru e Colômbia. Paralelamente, desde 1910 Rondon exerceu a função de Diretor do Serviço de Proteção aos Índios – SPI –, sendo nomeado por Vargas em 1939, então com 74 anos, presidente do recém-criado Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Cf. (CAMPESTRINI, 2009).

¹⁰ Em 1922, esse distrito se instalou em Campo Grande e somado ao 5º regimento de artilharia de Aquidauana e ao 2º regimento de Aviação, se transformou em Circunscrição Militar, e posteriormente na 9ª Região Militar em 1934. A 9ª Região Militar teve como sedes as cidades de Cuiabá, Corumbá, Aquidauana e, finalmente, Campo Grande. Em 1985, todos esses regimentos foram aglutinados em torno do Comando Militar do Oeste (CMO), com sede em Campo Grande. Cf. (JÚNIOR & TRUBILIANO, 2008. p. 253).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mario Monteiro de. *Episódios da formação geográfica do Brasil*. Campo Grande: Alvorada, 2010. (coleção documentos para a História de Mato Grosso do Sul).

ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: praças da armada nacional (1867-1910)*. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. 2001.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. *Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória*. Campo Grande: UFMS, 2006.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: a construção de um estado, volume I: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso*. Campo Grande, MS, Ed. UFMS, 2009.

CAMPESTRINI, Hildebrando. *História de Mato Grosso do Sul: cinco séculos de História*. 6º edição. Ed. Gibim, 2009.

CARONE, Edgard. *A república velha. Instituições e classes sociais (1889-1930)*. 4ª ed. São Paulo & Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

CARVALHO, José Murilo. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual*". IN: Dados, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 40, nº 2. 1997.

CORRÊA, Valmir Batista. O comércio de Corumbá como um capítulo da história política de Mato Grosso. IN: CASARIO do porto de Corumbá. Campo Grande: Fundação da Cultura de Mato Grosso do Sul, 1985.

COUTO, Felipe Rabelo. A opinião pública carioca e a questão da incorporação do Acre ao Brasil (1898-19030). IN: XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio. 2012, Rio de Janeiro. *Anais do XV Encontro Regional de História – Ofício do Historiador: ensino e pesquisa*. Disponível em:<http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338315410_ARQUIVO_Artigo,FelipeRabeloCouto.pdf>

DOMINGUES, Cesar Machado. A comissão de linhas telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a integração do Noroeste. IN: XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio: memória e patrimônio. *Anais do XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio: memória e patrimônio*. Rio de Janeiro, 29 a 23 de julho de 2010, ISBN 978-85-60979-08-0.

DORATIOTO, Francisco. O Brasil no mundo. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.) *História do Brasil Nação: 1808-2010 – A abertura para o mundo: 1889-1930* (vol. 3). Rio de Janeiro: Editora Objetiva; Madri: Fundação Mapfre. 2012. p. 133-171.

ESSELIN, Paulo Marcos. *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômica do Pantanal sul mato-grossense (1830-1910)*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2011.

JÚNIOR & TRUBILIANO. Carlos Martins; Carlos Alexandre Barros. O progresso chega ao sertão: transformações urbanas em Campo Grande no início do século XX. IN: *Revista de História Regional*. 13(2): 246-262, inverno de 2008.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro, editora Revan: IUPERJ – UCAM, 1999.

PENA, Afonso Augusto Moreira. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da segunda sessão da sexta legislatura pelo Presidente da República Afonso Augusto Moreira Pena*. Rio de Janeiro. 1907.

QUEIROZ. Paulo Roberto Cimó. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1997.

_____. Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e Estado nacional brasileiro. IN: MARIN. Jérri Roberto & VASCONCELOS, Cláudio Alves (Orgs). *História, região e identidades*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003.

_____. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru, SP: Edusc; Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004.

SILVA, Jovam Vilela da. *A divisão do Estado de Mato Grosso: uma visão histórica (1892-1977)*. Cuiabá: EdUFMT, 1996.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na primeira república. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 19ª. edição. 1990. p. 162-226.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

A LEpra EM CUIABÁ (1850-1900)

Ariadne Marinho Machado

Graduada e Mestre em História (UFMT)
dinhaamm@hotmail.com

RESUMO

Neste trabalho busca-se compreender as medidas profiláticas empregadas em Cuiabá, na segunda metade do século XIX, aos acometidos da lepra/hanseníase. Procuramos descrever os tratamentos e os cuidados que se davam aos enfermos, estigmatizados pela doença como impuros e pecadores. Assim, percebeu-se que as instâncias político-administrativas empreenderam diferentes estratégias de controle, ao implementar um processo de disciplinarização dos espaços da cidade através da exclusão e do isolamento do doente de lepra, tida como a “doença dos impuros”.

Palavras-chave: Lepra, Século XIX, Cuiabá.

RESUMEN

Este trabajo busca comprender las medidas profiláticas empleadas en Cuiabá, en la segunda mitad del siglo XIX, la enfermedad de la lepra. Describimos los tratamientos y cuidados que se le dieron a los enfermos, estigmatizados por enfermedad de los impuros y pecadores. Por lo tanto, darse cuenta de que las instancias político-administrativa emprenderan diversas estrategias de control, en implantar un proceso de disciplina a los espacios de la ciudad, a través de la exclusión y el aislamiento de los enfermos de lepra, tomada como la “enfermedad del impuro”

Palabra-clave: Lepra, Siglo XIX, Cuiabá.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

INTRODUÇÃO

A hanseníase é amplamente conhecida como lepra, morphéia, mal de Lázaro, mal de Hansen (*Morbus hansen*), entre outros nomes. Trata-se de uma doença infectocontagiosa, altamente incapacitante e deformante. Sua origem é antiga, existem relatos em textos chineses que datam do século VI a. C., e vestígios da doença foram encontrados no Egito Antigo. Este país pode ser considerado o berço da enfermidade no continente africano. Durante o medievo acometeu grande parte da Europa, e por ser uma doença que desfigura o corpo com chagas purulentas e atrofia dos nervos e membros periféricos – com consequentes amputações –, criou-se um estigma muito forte, atribuindo-lhe um caráter sobrenatural, de castigo divino e impureza. Parcela desse estigma também se deveu ao desconhecimento, por muito tempo, de como se dava o contágio e seu tratamento correto. Atualmente a moléstia está em todo mundo.

No Brasil, supõe-se que a lepra tenha chegado por volta de 1600. São deste período os primeiros registros de casos no país. Ao perceber sua gravidade e a precária situação sanitária da então colônia portuguesa, a Irmandade de Nossa Senhora da Candelária edificou o primeiro leprosário do Brasil, em 1737, na cidade do Rio de Janeiro. Em Mato Grosso, nos primeiros anos de sua colonização já havia registros da doença. O índice era tão elevado que um morador de família abastada, Manoel Fernandes Guimarães, deixou em testamento uma quantia significativa para a construção do Hospital dos Lázaros, em Vila Bela da Santíssima Trindade, na época capital da província. Mas apenas 24 anos depois, em 1816, é que se inaugura o hospital, não em Vila Bela, e sim em Cuiabá, devido ao maior número de doentes nessa região.

Para realização do nosso estudo delimitamos o marco histórico entre os anos de 1850 a 1900, e nos debruçamos na busca de informações de como a lepra era vista e tratada pela sociedade mato-grossense. Além disso, tentamos compreender o bojo da ideia burguesa de “progresso”, que esquadrinha e disciplina uma cidade que se queria asséptica, e estava florescendo no imaginário dos governantes daquele período no Brasil e em Cuiabá.

De acordo com a historiadora Luiza Volpato (1993), embora as condições de vida na Cuiabá Oitocentista fossem piores do que em boa parte do Brasil, os conceitos Iluministas de progresso e modernização iam adentrando pouco a pouco à mentalidade da classe dominante; ideias que estavam em flagrante contraste com o modo de vida dos trabalhadores e habitantes pobres da região. Essas ideias tiveram grande importância no relacionamento entre senhores, escravos e despossuídos, além

de acentuar a dicotomia entre Igreja e Estado. No Brasil, as relações entre brancos de ascendência europeia e escravos negros, foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas, de um lado pelo sistema de produção econômica, a monocultura latifundiária que necessitava de larga mão-de-obra e, por outro, pela escassez de mulheres brancas entre os colonizadores que então recorriam às africanas escravizadas. Esta mestiçagem, tanto cultural quanto biológica, segundo Gilberto Freyre, foi a base da formação social brasileira, representada emblematicamente pela casa grande e senzala.

A casa grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social e político: de produção (monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte; de religião (o catolicismo de família); de vida sexual e de família (patriarcalismo poligâmico). Foi ainda banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia, amparando velhos e viúvas, recolhendo os órfãos (FREYRE, 1992. p. 37).

A história social da casa grande é a história íntima do Brasil, em sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo cristão, de família, e em alguma medida também influenciado pelas crendices da senzala. Esta estrutura traça um panorama histórico da colonização portuguesa no Brasil.

Neste quadro, a historiadora Elizabeth Madureira Siqueira (2002) afirma que a ocupação na região mato-grossense, principalmente na baixada cuiabana, foi um tanto singular. Siqueira assinala que em uma mesma propriedade havia a Casa do Requerente da terra, que se localizava no núcleo central do povoamento, e ao redor do requerente se assentavam as outras casas e benfeitorias. Incluía-se aí também a habitação dos trabalhadores, conforme Siqueira (2002) classificados como os homens livres pobres, a mão de obra agrícola.

A partir dessa posição geográfica e histórica podemos nos atinar do porquê da construção do Hospital São João dos Lázaros ter sido realizada em Cuiabá no ano de 1816. Devido à relevância política-administrativa, o significativo índice populacional, além dos altos números de acometimentos da lepra na região. Nesse período, a única medida profilática contra a lepra era o isolamento. O hospital-leprosário São João dos Lázaros era mantido pela caridade, pois os governantes não se importavam com a saúde da população. Segundo Firmo Rodrigues (1969), contudo, o Capitão-general Oeynhausien era o grande “protetor das obras de caridade em Cuiabá”, e de toda a capitania de Mato Grosso, até a sua transferência para a capitania de São Paulo, em 1819. Essa mudança, conforme Rodrigues (1969) foi um fator trágico para os dois hospitais de

caridade de Cuiabá, a saber, o São João dos Lázaros e a Santa Casa Nossa Senhora da Conceição da Misericórdia. Principalmente o primeiro, pois, décadas depois sofreu com o abandono absoluto dos governantes.

Tal situação está descrita nos relatos apontados por Firmo Rodrigues (1969) nos documentos produzidos por comissão, que em 1828, por ordem do Presidente da Província de Mato Grosso, tinha a intenção de vistoriar as prisões e os estabelecimentos de caridade. As atividades da comissão formada em 1828 só têm início efetivamente em 1851, quando seus membros visitaram o Hospital São João dos Lázaros e constataram a difícil situação em que se encontravam os leprosos isolados.¹

Um ano antes, em relatório² de 1850, havia um número menor de leprosos em isolamento no Hospital São João dos Lázaros. Esse índice deve-se provavelmente às frequentes fugas, devido ao estado de miséria e lástima em que os acometidos eram afligidos nesta instituição.

No final do século XIX, durante os governos de Augusto Leverger (Barão de Melgaço) em 1851, até o do militar Floriano Peixoto (1885), esta situação de penúria foi constantemente descrita nos relatórios de província, não só do Hospital São João dos Lázaros, mas também da Santa Casa:

Até expirar o regime dos presidentes de província, isto é, durante longos anos, as instituições de caridade desta cidade arrastaram existência mais ou menos penosa, quase equivalente a não existir; as enfermarias da misericórdia eram consideradas antecâmaras da morte, para onde só os desgraçados ou os escravos eram conduzidos, não por vontade própria, mas resignados, como um condenado ao patíbulo (RODRIGUES, 1969, p. 144-145).

Nos relatórios dos presidentes de província dos anos de 1840, 1880, 1884, 1886 e 1888³, há um discurso recorrente em relação à precária situação dessas instituições, que perdurou durante todo o período imperial. De acordo com o historiador Heleno Braz do Nascimento (2001), devido à fragilidade da economia de Mato Grosso e à condição de fronteira, o custo das despesas ficava a cargo do Ministério da Finança ou Ministério da Fazenda, e a situação lastimável em que se encontravam essas instituições, como descrito pelos relatórios, representava o modo como a questão da saúde da população era encarada pelas autoridades naquele período, isto é, quase nos mesmos moldes daquilo que ocorria durante a vigência do regime colonial.

Segundo a cientista política Massako Iyda (1994), durante os períodos colonial e imperial, a saúde pública no Brasil era uma questão de domínio privado, familiar ou local. Em alguns casos, como a lepra, eram requeridas medidas profiláticas de isolamento, medida mantida com um

caráter bastante precário e deficiente, pois os recursos direcionados pelo poder público para o exercício da função sanitária eram mínimos.

Nesse quadro geral de discussões entre saúde pública em Mato Grosso, é importante voltar a enfatizar que, desde o período colonial e até fins do século XIX, a sociedade era composta, em sua maioria, por escravos (1888) e por trabalhadores livres pobres, vivendo em condições lastimáveis de exploração e abandono por parte das elites dirigentes. Estava, portanto, entre estes extratos sociais “esquecidos” pelo poder instituído, o maior número de vítimas acometidas pela lepra e também por várias outras doenças que assolaram a capitania e a província de Mato Grosso (NASCI-MENTO, 2001, p. 67).

Em meados do século XIX, a cidade de Cuiabá, como capital da província, em detrimento das relações econômicas, das manifestações socioculturais e das decisões político administrativas, estava inserida no bojo conceitual que germinava nos ideais das urbes modernas (importada da Europa, principalmente da “Grande Reforma Urbana Francesa” de Georges Eugène Haussman entre os anos de 1852 a 1870) de esquadramento social, de progresso, de higienização, do discurso médico-sanitário, do asséptico, da cientificidade, da segurança e da moralização dos espaços urbanos em defesa do desenvolvimento e em nome da modernidade. Tais lemas eram enaltecidos e tomados como exemplos pelo poder instituído, o que representava a sociedade disciplinar, e assim tentaram implementar no Brasil e nas demais sociedades ocidentais no final deste período.

A DISCIPLINARIZAÇÃO DA CIDADE E O TRATAMENTO DOS LEPROSOS

O filósofo Michel Foucault (1993), em muitas de suas obras⁴, afirma que nos séculos XVII e XVIII a saúde era reservada aos domínios eclesiásticos, com o mínimo de assistência do Estado, na Europa. Sendo assim, a saúde se misturava com a questão moral e com os dogmas religiosos.

Ela se dirigia à categoria importante, não obstante a imprecisão de suas fronteiras, dos pobres doentes. Economicamente esta medicina-serviço estava essencialmente assegurada por fundações de caridade. Institucionalmente, ela era exercida dentro dos limites de organizações (leigas ou religiosas) que se propunham fins múltiplos: distribuição de víveres, vestuário, recolhimento de crianças abandonadas, educação elementar e proselitismo moral (...) eventualmente vigilância e sanções de elementos “instáveis” ou “perturbadores” (as repartições hospitalares tinham, nas cidades,

jurisdições sobre os vagabundos e os mendigos, as repartições paroquiais e as sociedades de caridade se outorgavam também, e muito explicitamente, o direito de denunciar os “maus elementos”). Do ponto de vista técnico, a parte desempenhada pela terapêutica no funcionamento dos hospitais na época clássica era limitada relativamente à ajuda material e ao enquadramento administrativo. Na figura do “pobre necessitado” que merece hospitalização, a doença era apenas um dos elementos em um conjunto que compreendia também a enfermidade, a idade, a impossibilidade de encontrar trabalho, a ausência de cuidados (FOUCAULT, 1993, p. 195).

De acordo com Foucault (1993), a valorização e o enaltecimento dos conceitos de assepsia e disciplinamento social serviram como parâmetro para as grandes cidades europeias, tidas como modernas, que se transformaram em ambientes disciplinares. Neste sentido, no final do século XIX e começo do século XX, algumas capitais brasileiras, inclusive Cuiabá, tentavam transformar-se em ambiente disciplinador, higiênico, medicalizado e moralmente sadio. Assim, as pessoas tidas como vadios, turbulentos, loucos ou portadores de doenças contagiosas e incuráveis, como a lepra, deveriam ser segregados e isolados em hospitais apropriados para tal finalidade.

Deste modo, compreende-se o conceito de cidade disciplinar que possibilita mitigar o cotidiano dos acometidos pela lepra, entre práticas e representações que se articulavam com a ideia de sujo, maldito, pestilento, pecador e impuro, vinculados intrinsecamente com a moléstia. Tais representações sociais legitimavam a profilaxia do enclausuramento ou isolamento, que eram tomadas na época e até poucas décadas atrás (o isolamento só se torna conduta inapropriada nos anos de 1960). Para o historiador francês, Roger Chartier, (1990), a cidade constitui o *lócus* de acumulação de capital cultural, epicentro das transformações do mundo capitalista, que são historicamente produzidas pelas práticas sociais, políticas, culturais entre outras, que se articulam no cotidiano.

Neste sentido, os documentos do recenseamento dos anos de 1890⁵ demonstram que o presidente da província, Ernesto Augusto Cunha Mattos, mandou averiguar as condições higiênicas de Cuiabá para alavancar um processo de higienização na capital. Os inspetores de higiene, os poucos médicos e os educadores, entre outras autoridades, que para cá se dirigiam acreditavam que poderiam impor os conceitos trazidos de outras regiões do país e até mesmo da Europa.

Mas a cidade de Cuiabá deveria, pelo menos no discurso médico e oficial, ser higienizada e transformada, onde conviveriam pessoas e famílias, em conjunto com uma educação adequada, ou seja, a desinfecção dos lugares públicos, principalmente as ruas da cidade de Cuiabá.

Segundo VOLPATO (1993) este discurso da higienização e da prevenção de doenças ganhou destaque após a Guerra da Tríplice Aliança contra os Paraguaios (1865-1870), durante a qual ocorreu uma terrível epidemia de varíola que assolou a população cuiabana, principalmente a classe menos favorecida da sociedade. Entretanto, Firmo Rodrigues (1969) diz que a terrível experiência da varíola não mudou a situação de abandono em que foram deixados os doentes e os hospitais de caridade destinados a eles (São João dos Lázaros e Santa Casa da Misericórdia), durante todo o século XIX e início do XX.

A presença da varíola (1867); os problemas com a irmandade organizada para administrar os dois hospitais de caridade em 1879, porém extintos em 1886; o ataque epidêmico da *colera morbus* (1886); as incertezas trazidas pelo regime republicano (1889); as dificuldades enfrentadas pela população com o surto de febre amarela (1890) foram fatores que contribuíram para um certo 'esquecimento' da lepra por parte dos órgãos oficiais de Mato Grosso. Com a relegação da moléstia a segundo plano, é oportuno afirmar que o Hospital de São João dos Lázaros de Cuiabá (juntamente com os leprosos nele isolados) também ficou, durante aquele longo período, a mercê do 'esquecimento e abandono' (NASCIMENTO, 2001, p. 72).

De acordo com os historiadores Heleno Brás do Nascimento e Cristiane dos Santos Silva, vislumbra-se na Cuiabá neste período o comprometimento da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, que buscava auxiliar com assistencialismo aos enfermos que residiam nos hospitais e leprosários locais. A Igreja se fazia presente em todos os momentos, intercedendo com orações e ao realizarem procissões para amenizar as dúvidas e incertezas de alcançar o préstimo divino dos moribundos ou enfermos, principalmente os acometidos da lepra. Contudo, ao final do século XIX e início do século XX, o papel da assistência eclesiástica vai sendo substituído paulatinamente pela ciência médica moderna, que se politiza com noções de prevenção e progressivamente se instrumentaliza com procedimentos de proteção à saúde coletiva.

No entanto, no caso da lepra há uma diferenciação em relação às outras doenças. Pois sua condição é muito mais simbólica do que científica ou patológica, justamente por ser uma doença estigmatizada. Portanto, é importante pensarmos nas *representações* em torno da doença e as implicações sociais que dela advém.

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, com fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras

de condutas e práticas sociais, dotadas de forças integradoras e coesivas, bem como explicativas do real. Indivíduos e grupos dão sentidos ao mundo por meio das representações que constroem a realidade. (PESAVENTO, 2003, p.39).

Sandra Jatahi Pesavento (2003) afirma que as representações são mecanismos imaginários (mentais), históricos e culturais, que criam sentidos e significados ao mundo e à realidade. É por via da representação que se compreende a exterioridade que compõe o mundo e as formas simbólicas que constroem as identidades. Ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada. Portanto, já há em uma representação, um significado e uma apreciação valorativa. Ainda segundo Pesavento, trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados compartilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo.

No Brasil e em Mato Grosso, em virtude da regência da cultura cristã e ocidental a lepra não era vista como um mal que a medicina poderia tratar, por falta de conhecimentos médicos no período, e também por ter conotação sobrenatural. Os eclesiásticos visavam, ao invés de curar, proporcionar uma assistência piedosa e caridosa à criatura acometida por este infortúnio. Ou seja, os portadores desse estigma, os leprosos e morféticos, além de impuros e incuráveis, já eram considerados em trânsito sem retorno para as sepulturas (e a danação eterna).

O terror e o pavor que circunscreviam o imaginário social sobre a lepra permitiram que ao longo dos séculos edificasse representações e práticas sociais que estigmatizavam os acometidos dessa enfermidade, originários dos tempos antigos (até mesmo antes de Cristo), permaneceram vivos no imaginário das pessoas até o período analisado neste trabalho. Isso legitimou medidas profiláticas que propiciavam aos leprosos apenas a segregação social e isolamento hospitalar como uma mancha anestésica cujo portador estava invariavelmente condenado à morte social, física e espiritual.

Portanto, o marco temporal que este trabalho aborda, e que se inicia na segunda metade do século XIX, é marca de uma transformação na cidade em questão. A noção de higienização e a retirada dos leprosos e loucos do entorno da urbe eram problemáticas perante o projeto de construção da nação, almejado por governantes, a elite e intelectuais, que manifestavam o medo encravado nos pensamentos.

Cuiabá em fins do século XIX é uma cidade com uma população urbana de pouco mais de 9.000 habitantes, marcada pela guerra, pela peste e pela fronteira. São marcas indeléveis que seus

governantes tentarão apagar, pelo menos na parte que se traduz como pontos negativos. Ainda no período colonial, a guerra contra algumas etnias indígenas foi uma constante, principalmente contra os Paiaguás, os Bororo, os Coroados e os Guaicurús, segundo o cronista José Barbosa de Sá (1975), o que implicava em um ambiente de tensão permanente para os conquistadores, já que os ataques poderiam ocorrer a qualquer momento (PINHO, 2007, p. 21).

Segundo a historiadora Rachel Tegen Pinho (2007), houve na historiografia Mato-grossense a presença dos confrontos ocorridos no final do século XIX e início do XX, o que fortalece a figura do bandeirante, do estrangeiro que carrega consigo a figura do disciplinador e civilizador. Na segunda metade do século XIX, a guerra contra o Paraguai (1865-1870) foi o acontecimento que evidenciou, entre outras coisas, a fragilidade do poderio militar de Cuiabá e de outras localidades próximas ao rio Paraguai; a dificuldade no abastecimento de víveres e de outros gêneros alimentícios para a região; e, por fim, o que ceifou a vida de parte da população cuiabana, a epidemia da varíola, no mesmo período caracterizava um sentimento de tensão e medo da morte. Ou seja, a guerra, a fronteira e a peste produzem em Cuiabá um imaginário marcado pelo medo.

Firmino Rodrigues (1969) afirma que com a epidemia da varíola, os morféticos (leprosos) que foram recolhidos violentamente ao Hospital São João dos Lázaros de Cuiabá morreram quase todos. Pois já estavam doentes e não se alimentavam adequadamente, não tinham o mínimo de higiene no local e, com o advento de uma instabilidade na sociedade cuiabana, não sobreviveram ao surto da varíola e às condições que ela trouxe à cidade.

Nem ao menos é possível hoje reconstruir facilmente o quadro de misérias que apresentavam os hospitais em abandono, pois que o desleixo ou mão criminosa consumiu grande parte do arquivo da Santa Casa.

Foi só em 1862 que o presidente da província Herculano Ferreira Pena, autorizado por lei n.º 8 de 10 de junho, tentou reorganizar o serviço administrativo das casas de caridade, designando uma comissão de pessoas qualificadas, afim de examinar o estado da Santa Casa e São João dos Lázaros, que eram administradas em conformidade com a lei n.º 11 de 5 de Junho de 1847.

Em 1887, foi a população de Cuiabá dizimada pela varíola e, sobre os serviços que então deveriam ser prestados na Santa Casa, não encontramos referências alguma no arquivo. E o outro hospital o São João dos Lázaros apenas registro de morféticos que foram vítimas da varíola (RODRIGUES, 1969, p. 145).

A Cuiabá oitocentista é uma cidade marcada pelo medo. Dentre os diversos documentos oficiais que registram as turbulências das décadas de 1830 a 1880, o recenseamento de 1890 reflete a ambição de ser uma “cidade civilizada e disciplinada”. Daí a necessidade dos governantes serem respaldados pela elite na defesa de um projeto que execute a retirada dos vagabundos, dos loucos e dos leprosos (ou morféticos) do entorno urbano, como se fossem uma massa amorfa que mancha a cidade.

O imaginário da época, em conformidade com os documentos apresentados como os relatórios ou os censos da Província de Mato Grosso, salienta a preocupação com o projeto de construção da nação, civilização e identidade brasileira, que tem a cidade como vitrine. Revela ainda o cuidado em demarcar um território, o do saber médico, já que no século XIX é instalado no Império brasileiro o estado de polícia, encarregada de vigiar, disciplinar e punir, entre outras atividades, sobretudo as de cunho moral, e os leprosos e loucos não escapam dessas punições.

Compreende-se então a cidade disciplinada e disciplinadora, vigilante e vigiada, constituída no processo de modernização e sob responsabilidade do estado-nação. Este executava práticas que intencionava controlar, além de identificar, isolar e classificar, excluindo assim os sujeitos indesejáveis da sociedade. Entre essas práticas encontram-se aquelas que passaram a ser classificadas como medidas profiláticas, que propunham isolar os indivíduos no âmbito da doença. Assim ocorreu com a lepra (e outras doenças), em que os acometidos eram designados como uma ameaça à sociedade; e os morféticos/leprosos passíveis de isolamento ou exclusão como uma mancha anestésica na sociedade.

Portanto, a compreensão do leproso ou morfético como esse personagem social portador de um mal, pecador, excluído e recluso pela enfermidade, pela Igreja, pelo Estado, pela Política e pelo Estigma, tem como dimensão a essência de nossa cultura: que marginaliza, isola até matar física e socialmente o Outro, o indesejável.

Exemplo disso é reiterado por Firmo Rodrigues

A falta de mantimentos nos armários públicos provinha da falta de pagamento dos dízimos. Logo que a situação precária da Fazenda Pública melhorou, permitindo aos armazéns o fornecimento de gêneros, determinou o Presidente José de Saturnino a todos os comandantes do distrito de Cuiabá recolher, mesmo violentamente, ao hospital dos Lázaros, todos os morféticos que existissem nos seus distritos.

Mas pouco depois surgia nova crise financeira e ficavam os doentes expostos a maior miséria por falta de fornecimentos (RODRIGUES, 1969, p. 143).

Mas é nos relatórios da província que temos uma espécie de escritura da cidade e a descrição dos sujeitos que nela habitam um possível preenchimento das nuances e lacunas que vigoravam na Cuiabá oitocentista. Segundo Pinho (2007), a baixada cuiabana do século XIX, lamacenta, entulhada de lixo, de água fétida e de edifícios modernos ao lado de antigas construções, faz brotar ou florescer um entretom, que evidencia nesse *lócus* urbano um espaço liso e estriado pela interdição de práticas que ora contrariavam, ora mitigavam o torpor projeto de uma urbe dentro do arquétipo europeu.

Indícios atenuantes que caracterizam a Cuiabá desse período como provável ou a caminho de uma sociedade disciplinar. Tomando a disciplina como sendo o engendramento social exequível através da obediência e de vigilância constante. Suscetível da seguinte interpretação:

(...) cidade pestilenta atravessada inteira pela hierarquia, pela vigilância, pelo olhar, pela documentação, a cidade imobilizada no funcionamento de um poder extensivo que age de maneira diversa sobre todos os corpos individuais, utopia da cidade perfeitamente governada (FOUCAULT, 1987, p. 27).

Foucault analisa que é nas cidades pestilentas cuja projeção de recortes finos configura a disciplina sobre o espaço turbulento e obtuso, e legitimam os mecanismos que levam aos internamentos ou isolamentos dos indesejáveis. Contudo, considera que a disciplina suscitada pela peste, ainda que fosse excepcional, era absolutamente violenta. Curiosamente, a peste despertava sensações contraditórias: por um lado, era temida pela iminente ameaça de contágio ou mesmo de morte, e pelo outro, era desejada pelos governantes, já que sobre o seu estado, a cidade era plenamente governada e governável, afinal, foi à peste que promoveu esquemas disciplinares e medidas profiláticas como os casos dos hospitais, leprosários e manicômios, edifícios estruturados pelo viés panóptico.

No século XVIII, Jeremy Bentham apresentou a solução da disciplinarização da sociedade com a formulação do esquema panóptico. O panóptico de Bentham constituía-se numa arquitetura que possibilitava a vigilância permanente, contínua, do ver-sem-ser-visto, projetada, a princípio, como um novo modelo de prisão, escola e outras instituições fechadas em que se prescindia da disciplina. Todavia era muito mais do que isso. O panóptico estava 'destinado a se difundir no corpo social', com função generalizada e papel ampliador (FOUCAULT, 1987, p. 165).

Continua Foucault (1987):

(...) destrancar as disciplinas é fazê-las funcionar de maneira difusa, múltipla, polivalente no corpo social inteiro. Essas disciplinas que eram clássicas elaborada em locais precisos e relativamente fechados – casernas, colégios, grandes oficinas – e cuja utilização global só fora imaginada na escala limitada e provisória de uma cidade em estado de peste. Bentham sonha em fazer delas redes de dispositivos que estariam em toda parte e sempre alertas, percorrendo a sociedade sem lacuna nem interrupção. O arranjo panóptico dar a fórmula dessa generalização. Ele programa ao nível de um mecanismo elementar é facilmente transferível, o funcionamento de base de uma sociedade todo atravessada e penetrado mecanismos díspares (FOUCAULT, 1987, p. 187).

É plausível, segundo Foucault, que a teoria de Jeremy Bentham seja como dispositivos que deslumbram o controle social, a vigilância abarcada, a partir de um prisma “*panóptico*”. Tendo como mecanismo a dissociação do ver e ser visto tecnicamente planejada e disponibilizada para produção individual de efeitos e eficácias. A disparidade do ver sem ser visto submerge no corpo social e se adapta a cada discurso proferido reconfigurando a maneira de pensar, de viver e de agir ao ponto de condicionar o Outro (mesmo que veladamente) dentro do ambiente disciplinar. Vislumbramos isto nas estratégias por detrás do recenseamento de 1890, que prescrevia um roteiro local de descrição individual ou em conjunto dos moradores do primeiro e segundo distritos de Cuiabá, pertinentes para reconfigurar e remodelar a cidade disciplinar da vigilância constante.

Na literatura em sua profícua narrativa, Ítalo Calvino (1990) esbraveja à respeito das cidades disciplinares:

Em todos os pontos (...) alternadamente, pode-se dormir, fabricar ferramentas, cozinhar, acumular moedas de ouro, despir-se, reinar, vender, consultar oráculos. Qualquer teto em forma de pirâmide pode abrigar tanto lazarentos dos leprosos quanto termas das odaliscas. Os viajantes andam de um lado para o outro e enchem-se de dúvidas: incapaz de distinguir os pontos da cidade, os pontos que eles conservam distintos na mente se confundem... E se perguntam qual é o motivo da cidade? Qual é a linha que separa a parte de dentro e de fora, o estampido das rodas do uivo dos lobos? (CALVINO, 1990, p. 37-38).

Está implícito na formulação dessa pergunta de Calvino (1990), “qual é o motivo da cidade?”, notadamente há diversas maneiras de responder tal indagação, porém, ao delimitar o espaço do urbano de-

vemos marcar ou estipular as fronteiras que circunscrevem o território. Seguindo este bojo intelectual, o recenseamento realizado na Cuiabá de 1890 profere nas entrelinhas a indelével ambição do governo vigente de disciplinar e normatizar a cidade por inteiro evidenciada o favorecimento dos governantes em prol das elites no projeto civilizatório, aumentando apenas a exclusão e o isolamento social do Outro, extirpando quaisquer condições de sobrevivência. Tendo como exemplos os morféticos ou leprosos, segundo relato do provedor da Santa Casa da Misericórdia ao governador do Estado sobre o fato da resistência e das fugas de alguns doentes do Hospital- Leprosário São João dos Lázaros à procura de alimentos para sua subsistência.

Como se observa no Ofício enviado ao Governador Antônio Maria Coelho:

(...) existem seis morféticos sob a direção de um guarda-mor e um servente. A distribuição de comida é feita no penúltimo dia de cada mês, a cada um doente de todos os gêneros alimentícios necessários para a alimentação de um mês. Acontece porém que dois dos morféticos são dados ao vício da embriaguez com excesso, e preferem muitas vezes dispor de suas rações, ocultamente, para obterem a aguardente ou esmolarem para consegui-la⁶.

As fugas (instrumento de resistência) para a rua daqueles que estavam proibidos de circular livremente eram frequentemente justificadas pelo provedor, tanto pelo vício da bebida, como pelas precárias condições da Santa Casa de Misericórdia ou do São João dos Lázaros. Aliás, esse tipo de ocorrência servia para elucidar o estado de abandono das casas de caridade do Estado, e a necessidade de se solicitar aumento de verbas para as respectivas instituições, mas nenhuma era merecedora de atenção. Ao que parece, só na eminência do medo da peste, mas não como política e sim como generosidade, o Estado repassava recursos financeiros, conforme ofício do Governador do Estado que informa o atendimento ao pedido de aumento na subvenção da Santa Casa.

No Relatório do Tribunal da Relação de 1893, refere-se ao recenseamento de 1890 "(...) para auxiliar nas despesas daqueles estabelecimentos, em consequência do número considerado de doentes afetados pela epidemia reinante que para lá se dirigem em busca de tratamento" (PINHO, 2007, p. 40).

Segundo Rachel Tegon Pinho, a saúde pública em Cuiabá começou a ser organizada nos primeiros anos da República. O medo, a epidemia e o estigma ocasionados por algumas doenças que causavam endemias como a lepra estava arraigada no imaginário cuiabano do período. Devido ao grande fluxo de transeuntes e do transporte de carga e descarga

na região do Porto, contribuíram para a criação da Inspetoria de Higiene Pública de Cuiabá. Os primeiros anos de sua atuação foram caracterizados pela adoção de algumas medidas pontuais que não implicaram na formulação de políticas públicas voltadas para a saúde em Mato Grosso, sendo a Santa Casa da Misericórdia e o Hospital São João dos Lázaros, os únicos hospitais existentes na capital, e os únicos destinados a prestar atendimento à população carente e a segregar os indesejáveis da sociedade “civilizada”.

A partir do século XX, o Estado passou a se ocupar de questões que estavam restritas ao âmbito familiar e religioso, tanto por meio da adoção de estratégias de enclausuramento como as construções de instituições fora do perímetro urbano, como forma de disciplinarização. E também estabelecimento e fortalecimento de algumas instituições que vão circunscrever o espaço citadino. Portanto é oportuno dizer que,

(...) a cultura articula volta e meia legítima, desloca ou controla a razão do mais forte. Ela se desenvolve no elemento de tensões, e muitas vezes de violência, a quem fornece equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromisso mais ou menos temporários (CERTEAU, 1994, p. 45).

É notável a semelhança observada na citação acima, em relação à diversidade de dispositivos utilizados para legitimar e controlar a “razão do mais forte”. No caso do recenseamento de 1890 faz perceber que o Estado estava preocupado em retirar os loucos, os leprosos/morféticos e vadios das ruas como estratégia para instaurar o projeto de uma Cuiabá asséptica. Ainda de acordo com historiador Michel de Certeau (1994), o Estado lança mão de laivos artefatos para imputar a sociedade o seu controle e sua rede de privilégios, a qual Certeau conceitua como estratégia: “Chamo de estratégia o cálculo das relações de força que torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’” (CERTEAU, 1994, p. 46).

Assim, podemos entender que as práticas do poder desembocam em uma politização das práticas cotidianas através da ideia de higienização. Os documentos que contém essas trajetórias conseguem captar o material dessas práticas de disciplinarização. Desta forma, compreendemos as práticas efetivadas pelo Estado de extrema importância para apreendemos às representações sobre os leprosos e sua trajetória na Cuiabá oitocentista. Podemos interpretar a prática, que:

(...) postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econô-

mica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico (CERTEAU, 1994, p. 46).

O modelo estratégico construído para o trato dos miseráveis leproso-morféticos da cidade de Cuiabá e do entorno continuava sendo a profilaxia do isolamento muitas vezes compulsório ao Hospital São João dos Lázaros, instalado no início do século XIX exatamente com a finalidade de receber os acometidos da capital, vilas e povoações próximas, pois, era o único leprosário de Mato Grosso na época.

As condições dos enfermos eram tidas como deploráveis e lastimáveis. O estado dos presos era de só possuir verdadeiros trapos, e mal comiam uma ração por dia. Entretanto, assim não ficaria tão pesado à municipalidade ou ao Estado a designação de uma verba para atender a este ato humanitário, mais do que disciplinarizador ou de eugenia social. Isto nos leva ao questionamento de que tanto no medievo quanto na modernidade o problema era considerar o leproso como indivíduo repulsivo. Por isso a necessidade de retirá-lo do convívio social e trancá-lo em algum lugar. Esta moléstia, interpretada até mesmo como castigo divino, foi representada desde os mais remotos tempos e até a segunda metade do século XX no Brasil como estigma social. Lepra passa a ser tratada com patologia médica e não social, a partir da década de 1940 por decisão federal, sendo incluída entre as doenças de notificação compulsória no território nacional, principalmente onde coincide a “Amazônia Legal”.

O Brasil teve a iniciativa, a partir da década de 1950, de substituir o termo “Lepra/Morféia” por Hanseníase, em homenagem a Hansen, o descobridor do bacilo, com a intenção de diminuir o estigma historicamente inerente ao nome e representação da doença. Portanto, podemos concluir que a substituição do nome “Lepra” por Hanseníase é uma política apaziguadora que apenas minimizou a questão historicamente edificada no imaginário social através do estigma.

NOTAS

¹ APMT. Cópia dos artigos da comissão nomeada para visitar as prisões e os estabelecimentos públicos de caridade. LATA A, 1852.

² Relatório apresentado pelo presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, 1851.

³ Relatório da Sociedade Beneficente Santa Casa da Misericórdia. APMT.

⁴ Consultar: Vigiar e Punir (ANO), Microfísica do Poder (ANO), O Nascimento da Clínica (ANO).

⁵ Relatórios de abertura é o censo registrado em dois volumes que descreve a população urbana de Cuiabá, dos primeiro e segundo Distritos da cidade.

⁶ Ofício do presidente Antônio Maria Coelho. 1890. Caixa: D - APMT

FONTES DOCUMENTAIS

Doc. 1 - Recenseamento Urbano de Cuiabá (2 volumes) - Relativos ao Primeiro e Segundo Distritos da Capital, datado de 1889. Lata: G. - APMT.

Doc. 2 - Instruções – Assistência Médico-legal de Alienados e Morféticos. Rio de Janeiro, 1889. Lata G. APMT.

Doc. 3 - Ofício do presidente Antônio Maria Coelho. 1890. Caixa D, APMT.

Doc. 4 - Relatório do tribunal da Relação. 1893. Caixa J, APMT.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. *Famílias e vida doméstica*. In: História da vida privada no Brasil vol.1. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano: artes de fazer*. (3ª Ed.) Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa/ Difel: Rio de Janeiro: Bertand Brasil S.A., 1990.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. [1933] Rio de Janeiro: Record, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. História da violência nas prisões*. 8ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOFFMAN, Erving. *Estigma – Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro. Zahar, 1975.

MORAES, Maria Auxiliadora Maciel de. et. la. *Relação entre condições de vida e hanseníase*. Cuiabá – MT, 1990 (Monografia de Especialização em Saúde Pública) Centro de Ciências de Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Mato Grosso.

NASCIMENTO, Heleno Braz do. *A lepra em Mato Grosso: caminhos da segregação social e do isolamento hospitalar (1924-1941)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFMT.

PESAVENTO, Sandra J. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.

PRATA, Maria Regina dos Santos. *A produção da subjetividade e as relações de poder na escola: uma reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração social da atualidade*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro.

QUEIROZ, Maria de Lourdes de. *A Hanseníase no Estado de Mato Grosso*. 2009. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). - Programa de Mestrado em Saúde Coletiva. Instituto de Saúde Coletiva da UFMT.

RODRIGUES, Firmo. *Figuras e coisas de nossa terra*. Cuiabá, Mato Grosso: Escola Técnica Federal de Mato Grosso, vol. II, 1969.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Hucitec/ UNESP/ABRASCO, 1994.

SILVA, Cristiane dos Santos. *Irmãos de fé, Irmãos no poder: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1751-1819)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFMT.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso – da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

TEGON, Rachel. *Cidade e Loucura*. Cuiabá Mato Grosso: Central de texto: EdUFMT, 2007.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850/1888*. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

DISCURSOS DE MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DE CÁCERES-MT (1888-1935)

Giuslane Francisca da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso
Mestranda em História-Bolsista CAPES
giuslanesilva@hotmail.com

Luciana Coelho Gama

Universidade Federal de Mato Grosso
Mestranda em História
lucgama@yahoo.com.br

RESUMO

No Brasil no início do século XX, as cidades umas de maneira mais acelerada como os grandes centros urbanos, outras com menor intensidade como as cidades menores, através de um conjunto de medidas procuravam enquadrar-se ao novo modelo de cidade moderna, que compreendia tanto a remodelação dos espaços urbanos como também civilizar a vida cotidiana dos cidadãos, que dentro de suas possibilidades procuraram ajustarem-se a nova situação. Nesse sentido, no presente trabalho buscamos refletir sobre os discursos e projetos de modernização dos espaços urbanos da cidade de Cáceres-MT (1888-1935), apontando como os discursos de modernização/modernidade foram interpretados pelas elites e pelos órgãos administrativos, analisando um conjunto de medidas adotadas pelos mesmos com o objetivo de incluir Cáceres, no dito “mundo civilizado”.

Palavras-chave: Cáceres. Modernização. Progresso

ABSTRACT

In Brazilian cities at the beginning of the 20th century, some of them accelerated way with big urban centers others smaller with lower intensity, trying to fit in a modern city model through the set of measurements comprises both the redevelopment of urban spaces as well civilizing everyday life of the city dwellers that within their means looking fit the new situation. In this way, the article aims to reflect about the discou-



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

rise and project of urban space modernization in the city of Cáceres-MT (1888-1935), pointing out how the discourses of modernization/ modernity were interpreted by the elites and the administrative organs analyzing the set of measurements adopted with the objective to include Cáceres at the “civilized world”.

Keywords: Cáceres, Modernization. Progress.

INTRODUÇÃO

As indagações que norteiam esse trabalho pautam-se em compreender de que forma Cáceres interpretou e incorporou os discursos de modernização/modernidade, em voga no Brasil entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Buscamos entender a concepção de modernização/modernidade almejada pelos moradores da cidade, assim como analisar algumas medidas adotadas para inserir Cáceres, no dito “mundo civilizado”.

No Brasil, nos primeiros anos da República e mais fortemente no início do século XX, quando os discursos de modernização e civilização dos espaços urbanos se tornaram mais fortes, as cidades desempenhavam, através de um conjunto de medidas, o papel de espaço “civilizatório” de seus habitantes. Esse processo ocorreu de maneira mais acelerada, nos grandes centros urbanos que contavam com maiores recursos financeiros, e com menor intensidade em cidades menores como Cáceres, que muitas vezes encontravam-se entregues a sua própria sorte e buscavam dentro de suas possibilidades ajustarem-se a nova situação, iam estabelecendo “pontos de aproximação não restritos ou minimamente aceitáveis do ponto de vista estético das urbes que lhes serviam de referência, mas também de modos de viver e uma sociabilidade, mais do que apenas aceitável, imprescindível aos padrões do “novo” século XX”. (FANAIA, p.62, 2010).

A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE HIGIENIZADA E MODERNA

As ruas da pequena cidade não eram calçadas e tinham estreitos passeios de tijolos. As casas térreas eram caiadas de branco (...). *Mas ali mesmo em Cáceres o espírito do novo Brasil já ia penetrando (...).* (grifo nosso) (ROOSEVELT, p. 138, 1944).

Conhecida e notória, como é a nossa isenção de ânimo, bem como a imparcialidade característica das nossas apreciações em

qualquer dos domínios sociais, é bem de ver que nos domina neste instante outro sentimento serão o de vermos esta bella terra, que nos é tão cara, marchando ainda que com lentidão, na senda do verdadeiro *progredir*. (ARGOS, 1912, p. 1).

As epígrafes acima são a nosso ver, representações peculiares de um momento que especialmente as elites da cidade de Cáceres buscavam romper com vários estereótipos comumente utilizados para se referirem a cidade localizada na fronteira oeste do Brasil.

O primeiro trecho foi retirado do livro *Através do sertão do Brasil* (1944) escrito pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, como resultado da expedição empreendida por ele e Rondon. Deixa explícito que, apesar da cidade ainda estar respirando os ares de um período já superado no 'mundo civilizado', mesmo que sua localização fosse afastada dos grandes centros urbanos, a mesma caminhava rumo ao progresso, já então vivenciado em outras regiões do país.

No segundo fragmento retirado jornal Argos de 27 de outubro de 1912, é possível perceber o estado de ânimo de seus moradores em relação ao desenvolvimento da cidade, que apesar da lentidão segue aos poucos marchando rumo ao 'progresso'. Aparece nitidamente o sentimento de exaltação e amor à terra cacerense, da mesma forma em que busca pela "modernidade" e pelo "progresso", sentimentos característicos em várias localizações do país, no qual cada uma a sua maneira empenhava-se por se enquadrar no modelo de "civilização" e "modernidade" ditados pelo Velho Mundo, especialmente a França.

Neste sentido lançamos as seguintes questões: Qual o significado de progresso naquele momento? Como se manifestava, ligava-se a que? O que possibilitava uma cidade ser identificada como civilizada, moderna? Essas são algumas indagações que norteiam esse trabalho

É plausível afirmar que nessa busca pela modernização e o progresso, Cáceres não foi um caso isolado, pelo contrário, foi através de um intenso contato com outros centros urbanos imbuídos por esses símbolos da modernização e do progresso, que os administradores apoiados pelas camadas elitizadas de Cáceres buscaram recriar através de uma série de medidas, um ambiente que a permitisse identificar-se com o dito mundo moderno.

Nesse momento, o *progresso* estava associado ao princípio da industrialização, da dominação humana sobre a natureza, qualquer sociedade que não se encaixasse nesse modelo era considerada como "atrasada", "retrógrada", ainda nos degraus iniciais do longo caminho da civilização.

Esse projeto de modernização estava vinculado ao processo de modernidade, na qual pode ser identificado como racionalidades, os

conhecimentos científicos, “as formas racionais de organização social, a superação dos mitos, religião, superstições” (SOUZA, 2008, p. 16). Supõe uma concepção de sociedade totalmente diferenciada, que buscava impor novos comportamentos à população, especialmente a citadina, entre elas a introdução da disciplina do trabalho fabril, hábitos de higiene, de moradia, sobretudo, a superação de hábitos e costumes tradicionais, próprios de grupos sociais “incivilizados”. Esse processo civilizador pressupunha a destruição das relações sociais, de sentimentos, práticas e crenças tradicionais.

No entanto, não se pode pensar que esses sentimentos foram vividos e interpretados da mesma forma em todas essas cidades acima mencionadas, simplesmente “como se fosse mero reflexo, simples importação e transplantação da cultura moderna de centros europeus”. (SOUZA, 2008, p.18). Cada cidade a seu modo, com suas especificidades, abstraiu e experienciou com intensidade e maneiras diferenciadas os símbolos da modernidade, embora existam entre elas algumas similaridades.

Aqui no Brasil outras cidades menores localizadas em regiões mais afastadas do litoral também foram marcadas por esses símbolos, como é o caso de Cuiabá, Corumbá, e Cáceres, que embora não tenham se constituído em grandes centros industriais e econômicos, nem se tornaram metrópoles, mas por se localizarem as margens de rios navegáveis, como o Paraguai e o Cuiabá, tiveram certa importância em suas regiões, dignas de estudos. São cidades muito pequenas se comparadas com os demais centros urbanos, mas experienciaram o fenômeno de urbanização, vivenciado no Brasil e em grandes cidades europeias e estadunidenses.

O novo modelo de sociedade burguesa consolidada no final do século XIX pretendia livrar-se de tudo aquilo que se remetia ao passado colonial e imperial, em busca de um novo *status* a burguesia nacional “teria de lutar contra os comportamentos, atitudes e expressões tradicionais que eram considerados inadequados para a nova situação”, Maria D’ Incao (2004, p. 226). Os modos de vida das elites já não eram mais os do tempo do Império.

Em algumas regiões mais afastadas do litoral, a navegação fluvial foi crucial para o desenvolvimento econômico possibilitando a entrada e saída de mercadorias a um prazo menor, assim como nas questões culturais. Pois a partir do momento em que as elites começaram a circular nos grandes centros urbanos, conseqüentemente, as mesmas passaram a absorver hábitos e costumes diferenciados, como no caso de São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro, no qual estavam voltados para o processo de europeização.

Cáceres enquanto cidade portuária manteve-se em conexão com outras cidades, como as do litoral brasileiro, assim como também com

idades platinas e com a Europa, sobretudo com a França e partir daí, tanto os órgãos administrativos quanto as elites elaboraram e impuseram uma série de medidas, com o intuito de aproximar a cidade com o modelo de modernização/progresso, ao passo em que buscava livrar-se dos estereótipos de cidade fronteiriça, vista como atrasada em relação aos demais centros urbanos, especialmente os do litoral.

OS DISCURSOS MODERNISTAS E DISCIPLINARES EM CÁCERES

No caso de Cáceres, o rio Paraguai representava o meio mais rápido de acesso a outras cidades, visto que para se chegar a Corumbá, gastava-se cerca de três a cinco dias, exceto em épocas em que o nível da água baixava devido à seca; já para chegar-se a capital Cuiabá, demorava-se em média seis dias, percurso que durante muito tempo era feito somente a cavalo em trilhas abertas em meio à mata, devido a inexistência de estradas e veículos.

Até 1928 Cáceres ainda não dispunha de porto e as embarcações atracavam nas barrancas da baía de frente a igreja, denominado Porto da Manga, nesse local os vapores, lanchas e paquetes partiam com destino a Corumbá e de lá regressavam com mercadorias oriundas da Europa, tais como tecidos, pianos, indumentárias, cristais etc., utilidades que logo iam sendo incorporadas aos lares e figurinos dos cacerenses, sobretudo daqueles que pertenciam às camadas mais abastadas, Pinho (2011).

Era também muito comum pessoas pertencentes às camadas mais abastadas da cidade irem ao Rio de Janeiro, São Paulo, ou até à Europa, pois a navegação fluvial pelo rio Paraguai “encurtou” as distâncias entre Cáceres e esses centros urbanos. Nas palavras de Natalino Mendes (apud BAPTISTA, 1998, p. 36), em Cáceres havia uma elite pequena, porém aberta ao ‘novo’, ao ‘moderno’, pois as pessoas de “posse viajavam para o exterior e traziam o modernismo”. Visto que o “fascínio da vida daquelas cidades provocava inevitavelmente uma interlocução recíproca entre esses mundos, aparentemente distantes, e ao mesmo tempo, uma reinvenção de práticas sociais diferenciadas”, Araújo (2011, p. 246).

A partir do instante em que os moradores de Cáceres, pelo menos os que dispunham de recursos para tal, começaram a circular nos grandes centros urbanos brasileiros, em algumas cidades da região Platina, além de alguns países da Europa como a França, no qual as elites cacerenses se espelhavam, a cidade ainda que não possuísse condições de executar um projeto modernizador como os empreendidos em outros centros urbanos do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, entre outros, procurou na medida do possível com os poucos recursos financeiros que dispunha modernizar o ambiente urbano.

A modernidade era almejada tanto pelos poderes administrativos como pelas elites, na medida em que ambos defendiam que Cáceres era merecedora do 'progresso' e da 'civilização'. Nessa busca pelo desenvolvimento e civilidade, as elites e os órgãos administrativos encontraram nos jornais um importante aliado na tarefa de difundir as 'luzes' da modernidade e do progresso, ao mesmo tempo em que denunciaria os transgressores das normas sociais.

Comumente, nas colunas dos jornais eram publicadas matérias que apontavam alguns problemas que a cidade vinha enfrentando, como as péssimas condições das vias que dificultavam a chegada das notícias da capital, da falta de selos nos correios, ou mesmo interrogando os administradores sobre problemas como a falta de abastecimento de água, sobre fatos ocorridos e/ou pessoas que causavam perturbação da ordem pública e de más "influências" aos bons costumes, anunciando obras públicas como a remodelação de ruas, ou publicando multas para quem infringisse o Código de Posturas.

Nesse propósito, os periódicos foram importantes mecanismos difusores da "dita modernidade", na medida em que utilizavam suas páginas para defenderem a construção de um modelo de cidade pautado na ordem, no progresso e na civilidade. Eram preocupados com a necessidade em retirar do município os sintomas de atrasos, partiam em defesa do controle e da disciplina por parte dos moradores da cidade, mesmo de forma moderada.

Ocorria uma constante publicação de notas emitidas pelo poder público municipal, que por ora criticava atitudes de pessoas "incivilizadas" que perturbavam a ordem pública, ou cobranças de impostos, ou ainda, comunicados de caráter um tanto intimidador, como este edital da *Intendência Municipal*, no qual se publica: "a partir do corrente mês serão retirados para fora da cidade os porcos que intestarem as principais ruas e praças da mesma, sem que seus donos nenhum direito mais tenham sobre tais animais" (ARGOS, 1912, p. 03).

Através da análise de vários periódicos, foi possível perceber que as mudanças não se restringiram somente ao aspecto do material, de renomeação e calçamento das ruas, arborização de praças, criação de locais destinados a passeios públicos, como o Jardim Público, entre outras medidas, mas buscava-se também disciplinar os cidadãos que transitavam pelas apertadas e barulhentas ruas de Cáceres, com o intuito de moldá-los conforme as normas de civilização, estabelecidas pelo Velho Mundo, mais propriamente a França.

Da mesma maneira que ocorriam em outras cidades, embora com menor intensidade, em Cáceres em decorrência do ir e vir de seus moradores, assim como a chegada de imigrantes, sobretudo europeus, a cidade sofreu um processo de modificação em suas edificações, sendo

construídas grandes casas em estilo neoclássico e eclético, agora possível graças à entrada de novos materiais e técnicas importadas, principalmente da Europa, embora mantivessem a mistura com outras técnicas de construção como o estilo colonial.

As novas edificações expressavam a emergência de uma elite burguesa, identificada com os padrões de vida dos grandes centros urbanos brasileiros, composta por negociantes estrangeiros e brasileiros que se dedicavam à exportação da poaia, erva mate, charque, extrato de carne e peles de animais silvestres, assim como da importação de maquinários, louças, artigos de luxo, perfumaria, tecidos, azeites, transporte de passageiros, representantes bancários.

O processo de disciplinarização e moralização dos sujeitos nos espaços citadinos se constituíram em mecanismos de elevar a cidade à tão sonhada modernidade, e nesse propósito os códigos de posturas foram elementos essenciais. Em 1888 foi publicado o segundo Código de Posturas de Cáceres, que constitui em um mecanismo utilizado pelos governantes no intuito de civilizar a cidade, moralizar os sujeitos, disciplinarizando-os tanto nos espaços públicos como no privado.

Os Códigos de Posturas foram amplamente utilizados para “difundir estas técnicas de controle e vigilância com a finalidade de coibir a desordem e possibilitar uma nova ordem de convívio social” (WÉBER, 1992, p. 11-12), pois a partir do momento em que ocorre o processo de urbanização via o desenvolvimento econômico, as *urbes* passaram a exigir uma quantidade maior de serviços de melhorias que traduzem a modernidade do século XIX, sobretudo nas décadas iniciais do século XX.

Nesse período Cáceres foi marcada pela intervenção direta do poder público visando um dimensionamento racional dos espaços urbanos, assim como procurava intervir na vida social dos moradores da cidade, delimitando espaços e práticas de sociabilidades, que poderiam ou não ser frequentados e/ou praticadas (ARRUDA, 2002). Essas intervenções estavam contidas no Código de Posturas, como por exemplo, no capítulo 14 no qual constam as seguintes proibições:

§ 1º Fazer bulha ou algazarra, e dar altos gritos à noite;

§ 2º Fazer sambas, cururus, batuques e outros brinquedos ou divertimento, que produzam estrondo e desordem dentro desta cidade;

§ 3º Contender ou sustentar controvérsias em altas vozes pelas ruas, quer de dia, quer de noite;

§ 4º Proferir palavras obscenas ou licenciosas que ofendem o pudor das famílias ou a moral pública. (Código de Posturas, ARGOS, 1912, p. 3).

As questões ligadas à moralidade, ao comportamento, às atitudes dos moradores das cidades, seus vícios, as relações de trabalho, as leis, a preocupação com a higienização, da saúde dos cidadãos, se transformaram em situações que já não se restringiam ao âmbito do espaço familiar e privado. Contudo, é no sentido de “homogeneizar” os habitantes das *urbes*, que o Estado voltava-se em ocupar dessas questões, adotando estratégias de disciplinarização, daí o papel das posturas municipais, assim como o a criação e fortalecimento de algumas instituições para reprimir as condutas que fugissem aos padrões higienistas e disciplinares, estabelecidos pelo Velho Mundo.

Compreendemos que o período entre o final do século XIX, a partir do Código de Posturas de 1888 e mais especificamente as décadas iniciais do século XX, quando se tem a aprovação do terceiro Código de Posturas em 1901, pelo Intendente João de Campos Vidal (MENDES, 1992), foi marcado por uma maior preocupação por parte dos poderes públicos, talvez por uma pressão mais intensa da elite emergente, em intervir nos espaços urbanos de Cáceres. Momento marcado também pela busca do desenvolvimento, do progresso, da modernização/modernidade, assim como a necessidade de civilizar os hábitos dos moradores cidadãos, afim de que se enquadrassem ao modelo de sociedade higienizada e civilizada que se buscava constituir.

Por sua vez, os jornais se encarregaram de trazer a público os problemas enfrentados pelas cidades na busca pelo progresso, como na citação a seguir, em que se pode ver a indignação da redação do *Argos*, na matéria publicada em (ARGOS, 1912, p. 2) na qual consta que “(...) algumas pessoas se mostram refractarias ao cumprimento, já das posturas municipais (...) mandando atirar lixo e mesmo animais mortos como galinhas, ratos e outros, a margem do Sangradouro (...)”.

Uma prática muito comum no momento diz respeito a publicação dos Código de Posturas em jornais, com o intuito de fazer conhecidas as normatizações que regiam uma determinada cidade e assim demonstrar as medidas de repressão que seriam tomadas pelos poderes administrativos para punir aqueles que de alguma maneira infligissem tais normatizações que estavam sendo instituídas aos cidadãos.

Em um trabalho sobre a modernidade em Corumbá, tendo como principal fonte os periódicos, José Souza (2008) afirma que a concepção de progresso defendida e embasada no cientificismo era amplamente compartilhada pela imprensa corumbaense. Talvez pela proximidade, já que Cáceres a partir da reabertura da navegação via Paraguai após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) manteve até a implementação das rodovias, um contato muito intenso com a cidade vizinha; e por ser uma característica desse momento histórico vivenciado no país, é possível perceber várias semelhanças nesse aspecto.

Em Cáceres, assim como em Corumbá, com frequência apareciam nos periódicos referências sobre o importante papel econômico da cidade para Mato Grosso, motivo pelo qual “defendiam que a cidade poderia e merecia ter um maior progresso ou adiantamento, pois estava atrasada sob vários aspectos (...) a civilização precisava chegar de forma mais rápida naquelas paragens”. (SOUZA, 2008, p.32). Assim como se pode observar no trecho a seguir, cujo título *Infeliz cidade de Cáceres* já denuncia a insatisfação com que uma parcela da população se encontrava diante do ‘abandono’ da cidade por parte do governo estadual;

parece-me que o Sr, Presidente do Estado não tenciona mais morar em São Luiz de Cáceres, por que não deseja seu melhoramento, mas sim o seu atraso (...). Eu desejava ver o engrandecimento da minha infeliz terra e não ao contrário, como dia a dia vai aparecendo, praticado pelos seus próprios filhos (ARGOS, 1912, p. 3).

Ainda que Cáceres ocupasse um lugar de destaque no final do século XIX e início do XX, a mesma sofria da ausência dos custeios estaduais. No entanto, há que se considerar aqui dois aspectos importantes para compreender essa *indignação* diante da inércia do governo estadual, na pessoa de Costa Marques, em atender sua “terra mãe”.

O periódico *Argos* acima citado, ainda que se denominasse enquanto um órgão independente e noticioso, o mesmo não era de todo isento de influências partidárias, na medida em que a composição do corpo editorial fazia-se de personalidades políticas da elite local, sendo que a orientação partidária dos mesmos, opunha-se ao governador do Estado da época, Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques do Partido Republicano Conservador. O que em partes justifica as duras críticas ao governo estadual, colocando-o enquanto responsável do estado de letargia, em que segundo estes, Cáceres se encontrava.

É nessa perspectiva que os periódicos buscavam a inserção das cidades à civilização, a fim de que pudessem compartilhar do progresso assim como em outros centros urbanos do país. Nos periódicos, o “progresso e a civilização (...) eram concebidos (...) como se fossem mercadorias que se adquiriam no e do exterior, desconsiderando o movimento de produção cultural local. Tal concepção revela uma vontade de desvinculação das relações sociais e dos conflitos gerados na sociedade”. (SOUZA, 2008, p.33).

A imprensa então se apresentava como um instrumento da civilidade, propagadora da ordem e defensora da “verdade” e “do bem estar social”. Caberia a esta notificar a população sobre os erros e acertos dos governantes, assim como informar sobre as atividades, costumes e maneiras de comportamento social. Bem informada e ciente das possíveis

“repressões”, a população se apropriaria das normas e dos bons costumes a serem seguidos, afastando a introdução de elementos perniciosos.

Os periódicos que circulavam em Cáceres no início do século XX construíram uma ‘idealização de uma Cáceres’, no qual sempre destacava o papel dos poderes públicos e dos cidadãos para uma convivência social harmônica, na busca pelo delineamento de uma ‘cidade ideal’. Nas páginas dos jornais são mapeados os diferentes espaços da cidade em que transitam cotidianamente homens, mulheres e crianças. No entanto, ao evidenciar as transgressões tais como assassinatos, furtos, bebedeiras, os periódicos mostram uma outra face da cidade, aquela frequentada pelos “incultos”, “incivilizados”, cobrando dos poderes públicos, medidas a serem tomadas acerca dos problemas de ordem policial.

O combate ao banditismo, assim como tudo aquilo que se opunha ao moderno, ao civilizado foi uma constante nesse momento não apenas nas cidades brasileiras, que incorporavam tais ideias, mas principalmente na Europa. A busca pela limpeza social justificou a segregação do louco em manicômios, o nascimento do sistema penitenciário no século XVIII na França, enfim, um conjunto de medidas e discursos que possuíam como objetivo promover a separação dos considerados ‘anormais’ dos ‘normais’. No entanto, como pode-se perceber, essas concepções atravessaram os séculos posteriores.

Ao passo em que ocorria condenação a frequência na zona de meretrício, visto como espaço da barbárie, ou às vezes buscando comover os moradores para aderirem a luta contra possíveis ataques de “homens sanguinários”, como pode ser observado no artigo *Banditismo: Américo Vieira e sua horda*, cujo título já evidencia a preocupação dos moradores da cidade com um possível ataque. O artigo foi publicado no periódico *Argos* em 28 de julho de 1912 e traz o caso de um ex-detento que juntamente com seu bando ameaçava atacar a pacata cidade de Cáceres:

A hora em que escrevemos estas linhas, acha-se profundamente abalada a população inteira desta cidade, em armas seus habitantes e, suas famílias desoladas, o commercio paralyzado, tudo sob a alarmante e penosa perspectiva de uma invasão ordenada, e chefiada por um egresso das prisões, affeito a roubos e violências. (ARGOS, 1912, p. 2).

Os periódicos, ao persistirem em críticas em relação a comportamentos similares ao acima citado, buscavam consolidar modelos de comportamentos disciplinares, então em voga na sociedade brasileira, no qual concebia um protótipo de cidade “ordeira”, expressa na moralidade dos hábitos e costumes dos cidadãos, Arruda (2002).

No plano material a busca pelos ícones e símbolos da modernidade, representava também a busca da inserção de Cáceres no mundo civilizado. Um desses símbolos do progresso foi o telégrafo. Cáceres foi alcançada pelas linhas telegráficas em 1906, sendo que em 1907 inaugurava-se o ramal da linha telegráfica de Cáceres à cidade de Mato Grosso (hoje Vila Bela). A partir desse momento, a cidade passou a ter um contato mais frequente com órgãos da imprensa de outras localidades, como por exemplo, do Rio de Janeiro, e de várias regiões da Europa. Vislumbra-se, a partir do telégrafo, uma era de *progresso* para a cidade e mais significativo ainda, ele era associado ao sentimento de pertencimento à civilização.

O telégrafo oferecerá sem dúvidas novas possibilidades, na medida em que os problemas de comunicação enfrentados pelos moradores da cidade, devido às viagens demoradas de Cáceres a Cuiabá por terra, deixavam os moradores da cidade em desespero diante da situação, permanecendo o telégrafo como único meio de comunicação: “Contra essa espécie de engarrafamento social em que nos vemos, só dispomos de um elemento de luta, que nos presta lastimável serviço, e esse é o telegrapho, que mercê de Deus continua ligando-nos como resto do mundo” (ARGOS, 1913, p. 1).

E em seguida complementa alegando a importância do “maravilhoso” aparelho que de maneira intrépida “transmite de longe as ondas sonoras do pensamento, estaríamos hoje inteiramente ilhados em meio do oceano dos obstáculos da natureza, bem como das imprevidências sociais e deslises governamentais” (ARGOS, 1913, p. 1).

Ao mesmo tempo, o referido periódico com um certo pessimismo em relação ao futuro da cidade, no que diz respeito aos meios de comunicação, publica um artigo do qual extrai o seguinte trecho:

A propósito de nossas vias de transporte ou de comunicações, por terra ou na água, é como já conversemos. Há muito mais de mez que não recebemos correspondência postal do Rio de Janeiro ou de outro qualquer ponto do Brasil (...). Estamos vendo que, nesse andar, e em breve tempo, o nosso telegrapho passará a empacar também, para maior lustre e glória dos bons tempos que correm. (ARGOS, 1913, p. 3).

A distância entre Cáceres e as cidades do litoral, e muito mais devido as péssimas condições das vias terrestres que as ligavam, assim como a navegação fluvial que na estação seca era mais demorada, devido os navios encalharem, fazia com que as notícias demorassem às vezes mais de um mês para chegar a cidade, permanecendo o telégrafo como único meio de comunicação em funcionamento.

MELHORAMENTOS URBANOS E OS PROJETOS DE URBANIZAÇÃO

Como assinalado posteriormente, embora Cáceres ocupasse um papel significativo dentro do contexto da província/estado, assim como outras cidades, como a capital Cuiabá, sofria também de uma série de problemas, como a falta de iluminação e calçamento das ruas, de abastecimento de água, entre outros problemas que traziam um grande mal estar para seus moradores.

Um artigo publicado no jornal *A Razão* de 1924, traz uma série de problemas enfrentados pela cidade:

(Cáceres) Devia ser, portanto, uma cidade absolutamente geométrica, com suas ruas largas, direitas, cortando-se em ângulos rectos, arborizadas, praças ajardinadas, onde as famílias pudessem passar e se espairecer às tardes de verão e às noites de luar. O traçado primitivo começado pelos fundadores da cidade e continuado pelos seus primeiros habitantes, vem sendo desprezado, o que é antiestético e antihigienico, isto é, enfeia a nossa urbe e a predispõe para se tornar inhospita e insalubre em futuro talvez não muito remoto (...) (*A RAZÃO*, 1924, p. 1).

O trecho acima citado deixa explícita a indignação de uma parcela da população diante da permanência do traçado da cidade, que ainda continuava carregando os aspectos de cidade colonial, cujas ruas apertadas dificultavam a circulação de ar nas casas, construídas em quadras mal definidas tornando a paisagem da cidade em uma típica cidade colonial, o que traziam um grande desconforto, tanto para os poderes administrativos, quanto para as elites.

Com o intuito de proporcionar a cidade um aspecto mais moderno, assim como a busca de sanar o problema das enormes poças de água nos lugares próprios para os transeuntes, as posturas municipais ordenavam que todos os proprietários deveriam calçar com um prazo curto a parte da frente de suas casas, com o intuito de proporcionar o nivelamento das ruas e declinação das águas aí estagnadas. Caso a ordem expedida fosse negligenciada, os proprietários do imóvel seriam obrigados a pagar uma multa pelo não cumprimento da mesma.

O aspecto de cidade colonial de Cáceres entre o final do século XIX e especialmente em princípio do XX, tornou-se um problema tanto para os administradores públicos, quanto para as elites em ascensão que visavam desvincular a imagem da cidade como 'velha', 'atrasada', em relação às demais localidades, inclusive sua vizinha Corumbá, que experimentou um súbito desenvolvimento em decorrência do porto que atuava como uma das portas de entrada para mercadorias e de imigrantes no Estado.

Para infelicidade de grande parte de seus moradores, embora Cáceres se constituísse em uma das três cidades mais importantes de Mato Grosso, juntamente com Corumbá e Cuiabá, a cidade não se desenvolvia na mesma velocidade, tampouco gozava dos mesmos recursos de infraestrutura que as demais, especialmente Corumbá, que nesse período obteve um desenvolvimento frenético, ao ponto de Cuiabá se ver sucumbida, e até mesmo perder a posição de capital do estado.

O desenho urbano de Cáceres ainda no início do século XX mantinha uma forte característica com as cidades coloniais, não somente no que diz respeito ao traçado urbano mal definido, com ruas estreitas e muitas que davam em becos sem saída, mas também na identificação pelos moradores, cuja proximidade espacial propiciava o conhecimento comunitário entre seus habitantes. Por outro lado, as elites cacerenses tinham acesso às literaturas estrangeiras e artigos de luxo, em contraste com a poeira, a lama e animais pastando nas ruas da cidade.

Nesse momento, Cáceres contava com uma população ainda inexpressiva: cerca de 8.000 habitantes no perímetro urbano, e a do município aproximadamente de 15.000. Simon & Ayala (1914), descreve a espacialidade da urbe, no Album Ghaphico, no qual consta que a cidade possuía:

dezoito ruas e quatro praças, contendo cerca de 500 fogos entre grandes e pequenas habitações e pequenas casas, sendo também o rocio ou arrabalde irregular povoados pelas classes proletárias. Na sede existe: 20 casas e 42 tavernas (casas de gêneros alimentícios e bebidas), 8 açougues, 4 padarias, 3 ferreiros, 2 latoeiros, 2 ouvires, 4 barbeiros, 1 dentista, 1 pharmacia, 1 drogaria, 1 farmácia, 38 carroceiros e carreiros, 5 olarias, 1 fábrica de cal, 1 tipographia e 1 cinematographo". (SIMON & AYALA, 1914, p.356)

A situação que Cáceres se encontrava, trazia um grande mal estar para os administradores locais, mal estar esse que se via claramente exposto nos periódicos que circulavam na cidade. Aos poucos, a arquitetura de aspecto colonial no centro da cidade vai lentamente cedendo lugar aos novos gostos, além dos materiais que foram em grande parte introduzidos a partir da vinda dos imigrantes e da comunicação estabelecida entre habitantes de Cáceres e outras localidades.

Nas ruas apertadas, poeirentas na estação seca ou lamacentas no período de constantes chuvas, visto que mesmo a área central, só ganhará calçamento na década de 1930, transitavam em suas carrocinhas os vendedores ambulantes de legumes, verduras, galinhas entre outros, pois Cáceres ainda não possuía os armazéns, os leiteiros, aguadeiros, entre outras categorias de trabalho, como as lavadeiras que se dirigiam ao

rio cotidianamente para a lavagem de roupas, os moradores que circulavam de um lado ao outro, a tratar de algum negócio, enfim. No entanto, não somente as pessoas circulavam pelas apertadas ruas da cidade, as mesmas eram utilizadas ainda por animais domésticos, como cães, porcos, galinhas, vacas, circulavam livremente junto aos transeuntes.

Essa circulação de animais domésticos pelas ruas deu margem para que os administradores públicos buscassem meios de extinguir com os animais que trafegavam livremente. Inicialmente as medidas tomadas permitiam a criação de animais como porcos e galinhas dentro dos quintais, desde que as normas de higiene estabelecidas pelas posturas municipais fossem cumpridas, no entanto, não se sabe se devido ao não cumprimento dessas medidas, foi proibido por completo a criação de animais dentro do perímetro urbano.

Quanto aos cães que perambulavam pelas ruas da cidade, exigia-se que fossem cadastrados junto a Câmara Municipal caso contrário seriam dizimados, alegando que a circulação dos mesmos dificultava o processo de limpeza dos espaços urbano, então em andamento. Como pode-se ver nessa publicação ordenada pelo Intendente do Município Hilário José da Silva:

De ordem do senhor Intendente Geral do Município, faço público, para conhecimento dos interessados, que se procederá á extinção de todos os cães não matriculados que infestam as ruas da cidade, bem como a retirada para longe animaes incomodos (...) todos quaes concorrendo para (...) as ruas, praças e outros lugares no centro da cidade, difficultando a conclusão da limpeza a que está procedendo. (ARGOS, 1912, p.2).

No entanto, não era apenas no âmbito da urbanização que Cáceres era considerada como atrasada, antigos hábitos dos moradores da cidade, tais como ordenhar vacas no traçado urbano, a permanência de animais domésticos tais como galinhas, porcos, vacas perambulando livremente pelas ruas da cidade, execução de reses em meio aos transeuntes, são todas práticas que foram inclusas no rol de “incivilizadas”, e que os administradores lutavam tão severamente para eliminá-las, pois não condiziam mais com o modelo de sociedade que se buscava constituir:

Nós também temos leis e posturas municipaes, porém não sabemos comprehender que ellas são decretadas em benefício geral e por isso nós todos temos restricta obrigação de nos submeter ao que ellas prescrevem. Em vez de as cumprir, parece que sentimos prazer em desprezar as leis e desprestigiar a autoridade. (A RAZÃO, 1924. p. 1).

É possível notar quão lento foi o processo de implementação de melhorias na cidade de Cáceres, pois já em meados do século XIX o Rio de Janeiro possuía calçamento das principais vias, e no final deste século nas avenidas centrais já contava com iluminação elétrica vinda das casas de comércio, já na primeira década do século XX a cidade contava com iluminação elétrica nas vias centrais da cidade. Enquanto que Cáceres passará a usufruir do sistema de iluminação a gás somente no século XX, mais precisamente em 1908.

O sistema de iluminação pública contava com a instalação de lâmpadas a querosene, cujo benefício ficava restrito apenas as áreas centrais da cidade. A tecnologia já estava bastante defasada, devido o baixo grau de luminosidade, até por que a falta de querosene era muito recorrente.

Como exemplo de modernização mais próxima de si, as elites e os administradores de Cáceres tomaram como modelo a cidade vizinha de Corumbá, que tornou-se uma espécie de referência. Da mesma maneira em que despertava ciúmes, pois em 1914 Corumbá passou a contar com a ferrovia, sendo construída a *Estrada de Ferro Noroeste do Brasil*, que ligava a região sul de Mato Grosso (Corumbá) ao litoral de São Paulo (Bauru), (GOMES, 2011). Cáceres sonhava e de certa forma acreditava que por se tratar de uma das cidades mais importantes de Mato Grosso, seria “agraciada” com esse benefício e a partir daí, desenvolver-se-ia como sua vizinha Corumbá.

Os administradores e a elite letrada, que constantemente ressaltavam a questão nos jornais, buscaram a partir desse momento reivindicar esse ícone do progresso, mas que, no entanto, nunca foi alcançado, para infelicidade dos seus moradores, que viam na ferrovia a possibilidade de alavancar Cáceres no cenário nacional.

Outra medida adotada foi a renomeação das ruas e praças, que até o momento eram denominações dadas pelos moradores, que se referiam algum acontecimento, aspectos do local, como, por exemplo, a Rua Direita, Rua da Manga, por conta do desembarque e embarque das boiadas, era também conhecida como *Fura-Bucho*, por ocorrerem muitas brigas no local, ou Beco Quente, zona de meretrício da cidade, entre outros.

Tais nomenclaturas não condiziam mais com a cidade que se buscava construir, e passaram a partir desse momento, a serem substituídas por nome de pessoas ilustres, seja de âmbito local, estadual ou nacional, referindo-se a “acontecimentos e construção de personalidades, como as ruas 13 de Junho, Antonio Maria, Quintino Bocaiúva, Comandante Balduino (...)” (PINHO, 2011, p. 68).

Nesse momento, praticamente em grande parte das cidades em todas as regiões do país, os administradores empreenderam vários projetos na tentativa de melhorar os espaços urbanos, como arborização, calçamento das ruas e praças, estipulando um padrão de construção das casas dentro do perímetro urbano, entre várias outras medidas, que buscavam desfazer dos aspectos envelhecidos de cidade colonial, que muitas cidades ainda carregavam.

Em Cáceres não foi diferente, embora padecesse com a falta de recursos financeiros para tais empreendimentos que demandavam grandes quantidades de dinheiro. No intuito de modernizar o espaço urbano, algumas obras que foram julgadas essenciais pelos administradores, foram concretizadas, como o Porto Mario Corrêa, que foi inaugurado em 1928; o Matadouro Municipal em 1919, o Jardim Público, já em 1935, entre outras obras de arborização das praças Barão do Rio Branco, Major São Carlos e Avenida Sete de Setembro, e como medida de manter os animais que perambulavam pelas ruas afastados das plantações, foi necessário construir pequenos cercados ao redor. Além de melhoramentos como calçamento de ruas e praças.

Nos periódicos é possível encontrar várias referências a questões relacionadas aos melhoramentos urbanos, no jornal *Argos*, por exemplo, com muita frequência havia uma coluna dedicada a esses assuntos, geralmente trazia o título de *Melhoramentos Locaes* na qual era apresentadas todas as medidas de melhoramentos urbanos em andamento na cidade. Como pode-se ver nesse artigo:

Diversos trabalhos de natureza publica, tendentes a promover o melhoramento geral desta cidade, acham-se uns acabados e outros em vias de execução, o que allias, não pode deixar de constituir um significativo titulo de recommendação á actual administração municipal. Dos serviços que alludimos acham-se promptos a da abertura de algumas vias urbanas e o de prolongamento das existentes, que forma projectadas até as sahidas da cidade (...). Estas e outras obras como que ampliaram o horisonte, imprimindo uma nova feição topographica local, a si não fora a inexplicável tortuosidade a que obedeceram certas edificações antigas, que deformaram o alinhamento geral (...) (ARGOS, 1912, p. 1).

Ainda que houvesse se constituído enquanto uma cidade portuária, Cáceres só passará a possuir um porto em 1928, até esse momento, as embarcações atracavam no então denominado Porto da Manga, um local de frente a praça, que daria lugar em 1935 a Praça Barão do Rio Branco.

Devido a demora na execução das obras de construção do porto, que se dava, sobretudo devido a falta de recursos, suscitou uma série de

críticas, sobretudo dos periódicos, que cobravam o término da obra, pois aos olhos dos administradores e uma parcela da população, a cidade já não podia continuar sem desfrutar dessa imprescindível melhoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de modernização/modernidade repercutiu nos dois principais centros urbanos do país entre o final do século XIX e início do XX, espalhando-se para outras localidades. Em Cáceres, esse movimento repercutiu mais especificamente no início do século passado, e a partir daí os poderes administrativos e as elites locais buscaram apropriar-se dos símbolos dessa modernidade, recriando um conjunto de normas para identificar-se com o dito mundo moderno.

Através da análise de alguns periódicos que circularam na cidade nesse período, foi possível identificar como se deu a modernização/progesso na cidade, especialmente nas camadas abastadas e pelos poderes administrativos, que buscaram através de uma série de medidas afastarem-se a imagem de Cáceres identificada como atrasada e incivilizada, estereótipos comumente utilizados para se referirem-se as regiões interioranas do país.

FONTES IMPRESSAS

Argos: Noticioso dedicado aos interesses do povo. Ano II, n. 47, 1912.
 Argos: Noticioso dedicado aos interesses do povo. Ano II, n. 48, 1992.
 Argos: Noticioso dedicado aos interesses do povo. Ano II, n. 46, 1912.
 Argos: Noticioso dedicado aos interesses do povo. Ano II, n. 50, 1912.
 Argos: Noticioso dedicado aos interesses do povo. Ano II, n. 59, 1912.
 Argos: Noticioso dedicado aos interesses do povo. Ano III, n.105, 1913.
 Argos: Noticioso dedicado aos interesses do povo. Ano III, n. 104, 1913.
 Argos: Noticioso dedicado aos interesses do povo. Ano III, n. 85, 1913.
 A Razão: Órgão do Partido Republicano de Matto-Grosso. Ano IX, n. 45. 1926.
 A Razão: Órgão do Partido Republicano de Matto-Grosso. Ano XII, n. 838, 1933.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In. *História da Vida Privada no Brasil: Império: A corte e a modernidade nacional*. (coord): NOVAIS, Fernando Antonio. (org) ALENCASTRO, Luiz Felipe de. São Paulo: vol. 2, Cia das Letras, 1997, p. 11- 93.

ARRUDA, Adson de. *Imprensa, Vida urbana e fronteira: a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do século XX (1900- 1930)*. 2002. 143 fls. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2002.

ARAÚJO, Maria do Socorro de Sousa. Memórias subscritas em um tempo revisitado. In. *História e Memória de Cáceres*. CHAVES, O. R.(org) et al. Ed. Unemat, 2011, p. 229- 256.

BAPTISTA, Marta. *Estrela de uma vida inteira: a história de Cáceres contada através das lembranças de vó Estella*: Cáceres: 5 ed, 1998.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

CANOVA, Loiva; OLIVEIRA, Jhuan Cláudio Matos de. Na linha dos jornais: discursos e moralidades. *Rev. História e Diversidade*. vol. 3, nº. 2 (2013), p. 114-136.

D' INCAO, Maria Angela. Mulher e família burguesa. In. *História das Mulheres no Brasil*. Mary Del Priore (org); Carla Bassanezi (coord). 7 ed. – São Paulo: Contexto, 2004. p. 223- 241.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*, vol 1: uma história dos costumes; tradução; Ruy Jungmann; revisão e apresentação Renato Janine Ribeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FANAIA, João Édson de Arruda. *Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)*. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

GALLETI, Lylia da Silva Guedes. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá-MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2012.

GOMES, Cristiane Thaís do Amaral Cerzósimo. *Italianos em Mato Grosso: fronteiras de imigração no caminho das águas do Prata (1856 a 1914)*. Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2011.

_____, Cristiane Thaís do Amaral Cerzósimo. *Viveres, fazeres e experiências dos italianos de Cuiabá (1890-1930)*. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2005.

JÚNIOR, Sérgio Luiz Milagre. FERNANDES, Tabatha de Faria. A Belle Époque Brasileira: as transformações urbanas no Rio de Janeiro e a sua tentativa de modernização no século XIX. In. *Revista História em Curso*. Belo Horizonte, v. 3, n. 3, 1º sem. 2013.

MACIEL, Laura Antunes. *Nação por um fio: Caminhos, práticas e imagens da "Comissão Rondon"*. São Paulo: EDUC, 1998.

MENDES, Natalino Ferreira. *História de Cáceres: história da administração municipal*. 2 ed. Cáceres-MT: Ed. Unemat, 2009.

PINHO, Rachel Tegen. Cáceres: Olhares sobre a tessitura urbana de São Luiz de Cáceres. In. *História e Memória de Cáceres*. CHAVES, O. R.(org) et al. Ed. Unemat, 2011, p. 66- 80.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In. (org) Philippe Ariès e Roger Chartier- *História da Vida Privada: Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: vol. 3. Cia das Letras, 1991. p. 169- 211.

ROOSEVELT, Theodore. *Através do sertão do Brasil*. Tradução; Conrado Erichsen. SP/RJ/RE/BA/Porto Alegre: Cia da Editora Nacional, 1944.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SOUZA, José Carlos de. *Sertão cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)*. São Paulo: Alameda, 2008.

VERONA, Elisa Maria. *Da feminilidade oitocentista*. São Paulo: Ed, Unesp, 2013.

WEBER, Beatriz Teixeira. *Códigos de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX*. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS, 1992.

REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NA REVISTA A VIOLETA: CRÔNICAS DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Ana Maria Marques

Historiadora. Professora do Departamento de História e Programa de Pós-graduação em História da UFMT/ICHS/Cuiabá
anamariamarques.ufmt@gmail.com

Laís Dias Souza da Costa

Jornalista e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHis)/UFMT/ICHS/Cuiabá
laisdscosta@gmail.com

RESUMO

A revista *A Violeta* surgiu em 1916, em Cuiabá, capital de Mato Grosso, oriunda do Grêmio Literário “Júlia Lopes”, e foi uma das mais profícuas do estado e do Brasil. Circulou de 1916 a 1950, aproximadamente, e configurou-se como um significativo veículo de divulgação das causas femininas e feministas. Neste artigo foram analisadas crônicas publicadas desde a fundação da revista até o ano de 1937, quando os debates sobre o voto e os direitos trabalhistas fomentaram várias outras discussões que envolviam representações do feminino e tangenciavam o casamento, a maternidade, a educação e a vida pública.

Palavras-chave: crônica; feminismo; representações.

ABSTRACT

A *Violeta* magazine appeared in 1916, in Cuiabá, capital of Mato Grosso, coming from the Literary Guild “Júlia Lopes”, and was one of the most productive journals state and Brazil. Circulated from 1916 to 1950, approximately, and was configured as a significant vehicle for the dissemination of feminine and feminist causes. Were analyzed in this article chronicles published since the founding of the magazine to the year 1937, when the debates on voting rights and labor



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

fostered several other discussions involving representations of the feminine and reach marriage, motherhood, education and public life.

Keywords: chronic; feminism; representations.

INTRODUÇÃO

Abrir “picadas” e lançar “marcos” em territórios desconhecidos e “[...] por vezes escabrosos” (*A Violeta*, n. 162, p.2, de 25 de dezembro de 1928) foram as primeiras ações das fundadoras do Grêmio “Júlia Lopes” e da revista *A Violeta*, na visão de Arinapi (pseudônimo de Maria Dimpina Lobo)¹, que as comparou aos bandeirantes. As incertezas, as dúvidas e a timidez apavoraram as “bandeirantes” “[...] com a probabilidade de um fracasso” (*A Violeta*, n. 162, p.2, de 25 de dezembro de 1928), relembra Arinapi na crônica da edição especial n. 162, de 25 de dezembro de 1928, doze anos após o início das atividades da agremiação, em Cuiabá, capital de Mato Grosso.

Maria da Gloria de Figueiredo, normalista e redatora da revista *A Violeta*, é considerada a chefe da “bandeira”, já que foi dela “[...] a idéia da criação de um jornal, escripto pelas normalistas, idéa que encontrou applausos e entusiasmos em muitas outras, entre as quaes, si bem me lembro, Francisca de Figueiredo, Amelia e Thereza Lobo” (*A Violeta*, n. 162, p.1, de 25 de dezembro de 1928). Apesar dos temores iniciais, a “idéa” foi bem recebida após a publicação da primeira edição da revista, em 16 de dezembro de 1916.

O lançamento de *A Violeta* marcou a inserção feminina na imprensa mato-grossense e inaugurou a construção de outras representações pelas próprias mulheres, que refutaram algumas características, entre elas de ser “sonhadoras” ao idealizarem a organização da revista e da agremiação literária, que estaria mais próxima de uma utopia, ou de um sonho, na visão dos que duvidavam de sua efetivação. Na primeira edição da publicação, as redatoras relembrem algumas críticas:

Que quer? A mulher não é e não ha de ser sempre sonhadora? O homem vive a dizer que passamos o tempo a construir castellos ficticios do que mesmo a viver... Na verdade era um sonho... De todos os lados começou a surgir-nos obstaculos, que antes permaneciam como que incubados, visto que não incluíamos nas nossas fantasias (*A VIOLETA*, n. 1, p.7, de 16 de dezembro de 1916).

Desde a sua criação, além dos “sonhos” e das “phantasias”, a revista tinha uma função clara:

A “A Violeta” será o orgam do “Gremio Literario Julia Lopes”, organização esta que tem por fim unico e exclusivo, o cultivo das letras femininas e patricias, abrindo as suas columnas a todas que comnosco quizerem collaborar, para o engrandecimento moral da nossa extremecida terra (A VIOLETA, n. 1, p.1, de 16 de dezembro de 1916).

Esse “engrandecimento” foi tema de vários artigos, crônicas e cartas publicadas na revista durante o tempo em que circulou, e estava atrelado não só a “moral” e sim, a uma reflexão mais ampla sobre as relações sociais, a hierarquização dos indivíduos na sociedade e, principalmente, sobre a “questão feminina” quando a identidade e o “papel” das mulheres brasileiras foram redefinidos, nas primeiras décadas do regime republicano.

Sobre esse debate, a historiadora Margareth Rago (1995) afirma que

[...] valeria observarmos como se travava o debate sobre a “questão feminina” no início do século, privilegiando a maneira pela qual as próprias feministas interferiram na construção da identidade feminina moderna, capaz de participar de uma esfera pública que também se definia, com o crescimento econômico e a modernização das cidades, com a industrialização e a imigração europeia, e fundamentalmente com a fundação da República e da noção de cidadania (RAGO, Margareth. 1995/1996. p. 18).

Participavam do “Júlia Lopes” jovens normalistas e mulheres letradas da sociedade mato-grossense, algumas de famílias tradicionais e pertencentes a uma elite econômica e/ou cultural da capital, com inúmeras redes de sociabilidade na “primeira sociedade” mato-grossense e brasileira.

A *Violeta*, “orgam” do Grêmio “Júlia Lopes”, tornou-se o segundo periódico literário feminino com maior tempo em atividade ininterrupta no Brasil e o principal veículo de divulgação das causas femininas e feministas das mato-grossenses durante o século XX. Além disso, configurou-se como um dos periódicos mais profícuos e relevantes produzidos em Mato Grosso, até a sua extinção, em 1950 aproximadamente, após 34 anos em circulação.

Em toda a existência da revista houve grande variação de colunas e seções, com exceção da “Chronica” e do “Noticiário”. Além disso, optou-se pelas crônicas porque são responsáveis por uma função importante que caracteriza as revistas: a publicação de textos opinativos que permitem a reflexão sobre os acontecimentos cotidianos, “as cousas miúdas”². Mas, ao contrário do que possa aparentar, as crônicas testemunham os principais acontecimentos da sociedade cuiabana e nos auxi-

liam a compreender as facetas que a “coisa graúda” – a História – pode ter.

Entre as 59 crônicas analisadas de *A Violeta*³, e subdivididas em blocos temáticos, selecionamos para este artigo algumas representações do feminino expressas na revista. A análise em ordem cronológica tornou-se inviável devido às próprias características da crônica como gênero opinativo com narrativas apressadas e das cronistas de *A Violeta*, que “pinçaram” os acontecimentos de acordo com suas observações do cotidiano.

As crônicas acompanham a transitoriedade do cotidiano, mas é evidente a preocupação com a “questão” feminina, e as narrativas cumprem funções variadas que vão desde esclarecer os objetivos da “campanha feminista” a criticar a legislação sobre o divórcio. Percebe-se a inserção das gremistas em debates que iam além das “efemeridades” narradas nas primeiras páginas da revista, já que as cronistas apresentavam “modelos” ou, em outros casos, “normas” de comportamento para as mulheres “civilizadas”.

O “FEMINISMO” E O VOTO FEMININO

O “sexo feminino” era o elemento de “distinção” da agremiação, e a revista *A Violeta* foi destacada por Mary, pseudônimo utilizado por Maria Müller⁴, na crônica da edição n. 152, de 31 de dezembro de 1927, como

[...] órgão da única associação literaria feminina em nosso estado, e, si motivo nenhum à benemerencia tivesse, esse de ser a iniciadora do feminismo, essa inquebrantavel energia que a tem sustentado através as vicissitudes, bastaria para sagral-a (*A VIOLETA*, n. 152, p.2, de 31 de dezembro de 1927).

Além de enaltecer a atitude “vanguardista” das gremistas, esse trecho escrito por Mary revela a percepção das próprias redatoras de *A Violeta* sobre a “função” do “feminismo” na sociedade, como “energia” que poderia contribuir para o “engrandecimento” da “mulher” cuiabana e mato-grossense. O voto feminino também era um dos fatores de “engrandecimento” e foi intensamente debatido pelas cronistas, além da atuação das mulheres nos espaços político-partidários.

Na revista *A Violeta*, as redatoras não só questionaram outras mulheres a respeito do que pensavam sobre o voto, como refutaram vários argumentos defendidos pelos adversários do projeto e atuaram ativamente a favor do sufrágio universal, como jornalistas, ao publicarem tex-

tos problematizando a emancipação política feminina, e posteriormente como afiliadas da Federação Mato-grossense pelo Progresso Feminino, em 1934.

Utilizar armas “imateriais” para lutar em outro campo de batalha, o do espaço público, foi uma das alternativas para as gremistas do “Júlia Lopes”, que não deixaram de ser patriotas e não comprometeram a “harmonia do lar”. Ainda assim, o comportamento moderado e conservador das cronistas não ceifava sua criticidade quando falavam de política e, especificamente, do voto feminino.

Em 1925, Arinapi falou pela primeira vez sobre o voto feminino, na crônica da edição n. 123, de 31 de março, e sobre a sucessão estadual para a presidência – que atualmente corresponde ao cargo de governador (a). No início do texto a cronista insere a “questão” do voto feminino:

Embora não nos seja, a nós mulheres, dado o direito de votar, feliz ou infelizmente, não sei bem, assiste-nos o de interessar pela escolha acertada dos depositários dos destinos do nosso Estado. Problemas de magno interesse surgem, palpitantes, à vista de todos, e por todos os lados. A quem caberá o destino de resolvê-los? (A VIOLETA, n. 123, p.1, 31 de março de 1925).

Ao colocar em dúvida se era “feliz ou infelizmente”, Arinapi não se posiciona contra o voto, mas descortina e condena algumas práticas eleitorais “naturalizadas”, em Mato Grosso, entre elas o voto de “cabresto”.

Ao longo de sua crônica, Arinapi nos apresenta o cenário político mato-grossense e várias “práticas” que, indubitavelmente, não foram causadas pelo “destino” e, sim, pelos partidos políticos, que privilegiavam, para a cronista, apenas os afiliados durante as escolhas das candidaturas para as eleições.

A massa popular, ou a plebe, como vulgarmente se diz, não apresenta candidato. Si assim é, para que dizemos que temos em Mato-Grosso nomes conhecidos dentre os homens de outrora, pelos serviços já prestados para que apontarmos tantas inteligências promissoras? (A VIOLETA, n. 123, p.1, 31 de março de 1925).

A cronista afirma, ainda, que

[...] não gostaria de votar, apesar de se interessar [...] pelas eleições dos presidentes e demais representantes do Estado, desejando-os inteligentes, honestos, criteriosos e trabalhadores, porque a felicidade do meu berço natal é também a minha (A VIOLETA, n. 123, p.2, 31 de março de 1925).

Arinapi se revela desiludida e contrariada, mas afirma que a “mulher” “[...] também vive, também pensa, também raciocina, e como os outros nutre o sentimento do amor patrio” (*A Violeta*, n. 123, p.2, 31 de março de 1925). E finaliza dizendo: “[...] si o voto fosse realmente o que deve ser, não occupa tempo. Aqui, não, uns minutos apenas, receber a chapa e assignar o nome. Sendo assim, julgo que, como eu, as outras não quererão votar” (*Idem*, n. 123, p.2, 31 de março de 1925).

O “destino” do estado de Mato Grosso aparece na crônica de Mary, na edição n. 155, de 30 de abril de 1928. Ela tinha uma “[...] intuição segura do seu progresso para dias não muito longiquos! Vive em nós um optimismo que nunca esmorece, e, quando o derrotismo dos scepticos procura assediar-nos, exorcisamol-o com a magia das nossas convicções” (*A Violeta*, n. 155, p.2, 30 de abril de 1928). E faz uma comparação entre a saúde dos indivíduos e a do estado, que naquele instante estava “[...] pobre, depauperado pelas luctas fraticidas, pela auzencia de braços productores, de conforto, roído pelo amarellão, o organismo social, resente-se e aniquilla-se...” (*Idem*, n. 155, p.2, 30 de abril de 1928).

Mary apresenta alguns questionamentos que explicitam a “imagem” de Mato Grosso aos olhos das pessoas “de fora”.

Que especie de gente somos nós, incapazes de applicar honestamente os dinheiros publicos, sem permittir o avanço dos gananciosos, e a falta de escrupulos dos insaciaveis?... [...] Precisamos desconfiar menos e trabalhar mais, procurando erguer sempre e cada vez mais os nossos creditos de Estado civilizado e independente... (*A VIOLETA*, n. 155, p.2, 30 de abril de 1928).

Um dos fatores que poderiam creditar o estado como “civilizado e independente” seria reverter “[...] essa campanha derrotista e inconfessavel” com o “optimismo” e

Mesmo que os futuros dirigentes de Matto-Grosso, illaqueando a bôa fé do seus concidadãos, se desviem da rota traçada por muito dos seus antecessores, entre os quaes o nosso actual presidente tem logar de destaque, aqui estão as mulheres mattogrossenses para dar-lhes mais uma vez uma licção de civismo! (*A VIOLETA*, n. 155, p.3, 30 de abril de 1928).

Mary insere as mulheres na “governança do Estado” e não só nas discussões políticas, já que previa uma participação ativa das mulheres nos trinta anos seguintes, e finaliza a crônica com uma oposição entre as características “naturais” dos escrupulos das mulheres e dos homens. Para Mary, os homens veriam “[...] que, pelo natural escrupulo e actuação de

eximias financistas, (as mulheres) encontrarão meios de desobrigar os cofres publicos dos seus vultosos compromissos" (*A Violeta*, n. 155, p.3, 30 de abril de 1928).

Arinapi também apresentou algumas características "naturais" das mulheres cuiabanas ao vice-presidente do Senado federal Antonio Francisco de Azevedo, que esteve em Cuiabá em 1929. Na crônica publicada na edição n. 165, de 31 de março de 1929, a cronista afirma que as gremistas do "Júlia Lopes", representadas pela revista *A Violeta*, não eram inconscientes ou

[...] esquecidas dos deveres que o nosso sexo impõe, e louca e imprudentemente a reclamar direitos que não nos competem na política. Somos, porem, quasi todas, educadoras – mães ou mestras – com obrigações que a propria sociedade nos impõe e tem o direito de reclamar de nós, qual o de formar os espiritos dos nossos filhos e dos nossos educandos para o engrandecimento da Patria Brasileira, da qual Matto-Grosso é diamante sem mancha, a espera do lapidador laborioso que o faça refulgir na constellação pátria (*A VIOLETA*, n. 165, p.1, 31 de março de 1929).

MULHER-MÃE E OUTROS "MODELOS"

Ainda sobre o "sexo", Arinapi fala na crônica da edição especial n. 43B, de 25 de dezembro de 1918, sobre a "fraqueza" das mulheres advindas da inexperiência nas "lides" da imprensa, mas cita algumas forças poderosas que contribuíram para o triunfo da agremiação e da revista, como a escritora Júlia Lopes, homenageada nessa edição com a publicação de seu retrato na capa, e outras forças como a

[...] do querer, animando a nossa fraqueza, nos prepara uma energia para lutar, para proseguir, para agir, afim de que tambem a mulher cuiabana deixe marcada em pról do engrandecimento desta patria de quem temos a felicidade de ser filhos, uma parcella, minima embora, de trabalho productivo e honroso. É honroso sim, caras consocias, nobres patricias, esta luta a que vos tendes atirado si, della resultar a união da família mattogrossense, o cultivo intellectual da mulher que é ou será mãe – o pedestal da sociedade (*A VIOLETA*, n. 43B, p.3, 25 de dezembro de 1918).

A mulher-mãe permaneceu como a referência fundamental para as gremistas e algumas mulheres nas primeiras décadas do século XX, apesar da inserção no mercado de trabalho e da definição de outras "missões" para o Grêmio, após dezoito anos em atividade, mas, para Arinapi, a mulher ainda tinha "deveres" e características próprias do "sexo".

A cronista relembra o cenário em que a agremiação surgiu. No dia

[...] 26 de Novembro de 1916 a mulher cuiabana não havia saído do ambiente do seu lar para outro cargo publico além do de educadora. Hoje, que ella vem conquistando cargos publicos e direitos politicos, justo é que se prepare para a grande missão que lhe está destinada, talvez, na vida do Estado. E, que pode haver de melhor que o Gremio Julia Lopes, com o seu bello programma que busca a cultura feminina, sem tirar à mulher as graças e os deveres inherentes ao seu sexo? (A VIOLETA, n. 223, p.2, de 30 de abril de 1935).

Para a cronista, a “elevação” ou o “engrandecimento” das mulheres não prejudicaria a “missão” feminina determinada pelas características biológicas do seu “sexo”, ou ainda de uma “essência”. Em uma crônica anterior a essa, Arinapi considera a revista “[...] o echo que leva os nossos desejos de progresso femenino, em prol da Patria Mattogrossense e da Familia Cuiabana, aos outros pontos de Norte e Sul da União Brasileira” (A Violeta, n. 76, p.2, de 25 de dezembro de 1920). E finaliza a crônica da edição especial n. 76, de 25 de dezembro de 1920, reiterando o compromisso da agremiação:

[...] perante o alto sacrosanto da Patria e da Familia juremos de novo que redobramos nossos esforços para que o Gremio sempre floresça com ideias nobres de progresso que não tira à mulher o encanto de ser a “rainha do lar” mas que lhe orna o espirito do brilho das virtudes necessarias a uma boa filha, affectuosa irmã, dedicada esposa e mãe inteligente (A VIOLETA, n. 76, p.3, de 25 de dezembro de 1920).

Arinapi fala na crônica da edição n. 23, de 30 de novembro de 1917, do assunto predominante na segunda quinzena daquele mês, na capital: a chegada de Andradina e a possibilidade de realização da primeira conferência por uma representante do “sexo” feminino. O jornal O Matto-Grosso também repercutiu a chegada de Andradina e de sua filha Lola a Mato Grosso. As duas desembarcaram em Corumbá e de lá Andradi-na enviou mensagens pelo telégrafo dando “pistas” de sua trajetória até chegar à capital.

Na edição n. 1.451 do jornal O Matto-Grosso, de 15 de novembro de 1917, foi publicada a primeira mensagem de Andradina com uma breve apresentação da escritora pela redação:

A talentosa e muito apreciada conferencista D. Andradina Oliveira cuja visita a nossa capital vae ter a honra de receber, nos dirigiu de Corumbá o seguinte despacho, que com muito prazer

publicamos: 'Corumbá, 13. – Saudações. Sigo 'Nioac' – Andradina Oliveira' (*O MATTO-GROSSO*, n. 1.451, p. 2, de 15 de novembro de 1917).

Dez dias depois, na edição n. 1.454 do mesmo jornal, de 25 de novembro de 1917, a redação comemora a chegada de Andradina e Lola e ressalta que a escritora rio-grandense tinha:

[...] conquistado em sua excursão litteraria pelo paiz, os mais calorosos applausos. Muito gratos à gentileza da distincta patricia que nos enviou ao chegar attencioso cartão de cumprimentos, saudamos a brilhante escriptora que o desejo de conhecer e de estudar, trouxe de (?)odamente ao nosso Estado (*O MATTO-GROSSO*, n. 1.454, p. 2, de 25 de novembro de 1917).

A notícia também foi recebida pelas gremistas por meio do telégrafo e despertou curiosidade e ansiedade nos “espíritos cultos” e na “mulher cuiabana”, mas poucos sabiam, para Arinapi,

[...] do movimento litterario brasileiro, quasi nada temos ouvido da mulher illustrada, da mulher que assoma a tribuna para fazer uma conferencia; é facil de imaginar-se o quanto será applaudida a illustre visitante pois ella dirá como verdadeira mulher, como verdadeira mãe a essa mocidade que aqui vive esperançosa a sorrir, no desejo ardente de que a nossa Cuiabá vá se elevando mais e mais até que alcance como as outras suas irmãs o grão em que deve se elevar-se a capital dum dos Estados da grande Patria Brasileira (*A VIOLETA*, n. 23, p. 1-2, de 30 de novembro de 1917).

Ser “mulher” ou “mãe” não tornava Andradina inferior ou incapaz de subir a uma tribuna ou se destacar no cenário literário brasileiro, na visão de Arinapi. Receber uma “verdadeira” mulher era uma maneira de se “elear” por meio da convivência, e das trocas simbólicas e talvez materiais que seriam realizadas.

A estadia de Andradina na capital foi mais significativa para as gremistas e “literatos” mato-grossenses do que outras pessoas de “fora”, tanto pelo período mais prolongado como pela interferência direta na dinâmica cultural da cidade. Quando foi realizada a primeira das três conferências de Andradina, no mês de janeiro de 1918, Arinapi comentou na crônica da edição nº 26, publicada no dia 8 de fevereiro de 1918, o “espetaculo raro” presenciado por uma “concurrência diminuta” no Cine Parisien, localizado no centro da capital, “[...] o primeiro feito por uma mentalidade feminina” (*A Violeta*, n. 26, p.2, de 8 de fevereiro de 1918).

Apesar da participação de poucas pessoas na estreia de Andradiana, Arinapi afirma que o “triumpho da oradora foi completo” e caracteriza a escritora e conferencista como “[...] verdadeira oradora, maneja com tanta facilidade a sua palavra, tornando-a triste, entusiástica, engraçada arrogante ou amável, segundo a exigência do assumpto” (*A Violeta*, n. 26, p.2, de 8 de fevereiro de 1918). Se Andradiana era reconhecida em “outras partes, mesmo além das fronteiras do nosso território”, disse Arinapi, a partir da estreia ela “[...] obteve a coroa de louros, honra justa ao seu merito; hoje, com orgulho digo, é também aqui admirada e conhecida como verdadeiro talento” (*A Violeta*, n. 26, p.3, de 8 de fevereiro de 1918).

Arinapi coloca-se como “admiradora de Mme. Andradiana”, e apesar de ser cronista com “phrases simples e modestas” considerava Andradiana a “[...] honra e gloria da mulher brasileira que se dedica às letras, a saúde” (*A Violeta*, n. 26, p.3, de 8 de fevereiro de 1918) que tinha “[...] seu merito já adquirido e reconhecido pelas pessoas competentes”, pelas pessoas de “fora”.

No dia 4 de abril de 1918, Andradiana realizou a segunda conferência literária, na capital, com o tema “O Mar”, dedicada ao presidente Dom Aquino Corrêa⁵ e patrocinada pelo Tiro de Guerra “Baptista das Neves”. Antes de a conferencista subir ao palco do Cinema Parisien, a banda policial executou a “symphonia do ‘Guarany’”, de acordo com a notícia sobre o evento publicada no jornal *O Matto-Grosso*, na edição n. 1.485, de 7 de abril de 1918.

Em seguida dirigiu-se para o palco do Cinema a Sr^a D. Andradiana, acompanhada do Sr. Tenente Coronel Firmo Rodrigues, presidente do “Tiro de Guerra Baptista das Neves” sob cujos auspícios organizou-se aquella festa, bem como o Sr. Leowigildo Martins de Mello, que em nome da mencionada sociedade apresentou a distincta escriptora ao selecto auditório (*O MATTO-GROSSO*, n. 1.485, p. 3, de 7 de abril de 1918).

Talvez o patrocínio do “Tiro” e a divulgação da segunda conferência nos jornais e revistas de Cuiabá tenham aumentado a “concurrência” do evento, em relação à primeira conferência, já que a notícia menciona apenas as reações da plateia durante a apresentação de Andradiana, que provocou:

[...] por duas occasiões, palmas entusiasticas por parte da assistencia, palmas essas que se repetiam ao dar D. Andradiana, ao cabo de quarenta minutos, por concluida a sua dissertação, em que à belleza da forma litteraria alliavam-se os surtos arrebatado-

res de um espirito verdadeiramente elevado e patriótico (O MATTO-GROSSO, n. 1.485, p. 3, de 7 de abril de 1918).

A participação de Lola de Oliveira, filha de Andradina, também foi destacada na notícia do jornal e encerrou a conferência com a apresentação do retrato do “[...] inesquecível mattogrossense contra-almirante Baptista das Neves, que foi gentilmente oferecido pela expositora à nossa sociedade de tiro” (O Matto-Grosso, n. 1.485, p. 3, de 7 de abril de 1918). Na revista *A Violeta*, Arinapi também fala da segunda conferência de Andradina e da participação de Lola no evento (crônica da edição nº 30, de 15 de abril de 1918). Se a mãe havia comovido a plateia ao apresentar histórias sobre o

[...] thema “O mar” dicto com intelligencia pela distincta escriptora. Não menos agradável foi a exposição dos quadros da modesta, mas primorosa artista Lola de Oliveira, que deixa em Matto-Grosso como lembrança de sua passagem pelo Estado, o retrato, (offerecido à sociedade de tiro “Baptista das Neves”) do grande Contra-Almirante que foi aquella energia não vulgar, que em Novembro de 1910 succumbiu a golpes de machadinhas, no Minhas Geraes, o vaso que lhe servia de orgulho, o mesmo que devia servir-lhe de leito mortuario – Baptista das Neves (O MATTO-GROSSO, n. 1.485, p. 3, de 7 de abril de 1918).

Arinapi finaliza a crônica repercutindo o desejo do professor Leowigildo de Mello, orador da noite e um dos colaboradores do Grêmio e da revista *A Violeta*, de que a “energia” e a “palavra” da escritora gaúcha não fossem “[...] em Cuyabá sementes cabidas em terreno esteril” (grifo da cronista). E diz ainda:

[...] a par do progresso e da civilização a mulher cuyabana deve ser o encanto do lar mas tambem uma incansavel trabalhadora em prol do desenvolvimento das sciencias, das lettras e isto conseguir-se-ha cultivando o espirito, estudando, trabalhando (A VIOLETA, n. 30, p.2, de 15 de abril de 1918).

Apesar de se considerar uma “simples rabiscadora de uma modesta revista”, Arinapi caracteriza a “era” que as mulheres atravessavam como uma época “[...] em que as opiniões a respeito” do que as mulheres deveriam “saber” ou o que deveriam “ser” eram divergentes. Nessa crônica, publicada na edição n. 126, de 25 de julho e 1925, Arinapi cita Bertha Lutz como “um exemplo dignificante” e uma das “lucidas intelligencias” do País. A cronista repercute uma notícia publicada no *Jornal do Norte*, de

Santos, cidade no litoral de São Paulo, sobre a visita de Bertha ao congresso dos Estados Unidos no mês de maio daquele ano.

Sobre as opiniões divergentes do que as mulheres “deveriam” ser ou saber, a cronista argumenta a favor da “variedade” de “[...] sentimentos moraes, psychicos e intellectuaes como os há no mundo physico. Quem negará que há homens que adoram a sua mulher pela pequenez de estatura que outros detestariam? Assim o intellecto!” (*A Violeta*, n. 126, p.1, de 25 de julho de 1925). E alerta que se alguns homens “[...] sentem-se tão satisfeitos pelo cultivo intellectual da sua companheira, outros se orgulham de ter em mãos, presa, uma verdadeira boneca, que não sabe dizer sim ou não senão pelos labios dirigentes do esposo” (*A Violeta*, n. 126, p.1-2, de 25 de julho de 1925).

A cronista também manda um recado aos homens que criticavam as mulheres de “espírito culto” dizendo que ao lado delas “[...] os maridos não serão menos felizes, ellas saberão muito tambem da vida domestica, serão virtuosas e cordatas” (*A Violeta*, n. 126, p.2, de 25 de julho de 1925).

Nas crônicas e em outras publicações de *A Violeta*, Dimpina estabeleceu a posição de mediadora e sempre tranquilizou os homens sobre a compatibilidade entre a mulher educada e culta e suas “funções” dentro do lar. Ela se tornou um desses “exemplos”, pois exercia atividade profissional como funcionária dos correios e, no expediente da revista, sempre defendeu o “papel” da mulher “rainha do lar”, cônica dos afazeres domésticos ou da administração destes, além de mãe dedicada.

Arinapi considerava Bertha Lutz um exemplo para as meninas que eram

[...] as flores preciosas, a desabrocharem, na sociedade cuiabana. Cultivae, tanto quanto puderdes a vossa intelligencia que nada tendes a perder, que tudo tendes a ganhar, quer o destino vos chame como a Bertha Lutz para representar a vossa cara Patria, quer sob aquelle tecto, que for o vosso tecto, tenhaes necessidade de ser a mestra dos vossos filhos (*A VIOLETA*, n. 126, p.2, de 25 de julho de 1925).

Nas palavras de Rachel Soihet (2000), Bertha Lutz foi:

Arguta peça política [...] articula um discurso no qual mais uma vez busca demonstrar, num meio hostil, o caráter moderado do feminismo [...], a competência das mulheres, adquirida no exercício de suas funções tradicionais é ressaltada, do que busca enfatizar sua maior habilidade na esfera pública no trato de determinadas questões próprias de sua experiência cotidiana, pois embora a mulher seja equivalente ao homem, possui contudo uma orientação diferente. Do que, igualmente, depreende-se que não estaria

disputando aos homens os mesmos espaços de atuação, além de enfatizar o caráter pacífico e maduro da participação feminina despojada de paixões partidárias, o que estaria de acordo com sua natureza. Nesse sentido, não há que impedir sua participação que iria enriquecer o panorama político/partidário, não se justificando mantê-la numa posição subalterna (SOIHET, 2000, s/p, grifos da autora).

Ainda sobre exemplos “dignificantes” de mulheres, Arinapi apresenta resumidamente o objetivo da instalação, em Cuiabá, da Liga das Senhoras Católicas⁶, na crônica publicada na edição n. 125, de 30 de maio de 1925. Após participar de uma reunião da Liga, Arinapi fala da “utilidade pratica” que a associação teria, ao atuar na defesa dos “[...] nossos costumes tradicionaes, historicos mesmos, do recato e da modestia, da virtude do zelo da mulher brasileira” (*A Violeta*, n. 125, p.1, de 30 de maio de 1925), indicando que concordava com as “características” idealizadas nos limites dos mandamentos cristãos.

A Liga teria a função de “salvar” a “[...] mocidade, ameaçada pela inexperiencia, a perder a singela flor da sua innocencia, virtude que orna, fulgurante, a fronte das donzellas, principalmente”. A preocupação com a “vadiagem” dos jovens que vagueavam pela rua, considerada o “lo-daçal de miasmas moraes” por Arinapi, “[...] sujeitos ao aprendizado do vicio, da jogatina, do fumo, da bebida alcoolica”, e aos “mãos exemplos” que as moças estariam expostas seriam resolvidos “pela Moral e pela Religião” (*A Violeta*, n. 125, p.1, de 30 de maio de 1925), que constituíam o “escopo” da Liga das Senhoras Católicas.

Outra “Liga” feminina foi proposta por Arinapi na crônica da edição n. 129, de 30 de outubro de 1925, mas, dessa vez, o objetivo seria combater os exageros da “moda”, entendida pela cronista como os costumes relacionados aos “modos”, “trajes” e “danças” absorvidos pelas mulheres cuiabanas de “culturas modernas”, como a estadunidense e a francesa. Para ela, a revista *A Violeta* não deveria se “calar” em relação a essas mudanças, já que “[...] se propoz a discutir e a tratar dos assumptos referentes à mulher e à sociedade cuiabana” (*A Violeta*, n. 129, p.1, 30 de outubro de 1925).

A criação da Liga pelas próprias mulheres teria a função de contrapor a “repressão” do “sexo forte” aos costumes que estavam se “tornando livres” (grifo da cronista). Arinapi insere as leitoras na discussão e questiona:

Não achaes vós carissimas leitoras, distinctas mães de familia e moças prudentes que me lêdes, que a nós, só a nós, competia reprimir o exagero da moda? Porque o homem, elle, por quem

cabecinhas irreflectidas, põe em pratica astucias mil para agradar-lhe, nos diz – é demais – esses modos, esses trajés, essas danças, estão exageradas. Não vos queremos mais assim, que sejam mais modestas as nossas filhas, as nossas irmãs (A VIOLETA, n. 129, p.1, 30 de outubro de 1925).

A definição do que as mulheres “deveriam” ser, para Arinapi, era uma discussão que dependia das representantes do “sexo” feminino e elas “deveriam” defender a “virtude” considerada pela cronista o

[...] melhor, o mais valioso thezouro da mulher, e combatamos as danças exageradas, a moda de despir, e outras inumeras novidades, que, se parece que nos fazem atractivas servem tambem para que sejamos attingidas pela luva de um desafio como o da idéa da criação da liga contra a moda, e o que é mais, desafio que nos deixa quiétas... caladinhas. E porque?! Não temos razão (A VIOLETA, n. 129, p.1-2, 30 de outubro de 1925).

Se os cabelos cortados a la garçonne incomodavam alguns homens e mulheres, para outros grupos o “exagero” não era só da “moda”, mas de outros costumes que estavam em modificação na sociedade brasileira e a reação foi proposta pelo ministro de Educação do presidente Getúlio Vargas, Gustavo de Capanema, que teve o apoio da Igreja Católica. O “Estatuto da Família” foi elaborado por Capanema, mas não foi assinado por Getúlio Vargas na data prevista, o dia 7 de setembro de 1939, porque despertou críticas de vários setores da sociedade brasileira.

De acordo com Simon Schwartzman, o “Estatuto”:

[...] era um documento doutrinário que buscava combinar duas ideias para ele indissociáveis: a necessidade de aumentar a população do país e a de consolidar e proteger a família em sua estrutura tradicional. Segundo o texto, a prosperidade, o prestígio e o poder de um país dependiam da sua população e de suas forças morais: a família era a fonte geradora de ambos (SCHWARTZMAN, 2000, s/p).

Com a aprovação do projeto, as mulheres “emancipadas” seriam as mais prejudicadas, já que um dos artigos determinava “[...] a progressiva restrição da admissão de mulheres nos empregos públicos e privados. Não poderão as mulheres ser admitidas senão aos empregos próprios da natureza feminina, e dentro dos estritos limites da conveniência familiar” (Schwartzman, 2000, s/p). Para o autor, o decreto-lei não foi aprovado “[...] pelo fato de que o governo Vargas preferia sempre a legislação pragmática e casuística à legislação doutrinária e ideológica. Não faltaram, além disso, outras vozes discordantes” (Schwartzman, 2000, s/p).

O DIVÓRCIO

Além da discussão sobre a “questão feminina”, a revista não poderia se “calar” sobre a “questão do divórcio”, que havia entrado em pauta, mais uma vez, no Congresso Nacional, em 1926. Arinapi diz, na crônica da edição n. 141, de 31 de outubro de 1926, que a revista:

[...] sahiria fóra do seu programma calando-se, porque, nos propuzemos, a par dos nossos ensaios na vida jornalística, trabalhar pelo progresso moral e intellectual da mulher. Ora, a lei a que me refiro e como a querem alguns, desmorona os alicerces de muitos lares ou vêm destruir muitos lares pelos alicerces (A VIOLETA, n. 141, p.1, 31 de outubro de 1926).

A cronista argumenta contra a possibilidade de o divórcio tornar-se lei e lamenta que após a efetivação dos “laços matrimoniais”, alguns casais utilizaram o argumento de “incompatibilidade de genios” para a obtenção do divórcio. Ainda coloca os malefícios aos filhos como um agravante para se pensar a possível ruína às famílias provocada por tal direito.

– Tendes filhos? E si os tendes sentir-vos-heis felizes ao verdes os vossos filhos adoptados por outro pae ou outra mãe? Penso que por mais desamoroso que o homem seja, elle jamais sentir-se-ha feliz diante de tamanha dôr. E não será sómente a incompatibilidade de genios, o motivo para o divorcio – a moléstia incuravel e outros (A VIOLETA, n. 141, p.1-2, 31 de outubro de 1926).

Aqui também vemos a oposição entre o amor, que seria uma característica “natural” das mulheres, e a “virilidade” dos homens, responsável por extrair dos corpos masculinos esse sentimento “feminino” mesmo quando se falava da “família nuclear”, considerada o alicerce dos lares. A definição dos “papeis” também valia para eles, mas com menos “rigor” porque os homens eram “sempre mais livres” (A Violeta, n. 141, p.2, 31 de outubro de 1926).

Arinapi discorda do argumento utilizado pelos favoráveis à Lei, de que as mulheres seriam protegidas, no caso do divórcio, e classifica algumas esposas como “criminosas” porque evitavam “procriar”.

Fingida protecção! Ella servirá para cabecinhas loucas na avenida, dos vestidos curtos, das que se casam para ter quem as conduza ao braço para os theatros, para o salões; servirá bem para as esposas que criminosamente evitam à procreação dos filhos. Para estas, tudo está bem... mas não é esta a verdadeira moral

do matrimonio que consiste em conquistarem-se, um ao outro, os esposos, para que a união seja realmente, indissolúvel (A VIOLETA, n. 141, p.1, 31 de outubro de 1926, grifo nosso).

Utilizando mais um argumento contrário à Lei, a cronista alerta para os “abusos” que aconteceriam com sua aprovação, “[...] quer da parte do homem quer da mulher, e estes convem evitar, não protegendo francamente assim os criminosos” (A Violeta, n. 141, p.2, 31 de outubro de 1926). Para Arinapi, a “sociedade” não aprovava e não admitia as uniões “ilegais”, já que considerava a “Lei do Divórcio” uma proteção para “[...] uniões, que digo, fingidas, ephemeras, para não lhes dar peiores qualificativos” (A Violeta, n. 141, p.2, 31 de outubro de 1926), as uniões que estavam fora dos limites da “religião” e da “moral”.

Em 1933, a “questão” do divórcio surge novamente na crônica da edição n. 204, de 31 de março. Dessa vez, o assunto era uma das reformas que seriam realizadas na Constituição brasileira, que estava em discussão no Congresso e concederia o direito “[...] aos desquitados de contrahirem novas nupcias” (A Violeta, n. 204, p.1, 31 de março de 1933), explica Arinapi. Enquanto cronista, Arinapi se vale “[...] da penna para combater a idéa. Não posso, mãe que sou, nem ceder as minhas palmas aos defensores dessa causa; nem, em mudez criminosa, deixar sem um protesto a idéa louca e desvairada do divorcio dando aos divorciados o direito de contrahirem novas nupcias” (A Violeta, n. 204, p.1, 31 de março de 1933)..

Os argumentos utilizados por Arinapi nessa crônica dialogam diretamente com o artigo de Ruy Barbosa publicado após o texto da cronista, intitulado “O divorcio na Inglaterra” e com um subtítulo, talvez inserido pela redação da revista: “O Divorcio e o Anarchismo”. Ruy Barbosa explica a inserção do divórcio na lei britânica, em 1857, e enaltece a atuação do “legislador inglez”, que

[...] não acceitava senão o adulterio como elemento dissolvente do casamento, e, ainda circumscriptos os motivos de sua dissolução a essa, o restringia, o difficultava com reservas, clausulas e excepções consideravelmente limitativas (A VIOLETA, n. 204, p.4, 31 de março de 1933).

Ruy Barbosa cita a tese de um “inglez”, Gladstone, publicada em 1857, que

[...] esmagou o divorcismo, estudando-o, com uma riqueza de erudição, de logica e de colorido, que ainda hoje faz desse trabalho uma das mais bellas defezas da santidade do casamento,

à luz da exegese bíblica, da história sagrada e da moral humana, exploradas com a ciência do legislador e o critério do estadista (A VIOLETA, n. 204, p.4, 31 de março de 1933, grifo nosso).

No fim do artigo, a redação traz um questionamento: “E si Gladstone na Inglaterra dizia assim que diremos nós no Brasil?” (A Violeto, n. 204, p.1, 31 de março de 1933). Arinapi responde:

Há um outro remedio muito melhor que o divorcio. A christianisação da familia; o doce nome de papae e de mamãe nos labios de uma creança que é o fructo de um amor que já existiu e que vae se apagando. E, si a moral de Christo e o amor filial não são bastantes para apertar os laços matrimoniaes, a sociedade é uma mentira, os deveres paternaes uma chimera, a familia um nada, o homem um animal bruto com muito menos responsabilidades que alguns irracionaes que criam e defendem os filhos para exemplo dos que tem um raciocinio e que são dados ao abuso da liberdade que Deus lhe concedeu (A VIOLETA, n. 204, p.2-3, 31 de março de 1933).

Causava admiração na cronista as mulheres que desejavam “ardentemente o divorcio”. Ela admitia o divórcio “[...] como remedio a um mal incuravel tal como elle existe nas nossas leis, prohibindo o desquitado de contrahir novas nupcias, – ferida que sangra sempre como castigo àquelles que não quizeram se impôr ao sacrificio das pequenas concessões” (A Violeto, n. 204, p.3, 31 de março de 1933).

As consequências apresentadas por Arinapi pela metáfora das “chagas” causadas nos divorciados que não conseguiram ou não quiseram manter o matrimônio se aproximam da conclusão da tese de Gladstone sobre o divórcio apresentada por Ruy Barbosa: “[...] a novidade impendente ao regimen do matrimônio seria ‘um fardo intolerável para à consciência individual’” (A Violeto, n. 204, p.3, 31 de março de 1933).

O casamento sem as “pequenas concessões” poderia ser um sofrimento, para Arinapi, que abrangia “uma victima e um algoz”, no caso, mulher e homem, e provocaria alguns “infortúnios”, mas não levaria “[...] a mulher a ser explorada pelos que desejam fazer experiencia de mulheres. E é contra o atentado ao pudor que devemos protestar”, referindo-se ao divórcio e à possibilidade de os “desquitados” se casarem (A Violeto, n. 204, p.3, 31 de março de 1933).

E finaliza a crônica utilizando um argumento cristão: “E si Christo que tinha a todo o pecador uma palavra de perdão, condemnou o divorcio porque o apoiarmos nós que nos dizemos christãos?” (A Violeto, n. 204, p.3, 31 de março de 1933).

Mas havia quem apoiasse o divórcio, e uma das defensoras mais convictas era a escritora Andradina de Oliveira (2007), que até mesmo publicou um livro com o título *Divórcio?*, em 1912, quando ainda residia em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Na apresentação do livro, Andradina convidou os leitores a abrirem o volume

[...] sem medo: é um livro moral. Moral porque é sincero; moral porque é todo um grito de piedade por infinitas mágoas; moral porque o vivifica um intenso e nobre ideal; moral porque é puro, oriundo de uma das nossas mais dolorosas necessidades sociais..." (OLIVEIRA, 2007, p.27).

A "questão" do divórcio era o tema de várias cartas escolhidas por Andradina, que tinha a esperança de tornar os leitores "[...] menos inofensivos ao divórcio e mais apiedados da mulher – a grande vítima dos absurdos e opressores preconceitos sociais" (Oliveira, 2007, p.27). Ao encarar positivamente o divórcio, a escritora criticou a argumentação dos "conservadores", que "[...] empurram para a frente os velhos chavões da dissolução da família, da situação dos filhos, da depravação dos costumes, dos motivos religiosos" (Oliveira, 2007, p.28), e ressaltou que os antidi-
vorcistas mais "ferozes" eram relacionados às "cortes religiosas".

Andradina diverge da opinião de Arinapi questionando se:

Condenar a mulher e o homem, já divorciados, e que experimentam um novo afeto, a passar a vida sem gozar a ventura de se unirem legalmente, publicamente, moralmente ao ente querido, não é um monstruoso crime, cometido em nome da mais sublime das religiões – a religião do Amor e do Perdão?!... (OLIVEIRA, 2007, p.29).

Não consta na revista *A Violeta* nenhuma palestra ou discussão sobre esse livro de Andradina ou sobre o divórcio, no período em que a escritora e sua filha Lola residiram na capital mato-grossense. A escritora rio-grandense antecipou o debate sobre uma das mais "dolorosas necessidades sociais".

A historiadora Ana Carolina Eira Coelho Soares (2007) explica que antes dessa lei,

[...] a única possibilidade de terminar o casamento era através do desquite, instituído em 1916, em que apenas a sociedade conjugal era extinta, pondo fim aos deveres de coabitação, fidelidade e ao regime de bens. Mas o vínculo conjugal estabelecido com o casamento, só era rompido ou com a nulidade, anulação, morte de um dos cônjuges, ou com a Declaração da Ausência (SOARES, 2007, p.105).

A historiadora Ana Silvia Scott (2012) também cita outra mudança na legislação brasileira com a publicação da legislação trabalhista, em 1943,

[...] que concedeu permissão para a mulher casada trabalhar fora de casa sem a “autorização expressa do marido”. A situação de dependência e subordinação das esposas em relação aos maridos estava reconhecida por lei desde o Código Civil de 1916 (SCOTT, 2012, p.23).

No código, explica Scott, “[...] o *status* da mulher casada era equiparado ao ‘dos menores, dos silvícolas, e dos alienados’, ou seja, ‘civilmente incapaz’” (Scott, 2012, p.23).

PALAVRAS FINAIS

Ao apresentar algumas representações do feminino nas crônicas da revista *A Violeta*, é possível perceber as nuances do político, das negociações que a ação política reverbera em práticas conflitantes para uma época em que um “lugar de mulher” estava consolidado no privado, enquanto o espaço público era eminentemente do domínio masculino. O discursivo feminista entrava de mansinho conquistando leitores e leitoras, mas também as próprias redatoras estavam se construindo nos discursos. Vimos, então, que uma defesa ardente pela moral e recato das mulheres podia, aos poucos, dar lugar à mulher do labor fora de casa, preparada intelectualmente e que poderia, sim, opinar e decidir pelos caminhos da nação, através do voto. A luta pelo voto carregou a inserção das mulheres nos espaços públicos, a partir de então, de maneira irreversível.

A mulher culta, letrada, não mais se calaria. Elas defendiam a liberdade também nas relações afetivas – como no direito ao divórcio, debate sobre o qual a cronista Dimpina se posiciona contra, todavia não repudia a feminista defensora, Andradina Oliveira, quando de passagem por Cuiabá. Com as senhoras da Liga Católica também não há divergências aparentes. Embora as cronistas assumam por vezes a defesa pelo voto, pelas conquistas trabalhistas às mulheres, também estão vinculadas a uma moral religiosa católica e burguesa que reforça os valores da maternidade como dádiva e da submissão ao homem como qualidade feminina. O discursivo dessas mulheres oscila entre um conservadorismo e um ativismo político novo, cuja transmutação para autonomia feminina é condição irrevogável.

NOTAS

¹ “Maria Dimpina Lobo – depois Maria Dimpina Lobo Duarte (Cuiabá, MT, 15 maio 1891–10 dez. 1966). Bacharelou-se em Ciências e Letras pelo Liceu Cuiabano (1909). Exerceu magistério na Escola Modelo ‘Barão de Melgaço’ e no Colégio Particular ‘São Luiz’ [...]. Ingressou no funcionalismo federal através de concurso de postalista dos Correios e Telégrafos, obtendo o primeiro lugar entre os participantes de todo o Brasil. Foi a primeira mulher funcionária pública no Estado de Mato Grosso, uma das fundadoras do Grêmio Literário ‘Júlia Lopes’, da Escola Doméstica ‘Dona Júlia Lopes de Almeida’ e da Federação Mato-grossense pelo Progresso Feminino. [...] assinou sua produção na revista como Arinapi e Marta, com as iniciais do seu nome, M.D., e com seu nome completo” (NADAF, Yasmin Jamil. *Sob o signo de uma flor*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993. p. 59-60).

² CHALHOUB, Sidney. “A arte de alinhar histórias”. In: CHALHOUB, Sidney et al. (Org.). *História em cousas miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005. p. 67-86. Sidney CHALHOUB, 2005.

³ Do período entre 1916 e 1937 foram consultadas, no total, 186 edições da revista *A Violeta*, disponíveis nos acervos da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR-UFMT), em microfilme; no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (AP-MT), no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHG-MT) e no acervo particular da pesquisadora Yasmin Nadaf, tivemos acesso às edições originais ou escaneadas. Nessas edições, identificamos o número de crônicas publicadas, assim como as autoras e os temas recorrentes em suas escritas.

⁴ “Maria Ponce de Arruda – depois Maria de Arruda Müller. (Cuiabá, MT, 9 dez. 1898 –). Concluiu seus estudos em 1915 pela Escola Normal ‘Pedro Celestino’ de Cuiabá, e posteriormente passou a exercer o magistério em vários estabelecimentos de ensino da Capital mato-grossense e do município de Poconé. Dirigiu o Grupo Escolar ‘Senador Azeredo’, lecionou música e desenho, em curto período, na Escola Normal ‘Pedro Celestino’ e foi membro do Conselho da Instrução Pública. Fundou o Abrigo dos Velhos e o Abrigo das Crianças em Cuiabá, e a Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência em Mato Grosso. Foi também uma das fundadoras do Grêmio Literário ‘Júlia Lopes’ e da Federação Mato-grossense pelo Progresso Feminino; membro de Academia Mato-grossense de Letras e membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. [...]

Em *A Violeta* escreveu uma produção vasta e variada, assinando-a com os pseudônimos de Mary, Chloé, Vampira, Consuelo, Sara, Lucrecia, Ofélia e Vespertina, além do seu nome real” (NADAF, 1993, p. 61-62). Maria Müller faleceu em 4 de dezembro de 2003, aos 105 anos de idade.

⁵ Francisco Aquino Corrêa nasceu em Cuiabá, no dia 2 de abril de 1885, e foi consagrado arcebispo na Arquidiocese da capital mato-grossense em 1922. É conhecido como o “príncipe das letras” e foi o único mato-grossense a pertencer à Academia Brasileira de Letras (ABL) até hoje. O arcebispo ganhou visibilidade, além dos limites religiosos, em 1917, quando foi indicado para a presidência do estado, atual cargo de governador, no qual permaneceu até 1922. Foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e ocupou a cadeira 34 da Academia Brasileira de Letras.

⁶ Ver mais sobre a Liga em Darlene Socorro da Silva OLIVEIRA. “Casadas, caridosas e comportadas: o discurso da Liga das Senhoras Católicas de Cuiabá (1924-1935)”. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. III, n. 9, jan. 2011. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. Acesso em: 22 jul. 2014.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

A *VIOLETA*. Cuiabá, número 1, p.1 e 7, de 16 de dezembro de 1916. Edição consultada no Acervo Particular de Yasmin Nadaf.

_____ Cuiabá, número 23, p.1 e 2, de 30 de novembro de 1917. Edição consultada no Acervo Particular de Yasmin Nadaf.

_____ Cuiabá, número 26, p.2 e 3, 8 de fevereiro de 1918. Edição consultada no Acervo Particular de Yasmin Nadaf.

_____ Cuiabá, número 30, p.2 e 9, de 15 de abril de 1918. Edição consultada no Acervo Particular de Yasmin Nadaf.

_____ Cuiabá, número 43B, p.3 e 7, de 25 de dezembro de 1918. Edição consultada no Acervo Particular de Yasmin Nadaf.

_____ Cuiabá, número 76, p.2 e 3, de 25 de dezembro de 1920. Edição consultada no Acervo Particular de Yasmin Nadaf.

_____ Cuiabá, número 123, p.1 e 2, de 31 de março de 1925. Edição consultada no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFMT).

_____ Cuiabá, número 125, p.1, de 30 de maio de 1925. Edição consultada no Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHG-MT).

_____ Cuiabá, número 126, p.1 e 2, de 25 de julho de 1925. Edição consultada no Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHG-MT).

_____ Cuiabá, número 129, p.1 e 2, de 30 de outubro de 1925. Edição consultada no Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHG-MT).

_____ Cuiabá, número 141, p.1 e 2, de 31 de outubro de 1926. Edição consultada no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFMT).

_____ Cuiabá, número 152, p.2, de 31 de dezembro de 1927. Edição consultada em microfilme na Fundação Biblioteca Nacional (RJ) e no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFMT).

_____ Cuiabá, número 155, p.2 e 3, de 30 de abril de 1928. Edição consultada no Acervo Particular de Yasmin Nadaf.

_____ Cuiabá, número 162, p.1, 2, 3 e 4, de 25 de dezembro de 1928. Edição consultada no Acervo Particular de Yasmin Nadaf.

_____ Cuiabá, número 165, p.1, de 31 de março de 1929. Edição consultada em microfilme na Fundação Biblioteca Nacional (RJ) e no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFMT).

_____ Cuiabá, número 204, p. 1, 2, 3, 4 e 9, de 31 de março de 1933. Edição consultada no Acervo Particular de Yasmin Nadaf.

_____ Cuiabá, número 223, p.1, 2 e 3, de 30 de abril de 1935. Edição consultada no Acervo Particular de Yasmin Nadaf.

O MATTO-GROSSO. Cuiabá, número 1.451, p.2, de 15 de novembro de 1917. Edição consultada na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (RJ).

_____. Cuiabá, número 1.454, p.2, de 25 de novembro de 1917. Edição consultada na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (RJ).

_____. Cuiabá, número 1.485, p.3, de 7 de abril de 1918. Edição consultada na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (RJ).

REFERÊNCIAS

CHALHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias. In: CHALHOUB, Sidney et al. (Org.). *História em cousas miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005. p. 67-86.

OLIVEIRA, Andradina América de Andrade e. *Divórcio?* Porto Alegre/Florianópolis: Ediplat/Mulheres, 2007. p. 27.

RAGO, Margareth. *Adeus ao feminismo?* Feminismo e (pós)modernidade no Brasil. Cadernos AEL, n. 3/4, p. 12-43, 1995/1996. p. 18.

SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Paz e Terra, 2000. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/capit4.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.) *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 23.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. *Receitas de felicidade e espectros da infelicidade*: o Código Civil de 1916 e as lições de comportamento na Revista Feminina no início do século XX. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. p. 105.

SOIHET, Rachel. *A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz*. Revista Brasileira de Educação, n. 15, p. 97-117, set./out./nov./dez. 2000. s/p.

MEMÓRIAS E NARRATIVAS DA VIDA DE DANTE DE OLIVEIRA

Maria das Graças Campos

Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana, UERJ/RJ.

Professora na Universidade de Cuiabá-UNIC /MT

mdgcampos@uol.com.br

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Este trabalho tem o principal objetivo de desenvolver estudos e análises no sentido de investigar as políticas públicas executadas por Dante de Oliveira, visando registrar as principais iniciativas de seu governo na área das Políticas Públicas, tanto no período de 1986 a 1990, na cidade de Cuiabá, quando exerceu o mandato como primeiro prefeito eleito na capital do estado de Mato Grosso, após a ditadura militar, tanto quanto, nos mandatos de governador de 1995 a 2001. Esta investigação parte do percurso de vida, e da história de Dante de Oliveira para procurar compreender e identificar as marcas da formação deste sujeito político e histórico. No estudo é privilegiada a sua trajetória pessoal, familiar, sua rede de sociabilidade, iniciativas, preferências, trajetória escolar, na infância e na juventude. Enfim, como se constituiu a sua história de vida? Quais eram suas opções, suas escolhas, seu gosto, sua leitura de mundo? Afinal, quem era este ator social? Quanto aos pressupostos e opções metodológicas optou-se pela pesquisa qualitativa partindo-se da concepção de que, essa alternativa nos oferece maior possibilidade para estudar as subjetividades humanas e seu universo existencial. Nesta perspectiva é fundamental compreender que a leitura pelo individual não exclui a possibilidade observar a rede de relações sociais nos diferentes espaços/tempos, nos quais o indivíduo está inserido.

Palavras-chave: Dante de Oliveira: infância, juventude e percursos.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

ABSTRACT

It is a doctoral research presented to the Post-Graduate Public Policy and Human Formation at the State University of Rio de Janeiro. This work has the main objective to develop studies and analyzes to investigate public policies implemented by Dante de Oliveira, aiming to record the major initiatives of his government in the area of Public Policy, both in the 1986-1990 period in the city of Cuiabá when he held the mandate as the first elected mayor in the state capital of Mato Grosso, after the military dictatorship, as in the 1995 governor mandates to 2001. The research part of the life journey, and Dante de Oliveira, story to try to understand and identify the signs of formation of this political and historical subject. The study is privileged your personal, family history, its network of sociability, initiatives, preferences, school life, in childhood and youth. Anyway, as constituted your life story? What were your options, your choices, your taste, your world of reading? After all, who was this social actor? As for assumptions and methodological options we chose the qualitative research starting from the assumption that, this alternative offers us greater possibility to study human subjectivities and his existential universe. This perspective is essential to understand that reading the individual does not exclude the possibility to observe the social relations network in different spaces / times, in which the individual is inserted.

Keywords: Dante de Oliveira: childhood, youth and routes.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa insere-se nos estudos e análises das políticas públicas executadas por Dante de Oliveira com o objetivo de responder as perguntas fundamentais: Como foi a trajetória de formação, convivência familiar e rede de sociabilidade de Dante de Oliveira? Como foi formado o seu pensamento político ideológico e sua matriz identitária? Qual seria a influência desta ideologia na formulação das políticas públicas?

O estudo foi desenvolvido a partir da biografia de Dante de Oliveira, que ao longo do trabalho foi delineando e sinalizando o percurso principal da pesquisa. Dante teve em sua vida um desempenho relevante pelo processo de redemocratização do Brasil e sua formação acadêmica transcorreu no período da ditadura militar. Sua geração foi marcada pela convivência com uma fase da história brasileira, em que os direitos

democráticos foram cerceados e a população ficou à mercê de um governo autoritário e altamente repressivo.

Os fóruns e debates promovidos pelo PPFH-UERJ possibilitaram identificar similaridades e/ou contradições do marco teórico-metodológico. Nesse sentido, o desafio se constituía em buscar o diálogo entre a teoria e a pesquisa proposta, que na perspectiva de Abreu (2005, p. 29):

“[...] são dois termos da produção do conhecimento que se retroalimentam, a passagem do tema ou da ideia inicial para um objeto de pesquisa é um processo muito rico, mas também penoso, pois é preciso articular essa boa questão com quadros referenciais teóricos que permitam avançar no processo de produção do conhecimento”.

Na mediação entre os pressupostos teóricos e o trabalho de campo, tornou-se evidente a necessidade de focar na definição da opção metodológica. Nessa direção, esta pesquisa utiliza como ferramentas, simultaneamente, fontes documentais, iconográficas e técnicas de história oral, visando a compor um cabedal de informações que possibilitassem a aproximação dos fatos vivenciados pelo sujeito da pesquisa com o processo histórico.

Dessa forma, frente à dimensão subjetiva das vivências e dos fenômenos humanos, para levar a cabo o propósito deste trabalho optou-se pela pesquisa qualitativa, que se ocupa com o nível de realidade quando se estuda o que não pode ser quantificado. Ou seja, trabalha-se com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

A escolha pelo método qualitativo deu-se em virtude de alguns fatores determinantes na pesquisa, tais como obtenção dos dados de forma descritiva e maior valorização no processo do que no produto final, possibilitando dessa forma, a compreensão do fenômeno investigado de forma holística, em suas complexidades e peculiaridades.

Na pesquisa foram entrevistadas 13 pessoas, seis dos entrevistados fazem parte da convivência familiar e do grupo de amigos de Dante de Oliveira, sete entrevistados são personalidades públicas e políticas do estado de Mato Grosso e participaram da atuação partidária e do seu governo.

Além das entrevistas, outra questão que norteou o estudo foi a utilização de fotografias. Esta fonte permitiu aproximar das descobertas e deu sentido à busca de retomada da memória de Dante, evoluindo nas pistas para o desenvolvimento das narrativas e da compreensão histórica dos fatos.

Assim, a partir do primeiro contato que tive com as fotos de Dante de Oliveira, percebi que as fontes icnográficas poderiam contribuir com a pesquisa enquanto elemento de interpretação da história de vida do sujeito pesquisado.

A utilização das fotografias converte-se em um desafio, se considerarmos que estamos inseridos em um contexto social de forte expressão da imagem, mas na concepção de Kassoy (2001), apesar de fazermos parte da “civilização da imagem” observa-se certa resistência em reconhecer a fotografia como fonte histórica, ou instrumento de pesquisa.

Neste sentido, Kassoy (2001) argumenta ainda que existem dois aspectos que fundamentam esta resistência, sendo o primeiro considerado de ordem cultural e, mesmo com o bombardeio contínuo das informações visuais transmitidas pelos diversos meios de comunicação “existe um aprisionamento multissecular da tradição escrita”. A segunda razão está relacionada com a expressão e seria decorrente da anterior, e que “o problema está na resistência do pesquisador em aceitar, analisar e interpretar a informação quando esta não é transmitida, segundo um sistema codificado de signos em conformidade com os cânones tradicionais da comunicação escrita” (Kossoy, 2001, p. 30).

Por outro lado, objetivando identificar quais seriam os contextos e movimentos que contribuíram para as concepções e formulações do pensamento de Dante de Oliveira na condição de sujeito histórico, buscou-se analisar o objeto da pesquisa sob a visão da prosopografia, que procura compreender o indivíduo e as formas como ele se articula na sociedade, que segundo Stone (1971, p. 46):

A prosopografia é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado consiste em definir um universo a ser estudado e então a ele formular um conjunto de questões padronizadas – sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, local de residência, educação e fonte de riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência profissional e assim por diante. [...] O propósito da prosopografia é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social, descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos que se dão no seu interior.

Nesse sentido, tomei como referência a fundamentação e a orientação teórica do método; contudo, optei por não segui-lo na íntegra, uma vez que demandaria análises e combinações que não seriam con-

templadas neste trabalho, já que deveria compor-se de apreciação de outras histórias similares.

Para Stone (1971), a prosopografia e a biografia tratam de questões e interesses diferenciados que, paralelamente, dão a ambas as legitimidades. Enquanto a biografia visa ao indivíduo, o interesse da prosopografia é o conjunto, a totalidade, as relações do sujeito no contexto.

A leitura dos aspectos fundamentais da prosopografia trouxe para a pesquisa uma dimensão diferenciada das leituras biográficas, na busca de um processo analítico para colaborar na aproximação do sujeito em seu universo de conjunto e de totalidade.

Um dos procedimentos adotados neste trabalho foi buscar os registros na memória daqueles sujeitos que conviveram a infância e a adolescência de Dante de Oliveira. Para a historiadora Sonia Maria de Freitas (2006, p. 53),

A História Oral possibilita novas versões da História ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Esse tipo de projeto propicia, sobretudo, fazer da História uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite produzir história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, através de suas referências e também do seu imaginário.

Neste sentido, adotando-se a história oral uma vez que segundo Paul Thompson (1992, p. 10), “o mérito da história oral não é o de trazer em si, necessariamente, esta ou aquela postura política, mas sim o de levar os historiadores a tomarem consciência de que sua atividade se exerce, inevitavelmente, dentro de um contexto social e que tem implicações políticas”. Esse autor afirma, ainda, que:

Para alguns historiadores tradicionais os depoimentos orais são tidos como fontes subjetivas por nutrirem-se da memória individual, que às vezes pode ser falível e fantasiosa. No entanto a subjetividade é um dado real em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas ou visuais (THOMPSON, 1992, p. 18).

Os relatos das pessoas em pesquisa nos permitem compreender a singularidade na convivência social. Assim, ouvindo a história de vida, poderemos encontrar a versão da história que não foi narrada pelos meios oficiais. Nesse sentido, a história oral.

[...] nos dá a chance, ou ilusão, de surpreendermos, um pouco que seja, a impossibilidade de assistir a um filme do passado. Quando isso acontece, é porque nela encontramos a vivacidade do passado, a possibilidade de revivê-lo pela experiência do entrevistado. Não é à toa que a isso muitos dão o nome de história (ou memória) viva (ALBERTI, 2004, p. 14).

Dante de Oliveira ficou conhecido em todo o Brasil como “O homem das Diretas Já”, em virtude de sua iniciativa de apresentar a primeira emenda constitucional para restabelecer as eleições diretas para presidente da República, garantindo a formulação de propostas que contribuíram para a redemocratização do país. Esse fato foi determinante para recuperar o direito à manifestação popular por meio do voto direto, negado aos brasileiros durante o período da ditadura (1964-1985).

Diante de sua expressiva carreira política e social, um dos desafios da pesquisa foi focar não exclusivamente na trajetória de vida e atuação política de Dante de Oliveira, mas contextualizar sua genealogia em relação ao mundo ao qual pertenceu e atuou historicamente. Por ser fundamental conhecer os movimentos e os cenários que circundavam a vida de Dante de Oliveira, demarcou-se como contexto histórico o período que vai de 1964 até a década de 1980. Portanto, foram estudados os movimentos políticos e as influências ideológicas dos jovens que conviveram com a ditadura imposta ao Brasil pelo golpe civil-militar de 1964, incluindo o movimento “Maio de 68”, que, de acordo com Badiou (2012), congregava na França a juventude universitária e secundarista com os operários franceses.

Dante de Oliveira faleceu jovem, aos 54 anos de idade, o que justifica a necessidade de se publicizar sua contribuição ao país como político e estadista.

Por se tratar de figura política nacional, a trajetória de Dante de Oliveira – composta de ensaio biográfico e coletânea de discursos parlamentares – foi publicada na série “Perfis Parlamentares”, que contempla deputados brasileiros cuja ação no Parlamento tenha sido notória. Na “Apresentação” dessa obra, Marco Maia, então presidente da Câmara dos Deputados, assim se expressa a respeito do biografado:

Percorrendo a biografia do idealista Dante de Oliveira, a série Perfis Parlamentares desvenda, neste volume, por meio de narrativa envolvente, contextualizações bem estruturadas, entrevistas reveladoras e transcrições de discursos emblemáticos, a trajetória pes-

soal de um grande líder. Com este livro, a Câmara dos Deputados prestigia uma figura que enriqueceu a história da instituição ao mesmo tempo que oferece ao leitor a oportunidade de conhecer – ou rememorar – a sucessão de fatos, as opiniões e o espírito público que marcaram a vida de um dos principais personagens da luta pela consolidação democrática brasileira (KRAMER, 2012, p. 10).

Inicialmente este estudo objetiva estudar a infância e juventude de Dante de Oliveira, observando fatos marcantes de sua trajetória, principalmente aqueles que influenciaram na sua vida familiar e escolar, procurando encontrar as marcas da contribuição da família, e dos amigos enfim, da sua rede de sociabilidade presente na sua formação educativa e política.

Nesta visão de relacionamento com as pessoas, pode-se considerar que a partir da infância, o indivíduo convive com padrões, costumes e valores que vão influenciar em sua aprendizagem. Thompson (1981) explica que aprendemos primeiro na família, também aprendemos no trabalho e na comunidade imediata. Então, surge a partir deste pensamento o estudo da vida dos pais e outros familiares que influenciaram na formação educativa de Dante de Oliveira, participando ainda na sua vida escolar, na sua interação social e em suas opções profissionais.

Por constatar que algumas informações atinentes à história de vida de Dante de Oliveira, já veiculadas pela grande mídia estavam distorcidos procurei compatibilizá-los, com documentos do Instituto Dante de Oliveira, e no que se refere a sua vida pessoal, as informações aqui expressas foram construídas por mim em diálogo e entrevistas permanentes, que foram realizadas pessoalmente ou via telefônica com integrantes da sua família em especial sua mãe Maria Benedita, que sempre colaborou com empenho e zelo para a organização das informações. Diante do meu convívio permanente com a família de Dante consegui informações, a exemplo da obra *Enigmas da Verdade* com o próprio autor em vida, muito antes de iniciar este trabalho.

Diante da expressiva carreira política e social de Dante de Oliveira, um desafio da pesquisa será focar não exclusivamente sua trajetória, mas destacar os principais momentos em sua vida que atuou historicamente no contexto nacional e local.

Figura 1 - Foto do batizado de Dante de Oliveira Figura (a esquerda o padrinho José Feliciano de Figueiredo ao centro o pai Sebastião de Oliveira à direita a madrinha Dirce Brizola de Figueiredo e o Pe. Luiz.



Foto do acervo familiar.

O pai, jurista e intelectual, conhecido por todos por Dr. Paraná¹. Foi o Advogado fundador da OAB no Estado de Mato Grosso, atividade que exerceu a partir de 1937, quando retorna da então capital do país, Rio de Janeiro após sua formatura em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Brasil atualmente denominada UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na carreira jurídica, galgou posições importantes, como membro do Tribunal Regional Eleitoral e procurador-geral do Tribunal de Contas do Estado, cargo no qual aposentou-se em 1969. Também ocupou o cargo de Prefeito de Santo Antônio de Leverger, em 1942.

Figura 2 - Dante de Oliveira e seu pai, Sebastião Oliveira



Fonte: Acervo familiar

A respeito do exemplo do pai quando foi indagado por Miranda² (1986) se o pai no fundo te orientava? Assim manifestou Dante:

Não! Não! Do ponto de vista política eu conversava pouco com papai, porque se eu fosse conversar eu brigava. Então, eu conversava pouco. No fundo, no fundo, eu sempre tive um profundo respeito pelo meu pai por ser um político sério, um cara honesto, um homem de bem. Isso me servia de bússola, mas, do ponto de vista do pensamento político dele que naquela época não tinha nada haver comigo. Quer dizer eu ia para outro lado era ao avesso. .(Oliveira, 1986, Org. Miranda, 2013, p. 130).

O genitor de Dante de Oliveira dedicava-se também à reflexão filosófica; em seus escritos e artigos encontramos verdadeiros tratados a respeito de Ética. Por exemplo, em sua obra *Enigmas da Verdade*, trava uma discussão filosófica entre a Fé e a vivência humana, a partir de estudos Bíblicos, explicando que a fé e a razão constituem a raiz de nossos atos. Nessa obra ele reflete sobre a , verdade tal qual uma construção do conhecimento que pode ser compreendida para a prática da virtude, afirmando que ao conhecer a verdade o ser humano cresce com harmonia, e quem não conhece a verdade crê no falso. Para o autor, o desconhecimento profundo poderia desta forma, ser a causa primária de todos os males que afligem a criatura humana no mundo da criação, conclui o Dr. Paraná.

Reafirma a questão do conhecimento e da verdade, enquanto alimento para vida. Por analogia, explica:

Tal como a criança que na mais tenra idade não recebendo o alimento em quantidade e qualidade suficientes, será sempre um adulto fraco, doente, deficiente; da mesma forma, quem não conhece a verdade capaz de esclarecê-lo, de orientá-lo, será um adulto carente pelo resto da vida. A vocês que amam tanto os próprios filhos, podemos afirmar com toda convicção, que a busca da verdade é a meta mais importante para aquele que ama. (OLIVEIRA, 1958,p. 16).

A história da família revela que, quando Dante de Oliveira manifesta penhores políticos não estava distante das iniciativas familiares e suas tradições. Basta observar a vida de seu pai. Dr. Paraná, além das atividades intelectuais, participou ativamente da política no Estado, pela UDN³, e sagrou-se deputado estadual Constituinte em 1947, participando do processo de redemocratização do país, após a derrubada da Ditadura Vargas, no chamado Estado Novo.

Se na vida de seu pai, Sebastião de Oliveira, encontramos conexões que poderiam ter influenciado na opção de Dante de Oliveira pela carreira política, na história de vida de sua mãe, D. Maria Benedita Martins de Oliveira, os fatos revelam que, por parte da família da sua mãe sua visão de mundo pode ter sido ampliada por conviver com profissionais da área da educação.

Figura 3 Dante de Oliveira com a família (em primeiro plano: sua mãe, Maria Benedita; sua irmã Eneida; seu pai Sebastião de Oliveira; sua irmã Inês; em segundo plano, os irmãos: Lúcia, Bernardo, Yolanda, Armando e Dante).



Foto do acervo familiar.

Éramos de classe média-alta, meu pai era advogado e o pai dele também era advogado, famílias antigas do estado, a minha e a dele também, enfim, então tínhamos essa convivência e esse relacionamento. (Júlio Müller, entrevistado).

- UMA FAMÍLIA DE PROFESSORES

O mundo está cada vez mais desigual, uns nadando na riqueza e outros morrendo de fome. A fome gera violência. (Profª Francisca Figueiredo Arruda Martins).

Além da formação escolar, pode-se considerar que Dante de Oliveira conviveu com a intelectualidade em sua juventude, cercado de estudiosos, cresceu em uma família de professores e professoras. Sua mãe,

D. Maria Benedita Martins de Oliveira, e assim se apresentou em entrevistas ao jornalista Evaldo de Barros:

Nasci em Poconé, no dia 1º de maio de 1921 e sou filha de Luiz de Arruda Martins e de D. Francisca de Figueiredo Arruda Martins, mais conhecida como Professora Chiquinha, uma vocacionada para o magistério. Aliás, toda a família da mamãe tinha paixão pelo magistério. Eles vieram ao mundo para ensinar! E posso garantir: todos eles foram excelentes educadores e marcaram presença nas escolas por onde passaram. (Jornal Diário de Cuiabá (10-03-2013).

D. Maria Benedita como é carinhosamente chamada por todos, cursou a Escola Normal, exerceu a profissão por um curto período, mas em substituição a sua mãe a Profª Francisca Figueiredo Arruda Martins, que por sua vez foi aluna da prima Professora Almira Mendonça.

A família de Dante de Oliveira compõe-se de destacados nomes da educação mato-grossense. Integrando-se ainda dos professores: Antônio de Cesário de Figueiredo Neto, Guilhermina de Figueiredo, Benedito de Figueiredo, Irmã Maria Conceição de Figueiredo, João Crisóstomo de Figueiredo e Irmã Marieta de Figueiredo e muitos outros seguiram a carreira do magistério.

A vida da avó materna de Dante de Oliveira consta da Memória da Cultura e da Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, antes da divisão do Estado, a Profª Maria da Glória Sá Rosa desenvolveu uma pesquisa pela Universidade Federal do Estado, documentando a História de Vida dos professores que se destacaram pelo exercício da profissão. Ao falar dos sujeitos do estudo, assim elucida a autora: fui conduzida pelo fio das lembranças desses mestres, que em seus discursos me forneciam as linhas básicas do edifício da cultura e da educação que ajudaram a levantar (SÁ ROSA, 1990, p.13).

A autora traça um perfil dessas profissionais a partir dos seus relatos, enfatizando que na vida das 40 professoras entrevistadas, as raízes familiares agem como um elo entre as gerações, que se firmam no exemplo dos antepassados, para sobreviver com dignidade numa profissão marcada pelo sacrifício.

Outra questão que a pesquisadora constatou nessas mulheres, reforça a figura da mãe. Elas seriam o sustentáculo do lar, incentivando nos demais integrantes da família o gosto pela leitura e pelos estudos, com paciência, pertinência e disponibilidade. Muitas professoras quando perdem os companheiros, por morte ou por abandono do lar, permanecem firmes na direção da casa, impedindo a dispersão da família.

Na família de Dante de Oliveira, as mulheres são protagonistas na carreira profissional e fortes na condução familiar. Como exemplo a postura de sua avó materna, Profª Chiquinha, e sua mãe, Maria Benedita, que ficaram viúvas, mas prosseguiram firmes na orientação e no apoio da família. Mulheres agregadoras e conciliadoras. Verdadeiros sustentáculos para os filhos, noras, genros, netos, afilhados, e outros filhos que o carinho e a generosidade fizeram adotar.

A avó de Dante de Oliveira participava ativamente da vida social e política do Estado e da capital; inclusive escrevia para a Revista Violeta, veículo do Grêmio Literário Júlia Rodrigues. A Profª Chiquinha foi pianista, executava com ânimo e talento Áida de Verdi e outros clássicos, nos eventos Líteromusicais realizados no antigo Clube Feminino; tocava também em Bailes e eventos populares, organizava e apresentava peças teatrais produzidas nas escolas.

Minha Cuiabá de antigamente, sem televisão, sem trânsito de hoje, como era diferente! A gente se encontrava nas retretas do jardim, nos bailes familiares, nas festas de casamento. Às vezes havia bailes no Palácio do Governo. O que tínhamos de teatro em Cuiabá, era só o que acontecia nas escolas. Muito raramente aparecia uma companhia de atores, ou uma turma de cantores, para se apresentar aqui. (Trechos do depoimento da Profª Chiquinha à Sá Rosa, 1990, p.227).

A Profª Chiquinha, como era carinhosamente chamada por seus alunos, foi muito perseguida por suas convicções políticas, mas nunca deixou de se manifestar, mesmo em tempos de proibição entre os professores, conforme relata:

Naquele tempo, em 1947, havia uma luta feroz entre UDN e PSD. Eu e todos os parentes estávamos na UDN, cujo chefe político era o senador Vilas Boas. Por causa disso o pessoal do PSD me transferiu para Cuiabá, desrespeitando a Lei, pois eu era efetiva em caráter vitalício. Vim lecionar nas Escolas Reunidas Leovegildo Martins de Melo. Ninguém disse uma palavra a favor, ou contra este ato de injustiça. Essas passeatas de protestos de hoje, não existiam naquele tempo. Os jornais também dependiam do governo e ficavam quietos, quando se cometiam injustiças. (Depoimento da professora Chiquinha à Sá Rosa 1990, p.224).

Dentre muitos atributos pode-se destacar a postura ética da Profª Chiquinha, sua religiosidade e sua honestidade. Mesmo tendo uma família que ascendeu econômica e politicamente, ela sempre fez opção pela simplicidade; até o falecimento portou-se com dignidade e humildade, mantendo-se com o salário de professora aposentada e com a pensão

de seu falecido marido, Sr. Luiz de Arruda Martins.

Em sua pesquisa de história de vida das professoras, Rosa (1990) descreve a personalidade ativa e ilibada de Francisca de Figueiredo Arruda Martins. De acordo com a autora, para seus 92 anos a Profª Chiquinha mostrava-se lúcida e ativa, quando vivia ao lado das netas em uma casa repleta de retratos e quadros. Elegantemente sentava-se em uma cadeira de palhinha, quase sempre com um leque nas mãos hábeis, e analisando o presente, e interpretando seu passado:

Na pele enrugada, rios de sofrimento, de sonho, perpassavam silenciosos, com seus referenciais de dedicação à família, ao ensino, aos amigos. Os olhos pequeninos, quase sem brilho, estavam voltados para aquele mundo inteiro onde ficaram guardados os segredos do viver desta mulher, que atravessou o século depois de ter concluído um núcleo de verdade, de confiança no futuro na alma de seus alunos. (Rosa, 1990)

Outra professora da família de Dante de Oliveira digna de relato é a Profª Therezinha de Jesus Arruda; ex-freira, dedicou-se ao magistério, tornando-se professora de História da Universidade Federal de Mato Grosso; ativista cultural e política, ela foi uma das fundadoras do Museu de Arte e Cultura Popular da Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente é tradutora do Grama Internacional e vive em Havana, capital de Cuba.

Na década de 1980, a Profª Therezinha criou em Cuiabá A Casa de Solidariedade Latino Americana José Martí: Associação Cultural Brasil/Cuba – Camilo Cienfuegos de Integração Latino Americana. Naquele período foram promovidos vários eventos e movimentos culturais com o objetivo de intercambiar relações culturais e políticas com os países Latino-Americanos, em especial com os que fazem fronteira com o Brasil: Bolívia, Paraguai, Argentina, Venezuela, Peru e outros. Havia na cidade uma latente mobilização de intercâmbio e de solidariedade a Cuba, no extremo momento de Bloqueio Norte-Americano, que atingiu Cuba conforme revela o poema.⁴

A Associação de Intercâmbio Cultural funcionava na Rua Pedro Celestino, em uma casa que era cedida pelo Dr. Paraná, pai de Dante de Oliveira; e quando prefeito da capital, Dante e sua equipe apoiavam intensamente os eventos e as iniciativas da Associação, participando dos eventos, uma vez que no meio intelectual da cidade havia um grande desejo de integração dos povos Latino-americanos.

Dentre os eventos podemos destacar Uma Noite Por Cuba, realizado na Praça Popular, com objetivo de divulgar a cultura e a gastronomia cubana e arrecadar recursos e materiais escolares que foram enviados para as crianças. O evento foi um sucesso e contou com a participação de artistas, intelectuais, professores, políticos e muitos populares.

FORMAÇÃO ESCOLAR AMIGOS E REDE DE SOCIABILIDADE

Gramsci (2006) enfatiza que a escola deve assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para criação intelectual e prática de uma certa autonomia na orientação e na iniciativa.

Dante ainda criança não foi muito dedicado aos estudos, mas assimilava o conteúdo escolar muito rapidamente, conforme relatos de sua mãe, a Sra. Maria Benedita. “Sempre notei mais penhor e dedicação de parte dos outros irmãos, a exemplo de Eneida, Yolanda.” Sua mãe afirma ainda que ele sempre simplificava e buscava acelerar as tarefas e tempo escolar. Característica que apresentou desde a primeira infância, quando foi estudar Educação Infantil em uma escola coordenada pela professora Veridiana; tanto que quando ingressou no antigo primário, já apresentava condições para iniciar os estudos da 3ª série. Em virtude da idade (10 anos), considerado precoce para frequentar a série proposta pela família, que já constatava o avanço no desempenho escolar, pois já apresentava condições cognitivas requeridas pelo programa escolar. Diante do fato novo, somente uma professora aceitou recebê-lo na classe.

Figura 4- Dante de Oliveira em sua turma de Ed. Infantil, o segundo a esquerda a frente da Profª Ana Ribeiro.



Foto do acervo Familiar.

Em sua infância podemos verificar que o temperamento de Dante de Oliveira, manifestado ainda criança, daria contorno para a sua atuação política; sua trajetória revela a urgência que sentia em promover mudanças, em avançar no tempo. Em curto período ocupou muitos cargos de relevância, tudo para Dante era para Já.

Conforme depoimento da família e dos amigos, na infância Dante já revelava uma inquietude que sobressaía dos demais meninos, conforme maneira dinâmica de participar de tudo. Principalmente pelo seu carisma, conforme expressão dos amigos:

O Dante tinha uma figura característica e eu acho que a primeira vez que eu vi o Dante na vida foi... não na vida eu não sei, mas foi uma das primeiras imagens dele que me impressionaram muito foi lá no Colégio dos Padres e nós tínhamos o quê..., 10 anos de idade ou 11. Estávamos em um evento naquele auditório que tinha lá e o Dante estava lá impossível. Ao lado de dona Maria e dona Maria deu um beliscão nele. (Adalberto Lebrinha - entrevistado).

E ele reclamou e levantou. Aquela figura magricela porque ele sempre foi muito alto né! E todo mundo achou engraçado aquilo. Ele era um cara muito carismático sabe e ele tinha um carisma muito forte, muito acentuado. (entrevistado Batista Malhado).

Ele sempre foi impossível. (entrevistado Aluísio Arruda)

Em novembro de 1963, Dante de Oliveira concluiu o primário - equivalente às primeiras séries do Ensino Fundamental, ou iniciais do I Ciclo -, na Escola Modelo Barão de Melgaço e Escola Normal Pedro Celestino; escolas destacáveis pelas propostas de Ensino e renome dos professores que ali atuavam. Ao pesquisar os jornais da época, Marques (2012) levantou nas páginas do Jornal *O Debate* que entre as 44 notas sobre escolas públicas primárias e secundárias, o maior destaque é para a Escola Normal e Modelo, com 17 notícias referentes a chamada de matrícula, a exame de suficiência, relação de alunos aprovados e a festividades. (p.77)

Figura 5 - Foto panorâmica do Palácio da Instrução, onde funcionava a Escola Estadual Barão de Melgaço.



Fonte Acervo da Secretaria Municipal de Cultura – Cuiabá

Em 1964, Dante de Oliveira ingressou no Colégio Salesiano São Gonçalo, para cursar o Ginásio - equivalente ao período de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental. Na mesma instituição educativa, concluiu o Ginásio, em 1968. No mesmo ano, Dante de Oliveira circulava nas varandas exuberantes do Colégio Salesiano São Gonçalo, que foi fundado pelos padres salesianos em 1894, inspirado no modelo Francês de Liceus. Uma arquitetura arrojada, ainda hoje intocável, que se somava a um complexo de obras onde a Missão Salesiana atua na ação religiosa e educativa em Cuiabá. Vale salientar que neste complexo foi construído o Colégio DASA, para meninas, que funcionou assim até a década de 1980.

Segundo FARIA (2011, pag. 87), esta questão está relacionada com o debate acerca do simbolismo republicano que impregna os prédios escolares desde a Revolução Francesa, explicando: os *templos republi-*

canos no Brasil, como os Liceus, as Escolas Normais e as Escolas de Anísio Teixeira no Rio de Janeiro, reafirmam a complexidade deste imaginário cívico, enraizado historicamente em corações e mentes desde o século XVIII.

Muito próxima ao Colégio foi construída a Igreja Senhor do Bom Despacho, concebida também nos moldes arquitetônicos franceses, como uma Réplica da Notre Dame de Paris. A Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho, datada da década de 1920, teve o lançamento de sua pedra fundamental em 1918, quando era Presidente do Estado o Arcebispo D. Francisco de Aquino Correa; a obra foi projetada e sua construção iniciada pelo Eng.º francês Georges Mousnier, Conde de Manoir, e concluída por seu filho Leon de Mousnier. A igreja já passou por várias reformas, todas procurando manter fidelidade à sua arquitetura original.

Figura 6 - Igreja de Nossa Senhora do Bom Despacho



Foto: em divulgação

Em virtude da falta de espaços em 1895, os alunos do Liceu Salesiano São Gonçalo foram transferidos para uma Chácara, onde foram inauguradas oficinas de serralheria, carpintaria, alfaiataria e sapataria.

Por ofertar cursos de profissionalizantes, o Liceu passou a ser denominado Liceu de Artes e Ofícios São Gonçalo, tornando-se um ponto de referência e sede para recente inspetoria instalada, a Missão Salesiana de Mato Grosso.

O Liceu Salesiano faz parte da história local. Além da ação educativa, em suas dependências foi erguido o Observatório Meteorológico Dom Bosco, o primeiro do estado. Nos anos seguintes a estrutura física do colégio foi ampliada.

Consta dos documentos do Colégio Liceu Salesiano Dom Bosco que os padres, liderados por Monsenhor Lasagna, chegaram em Cuiabá em 18 de junho de 1894 instalando-se nas dependências da Igreja São Gonçalo do Porto. Embora houvesse muito tempo já, que o Bispo de Cuiabá, D. Carlos Luiz d' Amour, insistia para a vinda dos educadores Salesianos, somente após sua morte é que eles chegaram. Daí, em setembro do ano de 1894 passou a funcionar em Cuiabá, o Ensino Primário.

A opção da família de Dante pelo ingresso do filho no Colégio Liceu Salesiano São Gonçalo, deu-se em virtude de serem católicos e grandes admiradores e amigos de D. Aquino Correia. Por seus feitos, D. Aquino Correia destaca-se entre os ex-alunos ilustres do Colégio Salesiano, do qual mais tarde também foi diretor. Dom Aquino sagrou-se bispo com apenas 29 anos. Por ser escritor e poeta do estilo parnasiano, foi integrante da Academia Brasileira de Letras, colaborou muito com a fundação da Academia Mato-grossense de Letras, e, na área da política, foi presidente do estado de Mato Grosso.

Para melhor compreensão deste período da vida de Dante de Oliveira, foi entrevistado um grupo de amigos que fizeram parte do seu convívio social desde a infância e ainda na adolescência, em Cuiabá, e na fase estudantil, conforme explica João, amigo de Dante:

“Nós temos uma particularidade, Nelson, eu, Adalberto, Alúcio, Floriano e mais uns dois ou três, nós fomos amigos inseparáveis; embora não tenhamos contato diário, frequente, entre nós, mas existe uma relação, uma ligação muito forte, é apenas uma... e o Dante era um desses elementos, dessa amizade.”

Alguns integrantes deste grupo inicial de amigos participam desta pesquisa. Esta participação deu sentido para compreender o início da convivência social de Dante de Oliveira. Desta forma, destacam-se as narrativas de Aloísio Arruda, integrante do grupo e primo de Dante. Alúcio é arquiteto, empresário, ativista político que liderou criação e a organização do Partido Comunista do Brasil, ainda no período da clandestinidade.

Foi ainda entrevistado João Batista Malheiros, engenheiro, professor universitário, que junto com Dante e outros amigos compartilhavam uma

juventude repleta de iniciativas culturais, a exemplo do jornal, que escreviam e publicavam. O expediente era impresso em mimeógrafo, para o qual o grupo deu o nome de Juventude Brasa.

O grupo permanece reunindo conforme explica Aloízio: “Uma coisa muito curiosa entre nós é que nós não tínhamos nenhum tipo de cobrança em relação a comportamento, atitudes, cada um tem a sua opção tanto profissional, quanto pessoal, e sente a maior satisfação e prazer em reunir, isso acontece há 40 anos” (Aloízio Arruda, entrevistado).

Até os dias atuais este grupo se reúne, viajam e fazem planos juntos. Cultivam a memória das brincadeiras dançantes, das festas e bailes no clube Dom Bosco, quando ouviam os Beatles, os Rolling Stones e Roberto Carlos.

Outro amigo de Dante que participou da pesquisa foi Adalberto Lebrinha, colega de estudos no Liceu Salesiano São Gonçalo e no Colégio Estadual, que embora nunca houvesse pleiteado uma candidatura política sempre foi incentivador das iniciativas do grupo, conforme afirma o entrevistado:

Agora, uma das coisas que aconteceu na nossa juventude é que nós éramos muito unidos e participava de tudo na cidade. Éramos chamados também até pelo lado da direita para participar de todos os eventos. Eles reconheciam a nossa liderança. Sempre estava pedindo uma coisa. Nós participamos de protestos na Assembleia Legislativa. Nós fizemos festas. Até show à noite no clube Dom Bosco (Adalberto Lebrinha – entrevistado).

Observa-se que no decorrer das entrevistas houve muito empenho, por parte dos amigos de Dante, em apresentar informações que poderiam facilitar o desenvolvimento da pesquisa. Outra questão fundamental no decorrer das entrevistas foi a técnica de história oral, já que esta opção permite maior liberdade para o entrevistado expressar fatos e experiências, registrados na memória. Nos encontros os entrevistados apresentaram ainda, fotografias, exemplares do jornal Juventude Brasa e outros documentos.

Para realização das entrevistas os objetivos da pesquisa e suas principais indagações eram apresentados antes do momento da gravação. Foram estabelecidos contatos prévios, de diálogo espontâneo. Antes das gravações as questões norteadoras da pesquisa eram reapresentadas e durante a gravação evitava se interromper a fala dos entrevistados. Tal orientação possibilitou que os depoentes tivessem liberdade com relação, ao início e constituição das narrativas, sem interrupções, até que se perceba o esgotamento da fala. Neste momento, o entrevistado desenvolve a oralidade e determina a questão do tempo, até esgotar os argumentos.

Tal procedimento metodológico possibilitou desvelar o lugar social e histórico desse coletivo e a maneira como, na juventude, Dante estava inserido: “Éramos de classe média, média-alta; meu pai era advogado e o pai dele também. Famílias antigas do estado, a minha e a dele também; enfim, então tínhamos essa convivência e esse relacionamento” (Júlio Müller – entrevistado).

Pollak (1992, p. 200-211) amplia essa leitura a respeito da memória, ao afirmar que:

Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu.

No que se refere à estatura, Dante era mais alto que seus amigos, mesmo tendo menos idade, algo em torno de dois a três anos de diferença. Por esta razão, era inserido em lugares proibidos para menores. Pela aparência, muitas vezes os responsáveis por casas de espetáculos e entretenimento concediam a entrada e o designavam como responsável pelo grupo (Figura 9).

Figura 9– Dante de Oliveira e amigos em um clube de Cuiabá



Fonte: Acervo familiar.

O grupo que escrevia o jornal “Juventude Brasa” (Figura 10) e promovia festas, encontros e atividades culturais ainda hoje se reúne.

Figura 10 Dante de Oliveira e os amigos do grupo Juventude Brasa, no Clube D. Bosco.



Fonte: Acervo cedido pela família ao Instituto Dante de Oliveira.

Trata-se de um grupo que compartilham lazer, viagens e se encontram regularmente para conversar, reproduzindo um sentido que construíram na infância e juventude, marcados pela longa convivência:

Nós temos uma particularidade, Nelson, eu, Adalberto, Alúcio, Floriano e mais uns dois ou três: nós fomos amigos inseparáveis; embora não tenhamos contato diário, frequente, entre nós, mas existe uma relação, uma ligação muito forte; é apenas uma... e o Dante era um desses elementos, dessa amizade (João Batista Malhado – entrevistado).

Mesmo não sendo mais a capital do país, a cidade do Rio de Janeiro continuava sendo ponto de referência e de convivência política e cultural. Neste sentido refletindo o sonho de estudantes e jovens mato-grossenses, especialmente os cuiabanos, que seguiam o exemplo dos pais, parentes e amigos. Assim, Dante optou por cursar o ensino superior no Rio de Janeiro:

Era muito comum o pessoal de Cuiabá, os adolescentes, irem estudar no Rio de Janeiro, fazer faculdade lá, por uma questão cultural, e o Rio de Janeiro tinha sido capital do país durante muitos anos, não só pra estudo, mas muita gente ia pra capital federal, como Brasília hoje representa a mesma coisa. O pai do Nelson, por exemplo, o Srº Arnaldo, estudou no Rio de Janeiro; meu tio Sílvia, eu estou falando de gerações muito anteriores à nossa, meu tio foi um médico aqui em Cuiabá, Sílvia Curvo. Ele foi pro Rio para ele ser militar e a viagem demorou tanto que quando ele chegou, a inscrição para ser militar estava encerrada, e o Fernando Correa, que era amigo de infância dele como nós somos amigos até hoje, que era de família abastada, foi também para o Rio fazer Medicina (João Batista Malhado – entrevistado).

Os jovens de Mato Grosso saíam muito para estudar fora. Então, tinham três destinos nessa época, que eram os preferidos: Brasília, por ser mais próxima; Rio de Janeiro, porque tinha uma relação antiga, uma relação cultural entre Cuiabá e o Rio de Janeiro, até porque o Rio era a capital do país e Cuiabá era a capital da província; então, essa relação, ela veio de muito tempo; e também um pouco São Paulo. Então, nós fomos para o Rio estudar dentro desse comportamento, dessa formalidade, desse procedimento habitual de mandar os filhos estudar no Rio de Janeiro. Nelson também foi (João Batista Malhado – entrevistado).

A convivência universitária na década de 1970 possibilitou a Dante de Oliveira participar de estudos e discussões políticas de orientação marxista, quando ingressou no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). O dia 8 de outubro corresponde à data da morte de Ernesto Che Guevara, líder da revolução Cubana assassinado na Bolívia em 1967, quando preparava núcleos guerrilheiros para dar início à revolução socialista nesse país. (Abreu; Mascarenhas, 2001 p.3 987).

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Os estudos iniciais desenvolvidos nesta pesquisa sobre a vida de Dante de Oliveira nos possibilitaram relacionar a formação pessoal a uma significativa convivência familiar e de amizades, que se iniciaram na infância e o acompanharam na juventude, na vida adulta e na atuação política.

Considera-se relevante salientar ainda que, as opções metodológicas confluíram sensivelmente para encontrar percursos e desenhar marcas pelas quais foram trilhadas este trabalho. Muitas pistas da subjetividade e dos caminhos percorridos por Dante de Oliveira. As memórias foram encontradas nas fotografias, documentos, cartas, diálogos com a famí-

lia e com amigos comuns. Sem contar a extensa divulgação que ainda consta na mídia, a respeito da atuação política de Dante.

Nesta leitura do universo existencial foi imprescindível compreender a linha do tempo e a história de vida de Dante de Oliveira. Sem a pretensão de realizar um estudo biográfico, esta pesquisa buscou marcas da vivência para estabelecer elos entre o sujeito e seu universo social. Nesta dimensão é fundamental compreender que a leitura do individual, requer observar a rede de relações sociais nos diferentes espaços/tempos, nos quais o indivíduo está inserido. Refletir a pessoa não exclui a possibilidade de analisar as determinações históricas advinda de um tempo político e social, no qual as relações são configuradas para acolher o tempo e suas imposições, ou transformá-lo para construir contextos melhores.

O convívio com uma família de professores pode ter influenciado suas iniciativas pessoais e políticas no sentido de valorizar a educação. Observa-se no decorrer destes estudos que esta área tornou-se uma das prioridades eleitas por Dante na gestão pública municipal e estadual.

Seguindo o percurso dos filhos das famílias bem colocadas socialmente em Cuiabá, Dante opta por cursar faculdade no estado do Rio de Janeiro, mas sua construção política e ideológica foi marcada durante a vida estudantil, na década de 1970, quando passa a integrar ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), sendo que este movimento, era formado pela dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Dessa convivência política resultam as convicções para buscar a redemocratização do país, e conseqüentemente, o retorno dos direitos do cidadão suprimidos pelo golpe civil-militar de 1964.

NOTAS

¹ Conforme explicação de sua esposa, Maria Benedita Martins de Oliveira, quando menino, Sebastião de Oliveira pai de Dante de Oliveira era um aluno aguerrido, que manifestou gênio muito forte na escola. Este comportamento fez com que seus colegas o comparassem, com Clementino Paraná, um policial Comandante do Estado, muito enérgico. Ficou tão familiarizado, este apelido que passou a fazer parte de seu nome. Tanto que, ao se formar, Sebastião de Oliveira queria registrá-lo profissionalmente, contudo não o fez por impedimentos de seu pai Bernardo Antônio de Oliveira.

² Dante de Oliveira foi entrevistado por MIRANDA, Graci Ourives em 1986, quando era prefeito de Cuiabá, capital de Mato Grosso. A entrevista foi publicada na íntegra pela org. da obra em 2013: MIRANDA, Graci Oliveira de. **Homens de Mato Grosso**. / Cuiabá: Gráfica Pinte. 1ª ed. 2013.

³ **UDN** é a sigla correspondente a **União Democrática Nacional**, um partido político brasileiro criado a 7 de abril de 1945 e extinto em 27 de outubro de 1965. Surgiu originalmente como uma frente, ou seja, um grupo arregimentado de políticos e cidadãos sem uma agenda política específica. A causa fundamental dos udenistas era fazer oposição ao regime do Estado Novo de Getúlio Vargas e toda e qualquer doutrina originária de seu governo. Participou de todas as eleições majoritárias e proporcionais até 1965. O partido que rivalizava com a UDN era o PSD (Partido Social Democrata), que possuía representação majoritária no congresso. Sua principal força era na região nordeste, onde tinha vários governadores. http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol6_mesa2.htm – Página da Universidade Estadual de Maringá – Departamento de História – Afinidades eletivas entre a União Democrática Nacional (UDN) e as Forças Armadas Brasileiras. Desde sua fundação (UDN), perdeu três eleições presidenciais consecutivas (1945, 1950 e 1955, respectivamente), ganhando a eleição de 1960, onde apoiou Jânio Quadros, e finalmente apoiou o golpe militar de 1964. Fontes: <http://www.infoescola.com/historia/golpe.militar-de-1964>.

⁴ O desejo de integração dos povos latino-americanos ficou expresso em JOSÉ MARTÍ, RENASCE NO POEMA, de Maria das Graças Campos. RENASCE! JÁ MORRERAM TODOS OS CADIUEUS, OS PAIAGUÁS, OS COXIPO-NÊS, E OS XAVANTES EM NOITE DE LUA CLARA, JÁ NÃO DANÇAM EM PAZ PARA SEUS DEUSES. VENHA OUVIR A ÚLTIMA BATIDA DO QUARUP-RENASCE! INVOCAREMOS SENTINELAS DE HOMENS SINCEROS, PARA ABRIREM AS JANELAS DA AMÉRICA QUE SONHAMOS: SEM TRANSNACIONAIS, SEM MISÉRIA, DEMOCRÁTICA, INDEPENDENTE, SOBERANA, QUE SEJA O NOSSO SOLO: UM LUGAR PARA ABRIGAR NOSSOS SONHOS, NOSSA UTOPIA.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. *Chicletes eu misturo com bananas?* Acerca da relação entre teoria e pesquisa em memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEL, Vera (Org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; PPGMS/UFRJ, 2005. p. 27-42.

BADIOU, Alain. *A hipótese comunista*. Tradução de Mariana Euchalar. São Paulo: Boitempo, 2012.

FREITAS, Sonia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4, ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

KASSOY, Boris. *Fotografia e História* / Boris Kossoy. – 2. ed. ver. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KRAMER, Paulo. *Dante de Oliveira: ensaio biográfico e seleção de discursos*: Paulo Kramer- Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 264 p. - (Série perfis parlamentares; n. 65)

MIRANDA, Graci Oliveira de. *Homens de Mato Grosso*. Cuiabá: Pinte. 2013.

OLIVEIRA. Sebastião de. *Enigmas da verdade*. São Paulo: Unidas, 1958.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

ROSA, Maria da Glória Sá. *Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul: história de vida*. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990.

STONE, Lawrence. *Prosopography*. *Daedalus*, v. 100, n. 1, p. 46-79, 1971.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ESPAÇO E POESIA: CENAS DA CIDADE NA POESIA DE SILVA FREIRE E IVENS CUIABANO SCAFF

Rosemar Eurico Coenga

Doutor em Teoria Literária e Literaturas pela
Universidade de Brasília (UnB)

Docente do Centro Universitário Cândido Rondon - UNIRONDON/MT
rcoenga@gmail.com

RESUMO

O presente artigo apresenta dois olhares sobre o espaço da cidade na poesia produzida em Cuiabá – MT. Para tal, são discutidas as obras Kyvaverá (2011), de Ivens Cuiabano Scaff e Trilogia Cuiabana volumes 1 e 2 (1991), de Silva Freire, obra organizada por Wladimir Dias Pino. A intenção é descortinar nas linhas e entrelinhas de textos poéticos, imagens, paisagens e a produção do espaço geográfico da cidade de Cuiabá. Para tanto, elegemos esses poetas que elegeram a cidade de Cuiabá como principal assunto de seus escritos.

Palavras-chave: Poesia, Espaço, Cidades.

ABSTRACT

This article presents two perspectives on the city space in poetry produced in Cuiaba - MT. To this end, we discuss the Kyvaverá works (2011), Ivens Cuiabano Scaff and Trilogia Cuiabana 1 and 2 (1991), Silva Freire, work organized by Wladimir Days Pino. The intention is to uncover the lines and lines of poetic texts, images, landscapes and the production of geographical space of the city of Cuiabá. Therefore, we chose these poets who elected the city of Cuiabá as main subject of his writings.

Keywords: Poetry, Space, Cities.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta dois olhares sobre o espaço da cidade na poesia produzida em Cuiabá – MT. Para tal, são discutidas as obras *Kyvaverá* (2011), de Ivens Cuiabano Scaff e *Trilogia Cuiabana* volumes 1 e 2 (1991), de Silva Freire, obra organizada por Wladimir Dias Pino. A intenção é descortinar nas linhas e entrelinhas de textos poéticos, imagens, paisagens e a produção do espaço geográfico da cidade de Cuiabá. Para tanto, elegemos esses poetas que elegeram a cidade de Cuiabá como principal assunto de seus escritos.

Procede-se um levantamento das imagens poéticas utilizados nos poemas, com o propósito de evidenciar o olhar que cada poeta lança sobre a cidade. Nesse sentido, procura-se evidenciar a relação constitutiva dos poetas com a cidade de Cuiabá cantada em suas poesias. O espaço é uma categoria fundamental no estudo de cunho literário. Qualquer texto em prosa possui uma dimensão espacial, refere-se ou remete a um recorte espacial. No entanto, esse foco de análise não tem sido abordado no que se refere à produção poética. Na obra *A poética do espaço* (2003), Gaston Bachelard elege o espaço como tema de estudo. Nesse sentido, nossa proposta incorpora a perspectiva da topoanálise, ou seja, a análise do espaço, tendo em vista que representa um ponto de partida para o estudo da poesia de Silva Freire e Ivens Cuiabano Scaff.

A fim de atender o objetivo proposto nesta análise, buscou-se apoiar o estudo nas cenas das representações espaciais e da cidade nos textos literários. Nesse sentido, para os exames da leitura do espaço, foram relevantes leituras subsidiadas pelos textos críticos *Poética do espaço literário* (2007, 2009), organizada por Oziris Borges Filho e Sidney Barbosa e *Tempo, espaço e utopia nas cidades* (2004), organizada por Sidney Barbosa. Esses textos foram agrupados com o propósito de destacar a análise do espaço em textos literários, no que concerne à temática da cidade, como símbolo de fascínio para os poetas em destaque.

Partindo desse olhar, pode-se destacar que a temática espacial de Silva Freire e Ivens Cuiabano Scaff, nas obras citadas, está também centrada no homem e na cidade, delineado na sua estrutura física, geográfica e histórica, o que nos permite vislumbrar essa proposta de leitura de poesia.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO

O termo “espaço” possui relevância teórica em várias áreas do conhecimento. No campo literário, a categoria espacial alcançou destaque.

Isso pode ser notado com o crescente número de congressos e encontros de pesquisadores que discutem, contemporaneamente, a importância dos espaços ficcionais. Conforme assegura Marisa Martins Gama-Khalil (2010), a teoria e a crítica literária privilegiaram, por muito tempo, outros elementos da ficção, como personagens e enredo, em detrimento da espacialidade. Quando analisada, tal categoria só era avaliada sob o prisma da descrição.

Para a discussão do espaço no texto literário, toma-se a metodologia da topoanálise, conceito encontrado em *A poética do espaço* (2003), de Bachelard e *Espaço e literatura: introdução à topoanálise* (2008), de Oziris Borges Filho.

Bachelard, em *A poética do espaço* (2003), criou o neologismo “topoanálise”, com o significado de “estudo psicológico e sistemático dos locais da vida íntima”. (2003, p. 41). Em *Espaço e literatura: introdução à topoanálise* (2008), Borges Filho organiza um roteiro para o pesquisador a fim de auxiliá-lo a analisar os espaços na narrativa literária. É bom frisar que o seu método de análise amplia a ideia central da topoanálise mencionada por Gaston Bachelard. Enquanto Bachelard se preocupa com a relação simbólica e fenomenológica entre o externo e o interno na casa.

Já Borges Filho procura discutir, por meio do espaço, várias outras formas de relações entre os indivíduos, conciliando conceitos advindos de disciplinas como a Geografia, a História e a Sociologia. Ou seja, o papel interdisciplinar da topoanálise está na possibilidade de discutir a relação do homem, seu espaço e suas transformações. Borges Filho define a topoanálise como

[...] as inferências sociológicas, filosóficas, estruturais, etc., fazem parte de uma interpretação do espaço na obra literária. Ela também não se restringe à análise da vida íntima, mas abrange também a vida social e todas as relações do espaço com a personagem seja no âmbito cultural ou natural. (2008).

Borges Filho expõe algumas formas através das quais podemos enxergar o espaço na obra literária. No âmbito da topoanálise,

[...] entendemos por cenário os espaços criados pelo homem. Geralmente, são os espaços onde o ser humano vive. Através de sua cultura, o homem modifica o espaço e o constrói a sua imagem e semelhança. Ao topoanalista cumpre fazer o levantamento, o inventário mesmo desses espaços bem como os temas e valores presentes nele. Sendo assim, é imprescindível atentarmos para espaços tais como: a casa e seus cômodos, a rua, os meios de transporte, escola, a biblioteca, o labirinto, os cafés, o cinema, o metrô, a igreja, a cabana, o carro, o prédio, o corredor, as escadas, o

barco, a catedral, etc. O número é infinito, cumpre ao toponalista estar atento e fazer uma leitura cuidadosa e minuciosa da obra literária. (2008).

No texto *Espaço e literatura: introdução à toponálise* (2008), Borges Filho destaca outros conceitos fundamentais relevantes ao estudo da espacialidade na narrativa, como cenário, natureza, território, paisagem e ambiente. O cenário engloba os espaços criados pelo homem. Por natureza, entendem-se os espaços não construídos pelo homem. Espaços tais como: o rio, o mar, o deserto, a floresta, a árvore, o lago, o córrego, a montanha, a colina, o vale, a praia, etc. Esses espaços devem ser inventariados e estudados dentro de seus múltiplos efeitos de sentido na obra literária.

Na perspectiva da toponálise, o ambiente se define como a soma de cenário ou natureza mais a impregnação de um clima psicológico. O conceito de paisagem é um tema clássico dos estudos geográficos. Como outros conceitos no âmbito dos estudos espaciais, este é visto de diversas formas, por diferentes especialistas (geógrafos, historiadores, arquitetos, pintores). Entretanto, muitos deles conservam um traço comum na definição de paisagem que é a questão do olhar.

O conceito de território é extremamente útil para a análise literária e, sem dúvida, imprescindível em uma toponálise. Portanto, cabe ao estudioso perguntar que tipo de cenário e/ou natureza forma um território, isto é, que espaço está em relação de dominação-apropriação com as personagens. Ainda de acordo com Borges Filho, ao selecionar e separar os microespaços, o toponalista deve se preocupar com a caracterização dos espaços maiores e sua complexidade. Espaços mais amplos em que se há uma grande relação de oposição entre seus habitantes e seus interesses pessoais são chamados de macroespaços.

O pensador francês, por meio de uma análise fenomenológica, adverte que o espaço poético se constitui como manifestação da subjetividade. Dividindo seu livro *A poética do espaço* (2003), em dez capítulos, Gaston Bachelard dedica os seis primeiros aos espaços íntimos e seu significado simbólico, numa espécie de *poética da casa*. Levanta as noções mais amplas associadas à moradia: proteção, sossego, concentração, estabilidade ou o seu contrário.

Nos capítulos seguintes, ainda dentro da noção de intimidade, o pensador francês explora as gavetas, os cofres, os armários, o ninho, a concha, os recantos, sempre numa atitude dialética de quem tenta extrair o máximo de significados. No estudo do espaço, ele pretende:

mostrar que a casa é uma das maiores (forças) de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. Nes-

sa integração, o princípio de ligação é o devaneio. O passado, o presente e o futuro dão à casa dinamismos diferentes, dinamismos que não raro interferem, às vezes se opondo, às vezes excitando-se mutuamente. (BACHELARD, 2003, p. 26).

A questão do espaço na literatura já foi abordada de maneiras diversas pelos críticos literários no intuito de construir sentidos para narrativas de épocas diferentes.

Deve-se a Osman Lins, uma das contribuições mais concretas para com o assunto em questão. Osman Lins (1924-1978) deu contribuições importantes para aclarar o problema, pois além de tocar num ponto da bibliografia sobre Lima Barreto, elaborou alguns capítulos teóricos que abordam essa questão com o espaço na narrativa.

Osman Lins (1976) propõe o conceito de ambientação a fim de ampliar o campo de estudo sobre o espaço, conforme destaca Gama-Khalil:

No Brasil, alguns estudiosos devem ser destacados pela preocupação com o campo dos estudos literários sobre o espaço. Osman Lins (1976), em uma análise sobre a vida de Lima Barreto, assumiu o conceito de ambientação como um dispositivo possível para o alargamento do referido campo de estudo. Ambientação e espaço se diferenciam na medida em que a primeira é conotada, construída por uma rede simbólica, em que interferem os olhares e ações dos narradores e das personagens, e o segundo, denotado. Nesse sentido, para “a aferição do espaço, levamos em conta nossa experiência do mundo; para ajuizar sobre a ambientação, onde transparecem os recursos expressivos do autor, impõe-se um certo conhecimento da arte narrativa. (LINS, 1976, p. 77, apud GAMA-KHALIL, 2010, p. 228).

Antonio Dimas, em sua obra Espaço e romance (1987), estabelece um panorama sobre o estudo do espaço no romance, a fim de demonstrar a pouca bibliografia existente sobre o assunto. Segundo ele, o espaço pode ser um elemento tão importante em uma narrativa quanto outros como foco narrativo, personagem ou tempo. Entretanto, em algumas narrativas, o espaço encontra-se diluído, tornando-se secundário, já em outras, poderá ser determinante para o desenvolvimento da ação, como, por exemplo, em Zola e Aluísio de Azevedo. Há ainda uma terceira possibilidade, que é a mais fascinante para o estudioso: “ir-se descobrindo-lhe a funcionalidade e a organicidade gradativamente, uma vez que o escritor soube dissimulá-lo tão bem a ponto de harmonizar-se com os demais elementos narrativos” (DIMAS, 1987, p. 6).

O espaço enquanto categoria enfatiza, além do cenário da narrativa, além do cenário da narrativa, a caracterização das personagens, sua situação social e econômica, o passado, o presente, o externo e interno do indivíduo moderno.

Ao analisar os textos críticos em torno da questão da espacialidade e sua teorização dentro da narrativa, não podemos esquecer o trabalho inaugural *Tese e antítese* (2009) de Antonio Candido, no artigo intitulado *Entre campo e cidade*, em que o autor estuda a relação entre campo e cidade na obra do escritor português Eça de Queirós. Nesse artigo é destacada para o ensaísta a importância de se especificar a simbologia dos espaços e suas diferenças no todo da narrativa. Há nesse livro de Antonio Candido outros ensaios como *O homem às avessas*, que analisa *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, e a sua relação entre espaço literário e espaço geográfico.

Na coletânea *O imaginário da cidade*, organizada por Rogério Lima e Ronaldo Costa Fernandes (2000), vários ensaístas debruçam-se sobre as obras de escritores tais como João do Rio, Murilo Rubião, Dalton Trevisan e outros, analisando de que maneira as cidades – o espaço urbano real do qual a ficção se apropria ou a construção de espaços fictícios, sem referências explícitas a lugares reais –, relacionam-se às outras categorias das narrativas, além de relacionar os textos literários a uma expressão de vivências complexas e elementos diferentes.

A CIDADE DE CUIABÁ: SUJEITOS, TRAMAS E LUGARES

Enfoca-se, neste artigo o anseio de discutir a importância do estudo do espaço, levando em consideração as obras poéticas *Trilogia cuiabana* (1991), de Silva Freire e *Kyvaverá* (2011), de Ivens Cuiabano Scaff. Em quase toda a obra poética desses poetas, encontra-se facilmente versos que comprovam atribuições vinculadas a diferentes espaços, relacionados, sobretudo, à cidade. Na obra de Silva Freire proposta para análise, os poemas de *Trilogia cuiabana* podem ser traduzidos como uma identificação amorosa do eu lírico com o espaço da cidade de Cuiabá.

Mencione-se também que a temática espacial se faz presente em poemas de Ivens Cuiabano Scaff. Os poemas *ABC de Cuiabá*, *Kyvaverá*, *Cuiabá oitocentista*, *Assombradas*, *Noturno cuiabano*, *luar cuiabano* e outros traduzem a necessidade da poesia de expressar-se por meio do espaço.

Logo, o espaço é temática significativa na obra desses poetas, por haver inúmeras alusões de textos que privilegiam os espaços, em especial das cidades, marcados por topônimos que dizem respeito a lugares diretamente mencionados nos léxicos visualizados nos títulos dos poemas.

Vale destacar que esses poetas se diferenciam pela singularidade em suas visões, na ótica a diferentes espaços das cidades relacionados a lugares por onde passaram parte de suas vidas, coincidindo em um espaço específico e semelhante que os envolveu: a cidade de Cuiabá. Ao expressar-se por meio da poesia, o eu lírico identifica-se a espaços importantes em suas trajetórias de vida e, ao referendá-los liricamente, o espaço torna-se matéria de poesia.

É necessário salientar a relação constitutiva de Silva Freire e Ivens Cuiabano Scaff com a cidade cantada em suas poesias. Silva Freire nasceu no dia 20 de setembro de 1928, em Mimoso – MT, mas foi registrado em Cuiabá. Faleceu no dia 11 de agosto de 1991, aos 62 anos. Foi advogado, jornalista cultural, poeta de vanguarda, fundador e professor titular do Departamento de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Colaborou para a formação cultural brasileira e para a história política, educacional e literária mato-grossense, participando ativamente dos movimentos artístico-culturais e estudantis nacionais nas décadas de 1950 e 1960 em defesa da democracia e dos interesses coletivos da arte e da cultura popular.

No campo da literatura, juntamente com Wladimir Dias Pino, foi um dos fundadores do Intensivismo, membro da Academia Mato-grossense de Letras, onde ocupou a cadeira número 8. Suas principais obras são: *Silva Freire – Social, Criativo, Didático* (UFMT, 1986); *Barroco Branco* (Fundação Cultural de Mato Grosso, 1989); *Depois da Lição de Abstração* (Revista da Academia Mato-grossense de Letras, 1985); *Trilogia cuiabana* volumes 1 e 2, organizada por Wladimir Dias Pino (UFMT, 1991); 13 CADERNOS de Cultura, em páginas avulsas; *Águas de visita* (1979) e *A Japa e outros croni-contos cuiabanos* (Carlini & Caniato, 2008).

O poeta e contista Ivens Cuiabano Scaff é médico, formado no Rio de Janeiro. Nascido em Cuiabá, seu interesse pela literatura começa ainda na infância. Publicou os seguintes livros: *A fábula do quase frito* (UFMT, 1995), *O papagaio besteiro e a velha cabulosa* (Editora Tempo Presente, 1999), *Mamãe, sonhei que era um menino de rua* (Tempo Presente, 1996), *Uma simples maneira de voar* (Entrelinhas, 1997), *O menino órfão e o menino rei* (Entrelinhas, 2008) e *A mamãe das cavernas e a mamãe loba* (Entrelinhas, 2012).

As circunstâncias de vida e a precisão da descrição do olhar do sujeito lírico, recuperado pelas lembranças dos poetas, revelam-se por uma escrita poética que faz emergir, no ato lírico, matizes diversos da ação do homem no espaço. Entre os vários discursos que destacam a temática da cidade, o aclamado romance de Italo Calvino, *As cidades invisíveis* (1996), sem dúvida, coloca a cidade como objeto de reflexão.

A obra traz os relatos de diversas cidades, feitos pelo mercador veneziano, Marco Polo, para o imperador mongol, Kublai Khan. O foco da obra é explanar sobre a cidade. Não são poucas as pessoas que, ligadas à reflexão sobre a cidade (geógrafos, arquitetos-urbanistas), têm uma predileção especial por esse livro. Para os geógrafos, é um convite especial para pensar as cidades e seus espaços.

O livro *As cidades invisíveis* é constituído por nove blocos de descrições de cidades. As cidades de Calvino apresentam nomes femininos e são agrupadas sob alguns títulos ou, antes, obedecem a certas temáticas (por exemplo, a cidade e os olhos, as cidades contínuas, as cidades e os mortos).

Desse modo, em um dos trechos da obra, intitulado *As cidades e a memória*, afirma que a descrição da cidade de Zaíra, como é atualmente, deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado; é representada como as linhas da mão, escrita nos ângulos das ruas, nos corrimões das escadas, ou seja, as marcas do passado estão presentes nas imagens da representação da cidade, recriadas pelo homem em narrativas verbais ou visuais.

Uma cidade pode ser lida de acordo com as suas sucessivas camadas de experiência urbana, que vão acumulando, em sua memória, discursos que se interligam, construindo avenidas, pontes, praças, ruas e toda uma estrutura de símbolos que registram a cidade e sua história. Verifica-se, assim, que a cidade representa o mundo em imagens além da acomodação física e geográfica do solo, como ressalta Ítalo Calvino, ao observar que não se pode confundir uma cidade com o discurso que a descreve.

Contudo, dificilmente poderíamos imaginar o que seria das obras dos grandes escritores, sem as cidades que lhes servem de cenário e, às vezes, quase de personagens; como Lisboa para Fernando Pessoa, Paris para Baudelaire, Londres para Dickens, o Rio de Janeiro na visão de Machado de Assis, o sertão mineiro, de Guimarães Rosa, a Itabira de Carlos Drummond, entre outros. Até mesmo São Paulo, sob o ponto de vista Mário de Andrade e Oswald de Andrade.

Tendo como personagem a cidade de Cuiabá, *Trilogia cuiabana* (1991) é uma espécie de canto de amor a cidade. O poeta apresenta a cidade num tom saudosista associado ao ludismo. Os dois volumes de *Trilogia cuiabana* são compostos de poemas longos, subdivididos em assuntos, que podem ser considerados poemas inteiros por seu formato. Em *Rosa-das-rugas-do tempo*, Freire nomeia os pontos cardeais intercalando-os com informações históricas e culturais de Cuiabá, como se pode notar nos fragmentos abaixo:

- ao NORmangaDESTE
com tranca-de aroeira atrás da porta-da-rua, em
posição de guarda, porém, descanso, pois...
- Mãe, detchá porta só cerradinha,
vô tchegá tardinho-da-noite...!
- a Leste
com o cuia-cuiabano-de-escama por demás de conhecido
abão!
- pacu-solteiro papo-amarelo
temperado na gamela-de-espera...,
esperando gula...
palitação, arroto e sesta...
- ao NOROpitombaESTE
com a tradição que tonifica:
- grosa de guaraná ralando
as remelas do de-manhã-cedinho, e
seu sendo, na crequência pardacenta
dos muros barreiros de pedra-canga...
(Trilogia cuiabana, p. 38, vol.1, 1991).

O destaque dado aos elementos comuns da cultura cuiabana da época – a pitomba, gamela, manga, guaraná ralado – constitui um dos traços marcantes da identidade cuiabana presente nas artes e nos anúncios publicitários.

O processo de formação do espaço de Cuiabá é imprescindível para a compreensão da poética de Silva Freire e Ivens Cuiabano Scaff. O poema *Cuia...vá, Cuia vávává...*, de Silva Freire, caracteriza o surgimento da cidade de Cuiabá. Na passagem abaixo o eu lírico evidencia o seu caráter histórico e geográfico por meio da poesia:

-desconfia a lenda que os índios Paiaguás
(vizinhos-de-guerra dos Coxiponés)
aldeados nas barrancas do Rio Cuiabá,
um deles,
bebendo água de cuia, num gole seco,
deixou que o utensílio lhe escapulisse...,
tomando correnteza...

(rio macio de zigue-zague, o Cuiabá
flutua sobre a mesa em desiguais
passagens...
(por isso, sai correndo duro,
fogueteando, às vezes,
nas corredeiras, parede-e-meia de canal,
tão de-descansado fica
nos remansos de banho ou pesca.

- escapulida a cuia-de cabaça
do corpo-santo-indígena,
roda-que-emborca-rodando esta,
na garupa dos chaspes-chaspes d'água-menina,
vindos da cabeceira das franjas ferruginosas
das bandas de Rosário Oeste...

- o índiozinho paiaguá, porém, debicando da
cuida que o rio lhe dera,
gungunou ao mateiro-português, a seu lado,
espichando a vista ladina:

- cuia...vã

- cuia... vááá..., - sem ficar sabendo que escrevia na oração cen-
tro-oestina, a origem do nome da...

VILLA REAL DO SÃO BOM JESUS DE CUYABÁ,
lá pelos fundos do ano de 1719.

(Trilogia Cuiabana, p. 33, vol 1, 1991).

Kyvaverá (2011) é o título da obra de Ivens Cuiabano Scaff. É tam-
bém usado pelos indígenas para identificar o rio que banha a antiga Vila
Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Editado pela Editora Entrelinhas e
ilustrado pelo artista plástico Jonas Barros. Ivens em vários de seus poe-
mas exalta traços do regionalismo. O regionalismo, neste caso, está na
descrição do local, nas metáforas e na personificação de alguns elemen-
tos descritos:

Disque
Num tempo tão antigo
que certeza ninguém dá
Existia um rio lindo
chamado Kyvaverá

Tinha estirão e tinha curva
barranco, praia, rebojo
poço, baía e baixio
saras, figueira, aromita
Era muito bonito esse rio

Tinha jacaré sonolento
tinha jaú modorrento
e peixe de tudo tipo que há
Que tesouro!...

Kyvaverá é um nome índio
Branco não sabia pronunciar

Disque... naquele tempo
as lontras nadavam na corrente
mergulhavam, surgiam adiante
Os raios de sol refletiam
Tornavam as lontras cintilantes

Os olhos dos índios brilhavam
seguindo as lontras arfantes
Diziam Kyvaverá.
(Kyvaverá, p. 18-19, 2011).

Salientamos que os poemas *Cuia...vá*, *Cuia vávává...*, e *Kyvaverá*, caracterizam o elemento geográfico da cidade representada pelo rio que acompanham as ações do sujeito lírico, e a sua importância é notória para a construção do texto poético. É possível vislumbrar nesses versos a participação do ser humano natural e suas identidades ligadas à natureza representadas, entre outros elementos, pelo rio. O rio Cuiabá é elemento fundador da cidade de Cuiabá, que foi construída a partir desse elemento geográfico.

Esse rio é um espaço constitutivo da cidade, porque a cidade nasceu em função deste rio, e a história do rio é a história da cidade, dos índios que ali habitaram, das enchentes que modificaram a paisagem, pois segundo Scaff:

De Taubaté a Sabará
só se falavam das minas
que se descobriram por cá
De uma cidade que surgia
à beira de um rio brilhante
Cidade e rio com um mesmo nome
de significado obscuro, intrigante
mas fácil de pronunciar

Disque... tanto tempo já passou
Índios, lontras... já não há
Disque... certeza ninguém dá
A cidade existe, o rio persiste

Cidade e rio com o mesmo nome
Fácil e gostoso de pronunciar
Cuiabá
(Kyvaverá, 2011, p. 21).

O rio Cuiabá, fez parte da trajetória de Silva Freire e Ivens Cuiabano Scaff e, por conseguinte, esse espaço expressivo encontra-se guardados na memória e revelam, de certa forma, a alma humana. As expressões

lexicais representam, no discurso, as vozes de valorização da natureza no seu contexto regional. Assim, essa poética de aspecto regional trabalha o instrumento verbal usando o espaço externo como elemento principal fundamentado na cidade, para a elaboração de uma linguagem poética que utiliza a linguagem literária. Dado o fato como importante para a compreensão da poesia dos autores em estudo, os poetas fazem um passeio pelas ruas e logradouros da cidade de Cuiabá retratando, dessa forma, uma cidade também presente nos dias atuais. Silva Freire relembra as ruas com suas figuras:

- na Boa Morte:

Lulú, Maneco e Possidônio Cuiabano e Oscar Brandão (professores da vida pela auto-didática), música educada da professora Zulmira Canavarros, ensaiando teatro, jogando vôlei, lecionando trabalhos manuais...

Boa Morte no verbo retórico de José Nonato..., na paz- de- espírito do velho Zelão, de olho na quadra do Pelote Esporte, uma igreja-casa, assim:

- paiê, olha paiê...

- o quê Larissa!

- ali, a igreja vestiu a casa...

Boa morte é Chico Machado e dona Filinha Machado do canto orfeônico... e professoras Nilce Cuiabano e Dulce Proença...

foi a visão e projeção política, de Filinto e Júlio Müller, este, o consolidador da capital!

(e dJédjé, semeando tonturas na gurizada...)

- Boa Morte, ao lado do ABC e seus quartinhos de aluguel, em forma e tamanho de a, b, c. (Trilogia cuiabana, p. 116, vol. 1, 1991).

O poema *A La Vínicius* apresenta uma forte intertextualidade com o texto *O dia da criação* de Vinícius de Moraes. As imagens criadas nesses versos reportam os hábitos do poeta e dos moradores do bairro do Porto.

É manhã de domingo no Porto

Sei porque

Véu e roupa branca (lese, eu acho)

Tia Geni já saiu para a missa.

É manhã de domingo

Sei porque

Mamãe colhe folhas de parreira

pro charuto de uva...

É manhã de domingo no Porto

Sei porque

Seo Chileno, cadeiras na calçada

cumprimenta a família chegando

barulhenta, numerosa e feliz

É manhã de domingo no Porto
Sei porque
Seo Curvinho capricha em lustrar seu automóvel
o táxi mais zelado do Brasil...
É manhã de domingo no Porto
Sei porque
Seo Nonô de Dona Sinhara
desce para o rio com a tralha da pesca...
É manhã de domingo no Porto
Sei porque
A calçada de seo Nicolau
sombreada e fresca se enche de crianças
o melhor lugar para se ficar...
Branças e azuis
descem a XV voltando da missa
as filhas de Maria
É manhã de domingo no Porto
Sei porque
Dona Rita, de Seo Castrillon,
não leciona, olha o rio
das janelas do seu casarão
(Kyvaverá, 2011, 67-68).

O espaço calcado pela lembrança de Cuiabá, em Silva Freire, se reconhece na memória da religião e das festas religiosas ressaltados nos seguintes versos:

- Cuiabá está tão claro, é terra de religião e religiosidade; devoção forte a Santos do Povo: Senhor Divino, São João, São Pedro, Santo Antonio, Santa Cecília, São Cristóvão, Santa Cruz, São Sebastião, São Gonçalo, São Bento, e São Benedito, sob o pálio do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, não é!?
Daí se concluir que, no andamento das festas, a estrela mais alegre eram as quermesses..., mas você não tratou delas...; escapou por entre os dedos!? (Trilogia cuiabana, p.180, vol. 1, 1991).

Ao narrarem sobre as ruas, igrejas, praças e becos Silva Freire e Ivens Cuiabano Scaff imprimem em seus textos uma temporalidade cheia de significados. Na poética de Silva Freire desfilam nomes de inúmeras figuras lendárias. Essas figuras populares emergem de uma extensa rede complementar de papéis, vivem na comunidade e estão inseridos, secularmente, na dramática e na imagética da cultura tradicional de Cuiabá expressas nos seguintes versos:

- Maria Bobó, a noiva do eterno, limpinha em seu vestido de filó, com diadema de flor-de-laranjeira e rósea... Maria Bobó, a higie-

ne pública em movimento...Ah, sua fantasia de papel-crepon, borboleteando no carnaval-de-rua a pureza defendida para noivar com Jesus Cristo!

-Maria Taquara ou Mário:

modista sem nome, que oficializou o "Slack" em público.

Era toda uma agonia, quando respondia aos marmanjos:

" – Éh..., de dia é Maria Taquara,

de noite é Maria Meu Bem...!" (Trilogia Cuiabana, p.157, vol 1, 1991).

A paisagem, por sua vez, contém alegorias, carregadas de significados e memória, que revelam múltiplas impressões passadas, imagens impregnadas de história. Não é de se estranhar, portanto, o fato de os autores se encontrarem em elementos semelhantes da geografia física, como no rio Cuiabá, nas ruas antigas, nas casas históricas, festas religiosas e saberem reconhecer a beleza que emana das formas geográficas que caracterizam a cidade e suas expansões. Pode-se verificar que a cidade está sendo analisada como um objeto complexo, que transcende a mera delimitação espacial. O espaço específico da cidade se estabelece na relação entre a história, os seus indivíduos, os aspectos geográficos e as suas representações, no caso, realizadas por meio de poesia.

Por fim, percebe-se que os poetas estruturaram seus versos em estilos diferentes, mas remetem-se a um espaço semelhante, a cidade de Cuiabá. Esta singularidade da poética de Silva Freire e Ivens Cuiabano Scaff reforça a presença da cidade, pelo emprego de descrição de paisagens cuiabanas. Todos esses recursos conferem ao texto um estilo singular, próprio de cada poeta, e é por meio desses aspectos discursivos e semióticos, desse arranjo de palavras, que apresentamos as duas obras poéticas. Os espaços de Cuiabá se entremeiam ao fio das poéticas analisadas, que estão impregnadas de memória e história de diversos lugares.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, Sidney (Org.). *Tempo, espaço e utopia nas cidades*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004.

BORGES FILHO, Oziris; BARBOSA, Sidney (Orgs.). *Poéticas do espaço literário*. São Carlos: Editora Clara Luz, 2009.

BORGES FILHO, Oziris. *Espaço e literatura: introdução a topoanálise*. In www.abralic.org.br/download/anaisevento/cong2008. Acesso em 11 abril. 2015.

CANDIDO, Antonio. *Tese e antítese*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2009.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIMAS, Antonio. *Espaço e romance*. São Paulo: Ática, 1987.

FERNANDES, Ronaldo Costa; LIMA, Rogério. (Orgs.). *O imaginário da cidade*. Brasília: Editora da UnB, 2000.

FREIRE, Benedito Silva. *Trilogia cuiabana*. Cuiabá: Editora da UFMT, 1991.

GAMA-KHALIL, Marisa Martins. O lugar teórico do espaço ficcional nos estudos literários. *Revista da ANPOLL*, v. 1, n. 28, 2010.

SCAFF, Ivens Cuiabano. *Kyvaverá*. Cuiabá: Entrelinhas, 2011.

FLANELINHAS: “PODE DEIXAR QU’EU OLHO DOUTOR!”.

Juliano Batista dos Santos

Doutorando em Estudos de Cultura Contemporânea-ECCO,
Cuiabá, UFMT
Graduação em Filosofia
julianojbbs@gmail.com

Juliana Abonizio

Doutora em Sociologia, Araraquara, UNESP
Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura
Contemporânea-ECCO, Cuiabá, UFMT
abonizio.juliana@gmail.com.br

RESUMO

No presente trabalho o componente expressivo da vida social é tratado como uma fonte de impressões observada por nós pesquisadores ou recebidas através dos depoimentos de outrem: lojistas, motoristas, pedestres, taxistas, seguranças e, principalmente, os flanelas. Nesse sentido, como propõe a teoria goffmaniana, raramente se consegue uma completa informação de toda interação social que ocorre no palco entre observadores e atores, cujo cenário são as ruas e a avenida próximas à entrada principal do Shopping 3 Américas em Cuiabá. Os observadores são os pesquisadores que se comportam como plateia e os atores, não os coadjuvantes da atividade dramática da peça encenada, mas os intérpretes principais são os flanelinhas, que a todo o momento protagonizam a manipulação da representação frente aos potenciais clientes. Como os motoristas não sabem se a interpretação dos flanelinhas é sincera ou cínica, não há outra opção a não ser se centrar nas aparências. Todavia, não na simples aparência da fachada e dos atores. Deve-se levar em consideração experiências anteriores para a tomada de decisões no presente como forma de projetar um futuro que indica ser a dialética entre, de um lado, o cliente que paga para não ter o veículo depredado e, de outro, o flanela, que em regra recebe para sustentar os seus vícios.

Palavras-chave: Flanelinha. Cotidiano. Artes de fazer.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

ABSTRACT

In this paper the expressive component of social life is treated as a source of impressions observed by us, researchers or received through the testimony of others. These are: shopkeepers, drivers, pedestrians, taxi drivers, security guards and mostly the “flanelas” (persons the coerce car owners in order to receive remuneration for services provided in public parking lots such as cleaning or protection of the automobile). In this regard, as proposed by Goffman's theory, seldom achieves a complete information of all social interaction that takes place on stage between observers and actors. The scenario are the streets and the Avenue next to the main entrance of the Tres Americas Shopping Mall. Observers are the researchers who behave as audience and as actors. They are not supporting the dramaturgical staged play, the main performers are the “flanelas” or “flanelinhas, that at every moment are the protagonists of the manipulation of representation to potential customers. Since drivers do not know if such interpretation is sincere or cynical, there is no other choice then to focus on appearances. However, not just the simple appearance of the facade and the actors. One should take into account previous experiences before making decisions as a way to design a future that indicated the dialectic between the client who pays for not having a vandalized vehicle and “Flanela” which usually receives support for their addictions.

Keywords: Flanelinha. Quotidian. Arts of Doing.

INTRODUÇÃO

Na modernidade, existe uma forte tendência de colocar de lado objetos aparentemente insignificantes, tais como a observação de jovens envolvidos no ato de cuidar (ou não) de veículos que venham a estacionar em ruas, avenidas, praças e parques movimentados, os popularmente nomeados de flanelinhas¹. Porém, na pós-modernidade, ocorre o resgate do aparentemente desprezível, como propõe Maffesoli (2008), cujo objetivo é mostrar que toda forma de conhecimento produzida, não somente a científica e seus objetos dignos de observação, é importante às epistemologias, uma vez que a racionalidade em si não abrange todas as *performances* (MOL, 2008) de vida, muito menos as do senso comum ligadas a uma vida rotineira.

A observação da vida dos indivíduos deve ser conhecida por experiência pessoal, na condição de que o aprender e o viver tenham o mes-

mo sentido, antes que qualquer sugestão utópica de mudança na vida pessoal seja feita (FEYERABEND, 2010); tal proposta de modo de pesquisar aproxima-se da etnografia, definida por Pais (2001) como *método de paginação*², cujo objetivo é descobrir, envolvendo observações diretas e entrevistas informais dos protagonistas e coadjuvantes do cenário (GOFFMAN, 1999), a melhor forma de fazer com que os olhos dos motoristas passem a refletir o respeito que uma minoria de flanelas³, durante anos, tenta construir diante de seus clientes.

Dito de outro modo: antes da imposição de projetos idealizados racionalmente por intelectuais críticos à solução daquilo que não é visto por muitos como um problema – talvez no máximo um incômodo que pode ser resolvido por órgãos públicos, dado que alguns flanelas se veem como profissionais –, é preciso mergulhar neste universo dos vigilantes de veículos a fim de compreender os dispositivos que regem as relações entre o público e o privado, entre eles mesmos, os motoristas e lojistas, bem como descobrir quais entre os “[...] arrumadores de carros [...]” (PAIS, 2001, p. 373) ocupam o papel de trabalhadores e quais têm a atribuição do papel de malandros, no sentido de propor vigiar o automotor, mas sem o fazer.

Na contemporaneidade, a ciência sociológica “[...] fora do *mainstream* [...]” (PAIS, 2001, p. 374, grifo do autor) da Academia, erguida em concepções modernas, utiliza, como metodologia de estudo dos objetos empíricos não respeitáveis, caminhos que negam paradigmas estáticos e inflexíveis que escapam ao simples ordinário, posto que, na vida cotidiana, seja imprescindível

[...] olhar de frente o que se olha de lado, na suposição de que os desvios de olhar podem potenciar a descoberta do significante no aparentemente insignificante, do relevante no que nos é dado como irrelevante, e por aí fora. Este labor de rebuscar o que se tende a descurar – o que fica de lado, à margem – é o que torna profícua a pesquisa, como acontece quando se revolvem caixotes de objectos, num acto simultâneo de selecção e abandono, de paciência e resignação – busca contínua, repetida, renovada (PAIS, 2001, p. 374, grifo do autor).

A citação acima explica perfeitamente o *método de paginação* que, na prática, consiste em trazer expressões culturais consideradas efêmeras e, por isso, colocadas à margem, para o centro da página, para o centro das atenções do discurso sociológico, de modo a repensar a construção das estruturas sociais que, na modernidade, foram ignoradas por serem desprezíveis enquanto fundamento científico aos arquétipos pretensamente universais (FEYERABEND, 2010).

A objetividade de minha atividade, como procedimentos de amostragem intencional, assim como fez Pais (2001) nos parques de Lisboa, esclarece que o método de pesquisa empregado na observação dos guardadores de carros não está preso ao mensurável, sendo perfeitamente possível assegurar outros meios de análise de informações, cujos critérios de evidência das intersubjetividades são os consensos observados, por alguns meses, no dia a dia dos flanelas,

[...] cuja relevância não reside na pretensão de assegurar uma representatividade estatística da população inquirida, mas na de aprofundar um nível de conhecimento de realidades cuja singularidade é, por si, significativa [...] É o chamado *processo de saturação* da informação recolhida que assegura a *validade* das amostras construídas e das informações delas derivadas. Este processo confere à ideia de *representatividade* um significado completamente diferente daquele que ocorre em contextos de investigação mais positivistas (PAIS, 2001, p. 375, grifo do autor).

Por exemplo, nas entrevistas com os lojistas das regiões que convivem com os flanelas, é possível perceber um discurso comum entre eles: os comerciantes não enxergam os arrumadores de carros e/ou motos como um estorvo a ser retirado do local, salvo os seguranças particulares do Shopping 3 Américas que, de modo indiferente, defendem a proibição e a repressão policial de qualquer ato financeiro que não seja legal ou socialmente aceito como emprego de fato.

Já nas entrevistas com as pessoas que transitam nos arredores do *shopping*, existe um medo comum que nasce das discussões e brigas entre os arrumadores de veículos, provocadas quase sempre por invasões de território, dívidas financeiras, divisão de comida e desavenças passadas. Alguns desses desentendimentos são muito sérios. Por exemplo, em 2013, dois 'colegas' que dividem uma mesma área se agrediram fisicamente, ao ponto de um esfaquear o outro.

Em todo caso, o que se percebe nas entrevistas informais com pedestres, taxistas, comerciantes ou moradores da região, é que o uso frequente de drogas pelos flanelas dependentes químicos, sem a preocupação de esconderem os seus vícios (realidade de uma minoria), gera uma confusão de sentimentos em quem transita no local, dos quais o medo da violência, principalmente do latrocínio, faz com que muitos ignorem e se mantenham, como estratégia de segurança, à distância, embora torçam para que, de algum modo, os viciados possam se recuperar e exercer, com maior dignidade, a atividade de guardador de veículos.

É importante ressaltar que a atividade que os flanelinhas exercem é regulamentada pela Lei Federal nº 6.242/1975 e, segundo esta, o exer-

cício da função de “[...] guardador e lavador autônomo de veículos automotores [...]”, em qualquer parte do território nacional, é permitida aos profissionais devidamente registrados na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e apenas nos locais previamente delimitados pelo município. Posteriormente, esta Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 79.797/1977.

O que coloca os flanelinhas na ilegalidade é o fato de eles exercerem seu ofício sem o correspondente registro, passando assim a praticar uma contravenção penal, que não está ligada à apropriação do público pelo privado, mas às extorsões e ameaças dirigidas por arrumadores aos motoristas, principalmente em locais onde os eventos de lazer (jogos, shows e festas) são esporádicos, o que dificulta aos condutores lesados a identificação, junto às autoridades públicas, dos guardadores infratores.

Mesmo que os transeuntes não saibam, existe na região onde os arrumadores trabalham uma espécie de moralidade autopreservativa dos negócios, em razão de haver, inclusive, uma vigilância entre os próprios flanelas viciados e não viciados, que se observam uns aos outros e, quando percebem que as suas finanças estão ameaçadas, como um tipo de “[...] espírito de missão [...]” (PAIS, 2001, p. 380), apoiados por um networking surpreendentemente eficaz, procuram rapidamente afastar o viciado que incomoda os clientes e não clientes.

Encontra-se aqui, apesar de quase todos os flanelas entrevistados terem passagem pela polícia, um momento de civilidade (SANTOS, 1991), possível graças a dois fatores inseparáveis: o primeiro está na territorialização do espaço público em privado⁴, o que confere aos mais antigos poder de decisão em sua região de trabalho; o segundo está na relação mutualística estabelecida entre os arrumadores titulares que quando necessário se unem para somar forças frente aos indivíduos fisicamente mais fortes que, de algum modo, venham ou possam comprometer os seus negócios.

O resultado final é a segurança das pessoas que transitam pelo local, que deveria ser pública e não privada. Para os flanelas, o que está em jogo é a regulação da convivência com os possíveis clientes que transitam na região, pois, à medida que as pessoas se sentem mais seguras nas ruas, a partir da repressão de possíveis atos de vandalismo, os motoristas acabam por confiar nos serviços prestados e, conseqüentemente, oferecem maior quantia em dinheiro pelo trabalho; além do mais, ao retornarem ao local procuram o mesmo flanela.

Independentemente da tensão existente nas relações entre as pessoas e os flanelas usuários de drogas, em regra, existe uma harmonia social (PAIS, 2001), cuja parceria nasce da aproximação e interesse dos arrumadores com os trabalhadores, comerciantes e turistas do local, e não o contrário. Em um primeiro momento, o objetivo dos flanelas é assegurar

sua credibilidade e honestidade, principalmente, junto aos lojistas e motoristas do local onde atuam. Para tanto, buscam estabelecer laços de amizade por meio de conversas e prestação de pequenos serviços que, logo à frente, serão citados.

Em um segundo instante, a finalidade é desenvolver outras e novas táticas cotidianas de pressionar dinheiro (CERTEAU, 1998), possíveis somente a partir do momento em que os arrumadores de carros têm a sensação de posse do local, no sentido de se sentirem proprietários da rua e/ou avenida escolhida para a 'flanelagem'; sentimento esse efetivado nas relações com os transeuntes do lugar que, com o passar do tempo, reconhecem, através de cumprimentos, conversas, brincadeiras e favores, serem tais indivíduos os responsáveis por vigiar os veículos estacionados nas áreas urbanas apontadas no Mapa 1.

É especialmente, na segunda intenção, que se observam os meios que Certeau (1998) define como artimanhas do campo da retórica, que consistem em manipular, convencer e enganar, como forma de aumentar a renda diária que, dependendo da época do ano, pode chegar (ou até mesmo ultrapassar) três mil reais mensais, conforme revelaram alguns diálogos *in loco* (Cf. Quadro 1).

Acrescentamos às táticas cotidianas duas novas características, que são a aproximação e a colaboração, construídas a partir de pequenas ações que se vinculam aos conceitos fundamentais da ética e do liberalismo, a saber: quem se aproxima para ajudar um desconhecido espera em troca ou agradecimentos gestuais e verbais, ou uma quantia financeira satisfatória⁵.

A tática, como a arte do mais fraco, é definida por Certeau (1998, p.100, grifo do autor) como

[...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento 'dentro do campo de visão do inimigo', como dizia von Büllow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as 'ocasiões' e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante.

As artimanhas mais comuns observadas nas ações dos flanelas não estão relacionadas aos motoristas, mas, sim, aos comerciantes e seus clientes, pois diariamente há uma série de serviços oferecidos aos lojistas, como carregar sacos de rações de 15 e 25 kg, reservar vagas na rua para clientes assíduos no salão de beleza, lavar externamente veículos particulares ou comerciais, não permitir pequenos furtos nos estabelecimentos próximos, avisar os clientes dos lojistas quando os guardas de trânsito se aproximam, reservar espaço para os caminhões que pretendem repor os estoques das lojas, varrer as calçadas, trocar pneus, empurrar uma moto etc.

Apesar da honestidade de alguns flanelas, permanece, principalmente nas pessoas que vão de vez em quando ao Shopping 3 Américas, a ideia de que os arrumadores são sujeitos oportunistas e drogados, que fingem vigiar os veículos para a aquisição de dinheiro fácil. Estereótipo que, inevitavelmente, produz no cotidiano a ideia simbólica de serem essas pessoas entes marginais indignos de aproximação.

Acontece que a produção de símbolos, objeto de estudo da Semiótica da Cultura (LOTMAN, 1996) origina-se como problema social e não como problema sociológico, sendo que aquele nasce da tipificação de *primeiro grau* produzida pelo senso comum, independentemente da formação, pois o que está em jogo é a ausência de estudos do referido objeto, enquanto este nasce da tipificação de *segundo grau* que, por ser científica, edifica-se a partir de propedêuticas epistemológicas que operam como guias à pesquisa (SCHUTZ apud PAIS, 2001).

A concepção que coloca os flanelas como viciados e perigosos corresponde à tipificação de primeiro grau, a qual, após minha investigação em segundo grau, por observação participativa, foi corroborada por muitos arrumadores da região, mas não por todos; o que demonstra, nesse caso em particular, ser a generalidade dos valores atribuídos aos flanelas, enquanto construção social, o único erro a ser corrigido.

O curioso, mesmo que paradoxal, é que apesar de pejorativo, esse estigma é incorporado como artimanha de identidade territorial por flanelinhas honestos, pois serem vistos como os guardadores responsáveis pelos veículos é, particularmente, mais importante do que as características negativas atribuídas a eles por desconhecidos; características que podem, com o tempo, serem desconstruídas junto aos sujeitos que frequentemente estão ou transitam pela região, afinal, ser tomado ou não como marginal, não altera o fato de ser o arrumador de veículos a pessoa que irá receber os proventos da vigília.

GEOGRAFIA: ESPAÇO URBANO E ESPAÇO ANTROPOLÓGICO

Nos espaços geográficos, que é o local composto por espacialidade geométrica e espacialidade antropológica, existe uma hierarquia profissional assentada na antiguidade, isto é, quem está a mais tempo na região tem maiores poderes nas decisões acerca de qual território ocupar, quais clientes fidelizar, bem como decidir a participação de forma permanente ou avulsa de novos flanelas que poderão frequentar o lugar.

O espaço geométrico (ou urbano/arquitetônico) das ruas e da avenida do Shopping 3 Américas é, ao mesmo tempo, *topológico* e *tópico*, ou seja, enquanto o primeiro se caracteriza pelas suas formações, reformulações e deformações civis (faixas de pedestre, placas de trânsito, guarita de policiais, entradas de garagens particulares, estacionamentos pagos e outros), o segundo opera como “[...] definidor de lugares: de carros ou de quem os arruma” (PAIS, 2001, p. 381).

Ao contrário da espacialidade urbana, no espaço antropológico não há apenas objetos e suas respectivas medidas (metros, quilômetros, horários...) e normas (proibido estacionar, siga, vire à direita...), nele se encontram sujeitos que vivem, sentem e experimentam a cidade (JACQUES, 2012), donde ser possível observar as relações cotidianas entre os arrumadores, de um lado, e arrumadores *versus* condutores, lojistas, taxistas e transeuntes, do outro.

Entre os arrumadores, há uma espécie de “[...] código de honra [...]” (PAIS, 2001, p. 381) que exige, dos recém-chegados, obediência às decisões dos veteranos, pois eles, por direito, dominam a área há muitos anos. É a partir da criação e consolidação desse poder atribuído aos mais velhos de rua que se estabelecem as “[...] redes de filiação e atributos endogrupais [da qual] Simmel [aplica] a metáfora da ponte e da porta para definir um conjunto social: a *ponte* [...] liga os elementos desse conjunto; a *porta* [...] impede que outros façam parte dele” (PAIS, 2001, p. 381, grifo do autor).

Desse modo, conclui-se que a *ponte*, responsável por construir o *networking* entre os arrumadores de um mesmo local, é formada pela junção de três fatores, utilizando a terminologia de Goffman (1999): a fachada urbana (cenário), as atividades que nela se exercem (representações sinceras ou cínicas) e um objetivo comum (teatro dos ganhos financeiros); já a *porta* corresponde ao domínio tácito sobre determinados locais, de preferência as regiões definidas por Pais (2001) como *minas*, onde os ganhos são altos e que, diferentemente das regiões de baixa rentabilidade, sempre possuem algum veterano, cuja permanente presença e supervisão constituem uma bandeira de direito natural; uma espécie de lei das ruas em que a maior autoridade é à força do sujeito ou de seu grupo.

Para esclarecer tudo que foi supracitado e uma série de outras novas informações, eu optei por escrever/dividir o item 2 em dois subitens: 2.1 e 2.2. O primeiro tem como finalidade principal exibir, através da exposição de um mapa 3D, as seis regiões definidas como minas nas proximidades do Shopping 3 Américas e apresentar seus respectivos arrumadores titulares e o ganho médio diário de cada um, sem contudo revelar suas verdadeiras identidades (PADILHA et al., 2005). O objetivo do segundo é apresentar um pouco da história de vida, anseios e perspectivas de alguns flanelinhas, assim como a tática que desenvolvi para convencer um deles a me ajudar na pesquisa.

TERRITORIALIZAÇÃO: DEFININDO OS ATORES E SUAS POSIÇÕES NO PALCO

Nos arredores do Shopping 3 Américas, existem seis regiões nas quais se pratica a 'flanelagem'. Cada um desses lugares possui um ou dois arrumadores titulares, que esporadicamente permitem a presença de flanelas avulsos, principalmente em finais de semana e feriados. Todavia, qualquer novo arrumador, não aceito pelo grupo, é definido como penetra, não podendo, após a reprovação de sua aceitação, permanecer no local. Caso o mesmo persista, haverá um corporativismo a fim de somar forças para expulsá-lo, implicando como medida, se necessário, a violência.

São três as classificações dos flanelas que ocupam os locais: titular⁶, avulso⁷ e penetra⁸. Os arrumadores titulares são os mais antigos de casa, que definem quem pode (flanela avulso) e quem não pode (flanela penetra) trabalhar de vez em quando na região. Em regra, é como se existisse, por parte dos flanelas fixos, a preocupação de garantir uma reserva de mercado e, ao mesmo tempo, fortalecer os laços de *networking* com arrumadores fixos de outras regiões da cidade.

Da relação entre arrumadores fixos de outras regiões surge a dúvida: por que estabelecer laços com flanelas titulares de outros locais? Apesar de as repostas serem as mais diversas, a necessidade de sobrevivência nas ruas se assenta em redes de amizades que garantem aos indivíduos ligados ao grupo uma maior possibilidade de arranjos quando a vida os coloca em apuros, que vão desde problemas com policiais a ameaças de traficantes.

As respostas quanto às motivações na construção de *networking* estão apoiadas em amizades antigas entre flanelas, cujo código de honra exige de um 'amigo' ajudar os outros, sempre que preciso. Há também a preocupação em perder o ponto atual, daí ter, de imediato, outro ponto, mesmo que na condição de avulso, para se sustentar, pelo menos até a aquisição de outro ponto fixo que, enquanto região de minas, dependerá, novamente, da aprovação de outros arrumadores titulares; daí a importância das redes de filiações e atributos endogrúpicos.

Ao que tudo indica, as relações de amizade são criadas para a própria preservação pessoal, dado que nas ruas não existe nada que possa ou venha a garantir de fato a propriedade privada daquilo que é público, como ocorre em assentamentos rurais e ocupações de espaços urbanos não-públicos por usucapião⁹.

Da soma de interesses individuais comuns, nascem – não sei dizer se de maneira racional ou instintiva – os laços de amizade que ajudam ou, no mínimo, certificam uma relativa segurança tanto para os arrumadores que têm e cumprem suas responsabilidades civis (aluguel, prestação, supermercado, água, luz, telefone, sustento da família etc.) como para aqueles que vivem nas ruas e não possuem nenhum parente próximo com o qual tenha laços de afetividade para recorrerem nas necessidades que escapam às suas possibilidades.

Para melhor visualizarmos a relação entre espacialidade urbana e territorialização antropológica edificadas nos arredores do Shopping 3 Américas, foram colocados abaixo um mapa (Figura 1) para ilustrar as regiões onde foram realizadas a pesquisa de campo e um quadro (Quadro 1) com dados sobre quem são os flanelas titulares de cada uma das áreas identificadas no mapa e seus ganhos financeiros diário. Num e noutra caso, somado as explicações pontuais que se seguem, o objetivo é mesmo, esclarecer como se dá a 'tensa' relação dialética entre o projeto urbanista das áreas públicas nos arredores do *shopping* e a forma como elas são apropriadas/ocupadas pelos flanelas.

Figura 1 - Mapa das Regiões Observadas no Entorno do Shopping 3 Américas em Cuiabá



Fonte: Google Maps, 2015.

No mapa, eu enumerei de 1 a 6 as regiões onde existem flanelas titulares. Todos esses locais são minas financeiras para os arrumadores de veículos, por isso dificilmente ficam sem alguém. Pode até acontecer de uma ou outra mina, por alguns dias, semanas ou meses, ficar sem uma vigilância fixa, cabendo aos demais titulares das outras minas próximas impedirem que penetras se aposses, permanentemente, da parte desocupada.

Quadro 1 – Pontos, Flanelas Titulares e Renda Diária

Pontos	Identificações	Renda Média Diária
Região 1	Ancião	R\$ 60,00 a R\$ 90,00
Região 2	Roedor	R\$ 70,00 a R\$ 100,00
Região 3	Dedinho e Zézito	R\$ 90,00 a R\$ 130,00
Região 4	Testa e Bombom	R\$ 70,00 a R\$ 100,00
Região 5	Samuel	R\$ 60,00 a R\$ 90,00
Região 6	Larac	R\$ 70,00 a R\$ 100,00

Geralmente, quem assume provisoriamente qualquer região que venha a ser abandonada é/são o(s) flanela(s) avulso(s) que, talvez, com uma boa dose de sorte, venha a se tornar o novo arrumador fixo da mina. Tal situação é percebida na área 2, cujo titular, vulgo Roedor, está preso por homicídio, sendo seu retorno uma incógnita. Por enquanto, esta área não foi ambicionada permanentemente por nenhum arrumador avulso, pois parece que tal atitude exige muita coragem e não apenas a aprovação dos flanelas mais antigos.

Por meio de diálogos e observações com os arrumadores fixos das demais localidades, cujos sujeitos são os mesmos há muitos anos (alguns estão no local desde 2003), descobri que o vulgo Ancião é quem cuida do ponto 1; o Dedinho e o Zézito vigiam o ponto 3, que é o mais lucrativo; o Testa e a Bombom guardam o espaço 4; o Samuel pajeia a localidade 5; e o Larac guarda o ponto 6. Entre os flanelas avulsos que, às vezes,

aparecem para ganhar um 'troco', deixando claro que eles não comparecem todos juntos, encontram-se o Átila, PC, Cabra, Ôio, João, Perereca, Zumbi, Bur, Bilu e Tody.

Somando-se os arrumadores titulares e os avulsos, há dezoito flanelas. Dezesete são do gênero masculino e apenas um é do sexo feminino. Desse total, 33,33% (o equivalente a seis flanelas) possuem residência fixa (aluguel, casa própria ou dos pais) e os outros 66,67% (ou doze flanelas) vivem nas ruas, o que equivale dizer que, para cada flanela com moradia, existem dois sem. Dos que residem nas ruas, a maioria não toma banho e faz suas necessidades fisiológicas em becos, matagais, construções abandonadas, edifícios abertos ao público e em tubulações de esgoto acessíveis.

Normalmente, estas necessidades são realizadas em período noturno. Durante o dia, quando estão a trabalhar como flanelas, independentemente de possuírem ou não residência, realizam as suas necessidades atrás do Shopping 3 Américas. Alguns arrumadores, esporadicamente, conseguem utilizar os banheiros do próprio shopping, mas, para isso, precisam passar despercebidos pelos seguranças – tarefa nada fácil, visto que eles quase sempre ficam parados nos locais que dão acesso ao estabelecimento.

Na posse dessas e outras informações, juntamente com a observação das maneiras de fazer cotidianas, pude perceber como ocorrem os 're-usos' culturais que os flanelas fazem dos espaços urbanos advindos da *produção racionalizada* que, após serem subvertidos por meio da *produção qualificada*, transformam, mesmo que apenas por um breve período, os não-lugares (AUGÉ, 2001) das ruas e da avenida onde realizei a observação participativa, em locais propícios à comercialização de serviços privados (CERTEAU, 1998).

RETIRANDO A MÁSCARA DOS PERSONAGENS

Bezerra (2010), em seu artigo *A pesquisa etnográfica e as especificidades da observação participante*, recorre aos relatos antropológicos de Gerald Berreman e William Foote-Whyte para explicar a importância da existência de um mediador entre o pesquisador e os sujeitos investigados.

Gerald Berreman, entre os anos de 1957 e 1958, se propôs estudar os Paharis das montanhas do baixo Himalaia na Índia, que é uma sociedade simples, estratificada e extremamente fechada a estranhos. Em seu texto *Por detrás de muitas máscaras*, parte do livro *Desvendando máscaras sociais*, o antropólogo relata diversas situações (cotidiano, festas, diálogos, convites etc.) vivenciadas graças à presença de um intérprete.

William Foote-Whyte, após três anos de estudo, apresenta em seu livro *Sociedade de esquina*, publicado pela primeira vez em 1943, os resultados de uma “[...] extensa pesquisa de campo com observação participante em um distrito de pequeno porte localizado em Boston nos Estados Unidos” (BEZERRA, 2010, p. 12). Em seus relatos, há a menção sobre a inacessibilidade ao dia a dia dos habitantes da região, rompido somente no momento em que o pesquisador passa a ter como informante e intermediário um dos moradores do local, que ele apelidou de *Doc*.

Em ambos os relatos, independentemente de o grupo social ser de solidariedade mecânica ou orgânica, há a prerrogativa da necessidade de um mediador (um informante-chave) capaz de dar ao pesquisador conselho, proteção e acesso aos sujeitos que pretende observar e conhecer. Artifício que eu, intuitivamente, procurei adotar logo nos primeiros contatos com os flanelas, vindo a saber somente depois da importância de um intermediário na observação participativa, que deve, de preferência, ser um membro do grupo investigado.

Conscientemente ou não, optar por um mediador pode ajudar na inserção e aceitação do pesquisador no grupo que se pretende investigar. Em alguns casos, é a única maneira de tornar possível o estudo antropológico. Entre os flanelinhas do Shopping 3 Américas, o meu *Doc* foi o *Dedinho*. Não sei ao certo por que nós nos tornamos próximos. Talvez seja pelo seu jeito alegre e espontâneo, ou meramente uma coincidência atrelada ao fato de ele estar a vigiar o local onde me acostumei (e ainda costumo) estacionar minha moto quando vou ao cinema.

Após adotar os flanelinhas como objeto de estudo, desenvolvi a seguinte artimanha de aproximação com o *Dedinho*: eu esperava o momento certo para estacionar na região sob o seu domínio, de modo a ter certeza de que seria por ele abordado ao parar. Em muitas ocasiões, eu era obrigado a ficar circulando nos arredores do *shopping* até encontrar o momento que julgava propício ao sucesso de meu plano; enquanto ele não aparecia, eu aproveitava para ver o que os demais flanelinhas estavam fazendo.

Ao estacionar a moto e ser indagado com uma oferta de serviço, eu procurava de imediato, antes que qualquer nova distração o afastasse de mim, iniciar diálogos que pudessem nos aproximar. Os assuntos usados para provocá-lo eram corriqueiros. Falava do calor, reclamava de cansaço, perguntava sobre os novos filmes em cartaz, lamentava a falta e a dificuldade em ganhar dinheiro, comentava sobre a beleza de alguma mulher que ele estava a olhar, entre outras questões que naturalmente se desprendiam durante as conversas; mas, sobretudo, falávamos de futebol.

À medida que estabelecia laços de confiabilidade com meu pretenso informante, ia, paralelamente e à distância, observando o comportamento dos demais guardadores. Com o passar das semanas e depois de provar que não era policial, senti-me à vontade para dizer ao Dedinho meus objetivos, que vieram acompanhados com a apresentação de minha carteirinha de estudante da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e do cartão de identificação (ou crachá) de professor da rede pública.

Em um primeiro momento, ele hesitou por medo da reação dos colegas, principalmente dos que são usuários de drogas. Mas, depois de muito insistir, melhor detalhar as minhas intenções e convencê-lo de que o que faria não o tornaria um X9¹⁰, ele aceitou. De informante, passou a ser um colaborador (BEZERRA, 2010), pois não se restringiu só à função de mensageiro e mediador; ele também me orientou aonde ir, quando ir, o que não falar e não fazer se quisesse alcançar meus objetivos.

Por meio dele, ou simplesmente por estar ao seu lado, consegui me aproximar e dialogar com outros arrumadores titulares: Zézito e Testa, mas não com todos. Ancião, Bombom e Larac eram indiferentes à minha pessoa, por mais que tentasse dialogar com eles, diferentemente de Samuel que, quando me via, questionava e se queixava de minha presença, não admitindo, em nenhuma hipótese, que eu ficasse em sua área de domínio.

Se me aproximar dos flanelas fixos e me relacionar com eles era difícil, com os arrumadores avulsos era quase impossível, pois eles apareciam esporadicamente no local. Com muito esforço e após várias tentativas, consegui me aproximar e conversar com três deles: Átila, Ôio e Zumbi, que, assim como Zézito e Testa, se recusavam a falar (ou quase não falavam) sobre suas vidas pessoais. Com os demais: PC, Cabra, João, Perereca, Bur, Bilu e Tody, não houve oportunidades e/ou abertura para contatos.

Em duas ocasiões, eu senti muito medo de sofrer agressões de arrumadores (fixos e avulsos) que se incomodavam demasiadamente com a minha presença. A primeira ocorreu no dia em que fui a um local isolado na companhia de meu Doc. Lá os flanelas viciados usavam coletivamente diferentes drogas, em especial o crack. A segunda vez foi quando resolvi ficar até de madrugada para saber 'onde' os flanelas sem residência dormiam e 'como' se protegiam das intempéries e da violência.

Num e noutro caso, o medo impediu-me de registrar os detalhes. Em minha mente, a ideia de como sair o mais rápido possível e em segurança daqueles lugares reinou em absoluto. Após essas desagradáveis experiências, decidi não ultrapassar o perímetro que entendia ser ideal para a

minha proteção física e moral, que, em tese, se resumia em observá-los no horário de funcionamento comercial do *shopping* e em não frequentar ambientes escondidos ou sem trânsito de pessoas.

Mesmo depois de romper a barreira da desconfiança com alguns arrumadores, pouco consegui saber sobre suas vidas particulares, ainda mais quando perguntava sobre coisas relacionadas ao passado. Até o meu Doc se negou a falar de sua vida pregressa e assegurou não conhecer o passado de seus colegas. Mencionou apenas que quase todos ali têm passagem pela polícia, a maioria por furto e roubo. Não obstante, ele fez questão de avisar que: “*Isso é passado... Eles não fazem mais isso... Abandonaram isso... [o crime]*” (Caderno de campo, setembro de 2013).

Comecei a perceber que, para os arrumadores, era muito desagradável retomar e expor suas lembranças, provavelmente porque elas estavam repletas de transgressões sociais. Adotei então outra tática: perguntar sobre as situações do presente e projetos futuros. A mudança de tática trouxe poucos resultados: geralmente, informações fragmentadas e descontextualizadas. Dei-me, então, por vencido e voltei minhas atenções exclusivamente as suas estratégias cotidianas para auferir dinheiro dos motoristas.

Apesar de julgar insatisfatórios os relatos obtidos *in loco*, direta ou indiretamente, optei, depois de muito relutar, apresentá-los abaixo. Penso que o acesso a essas informações pode dar aos leitores possibilidades de reflexões mais amplas sobre o meu trabalho, que em muitos momentos, diante dos prós e contras de uma pesquisa em campo, foi redirecionado em seus percursos, sem perder de vista seu objetivo.

Começo por expor detalhes sobre a vida particular de meu mediador, que, entre os flanelinhas com quem convivi e conversei, é o que melhor pude conhecer. Em seguida, apresento informações pessoais de outros flanelas, que ora ou outra enunciavam seus anseios ou deixavam escapar detalhes de suas histórias de vida e perspectivas futuras.

Dedinho, apelido que ganhou na infância por causa da deficiência física em um dos braços e mãos, sequela decorrente de uma paralisia infantil, veio do interior do estado de São Paulo há, mais ou menos, uma década. Afirmo ser de família simples e sem boas condições financeiras. Começou a trabalhar ainda menino para ajudar em casa. Parou de estudar no ensino fundamental. Quando rapaz envolveu-se com drogas. Após dura batalha contra a dependência química, profissionalizou-se como *pizzaiolo*, trabalho que lhe permitiu alugar uma casa e constituir família: esposa (também ex-viciada¹¹) e uma filha.

A vida para ele ia bem, até o momento em que sua mulher, meses depois de dar à luz, sofreu uma recaída e voltou a consumir drogas e a dormir pelas ruas. As primeiras consequências vieram depressa: a avó

materna tomou judicialmente a guarda da neta, objetos começaram a desaparecer da residência e traficantes começaram a bater em sua porta exigindo pagamento de dívidas que aumentavam incessantemente.

Para piorar as coisas, ele foi demitido por atrasos e faltas ao trabalho, restando-lhe apenas o seguro-desemprego. Dias depois, sua mulher foi encontrada morta, vítima do desentendimento com outro viciado que a esfaqueou. A partir daí, Dedinho decidiu recomeçar a vida em outra cidade, mas, antes, procurou sua filha para se despedir. Ao chegar à casa da mãe de sua falecida esposa, ele descobriu que ela se mudou às pressas com a criança sem mencionar para onde ia, pois recebera de traficantes cobranças de dívidas contraídas pela filha. Desde então, ele não a vê ou tem dela qualquer notícia.

Ao vir para Cuiabá, motivado pelo que chamou de *treta*, deixou também para trás sua irmã, única familiar com quem ainda mantém contato, apenas por telefone. Quando desembarcou na cidade, optou por dormir na rodoviária até encontrar um trabalho como *pizzaiolo*. Para não ficar sem comer, ele mendigava coisas a transeuntes e comerciantes. Outras vezes fazia pequenos bicos. Os mais comuns eram limpar para-brisas de veículos nos semáforos e limpar calçadas tomadas por matos.

Após arranjar um emprego como *pizzaiolo*, Dedinho alugou uma quitinete, comprou móveis e eletrodomésticos. Durante algum tempo não se importou de ficar sem companhia. Porém, a solidão começou a incomodá-lo, levando-o a antigos hábitos: beber e fumar. Mesmo empregado e com casa mobilhada, algo lhe faltava, mas ele não sabia dizer o quê. Não demorou muito, voltou a usar drogas pesadas, arrumou uma nova companheira (também dependente química), perdeu o emprego e se viu novamente despejado na rua, período em que cometeu delitos e veio a ser preso.

Ao conhecer os irmãos Cabra e Ôio, primeiros flanelinhas do Shopping 3 Américas, ele conseguiu, depois de algum tempo, autorização para 'flanelar' na região. De imediato, agarrou a oportunidade, encerrou com a prática de cometer pequenos crimes e novamente decidiu se livrar das drogas recorrendo à igreja evangélica à qual diz ser devoto.

Tendo cumprido ou não o que prometeu, o fato é que, anos depois, Dedinho herdou dos irmãos o ponto mais lucrativo da região, que continua a ser, ainda hoje, o seu local de trabalho. Assegurou-me, em muitas ocasiões, estar *limpo*¹², embora em outras admitisse sofrer recaídas que julga não mais prejudicá-lo. Quando estimulado a falar sobre o futuro, afirma que não somente ele como igualmente os outros flanelas desejam levar uma vida normal, sem explicar o que isso significa.

Cabra deixou o *shopping* porque encontrou um lugar mais rentável para 'flanelar': em frete à agência da Caixa Econômica Federal que fica

atrás da UFMT. Ôio, após o nascimento da filha, decidiu procurar um trabalho com carteira assinada. Atualmente, tem casa própria e é auxiliar de serviços gerais em uma casa de construção civil. Disse-me que ganha bem menos do que ganhava como arrumador, mas que, apesar disso, se sente aliviado, pois sabe que, se algo de ruim acontecer com ele, sua família estará assegurada pela Previdência Social. O ofício de guardador de carros agora é apenas um 'bico' que ajuda a aumentar a renda da família.

Outra história que consegui conhecer é a do Átila. Antes das obras de mobilidade urbana projetadas para a Copa do Mundo de 2014, ele possuía uma área de domínio no entorno do *shopping*: em frente à Galeria Itália, do outro lado da rua, lugar em que hoje é proibido estacionar. De guardador titular, passou a ser avulso. Para evitar problema com os outros flanelas titulares, ele fica revezando. Cada dia está em uma região diferente e diz preferir as enumeradas como 1, 2 e 3 no Mapa 1.

Começou a trabalhar na região quando ainda estava no ensino médio. Alegou que queria sair de casa, pois não se dava com o padraсто. Sorrindo, diz que o tempo foi passando e ele continuou a morar com a mãe, que agora está solteira. Ao me interrogar sobre o que faço, respondi que sou graduado em Filosofia e ministro aulas na rede pública de ensino. Comenta que acha legal minha formação e que pretende se formar em Sociologia, mas não quer ser professor.

Testa, que adora comer bolo, para evitar problemas com a polícia, fez do ofício de flanela uma maneira de sustentar seu vício e o de sua companheira Bombom. Há muito tempo, os dois moram na rua e parecem não se importar com isso. De acordo com o Dedinho, o Testa tem família. Ela vive em uma chácara no interior do Mato Grosso e, por várias vezes, estive no local para tentar ajudá-lo; sem sucesso. Ele se recusa a sair das ruas, a se tratar contra o vício e a deixar para trás sua companheira.

Sobre Bombom, Dedinho diz que evita conversar com ela, porque o Testa é muito ciumento. Menciona somente que ela é caladona e não costuma ficar junto com os outros flanelas, nem mesmo à noite, período em que o encontro entre eles se torna um mecanismo de defesa contra a violência. Dedinho acredita que Bombom é sozinha neste mundo, pois está ali há muitos anos e nunca viu ninguém ir visitá-la e completa: "*Eles se conheceram lá pelos lados do CPA... Ela lavrava... essas coisa daí...*" (Caderno de campo, setembro de 2013).

Para os flanelas da região, o Zumbi é, entre todos, o mais *noiado*¹³. Passa praticamente o dia todo se drogando. Visivelmente debilitado e às vezes descalço, com aparência e cheiro que sugerem há muito não cuidar da higiene, ele só aparece para vigiar os carros, ou melhor, fingir

vigiar, quando carece de dinheiro para sustentar seu vício em crack. Há momentos, no entanto, em que a abstinência o faz perder a paciência de esperar o mínimo necessário de tempo para comprar a droga, levando-o a exigir dos motoristas o pagamento adiantado do serviço (a maioria se nega) ou recorrer à mendicância junto aos transeuntes ou aos colegas titulares que, em determinados casos, para se verem livres de problemas, dão-lhe alguma quantia.

Para finalizar, relato o pouco que sei sobre a vida do Zézito, que me confessou não ter frequentado a escola e viver nas ruas desde que se entende por gente. Para sobreviver, já fez de tudo: coisas certas e erradas. Quando menor, não se importava em ser preso por seus delitos, porém, em idade penal, tudo mudou. Passou por diversas experiências desagradáveis. Decidiu parar com os roubos e furtos depois de um episódio que ele chamou de 'foda', sem entrar em detalhes. Declarou apenas que nunca mais gostaria de passar pelo que passou, dando a entender que houve uma desproporção entre o ocorrido e a punição. Queixando-se do ocorrido, ele diz: *"Tudo por conta de um toca-CD..."* (Caderno de campo, setembro de 2013).

Por enquanto, têm como meta ficar limpo e distante de problemas com autoridades públicas, intenções que, segundo ele, só são possíveis porque o trabalho de flanela lhe proporciona renda suficiente para arcar com suas necessidades, que são basicamente alimentação, roupas e cigarros, embora, em um dia frio, tenha demonstrado pretensão em alugar algo para morar.

TIPOLOGIA DOS FLANELAS

Durante as observações de campo, foi possível perceber que os seis territórios de vigilância, definidos em consenso entre os próprios flanelas com poder de decisão, domínio construído a duras penas no decurso de anos, formam um tecido multicultural que, apesar de toda a sua diversidade, revela modos de vida e produções simbólicas, entre atores e plateia, relativamente estáveis e muito distintas.

Entre os arrumadores, com ou sem escolaridade (dentro do grupo encontram-se de analfabetos a graduado), há um universo heterogêneo de histórias de vida e condição atual. Na sua maioria são, hoje, dependentes químicos que por diferentes razões vieram a se tornar guardadores de veículos automotores. As motivações passam por questões de desemprego, invalidez, tráfico, solidão, ausência de residência (que é uma das exigências das empresas para a contratação), preconceito de empresários que optam por não dar oportunidades à ex-presidiários e até como forma de melhorar ou complementar a renda.

O problema é que falar de flanelas não remete somente ao problema psicológico e social de cada indivíduo. Existe uma classificação específica sugerida por Pais (2001), uma tipologia que estabelece com precisão as categorias de arrumadores de veículos, a que cada flanela pertence. Nesta classificação, o que se percebe é que o critério de ser ou não credenciado está, necessariamente, ligado ao fato de os arrumadores de veículos possuírem ou não alguma relação de interdependência com alguma instituição.

Na referida ordenação encontram-se dois agrupamentos: *credenciados*, por órgãos públicos ou empresas privadas, e *não credenciados*. Os credenciados por instituições públicas, principalmente prefeituras, são definidos como *flanelas legalizados*. Os credenciados por estabelecimentos particulares são chamados de *flanelas oficializados*. Aqueles que não possuem vínculo de emprego formal ou informal são denominados *flanelas não credenciados*, dado que, na prática, acreditam que não dependem de nenhuma autorização jurídica para ocupar espaços urbanos públicos e receber os proventos do serviço ofertado.

Apesar de a classificação sugerida por Pais (2001) dos vigilantes de carros ser em Lisboa, todos – credenciados e não credenciados – podem ser encontrados em Cuiabá. Por exemplo, os *credenciados legalizados* em Cuiabá são aqueles que trabalham na *faixa verde*¹⁴ que, antes de ser renomeada, era chamada de *zona azul*. Os *credenciados oficializados* são, geralmente, pessoas desempregadas ou que fazem pequenos serviços para complementar à renda familiar, trabalhando em locais movimentados, principalmente próximos a restaurantes, cujos estacionamento, por serem pequenos, não comportam os veículos de todos os clientes, obrigando-os a estacionar em locais públicos e sujeitos a furtos, o que leva os estabelecimentos privados, de modo quase sempre informal, a permitir que terceiros vigiem os carros de seus clientes.

Por fim, há os *nãos credenciados*, como por exemplo, os flanelas que ficam nos arredores do Shopping 3 Américas. Para eles, é impossível trabalhar onde há zona verde e muito difícil manter a posse do local escolhido para ‘flanelar’ sem a autorização formal de órgãos públicos ou informal dos estabelecimentos privados. Por isso a constante preocupação dos flanelas honestos em construir relações salutaras com os lojistas da região para evitar problemas com a polícia e, ao mesmo tempo, aumentar a renda diária com pequenas tarefas.

Todavia, o estigma na produção e reprodução da marginalidade sobre os flanelas, mesmo se consideradas somente as suas boas e íntegras ações, permanece, pois o que faz o domínio das palavras é, desde logo, o poder da designação, ou seja, se a maioria faz uso de drogas, logo todos são tidos como viciados e potencialmente nocivos à vida e

ao patrimônio; conjuntura que leva Pais (2001, p. 395, grifo do autor) a nos advertir que “[...] por [mais] estranho que possa parecer, este *sentido de profissionalismo* não é suficiente para que os jovens arrumadores toxicodependentes que inventaram uma forma honesta de ganharem a vida deixem de ser olhados como ‘drogados’, ‘marginais’, ‘delinquentes’”.

O estigma, enquanto construção social pejorativa ou benigna, opera sobre todas as tribos¹⁵: flanelas, malabaristas, estudantes, vendedores ambulantes, prostitutas etc. A princípio, cada um desses indivíduos (restringindo-nos aqui aos flanelas), pode, no dia a dia, não ser um marginal, um delinquente ou mesmo um drogado. No entanto, o fato de eles assim serem percebidos pelo olhar do outro – e levando em consideração que é no olhar do outro que o indivíduo constrói a imagem de quem ele é – leva o flanela, mesmo que contra a sua vontade, a reconhecer-se no estigma sobre ele projetado, internalizando o referido *ethos*.

Ainda com base na teoria do estigma goffmaniana, é também curioso e importante observar como determinados objetos assumem significados sociais e simbólicos que podem ou não se adequar à realidade. Tal processo, de acordo com Pais (2001, p. 377, grifo do autor), é “[...] uma *segmentação geracional* que arrasta uma *segmentação simbólica* [...]”, em que os flanelas credenciados, por normalmente utilizarem uniformes ou coletes, são olhados com respeitabilidade, enquanto os não credenciados, pela imagem de desleixo, são vistos com desconfiança.

O uniforme dos *flanelas credenciados legais* faz com que os mesmos sejam vistos como confiáveis. O colete dos *flanelas credenciados oficiais* (pode ser qualquer colete) também imprime confiabilidade sobre a sua imagem. Já os *flanelas não credenciados*, por não portarem objetos de significação socialmente positivos, são taxados de marginais.

O problema é que em nenhum dos casos há como saber a confiabilidade e o profissionalismo da pessoa que está a vigiar os carros e motos, uma vez que o que está em jogo na construção do estigma não é a observação da pessoa que se desconhece, por parte do condutor, mas os atributos simbólicos que os arrumadores trazem consigo, os quais definem a segurança e a insegurança dos motoristas frente ao medo de multas, riscos no carro, pneus furados e vidros quebrados.

Portanto, a intenção da relação dos condutores de pagar os flanelas depende diretamente do tipo de arrumador presente no local. Diante dos *arrumadores credenciados legais*, os motoristas pagam para não serem multados; frente aos *flanelas credenciados oficiais*, o pagamento ocorre para ter o carro protegido; e, perante os *arrumadores não credenciados*, os condutores pagam, não para ter o veículo protegido, mas para não vê-lo depredado.

A ação de pagar, no primeiro caso, está ligada ao dever do cidadão, obrigação cumprida por coerção econômica sancionada em lei. A segunda está ligada à ideia de seriedade da empresa privada, que 'contrata' um flanela com o objetivo e a obrigação de garantir e oferecer aos seus clientes os melhores serviços. A última está ligada à preservação do próprio patrimônio, possível somente por artimanhas baseadas em ameaças enunciadas (ou não) pelos flanelas¹⁶.

O que se percebe no primeiro e no último caso, caracterizados pela reciprocidade negativa, é que os motoristas pagam a fim de evitar maiores prejuízos pessoais e financeiros. No segundo caso, de reciprocidade positiva, pagam por acreditar que quem está trabalhando deve receber por isso. É como se o pagamento para o *credenciado legal* e para o *não credenciado* fosse uma falta de opção, à medida em que, se pudessem, não pagariam por algo que de fato não é visto como uma prestação de serviço, mas sim como uma exploração por parte do Estado, no primeiro caso, e uma enganação por parte de indivíduos malandros, no último.

TIPOLOGIA DOS MOTORISTAS

A classificação dos motoristas é construída a partir dos olhos dos arrumadores de carros, cujos critérios baseiam-se nos valores financeiros oferecidos por um trabalho voluntário de guarita e nas relações interpessoais, que podem ser de reciprocidade negativa ou de reciprocidade positiva. Em qualquer uma delas o objetivo é o mesmo: garantir a coesão social.

A reciprocidade negativa expressa a estrutura social mediada por conflitos declarados pelo condutor que anuncia não se interessar pelo trabalho do flanela. Já a reciprocidade positiva demonstra as relações em que há o interesse dos motoristas em pagar pequenas ou grandes quantias em dinheiro.

Durante conversas informais, mas com indagações previamente pensadas, percebi que alguns arrumadores de veículos do Shopping 3 Américas em Cuiabá, assim como os flanelas de Lisboa, criaram, com base na reciprocidade estabelecida com os condutores, formas de categorizá-los, como mostra a transcrição abaixo:

Zézito: Os bacanas a gente chama de truta.

Dedinho: Chamam de professor. Chamam de doutor. Depende da pessoa, entendeu? Como às vezes a gente olha pela característica... O modo de vestir... O carro... É doutor... É professor... É bacana... Eu adotei isso daqui: amiguinho... Amiguinho para lá, amiguinho para cá... Ou então grandão... Adotei grandão e ami-

guinho... Já os outros mais antigos é professor e doutor... Já os outros... Têm uns aí que chamam de truta... Algo que é uma palavra que está no momento... (Caderno de campo, setembro de 2013).

Portanto, três são as denominações: doutor¹⁷, pão-duro¹⁸ e pau-no-cu. A primeira remete-se aos condutores que aceitam ter o carro ou a moto vigiados, independentemente da quantidade financeira oferecida ao final do serviço, que pode ser de centavos até cento e dois reais. A segunda refere-se aos condutores que se recusam a pagar os flanelas quando os mesmos se aproximam. A terceira são aqueles que, ao estacionarem, aceitam pagar pelo serviço oferecido, mas que, ao retornarem, não cumprem com o combinado.

Como artimanha para garantir o recebimento, inclusive dos motoristas que não gostam de pagar os arrumadores, é fundamental receber os condutores na chegada, pois aqueles que se recusam a pagar, quando abordados no momento em que estão estacionando, a fim de não ter o seu veículo danificado, mediante uma reciprocidade negativa, acabam, na maioria das vezes, por ceder à vontade dos flanelas; é como se o medo de ter o veículo riscado ditasse, por coerção psicológica, muitos motoristas a aderirem ao serviço¹⁹.

Forçar os condutores que não querem pagar a pagarem é possível. Todavia, exigir a quantidade de dinheiro a ser oferecida pelos motoristas depende da reciprocidade positiva, que, ao contrário da reciprocidade negativa, não pode ser construída de imediato, necessitando, pois, de repetidos encontros com os condutores, além de serviços extras, tais como ajudá-los a manobrar o carro, parar o trânsito para permitir que o cliente saia tranquilo do estacionamento, limpar o para-brisas quando sujo, entre outros.

O maior problema enfrentado pelos flanelas, quando a questão é receber algum dinheiro dos condutores, está no fato de não conseguirem abordar os motoristas no momento em que estão estacionando. Como consequência, exigir algum pagamento desses condutores em suas saídas, mesmo que os arrumadores aleguem estar vigiando o veículo, dá ao motorista o direito de se recusar a pagar. A lógica da inter-relação nesse caso não é de difícil compreensão, pois a mesma se assenta na seguinte ideia: não se pode prestar um serviço sem a autorização do cliente, portanto, se o prestador assim o faz, assume o risco de não receber por algo que não foi autorizado.

Pais (2001, p. 383-384), em seu artigo Jovens “arrumadores de carros”, propõe oito classificações de motoristas. A fim de associar as categorias identificadas em Lisboa com as categorias encontradas em Cuiabá, optei pelo seguinte processo: expliquei a cada arrumador entrevistado

as oito categorizações elucidadas por Pais, para que eles, em seguida, identificassem a existência ou não de clientes locais com aquelas características.

Durante as explicações, observei que alguns flanelas riam muito, o que me levou a pensar que o referido comportamento de bom humor ocorreu porque as definições tipológicas elencadas por Pais (2001) iam, perfeitamente, ao encontro da realidade vivenciada pelos cuidadores de veículos automotores no entorno do Shopping 3 Américas.

Na teoria de Pais (2001), os condutores são definidos como: cliente estúpido, cliente azelha, cliente forreta, cliente moeda-chorada, cliente pinga-níquel, cliente surpresa, cliente VIP e cliente fixo. O primeiro é aquele que não quer pagar e avisa antes mesmo de estacionar. O segundo é aquele que não consegue manobrar o carro para estacionar devido à sua formação recente (jovens que acabam de tirar a CNH) ou por deformação (senhoras de idade avançada). O terceiro é aquele que não quer pagar ou tenta não pagar quando está de saída. O quarto é aquele que, ao pagar, fica resmungando ou de cara fechada. O quinto é aquele que busca se desfazer das moedas de menor valor. O sexto é aquele que oferece uma quantia superior à comumente recebida. O sétimo é aquele que oferece uma considerável retribuição financeira pelo trabalho prestado a seu veículo de alto valor econômico. E, por fim, o cliente fixo que, por ser freguês assíduo, semanal ou mensalista, normalmente paga um pouco acima do que é pago pelos demais clientes não fixos.

Da explicação das características que definem cada um dos clientes, é possível, com base na teoria das representações de Goffman (1999), afirmar que os clientes estúpido, azelha, moeda-chorada, VIP e fixo são sinceros em suas encenações; o cliente forreta é um ator cínico e os clientes pinga-níquel e surpresa assumem ora representações sinceras, ora cínicas.

O cliente estúpido é sincero por expor não querer pagar; o cliente azelha é sincero, porque ninguém fingiria incompetência em dirigir um veículo; o cliente moeda-chorada é sincero, porque não disfarça a sua insatisfação por ter pago o flanela; o cliente VIP é sincero, por oferecer uma quantia que corresponde ao seu *status* social; o cliente fixo é sincero, por estabelecer laços de amizade com os arrumadores; e o cliente forreta é cínico, porque cria desculpas afirmando que não sobrou dinheiro ou não tem dinheiro trocado para pagar, mesmo que o arrumador de carros ofereça a ele a possibilidade de devolver o troco.

Já a identificação da atuação sincera ou cínica dos clientes pinga-níquel e surpresa depende de todo um jogo de cenários e intenções. Se o cliente pinga-níquel se desfaz das moedas e entrega-as ao flanela sem a finalidade de demonstrar que ali existe um alto valor, a encenação é sincera; caso ocorra o contrário, a atuação é cínica. Se o cliente surpresa

oferece uma quantia em dinheiro que corresponda ao aparente *status* – roupas, sapatos, acessórios, carro, etc. – que apresenta possuir, a atuação é sincera; em caso oposto, não.

Quando se associa as classificações dadas aos motoristas pelos arrumadores de carro em Lisboa com os tipos de motoristas encontrados nos arredores do Shopping 3 Américas em Cuiabá, chega-se à conclusão de que ambas as categorizações, apesar das diferentes concepções, possuem uma mesma congruência, exceto para a categorização de cliente azelha, única tipologia não encontrada no Shopping 3 Américas, mas que é encontrada na praça da Boa Morte, no centro de Cuiabá.

Assim, o motorista chamado de doutor em Cuiabá é o cliente moeda-chorada, pinga-níquel, surpresa, VIP e fixo de Lisboa, assim definidos porque oferecem aos arrumadores, independentemente da representação, algum dinheiro, seja em quantias pequenas ou altas; o condutor pão-duro de Cuiabá é o cliente estúpido em Lisboa, que na prática não deseja pagar absolutamente nada aos arrumadores; e, por fim, o motorista pau-no-cu de Cuiabá é o cliente forreta de Lisboa que, a todo custo, cria meios para não pagar os arrumadores, mesmo que anteriormente tenha com eles fechado o compromisso.

É claro que no dia a dia existe, na prática de ‘flanellar’, uma dinâmica muito própria entre cada flanela e cada condutor. Na região que escolhi para a pesquisa, em momento algum vivenciei ou escutei relatos de reciprocidades negativas, como marcação ou coerção a clientes que não querem pagar, pois existe entre os arrumadores a consciência de que o lugar é público e que qualquer pessoa, independentemente do modelo do veículo (popular ou de luxo), pode estacionar e se negar a aceitar o trabalho oferecido.

Às vezes, por causa de longas abstinências e falta de dinheiro para a aquisição de drogas e seu imediato consumo, alguns flanelas viciados, principalmente em *crack*, agridem, mesmo que apenas verbalmente, os condutores que se negam a pagar. Sem o efeito das drogas, verifica-se que a irritação e as ameaças verbais aparecem somente quando motoristas classificados como *pau-no-cu* se propõem, ao estacionarem, pagar pela prestação do serviço, mas, ao retornarem a seus veículos, recusam-se a cumprir o acordo anteriormente fechado.

O que se verifica é que alguns condutores, ao estacionarem seus veículos, são imediatamente pressionados a contratar informalmente o trabalho daqueles que se dizem vigilantes dos mesmos. Não obstante, os motoristas que se negam a fechar o acordo nos arredores do Shopping 3 Américas veem, no máximo, gestos físicos de lamento, assumindo assim, mesmo que apenas psicologicamente, o risco de terem os seus automotores depredados.

Mesmo convivendo com os flanelas durante alguns meses, não ficou claro se a opção deles em não causar prejuízos financeiros aos condutores que se negam a aderir ao serviço oferecido é motivada pela educação e consenso de enxergar as vias públicas como lugares dos quais eles não são proprietários, ou porque receiam ser perseguidos pela polícia, ou, pior, temem seres expulsos do local que é financeiramente uma mina de arrecadar dinheiro.

No entanto, ficou claro que os motoristas que aceitem ter suas motos e carros vigiados devem, obrigatoriamente, honrar o acordo, sob pena de serem marcados pelos flanelas, correndo assim o risco de, em outras ocasiões, terem seus veículos riscados, o pneu rasgado, o retrovisor quebrado etc. Ameaças facilmente contornada e anulada pelos condutores com um simples “sim” aos mesmos arrumadores que anteriormente haviam se negado a pagar – tática de alternância geralmente aplica por motoristas que frequentam a região, mas que se recusam a pagar o estacionamento do *shopping* que é de R\$ 5,00 reais, ou a remunerar os flanelinhas (mesmo que apenas com alguns centavos).

CONCLUSÃO

Para Bauman (1998, p. 106, grifo do autor), “[...] é difícil ver os conteúdos da experiência através das paredes da teoria. Muitas vezes tem de furar as paredes – ‘desconstruí-las’, ‘descompô-las’ – para ver o que elas escondem”. É por isso que na elaboração deste artigo eu não me restringi apenas aos textos teóricos; eu fui às ruas de Cuiabá-MT para trazer experiências e histórias subjetivas de um tipo específico de grupo neotribal (MAFFESOLI, 2008): os flanelinhas.

A escolha por estudar o cotidiano dos flanelas se assentou no fato de eles (ao menos o sujeitos que escolhi à pesquisa) se enquadrarem no conceito de informalidade, característica que se estende a outros grupos, como por exemplo, prostitutas e vendedores ambulantes.

Quando se compara os produtos oferecidos pelas prostitutas de um lado, com os vendedores ambulantes de outro, percebemos que aquelas, assim como os guardadores de veículos, comercializam serviços e não objetos. Porém, entre prostitutas e flanelinhas existe uma e fundamental diferença: as primeiras oferecem um serviço que os clientes estão dispostos a pagar já que eles se deslocam até as profissionais do sexo, enquanto que os segundos oferecem serviços desnecessários aos olhos dos clientes, obrigando-os a desenvolver artimanhas que convençam os motoristas a aceitarem o serviço proposto.

Conhecer estas estratégias de persuasão empregadas por flanelas frente aos potenciais clientes, bem como os riscos aos quais estão sub-

metidos pelo fato de trabalharem nas ruas, tornou-se o objetivo central de meu trabalho, que após quatro meses e meio de observação participativa, permitiu-me apresentar não apenas as artimanhas empregadas no dia a dia pelos arrumadores de veículos, como igualmente abordar questões que ‘atravessam’ os sujeitos pesquisados tais como a legalidade do ofício, a aquisição e preservação dos pontos definidos como minas, as tipologias dos flanelas e motoristas, entre outros assuntos.

Ademais, com a experiência *in loco* também pude perceber e demonstrar, mesmo que apenas por singularidades, as tensões existentes entre protagonistas e coadjuvantes da fachada social escolhida à pesquisa: as ruas e a avenida do Shopping 3 Américas em Cuiabá. Tensão dialética que nasce da (in)certeza de os flanelinhas vigiarem o veículo quando o condutor aceita pagar pelo serviço oferecido, ou da (in)certeza de ter o veículo depredado quando se recusa o serviço oferecido.

Do contato direto e diário com os guardadores de automotores, após sucessivas observações e reflexões, busquei dar à atividade dos flanelas uma legitimidade, não no sentido de tornar a prática legal, visto que ela já está regulamentada, mas mostrar que a relação dos flanelas com essa atividade se dá às margens da lei e também da sociedade, ao mesmo tempo em que se produz singularidades simbólicas e economias criativas, isto é, modos de ganhos financeiros diferentes dos ‘aceitos’ pelo modelo (neo)liberal vigente.

Na prática, mesmo que o flanelinha seja honesto, pois existem (mesmo que somente uma minoria) aqueles que são, todos eles no dia a dia são, sem distinção, tipificados pelo senso comum como humanos marginais e excluídos – no sentido moral, legal e capital; estigma que só faz aumentar o desejo de afastamentos daqueles que se cruzam com eles.

Superar o estigma pejorativo atribuído aos cuidadores de veículos é, sem dúvida, uma das formas de superar os ritos de evitamento, que enquanto reciprocidade negativa, só faz alimentar a ideia de exclusão social, uma vez que entre os transeuntes o que predomina é a ideia de serem os flanelas pessoas drogadas e perigosas, dispostas, sempre que possível, a realizarem roubos e furtos para alimentarem seus vícios.

Diga-se de passagem, o estereótipo de indivíduo drogado e perigoso é tão intenso que os próprios arrumadores passam a ter sobre si próprios uma visão estigmatizada (mesmo que honestos), ou seja, eles – mesmo que não sejam – se colocam e se comportam como marginais; incorporação que, infelizmente, acaba reproduzindo e retroalimentando o referido estigma que, conseqüentemente, continua a colocar às margens qualquer sujeito que para sobreviver subverta os arquétipos modernistas de civilidade.

Quebrar esse ciclo para alcançar a moralidade no ato de ‘flanelar’ é primordial. Tal mudança implica na alteração de um complexo campo

simbólico, o que exigiria políticas públicas de inclusão social e muito tempo não só para a recuperação dos guardadores viciados, como também para a profissionalização do ofício e a formalização da ocupação junto às autoridades competentes, que se associadas às campanhas publicitárias de conscientização e luta contra pré-conceitos, tendem a acelerar o processo de legitimação legal e aceitação moral da ‘flanelagem’ como profissão.

Longe de serem receitas infalíveis, as medidas supracitadas surgem como primeiros passos para a transformação dos ritos de evitamento em reciprocidade positiva, cuja tentativa, por experiências de acertos e erros, ditaria outros e novos modos de acabar com o estereótipo que enquadra os flanelas como indivíduos socialmente nocivos não apenas aos condutores, mas igualmente a qualquer cidadão e a si próprios.

NOTAS

¹ De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) é chamado de ‘flanelinha’ ou ‘flanela’ aquele que é guardador autônomo de veículos, guardador de carro/moto ou orientador de tráfego para estacionamento. Há também outras denominações como, por exemplo, ‘arumador’, ‘vigilante’ ou ‘cuidador’.

² “A este método chamei, há anos, o método da paginação, por se propor recuperar para o ‘centro da página’ [...] as expressões culturais que têm sido consideradas à margem. Recentemente, Pina Cabral retoma a filosofia deste método ao partir da concepção de liminaridade/marginalidade que ‘traz as margens para o centro’, margens que se revelam terreno privilegiado para a reconstrução das estruturas” (PAIS apud PAIS, 2001, p. 374, grifo do autor).

³ A redução de ‘todos’ para ‘alguns’ ocorre porque na realidade poucos são, de fato, os flanelas que guardam os veículos, geralmente os não usuários de drogas ou usuários de drogas leves (cigarro, álcool e maconha), que veem o que fazem como profissão e não como enganação.

⁴ No Direito, o público só se torna privado ou momentaneamente privado por privatização e concessão, respectivamente. O ato legal de ‘flanelar’ em áreas públicas seria uma concessão que, diga-se de passagem, nenhum dos guardadores que atuam nos arredores do Shopping 3 Américas possuem, podendo, a qualquer momento, serem retirados do local por autoridades públicas.

⁵ Para Pais (2001) a própria atividade de arrumar os carros já é uma forma de inventar, fazer ou pressionar dinheiro. A essa maneira de agir dos flanelas, Certeau (1998) dá o nome de modos de operação ou esquemas de ação, ou seja, não é o indivíduo (flanela) quem determina a relação; ao contrário, a relação é quem determina a ação do indivíduo.

⁶ Guardadores de veículos automotores titulares ou fixos são aqueles que, há muito tempo, oferecem, em uma mesma localidade, seus serviços de vigilância. Por conseguinte, a temporalidade, enquanto construção social das ruas, confere-lhes, perante outros trabalhadores informais, o direito de posse do espaço ocupado e alguns poderes de decisão.

⁷ Guardadores de veículos automotores avulsos são aqueles indivíduos que, ora ou outra, aparecem em espaços já apropriados por outro(s) flanelinha(s), que, por uma questão de networking, aceitam, por curtos períodos (geralmente alguns dias), dividir os ganhos de seu território.

⁸ Guardadores de veículos automotores penetras são os sujeitos não aceitos em regiões com flanelinhas titulares. Eles agem de duas maneiras: ou tentam se apropriar em definitivo de espaços lucrativos já ocupados ou tentam, paralelamente, usurpar os ganhos dos titulares, que nem sempre conseguem vigiar todo o seu território. Alguns penetras chegam a cometer crimes ou depredar veículos na região pretendida. O objetivo é forçar o poder público a retirar os veteranos do local.

⁹ No Código Civil brasileiro, Lei nº 10.406/2002, a usucapião é tratada pelo artigo 1.238 e seguintes: “Art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis. Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo”.

¹⁰ “X9 significa dedo-duro, fofoqueiro, delator, linguarudo, entre outros. Essa expressão teve origem na história em quadrinhos americana, inicialmente publicadas em tiras de jornal, em 1934. O detetive X-9 era um agente secreto que trabalhava numa agência sem nome, que depois passou a ser denominada FBI, durante um período em que esse órgão gozava de popularidade. No Brasil [...], X9 era também o nome dado aos presos do extinto presídio do Carandiru, em São Paulo, que ficavam no Pavilhão X9,

que eram informantes da polícia que recebiam delação premiada [...]” (SIGNIFICADO, 2015).

¹¹ Durante a gestação, ela recebeu apoio de assistentes sociais ligadas a uma igreja evangélica, que financiou todo o seu tratamento contra o vício.

¹² Gíria que, entre os usuários de drogas, significa não consumir drogas ou não consumi-las com frequência.

¹³ “Pessoa que está drogada. O termo é uma derivação de paranoia, a qual consiste em problemas psíquicos que formam um delírio sistematizado; já a palavra *noiado* se relaciona a quem sofre desses delírios, porém, neste caso, as alucinações acontecem pelo uso de entorpecentes” (NOIADO, 2015).

¹⁴ Refere-se às áreas urbanas definidas pela prefeitura de cada cidade como regiões que exigem dos motoristas o pagamento de tarifas municipais como permissão para estacionarem em vias públicas localizadas em áreas centrais com intenso comércio e trânsito de veículos. As taxas cobradas dos condutores pelos órgãos públicos têm, em tese, três objetivos: gerar emprego (normalmente para jovens aprendizes), gerar renda para o município e promover a rotatividade de veículos.

¹⁵ “O uso da noção [por Maffesoli] era metafórico, para dar conta de formas supostamente novas de associação entre os indivíduos na ‘sociedade pós-moderna’: o autor fala em ‘neotribalismo’. Seriam essencialmente ‘microgrupos’ que, forjados em meio à massificação das relações sociais baseadas no individualismo e marcados pela ‘unissexualização’ da aparência física, dos usos do corpo e do vestuário, acabariam, mediante sua sociabilidade, por contestar o próprio individualismo vigente no mundo contemporâneo” (FREHSE, 2006, p. 171, grifo do autor).

¹⁶ A ameaça não é necessariamente algo declarado, na medida em que essa reciprocidade negativa se vale mais de históricos do local e do estigma existente sobre os flanelinhas da cidade (e também da região), do que da direta ameaça enunciada por eles que, ao contrário da indireta, pode trazer seríssimos problemas com as autoridades de segurança pública.

¹⁷ Também pode ser chamado de professor, bacana, amiguinho, grândão ou truta.

¹⁸ Também definido como miserável ou mão-de-vaca.

¹⁹ Os únicos motoristas que os flanelinhas não têm a preocupação de abordar quando estão a estacionar são aqueles que fazem uso de carros e motos com logomarcas de empresas, pois a ameaça psicológica de depredação do veículo não atinge os condutores; eles não são os proprietários dos mesmos. O prejuízo de dano ao patrimônio, em tese, seria todo da empresa. Contudo, há outros problemas percebidos pelos guardadores nesta questão. E se couber ao motorista empregado arcar com o prejuízo ou mesmo vir a ser demitido? Ele poderá voltar ao local para cobrar do responsável.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2001. (Coleção Travessia do Século.)

BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998. p. 106.

BEZERRA, Ada K. Guedes. A pesquisa etnográfica e as especificidades da observação participante. *Revista Vinheta*, Patos, v. 1, p. 1-18, 2010.

BRASIL. Lei nº 6.242, de 23 de setembro de 1975. Dispõe sobre o exercício da profissão de guardador e lavador autônomo de veículos automotores, e dá outras providências. Brasília, DF, 24 set. 1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6242.htm>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF, 10 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 18 out. 2013.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FEYERABEND, Paul. *Adeus à razão*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

FREHSE, Fraya. As realidades que as “tribos urbanas” criam. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 171-174, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100012>. Acesso em: 21 nov. 2013.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

JACQUES, Paola B.; BRITTO, Fabiana D. Corpografias urbanas: as memórias das cidades nos corpos. *Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, v. 10, n. 3, 2012.

LOTMAN, Iuri Mikhailovich. *La semiosfera I*. Semiótica de la cultura y del texto. Madrid: Frónesis, 1996.

MAFFESOLI, Michel. *Elogio da razão sensível*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

NOIADO: significado de noiado. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/noiado/1318/>>. Acesso em: 01 jan. 2015.

MOL, Annemarie. Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas. In. NUNES, João Arriscado. *Objectos impuros*. Experiências em estudos sociais da ciência. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

PADILHA, Maria Itayra Coelho et al. A responsabilidade do pesquisador ou sobre o que dizemos acerca da ética em pesquisa. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 14, n. 1, p. 96-105, 2005.

PAIS, José Machado. Jovens “arrumadores de carros”: a sobrevivência nas teias da toxicodependência. *Revista Análise Social*, Lisboa-Portugal, v. 36, p. 373-398, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Subjetividade, cidadania e emancipação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra-Portugal, n. 32, p. 135-191, jun. 1991.

SIGNIFICADO de X9: o que é X9. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/x9/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

O PÊNDULO DE EUCLIDES - RESENHA

Marcelo Brito da Silva (IFMT)

Mestre em Literatura e Diversidade Cultural
marcelo.silva@roo.ifmt.edu.br

FONSECA, Aleilton. *O pêndulo de Euclides*: romance. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

“Tudo já está dito; mas, como ninguém escuta, é preciso sempre recomeçar.” Esta frase de André Gide, que encontramos no primeiro capítulo d’*O pêndulo de Euclides*, será a senha que abrirá a trajetória do professor universitário, personagem central do romance, em busca de uma nova versão para a Guerra de Canudos, que ele deseja concretizar através de “um ensaio, uma entrevista, ou mesmo um romance, em que uma voz sertaneja narrasse os eventos da guerra” (FONSECA, 2009, p.14). Essa passagem aponta tanto o caráter metaficcional da narrativa quanto sua perspectiva histórico-revisionista, que se alimenta da convicção de que a discussão sobre Canudos ainda não foi exaurida.

No romance, o próprio Euclides da Cunha torna-se personagem, sendo, inclusive, entrevistado pelo protagonista. Esta é a segunda vez que Aleilton Fonseca homenageia com um romance um grande escritor brasileiro, transformando-o em personagem de ficção - em 2006, com *Nhô Guimarães*, foi a vez de Guimarães Rosa. Apostando nesse tipo de narrativa híbrida, que mistura realidade e ficção, Aleilton Fonseca constrói um instigante diálogo intertextual e propõe, desta feita, um novo olhar sobre a tragédia canudense, investigando suas lacunas, preenchendo os vazios da história e provocando o leitor a reavaliar as versões oficiais.

Mas fica evidente na teia ficcional o compromisso estético da obra que transcende o aspecto documental. Embora tenha empreendido uma “pesquisa de campo” antes da conclusão do livro, o seu autor utiliza os dados da realidade como pontos de partida para os voos da imaginação, a fim de conferir à narrativa a necessária dose de verossimilhança. Um exemplo disso é o modo como o narrador explica a “mudança de opinião” de Euclides sobre o conflito, principal argumento do romance, a começar pelo título.

A mudança de posição de Euclides sobre o conflito aconteceu historicamente, mas o modo como isso se deu é explicado “ficcionalmente” no romance. Antes de manter contato direto com os conselheiros, o autor d’*Os Sertões*



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

era defensor da ação militar. Mas, chegando ao Arraial de Belo Monte, a partir da experiência *in loco*, ele muda de opinião. Essa experiência é o ponto alto do romance: Euclides trava contato direto com um canudense, e este, naquele momento, ganha o estatuto de personagem símbolo da força e da dignidade dos sertanejos que, inspirados por Antônio Conselheiro, lutavam apenas pela fé, pela terra e por suas famílias.

O livro, assim, registra a oscilação do “pêndulo de Euclides” e, não apenas isso; avalia suas motivações e as limitações de sua mundividência. A discussão sobre a obra euclidiana ganha destaque na narrativa, num tom que concilia o coloquial ao erudito, através dos diálogos travados pelo trio de intelectuais que empreendem uma visita à cidade de Canudos. Esta é descrita em detalhes por um narrador-personagem que não esconde sua admiração pelo lugar e por sua história, numa prosa que em vários momentos se confunde com poesia, especialmente no que tange à descrição da paisagem sertaneja.

A versão “interna” da Guerra é revelada pelo velho sertanejo, “seu” Ozébio, personagem que ganha voz de destaque no livro. Ele, “guardião de muitas memórias” (FONSECA, 2009, p.202), a princípio resiste em contar suas lembranças ao protagonista (este não é em nenhum momento nomeado), pois teme que suas palavras sejam “falseadas” pelas bonitezas da prosa dos doutores letrados. Quando enfim resolve contar as histórias herdadas do pai e do avô, recomenda: “o senhor anote o meu justo falado” (FONSECA, 2009, p.44) e, mais adiante, “agora o senhor vá e corrija os livros” (FONSECA, 2009, p.53).

O livro faz o registro da vida e dos costumes sertanejos da região de Canudos, retratando aspectos da culinária, das festas religiosas, da linguagem e até da economia da cidade atual. Várias figuras humanas são apresentadas, como tipos regionais bem característicos: a hospitaleira Dona Elza, proprietária da pensão, o simpático Estevo de Madá, vendedor ambulante e o prático Domingos, guia turístico. Acrescente-se aí o já mencionado “seu” Ozébio, velho cismado e desconfiado como tantos outros do sertão baiano.

O autor revela no livro uma prosa vigorosa que equilibra ação e reflexão, alternando passagens descritivas sobre o sertão e sua gente e diálogos de tom ensaístico, mas sem academicismos. A narrativa surpreende quando quebra o encadeamento lógico e adentra a esfera do fantástico, como na parte intitulada “Auto de Belo Monte”. Merecem destaque também “Os fogos da guerra”, como atestado do domínio da linguagem e do poder de fabulação de Aleilton Fonseca.

O *pêndulo de Euclides* constitui um chamado de consciência que levará o leitor a perceber que “dentro do nosso coração ainda bate o sino da igreja do Conselheiro” (FONSECA, 2009, p.207) e que a discussão sobre Canudos ainda está em aberto.

PROFESSORA JULIA WANDERLEY E AS MULHERES NA EDUCAÇÃO: ENTRE CONCESSÕES E CONQUISTAS

Silvete Aparecida Crippa de Araújo

Professora nos cursos de Pedagogia e Especialização em Docência Superior na Faculdade Doutor Leocádio José Correia (FALEC) Mestre e Doutoranda pela Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação (PPGE-UFPR).

silvete_falec@hotmail.com/silvetecrippa@gmail.com

RESUMO

O presente artigo resulta da pesquisa referente a um período da História da Educação em que a formação da professora primária, através da Escola Normal, foi constituída enquanto uma representação da redentora da sociedade brasileira tendo no Paraná a professora Julia Wanderley como uma destacada representante dessa nova mentalidade. A influência dos ideais iluministas e liberais deu início à construção de um projeto que pretendia civilizar, moralizar e fazer progredir a sociedade tendo na escola primária, através da proposta de uma educação para todos, instrumento redentor e organizador da população fomentando uma nova cultura escolar. Esta investigação também pretendeu analisar os motivos do espaço educacional que era exclusivamente masculino ceder lugar a novas práticas femininas bem como abordar a relevância de Julia Wanderley na consolidação da feminização no cenário paranaense da época. Compreende-se que a presença da mulher de classe média, gradativamente passou do espaço privado ao público, e esta foi se consagrando como uma profissional necessária para a escola pública primária, conformando assim a profissão de professora normalista e dessa forma contribuindo na organização das estratégias para melhor satisfazer aos interesses vigentes de uma época.

Palavras-chave: Julia Wanderley. Feminização do Magistério. Escola Primária.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

ABSTRACT

This article is the result of research corresponding to a period of History of Education in the training of primary teacher through the Normal School, was set up as a redeeming representation of Brazilian society with the Paraná Professor Julia Wanderley as a leading representative of this new mentality. The influence of the Enlightenment and liberal ideals has started construction of a project intended to civilize, moralizing and advance society having in primary school, by proposing an education for all, a redemptive instrument and organizer of the population by promoting a new school culture. This research also sought to analyze the reasons for the educational space that was exclusively male give way to new female practices and to discuss the relevance of Julia Wanderley consolidation of feminization in Paraná setting the time. It is understood that the presence of middle-class woman, gradually became the private space to the public, and this was being consecrated as a professional required for public elementary school, thus shaping the profession of teacher normalista and thus help in the organization of strategies to better meet the current interests of the time.

Keywords: Julia Wanderley. Feminization of the Magisterium. Primary School.

INTRODUÇÃO

Ao investigar o tema feminização do magistério algumas questões são suscitadas tendo vista como a apropriação da mulher de classe média no espaço educacional da Escola Normal e da Escola Primária no Brasil, mais especificamente no Paraná, se tornou majoritariamente um espaço do feminino.

No Brasil no final do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, seguindo a tendência europeia e norte americana, a mulher passa a circular por novos espaços sociais e a escola passa a ter função de difusora de um novo modo de vida apontado como civilizado, constituída sob o signo da modernidade, da nacionalidade, da ordem, da moral e da racionalização. Arelado a este ideal, serão destinados espaços específicos para formação de professores das primeiras letras, com métodos, saberes e hábitos adequados às novas demandas sociais, políticas e educacionais e um novo ideal de professor foi sendo criado, 'a professora normalista primária'. A escola começou a ser organizada como espaço

da ordem e do disciplinamento, com economia de gestos e tempo, a nova racionalidade¹ constituirá uma nova forma escolar² de usar o tempo, ocupar os espaços e gerenciar todo o trabalho pedagógico.

Compreender nas mudanças as continuidades e rupturas, resistências e flexibilizações daquela época em particular, são de grande relevância para melhor conhecer, estudar e compreender como foi sendo conciliada uma nova proposta educacional brasileira aliada a novas práticas pedagógicas e a necessidade da inserção da mulher na escola pública primária e na escola normal. No final do séc. XIX e início do XX a única atividade tida como ideal, recomendada para a mulher de classe média era a de professora ou enfermeira, a qual era apresentada como vocação natural da mulher, um prolongamento de suas próprias atividades de mãe e dona de casa, ou uma forma de exercer maternagem simbólica³.

Em meio a esse contexto social e político viveu Julia Wanderley⁴, rememorada no Paraná como a primeira mulher a pedir permissão para participar presencialmente do curso normal na capital do Estado, até 1890 era um local frequentado apenas por rapazes, e essa professora representará os anseios e interesses de uma época, em especial da mulher da classe média. Haja vista que para as mulheres o curso primário era o que lhes convinha, é que se verifica numa publicação no Jornal da capital paranaense A República de 03 de janeiro de 1890, referente ao programa da Escola Realista que funcionava, como internato e externato, na rua Riachuelo, nº 25:

Este collegio reabrirà suas aulas a 8 do corrente mez de Janeiro.
- PROGRAMMA LECTIVO -
Ensino de 1º, 2º, e 3º graus, ou INFANTIL, PRIMARIO E SECUNDARIO.
1º grau – Aula mixta para meninos e meninas de 5 até 10 annos de idade
2º grau – Aula somente para meninos de 10 até 13 annos.
3º grau – Aulas de preparatorios para meninos e moços com condições de frequentarem. (A REPÚBLICA, 1890, p. 4, grifos no original)

Seria essa exclusão um dos motivos para a professora Julia se empenhar em favor da feminização do magistério no Paraná? Possivelmente sim. Julia Wanderley conseguiu se formar no 2º grau como normalista e trabalhou como professora primária durante o final do período imperial, passando no republicano a ser também diretora do Grupo Escolar Tiradentes, a primeira mulher no estado do Paraná a assumir tal cargo, também foi membro do Conselho Superior do Ensino Primário do Paraná. Nesse tempo decorrido Curitiba como outras cidades brasileiras, sofria um

imperioso recrutamento de profissionais femininas para atender a difusão da educação entre uma população de origens e hábitos diversificados.

Nas primeiras décadas do século XX, uma nova cultura escolar⁵ vai se configurando, com a presença das massas e das mulheres na escola, é neste contexto que analisamos Julia Wanderley, inserida numa sociedade que deseja se consolidar através do ideal de progresso e da ordem, com a pretensão de utilizar a escola pública primária, liderada pelas professoras, como um agente de modernização e civilização. Esta investigação pretende apresentar os aspectos atrelados à entrada da mulher no magistério, a nova missão da professora primária e a feminização da Escola Normal no Paraná atrelada e personagem Julia Wanderley, bem como inquirir se a ocupação feminina no magistério primário foi uma conquista da mulher ou uma concessão masculina.

DE PROFESSOR A PROFESSORA – UM CAMINHAR NECESSÁRIO

Quando analisamos as relações de desigualdades, de enfrentamentos e de submissões no decorrer da história do ser humano, nos é possibilitado compreender como a mulher foi sendo constituída e se constituindo enquanto gênero⁶ feminino e quais as conquistas e concessões que teve para poder se desvencilhar de um convívio estritamente privado, em especial pela via do trabalho na docência primária, o qual estrategicamente foi se tornando um trabalho próprio ao sexo feminino.

Desde 1827, a Lei Geral da Instrução Pública determinava que, no Brasil, deveriam existir escolas “de meninas nas cidades, vilas e lugarejos mais populosos em que os presidentes das províncias, em conselho, julgassem convenientemente este estabelecimento” (BASTOS, 2005, p. 36). Assim, timidamente, a defesa de um espaço educacional para as mulheres foi iniciada, mas, as dificuldades eram muitas, as possibilidades de estudo restritas, e seria desta forma ainda por vários anos. Num primeiro momento a mulher foi contemplada para estudar, porém não muito, apenas na escola primária, depois foi estimulada a continuar os estudos e exercer o magistério, basicamente trabalhar com o ensino primário e ajudar a civilizar e moralizar a nação, pois era insuficiente e precária a formação dos professores na época. O Paraná irá incorporar esse ideal, e outros Estados também, após realizar pesquisa sobre a produção da infância em Minas Gerais, Veiga (2005, p. 101), menciona que no “relatório de Assis Martins, 1873, encontra-se pela primeira vez registrada a ideia de que o magistério é um trabalho para mulheres, pela garantia de moralidade, de docilidade e paciência para com as crianças”, ideal que irá se propagar no Brasil.

A precária formação dos professores era item recorrente na pauta dos governantes brasileiros desde meado do século XIX. A criação, em 1835, da primeira Escolar Normal brasileira, a Escola Normal da Corte (em Niterói), foi uma tradução desta preocupação. Entretanto, os debates e propostas sobre o tema formação de professores e as diversas mudanças pelas quais passaram as escolas normais no Brasil, foram muitas vezes mais pautados por disputas políticas do que por intenções referentes a uma educação de excelência.

Em Curitiba, o presidente Adolfo Lamenha Lins, na década de 1870, depois de avaliar como precária a situação da instrução pública do Paraná propõe a criação de um Curso de Preparatórios ou Estudos Propedêuticos, associado a uma Escola Normal, que seria a primeira de Curitiba. Em meados do século XIX as cadeiras⁷ do magistério do Paraná eram de preferência regidas pelos homens, poucas reservadas às mulheres, a exemplo de Rita Anna de Cássia França, primeira professora para meninas em Curitiba a ser servidora pública na então 5ª Comarca de São Paulo⁸, a qual iniciou seu trabalho docente em janeiro de 1835. Para conseguir tal instrução que lhes possibilitasse exercer o magistério muitas vezes essas mulheres estudavam sozinhas ou, as que tinham condições financeiras, pagavam professores particulares, para depois prestarem os exames vagos perante uma banca que as habilitariam a lecionar. Julia Wanderley também percorreu em parte esse caminho em busca da sua formação para exercer o magistério.

A feminização do magistério que começava a se evidenciar no final do regime Imperial e fortalecida e ampliada após a institucionalização da República, estará intimamente relacionada a indisciplina dos alunos, a grande dificuldade de aprendizagem dos mesmos, baixos salários e a crescente fiscalização do estado, motivos que geraram o desinteresse dos homens pela docência primária, desânimo que se observa na carta do professor Jerônimo Durski quando lecionava em Palmeira⁹, em 1870, ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, a qual demonstra as dificuldades da profissão quanto às exigências governamentais descabidas referentes aos 'alunos prontos', ao pouco tempo disponibilizado para o aprendizado dos alunos e aos costumes enraizados, o que refletia no resultado inadequado dos exames feitos:

Na verdade que não apresentei os alumnos promptos; porque nem os Anjos do ceo poderiam fazer isto no espaço de um anno: e (eles mesmos) nem também e em dous anos, como Va. As. pede. Os exames para os alumnos da instrucção primaria prontos pela forma que prescreve o Regulamento de instrucção publica, querendo fazer consciencioso um professor, quando recebe alumnos que nada sabem, se faz em espaço de três anos para isto é necessa-

rio que os alunos visitem a escola com toda pontualidade ... Eu quis mudar o costume do lugar e declarei varias vezes, que aluno que entra na escola e está matriculado, não deve sahir até que faça o exame. Mas eles não respeitão isso e procedem pelo costume; assim o professor fica desrespeitado pelos seus esforços. (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, 1870, p.43).

Seria esse apenas o desabafo de um professor? Certamente outros homens que atuavam no magistério estavam desanimados. A partir do desabafo do professor Durski, é possível avaliar o quanto o professor não estava satisfeito com o trabalho realizado no ensino primário, o que possivelmente ocorria com outros professores, por conta da estrutura física precária, hábitos diversos da população, supervisão e cobrança dos professores de forma mais ostensiva por parte do governo da Província. E quanto ao salário, seria pelo menos atrativo? Historicamente sabemos que não. Estes e outros aspectos foram afastando os homens do magistério e, concomitantemente da escola Normal.

No Paraná verificou-se que em 31 de julho de 1876, primeiro ano de funcionamento da Escola Normal, eram 6 os alunos matriculados e 5 foram aprovados. No segundo ano a frequência foi de 2 alunos e apenas 1 foi aprovado. Fato desalentador e que reflete o descontentamento masculino com a docência. A Escola Normal continuava quase nada atrativa, pelo menos aos homens, haja vista que no ano de 1886, de acordo com Carvalho (2008, p.14), tinha "sido frequentada apenas por 2 alunos, e destes nenhum se haja preparado". As discussões e esforços para aumentar o número de matrículas pareciam inúteis e os gastos para a manutenção da instituição começavam a preocupar o governo (STRAUBE, 1993, p. 26-29). Visto como se configurava a Escola Normal qual foi saída para o governo da época? É possível considerar que para o governo da Província era muito investimento no magistério de 2º grau para quase nada de retorno dos professores normalistas, contudo uma nova estratégia para ampliar a presença dos estudantes no magistério se vislumbrou a de recrutar as mulheres para o ofício de ensinar as crianças. O que ocorreu com sucesso.

A organização da escola normal, enquanto instituição isolada enfrentava sérias dificuldades, devido a situação financeira das províncias e, também pela baixa procura de candidatos ao magistério, em virtude do descrédito da profissão docente pelos motivos já destacados.

De modo geral as escolas normais tiveram uma frequência reduzida até próximo ao final do Império e a baixa frequência se deu, principalmente pelo pouco prestígio que os professores e a própria instrução pública gozavam naquele período ... um

projeto mais consistente de escola normal foi legado à República, porém as experiências de institucionalização das escolas normais no século XIX foram fundamentais para que tais projetos fossem melhorados no século XX. (CARVALHO, 2008, p. 14-15).

O tema sobre a necessidade de formar novos professores e da boa formação desses também circulava no Paraná especificamente na capital Curitiba, e os jornais da época, algumas vezes em meio a outras notícias ou informações, também abordavam o assunto. O jornal *Dezenove de Dezembro*, em 17 de março de 1877, publicou o Relatório de julho de 1876, que o presidente da Província, Adolpho Lamenha Lins, havia apresentado na Assembleia Legislativa do Paraná, no relatório o presidente afirma a necessidade da escola normal para a regeneração, ou seja, para a civilização dos professores paranaenses: “A fundação de uma escola normal¹⁰ assegura em futuro mais ou menos próximo a regeneração do professorado”. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1877, p.1).

A escola normal se constituía num local para inculcar aos novos profissionais do ensino o ideal regenerador da civilização? Supostamente sim. Observou-se que no Brasil imperial as escolas normais eram de exclusividade masculina e os bancos da escola primária também. Eram variadas as concepções e formas de educação da mulher neste período¹¹, o discurso hegemônico sobre a educação da mulher defendia que elas deveriam ser mais educadas pelos princípios da moral, dos bons costumes do que instruídas, já que seu destino era o de ser esposa e mãe, não necessitando mobiliar¹² sua cabeça com informações e conhecimentos.

Todavia a mulher já começava a ser reconhecida como necessária para auxiliar a expandir o ensino primário, precisando de um mínimo de conhecimento. Por que agora a mulher? A princípio percebeu-se uma forma de arranjo político para driblar a falta de interesse dos homens para trabalhar com a docência primária bem como uma resolução de baixo custo para minimizar os problemas financeiros da Província¹³. No tocante a mulher sua presença passa a ser indispensável para colaborar na diminuição de custos do governo, e terá como função primeira a de ajudar a instruir e moralizar a própria família. É o que expressa Zacarias de Góes e Vasconcellos¹⁴, em seu relatório em meados do século XIX, quando afirma que:

Com efeito, a instrução de sexo feminino não só he huma divida sagrado do estado para essa parte tão importante da sociedade, mas, e mui particularmente sobresahe como hum dos meios mais seguros e eficazes de derramar e generalizar para o povo o ensino primario e o verdadeiro progresso, visto que a experiencia mostra que não há, ou he mui raro, exemplo de mae que saiba

ler e escrever, cujos filhos por alguma circunstancia deixem de frequentar as escolas, não saibão ler e escrever, ensinando-lhes ellas nas suas horas vagas, á custa de todo sacrifício aquillo que aprendeo; de sorte que pode-se dizer que instruir as meninas he de algum modo crear uma escola em cada família! (PROVINCIA DO PARANÁ. RELATÓRIO de 1854, p.14),

Na sequência de seu relatório Zacarias de Góes e Vasconcellos prossegue o motivo do homem 'comum' não ser incumbido de tal da função o de auxiliar no progresso via instrução aos filhos, onde se verifica uma outra destinação ao trabalho masculino, especificamente dos homens que não pertenciam a classe mais abastada da sociedade paranaense:

Outro tanto não se pode asseverar da instrucção dada ao homem, por que esse, principalmente se he pobre, preocupado com os trabalhos que lhe dão subsistência, nem tempo tem de interrogar os filhos sobre o progresso, que fazem nas escolas, quanto mais servi-lhes de mestre! (PROVINCIA DO PARANÁ. RELATÓRIO DE 1854, p.14).

Outros fatores determinariam o afastamento dos homens da escola primária, no decorrer do século XIX, como os baixos salários a falta de espaço apropriado e o rígido controle exercido pelo governo local, segundo Strapasson (2014, p.16), no final do século XIX, outro problema que se apresentava era o salário dos professores de 800 réis por dia. Quando comparado aos ganhos de um carpinteiro ou pedreiro de 2.000 réis por dia, observava-se o absurdo de tal remuneração. Além disso, os professores também se viam forçados a alugar casas maiores para suas aulas e arcar com os custos. É preciso analisar o quanto a presença da mulher na escola normal e como docente da escola primária foi mais um episódio de uma emancipação sob tutela do que o resultado de lutas por um espaço social reconhecido no mundo educacional e do trabalho?

As mulheres foram, no entanto no final do século XIX, por múltiplos fatores ocupando o espaço a elas favorável na escola normal e assumindo a responsabilidade pela instrução primária das crianças em decorrência do ideal presente na época referente ao amor e atenção que as mulheres portavam para auxiliar o progresso da nação. A escola pública primária será pensada nesse contexto de crescimento e diversificação lenta e constante das possibilidades de trabalho. Incumbida se achava a escola de fornecer a base, preparar as crianças, meninos e meninas, filhos de imigrantes ou não, para a vida morigerada e produtiva na sociedade. De ambos, pais e professores, dependeria o futuro da criança e o fortalecimento da Pátria, ideal inculcado nos normalistas do período.

É possível perceber o quanto Julia Wanderley estava imbuída desse ideal quando escreve seu relatório escolar de 1905, o qual será transcrito na revista *A Escola* de 1906, no início do século XX:

Effectivamente, a criança, constituindo o enlevo dos paes, é também a alegria da família e a esperança da patria, e, assim sendo, o professor que recebe o deposito de tão preciosos germens, tem o sagrado dever de envidar os melhores esforços para que elles produzam os mais abundantes e sazoados fructos. (PETRICH, 1905, p.4).

O magistério era cada vez mais representado como uma profissão de amor, de entrega e doação. Julia Wanderley, como outras moças de sua época, pela convicção da importância dada a educação e/ou por necessidade financeira, se apropriou do espaço profissional representado pelo magistério, espaço cada vez mais reconhecido e valorizado socialmente como próprio da mulher 'de bem', o qual poderia colaborar com o engrandecimento da família e no sustento da casa, bem como com a sociedade, através da educação dos futuros cidadãos. Segundo Julia Wanderley os professores deveriam colaborar com a educação da família e também ficar atentos para corrigir as más inclinações que surgissem:

... [O professor deveria estar] atentamente estudando a índole da criança, acompanhando os seus passos e examinando suas aptidões, ele deve, com mão firme, sem vacilações e incertezas, traçar o plano da sua educação, afim de desenvolver-lhe as boas tendências e corrigir-lhe as más inclinações". (PETRICH, 1905, p.3, grifo nosso).

O professor e mais especificamente pontuando a professora tinha, portanto a função de auxiliar a família na educação das crianças. A mulher deveria ser virtuosa para assumir a função simbólica de pilar de sustentação do lar e educadora das gerações do futuro. A Escola Normal passa a ser uma alternativa para a instrução feminina com o atributo de imprimir nas normalistas os novos ideais civilizatórios e moralizantes, desta forma seria possível suprir a necessidade de mão de obra para o ensino primário, bem como se poderiam atender as metas liberais e democráticas de educação para todos. E a Escola Normal consegue muito bem desenvolver uma mentalidade¹⁵ própria às moças da época quando analisamos um relatório¹⁶ da professora Julia Wanderley referindo-se a função da educação¹⁷ no desenvolvimento total do ser:

A educação, promovendo o desenvolvimento physico, intellectual e moral da criança, é incontestavelmente a fonte principal do engrandecimento dos povos (...). Para isso a percepção, a atenção, o juízo, a memória, e a imaginação serão assim igualmente aperfeiçoadas e harmonicamente desenvolvidos (...) (PETRICH, 1905, p.2-3).

FIGURA 1 - JULIA WANDERLEY



FONTE: JULIA WANDERLEY - HOMENAGEM (*Poliantéia*), 1918

Um amplo projeto de moralização e regeneração da população vai se delineando, em especial nas primeiras décadas do início da República, tendo a escola das primeiras letras como o espaço privilegiado na constituição e legitimação de tais ideais, onde em especial as professoras terão à responsabilidade de incorporar e depois repassar este ideal civilizador e moralizador aos novos cidadãos. Na figura da normalista inteligente, ousada e capaz, Julia Wanderley será a representação deste ideal da mulher-professora, traduzindo anseios de seu tempo e do lugar onde viveu, visto que menciona tais anseios em outro relatório seu redigido no final de 1908.

Todos os filósofos consideraram a Moral como a base da educação, cumprindo, portanto ao professor primário o imperioso dever de instruir e moralizar os meninos confiados aos seus cuidados (PETRICH, 1908, p. 13).

As mulheres passaram a ocupar a maioria das cadeiras do magistério primário, e absorveram e fortaleceram e o ideal republicano sobre a importância da educação e do fortalecimento moral da população.

No final do século XIX, o rompimento de um modelo monárquico e a defesa de uma educação popular, inspirada nas nações consideradas modernas (a norte-americana e algumas europeias), era a grande empreitada da elite intelectual brasileira (GONDRA, 2004, p. 267).

Julia Wanderley nasceu na segunda metade do século XIX, o século que herdou o otimismo iluminista e os ideais da revolução francesa. Uma época em que a confiança na renovação e transformação do mundo fortaleceu a ideia de progresso e a valorização da ciência e da educação, que adentraram o século XX¹⁸, período marcado pelo paulatino crescimento urbano e industrial que, ao mesmo tempo, oferecia ao homem maior diversidade de trabalho e também apontava para a necessidade urgente de ampliar a escolarização primária da população. As mulheres se ocuparam desta tarefa, cada vez mais atrelada à noção de continuidade do cuidado infantil (indicado como próprio das mulheres) e cada vez menos atrativa para o sexo masculino, devido sobretudo aos baixos salários e pouca valorização social.

Desta forma, a partir do final do século XIX, uma profissão que era quase exclusivamente masculina, foi se tornando cada vez mais feminina (LOURO, 2004, p.449-450; ALMEIDA, 2004, p. 44). Portanto o empenho de Julia Wanderley em 1890, para participar de forma presencial, junto com os rapazes do curso da Escola Normal estava, portanto sintonizado com uma mentalidade que entendia o magistério primário como função feminina e que percebia a educação da população como parte fundamental dos “alicerces da sociedade moderna, garantia de paz, de liberdade, de ordem e do progresso social, elemento de regeneração social” (SOUZA, 1998, p. 26).

No período inicial da República, mesmo com todo discurso modernizador, ainda se presenciava na regulamentação da instrução pública a distribuição e o preconceito sobre as classes assumidas pelas professoras. A regência das escolas primárias do sexo feminino e das escolas mistas ficava a cargo das professoras, enquanto a regência das escolas masculinas, secundárias e a função de Inspetor de ensino cabiam quase

que exclusivamente aos homens. A mulher vai ocupando mais espaços, porém não sem descontinuidades, contradições e desafios.

JULIA WANDERLEY: UMA PROFESSORA NORMALISTA

Uma parcela significativa das mulheres brasileiras dos grupos sociais mais privilegiados, desde o período colonial até início do século XIX, foram submetidas a um tipo de alienação cultural¹⁹, controladas pelos homens, herdeiras e reprodutoras de costumes portugueses, eram vistas como seres próprios para o convívio privado da família, muitas delas sem qualquer instrução. Entretanto a história dessas mulheres está longe de ser uma história apenas de recolhimento e passividade, a exemplo da história da professora Julia Wanderley. Os anos finais do século XIX e iniciais do século XX apresentaram transformações importante no Brasil em razão de uma nova mentalidade que se configurava a respeito da formação dos professores, da entrada da mulher no magistério atrelada as novas legislações e, por conseguinte nova organização do ensino primário e do Ensino Normal.

Entretanto não foi sempre bem aceita a entrada das mulheres no magistério via Escola Normal, havia resistência de alguns políticos e intelectuais em aceitar a permanência de moças e rapazes na mesma sala de aula. É o que se observa em 1854, nas palavras de Zacarias de Góes e Vasconcellos, quando expõe sua contrariedade contra a lei de 16 de março de 1846, que aceita a frequência de ambos os sexos na mesma escola nos lugares onde não existam escolas específicas para cada sexo:

... a lei, á que alludo, não ligou á instrucção do sexo feminino, o gráo de importancia, á que tem direito, pois alem de não determinar a creação de cadeiras de primeiras letras para esse sexo, ao menos em todos os municípios, descarta-se do dever de proporcionar-lhe instrucção, mandando que as meninas vão frequentar as escolas do sexo masculino, onde as não houver especiais para o seo sexo ... autorizar a frequencia promiscua²⁰ dos dous sexos, só em ultimo resultado, e quando não houver outro recurso, se pode tolerar. (PROVÍNCIA DO PARANÁ. RELATÓRIO de 1854, p. 14-15).

Com o passar do tempo essas posições mais radicais foram dando lugar a uma nova configuração, ou seja, um novo projeto escolar primário respaldado por uma nova conformação da Escola Normal que foi se efetivando, ou seja, uma nova cultura escolar foi se constituindo com a mulher passando a estudar no mesmo local que os homens e passando a ser protagonista no universo educativo primário. Premissa que foi se consolidando no Paraná durante o período de transição do Império para a

República a qual teve na pessoa da professora Julia Wanderley uma fundamental contribuição.

Julia Wanderley nasceu no dia 26 de agosto de 1874 em Ponta Grossa²¹, cidade da província do Paraná. A família de Julia Wanderley por motivos silenciados, decidiu fixar morada em Curitiba a partir de 5 de outubro de 1877. Próximo de completar 7 anos, em 1881, Julia Wanderley começa a sua vida de estudante, num período em que Curitiba se desenvolvia, se urbanizava, devido à riqueza proporcionada pela exportação da erva-mate e pela exploração da madeira. A família de Julia Wanderley, segundo Erven (1945, p.19), “possibilitou que ela frequentasse aulas de bons professores e os melhores educandários da época”, o que pode ter representado um significativo gasto familiar, já que seu pai Affonso Wanderley era um comerciante em ascensão, e sua família não pertencia às famílias tradicionais do Paraná.

Como um morador do centro da cidade, frequentador dos círculos republicanos, Affonso Guilhermino possivelmente tinha ambições sociais, econômicas e até artísticas, mas isto não significa que a família tenha tido as mesmas facilidades das pessoas mais ricas de Curitiba, mesmo assim Julia Wanderley prosseguiu nos estudos (ARAUJO, 2013, p. 65).

Julia Wanderley expandiu seus horizontes ao deixar de vivenciar apenas o que ocorreria no ambiente privado, algo que, pouco a pouco, as jovens mulheres das chamadas “boas famílias” começavam a fazer. Como afirmam Maluf e Mott (1998, p. 368-369), essas moças “princiaram a se aventurar sozinhas pelas ruas da cidade para estudarem, abastecerem a casa ou para suprir outras necessidades pessoais ou familiares”.

As transformações durante o final do século XIX e início do XX, em Curitiba como em outras localidades brasileiras, fazia do magistério uma atividade cada vez mais feminina, tornando a docência primária uma extensão da maternidade, na qual cada aluno deveria ser visto como um filho espiritual da professora. A educação ganhou ênfase, segundo proposta do recém-instalado governo republicano, era urgente ampliar a instrução primária e para que esta mudança ganhasse em eficiência, era preciso valorizar a Escola Normal e atrair pessoas, no caso as mulheres, que estivessem dispostas a seguir uma profissão que não era das mais rendosas e valorizadas. Mas o que atraía as mulheres para exercerem tal função? Possivelmente a possibilidade de circular pela sociedade com maior liberdade. Outro o motivo que deve ter influenciado as mulheres da classe média a terem buscado trabalho no magistério seria a necessidade de precisarem trabalhar por sobrevivência ou por realização pes-

soal e social, pois a posição invisível ou subalterna no mundo doméstico lhes vedava tal realização (ALMEIDA, 1998, p.71).

E nessa perspectiva Julia Wanderley se empenha em efetivar sua matrícula como aluna presencial da Escola Normal, ela recorreu, entre o final de 1890 e início de 1891, ao então Diretor Geral da Instrução Pública, Monsenhor Alberto José Gonçalves que também era Diretor do Instituto (depois Ginásio) Paranaense e da Escola Normal, para que este interferisse junto ao governo do Estado para autorizar sua frequência. Sobre este fato, Raul Gomes escreveu:

Hoje que ha escolas publicas e particulares em abundancia; hoje que existem palácios providos de optimos professores gratuitos; hoje que não aprende a menina que não quer, ninguém avalia a serie de tropeços com que as moças luctavam para estudar outrora (GOMES, apud NEGRÃO, 1929, p. 610).

Importante ressaltar que algumas mulheres e homens já frequentavam juntos as aulas na Escola Normal da Corte desde 1880 e que os debates sobre a atuação feminina no magistério primário e sua formação para tal atividade eram temas correntes. Em sintonia com essas discussões e necessidades, o governo paranaense havia aprovado em 1882, poucos anos antes da proclamação da República, o *Regulamento do Instituto Normal e de Preparatórios da Província do Paraná* que previa a participação de ambos os sexos nas mesmas aulas da Escola Normal²², entretanto as mulheres não participaram prontamente dessa possibilidade de estudo.

Francisco Negrão ao relembrar o cenário educacional da cidade na qual Julia Wanderley viveu, faz um retrato nada animador da educação da mulher. Mesmo considerando que ele usa na construção de sua obra literária a forma descritiva para destacar a suposta ousadia e coragem de Julia Wanderley, suas palavras também revelam um pouco do período vivido pela professora.

Era, em primeiro lugar, a escassez de escolas. E quando havia estas eram primárias, não satisfazendo, portanto, as mais comensuráveis necessidades femininas quanto ao cultivo do intellecto. Os raros collegios particulares eram privativos de rapazes. Só os ricos e remediados podiam pagar professores (...) D. Julia Wanderley enfrentou todos os obstáculos e pela sua coragem, pela sua pertinencia conseguiu transpor os porticos da casa dos professores (NEGRÃO, 1929, p. 610).

Julia Wanderley viveu e morreu²³ em um tempo de transformação quanto ao papel da mulher no lar, e na “feminização do magistério”, sua

participação nesse processo foi muito significativa, mas não foi única: no Paraná as mulheres já atuavam na escola primária, já recebiam diploma da Escola Normal embora prestando “exames vagos” e a permissão para cursar presencialmente o curso normal foi concedida através da solicitação feita a um homem, ao Monsenhor Gonçalves, o qual levou pessoalmente o pedido ao Presidente do Estado. Este aprovou com a condição de que outras mulheres realizassem o curso junto a Julia Wanderley.

Nesse panorama, Julia Wanderley, Maria Rosa Gomes, Isabel Guimarães e Cândida Nascimento, começaram a frequentar as aulas do 1º ano da Escola Normal de Curitiba dia 16 de fevereiro de 1891. Foram também seus colegas de turma: Ernesto Luis de Oliveira, Veríssimo de Souza e Lourenço de Souza. É importante observar que já na primeira turma mista o número de moças supera o de rapazes, mas ainda é uma quantidade ínfima.

Segundo Erven (1945, p. 13), “[a] primeira turma de professoras normalistas foi imediatamente nomeada”. E não poderia ser de outra maneira, haja vista a grande falta de professores qualificados para atuar no ensino público primário, que precisava expandir. Esse processo da crescente presença feminina no magistério também foi observado em outros países no século XIX, como lembra Louro, e, mesmo variando de região para região, inclusive dentro de um mesmo país, esteve relacionado à maior urbanização e ao crescimento fabril ocidental (2004, p.449). Esse processo multiplicou as oportunidades de trabalho melhor remunerado para os homens e, também, tornou evidente a necessidade de educar crianças e jovens, pois eles viveriam em uma sociedade que se transformava e carecia de mão-de-obra com instrução mínima para as novas demandas de trabalho. Mas, para educar de forma eficiente era imperioso bem formar quem ensinava, daí a importância da Escola Normal como instituição inculcadora do ideal civilizatório.

Julia Wanderley formou-se professora normalista, em novembro de 1892, tentou pautar sua prática pedagógica pelos princípios da racionalização²⁴ do trabalho escolar, nos aspectos da moral, do civismo, da ordem, colaborando, como vários de seus colegas, para a construção do novo perfil docente: o formador de gerações. Segundo ela “a educação encerra em seu regaço mais do que a toga do romano, mais do que a paz ou a guerra, encerra os destinos dos homens e das nações”. (PETRICH, 1905, p.3)

Julia Wanderley, professora normalista começou sua carreira como professora primária pública em 1893, quando o governo do Paraná a designou para a 9ª cadeira promíscua de Curitiba. Apesar do ímpeto reformista do Estado republicano, a expansão do ensino público primário, tão exaltado, ocorreu de forma muito lenta durante as primeiras décadas

do século XX, no entanto foi rápida a acomodação das professoras nas escolas primárias, devido a sua rápida resposta em participar no cenário público e aos ideais impetrados à importância da mulher como civilizadora e moralizadora da nação, relacionados à escassez de homens para trabalhar no magistério primário. Fatos que vieram a colaborar na efetivação da nova cultura escolar feminina moderna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Julia Wanderley foi, portanto para a sua época uma mulher moderna, professora normalista consagrada como a *prima inter pares* e diretora escolar competente, foi uma mulher atenta às inovações, inclusive técnicas e científicas de seu tempo, mas pouco ainda sabemos efetivamente de suas ideias, mesmo sobre educação, mas reconhecemos a relevância desta distinta personagem histórica do Paraná na feminização do magistério. A docência não subverteu a função feminina que já se encontrava inculcada na mentalidade social, ao contrário a ampliava.

O magistério passa a ser incorporado no imaginário social e principalmente no feminino, como uma atividade de amor, entrega, doação e vocação. Constrói-se a imagem da educadora dócil, delicada e pouco reivindicadora. Há maior intervenção e controle do Estado sobre a docência acarretando uma perda na autonomia docente aliada aos baixos salários. Tais fatores irão estimular a saída do homem do magistério primário e a sua busca por ocupações mais rendosas e/ou autônomas. Os homens, na sua grande maioria, ainda hoje continuam exercendo na educação os cargos de maior relevância como professores dos cursos superiores, direção de escolas, de cursos, de secretarias onde se apropriam da função de condutores do ensino nos estados e no país e as mulheres na sua maioria continuam sendo coadjuvantes neste contexto. Daí a questão mobilizadora: a feminização do magistério se constitui numa conquista ou numa concessão masculina?

NOTAS

¹ Racionalização do trabalho escolar é entendida como a implementação de mudanças que tinham como base a ordenação do tempo: fixação do tempo da jornada escolar, do início e término das aulas, dos intervalos, recreios e descansos de alunos e professores. Horários dedicados ao ensino de cada matéria, unidade ou lição. Além da classificação dos alunos por idade. Princípios da divisão do trabalho e de critérios administrativos, de vigilância e controle, que ressaltavam a economia de custos. (SOUZA, 1998, p. 35-37).

² A emergência da forma escolar não acontece sem dificuldades, conflitos e lutas, de tal sorte que a história da escola está repleta de polêmicas e posições exacerbadas; por sua vez, o ensino encontra-se, talvez, sempre em crise. (VICENT, LAHIRE, THIN, 2001, p.10)

³ Ideia de que toda mulher mãe ou não traz dentro de si um instinto materno, Maria Tereza Santos Cunha faz um estudo sobre os romances de M. Delly e apresenta as “condutas ideais” passadas através dos romances às jovens da época. (CUNHA, 1999, p. 127)

⁴ Julia Augusta de Souza Wanderley, após o casamento passou a assinar também ‘Petrich’, mas constantemente lembrada e citada no Paraná como ‘professora Julia Wanderley’.

⁵ Cultura escolar entendida neste texto como uma maior intervenção e controle do Estado sobre a docência, determinação de conteúdos e níveis de ensino, existência de credenciais dos mestres, horários, livros, salários, processo paralelo a perda de autonomia dos docentes (LOURO, 2004, p. 450-451).

⁶ Sexo “é uma realidade biológica” e o gênero “é uma definição mais cultural de um comportamento”, isto é, a questão do gênero define o que seja mais apropriado para cada sexo numa determinada sociedade e tempo, podendo ser também entendido como um conjunto de papéis sociais. Fica, portanto patente que o conceito de gênero não se refere especificamente a um ou outro sexo, mas sobre as relações que são socialmente construídas entre eles, relações estas de poder, conflitos e contradições (FONTANA, 2000, p. 205-206)

⁷ Termo fundamentalmente articulado às práticas escolares configura o regime de contrato dos professores, o conjunto de temas para os quais tinham conhecimento e aos quais lhes eram atribuídas responsabilidades de ensino, portanto seu trabalho como docente. Uma cadeira anexava diferentes conteúdos ou matérias. (WERLE, 2008, p. 136-138)

⁸ O Paraná originalmente pertenceu a São Paulo e só em 28 de agosto de 1853 foi aprovado o projeto de criação da província do Paraná.

⁹ Palmeira é um município localizado a oeste do estado do Paraná. Próximo a Ponta Grossa.

¹⁰ A primeira tentativa de criação da Escola Normal em Curitiba ocorreu dia 19 de abril de 1870, com a Lei nº 238, porém não consta ter sido

efetivada essa criação (continuavam os professores a serem nomeados interinamente sem as provas de capacidade e de moralidade). Em 12 de abril de 1876 foi sancionada a Lei nº 456, que autorizava o governo paranaense a criar o Instituto de Preparatórios e em anexo a Escola Normal. O curso na Escola Normal deveria durar 2 anos. Em 1882, a Lei nº 712, de 30 de novembro, que extinguiu o Instituto de Preparatórios Paranaense, manteve e reorganizou a Escola Normal. Em 1883, a Lei nº 769, de 1º de dezembro, cria o Instituto Paranaense, ficando a Escola Normal anexa a ele (STRAUBE, 1993, p. 20, 26, 27 e 33). Apenas em 1922 a Escola Normal se separou efetivamente do Instituto Paranaense (OLIVEIRA, 1994, p.43).

¹¹ A exemplo dos anarquistas que davam muita atenção à questão da educação feminina, os jornais libertários apontavam a instrução como uma forma de libertação para a mulher. Estimulavam a participação da mulher nos movimentos operários e sociais. (LOURO, 2004, p. 446)

¹² Na opinião de muitos, não havia porque mobiliar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. (LOURO, 2004, p. 446)

¹³ No Relatório de Zacarias de Góes e Vasconcellos de 1854, sobre a província do Paraná (p. 101-109), ele deixa transparecer que “os cofres da província não tinham dinheiro algum quando se instalou, nem mesmo para pequenas necessidades”, o que o forçou a solicitar um “empréstimo da caixa geral”, isto é, do governo central. Verificou-se que a Província acumulava um déficit importante em seus primeiros meses de existência, déficit que tendia a aumentar. Para saber mais ver Carlos Luiz Strapazzon (2014).

¹⁴ Foi presidente da província do Paraná desde a instalação da província em dezembro de 1853 até 3 de maio de 1855, e nela criou a infraestrutura necessária ao seu desenvolvimento. Era favorável à obrigatoriedade da instrução primária.

¹⁵ Mentalidade aqui entendida como lugar de encontro de exigências opostas que a dinâmica própria à pesquisa histórica atual força ao diálogo. Situa-se no ponto de junção do individual e do coletivo, do longo tempo e do cotidiano, do inconsciente e do intencional, do estrutural e do conjuntural, do marginal e do geral. Forma historiográfica de analisar os modos de pensar e de sentir dos indivíduos de uma mesma temporalidade. NICOLAZZI (2000), DUBY (1992), LE GOFF (1996)

¹⁶ Os diretores de escola pública no Paraná, na primeira República, deveriam enviar relatório referente a todas as atividades desenvolvidas na escola ao Diretor Geral da Instrução Pública do Estado.

¹⁷ Relatório apresentado ao Diretor Geral da Instrução Pública do Estado, em 30 de novembro de 1905 e também há outro Relatório escrito por Julia Wanderley datado de 30 de novembro de 1908 (ambos relatórios encontram-se no Arquivo Público do Paraná).

¹⁸ Sobre as transformações ocorridas no século XIX e início do século XX, entre outros, ver HOBBSAWM, 2007.

¹⁹ A mulher branca desde o período colonial foi destinada a reproduzir e transmitir as propriedades e os símbolos da ascendência colonizadora através da cor, língua e religião. Mas nem todas assumiram brandamente tais papéis, muitas tiveram papel de liderança social, como chefes de famílias lideravam clãs e alianças políticas nas localidades em que se estabeleciam (DIAS, 1984, p. 70-71).

²⁰ Escolas mistas ou promíscuas, são escolas que podem atender à meninos e meninas em um mesmo ambiente, seja em uma mesma sala, seja em salas separadas, mas dentro de um mesmo estabelecimento, ou ainda, uma forma em que os alunos pertencentes a uma mesma turma possam estar em estágios de aprendizagem diferenciados (CORRÊA, 2004).

²¹ Em Ponta Grossa Julia Wanderley foi homenageada no ano do centenário do seu nascimento, passando a figurar como nome da rua onde nascera. Em Curitiba também foi homenageada com nome de rua, de escola e com busto na Praça Santos Andrade. Para saber mais sobre a trajetória de vida de Julia Wanderley ver Araujo (2013).

²² Cf.: Lei nº 712, de 30 de novembro de 1882, aprova o Regulamento do Instituto Normal e de Preparatórios da Província do Paraná. No Capítulo Único, Art. 1º, determina: “fica instituída na Província do Paraná uma Escola Normal destinada ao preparo de professores e professoras de instrução primária e secundária” (...) (p.254). O Capítulo V, Art.33 afirma: “a frequência das aulas é comum e simultânea aos alunos de um e outro sexo, sendo os assentos nelas dispostos em duas sessões, uma para os alunos e outra para as alunas” (apud MIGUEL, 2000, p.252-270).

²³ Julia Wanderley faleceu de neoplasma pelviano, em 06 de abril de 1918, com 43 anos de idade.

²⁴ Racionalização do trabalho escolar é entendida como a implementação de mudanças que tinham como base a ordenação do tempo: fixação do tempo da jornada escolar, do início e término das aulas, dos intervalos, recreios e descansos de alunos e professores. Horários dedicados ao ensino de cada matéria, unidade ou lição. Além da classificação dos alunos por idade. Princípios da divisão do trabalho e de critérios administrativos (de vigilância e controle), que ressaltavam a economia de custos, são estabelecidos (SOUZA, 1998, p. 35-37).

Fontes:

A REPÚBLICA, Curitiba, 03 de jan. de 1890, p.4.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, AP'S, MAIO DE 1870, p.43.

MACEDO, A. et al. Julia Wanderley - homenagem de seus colegas, amigos e admiradores (conhecida como Poliantéia). Curitiba: Typ. João Haupt & Cia., 1918.

MOACYR, P. A instrução e as províncias: subsídios para a história da educação no Brasil 1834-1889. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1940, v. 3.

NEGRÃO, F. Genealogia Paranaense. Curityba: Impressora Paranaense, v.4, 1929.

PETRICH, J.W. Relatório apresentado ao Ex.Sr.Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira, Director Geral da Instrução Publica do Estado, em 30 de novembro de 1905. 17p.

PETRICH, J.W. Relatório apresentado ao Ex.Sr.Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira, Director Geral da Instrução Publica do Estado, em 30 de novembro de 1908. 19 p.

PROVÍNCIA DO PARANÁ. RELATÓRIO DE 1854, p. 14-15.

STRAPASSON, C. L. 1854 - relatório Zacarias Góes e Vasconcellos - emancipação política do Paraná - parte IV. Disponível em: http://republicainacabada.blogspot.com.br/2007/12/1854-relatrio-zacarias-ges-e_29.html Acesso em 19/02/2014.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. de. *Mulher e educação: A paixão pelo possível*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

ALMEIDA, J. S. de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, D. et al., *O legado educacional de século XX no Brasil*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

ARAUJO, S.A.C.de. *Professora Julia Wanderley: uma mulher-mito (1874-1918)*. Curitiba: Ed. UFPR, 2013.

BASTOS, M.H.C. O ensino monitoral/mútuo no Brasil (1827-1854). In: BASTOS, M.H.C.; STEPHANOU, M. (org.) *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005, v.II, p.34-51.

CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, M. M. C. de. Uma biblioteca pedagógica francesa para a Escola Normal de São Paulo (1882): livros de formação profissional e circulação de modelos culturais. In: CERTEAU, M. de. *A Invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CASTANHA, A. P. *Escolas Normais no Século XIX: um estudo comparativo* Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.32, p.17-36, dez.2008.

CORRÊA, R. L. T. *Escolas promíscuas: significados, organização e seletividade*. In: SBHE – Sociedade Brasileira de Educação Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/464.pdf/2004>> Acesso em: 20/11/2013.

CUNHA, M. T. S. *Armadilhas da sedução: os romances de M. Delly*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

DIAS, M. O. L. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense s.a, 1984.

DUBY, Georges. Reflexões sobre a história das mentalidades e a arte. *Novos Estudos* – CEBRAP. São Paulo, nº 33, julho 1992, p.65-75.

ERVEN, H. M. *Julia Wanderley: uma vida que se igualou o seu destino*. Curitiba: Centro de Letras do Paraná; Associação Paranaense de Imprensa, 1945.

FONTANA, J. As formas de organização coletiva: a sociedade. In: FONTANA, J. *Introdução ao estudo da história geral*. Tradução: REICHEL, Heloisa. Bauru: Edusc, 2000.

GONDRA, J. C. *A arte de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004, p. 17-487.

HOBBSBAWM, E. J. *A era dos impérios, 1875-1914*. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LOPES, S. de C.; MARTINEZ, S. A. A emergência de escolas normais no Rio de Janeiro no século XIX. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Editora Autores Associados, set/dez. 2007.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M. Del. (org.) *História das mulheres no Brasil*. 7.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004. p. 443-481.

MALUF, M.; MOTT, M. L. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, F. A. (coord.); SEVCENKO, N. (org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 368-420.

MAUAD, A. M. A vida das crianças de elite durante o império. In: DEL PRIORE, M. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 137-175.

MIGUEL, M. E. B. (org.). *Coletânea da documentação educacional paranaense de 1854 a 1889*. Campinas, SP: Autores Associados; SBHE, 2000.

NICOLAZZI, Fernando. História das mentalidades e história cultural. *Revista Vernáculo*, Curitiba, v. 1, n. 01, p. 52-64. Jan/abril 2000.

OLIVEIRA, M.C. M. de. *Ensino Primário e sociedade no Paraná durante a primeira República*.). 296 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Setor de Educação e Ciências da Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SOUZA, R. F. de. *Templos de Civilização: A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 15-86.

STRAUBE, E. C. *Do liceu de Curitiba ao Colégio Estadual do Paraná*. Curitiba: Fundepar, 1993.

TRINDADE, E. M. de C. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na primeira República*. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

TRINDADE, E. M. de C.; ANDREAZZA, M. L. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.

VEIGA, C. G. A produção da infância nas operações escriturísticas da administração da instrução elementar no século XIX. In: *Revista Brasileira de História da Educação: Sociedade Brasileira de História da Educação*. Campinas, SP: Autores associados, nº 9, jan/jun. 2005, p. 73-107.

VICENT, G. LAHIRE, B. THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. Trad. Diana Gonçalves Vidal; Vera Lucia Gaspar da Silva; Valdeniza Maria da Barra. *Educação em Revista*. Belo Horizonte: Faculdade De Educação da UFMG, n. 33, junho/2001p, p.7-47.

WERLE, F. O. C. A formação de professores para o ensino de primeiras letras na zona rural: Brasil, final do século XIX. *História da Educação*. v. 12, n.24, p. 121-152, jan./abr. 2008.

DE ESCOLA ISOLADA A ESCOLA RURAL: UM DESENHAR DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA EM MATO GROSSO

Marineide de Oliveira da Silva

Doutoranda em Educação (UNESP)

Profa. Pesquisadora (UFMT)

mari.oliveirasil@gmail.com

RESUMO

Objetiva-se com este artigo, além de contribuir para o estudo sobre a escola rural em Mato Grosso, analisar fatos importantes para a educação primária mato-grossense, bem como publicações que possam delinear como a escola isolada/rural se apresentava no cenário educacional de Mato Grosso na primeira República. A pesquisa se insere no campo da historiografia com análise de fontes documentais, como: Relatórios de Presidentes de Estado, de Diretores e Inspectores da Instrução Pública, Mensagens, Legislações, disponíveis nos principais acervos de Mato Grosso: o Arquivo Público de Mato Grosso (APMT); o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e o Arquivo da Casa Barão de Melgaço (ACBM). As fontes documentais apontam que, apesar de ter criado inúmeras escolas rurais na República, o governo de Mato Grosso não as provia com estrutura física e pedagógica. A justificativa para não provimento das mesmas pautava-se no fato de que o ensino nas escolas rurais era considerado quase nulo, sem qualidade e que a dificuldade de fiscalização nas unidades educativas, que se localizavam muito distante das áreas urbanas, em muitos casos sem comunicação, só agravava tal situação.

Palavras - chave: História da Educação. Escola Rural. Ensino Primário.

RESUMEN

Objetivo con el presente artículo, así como contribuir al estudio de la escuela rural de Mato Grosso, analizar hechos



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

importantes para la educación y publicaciones primaria Mato Grosso que puede esbozar lo aislado de la escuela / rural se presenta en el escenario educativo Mato Grosso en la primera República. La investigación se inserta en el campo del análisis de la historiografía con el análisis de fuentes documentales, tales como: Informes de los Presidentes de Estado, Directores e Inspectores de Educación, Mensajes, Legislación, disponible en las principales colecciones de Mato Grosso: los Archivos Públicos de Mato Grosso (APMT); el Centro de Documentación e Información Histórica Regional (NDIHR) y el Archivo de la Casa Barão de Melgaço (ACBM). Las fuentes documentales indican que, a pesar de haber creado numerosas escuelas rurales de la República, el gobierno de Mato Grosso no Provia con estructura física y pedagógica. La justificación para no proporcionar la misma base de sí mismo en el hecho de que la educación en las escuelas rurales se consideró casi nula y sin calidad y la dificultad de la vigilancia en las unidades educativas que se encuentran lejos de las zonas urbanas están en muchos casos no hay comunicación, sólo se empeoró tal situación.

Palabras claves: Historia de la Educación. La escuela rural. Educación Primaria

INTRODUÇÃO

Falar de escola isolada e posteriormente escola rural é desenhar um cenário de dificuldades para efetivação do ato educacional e oferta da educação primária em Mato Grosso (uno). Tal fato ocorre porque durante o período republicano, o estado era praticamente rural, com polos compostos por aglomerados urbanos que não conseguiam atender a demanda educacional de quem morava nas localidades longínquas, pois não havia acesso e nem recursos para efetivação dessa ação. As normativas foram sendo implementadas com o fim de melhoramento da educação, mas a realidade das escolas isoladas não se modificou significativamente.

Com o Regulamento de 1896, normatizou-se a obrigatoriedade no ensino primário e a punição aos pais ou tutelados que não comprovassem os motivos da ausência das crianças na escola, exceto quando eram oferecidas aulas particulares no seio da família, observando as matérias escolares determinadas pelo Regulamento; ou devido à moléstia ou defeito físico que pudessem impedir às crianças de frequentar a escola, sendo, nesses casos, os pais e tutores “obrigados a comunicar à autoridade competente, logo que os seus filhos e tutelados atingissem a idade pres-

crita, que os estavam instruindo em casa ou em aula particular, ou a participar o motivo por que não lhes proporcionavam o ensino elementar.” (REGULAMENTO, 1896, p. 66).

Nos primeiros anos de 1900 o cenário mato-grossense passava por momentos conflitantes em sua conjuntura social e política com a implantação do sistema republicano. Por diversas vezes a alternância no poder estadual, disputado entres grupos oligárquicos, e a luta por mantê-lo provocaram lutas armadas nos bairros da capital e no interior, instaurando um clima de pavor e insegurança entre a população, abalando sistematicamente a instrução pública mato-grossense (SÁ; SÁ, 2011). Corroborando com as informações dos citados autores, Moreno (2007, p. 44) acrescenta que “a violência foi o recurso utilizado para a afirmação das oligarquias, que contaram também com o braço armado dos coronéis, e, com uma política fundada no sistema de compromissos [...]” Prosseguindo a explicação, a autora enfatiza que:

O fenômeno do coronelismo tem seu fundamento na concentração da propriedade enquanto base econômica de sustentação das manifestações do poder privado. O processo de concentração de terras em Mato Grosso gerou todas as condições necessárias ao desenvolvimento de um dos mais arraigados sistemas de mandonismo local. E, devido à natureza das elites dominantes no Estado, desde o regime imperial, o coronel tanto podia ser um grande proprietário rural, como um usineiro ou um comerciante bem sucedido. (MORENO, 2007, p. 44).

Os conflitos sociais agravaram mais a situação do ensino público estadual na década de 1900, que se apresentava de maneira bastante precária. A “[...] falta de professores, alunos, materiais escolares e prédios adequados para funcionamento das escolas”, fazia com que pairasse apreensão nos setores governamentais, já que não se podia dar continuidade ao projeto civilizador/modernizador que propunha a República (SÁ; SÁ, 2011, p. 29).

Com o abrandamento dos conflitos políticos e o aumento das divisas econômicas de Mato Grosso em 1910, pôde o governo Pedro Celestino Corrêa da Costa cuidar do ensino, propondo investir na reformulação da instrução pública primária e na habilitação docente. Assim, foi elaborado e sancionado um novo Regulamento da Instrução Pública de 1910.

Com o objetivo de contribuir para o estudo sobre a escola rural em Mato Grosso, busca-se com a pesquisa analisar fatos importantes para a educação primária mato-grossense, bem como publicações que possam delinear como a escola isolada/rural se apresentava no cenário educacional de Mato Grosso na primeira República.

A pesquisa se insere no campo da historiografia com análise de fontes documentais, como: Relatórios de Presidentes de Estado, de Diretores e Inspetores da Instrução Pública, Mensagens, Legislações, disponíveis nos principais acervos de Mato Grosso: o Arquivo Público de Mato Grosso (APMT); o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e o Arquivo da Casa Barão de Melgaço (ACBM). A importância do trabalho está em trazer a cena fatos que possam contribuir para se pensar o papel das escolas isolada/rural em Mato Grosso e como essa contribuiu para a História da Educação do estado.

A ESCOLA ISOLADA EM MATO GROSSO

De acordo com Alves (1998, p. 28), “a reforma do ensino, em 1910 representou uma tentativa de adequação da instrução à nova realidade, em virtude do regime republicano e do processo de modernização em curso”, sendo que o fato que reforçou essa afirmação foi a criação dos grupos escolares em Mato Grosso, constituídos da reunião de “pelo menos, seis escolas primárias, no perímetro fixado pela obrigatoriedade de ensino, o governo poderá reunindo-as, fazel-as funcionar em um só prédio”, seriam compostos por salas masculinas e femininas e as escolas absorvidas para compor este tipo de instituição, seriam eliminadas do quadro geral das instituições escolares, “passando os respectivos professores a serem considerados auxiliares do director do grupo.” (REGULAMENTO, 1910, p. 1).

Com relação às escolas isoladas, Alves (1998, p. 28) ressalta a neutralidade das determinações legais em relação ao seu quadro situacional, sendo que “grande parte das propostas reformistas se limitaram ao Regulamento e só foram aplicadas nos grandes centros, sendo que a maioria das escolas de Mato Grosso, especialmente as do interior, sequer tiveram conhecimento da reforma na época em que foi realizada.”

As escolas isoladas, no Regulamento de 1910, não aparecem enquanto instituições de ensino. Sua presença se torna perceptível por meio das características até aqui apresentadas. Sobre a criação de uma escola, o Regulamento prescreveu que cabia ao presidente do Estado decretar, por intermédio de “representação dos pais, tutores ou educadores dos meninos, assinada dos próprios punhos, e encaminhada ao Governador por intermédio do Juiz de Paz da respectiva circunscrição que informará, emitindo sua opinião sobre a necessidade ou conveniência da criação de que se trata.” (REGULAMENTO, 1910, p. 119). Segue ilustração para exemplificar o dia de inauguração de uma escola isolada:

Foto 01: Inauguração da Escola Rural Porto Gaúchos-MT, em 1941.



Fonte: PAES, 2011, p. 223.

Pode-se observar que era festivo o dia de inauguração de uma escola isolada, ocasião em que a comunidade se reunia em torno do acontecimento, com a participação especial de crianças. O Regulamento previa que a abertura dessa modalidade de escola era autorizada tendo por pressuposto 20 alunos, podendo comportar até 60, sob a regência de um único professor.

No ano de 1913, havia em todo Mato Grosso 123 escolas isoladas e 5 grupos escolares. Em Mensagem à Assembleia Legislativa do citado ano, o presidente de Mato Grosso, Joaquim Augusto da Costa Marques, expressava sua preocupação com os rumos da educação mato-grossense:

Muito e muito ainda se precisa fazer n'este departamento da administração publica para se alcansar o resultado desejavel, e os esforços do governo no sentido de melhorar e diffundir a instrução por todo o Estado teem encontrado embaraço e difficuldades de toda especie - desde a falta de pessoas idoneas nos diversos municipios e povoações para o exercicio do magistério e de outras funcções que lhe são inerentes, até o de casas apropriadas para o regular fuccionamento das escolas. (MENSAGEM, 1913, p. 89)

No ano de 1917, novos esforços foram implementados a fim de que as escolas isoladas tivessem sua realidade modificada e pudessem atingir os fins educacionais propostos na legislação estadual (Regulamento de 1910). Para isso, foi implantado um programa de ensino específico para essas escolas, organizado pelos professores Leowigildo Martins de Mello, Idalina Ribeiro de Faria e o Philogonio de Paula Corrêa. Tal programa “[...] possuía conteúdos distribuídos gradualmente ao longo dos três anos e organizados detalhadamente a fim de orientar a metodologia através das quais tais conteúdos seriam ministrados.” (SÁ; SÁ, 2011, p. 41).

Quanto ao ensino, a metodologia pautava principalmente no método intuitivo, privilegiando os exercícios práticos que, ministrados através de um “método experimental que possibilita a aprendizagem através da observação, utilizando novos materiais, Museus Pedagógicos, atividades diferenciadas, estudo do meio e de manuais, com a finalidade de educar a criança com uma nova concepção de conhecimento.” (POUBEL E SILVA, 2006, p. 67).

No resumo geral das matérias destinadas às escolas isoladas: “leitura, escripta, calculo arithmetico sobre números inteiros e fracções, lingua materna, geographia do Brasil, deveres cívicos e moraes.” (REGULAMENTO, 1917, p. 164).

Fora as matérias apresentadas no Programa de Ensino para as escolas isoladas (1917, p. 164), existiam conteúdos livres e/ou facultativos, como ciências naturais (disciplina que não tinha horário nem dia pré-determinado, por isso, eram chamados de conteúdos livres e compreendia a explicações sobre o homem, animais e plantas), lições gerais (facultativo, compreendendo o ensino das cores, fenômenos naturais como chuva, trovão, neblina, orvalho, nevoeiro), desenho com conteúdos direcionados ao estudo das formas (folhas lineares, lanceoladas, espatuladas circulares, ovais, recortadas, objetos usuais e animais) e a de canto, com coral e hinos. “O ensino de animais, plantas e lições gerais, a que se referem os programas, é facultativo, ficando, por isso, a boa vontade do professor, o desenvolvimento ou não o mesmo programa.” (REGULAMENTO, 1917, p. 164). Nesse programa, ficou estabelecido 3 anos para o curso primário nas escolas localizadas em áreas distantes dos centros urbanos. As disciplinas compreendiam leitura, Língua materna, escrita, aritmética, geografia.

Apesar de ter sido implementado um programa de ensino específico para as escolas isoladas mato-grossenses, Sá e Sá (2010) explicam que não há comprovação de que tais normativas se efetivaram em todas as localidades isoladas de Mato Grosso, principalmente no que se refere às escolas isoladas rurais, devido a diversos fatores, conforme ressaltado por D. Francisco de Aquino Corrêa:

Nas pequenas localidades do interior, espalhadas a grande distâncias, uma das outras, pelo imenso território do Estado, sem comunicação fácil, onde a vida rudimentar é sem conforto, sem hygiene e cada vez mais dispendiosa, não podem attrahir pessoal habilitado para gerir suas escolas, nem permitem uma efficaz fiscalização (MENSAGEM, 1919, p. 32).

Pelas informações do governante (1919), é possível vislumbrar as dificuldades em que as escolas isoladas, criadas em localidades de difícil acesso, tinham que enfrentar por falta de conforto e de comunicação, não se constituindo enquanto local ideal para se trabalhar. No caso das escolas isoladas de Diamantino, podemos observar algumas similitudes e diferenças entre as localizadas nas zonas rural e urbana.

A 1ª escola urbana masculina diamantinense, situada a Rua da Igreja s/n., foi uma das mais antigas da cidade, criada pela Lei estadual nº 68, de 27 de junho de 1894. O seu quadro discente era composto, em 1945, por 27 alunos e funcionava em prédio próprio mantido pelo governo estadual. A duração do curso era de três anos.

Já a Escola Isolada Rural Mista da Povoação de Córrego Fundo, no mesmo município, foi criada pelo Decreto nº 527, de 25 de setembro de 1920. As fontes encontradas para relacionar o número de alunos matriculados e a organização das disciplinas da citada escola, data de 1935. Nesse período, a escola funcionava com 50 alunos e tinha o curso era de apenas dois anos.

Os conteúdos trabalhados e o material pedagógico também se diferenciavam. Na Escola Urbana, a professora contava com auxílio da *Cartilha do Povo* - 1º ano B (autoria CMSP), *Tabuada Barker* - 1º ano B (autora Antonia Maria Barker), *Cartilha de Crianças* - 1º ano C, B (autor Luciano Lopes) e *Cartilha Popular* - 1º ano C (autora Rita M. Barreto) e *ABC Infantil* - 1º ano A e B (autora Maria Paula). No primeiro semestre do ano letivo, a professora selecionou e ministrou os seguintes conteúdos:

Quadro 01: Conteúdos do primeiro semestre da Escola Isolada urbana, 1945.

Ano	Disciplina	Forma de desenvolvimento	Referência no programa
1º A	ABC Infantil	Conta dos números até 100	–
1º B	Copia	Cópia do traslado	–
	Tabuada	Adição	Lição oral
	Leitura	Exercício de Leitura “cartilha do povo”	–
	Conta	Exercício de conta sobre adição de	–

1º C	Tabuada	Adição e subtração	–
	Leitura	Exercício de Leitura Meu Livro 1º	Lição oral
	Cópia	Exercício de cópia Meu Livro 1º	–
	Conta	Adição e subtração	Lição oral
2º	Cópia	Exercício de cópia Meu Livro 2º	–
	Aritmética	Exercício de calculo (subtração)	–
	Leitura	Exercício de Leitura Meu Livro 2º	Lição oral
	Ditado	Exercício de ditado	Lição oral
	História Pátria	1º ponto Descobrimento do Brasil	Lição oral
	Língua Portuguesa	Noções preliminares	Lição oral
3º C	Leitura	- Exercício de leitura (4º livro)	–
	Aritmética	Problema exercício de cálculo	Lição oral
	Geografia	Pontos sobre geografia	Lição oral
	Ditado	Exercício de ditado	Sei Ler
	Língua Portuguesa	Exercício de gramática Análise	Lição oral
	Ciências	1º Ponto Decomposição do ar	Lição oral
	História Pátria	1º ponto Descobrimento do Brasil	Lição oral
3º	Leitura	Exercício de leitura (3º livro)	Lição oral
	Aritmética	Exercício das quatro operações	–
	Cópia	Exercício de cópia “Sei Ler”	–
	Ciências	1º ponto – O esqueleto	Lição oral
	História Pátria	1º ponto- O descobrimento do Brasil	Lição oral
	Geografia	1º ponto – Serras de Mato Grosso	Lição oral
	Ditado	Exercício de ditado	Lição oral
	Língua Portuguesa	1ª lição – nome ou substantivo	Lição oral

Fonte: ARQUIVO DA ESCOLA ESTADUAL PLÁCIDO DE CASTRO EM DIAMANTINO – MT.

A organização da turma seguia a ordem decrescente para imprimir o grau de complexidade das matérias. O 1º ano era dividido em 3 fases: 1º ano A, 1º ano B e 1º ano C. Na primeira etapa, a professora só utilizava a cartilha, da segunda em diante, ela usava um livro para cada ano, aumentando gradativamente o grau de complexidade das disciplinas.

No 2º ano, quando se subentendia que a criança já sabia ler e escrever, eram acrescentadas as disciplinas de aritmética, ditado, história pátria e língua portuguesa. No 3º ano, identificado como sendo C, contou tam-

bém com aulas de geografia e ciências. Entre o 3º ano C e o 3º ano há uma maior complexidade, pois o aluno passava a realizar exercícios com as quatro operações matemáticas (adição, subtração, multiplicação e divisão), estudo do esqueleto humano e sobre as serras de Mato Grosso. Na escola rural, a divisão de disciplinas consistia em:

Quadro 02: Conteúdos do primeiro semestre da Escola Isolada Rural, 1935.

Ano	Disciplina	Forma de desenvolvimento	Referência no programa
1º ano	Leitura	Cartilha	Lição oral
	Aritmética	Tabuada	Lição oral e exercício no quadro
	Geografia	Exercício de cópia	–
2º ano	Leitura	Nossa Pátria	Lição oral
	Aritmética	Unidades Numéricas	Lição oral e exercício no quadro
	História	Descobrimento do Brasil	–
	Caligrafia	Cópia	Exercício escrito
	Geografia	Desenho e Morfologia Geométricas (definição gerais: espaço, linha, superfície e corpo, componente do ar e volume)	Lição oral
	Corografia	Estudo de Mato Grosso	Lição oral

Fonte: ARQUIVO DA ESCOLA ESTADUAL PLÁCIDO DE CASTRO EM DIAMANTINO – MT.

A organização das disciplinas, do material pedagógico e da estrutura da escola era diferente daquela da área urbana. Na escola isolada rural eram ministradas apenas noções dos conteúdos e sem variação do grau de complexidade. O professor não fazia menção explícita ao livro didático enquanto auxiliar em seu trabalho, mas pelo cronograma percebe-se que ele utilizava somente a cartilha e a tabuada. Cabe registrar aqui que esse professor foi substituído nessa escola somente depois de 21 anos, em 1947 (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE MATO GROSSO, 1951).

No que diz respeito à instalação escolar, é possível perceber que ambas as unidades escolares eram desprovidas de qualquer estrutura material para o bom funcionamento da escola. Vejamos:

A Escola Urbana possuía em suas dependências: 3 carteiras, 1 mesa com duas gavetas, 1 quadro, negro, 1 mapa geral do Brasil, 1, mapa eco-

nômico do Brasil e 1 mapa mundial. Já a Escola Rural funcionava com 1 mesa, 3 bancos e 1 pedra de lousa. As duas realidades nos levam a questionar: como eram instalados 27 alunos em 3 carteiras e 50 alunos em 3 bancos respectivamente? Certamente sentados em tocos de árvores, no chão de terra batida, ou distribuídos entre os cantos da sala ou ainda do pátio.

Como trabalhar com o método intuitivo, preconizado pelo Regulamento da Instrução Pública de 1910, se as escolas não possuíam a infraestrutura física e os materiais didáticos necessários ou mesmo não era oferecida ao professor melhor formação? No entanto, como veremos a seguir, tiveram as escolas isoladas uma grande responsabilidade da formação da infância mato-grossense, sendo essa modalidade escolar em maior número.

EXPANSÃO DA ESCOLA ISOLADA EM MATO GROSSO NA DÉCADA DE 1920

A partir de 1920, a nomenclatura escola isolada começou a ser empregada com mais frequência nas mensagens dos governantes de Mato Grosso e nos demais documentos oficiais. As escolas isoladas continuavam a superar numericamente os grupos escolares, pois entre 1913 e 1921 a tabela numérica apontava um crescimento expressivo, sendo 241 escolas isoladas para 05 grupos escolares em todo Estado.

O presidente de Mato Grosso, Francisco de Aquino Corrêa, em discurso pronunciado na Assembleia Legislativa, denunciou que a situação do ensino primário mato-grossenses não sofrera alteração, ressaltando que “limitar-me-ei hoje apenas a denunciar um grave mal, que vem pesando, ha muito, sobre a nossa instrucção primária e é que, sob pretexto de propagar o ensino, multipliquem-se inutilmente as escolas, para transformar-as em mera sinccuras [...]”. (MENSAGEM, 1919, p. 22).

Essa modalidade de escola, apesar de apresentar problemas estruturais e de funcionamento, cresceu expressivamente em número de unidades no Estado, saltando, de 123 unidades em 1913, para quase 300 unidades, em 1921. Os Grupos escolares não tiveram aumento no período, permanecendo com 5 unidades.

A predominância das escolas isoladas em Mato Grosso ganhou evidência nos dados publicados nos *Annais da Conferencia Interestadual de Ensino Primário*, evento realizado no Rio de Janeiro, em 1922, para o qual Mato Grosso fôra convidado a participar.

Os resultados apresentados nessa Conferência, pelo deputado Severino Marques, representante de Mato Grosso no evento, denotaram que a população mato-grossense era de aproximadamente 225.065 ha-

bitantes e, para atender a demanda educacional, possuía 211 estabelecimentos educativos, num total de 27.007 alunos distribuídos em diferentes modalidades de escola: Isolada – 154; Grupo Escolar – 4; Escola Modelo – 1; Particulares – 41; Municipais – 11.

Com relação às matrículas nas escolas estaduais, Souza e Guimarães (1922, p. 435) explicam que Mato Grosso contava com 8.086 alunos, entretanto, a frequência média desses estudantes ficava em torno de 6.064 alunos, apresentando defasagem entre a matrícula e frequência de apenas 2.022 discentes.

A *Conferência Interestadual de Ensino Primário* sinalizou que a educação ministrada nas escolas rurais estava ganhando volume. Apesar de não ser eixo central das reflexões do evento, vários momentos foram dedicados à temática do ensino rural. Em seus Anais constam relatórios gerais e também nas conclusões sobre o quadro situacional do ensino primário brasileiro (difusão e seus problemas).

No relatório intitulado *Escolas urbanas e rurais – estágio e programa de ensino das escolas urbanas e rurais*, apresentado por Valle e Souza (1922, p. 124), observa-se que no Brasil existia um grande número de escolas, “[...] principalmente de escolas rurais, que se destinam proporcionar o indispensável ensino à população disseminada por todos recantos de nosso vastíssimo território.” Contudo, ao serem criadas essas escolas deveriam ser devidamente aparelhadas no que se refere ao:

Material e utensílios escolares, que dão maior eficiência ao ensino; urge a adopção de programmas de ensino organizados de accôrdo com as condições peculiares do nosso povo e às exigencias da vida no campo, despertando-lhes o amor a natureza e adestrar as classes mais adeantadas em trabalhos praticos e agricultura. (VALLE; SOUZA, 1922, p. 124).

Os autores acrescentaram que a “escola ensina pouco e às pressas; e educa ainda”, por isso, os programas de ensino, tanto das escolas urbanas como das rurais, deveriam ser mais simplificados. Os relatores explicam como deveria ocorrer essa simplificação:

Tal simplificação consistirá, a nosso ver, em se banir dos programmas tudo o que represente inútil sobrecarga para as crianças. Ficará o que for realmente aproveitável, o que corresponder effectivamente às necessidadess da vida diária, e aos elevados fins da educação (VALLE; SOUZA, 1922, p. 126).

Os programas de ensino primário, ainda segundo os relatores, deveriam abranger as disciplinas de linguagem, aritmética, geografia, história

pátria, noção elementar de ciências física e natural, desenho, gramática e trabalhos manuais (VALLE; SOUZA, 1922). As determinações expressas no programa defendido nesta *Conferencia* para as escolas primárias em geral têm semelhança com o programa de ensino para as escolas isoladas mato-grossenses de 1917, fato que parece ser um indicativo de que Mato Grosso não se encontrava tão desarticulado das ideias educacionais que circulavam no Brasil.

O programa para o ensino primário seria diferente para as escolas urbanas e rurais. O destinado às escolas urbanas seria mais desenvolvido, já que as mesmas tinham possibilidade de ampliar o curso primário, de 3, para 4 anos, sendo destinados os “dois últimos anos ao ensino profissional”. Para as escolas rurais, os programas, com 3 anos de duração, conterão “o estritamente necessário à população do campo, consagrando-se o último ano do curso aos estudos e trabalhos de caráter profissional, ao par da revisão methodica das disciplinas anteriores ensinadas.” (VALLE; SOUZA, 1922, p. 127).

Após a participação de Mato Grosso nesse evento, o presidente Pedro Celestino Corrêa da Costa, ao discorrer sobre a instrução pública, explicou que em seu governo havia uma preocupação “em atender especialmente as necessidades de melhoramento desse ramo importante da administração pública. e alguns desses melhoramentos foram evidentemente alcançados, facto que é expresso nos dados estatístico.” (MENSAGEM, 1924, p. 33).

O número de escolas isoladas em Mato Grosso, entre 1910 e 1923, pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 01 - Número de Escolas Isoladas em Mato Grosso

Localidade	1910	1911	1912	1915	1919	1922	1923
Aquidauana	02	03	03	04	05	06	09
Bela Vista	03	03	03	04	07	04	04
Campo Grande	03	03	03	04	06	04	04
Corumbá	13	13	13	11	11	11	11
Coxim	02	02	02	08	07	08	08
Cuiabá	22	23	23	28	30	38	36
Diamantino	02	02	02	03	05	07	07
Livramento	05	05	05	04	05	05	05
Mato Grosso	04	04	04	04	04	04	04
Miranda	05	05	05	03	04	03	08
Nioac	04	04	04	01	03	03	03
Poconé	05	06	02	04	05	10	10

Ponta Porã	-	-	-	05	05	05	05
Porto Murtinho	-	-	-	02	02	03	03
Registro do Araguaia	-	-	-	04	08	09	09
Rosário	08	08	06	08	12	12	12
Santa Rita do Araguaia	-	-	-	-	-	-	-
Sant Anna do Paranayba	03	03	04	03	02	02	02
Santo Antônio do Rio Abaixo	12	12	11	10	14	18	15
Santo Antônio do Rio Madeira	01	01	01	07	03	05	06
São Luiz de Cáceres	04	04	01	04	01	01	01
Três Lagoas	-	-	-	02	03	02	02
Total	98	101	92	123	142	160	164

Fonte: POUBEL E SILVA, 2007, p. 111.

Os dados mostram haver oscilação no trajeto de crescimento das escolas isoladas em Mato Grosso, com declínio ou aumento, percebidos entre os anos de 1911 e 1912; 1922 e 1923. A nomenclatura escola isolada se apresenta com maior regularidade, nas fontes documentais, a partir de 1920 e essa modalidade escolar se faz constante no cenário educacional nos anos que antecederam a Reforma da Instrução Pública de 1927. Esse Regulamento trouxe, dentre outras prerrogativas, o desmembramento dessas em: escolas isoladas urbanas, escolas isoladas distritais e escolas isoladas rurais.

O ensino primário, segundo o Decreto nº 759 que normatizava o Regulamento de 1927, seria “gratuito e obrigatório a todas as crianças normais, analfabetas, de 7 a 12 anos, que residirem até 2 quilômetros de escola pública”, podendo ser ministrados em escolas isoladas rurais, urbanas, noturnas, reunidas e em grupos escolares (REGULAMENTO, 1927, p. 1):

No novo Regulamento, a escola isolada ganhou visibilidade e legislação específicas na Seção 1, dedicada exclusivamente a ela e não presentes em legislação anterior. Dispunha que as unidades escolares rurais deveriam ter como finalidade “ministrar a instrução primária rudimentar; seu curso é de dois anos e o programa constará de leitura, escrita, as quatro operações sobre números inteiros, noções de história pátria, geografia do Brasil e especialmente de Mato Grosso e noções de higiene.”

Annibal de Toledo, ao assumir a presidência do Estado em 1930, declarou que o ensino nas escolas rurais não oferecia resultados significativos e que somente o ministrado nos grupos escolares desfrutava de proveito educacional, uma vez que o governo destinava mais recursos e equipamentos para essas instituições. Desse modo, ele pretendia criar grupos escolares para “fundir no novo estabelecimento, algumas escolas

isoladas de pouca eficiência pedagógica.” (MENSAGEM, 1930, p. 42).

Toledo se referia às escolas isoladas em geral, antes do desmembramento, sem se atentar para as disposições apregoadas pelo Regulamento de 1927, dizendo que eram em número de 175 os estabelecimentos de ensino. Esclareceu ainda que, mesmo com aumento das matrículas nessas instituições tivesse crescido, contando com aproximadamente 5.334 alunos matriculados, ele estava convencido de que:

[...] a frequencia atinja siquer à terça parte da matricula, o aproveitamento dos alumnos estou certo de que não corresponde o sacrificio do Thesouro. A impossibilidade de frequentes inspecções favorece a negligencia dos docentes, estimulada já pela incompetencia, pela impropriedade das installações, pela deficiencia de material e por varios outros factores conhecidos. (MENSAGEM, 1930, p. 42)

Por esse motivo, o mesmo estava convencido de que o ensino primário que mais tinha proveito educacional estava sendo ministrado pelos Grupos Escolares e escolas isoladas situadas nos centros urbanos das cidades e principais vilas de Mato Grosso. O ensino ministrado nas escolas rurais e ambulantes era considerado, quase na sua totalidade, como ineficiente, sendo sua manutenção considerada um desperdício dos recursos públicos. Por isso, decidiu “não prover as escolas ruraes e ambulantes que fôrem se vagando e a tratar de crear immediatamente grupos e escolas reunidas onde quer que se tornem necessários.” (MENSAGEM, 1930, p. 42).

Com base nas informações acima, infere-se que o quadro situacional das escolas rurais em Mato Grosso se apresentava complexo, pois essas não tinham provimentos para estrutura física e pedagógica, o quadro docente, em sua maioria, era constituído por professores sem formação para o magistério.

A ESCOLA RURAL DE MATO GROSSO NO OLHAR JÚLIO G. VAZ CERQUINHO

A partir da Revolução de 1930, teve início a discussão de um currículo diferenciado para as escolas rurais. Bresolin e Ecco (2008) explicam que, a partir de 1930, ocorreram mudanças educacionais significativas para as populações do campo, porque nesse período se consolidou a corrente de pensamento denominada de *Ruralismo Pedagógico*. Conforme Ramal (2011, p. 18), o professor Sud Mennucci, um dos propagadores do movimento dos ruralistas, “[...] afirmava que a forma como eram

feitas as legislações brasileiras só tinham como intuito provocar o fim das populações rurais, uma vez que não se pronunciavam a favor desta, mas contra qualquer incentivo e ajuda na melhora de vida dessa camada social.”

De acordo Bezerra Neto (2003, p. 15) o deveria haver uma transformação no currículo das escolas, diferenciando a escola da cidade da escola rural. Assim, currículo escolar deveria estar “[...] voltado para dar respostas às necessidades do homem do meio rural, visando atendê-lo naquilo que era parte integrante do seu dia-a-dia”.

Em Mato Grosso, um dos primeiros indícios do discurso ruralista pode ser encontrado no *O Jornal de Cuiabá*, datado de 4 de maio de 1922. A reportagem, escrita por Roderico Voia, ressaltava que não era possível proporcionar a mesma educação nas escolas urbanas e rurais:

Como, pode, dar-lhes a mesma educação obrigando-os a frequentar escolas regidas por métodos iguais? A escola universal só serviria para preparar revoltados, para agravar ainda mais a crise de urbanismo que perturba e compromete há tantos annos a lavoura. Que aprenderiam os sertanejos com o manunseio da cartilha e dos livros escolares adaptados na cidade? Aprenderiam a desprezar as rudezas do seu habitat, olhariam com superioridade para seus irmãos incultos, ficariam naturalmente desenraizados no próprio solo que lhes foi berço. (JORNAL DE CUIABÁ, 1922, p. 5).

Utilizando de argumentos do ruralismo pedagógico, o articulista defendia que, para atingir seus objetivos, “a escola rural não deve ser uniforme a todas as zonas do país, deve, antes, adaptar-se às condições peculiares a cada uma delas.” (JORNAL DE CUIABÁ, 1922, p. 5).

Em 1937, Júlio G. Vaz Cerquinho publicou uma obra intitulada *Pelo Ensino Rural* (ilustrações 5 e 6). Nele, expõe sete teses sobre a escola rural, apresentadas no *I Congresso de Ensino Rural no Brasil*, realizado em São Paulo, no mesmo ano. Lançando mão de convincente argumento, Cerquinho iniciou seu discurso defendendo que “o ensino rural no Brasil é um dos grandes problemas nacionais” e suas teses, se assim os organizadores julgassem proveitosas, poderiam contribuir “para a construção dos alicerces do edificio pátrio.” (CERQUINHO, 1937, p. 3).

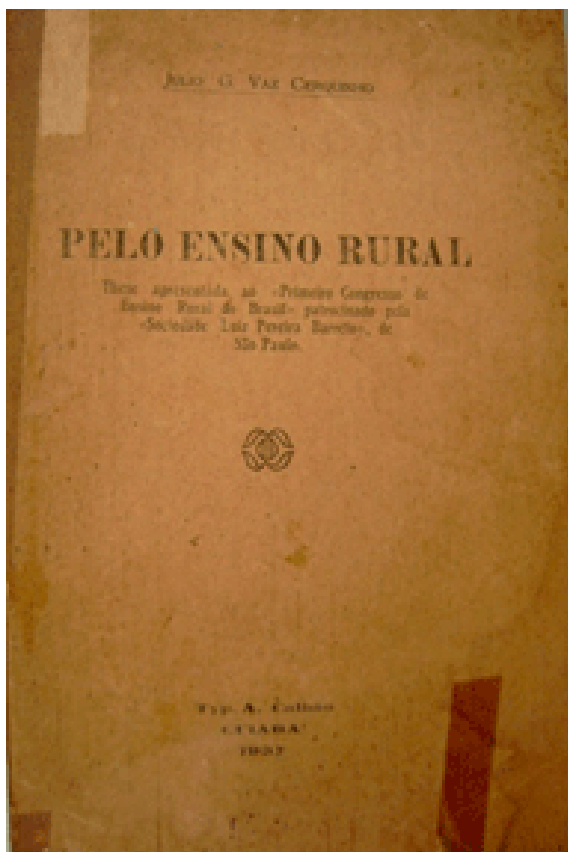


Foto 02: Livro de Julio G. Cerquinho,
Cuiabá – MT, 1937 (capa).
Fonte: ACERVO FAMÍLIA RODRIGUES
- BCBM-FR/MT 233.

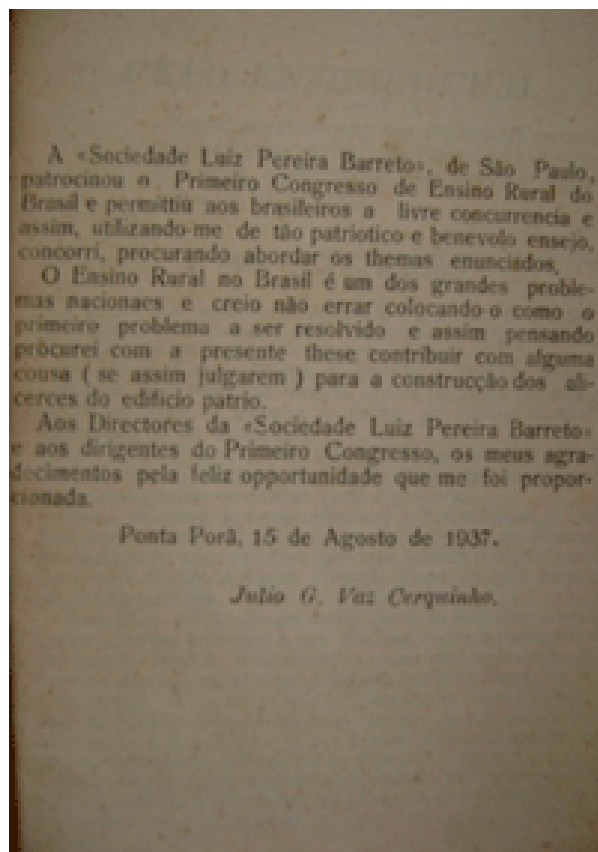


Foto 03: Livro de Julio G. Cerquinho, Cuiabá – MT, 1937. (nota de apresentação)
Fonte: ACERVO FAMÍLIA RODRIGUES - BCBM-FR/MT 233

Na primeira tese o autor propõe a reflexão sobre a escola que mais conviesse ao Brasil, sugerindo que ela deveria ser a rural, onde seria ministrado o ensino primário. Entretanto, para melhor atender aos objetivos educacionais das localidades afastadas dos centros urbanos e assegurar o ensino primário de qualidade, deveriam contar com professores instruídos na verdadeira mentalidade rural brasileira. Cerquinho (1937, p. 5) salienta que:

As actuais Escolas Rurais do interior do país, no geral, ressentem-se de verdadeiros mestres ruraes, os quais deverão ser escolhidos dentre titulados no mínimo por Escolas Medias de Agricultura ou de Veterinária. Com mestres ruraes devidamente instruídos para a verdadeira função da mentalidade rural do Brasil, estariam perfeitamente assegurados o ensino rural e primário. (CERQUINHO, 1937, p. 5).

Gervásio Leite, na obra *Aspecto Matogrossense do Ensino Rural* (1942), ao discorrer sobre a escola rural mato-grossense, irmanou com o

pensamento de Cerquinho, acrescentando que os professores das escolas rurais não interagiam por absoluta falta de formação no meio rural e, por isso, não se apresentavam como uma “figura ativa dentro da comunidade e passam a inspirar desconfiança: a desconfiança típica que o letrado inspira ao caipira.” (LEITE, 1942, p. 15). A respeito, explica:

Os professores rurais não têm nenhum preparo especial. Não são habilitados por uma escola especializada no conhecimento daquelas indispensáveis noções necessárias para tornarem de fato, professores especializados. Não podendo se orientar no sentido de conhecer e tentar encaminhar resoluções para os problemas do meio a que servem, passam, então, a ensinantes de ‘ler, escrever e contar.’ (LEITE, 1942, p. 15).

Na opinião de Cerquinho (1937), a solução para o ensino rural seria subordiná-lo diretamente ao Ministério da Agricultura, que instalaria uma escola primária rural em cada distrito municipal e na qual as crianças ficariam internas. Dessa forma, o ensino rural passaria a ser federal, obrigatório, gratuito, sob a forma de internato. Federado, para assegurar que o plano desenvolvido pelo Ministério da Agricultura fosse cumprido em todo território nacional.

A ideia de internato devia-se, segundo Cerquinho, às dificuldades que contribuía para que as crianças não comparecessem à escola, como o fato de morar longe e não ter como ir e regressar diariamente. Gratuito, para garantir que o ensino nas escolas rurais fosse eficiente e produzisse os efeitos almejados pelos governantes. Obrigatório, por ser tratar de uma necessidade de ordem geral, para que se combatesse o analfabetismo e a falta de conhecimento dos processos modernos no trato com a terra. (CERQUINHO, 1937).

Assim, no internato as crianças seriam alfabetizadas, receberiam orientações sobre os métodos modernos de agricultura e pecuária e instruídas sobre as vantagens de se ter uma higiene humana, contribuindo, para a profilaxia das doenças que dizimavam os homens e animais no campo.

A segunda tese defendida por Cerquinho no mesmo Congresso respondia à questão da existência de um tipo especializado de mestre que pudesse atender à solicitação dos alunos e lhes fornecesse elementos para a fácil ambientação nos meios rurais, impedindo sua migração para as zonas urbanas. Em sua opinião, se esse tipo específico de ensino ficasse a cargo do Ministério da Agricultura, seria possível a criação de um tipo ideal de professor para a escola rural.

Para isso, seus professores deveriam ter algumas garantias, como a criação de uma cadeira destinada à agricultura e veterinária nas Escolas

Normais de todo país, contribuindo para a efetivação de outro objetivo, qual seja o de integrar o corpo docente e formar um número maior de professores primários especialmente para atender as escolas localizadas nas zonas rurais (CERQUINHO, 1937, p. 7). A respeito, Leite concorda que:

[...] para a manutenção eficiente da escola rural é indispensável estabelecimento adequado capaz de formar “professores rurais” inclinados à vida rural que tenham “alma de ruralistas” e que possam, desse modo, acentuar em nossos caipiras o gosto pela vida agrícola, quer por um lado, facilitando-lhes conhecimento de noções e práticas modernas de agricultura, de higiene e de saneamento, como, de outra parte, evitando um ensino urbanizado, que faça da cidade um permanente centro de atrações. (LEITE, 1942, p. 16).

Essas modificações, segundo Cerquinho (1937, p. 7), contribuiriam para conter o êxodo rural, pois os pais geralmente se mudavam para as áreas urbanas a fim de proporcionar meios para que seus filhos estudassem e aprendessem mais do que na antiga escola rural. Entretanto, ao concluir o ensino primário nas escolas urbanas, as crianças, já acostumadas a certo conforto proporcionado nessa localidade, se recusariam a voltar para a difícil vida do campo.

O êxito dos objetivos educacionais ruralistas pedagógicos ficaria somente a cargo do professor. Leite (1942, p. 16) é enfático ao dizer que “a indiferença do professor é mais ruinosa que sua ignorância.” Para o autor o professor poderia,

[...] através dessas noções como do interesse que a vida do campo lhe inspira, torna, para seus alunos, um perfeito exemplo a seguir. A simples alfabetização não resolve os problemas urgentes e inadiáveis do campo. É necessário não só alfabetização, como, sobretudo, dar aos homens noção da importância de seu papel, formando-lhes a consciência de sua importância. (LEITE, 1942, p. 16).

Dessa forma, o professor da escola rural deveria, além de ensinar a ler escrever e contar, fazer o papel de “um consultor agrícola, além de enfermeiro e conselheiro. Ele devia ser visto pelos pais de seus alunos como um conhecedor dos problemas capaz de minorar seus sofrimentos.” (LEITE, 1942, p. 17). Nessa perspectiva, o professor parece ser igualado à figura de um “herói”, com múltiplas habilidades e capaz de resolver diferentes problemas, outrora de responsabilidade dos governantes e inerentes à escola e ao social.

A terceira tese trata da relação da escola rural e seu papel na assimilação dos imigrantes de diversas nacionalidades que, no período do Estado Novo, ingressaram no Brasil e foram alvo do projeto nacionalista de Vargas.

Como eles se concentravam nas áreas rurais, Cerquinho (1937) acreditava que a escola rural poderia contribuir para que o imigrante assimilasse os nossos costumes, a língua e, por meio da convivência, começasse a sentir admiração pelas coisas do país, pelas riquezas animais, vegetais e pelos brasileiros, possibilitando-lhes integrar à comunhão brasileira. Quando o imigrante se interessasse por tudo que se referia ao Brasil, em sua opinião, se efetivaria uma absorção real e proveitosa.

Na quarta tese, o autor indaga que a "Escola Primaria-Rural é que deve ficar affecta a preparação do lavrador e do criador de hontem ou de hoje e transformal-o pelo trabalho consciente, de operarios ruraes em pequenos proprietarios agro-pecuarios." (CERQUINHO, 1937, p. 9), mas, para isso, seria imprescindível a formação eficiente de professores no trato com as questões rurais, tema debatido na segunda tese.

A quinta tese enfatizou a questão latifundiária como um bem para as áreas rurais. De acordo com Cerquinho (1937, p. 9), "o latifúndio de um modo geral não é um bem, mas quando o proprietário tem visão econômica e cede como por empréstimo ou aluguel, lotes, aos seus agregados para a exploração do latifúndio, aí, já não é um mal tão grande."

Na sexta tese, ele discute a valorização do trabalhador rural nacional por meio de sua instrução na higiene e da educação. Para ele, "onde ha hygiene, ha saúde, ha vontade de trabalhar, de produzir muito e de viver. Onde ha educação, ha progresso, ha ordem, ha compreensão das necessidades e quando o homem comprehende as suas necessidades já não cria difficuldades nas necessidades dos outros." (CERQUINHO, 1937, p. 10).

Articulando a educação com a higienização, o resultado esperado era a formação de um tipo de brasileiro de que o país necessitava, dotado de melhores condições de vida, a fim de que ele pudesse se casar e ter filhos saudáveis. Assim, aumentando o número de brasileiros, teríamos a população soberana que se ambicionava.

Acolher os imigrantes seria uma maneira elevar as condições do país, porém a garantia da soberania nacional estava condicionada à melhoria de toda população brasileira, naquele momento majoritariamente rural. Suas explicações sobre semelhante questão aparecem no sétimo tema, quando indaga se o elemento nacional superaria ou não o estrangeiro. Ele argumenta que, desde que este não estivesse doente, pois, "o elemento nacional é bom, resignado, generoso, trabalhador, honesto e supre em qualidade o estrangeiro." (CERQUINHO, 1937, p. 11). Assim, o trabalhador nacional superaria, indiscutivelmente, os estrangeiros.

O autor concluiu com a oitava tese, convidando o leitor a refletir sobre as vantagens de se investir no povo, salientando que isso só se consolidaria se os brasileiros deixassem de colocar seus interesses pessoais acima dos interesses do país. Afirmava ainda que a responsabilidade da ausência de produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, obrigando o governo a pagar altos impostos pelos produtos importados, advinha das condições de vida da população rural, daí a imperativa necessidade de se investir na sua educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Regulamento de 1927 foi um marco para as escolas rurais em Mato Grosso, pois a partir dele, se dissolveu o conjunto conhecido como escolas isoladas e ela ganha nomenclatura de Escola Isolada Rural. Contudo, continua em desvantagem de provimento das demais unidades educacionais, tendo o objetivo de ministrar somente a instrução primária rudimentar, com curso de 02 ano, em diferenciação das demais instituições escolares que seriam de 03 anos e em algumas podendo chegar a 4 anos.

Quanto às teses de Cerquinho, elas traduzem os anseios dos idealistas do movimento do ruralismo pedagógico que circulavam no Brasil e foram um marco na História da Educação, pois a partir desse movimento, começou-se a refletir sobre um currículo diferenciado para a escola rural.

As fontes documentais sinalizam que em Mato Grosso havia uma preocupação excessiva, por parte dos governantes, em criar novas escolas e instruir, mesmo que minimamente, a população, entretanto os documentos mostram que para não onerar os cofres públicos, os governantes priorizavam o provimento das escolas urbanas, as escolas rurais, em sua maioria unidocentes, funcionavam em condições precárias. Os profissionais da educação que se aventuravam ou, em alguns casos, eram obrigados a lecionar nas áreas rurais, enfrentavam diversos problemas, como: baixos salários e alojamentos insalubres, até instabilidade no emprego, pois a escola rural poderia fechar por falta de alunos, estruturas físicas e más condições de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. *A educação rural como processo civilizador*. In: *Histórias e Memórias da educação no Brasil*. Volume III, séc. XX. Petrópolis: RJ: Vozes, 2005.

ALVES, Laci Maria Araújo. *Nas trilhas do ensino (1910-1946)*. Cuiabá: EdU-FMT, 1998.

CERQUINHO, Julio G. Vaz. Pelo Ensino Rural. In: *Anais... I Congresso de Ensino rural*. São Paulo, 1937. Cuiabá – MT, BCBM-FR/MT 233.

COSTA, Mario Corrêa. *Mensagem do presidente do Estado á Assembléia Legislativa de Mato Grosso*, Cuiabá - APMT, 1927.

DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri. *Cidadãos analphabetos: propostase realidade do ensino rural em São Paulo na Primeira República*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo (71): 05-19, nov. 1989.

JUCÁ, Pedro Rocha. *Júlio Müller, um grande estadista*. Cuiabá: Ed. Memórias cuiabanas, 1998.

LEITE, Gervásio. *Aspecto mato-grossense do ensino rural*. Cuiabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1942. BCBM, 3535 - MT.

MATO GROSSO. *Decretos numerados aposentadoria criação de escolas adicional*. Cuiabá - APMT, 1939.

_____, _____. *Regulamento da Instrução Pública Primária do Presidente do Estado á Assembléia Legislativa*. Cuiabá - APMT, 1927.

_____, _____. *Regulamento da Instrução Pública Primária*. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1896.

_____, _____. *Regulamento da Instrução Pública Primária*. Cuiabá - Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1910.

_____, _____. *Regulamento da Instrução Pública Primária*. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1927.

_____, _____. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso*. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1913.

_____, _____. *Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso dirigida à Assembleia Legislativa*. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1919.

_____, _____. *Registro Geral do Estabelecimento Escolar - Escola Isolada Rural Mista da Povoação de Córrego Fundo*. Arquivo da Escola Estadual Plácido de Castro, Diamantino - MT, 1935.

_____, _____. Governo do Estado.. Departamento de Educação. Projeto Levantamento e Arrolamento de *Secretaria de Educação e Cultura* Fontes. Catálogo n. 1, Cuiabá – MT, 1951.

_____, _____. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1924.

MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla (1892-1992)*. Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2007.

MULLER, Julio Strubing. *Relatório do Interventor Federal de Mato Grosso apresentado ao Presidente da República Getúlio Vargas*. Cuiabá - APMT, 1939-1940.

PAES, Ademilson Batista. *A escola primária rural em Mato Grosso no período republicano (1889-1942)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Araraquara-SP, 2011. 268p.

POUBEL E SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá. *De criança a aluno: as representações da escolarização da infantil em Mato Grosso (1910-1927)*. Tese (Doutorado em Educação) – USP, Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2006. 220 fls.

PIRES, Manoel Ary da Silva. *Mensagem do Interventor Federal de Mato Grosso á Assembleia Legislativa e lida na abertura da 3ª. sessão ordinária da sua 1ª. Legislatura*. Cuiabá - APMT, 1937.

SÁ, Nicanor Palhares; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. A escola pública primária mato-grossense no período republicano (1900-1930) In: _____. *Revisitando a história de escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na Primeira República*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Editora Entrelinhas, 2002.

VALLE, Freitas; SOUZA, João Batista Mello. Escolas ruraes e urbanas – estágio e programa de ensino escolas ruraes e urbanas. In: *Anais... da Conferencia Interestadual de Ensino Primário, realizada no Rio de Janeiro de 12 a 16 de outubro 1922*. Rio de Janeiro: O Norte, 1922. p. 124-139 (FEUSP – São Paulo, tomo 53).

ESCOLAS REUNIDAS RURAIS: UMA MODALIDADE ESCOLAR EM DESTAQUE NO CENÁRIO EDUCACIONAL DE MATO GROSSO (1930 – 1950)

Elton Castro Rodrigues dos Santos

Doutorando em Educação (UNESP)

Professor Substituto da UFMT

eltoncastr@gmail.com

RESUMO

O ensino primário de Mato Grosso durante o período republicano passou por reformulações, uma delas o Regulamento de 1910, normatizou a criação e implantação dos grupos escolares no estado. A determinação de se criar grupos escolares foi defendida pelos governantes mato-grossenses como sendo o modelo de instituição educacional que em todo o país era sinônimo de qualidade em educação primária e Mato Grosso não poderia ficar fora do cenário de desenvolvimento em que estes eram representantes. Como os cofres mato-grossenses não dispunham, segundo os governantes, de recursos para criar grupos escolares em todos os municípios e a educação primária não conseguia avançar em qualidade com as escolas isoladas, modelo de baixa qualidade educacional, houve a necessidade de uma nova reforma no ensino, o Regulamento da Instrução Primária de 1927. Sancionado pelo Decreto nº 759 de 22 de abril de 1927, o novo Regulamento desmembrou as escolas isoladas em: escolas isoladas rurais, escolas isoladas urbanas, escolas isoladas noturnas e a criação das escolas reunidas (reunião de três escolas isoladas). Por isso, este trabalho possui como recorte, analisar como as Escolas Reunidas, modelo similar aos grupos escolares, se destacou no cenário educacional mato-grossense e quais os motivos que a fizeram ser uma das opções almejadas pelos governantes para melhorar a qualidade do ensino primário no Estado. Os dados apontam que para atender a demanda do ensino primário em diferentes



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

lugares de Mato grosso, seria necessário a criação de Escolas Reunidas, pois poderiam expandir o ensino graduado em diferentes localidades, não atendidas por grupos escolares. Por isso, essa modalidade escolar foi importante porque proporcionou a oportunidade para mato-grossenses cursarem uma educação de “qualidade”.

Palavras – chave: História da Educação. Escolas Reunidas. Educação Primária.

ABSTRACT

Primary education of Mato Grosso during the republican period underwent reformulations, one of the 1910 Regulation, has standardized the creation and implementation of school groups in the state. The determination to create school groups was defended by Mato Grosso rulers as the educational institution model across the country was synonymous with quality in primary education and Mato Grosso could not stay out of the development scenario in which they were representatives. As Mato Grosso safes did not have, according to the rulers of resources to create school groups in all municipalities and primary education could not advance in quality with the isolated schools, low educational quality model, there was the need for further reform in education, the Primary Education Regulations 1927. Sanctioned by Decree No. 759 of April 22, 1927, the new Regulation dismembered isolated schools: isolated rural schools, urban isolated schools, night schools and isolated the creation of combined schools (Meeting three separate schools). Therefore, this work has as cropping, analyze how gathered Schools, similar model to school groups, stood out in Mato Grosso educational setting and the motives that made her be one of the options almejadas by governments to improve the quality of primary education in the state. The data indicate that to meet the demand of primary education in Mato Grosso different places, creating gathered Schools would be required, as could expand graduate education in different locations not served by school groups. So this school modality was important because it provided the opportunity for Mato Grosso coursing a “quality” education.

Keywords: History of Education. Reunidas schools. Primary education.

INTRODUÇÃO

A educação primária em Mato Grosso na década de 1920 era ministrada em grupos escolares e escolas isoladas, apesar da segunda modalidade escolar ser superior em número de instituições, vinha sendo alvo de críticas por parte dos governantes mato-grossenses. Segundo Dom Francisco de Aquino Corrêa, Presidente do Estado em 1921, “a solução do problema da Instrução primaria em Matto-Grosso, não depende tão somente do aumento do número das escolas, mas principalmente da eficiencia vistas dos administradores. Agir de outro modo será onerar indevidamente os cofres públicos (CORRÊA, 1921, p.22)”.

As escolas isoladas, de acordo com o Regulamento de 1927, tinham o objetivo de ministrar a instrução primária rudimentar, se localizavam a mais de 3 quilômetros da sede municipal. Sá e Sá (2011, p.50) explicam que para implantação de escolas isoladas, o Estado raramente gastava com construção de prédios e contratação de um número maior de professores. Essas instituições funcionavam na “casa do professor ou outra residência alugada, entendidas como modalidade escolar na qual o professor ensinava sozinho a uma turma de até 60 alunos distribuídos em graus diferenciados de desenvolvimento [...]”.

Em 1923 quem Presidia o Estado de Mato Grosso era Pedro Celestino da Costa e a Instrução Pública também se constituía uma das suas maiores preocupações. Em mensagem a Assembléia Legislativa do Estado, ele expressa suas inquietações com esse setor dizendo: “A instrução que deve ser ministrada pelas escolas abrange noções de conhecimentos necessários à formação de cidadãos aptos à vida pratica e à colaboração para o progresso da sociedade em que vive” (1923, p.34).

Costa (1923, p.34), ressalta ainda que os governantes não poderiam cometer falhas quando o assunto envolvesse a instrução de seu povo e se os problemas educacionais não fossem resolvidos pelos Estados brasileiros, “[...] permanecerá aparente a prosperidade do Brasil, limitada como se acha às grandes cidades, ao passo que nas populações rurais a ignorancia e o analfabetismo conservam a grande maioria dos nossos patricios no desconforto e na miseria orgânica”.

Nessa fala, o Presidente do Estado parece deixar transparecer que existem problemas com as instituições escolares localizadas nas áreas isoladas e/ou rurais dos Estados do país, e que em Mato Grosso, essa situação não se apresenta de maneira diferente. Explica que no Estado, os problemas com as escolas isoladas podem ser maiores do que em outras localidades do país, porque “[...] as dificuldades a superar são maiores, devido a disseminação da população infantil por enormes superfícies de modo que se multipliquem as escolas, não poderão ellas servir a todos quantos careçam de instrução (COSTA, 1923, p.45).

Segundo Costa (1923, p.45):

A importancia orçamentária despendida com as escolas isoladas esparsas pelas localidades dos municípios não correspondem aos resultados alcançados. Mal providas em geral, taes escolas funcionam à revelia da fiscalização dos respectivos inspectores e sem proveito algum de ensino. Tendo por isso, supprimido algumas delas e deixado de prover outras cuja a inutilidade tem sido constatada pela inspecção.

Em 1926, o então presidente Mato Grosso, Mário Corrêa da Costa (1926), defende a idéia de que o estado deveria seguir o modelo de São Paulo, acima apresentado, para solucionar os problemas de ensino e instituir as Escolas Reunidas¹ a fim de obter melhores resultados no ensino primário. Por esse motivo, em 1927, o citado presidente, instituiu uma comissão para a elaboração do novo Regulamento da Instrução Pública de Mato Grosso. A comissão foi formada pelo Dr. Cesário Alves Corrêa, Diretor Geral da Instrução Pública, Jayme Joaquim de Carvalho, Isác Povoas, Júlio Muller, Franklin Cassiano da Silva, Rubens de Carvalho, Philogonio Corrêa, Fernando Leite Campos, Nilo Póvoas e Alcindo de Camargo.

Como o próprio nome sugere, as Escolas Reunidas se constitui em um agrupamento de três ou mais escolas isoladas, funcionando num raio de 2 km com freqüência mínima de 80 alunos, com máximo de 07 e mínimo de 03 classes. (LEITE, 1989). Muitas dessas escolas, foram criadas em áreas que atendiam à zona rural do Estado, por isso, eram comuns os alunos chegarem de charrete, a cavalo ou caminhando pelas trilhas.

Essas classes seriam organizadas, com o mínimo de 15 e no máximo de 45 alunos, “fundindo-se numa só classe dois ou mais anos do curso, ou formando-se classes mistas quando o número de alunos matriculados for insuficiente para a separação de sexo e anos do curso em classes distintas” (REGULAMENTO, 1927, p. 167).

A implementação de Escolas Reunidas, tinha como objetivo principal o melhoramento das condições pedagógicas e a higiene dos ambientes escolares; “classificar os alunos pelo nível de desenvolvimento intelectual; facilitar e intensificar a inspecção”. (Art. 21, p. 166) e a duração de seus cursos deveria ser de três anos. Mas havia uma contradição na efetivação do Regulamento, pois ao se criar uma escola reunida em áreas longínquas, suprimia-se três ou quatro escolas isoladas, além dos materiais utilizados nas isoladas, o mobiliário e demais estrutura continuavam a mesma do primeiro modelo citado. Assim, mudava-se a nomenclatura do nome da escola e a organização em séries, as demais características permaneciam as mesmas de escolas isoladas rurais.

A direção das Escolas Reunidas ficaria a cargo de um professor nomeado pelo governo, com regência indispensável de classe (Art. 25, p. 166). Este mesmo diretor teria vencimentos iguais aos demais professores das Escolas Reunidas, mas seria acrescida em seu salário, uma “gratificação mensal de 30\$000 (trinta mil réis) por classe, não computada a sua”. (Art. 26, p. 167). O regimento interno das Escolas Reunidas seguiria as mesmas diretrizes dos grupos escolares, ficando sua organização sob a responsabilidade da Diretoria Geral da Instrução, desde que essa estivesse em consonância com as aspirações do Governo. (Art. 29, p. 167).

Para o funcionamento das Escolas Reunidas seriam providos “um porteiro servente, com o ordenado arbitrado pelo governo”, sendo contratado e/ou dispensado pelo Secretário do Interior. Ao porteiro-servente das Escolas Reunidas caberiam os mesmos deveres e obrigações dispensadas aos porteiros e aos serventes nos grupos escolares (Art. 104, p. 183). Como pode se observar na tabela 2.

Tabela 2: Atribuições de porteiros e serventes

Categorias	Municípios
Abrir e fechar o estabelecimento nas horas que o diretor determinar;	Executar todo o serviço de asseio da casa e do pátio escolar;
Zelar pelo material, o mobiliário e o prédio escolar;	Cumprir as ordens do porteiro, permitidas ou emanadas do diretor;
Auxiliar em tudo o policiamento interno do estabelecimento de acordo com as instruções do diretor;	-
Atender aos alunos e aos professores;	-
Cumprir e fazer cumprir todas as ordens do diretor;	-
Auxiliar o serviço de escrituração;	-
Fiscalizar o trabalho do servente	-

Fonte: Regulamento 1927.

O cargo de porteiro-servente das Escolas Reunidas foi criado no Regulamento da Instrução Pública de 1927 em uma junção de dois cargos. Diferentemente, o do Grupo escolar que continuariam sendo 2 cargos,

desempenhado por funcionários distintos. Quando o prédio das Escolas Reunidas se apresentasse insuficiente para atender a demanda de alunos, o diretor poderia instituir que essas funcionassem em dois turnos. O diretor ministraria aulas somente em um período e perceberia “além dos seus vencimentos, uma gratificação de 50\$000 (cinquenta mil réis), correspondente à direção do segundo turno” (Art. 57, p.171).

Com relação à escrituração e registro nas Escolas Reunidas, seriam fornecidos anualmente pela Diretoria Geral da Instrução, os seguintes itens discriminados na tabela 3:

Tabela 3. Discriminação do material entregue às Escolas Reunidas

Categorias	Municípios
01	Livro de atas exames;
01	Livro de termos de visita;
01	Livro de matrícula a cada seção;
01	Livro de ponto registro de portarias;
01	Livro de chamada dos alunos a cada classe;
01	Livro de correspondência do estabelecimento;
01	Livro de carga e descarga do material escolar;
01	Livro de ponto diário do corpo docente e pessoal administrativo;
01	Livro de termos de compromisso do pessoal docente e administrativo;
01	Livro de registro do resumo do ponto do pessoal docente e administrativo.

Fonte: Regulamento 1927.

Nas Escolas Reunidas e nos grupos escolares, com exceção dos livros de chamada diária dos alunos e de diários de lições que serão escriturados pelos professores, os demais livros serão de responsabilidade dos diretores (REGULAMENTO, 1927). Com relação ao ano letivo das escolas primárias mato-grossenses, este deveria começar em 1º de março e terminar a 30 de novembro, para todos os estabelecimentos de ensino primário. Haveria suspensão das aulas somente “aos domingos, nos dias

feriados nacionais e estaduais e nos dias que decorrem de 15 a 30 de junho", dias decorrentes de férias. "Fora destes casos somente serão suspensos os trabalhos excepcionalmente, por determinação do governo do Estado" (REGULAMENTO, 1927, p. 179). As prerrogativas expressas no Regulamento de 1927 podem ser observadas no Relatório referente ao ano letivo de 1930 das Escolas Reunidas de Santo Antonio de Rio Abaixo.

ESCOLAS REUNIDAS RURAL DE SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO

Em 1930, Mato Grosso contava com 04 Escolas Reunidas, implantadas nos municípios de Livramento, de Santo Antonio do Rio Abaixo, de Sant' Anna do Paranahyba e de Bella Vista. Entretanto somente uma em funcionamento, a de Santo Antonio do Rio Abaixo (SILVA, 1931, p. 6). Criada em 4 de março de 1930, esta escola estava regularmente funcionando com 248 alunos matriculados. O Diretor Geral da Instrução Pública de Mato Grosso ressalta que essa era a única Escola Reunida instalada no Estado e que as de Várzea Grande e Livramento teriam suas instalações efetivadas naquele mesmo ano, 1931. (SILVA, 1931, p. 6).

As Escolas Reunidas Rural de Santo Antônio do Rio Abaixo, segundo o Diretor Brasil (1930, p. 18), era quase que desprovida de mobiliário. Em decorrência de sua instalação em 04 de Março de 1930, contava somente com "8 bancos de madeira, 8 carteiras, 3 mesas e 4 quadros negros". Neste mesmo ano, no mês de Abril, foram fornecidas pelo ao Almoxtarifado Geral do Estado "6 cadeiras, inclusive uma poltrona sortida, já usada em mal estado". Para o Diretor o mobiliário, pelo seu mal estado de conservação apresentava um aspecto "desagradável e em desarmonia em seus intuitos". O Professor Américo Pinto Brasil (1930, p.19), diretor das Escolas Reunidas de Santo Antônio do Rio Abaixo, explica sobre essa questão que apesar de seus "reiterados pedidos para uniformizar o estabelecimento do necessário nada pude conseguir por se encontra aquele almoxtarifado desprovido de tudo."

Acrescenta que "há no Estabelecimento diversos bancos de madeira e mesas tomados por empréstimos a particulares e mais um quadro negro [...]" cedida por um coronel da cidade. Quanto ao número de alunos matriculados nas Escolas Reunidas de Santo Antônio do Rio Abaixo, o mapa da matrícula e frequência dos discentes da citada escola, mostra que dos 248 matriculados, esse mesmo número permaneceu até o final do ano letivo (Tabela 5).

Tabela 05: Mapa de matrícula e frequência dos alunos

Classes	Sexo	Matriculados e Frequentes
1ª classe	Sexo masculino	100
1ª classe	Sexo feminino	59
2ª classe	Sexo masculino	14
2ª classe	Sexo feminino	28
3ª classe	Sexo masculino	20
3ª classe	Sexo feminino	24
4ª classe	Sexo masculino	3
4ª classe	Sexo feminino	-
Total		248 alunos

Fonte: Relatório das Escolas Reunidas de Santo Antonio de Rio Abaixo, 1930.

Para melhor funcionamento das Escolas Reunidas Santo Antonio de Rio Abaixo, esses alunos foram divididos em diversas classes: 2 classes de 1ª Masculina, 1 classe de 1ª Feminina, 01 classe de 2ª Feminina, 01 classe de 3ª Feminina e 01 classe mista Mista, num total de 6 classes. Vale ressaltar que o número de classe constituída para funcionarem nas Escolas Reunidas de Santo Antonio de Rio Abaixo, condiz com o número estabelecido em uma das plantas baixas elaboradas para a construção dessa modalidade escolar. Este fato suscita o entendimento de que mesmo aquelas cujos prédios fossem adaptados para agregarem uma instituição escolar desse porte, seguiam as normativas estabelecidas pelo estado quanto à disposição geográfica das classes.

Entretanto, se seguisse o Regulamento de 1927, o número de classes desdobradas nas Escolas Reunidas Santo Antonio poderia chegar a sete classes. Nesta Lei educacional, regia que as Escolas Reunidas deveriam funcionar com o máximo de 07 classes e o mínimo de 03 classes. Essas classes seriam organizadas, com o mínimo de 15 e no máximo de 45 alunos, “fundindo-se numa só classe dois ou mais anos do curso, ou formando-se classes mistas quando o número de alunos matriculados for insuficiente para a separação de sexo e anos do curso em classes distintas” (REGULAMENTO, 1927, p. 167).

Na implantação das Escolas Reunidas de Santo Antonio de Rio Abaixo, em 04 de Março 1930, “foram nelas incorporadas apenas os três professores das escolas isoladas que existiam na sede desta cidade”. As 06 classes que compunham esta instituição de ensino contava além das 03 professoras interinas, com uma professora normalista.

A regência da classe mista ficava a cargo do Diretor desta instituição. Essa prerrogativa vem ao encontro das determinações explicitada no regulamento de 1927. Este documento determinava que a direção das Escolas Reunidas ficasse a cargo de um professor nomeado pelo governo, com regência indispensável de classe. Este mesmo diretor teria vencimentos iguais aos demais professores das Escolas Reunidas, mas seria acrescido em seu salário, de uma “gratificação mensal de 30\$000 (trinta mil réis) por classe, não computada a sua”. (REGULAMENTO 1927, p. 167). O diretor das Escolas Reunidas de Santo Antonio de Rio Abaixo parece descontente por sua instituição não ser provida de um número maior de professores normalistas. Segundo o mesmo, se todas as classes da escola fossem compostas “[...] por professoras normalistas, o aproveitamento se verificará de mod o lisonjeio, dado ao conhecimento profissional que possui e a devida compreensão dos deveres do cargo”.

Para Brasil, essa situação se fazia presente em outras escolas isoladas e rurais da capital. O diretor das Escolas Reunidas de Santo Antonio de Rio Abaixo acreditava que a solução seria que o Estado cumprisse com a determinação da Lei.

Não negar a exigência, hoje tolerada do estágio por dois anos nas escolas rurais, que dava o direito de transferência para as cidades e vilas aos professores primários era uma medida que importava não só a assegurar o aproveitamento daquelas em tais escolas, como facultar o desenvolvimento da Instrução nas povoações do Estado (BRASIL, 1930, p.1).

As nomeações de professores interinos para provimento das escolas pelo Estado deveriam seguir alguns critérios de seleção, de acordo com Américo Brasil (1930, p. 20),

[...] sem a exigência de uma prova de habilitação entre os candidatos à professores, dá o lugar a estas irregularidade e daí o resultado negativo do ensino, pois a primeira qualidade de um verdadeiro preceptor e a clareza não só de expressão como também de idéias, para se fazer compreender, porque ele é o verdadeiro método é a alma e a razão no interesse que volta ao seu nobre mister. Para isso é preciso que o receptor seja pessoa educada nos moldes da pedagogia moderna e saiba ensinar e conhecer muito mais do que aquilo que ensina. Então as lições serão mais substanciais, melhor dirigidas, mais interessantes, mais profundas, numa palavra, mais profícuas.

A única professora que, apesar de pouco período de regência nas Escolas Reunidas de Santo Antonio de Rio Abaixo, era considerada pelo Diretor, como a que “[...] muito vem contribuindo para o desenvolvimento entregue a sua competente direção” era a professora normalista. Com relação às demais interinas, o mesmo esclarece que,

[...] a falta de diplomadas que solicitassem aproveitamento nas classes existentes. Dessa normalidade resulta o pouco desenvolvimento que vem se verificando as classes entregues a direção dessas adjuntas, que não se dedicam, com o devido interesse na distribuição do ensino, e mesmo falta-lhes, para isto, a idoneidade exigida para o desempenho do cargo. (BRASIL, 1930, p. 20),

Percebe-se que o Diretor Brasil, acreditava que as Escolas Reunidas de Santo Antonio de Rio Abaixo apresentariam resultados educacionais satisfatórios se todas as suas classes fossem regidas por uma professora normalista, cumprindo assim, com o que apregoava as determinações do Regulamento de 1927. A normalista nomeada para ministrar aulas nas Escolas Reunidas de Santo Antonio de Rio Abaixo foi Hermínia Pitanga de Moura. O termo de compromisso trás as seguintes especificações de posse:

Aos quinze dias do mez de março do anno de mil novecentos e trinta e dois, nesta cidade de Santo Antonio do Rio Abaixo, compareceu a Directoria das “Escolas Reunidas” a normalista Hermin-da Pitanga de Moura e disse que vinha se compromissar para poder exercer o cargo de professora adjunta interina da mesma unidade escolar para o qual fôra nomeada por Portaria n. 4 de hoje, datada.

O diretor Américo Brasil deu deferimento, a ata de posse foi lavrada pela professora adjunta Maria Pereira de Souza, que estava exercendo o cargo de secretaria no corrente ano. Dos 248 alunos matriculados nas Escolas Reunidas de Santo Antonio do Rio Abaixo, mais da metade, 143 estudantes realizaram exames finais, conforme apregoa Art. 146, do Regulamento de 1927.

Tabela 06: Alunos realizaram exames finais nas Reunidas.

Classes	Sexo	Número de alunos
1-classe A	Seção masculina	04
1-classe A	Seção feminina	06
1-classe B	Seção masculina	13
1-classe B	Seção feminina	06
1-classe C	Seção masculina	13
1-classe C	Seção feminina	12
2-classe	Seção masculina	39
2-classe	Seção feminina	21
3-classe	Seção masculina	11
3-classe	Seção feminina	17
4-classe	Seção masculina	01
Total		143 alunos

Fonte: Relatório das Escolas Reunidas de Santo Antonio de Rio Abaixo, 1930.

O Regulamento (1927) rege que haveria “todos os anos, exames de admissão à matrícula no curso complementar para os alunos que não tiverem cursado o 4º ano dos grupos escolares”, sendo realizados no último

[...] mês letivo do 2º semestre, realizar-se-ão, em todas as escolas primárias, exames de promoção, de acordo com as instruções anuais expedidas pela Diretoria Geral da Instrução cujas principais provas serão presididas, pelos inspetores distritais, nas escolas isoladas, e pelos diretores, nos grupos escolares e Escolas Reunidas (REGULAMENTO, 1927, p. 193).

A aplicação e aproveitamento dos alunos nas provas, para tivesse efeitos frente ao que apregoava o Regulamento da Instrução Pública Primária seriam “avaliados em número de um a dez, com os seguintes valores: 0 = nula, 1 e 2 = péssima, 3 e 4 = sofrível, 5 a 7 = regular, 8 e 9 = boa e 10 = ótima” (REGULAMENTO, 1927, p. 193). No Relatório apresentado pelo Diretor Américo Brasil, não consta o número de alunos aprovados nos exames e nem a nota obtida na prova por cada estudante. Uma preocupação apresentada pelo Diretor das Escolas Reunidas de Santo Antonio de Rio Abaixo, Américo Brasil, para que seus alunos se saíssem bem nos exames de admissão, aparece expressa no quadro de distribuição das matérias para todas as classes, abaixo:

Tabela 07: Distribuição das matérias para todas as classes das Escolas Reunidas

Disciplinas	1ª classe	2ª classe	3ª classe	4ª classe
Leitura	159	42	44	03
Caligrafia	50	42	48	108
Língua materna	159	42	44	03
Aritmética	75	42	44	03
Geometria	159	42	44	03
Geografia	75	42	44	03
Cosmo Grafia	-	42	44	03
História do Brasil	159	42	44	03
História natural	159	42	44	03
Física	-	42	44	03
Desenho	-	-	44	03
Ed. Moral e Física	159	42	44	03
Trabalhos	59	28	24	-

Fonte: Relatório das Escolas Reunidas de Santo Antonio de Rio Abaixo, 1930.

No artigo 211 do Regulamento em vigor no período em questão, expressa que os exames suficiência abordariam as seguintes matérias: “Noções gerais de Português, Aritmética, Geometria, Geografia, História Pátria, Ciências Físicas e Naturais e Educação Moral e Cívica, sendo os programas dessas matérias os mesmos estabelecidos para o 4º ano dos grupos escolares”. Ao analisar o quadro de matérias das Escolas Reunidas, percebe-se que o mesmo apresenta conciso com as determinações do Regulamento de 1927.

Com relação ao cargo de porteiro-servente o Regulamento 1927 previa um funcionário para exercer as duas funções. Para as Escolas Reunidas de Santo Antônio de Rio Abaixo, esse cargo foi confiado a uma mulher. O termo de compromisso para assumir o cargo trás as seguintes colocações:

Aos seis dias do mês de março do ano de 1931, nesta cidade de Santo Antonio de Rio Abaixo, na Diretoria das Escolas Reunidas, compareceu senhorinha Maria José de Lara e declarou que vinha se compromissar para exercer interinamente o cargo de Porteiro-servente das mesmas escolas, para a qual fora nomeada pela portaria nº. 62 de 3 de do corrente mês, pelo senhor Secretário Geral do estado, como vencimento de 150\$00 mensais.

Percebe-se que a implantação as Escolas Reunidas de Santo Antonio de Rio Abaixo, atendia as necessidades, do governo de Mato Grosso, de contenção de gastos, pois para sua criação foram suprimidas 3

escolas isoladas daquela localidade. Os alunos das três escolas isoladas agrupadas passaram a ocupar somente um prédio, alugado que, pela descrição do Diretor Brasil, não tinha condições para abrigar uma instituição escolar.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A documentação nos aponta que a implantação dos grupos escolares foi idealizada pelos governantes e utilizada para forjando a ideia de uma escola organizada e homogênea, contrária à escola isolada, que consideravam como ineficiente. Entretanto, foi através das Escolas Reunidas que a escola graduada se expandiu por Mato Grosso. Tinham a vantagem de representar uma economia aos cofres públicos, pois não exigiam a contratação de uma pessoa específica para assumir a função de diretor, com uma gratificação fixa; necessitavam de um número menor de alunos para serem instaladas, exigiam prédios escolares mais simples, não necessitando do investimento em grandes obras para a construção de uma escola-monumento, como era próprio dos grupos escolares. Tal característica, além de tornar as Escolas Reunidas um modelo econômico, possibilitava a sua instalação em qualquer localidade, permitindo rapidamente a sua expansão.

O relatório das Escolas Reunidas Rural de Santo Antonio de Rio Abaixo fornece informações indicando que algumas das condições expressas no Regulamento de 1927 foram cumpridas, como desdobramentos de classes, a direção da instituição era regida por um professor que ministrava aulas nas classes mistas nesta instituição, dentre outras.

Diante dos argumentos até aqui apresentados infere-se que os objetivos das Escolas Reunidas preconizado pelo Regulamento de 1927, como o melhoramento das condições pedagógicas e a higiene dos ambientes escolares, parecia ser priorizado pelo Diretor Américo Pinto Brasil, pois uma de suas solicitações perante aos governantes de Mato Grosso era, o rompimento de contrato de aluguel do prédio, em que funcionava as Escolas Reunidas de Santo Antonio de Rio Abaixo, por falta de estrutura física e higiênica, para abrigar uma instituição escolar, idêntica à situação das escolas isoladas rurais do Estado.

NOTAS

¹ Esta pesquisa é um desdobramento do Projeto “ENTRE CAMINHOS, LIVROS, PROFESSORES E ESTUDANTES: as escolas primárias em Mato Grosso (1930-1960)” aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso – FAPEMAT, processo nº 154805/2014.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Francisco de Aquino. *Mensagem do presidente do Estado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso*, 1921. Arquivo Público de Mato Grosso.

COSTA, Pedro Celestino da. *Mensagem do presidente do Estado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso*, 1923. Arquivo Público de Mato Grosso.

_____, _____. *Mensagem do presidente do Estado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso*, 1928. Arquivo Público de Mato Grosso.

MULLER, Julio Strubing. *Relatório apresentado ao Presidente da Republica em 1939*. APMT. Cuiabá – MT.

MULLER, Julio Strubing. *Relatório da Instrução Publica de Mato Grosso de 1931*. APMT. Cuiabá – MT.

REGULAMENTO da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso. *Coleção de Leis e Decretos*. Cuiabá-MT, 1927.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. *De criança a aluno: as representações da escolarização da infantil em Mato Grosso (1910 – 1927)* – Cuiabá: EdUFMT, 2007.

SÁ, Nicanor Palhares; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. *Revisitando a história de escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na Primeira República*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

Souza, Terezinha Fernandes Martins de. *Alfabetização na Escola Primária em Diamantino – Mato Grosso (1930 a 1970)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá: UFMT/IE, 2006.

TOLEDO, Annibal. *Mensagem apresentação à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 1ª Sessão na abertura de sua 15ª Legislatura*, 1930 APMT. Cuiabá – MT.

MENDES, Francisco A. Ferreira. *Relatório da Diretoria Geral da Instrução Publica de Mato Grosso de 1942*. APMT. Cuiabá – MT.

IFMT - CAMPUS SÃO VICENTE: TRAÇOS DE UMA EDUCAÇÃO TECNICISTA EM 'CONVERSAS' COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ronaldo E. Feitoza Senra

IFMT; Doutor em Educação pela UFMT; Docente do Núcleo Avançado de Jaciara – Campus São Vicente – IFMT
ronaldo.senra@svc.ifmt.edu.br

Michèle Tomoko Sato

Doutora em Ciências pela UFSCAR; Docente do Instituto de Educação – IE/UFMT
michele@gmail.com

Geison Jader de Mello

Doutor em Física Ambiental pela UFMT; Docente do Núcleo Avançado de Jaciara – Campus São Vicente
geison.mello@svc.ifmt.edu.br

Leandro Carbo

Doutor em Química pela UNESP; Docente do Núcleo Avançado de Jaciara – Campus São Vicente leandro.carbo@svc.ifmt.edu.br

RESUMO

Educação Técnica, Profissionalizante, Profissional, Profissional e Tecnológica, Tecnista. Estas nomenclaturas demonstram o caráter histórico e de mudanças que esta modalidade de ensino apresenta. O Campus São Vicente contribuiu para a inserção das discussões e projetos em torno da Educação do Campo dentro da instituição. Seja pelo fato de ter formado técnicos agrícolas dentro do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA seja pela sua atuação nas especializações de Educação do Campo: “Projovem Campo: saberes e fazeres da terra” e, “Desenvolvimento e Sustentabilidade”. Estas atuações corroboram (a priori) com a sua aproximação e/ou intencionalidade em se trabalhar com a agricultura familiar e as dimensões da Educação do Campo. O objetivo deste artigo é discorrer sobre a inserção da Educação do Campo no IFMT - Campus São Vicente por meio da análise documental de seus principais documentos oficiais. E por meio desta análise e do próprio processo histórico da instituição discorrer se é



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

possível uma “conversa” entre concepções pedagógicas distintas: técnica e do campo. Para isto, a metodologia adotada foi à análise documental sobre os documentos da instituição do ponto de vista político e pedagógico e quais versam sobre a temática da Educação do Campo. Os resultados evidenciam que o histórico da instituição, suas concepções em torno do ensino profissional, apesar de ter mudado as suas nomenclaturas, a instituição preserva fortemente suas características tecnicistas.

Palavras-chave: Educação Tecnista, Educação do Campo, Formação.

ABSTRACT

Technical Education, College, Professional, Professional and Technological Technician. These classifications show the historical character and change that this mode of education has. The Campus Saint Vincent contributed to the inclusion of discussions and projects around the field of education within the institution. Is the fact that he formed agricultural technicians within the National Education Program in Agrarian Reform - PRONERA, either for his performance in the field of education specializations: “Projovem Course: knowledge and practices of the earth” and “Development and Sustainability”. These performances confirm (a priori) with your approach and / or intent in working with family farmers and dimensions of Rural Education. The purpose of this article is to discuss the Rural Education inserting the IFMT - Campus Saint Vincent through documentary analysis of its key official documents. And through this examination and of the historical process of discourse institution can be a “conversation” between different pedagogical concepts: technicality and countryside. For this, the methodology adopted was the documentary analysis of the documents of the institution's political and pedagogical point of view and which deal with the theme of Rural Education. The results show that the history of the institution, his views about vocational education, despite having changed their nomenclature, the institution strongly preserves its technologic characteristics.

Keywords: Technician Education, Rural Education, Training.

INTRODUÇÃO

Educação Técnica, Profissionalizante, Profissional e Tecnológica, Tecnista. Estas nomenclaturas demonstram o caráter histórico e de mudanças que esta modalidade de ensino apresenta. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (BRASIL, 1996), há o enfoque no ensi-

no e não na educação, talvez seja pelo fato de que os processos educacionais ainda são vistos como aqueles que ocorrem apenas nos espaços escolarizados. Ou mesmo, o olhar é demasiado nos processos de escolarização, já que a educação se apresenta como fenômeno humano mais amplo e que ocorre não só no ambiente escolar.

Elucidando a diferença entre ensino e educação, Brandão (1995) faz uma distinção e define que a educação aparece como prática social sendo sinônimo de socialização. Já a escolarização ocorre “quando, entre outras categorias de especialidades sociais, aparecem as de saber e de ensinar a saber. Este é o começo do momento em que a educação vira ensino, que inventa a pedagogia” (p. 25). É este processo de escolarização, do surgimento da escola enquanto instituição social, que o ensino se configura como “especialidade social”, ou se torna “prática pedagógica que subsidiam os processos metodológicos, técnicos que orientam as ações enquanto profissionais” (GHIRALDELLI, 1994). Entretanto, o autor afirma que esta prática pedagógica irá também gerar uma “teoria pedagógica vivenciada e experimentada” abordando a dimensão da práxis (teoria aliada à prática).

Ao expor o lócus de atuação da pesquisa que é o *campus* São Vicente - IFMT, seu histórico, concepções em torno do ensino profissional, considera-se que, apesar de ter mudado as suas nomenclaturas, a instituição preserva fortemente suas características tecnicista. Recorro ao termo tecnicista, referendado por vários estudos dentro da história da educação e da didática, para refletir como estes aspectos estão presentes até os dias de hoje na educação de uma forma geral, mesmo com outras “roupagens” e discursos que a priori podem passar despercebidos.

Mesmo sabendo que há resistências, lutas e que não há consensos e muito menos um único paradigma dominante ao trazer alguns aspectos da educação e das tendências pedagógicas, é preciso reconhecer que a sobreposição de ideias acaba acontecendo, principalmente se tratando de tendências educacionais, que nem sempre vão ao encontro das reais necessidades educativas, tornando-se assim uma tendência hegemônica, porém não a única (SENRA, 2009, p.24).

Dentre os aspectos e características de uma educação tecnicista que justifica, legitima, e sustenta completamente a vida na sociedade hegemônica do capitalismo há dois pontos que gostaria de suscitar: primeiro é o fenômeno da globalização e o segundo é o do neoliberalismo; e como estas duas características da nossa sociedade influenciam e interferem diretamente na educação. Os processos de educação e ensino (dimensão instrumental e pedagógica) da instituição, que tem como vocação a “educação profissional”, podem estar reproduzindo as características da ideologia da globalização e do neoliberalismo.

Ao pensarmos sobre o papel que os IFs desempenham na atualidade, qual sua identidade, seu histórico, sua inserção na sociedade e quais os compromissos com uma educação que, para além da técnica, e da tecnologia, do mercado, do desenvolvimento, possa se tornar um processo de educação crítica, transformadora e quiçá libertadora?

Gadotti, ao descrever sobre a “História das ideias pedagógicas”, discute que o surgimento da educação, do pensamento pedagógico moderno, enquanto escola e sistema de ensino, principalmente no começo do século XVIII e na sistematização no século XIX, pelo pensamento pedagógico positivista, tinha como princípio fundamental a concepção de educação-escola dual “distinta para cada classe: à classe dirigente a instrução para governar e à classe trabalhadora a educação para o trabalho” (GADOTTI, 2003, p.93).

Verifica-se que a “Educação Profissional”, em determinados períodos históricos, veio para justificar o desenvolvimento do país e produzir “mão de obra” para o mercado, com fortes influências de uma educação positivista e dual. A Figura 1: “Temporalidade da Terminologia Educacional”, contextualiza o processo histórico da Educação Profissional e demonstra algumas pistas da intencionalidade da educação e da visão desenvolvimentista, de progresso.

Figura 1



Temporalidade da Terminologia Educacional (SATO, 2013)¹

O ensino regular em áreas rurais teve seu surgimento no fim do 2º Império e implantou-se amplamente na primeira metade deste século.

O seu desenvolvimento através da história reflete, de certo modo, as necessidades que foram surgindo em decorrência da própria evolução das estruturas sócio agrárias do país (CALAZANS, 1993, p.15).

Dentro dos contextos entre os anos de 1937-1959 há algumas consolidações do ponto de vista de políticas públicas para a Educação Profissional. Em 1937 (Governo Vargas) o país começa a se industrializar e o advento das ideias socialistas e comunistas que surgem com os movimentos anarco-sindicais (vindos da Europa) é preocupante para as elites dominantes no país, ocupando assim, a educação da função de “socializar, domesticar” a população, tendo a defesa da “escola pública e gratuita para todos”, pois nesta época era enorme o contingente de analfabetos no país.

Os séculos XVIII e XIX produziram duas novas exigências estruturais: a formação de trabalhadores aptos para a produção nas indústrias e a formação cívica para o exercício da cidadania. As mudanças no sistema produtivo exigiram a formação de um novo tipo de trabalhador, para o qual os saberes precisavam ser adequados à produção industrial. Estes saberes já não podiam ser transmitidos no âmbito privado; impunha-se, então, produzir um modelo de conhecimento utilitário, o mais disciplinador possível e de acesso universal. Nesse período histórico, a educação assumiu o objetivo de sociabilizar as classes perigosas, para as quais deveria possibilitar a inserção no mundo do trabalho e a sociabilidade de comportamento necessário à vida urbana (VIOLA, 2001, p.214).

Na perspectiva da Educação Rural, e tentando compreender como este processo educativo se constitui neste meio, me embasei no estudo de Calazans que discorre sobre a inserção da educação a partir do Estado e observa que:

É essencial destacar que as classes dominantes brasileiras, especialmente as que vivem do campo, sempre demonstraram desconhecer o papel fundamental da educação para a classe trabalhadora. As revoluções agroindustriais e suas consequências no contexto brasileiro, principalmente a industrialização, provocaram alterações que obrigaram os detentores do poder no campo a concordar com algumas mudanças, como por exemplo, a presença da escola em seus domínios. Assim a escola surgia no meio rural brasileiro tardia e descontínua (CALAZANS, 1993, p.16)

A escola nascida no contexto do meio rural então, sendo tardia e descontínua corrobora para a sua inserção apenas como “permissão” dos donos das terras, conseqüentemente do poder, focalizando apenas uma educação do “mestre escola”, de instrução mínima. Um exemplo do que foi citado acima pode ser visto na realidade mato-grossense, onde

Senra (2009) no Capítulo que discorre sobre: “Uma Escola, no Quilombo, não é só uma escola”. Este capítulo relata, além do contexto histórico da Comunidade Quilombola de Mata Cavalo, as concepções educacionais e políticas da época, e também faz um contraponto entre a concepção de uma Educação Rural permissiva pelos “donos da terra” para uma Educação Quilombola (do campo) contextualizada. “As tendências da origem e da organização escolar estão intrinsecamente vinculadas aos fatos de nossa própria formação social e política: país de colonização, de trabalho fundado na escravidão e no latifúndio” (CALAZANS, 1993, p.17).

A autora acima ainda ressalta que, para entender a Escola no meio rural, esse fenômeno está ligado “a trajetória da escola pública no meio rural”. E a partir de 1930, consolidou-se a ideia do grupo dos pioneiros do “ruralismo pedagógico”, ideias em ebulição desde os anos 20, predominando:

- Uma escola rural acomodada aos interesses e necessidades da região;
- Escola que impregnasse o espírito brasileiro, técnica do trabalho nos campos, sentido ruralista, conquista da terra, visão em oposição à “escola literária” e;
- Vocação histórica do ruralismo brasileiro, economia agrária (CALAZANS, 1993, p.18-19).

Neste contexto histórico do *Campus* São Vicente, o marco foi à mudança de nomenclatura das “Escolas de Artífices Agrícolas” para as “Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais”. Como qualquer outra instituição de ensino, não podia estar alheia ao processo educativo no nosso país. Mesmo sendo uma referência, cabe destacá-la para demonstrar claramente os objetivos fins que a Educação Profissional se instala e seus preceitos políticos e pedagógicos.

A Origem e História dos IF's - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia inserem-se e compõe o processo de transformação socioeconômico e cultural do país desde o início do século passado, mais precisamente desde 23 de setembro de 1909, quando o Governo Federal criou por meio do Decreto nº 7.566, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, instituindo um conjunto de “Escolas de Aprendizes e Artífices”, destinadas ao ensino profissional primário e gratuito com o intuito de prover as necessidades e diminuir as desigualdades sofridas pelos – segundo o então presidente – ‘desfavorecidos de fortuna’. Ainda na primeira metade do século XX, dentro da perspectiva de Escolas de Aprendizes e Artífices, sendo reconhecidamente a agricultura e suas vertentes a vocação regional de Mato Grosso bem como a realidade econômica produtiva que se apresentava, foi institu-

ida oficialmente pelo Decreto nº 5.409 do dia 14 de abril de 1943 (data em que comemoramos nosso aniversário) o “Aprendizado Agrícola Mato Grosso².”

Ao compreender o processo histórico do *Campus* de São Vicente, elucida-se que a origem da educação profissional, principalmente a voltada para as escolas técnicas agrárias, está embasada apenas na concepção utilitarista, assistencialista, de desenvolvimento e modelo de agricultura capitalista. Concorde-se com Gritti (2008) que “esta formação oferecida pelas escolas técnicas agrícolas orienta, ainda hoje, o processo produtivo dos agricultores familiares, que são pequenos proprietários rurais” (p.19). E é esta formação que muitas vezes negligencia outras práticas destes trabalhadores de cultivo a terra, de sobrevivência e de identidade campesina, tornando-se uma formação e modelo de agricultura hegemônica.

O IFMT – CAMPUS SÃO VICENTE E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

O *Campus* São Vicente contribuiu para a inserção das discussões e projetos em torno da Educação do Campo na instituição. Seja pelo fato, de que mesmo antes da sua configuração institucional atual (*Campus* do IFMT), o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet/Cuiabá), como era conhecido à época (antes de 2008), já estava coordenando o Projeto de Especialização em Educação do Campo “Projovem Campo: saberes e fazeres da terra”.

Sendo um dos dois centros federais com características e vocação agrícola, o campus orientou-se para atender e formar a demanda de técnicos para a atuação dentro da produção agrícola do estado, sendo o agronegócio³ o marco orientador das políticas executadas. Atualmente com a configuração de Instituto Federal – IF, o “privilegio” e isolamento de uma escola agrícola passa-se a configurar e integrar uma Rede Federal de Ensino Técnico, e sendo um dos 14 campi do IFMT⁴.

O *campus* também já ofereceu a formação de técnicos agrícolas dentro do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRO-NERA o que corrobora (a priori) com a sua aproximação e/ou intencionalidade em se trabalhar com a agricultura familiar e as dimensões da Educação do Campo, seja de forma mais implícita ou explícita, haja vista que, o próprio *campus* possui um “Núcleo de Agroecologia”. Este “núcleo” deveria ser um grupo de estudos e atuação intensa nesta área o que poderia fortalecer a agricultura familiar, ou o campesinato nas suas práticas agrícolas.

Aqui cabe fazer uma diferenciação entre o agronegócio, a agricultura familiar e o campesinato. O Agronegócio é produto da transnacionalização e da globalização e tem como objetivo único a produção de *commodities* juntamente com todos os aspectos da revolução verde. Nesta perspectiva, a “história da educação rural e a história da formação profissional evidenciam a vinculação produzida, ao longo do tempo, entre educação e as necessidades de mão-de-obra especializada” para atender a agricultura moderna (GRITTI, 2008, p. 49).

Alguns autores diferenciam a Agricultura Familiar do Campesinato, pelo fato da Agricultura Familiar poder estar “inserida” na produção da agricultura moderna (capitalista), mesmo que esta inserção seja apenas de caráter utilitarista e de reaplicação de modelos, já que não detém os meios de produção. Nesta perspectiva, o campesinato se configura como o grupo social que produz primeiramente para a sua sobrevivência e somente comercializa o excedente. É justamente nesta diferenciação do modo de produção que o agronegócio impede a existência do campesinato e da agricultura familiar. Nesta perspectiva, a formação e as escolas técnicas, segundo Gritti (2008):

Não se construiu como espaço de reflexão e construção de outras formas de produzir que não aquela imposta pela modernidade, identificada com a sociedade burguesa e o modo de produção capitalista [...] a escola agrícola moderna impõe-se aos agricultores e seus filhos, em detrimento dos conhecimentos que nascem do seu fazer cotidiano, da produção da agricultura familiar (p.63).

Talvez as ideias deste “ruralismo pedagógico” sejam justamente a comprovação de todo o descaso com a educação voltada para os povos que vivem e trabalham no campo. “A história da educação brasileira mostra o predomínio de uma educação que objetivava “treinar e educar” os sujeitos “rústicos” do rural” (SOUZA, 2008, p.1093).

Considerando também, que o próprio movimento da Educação do Campo é recente, vindo das duas últimas décadas do século passado, a Educação do Campo dentro da instituição é algo incipiente e necessita de um marco legal, processual e de regulamentação.

O objetivo deste artigo é discorrer sobre a inserção da Educação do Campo no IFMT - *Campus* São Vicente por meio da análise documental de seus principais documentos oficiais. E por meio desta análise e do próprio processo histórico da instituição discorrer se é possível uma “conversa” entre concepções pedagógicas distintas: tecnicista e do campo.

Fundamentalmente, a Educação do Campo dentro da instituição deve ocorrer e se institucionalizar respeitando e se apropriando da própria história deste processo educativo, que tem como um dos seus ali-

cercas as reivindicações e experiências pedagógicas dos movimentos sociais do campo.

A educação do campo expressa uma nova concepção quanto ao campo, o camponês ou o trabalhador rural, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da educação [...] Os movimentos sociais, expressivamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), demandam do Estado iniciativas no âmbito da oferta de educação pública e da formação de profissionais para trabalhar nas escolas localizadas no campo (SOUZA, 2008, p.1090).

Ao adotar a concepção de “Educação do Campo” os próprios movimentos sociais querem distinguir claramente uma ideia de educação reivindicatória, popular e transformadora, da concepção de Educação Rural que subjazem diversos conceitos pejorativos sobre a cultura destes povos.

METODOLOGIA

O artigo está embasado na análise documental pelo fato de ser uma pesquisa sobre os documentos oficiais da instituição do ponto de vista político, pedagógico, seus objetivos institucionais e que versam sobre a temática da Educação do Campo, assim como uma sistematização do ponto de vista legal e dos princípios da Educação do Campo em diálogos com a Educação Tecnista. Segundo Lüdke & André:

Os documentos constituem também fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p.39).

Ao fazer um apanhado geral da educação tecnicista, das concepções e pressupostos que os documentos institucionais trazem, parte-se do pressuposto de que há distintas propostas educativas que emergem da institucionalização da Educação do Campo. Por um lado, há o processo histórico e o surgimento via movimentos sociais do campo, que inclusive são responsáveis pelas conquistas e avanços do ponto de vista legal. Por outro lado, a Educação do Campo corrobora com princípios que muitas vezes são negligenciados pelas políticas institucionais.

A pesquisa teve seu recorte temporal de 2010 até 2014, período vigente do doutoramento do primeiro autor e também da consolidação da instituição (criada em 2008). Para a compreensão destes conflitos entre os aspectos legais e dos princípios da Educação do Campo, a pesquisa abordou a análise documental dos seguintes documentos oficiais (em vigência à época) do IFMT:

- o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFMT/2009;
- Regimento Geral. Resolução Nº005, de 23 de abril de 2012;
- Instrução Normativa da Pró-Reitoria de Ensino nº043/2010: "Orienta quanto aos procedimentos para elaboração de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Pós-Graduação *Lato Sensu* em nível de especialização, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso";
- Instrução Normativa da Pró-Reitoria de Ensino nº044/2010: "Orienta quanto aos procedimentos para implantação e/ou implementação da Educação do Campo nos *Campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso".

Quase todos os estudos incluíram análise de documentos, sejam eles pessoais, legais, administrativos, formais ou informais. Como nas situações de entrevista e de observação, o pesquisador deve ter um plano para coleta e análise de documentos, embora não deixe de considerar elementos novos, identificados no contato com o campo e que possam ser relevantes para a construção do caso (ANDRÉ, 2008, p.53).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando que o debate sobre a Educação do Campo no Brasil, e no Estado de Mato Grosso, é recente, a inserção de seus preceitos e da formação de professores institucionalmente ocorre pelo processo pedagógico do Projovem Campo e de outras especializações em Educação do Campo no IFMT. Este contexto serve de subsídio para identificar os campos de conflitos e convergências dentro das três dimensões da pesquisa: epistemologia, praxiologia e axiologia, e se esta relação da Educação do Campo com o IFMT - *Campus* São Vicente possibilita uma educação dialógica.

Ao começarmos refletindo sobre a dimensão do **CAMPO**, se faz necessário contextualizarmos de qual campo está-se falando e em que chão (território) se está assentado. Compreender o estado de Mato Grosso, para além das suas belezas naturais e paisagens que compõem seus biomas (Amazônico, Cerrado e Pantanal) é reconhecer também que há

nestes espaços uma diversidade de povos, comunidades e grupos sociais que já foram identificados pelo MAPA SOCIAL (SILVA, 2011). São justamente estas diversidades naturais e diferenças culturais, e de modos de se pensar a dimensão do campo que faz com que o estado de Mato Grosso seja antes de tudo, um espaço de contradição.

Uma das primeiras contradições do estado é que o mesmo campo pode ser visto como espaço da produção do agronegócio. Todo ano há recordes na produção de produtos para a exportação e, o mesmo campo é lócus de resistência, de moradia para os camponeses que vivem dele e trabalham para sua sobrevivência nas práticas de uma agricultura de sobrevivência. Ou seja, já explicitamos que o agronegócio impede a sobrevivência do campesinato e, é esta mesma “prática moderna de agricultura” que contribui efetivamente para uma prática tão antiga de exploração do ser humano, como é o trabalho escravo. Ruiz, à luz da teoria de Agamben sobre o estado de exceção, afirma que:

As graves contradições do estado de exceção apareceram desde os primórdios do próprio Estado moderno. O mesmo estado que criou, a isonomia das leis para os seus cidadãos criou a exceção para poder implementar a escravidão como um negócio e o genocídio indígena como um direito de expansão. A escravidão moderna é concomitante ao estado de direito (RUIZ, 2010, p.29).

Inúmeras pessoas são ameaças de morte no estado de Mato Grosso, seja porque denunciaram às práticas de trabalho escravo ou os desmatamentos. Todos estes relatos fazem parte do Relatório de Direitos Humanos e da Terra (SATO; WERNER & ROSSI, 2013). Concordo com Flores (2013) que o processo histórico do Brasil com as Capitanias Hereditárias proporcionou o nascimento dos latifúndios e que, a concentração de terras que se perpetua até os dias atuais, a expansão da fronteira agrícola no estado, aliado a falta de políticas públicas para os camponeses que “geram a pobreza, desemprego e exclusão social de milhões de pessoas” (p.89) são algumas das causas que geram o trabalho escravo contemporâneo. Neste sentido é “importante sermos conscientes de que a barbárie da escravidão, o encurralamento em reservas e o paulatino extermínio dos povos indígenas não foi obra de irracionalidade, mas da razão instrumental” (RUIZ, 2010, p.29).

Outra contradição evidente da dimensão do campo no Estado é indicada por Jaber & Sato (2012) no Mapa de Conflitos Socioambientais de Mato Grosso, no qual afirma que dos conflitos mapeados no estado, a disputa pela terra “configura-se como a principal causa propulsora dos conflitos” (p.24), para assim, vir outros conflitos interligados, tais como a disputa pela água, contaminação por agrotóxicos, queimadas, amea-

ças de morte e trabalho escravo. As autoras também fazem uma diferenciação entre os impactos e os conflitos socioambientais, sendo que o último surge “quando os territórios apropriados por grupos que apresentam modos diferenciados de viver e de se relacionar com o ambiente, chocam-se com grupos que são impulsionados a ocupar o território visando benefícios econômicos” (JABER & SATO, 2012, p.19).

Ao compreender o campo como território, como espaço em disputa, o Movimento da Educação do Campo pretende-se justamente diferenciar as concepções e modos de se viver e se relacionar com este espaço: o campo não só como espaço de produção econômica, mas como espaço de produção de vida. Neste sentido, a defesa da Educação do Campo e dos movimentos sociais é justamente para se repensar os processos educativos oriundos destas matrizes culturais do campo, dos povos que ficaram muitas vezes inviabilizadas pelos currículos urbanos e pelo estado de direito.

Enquanto a economia política se direciona a administrar a vida humana como recurso natural, zoe útil, os movimentos sociais continuam a reivindicar a potencialidade política da ruptura messiânica, em nome da vida. Para os dispositivos econômicos, a vida se torna um objeto útil a ser administrado segundo a sua natureza. Porém a vida também se manifesta como alteridade irreduzível a conceito e objetivação nas reivindicações dos movimentos sociais. Nesta segunda compreensão, a vida humana é uma alteridade irreduzível ao governo e controle objetivadores; ela, enquanto alteridade se apresenta como critério ético-político de resistência e ruptura contra os dispositivos de controle (RUIZ, 2013, p.29)

Ao pensar a dimensão CAMPO da pesquisa, muito mais do que evidenciar os aparatos legais e normativas do IFMT como dimensão epistemológica, compreendo que toda a construção do conhecimento da Educação do Campo é fruto dos movimentos sociais do campo e de suas lutas e práxis educativas. E que só posteriormente, este acúmulo dos movimentos se torna na atualidade aspectos legais e normativos para atender os movimentos sociais. Contudo, na construção do campo de pesquisa muito mais do que leis e normativas autoritárias institucionais, é preciso compreender as concepções e epistemologias subjacentes à instituição ao se trabalhar com a Educação do Campo.

Tentando responder as indagações da pesquisa e ao que se refere à dimensão: CAMPO, vou refletir sobre os aspectos legais com base nos documentos institucionais e sobre os preceitos da Educação do Campo. Entretanto, já adiantei que por ser um processo educativo, aparentemente ‘novo’ e oriundo dos movimentos sociais, a instituição que desde 1978

era Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-MT), recém-transformada em IF (pela Lei nº 11.892/2008), possui poucos documentos oficiais que versam sobre a temática. Mas, com base naqueles documentos que tive contato ao participar do 5º Fórum Pedagógico, realizado no dia 17 de setembro de 2010, refletirei sobre esta relação nas potencialidades e limitações e como esta instituição também está em busca da sua própria identidade.

Neste aspecto, vou descrever alguns pontos de entrelaçamento entre o IFMT no que concernem as suas normativas, leis institucionais e projetos executados para demonstrar alguns destes elementos inscritos nesta relação da Educação do Campo e da Educação Profissional. Dentre os documentos estudados estão o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFMT, 2009); Normativas da Pró-Reitoria de Ensino; Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e outros a que tivemos acesso que serviram para a reflexão do aparato legal e reflete também a relação da Educação do Campo com a instituição.

Ao enfatizar alguns elementos dentro do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI⁵/IFMT, 2009), destacam-se algumas concepções que corroboram com a ideia de que: mesmo com a mudança de nomenclaturas, a Educação Profissional traz em si os princípios da globalização, do neoliberalismo, do tecnicismo dentro das suas propostas. A escolha deste documento é pelo fato da sua importância, sendo *suclear* (FREIRE, 2000) para as políticas da instituição. O PDI é o que define os rumos institucionais, objetivos e concepções políticas e pedagógicas.

Cabe ressaltar que a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), Lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008), é recente tendo menos de cinco anos, e que sua identidade ainda está em processo de construção, e esta (que já traz resquícios do tecnicismo) dependerá muito de como será abordado e executado seus documentos e políticas, dentro de uma perspectiva de uma democracia real e não apenas representativa.

Talvez esta identidade institucional seja a maior limitação até o momento. Não estou de maneira nenhuma desconsiderando o histórico da instituição, no caso do *Campus São Vicente* que completou 70 anos de existência. A colaboração a que este texto se propõe, na interpretação dos resultados, é poder contribuir nas políticas públicas institucionais.

Ao acessar o PDI (IFMT, 2009), verifica-se que o documento foi aprovado *ad referendum*, sem, portanto, ter sido feito uma consulta pública e discutido amplamente o documento nas bases, apesar do documento afirmar que “pelas Audiências Públicas realizadas com as comunidades residentes nas regiões dos 10 *campi* do Instituto e pelas demandas levantadas junto ao empresariado e autoridades do Estado” (IFMT, 2009).

Se na constituição do seu principal documento que direciona suas políticas públicas, a instituição considera apenas as demandas do empresariado, como concretizar a Educação do Campo enquanto proposta formativa que dialoga com os movimentos sociais e com a Educação Popular? Se estes pressupostos da Educação Profissional negligenciam as especificidades do campo e atendem apenas os preceitos da globalização e do neoliberalismo? Se no seu PDI a instituição não fortalece uma democracia real e as concepções e preceitos são meramente representativos?

Outro documento oficial que não tive acesso e não está disponível no site da instituição, mas pelas leituras considero de fundamental importância para definir as diretrizes institucionais, é o Projeto Político Institucional (PPI/IFMT, 2009). Este documento não aparece com uma nomenclatura e decisão efetiva, pois, aparece ora como PPI, no PDI e no Regimento Interno do IFMT (IFMT, 2012), ora aparece como Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI). Se as concepções políticas e pedagógicas, a princípio, ainda aparecem de forma sutil, confusas e sem um esclarecimento mais efetivo institucionalmente, trarei alguns trechos do PDI para tipificar o viés da globalização e do neoliberalismo que não podem ser despercebidas ou negligenciadas.

A instituição avança do ponto de vista da concepção político-pedagógica ao considerar, além da formação científica e tecnológica (que é o principal tema da identidade institucional) também a dimensão humana na sua Missão Institucional, conforme citação:

Proporcionar a formação científica, tecnológica e humanística, nos vários níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, de forma plural, inclusiva e democrática, pautada no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, preparando o educando para o exercício da profissão e da cidadania com responsabilidade ambiental (IFMT, 2009, p.30).

Se a dimensão humana insere-se na missão institucional, a pesquisa contribui para refletir sobre este processo de humanização, que perpassa pela educação e só pode se concretizar efetivamente nas políticas institucionais se para além do aparato técnico, haja a aliança das três dimensões da pesquisa que é a epistemologia, praxiologia e axiologia no diálogo tensitivo da Educação do Campo. A educação como uma dimensão ontológica do ser humano preconiza que “a educação tem sentido porque, para serem, mulheres e homens precisam estar sendo. Se mulheres e homens simplesmente fossem não haveria porque falar em educação” (FREIRE, 2000, p.40). Ou no processo que Arroyo (aproximando-se de Paulo Freire) diz que é o cerne da educação:

Educação como humanismo, não como ensino, não no sentido de habilitar, de dar competência, mas no sentido de humanizar. A pedagogia trata dos processos de humanização e a escola, a teoria pedagógica e a pesquisa esqueceram-se disso. Educação como humanização. Educação básica como o conjunto e a pluralidade de espaços, de tempos, de processos em que [...] se humaniza ou desumaniza (ARROYO, 2001, p.24).

Outros dois pontos que chamam a atenção dentro do PDI é que o IFMT tem como objetivo “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” (IFMT, 2009, p.30), e a relação do mesmo com a “responsabilidade ambiental”, como se a responsabilização para as questões ambientais estejam apenas no âmbito individual, do exercício da cidadania de cada educando que se torne um profissional.

Dentro de uma perspectiva da EA, sabe-se que o meio ambiente e as questões inerentes ao mesmo devem ser vistas como fenômenos complexos e que envolvem, tanto o indivíduo quanto o coletivo, interligando tanto uma dimensão local, mas, sobretudo, uma dimensão global. Este “desenvolvimentismo” não será capaz de responder por toda a complexidade do meio em que vivemos, principalmente agora com o aquecimento global.

O próprio termo “desenvolvimento” é um termo em disputa e não há consensos, mas dentro do movimento ambientalista mais crítico e radical não se adota o termo “Desenvolvimento Sustentável”, mas sim “Sociedades Sustentáveis”. Se as questões ambientais na atualidade são ‘slogans’ obrigatórios e devem constar em toda proposta educacional, assim é “interessante observar que segmentos tradicionalmente percebidos como oponentes ao ambientalismo invadem arenas buscando reafirmar posições ambientalistas [...] E é neste momento que vale a pena a pergunta: somos todos iguais?” (MEDEIROS, 2007, p.100).

Baseado na economia de fronteira, ele (capitalismo) evoluiu, com a contribuição da academia, para o padrão de desenvolvimento sustentável, que objetiva a eficiência máxima e o desperdício mínimo quanto ao uso dos recursos naturais. E essas áreas de fronteira tem se constituído o lócus da reprodução do campesinato, que se encaminha para essas localidades como pioneiros, abrindo a terra, atribuindo valor a terra, possibilitando que uma segunda leva de produtores capitalizados se instalem nessas áreas. Mas esta produção capitalista nas áreas de fronteira, tem sido acompanhado de desmatamentos e outros impactos no ambiente, por isso mais recentemente, os grandes proprietários de terra encontraram no discurso do desenvolvimento sustentável, mais uma al-

ternativa que o capital buscou para se perpetuar (PEREIRA & BINS-TOK, 2009)⁶.

Dentro da Educação do Campo também há uma proposta construída de um desenvolvimento para o país. Não me debruçarei agora nestes embates, entretanto, as fronteiras de cada termo são explicitadas para dizer que não estou falando da mesma coisa, mas de temas que emergem diversos conceitos. E no caso do PDI, o termo “desenvolvimento socioeconômico”, muitas vezes aliado a políticas públicas, irá aparecer diversas vezes em outras partes do documento, esquecendo a dimensão ambiental, raras vezes aparecendo o “desenvolvimento sustentável” (IFMT, 2009).

E ao invés de um desenvolvimento sustentável, proposta defendida pelo Banco Mundial, a luta é para que tenhamos sociedades sustentáveis, para isto é que reafirmo a identidade da Educação Ambiental, que deseja “seu direito de humanização e renovação na construção de sociedades sustentáveis porque buscar reafirmar os arranjos políticos da luta ecológica na vontade de promover a inclusão social, a justiça ambiental e a proteção ecológica” (MEDEIROS, 2007, p.102).

A Educação Ambiental e também a Agricultura Familiar aparecem dentro das linhas de pesquisas do PDI que é Educação e Produção Agropecuária, não havendo menção a Educação do Campo e muitas vezes, estes dois termos aparecem de maneira branda ou em segundo plano dentro da linha de pesquisa:

EDUCAÇÃO: Educação é um dos pontos privilegiados na proposta de pesquisa do IFMT, pois considera-se este aspecto da vida social uma questão fundamental para a garantia do exercício da cidadania e para o desenvolvimento econômico e tecnológico, atendendo, de um lado, à população em geral e, de outro, ao setor empresarial e tecnológico. Para tanto, propõe-se a priorizar pesquisas relacionadas à cidadania, educação ambiental, metodologias alternativas de ensino e educação para o trabalho.

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA: O estado de Mato Grosso é essencialmente agrícola. Possui tecnologia de ponta na produção agropecuária e o agronegócio é uma dos maiores componentes do PIB do Estado. Este setor demanda constante aperfeiçoamento das técnicas de produção para que a competitividade seja mantida. Por outro lado, Mato Grosso é um dos estados com maior número de assentamentos rurais. A agricultura familiar deve, portanto, ganhar especial atenção no desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, para que estas famílias possam não só receber a terra, mas fazê-la produzir de forma sustentável e economicamente viável (IFMT, 2009, p.59-60).

Ao privilegiar os projetos apenas de pesquisa e extensão, talvez a dimensão do ensino tenha sido esquecida, mesmo se tratando de linhas de pesquisa. Parece haver um esquecimento também dos processos de ensino referentes à agricultura familiar, ao histórico dos *Campi* (principalmente aqueles agrários) e aos processos pedagógicos oriundos dos movimentos sociais e da educação popular inseridos no campo, que surge em 1998, com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e:

Nasceu da luta das representações dos movimentos sociais e sindicais do campo. Desde então, milhares de jovens e adultos, trabalhadores das áreas de reforma agrária têm garantido o direito de alfabetizar-se e de continuar os estudos em diferentes níveis de ensino (INCRA, 2011, p.11).

Destes inúmeros trechos institucionais, o cerne dos processos da globalização e do neoliberalismo dentro da Educação Profissional, e da educação como um todo, é percebido quando se adota os princípios de **flexibilização, autonomia, habilidades e competências**. Dentro da “economia do conhecimento e na desarticulação do trabalho, os saberes foram atomizados e diminuídos em habilidades e competências” (SCHETTINI, 2009, p.276). Isto está explícito no PDI nas Modalidades de Ensino ao se referir sobre a “Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, em consonância com as demais políticas públicas nacionais e normatizações (leis, decretos, resolução, etc). Os princípios adotados são:

- I. articulação da Educação Profissional Técnica com o Ensino Médio;
- II. respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- III. desenvolvimento de competências para a laboralidade;
- IV. flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- V. identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso;
- VI. atualização permanente dos cursos e currículos;
- VII. autonomia da Instituição de Ensino em seu projeto pedagógico (IFMT, 2009, p.33-34).

Ao discutir sobre “A globalização e a concepção de universidade: o contexto da formação do professor”, Carvalho & Bollman (2009) explicitam claramente a relação entre a globalização, neoliberalismo, Teoria do Capital Humano, com a universidade e consequentemente com a educação. Estes princípios destacados como autonomia, flexibilização, competências são os alicerces e os ícones-chaves para entender estas propostas de “mercantilização da educação”, e o IFMT ao adotá-las (como instituição voltada para o mercado de trabalho), não está senão referendando estes processos e concepções.

As antigas escolas técnicas, na sua constituição, tinham como objetivo “formar para o mercado de trabalho” e que, com a lei de criação dos IF (em 2008), é colocada como função também a formação docente, preferencialmente das áreas de ciências e matemática, porque os IFs tendem a privilegiar estas áreas do conhecimento pela tradição histórica da instituição. Este objetivo da formação docente é para melhorar o déficit da falta de professores habilitados no país nestas áreas.

Assim, mesmo ao propor uma formação voltada para a Educação do Campo que tem no seu histórico a reivindicação da educação enquanto um direito social, a instituição pelos preceitos da globalização e do neoliberalismo acaba incidindo a Educação do Campo apenas como uma mercadoria para atendimento de demanda. “A história da educação brasileira mostra o predomínio de uma educação que objetivava ‘treinar e educar’ os sujeitos ‘rústicos do rural’” (SOUZA, 2008, p.1093).

A expansão da Rede Federal de Ensino na sua atualidade se configura como uma estratégia do país para atender o neoliberalismo. E a formação docente dentro dos IF não foge a lógica dos princípios de uma educação tecnicista. Carvalho & Bollman (2009) afirmam que a formação docente pode contribuir para a reprodução do “mercantilismo educacional” ou reverter esta lógica quando a formação for baseada “na pesquisa e na produção do conhecimento”. Entretanto, nos parece que há uma ênfase muito grande na produção do conhecimento e na ciência como um todo, como um único caminho para a ‘libertação’ do ser humano da reprodução do mundo do trabalho.

Não estou negando o papel da ciência e nem do conhecimento na formação docente, mas, sobretudo, para a construção da dimensão epistemológica da Educação do Campo devemos perceber também os aspectos praxiológicos e axiológicos que estão interligados na concretude do processo educativo.

Carvalho & Bollman (2009) enfatizam o papel da pesquisa e da produção do conhecimento ao fazer um paralelo da formação docente realizada nas universidades, antes da reforma do estado, que tem a indissociabilidade da pesquisa, ensino e extensão como função prioritária. Após a reforma neoliberal, a formação docente que geralmente ocorria nas licenciaturas plenas, com forte ênfase na pesquisa, já ocorre como licenciatura curta e com aspectos da flexibilização dos currículos (principalmente a partir da década de 90 com a LDB e as diretrizes curriculares). As licenciaturas curtas não se dedicam a pesquisa com tanta ênfase e tendem a preparar mais ‘tecnicamente o docente’, podendo formar em um ‘menor tempo’ os profissionais para atender a demanda de mercado.

Dentro da formação docente, principalmente por se tratar de uma instituição de educação profissional, os IFs, além de trazerem estas concepções neoliberais, possuem em seu quadro diversos profissionais que se tornaram docentes, mas são profissionais técnicos e que do ponto de vista científico-profissional estão muito bem preparados. Entretanto, do ponto de vista político-pedagógico “nem sempre apresenta os atributos específicos necessários e desejados para esta outra profissão – a de docente” (KASSICK, 2009, p.37).

Se a maioria dos profissionais, principalmente os da área técnica, não possui a formação necessária e os atributos específicos para a atuação docente, por outro lado, a instituição nas suas normativas muitas vezes privilegia eminentemente apenas o caráter técnico. Exemplo disto é a Instrução Normativa nº043 da Pró-Reitoria de Ensino que orienta “quanto aos procedimentos para elaboração de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Pós-Graduação *Lato Sensu* em nível de especialização” (IFMT, 2010). Ao afirmarmos que tanto a EA quanto a Educação do Campo são processos educativos e campos do conhecimento eminentemente de dimensão política, como é que a instituição ao pensar seus projetos pedagógicos, dos seus inúmeros cursos negligencia a dimensão política? Ao adotar a sigla PPC, a ênfase está apenas no caráter pedagógico dos cursos, ou talvez apenas nos instrumentais e normativas capazes de responder as necessidades técnicas dos mesmos. Talvez a sigla, pura e simplesmente pode não revelar isto, mas o processo histórico nos ajudar a compreender este caráter tecnicista.

Será possível, hoje em dia, negligenciar esta dimensão política? Se o IF pretende se aliar e trabalhar de forma conjunta e integrada, e ele mesmo fazendo parte também da Educação Básica, porque não adotar a mesma proposição das escolas básicas em elaborar os seus respectivos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP). Esta mesma proposição em fortalecer a gestão democrática e a dimensão participativa e política nas escolas também deve ser preconizada dentro do IF, já que no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) há toda uma parte que versa sobre as “Políticas de Ensino” e a gestão democrática está contemplada (IFMT, 2009, p.37-38).

Parece haver um distanciamento do que é a prerrogativa de um marco legal maior dentro da instituição e os seus desdobramentos instrumentais - técnicos por parte de quem executa e elabora tais prerrogativas. A Instrução Normativa no seu artigo 3º deixa claro que:

Como documento orientador de cada curso, o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), traduzirá as políticas institucionais, abrangendo a fundamentação teórica e estratégias de ensino, orientando-se

pelos pressupostos definidos pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFMT, Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do campus (IFMT, 2010).

Deixo claramente a separação das dimensões políticas e pedagógicas, ou podemos destacar apenas “políticas institucionais, desenvolvimento e pedagógico”, já que o próprio PDI concebe a educação como “um mecanismo de transformação humana, onde o processo de passagem da consciência ingênua para a consciência crítica representa a plenitude do trabalho educativo” (IFMT, 2009, p.37).

Estas contradições presentes nos textos oficiais que, ora traz “a educação como transformação humana” e “consciência crítica” como elementos claros de uma educação crítica (que surge com a educação popular, progressista) e, ora traz “o resultado da produção científica como forma de melhorar a qualidade de vida” (IFMT, 2009) nos chamam atenção pelo resquício do tecnicismo e pela forte perspectiva iluminista (portanto, positivista) na educação ainda presente nos IF.

O iluminismo educacional representou o fundamento da pedagogia burguesa, que até hoje insiste predominantemente na transmissão de conteúdos e na formação social individualista. A burguesia percebeu a necessidade de oferecer instrução, mínima, para a massa trabalhadora. Por isso, a educação se dirigiu para a formação do cidadão disciplinado. O surgimento dos sistemas nacionais de educação, no século XIX, é o resultado e a expressão da importância que a burguesia, como classe ascendente, emprestou à educação (GADOTTI, 2003, p.96).

O Próprio PDI reconhece que a educação pode servir como instrumento ideológico de reprodução do sistema, ou de transformação do mesmo. Então, a pergunta que nos fazemos é porque negligenciar a dimensão política? Entendemos que a dimensão política se refere à participação ativa de todos/as, para além das políticas partidárias e ‘políticas-gens’, assim “não é possível separar política de educação, o ato político é pedagógico e o pedagógico é político” (FREIRE, 2000, p.127).

Para além de uma intencionalidade política, no uso da sua autonomia institucional no âmbito local, evidencia-se que os IF, assim como as universidades, sofrem diretamente no âmbito global a influência neoliberal na educação com o pressuposto do “Tratado de Bolonha” que:

Reformulando a instrução universitária no mundo e agilizando seus processos de privatização, é possível ver também o risco de impor a supremacia científica e tecnológica dos estados europeus

sobre todos os outros estados chamados emergentes, bem como sobre aqueles que privilegiam políticas de formação menos competitivas, mas socialmente includentes (SHETTINI, 2009, p.274).

Ao propor trabalhar com a Educação do Campo, a inclusão, a Educação Ambiental, a construção da cidadania, o IFMT (enquanto instituição que deve ser e não como organização social)⁷ tem a clareza do direito social, que é a educação ou apenas os resquícios desta educação tecnicista que se 'entrelaça e mistura' com distintas concepções educativas nas suas propostas do PDI. Estas propostas neoliberais, ideais políticos que se tornam uma prática educativa se evidenciam pelas propostas formativas ocorridas na instituição.

Acredito que estas propostas muitas vezes 'veladas' corroboram com a discussão do ensino técnico e seus pressupostos e, os processos formativos da Educação do Campo que ocorreram dentro *Campus* São Vicente podem desvelar estes conflitos, entre uma educação emancipatória e uma educação para o mercado.

Diante dessas estratégias para a educação, ou seja, da privatização do ensino, do enfraquecimento do ensino público, da concepção de educação voltada somente ao trabalho e do crescente processo de mercantilização da política educacional, é possível concluir que a educação como política social pública, assim como as demais, vem experimentando um processo de ataque neoliberal. Esse ataque não está explícito, apesar das evidências de destituição da política educacional como direito social, uma vez que as propostas neoliberais que visam à melhoria do ensino, entre outros fatores, destacam como solução melhorar sua universalização e qualidade (DALAGASPERINA, 2009, p.223).

Talvez por isto mesmo é que, os movimentos sociais do campo pressionam tanto a construção de políticas públicas para o campo e uma Educação do Campo como sendo um direito social. Um direito social que foi e é negado aos povos que vivem no/do campo. Esta negação estava presente na concepção da Educação Rural. "É o avanço da consciência do direito que tem provocado o avanço na Educação do Campo como política pública" (FERNANDES et al, 2009, p.253). A afirmação dos processos de educação para os povos do campo e no local onde os mesmos habitam, não é apenas 'mais uma reivindicação', mas fundamentalmente a proposta de um "outro paradigma".

Dentro da Instrução Normativa nº044/2010 que "Orienta quanto aos procedimentos para implantação e/ou implementação da Educação do Campo nos *Campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso", há um avanço do ponto de vista legal e institu-

cional, mesmo não tendo no seu PDI a palavra “Educação do Campo” e como área do conhecimento e de atuação. Esta instrução oferece uma pista da preocupação/intencionalidade com a temática e traz alguns aparatos legais no âmbito nacional para a viabilidade da Educação do Campo, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB/96 e também as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002).

Teço algumas considerações sobre esta normativa e sobre alguns termos que aparecem de forma sutil ou se esconde sob falsas aparências. Digo sutil e se esconde sob falsas aparências porque alguns conceitos são ‘muito caros’ à Educação do Campo e não aparecem na normativa. Aqui quero afirmar que alguns conceitos são fundamentais e basilares para a compreensão da própria Educação do Campo, tais como: campo, território, políticas públicas, educação, sustentabilidade, etc. No Capítulo III das Diretrizes (Da Definição e Finalidade), no art. 3º:

As escolas do campo são aquelas que têm a sua sede no espaço geográfico classificado pelo IBGE como rural e que oferece educação de qualidade adequada ao modo de viver, pensar e produzir das populações identificadas com o campo: agricultores, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros, assentados da reforma agrária, indígenas e outros (IFMT, 2010).

A dimensão do campo está muito além de uma mera classificação como sendo o espaço do não urbano, ou sendo o que contrapõe o urbano. Para além de classificações oficiais e da dicotomia entre campo e cidade, o campo deve ser entendido como espaço de territorialidades e identidades, que segundo Passos (2013) “quem faz o território são as pessoas, seus corpos e suas práticas”. Em um estado como o nosso cercado por biomas distintos e diversos (Pantanal, Cerrado, Amazônico) e na qual as territorialidades devem ser reafirmadas pelos seus povos, para além da hegemonia do agronegócio que sustenta um campo sem pessoas, sem vida. Por isto a ênfase do campo em:

Um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (BRASIL, 2002).

Destaco três pontos de reflexão dentro da Instrução Normativa: rural como espaço geográfico, educação adequada e populações identifi-

cadadas. Ao ler despretensiosamente, a Instrução Normativa faz menção a todas as populações que se identificam com o campo. Para compreender o campo, seus espaços e territórios alguns conceitos inerentes também a EA, como o biorregionalismo, parece ser uma dimensão mais próxima da realidade destes povos campestinos. Se o biorregionalismo nasce no bojo da contracultura propondo 'sociedades alternativas', no campo também há a proposição de um novo projeto de desenvolvimento, para além do agronegócio, na defesa da agroecologia e da sustentabilidade. Então, na abordagem biorregional o campo pode inserir-se com "um posicionamento mais político da história local, interpretando culturas e comunidades sem negligenciar o ambiente natural circundante das regiões" (SATO, 2005, p.41).

Entretanto, alguns conceitos ou outros sujeitos do campo devem ser contemplados para não cair na visão generalista de direitos e de educação (ARROYO, 2007) que ignora as diferenças "de território (campo, por exemplo), etnia, raça, gênero, classe" (p.160). Pequenos Agricultores, Agricultores Familiares e o Campestinato⁸, não são contemplados na instrução normativa do IFMT e talvez, estas três concepções sejam as que demarcam um campo ético-político importante da Educação do Campo e que podem fazer a diferenciação da disputa dos projetos de produção no campo: agronegócio e agroecologia.

A história mostra que são esses "outros" em gênero, classe, raça, etnia e território aqueles coletivos não incluídos nos direitos, normas e políticas generalistas. Em nome de formar um profissional único de educação, um sistema único, com currículos e materiais únicos, orientados por políticas únicas, os direitos dos coletivos nas suas diferenças continuam não garantidos. Os piores índices de escolarização se dão nos "outros", nos coletivos do campo, indígenas, pobres trabalhadores, negros (ARROYO, 2007, p.161).

Esses "outros" que muitas vezes são negligenciados, ou estes coletivos que se configuram como os movimentos sociais do campo também não aparecem nas normativas, como se a importância e o processo histórico destes movimentos estivessem na 'invisibilidade'. Por isto, na construção da dimensão epistemológica da pesquisa, parti das normativas e leis institucionais para se chegar à discussão conceitual da Educação do Campo pela pesquisa bibliográfica.

Já citei dois trabalhos fundamentais para a dimensão social da Educação do Campo e Ambiental dentro do estado de Mato Grosso que mapeou e compreendeu as dimensões tanto dos Grupos Sociais, negligenciados pela Política de Zoneamento Socio-Economico-Ecológico (ZEE), como os conflitos socioambientais. Ambos os trabalhos são frutos

de teses, no ano de 2012 (portanto posterior à normativa) que corroboram com o fortalecimento da Educação do Campo e também com as dimensões socioambientais no estado (SILVA, 2011; JABER-SILVA, 2012).

Se por um lado, a Educação do Campo e os “movimentos sociais como coletivos de interesses organizados colocam suas lutas no campo dos direitos, não apenas de sua universalização, mas também de sua redefinição” (ARROYO, 2007, p.162) e o direito à educação é uma pauta de luta, diálogo com a EA para auxiliar na ampliação conceitual da Educação do Campo em seus múltiplos aspectos.

Concordo com Gritti (2008) que “os cursos educativos e de formação técnica, voltados à população rural, têm trazido a marca de uma imposição [...] não brotam do chão da terra, mas do chão da fábrica” (p.106). Com esta afirmação, a autora ao analisar a formação do técnico em agropecuária reflete muito bem os preceitos conceituais e epistemológicos que estão imersos dentro da educação profissional e tecnológica, ou seja, uma formação voltada apenas para o atendimento da demanda de mercado, desconsiderando outros conhecimentos e processos educativos oriundos dos povos do campo. Entretanto, é isto que a Educação do Campo e a Educação Ambiental querem evidenciar. Há outras educações que surgem do chão de cada território.

NOTAS

¹ Orientação da tese em novembro de 2013.

² Histórico do Campus São Vicente. Acessado em <http://www.svc.ifmt.edu.br/webui/index.zul?campus=SVC>

³ “A instituição passa a ser referência de formação agrícola promovendo maior inclusão social e crescimento econômico local, fornecendo mão de obra qualificada às Empresas incipientes no Estado”. Citação do Histórico do campus São Vicente. Disponível em: <http://www.svc.ifmt.edu.br/webui/index.zul?campus=SVC>

⁴ Mapa da Rede. Disponível em: <http://www.ifmt.edu.br>.

⁵ Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (IFMT, 2009). Disponível em: <http://www.ifmt.edu.br/webui?wtd=wt2LcgSyQzsQJ82C&sid=1196647818#/post/1000144>.

⁶ PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio & BINSTOK, Jacob. REFLEXÕES ACERCA DA PRODUÇÃO CAPITALISTA NO TERRITÓRIO MATOGROSSENSE: O desafio do campesinato em áreas do agronegócio. In: Arquivo em PDF.

⁷ Chauí (2003) faz uma diferenciação entre a universidade enquanto instituição social e como organização social. Sendo a última uma concepção da Reforma do Estado neoliberal que vê a educação como um serviço e não um direito.

⁸ O campesinato se confronta ideologicamente, e com as consequências daí resultantes, com duas expressões já usuais, que se fizeram hegemônicas no campo, e que são decorrência dos interesses das concepções das empresas capitalistas: agricultura de subsistência e agricultura familiar (CARVALHO & COSTA, p.31, 2012).

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Estudo de Caso em pesquisa e avaliação educacional* / Marli Eliza Dalmazo de André. – Brasília: Liber Livro Editora, 3ª edição, 2008. (Série Pesquisa; vol.13).

ARROYO, Miguel Gonzalez. *Política de conhecimento e desafios contemporâneos à escola básica – entre o global e o local*. In: *Pesquisando e gestando outra escola: desafios contemporâneos* / Rute Baquero; Cecília Broilo (organizadoras). São Leopoldo-RS, Editora Unisinos, 2001.

ARROYO, Miguel Gonzalez. *Políticas de Formação de Educadores (as) do Campo*. In: *Caderno Cedes*, Campinas, vol.27, n.72, p.157-176, maio/ago. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. / Carlos Rodrigues Brandão. – 33. Ed. - São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL, *Lei Federal Nº 9.394* – de 20 de dezembro de 1996. publicado no DOU de 23/12/1996, seção 1.

BRASIL/ MEC/ CNE. *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo*. Resolução nº 01/2002.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. *Para Compreender a Educação do Estado no Meio Rural (traços de uma trajetória)* In: *Educação e escola no campo* / Jacques Therrien, Maria Nobre Damasceno coords. – Campinas: Papirus, 1993. – (Coleção magistério. Formação e trabalho pedagógico).

CARVALHO, Horacio Martins de & COSTA, Francisco de Assis. *Agricultura Camponesa*. In: *Dicionário da Educação do Campo*. / Organizado por

Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, Eduardo Búrigo de; BOLLMAN, Maria da Graça Nóbrega. A globalização e a concepção de universidade: o contexto da formação do professor. In: *POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES* / organizadores Marcos Edgar Bassi, Letícia Carneiro Aguiar. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. -288p.

DALAGASPERINA, Eliana Cristina. ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: as políticas sociais no contexto neoliberal. In: *O popular e a educação: movimentos sociais, políticas públicas e desenvolvimento* / org. Cristina Fiorenze, Telmo Marco. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. -296p.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna; CALDART, Roseli Salete; DE JESUS, Sonia Meire Santos. O POPULAR E A EDUCAÇÃO DO CAMPO In: *O popular e a educação: movimentos sociais, políticas públicas e desenvolvimento* / org. Cristina Fiorenze, Telmo Marco. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. -296p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. – São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FLORES, Elizabete Fatima. Trabalho Escravo, Realidade no Estado de Mato Grosso. In: *Relatório de Direitos Humanos e da Terra 2013*. / Organizado por Michèle Sato; Inácio Werner e Roberto Rossi. Cuiabá: FDHT / Centro Burnier Fé e Justiça, 2013.

GADOTTI, Moacir. *História das Idéias Pedagógicas* / Moacir Gadotti. 8ªed. - São Paulo: Ática, 2003.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. *O que é Pedagogia*. Ed. Brasiliense S. A. 7ª edição 1994. Coleção Primeiros Passos.

GRITTI, Silvana Maria. *Técnico em agropecuário: formação para qual agricultura?* / Pelotas: EDUCAT, 2008.

IFMT. *Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFMT/2009*.

IFMT. *Instrução Normativa da Pró-Reitoria de Ensino* que: “Orienta quanto aos procedimentos para elaboração de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Pós-Graduação Lato Sensu em nível de especialização, do

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso" nº043/2010.

IFMT. *Instrução Normativa da Pró-Reitoria de Ensino* que: "Orienta quanto aos procedimentos para implantação e/ou implementação da Educação do Campo nos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso" nº044/2010.

IFMT. *Regimento Geral*. Resolução Nº005, de 23 de abril de 2012.

INCRA. *Manual de Operações do Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)*. Aprovado pela Portaria/Incra/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011.

JABER-SILVA, Michelle Tatiane. *O mapeamento dos conflitos socioambientais de Mato Grosso: denunciando injustiças ambientais e anunciando táticas de resistência* / Michelle Tatiane Jaber da Silva. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais/UFSCar, São Carlos, 2012.

JABER, Michelle; SATO, Michèle. *Mapeamento dos Conflitos Socioambientais de Mato Grosso: Escala de Resistência e Ritmos de Esperanças* - Cuiabá, UFMT-GPEA & GTMS, 2012.

KASSICK, Clóvis Nicanor. Formação De Professores Para A Educação Superior. In: *POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES* / organizadores Marcos Edgar Bassi, Letícia Carneiro Aguiar. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. -288p.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas* / Menga Lüdke, Marli E. D. A. André. - São Paulo: EPU, 1986.

MEDEIROS, Heitor Queiroz de. *Educação ambiental na temporalidade do Acre: um olhar sobre a heterotopia de Chico Mendes* / Heitor Queiroz de Medeiros. -- São Carlos : UFSCar, 2007. 182 f. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2006.

PASSOS, Luiz Augusto. *Parecer referente à qualificação da tese*. Dezembro de 2013.

PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio & BINSTOK, Jacob. *REFLEXÕES ACERCA DA PRODUÇÃO CAPITALISTA NO TERRITÓRIO MATOGROSSENSE: O desafio do campesinato em áreas do agronegócio*. Disponível em

<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/73.pdf>.

RUIZ, Castor Bartolomé. A exceção jurídica na biopolítica moderna. In: *Entrevista concedida para Marcia Junges*. IHUon-line. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, Ed. 343. São Leopoldo, 13 de setembro de 2010. (pág.28-32).

RUIZ, Castor Bartolomé. O campo como paradigma biopolítico moderno. In: *Cadernos IHU em formação*. Ano 9 – Nº 45 – 2013. (pág.15-19).

SATO, Michèle. Biorregionalismo: A educação ambiental tecida pelas teorias biorregionais. In: Ferraro Jr., Luiz Antonio[organizador]. *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores* /-Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. P. 39-46

SATO, Michèle; WERNER, Inácio; ROSSI, Roberto. *Relatório de Direitos Humanos e da Terra 2013*. / Organizado por Michèle Sato; Inácio Werner e Roberto Rossi. Cuiabá: FDHT / Centro Burnier Fé e Justiça, 2013.

SENRA, Ronaldo E. F. *Por Uma Contrapedagogia Libertadora no Ambiente do Quilombo Mata Cavalo*. Dissertação de Mestrado - PPGE/UFMT. Cuiabá-MT, 2009.

SILVA, Regina Aparecida da. *Do invisível ao visível: o mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso - Brasil* / Regina Aparecida da Silva. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais/UFSCAR, 2011.

SCHETTINI, Bruno. Bolonha versus Lisboa: contradições e ambiguidades na Itália e na Europa. In: *Revista de Educação Pública* - v.18, n.37 (maio/ago. 2009) Cuiabá: EdUFMT, 2009, 176p.

SOUZA, Maria Antônia. EDUCAÇÃO DO CAMPO: POLÍTICAS, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E PRODUÇÃO CIENTÍFICA. In: *Educação & Sociedade*, Campinas, vol.29, n.105, p.1089-1111, set./dez. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

VIOLA, Solon Eduardo Annes. Modelos sociais e projetos educacionais. In: *Pesquisando e gestando outra escola: desafios contemporâneos* / Rute Baquero; Cecília Broilo (organizadoras). São Leopoldo-RS, Editora Unisinos, 2001.

PEDAGOGIA WALDORF: AMPLIANDO O OLHAR PARA A DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM EM MATEMÁTICA NESSE CONTEXTO

Fabiane Passarini Marques Pizaneschi

Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT
Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Educação-UFMT
fab987@bol.com.br

Marta Maria Pontin Darsie

Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT
Professora do Instituto de Educação-IE
Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo(USP)
marponda@uol.com.br

RESUMO

Neste trabalho apresentaremos uma pesquisa que teve como objetivo analisar e compreender a educação na concepção pedagógica Waldorf, a qual tem aporte teórico na perspectiva fenomenológica, que busca singularidade do significado que a experiência proporciona ao aluno, priorizando a essência dessa experiência, no sentido que a experiência esteja para além das categorias tanto do senso comum como da ciência, sendo retratado o contexto pedagógico desenhado pelo filosofo e cientista austríaco Rudolf Steiner. Assim, neste trabalho enfatizamos a Matemática bem como as situações de dificuldades no processo de ensino e aprendizagem dessa disciplina com alunos do ensino fundamental. A pesquisa teve como contexto uma escola privada de Cuiabá que oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II desde o ano de 1989, e como sujeitos: três professoras que atuam no ensino fundamental. Os resultados da pesquisa indicam que as professoras concebem o ensino da matemática como ferramenta essencial para o cotidiano de seus alunos, relevante em todos os segmentos, bem como para compreender o meio que o cerca e sua devida importância na formação do indivíduo para se situar perante o mundo, conforme preconiza a Pedagogia Waldorf.

Palavras-chave: Pedagogia Waldorf, Situação de Dificuldade de Aprendizagem em Matemática e Ensino Fundamental.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

RESUMEN

En este trabajo presentamos un estudio que tiene como objetivo analizar y comprender la educación en el punto de vista de la pedagogía Waldorf, la cual tiene contribución teórica en la perspectiva de la fenomenología, busca singularidad del significado que la experiencia proporciona al alumno, priorizando la esencia de esa experiencia, en el sentido que la experiencia sea para mas allá de las clases tanto del censo común como de la ciencia, siendo reproducido el contexto de la pedagogía, diseñado por el filósofo y científico austriaco Rudolf Steiner. Así, en este trabajo enfatizamos la matemática bien como las situaciones de dificultades en el proceso de la enseñanza y aprendizaje de esta disciplina con los alumnos de educación primaria. El estudio tiene como contexto un colegio particular de Cuiabá, que ofrece la educación infantil, educación primaria, desde el año de 1989, y como sujetos: tres profesoras que laboran en la educación primaria. Los resultados de la investigación indican que las profesoras plantean la enseñanza de la matemática como herramienta esencial para el cotidiano de sus alumnos, pertinente en todos los segmentos, bien como para comprender el medio que lo cerca y su debida importancia en la formación del individuo para ubicarse ante el mundo, según enaltece la pedagogía Waldorf.

Palabra clave: Pedagogía Waldorf, situación de dificultad de la enseñanza en Matemática y Educación Primaria.

INTRODUÇÃO

Entendendo a educação como uma forma do indivíduo alçar voos inimagináveis na vida, superar desafios e enfrentar dificuldades na vida e no seu percurso formativo, como viver e conhecer o mundo sem paradigmas, sem estereótipos, desprendendo-se das amarras sociais que silenciam, enquadram e esmagam anseios, desejos e talentos. A educação deve valorizar o que o aluno carrega no seu íntimo bem como despertar suas habilidades conduzindo-o para uma realização plena do homem enquanto ser social e humano.

Contudo, as práticas educativas ainda permeiam o ideário conteudista e robótico, contribuindo para formar o indivíduo tão somente para atender as necessidades do meio social bem como do meio econômico. Reforçando a lógica mercadológica na qual o aluno é coibido e impedido de pensar, de viver por si só, caminhar com as próprias pernas, apenas obedecendo aos padrões estabelecidos.

Idealizando um homem autônomo, criativo e crítico aproximo-me da Pedagogia Waldorf, a qual está circundada de mistérios, magia e encantamento como tudo que é novo. Para mim pelos menos, é algo desconhecido, porém atrativo. Minha aproximação com essa perspectiva começa a descortinar caminhos diferenciados para uma educação em função do homem e o eu, caindo por terra conceitos pedagógicos arcaicos e arraigados que vislumbram apenas formar o homem para a competitividade sem estimular sua competência. E como descreve Freire (2011):

Como professor sou crítico, sou um "aventureiro" responsável, predisposto a mudança, a aceitação do diferente. Nada do que experimentei em minha atividade docente deve necessariamente repetir-se. Repito, porém, como inevitável, à franquia de mim mesmo, radical, diante dos outros e do mundo. Minha franquia ante os outros e o mundo mesmo e a maneira radical como me experimento enquanto ser cultural, histórico, inacabado e consciente do inacabamento (p.49 e 50).

E nessa perspectiva pedagógica de formar o ser humano crítico e completo como se dá o ensino da matemática? De forma são tratadas as situações de dificuldades de aprendizagem em matemática? Uma vez que a matemática carrega o estereótipo de ser o entrave no processo formativo de grande parte dos alunos, seja por ser de difícil compreensão ou pela forma como é transmitida aos alunos.

O presente artigo discorre sobre a pedagogia Waldorf, abarcando desde o currículo, estrutura e o desenrolar da prática educacional na perspectiva em questão, lançando um olhar especial sobre a matemática na pedagogia Waldorf bem como a situação de dificuldade de aprendizagem em matemática na respectiva concepção pedagógica.

METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza de cunho bibliográfico e qualitativo. Primeiramente foi realizado um levantamento bibliografia sobre os fundamentos e teorias que embasam e norteiam a pedagogia Waldorf. Já para compreender as concepções das professoras acerca das dificuldades de aprendizagem em Matemática de alunos do Ensino Fundamental I, e as práticas pedagógicas desenvolvidas ao constatarem tais dificuldades, cada professora respondeu a um questionário de caracterização e concedeu uma entrevista semiestruturada, contendo 12 questões discursivas.

Para o desenvolvimento da pesquisa contamos com a participação de três professoras que atuam em uma mesma escola da rede privada de Cuiabá, que adota a pedagogia Waldorf como "A Arte em Educar".

As professoras participantes da pesquisa têm em média 40 anos de idade, possuem formação acadêmica em Pedagogia. Todas atuam na escola pesquisada há mais de 10 anos. As professoras possuem especialização na Pedagogia Waldorf.

A jornada de trabalho de ambas as professoras é de 20h/aula semanais. Atuam somente como professoras não exercendo outra profissão, uma vez que a escola em sua grade curricular prevê dois dias de aula em período integral. Todas compõem o quadro dos funcionários da escola.

A escola pesquisada atende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental I bem como o Ensino Fundamental II, nos turnos matutino, vespertino e integral desde o ano de 1989 e está localizada na região central do município de Cuiabá. Trabalha com 30 professores, estão matriculados no período letivo de 2015, 350 alunos. A média de alunos matriculados por turma é de 28. A estrutura física da escola conta com 16 salas de aula, climatizadas, possui biblioteca, sala de artes, sala para trabalhos manuais, fonte de água com peixinhos, horta, área aberta para recreação, parquinho feito em madeira, quadra de esportes e materiais de multimídia, além de uma grande área verde.

AMPLIANDO O OLHAR PARA A PEDAGOGIA WALDORF

A pedagogia Waldorf tem como fundador o Dr. Rudolf Steiner, calcada em uma antropologia sedimentada na Ciência espiritual, seus relatos posicionam-se em virtude da escola em relação a vida cultural, econômica e social da época de caos, resquícios herdados ao final da primeira guerra mundial.

Hoje em dia é notório o crescente interesse em busca de escolas que propagam a pedagogia Waldorf pela sociedade que prima por uma formação mais humana em contraposição a formação mecanizada e de memorização.

A perspectiva Waldorf é embasada pela ciência empírica e moderna, levando a uma compreensão diferenciada das fases evolutivas da infância e da adolescência, no decorrer das quais se transformam as relações com o mundo e a disponibilidade em aprender,

Uma das nossas grandes preocupações é dar uma formação integral ao homem: ao seu pensar, sentir, querer, dirigido, portanto a cabeça, ao coração e a sua mão. Queremos que ele conheça, no momento certo, tudo que o envolve, quanto a natureza e a Vida Humana. (LANZ, 1999. p.30).

Segundo a Sociedade Antroposófica no Brasil, a antroposofia, remontando as suas raízes linguísticas é formada pelas palavras “antropo-

sofia" do grego *anthropós*- homem e *sophia* - sabedoria significando assim "sabedoria a respeito do homem".

A antroposofia tende a satisfazer a busca de conhecimento do homem moderno a respeito de si mesmo e de suas relações com todo o universo, respondendo, de forma condizente ao seu nível de consciência, as antigas e recorrentes perguntas do ser humano: - Quem sou eu? De onde venho? Aonde vou? Qual o sentido de minha existência?

É nesse sentido que se pode denominar a antroposofia também como ciência do espírito, aplicável na prática, a todas as esferas da vida humana. Uma psicologia espiritual em pleno desenvolvimento, uma pedagogia social voltada para o desenvolvimento de pessoas, grupos e organizações. Cite-se ainda, no âmbito das artes, a euritmia que é a arte do movimento abrangendo os planos cênico, pedagógico e terapêutico e a arte da fala, cultivo da linguagem mediante princípios espirituais.

A sociedade Antroposófica no Brasil é uma instituição congregadora dos conteúdos e ideias que norteiam as atividades descritas, tem sua sede em São Paulo-SP e dentre suas metas destaca-se a divulgação da antroposofia por meio de cursos, palestras e publicações.

CONCEPÇÃO HUMANISTA E A FENOMENOLOGIA

A concepção humanista defende o ensino centrado no aluno, na pessoa, concebendo assim uma aprendizagem significativa, que clarifique os conteúdos e ressoe com sentido ao aluno. A aprendizagem pode ser facilitada, implicando de uma postura do professor condizente com sua prática humanista,

O professor pode mostra-se entusiasmado com assunto de que gosta e aborrecido com aqueles por que não tem predileção. Pode irritar-se, mas é igualmente capaz de ser sensível e simpático. Porque aceita esses sentimentos como seus, não tem necessidade de impô-los aos seus alunos, nem insiste para que estes reajam da mesma forma. O professor é uma pessoa, não a encarnação abstrata de uma exigência curricular ou um canal estéril através do qual o saber passa de geração em geração (ROGERS, 1980, p.251).

O importante para o processo educativo é que tanto o ensino como professor seja autêntico em suas relações no decorrer da prática educativa no espaço escolar.

Pautando em entender o homem em sua essência, a pesquisa apoiar-se-á na concepção filosófica fenomenológica, a qual objetiva

chegar à intuição das essências, ao conteúdo inteligível e ideal dos fenômenos, compreendendo-os. Para Silva (1999, p.39):

A concepção contemporânea de fenomenologia tem origem, como sabemos em Edmund Husserl, sendo posteriormente desenvolvida por autores como Heidegger e Merleau-Ponty. O ato fenomenológico fundamental consiste em submeter o entendimento que normalmente temos do mundo cotidiano a uma suspensão. A investigação fenomenológica começa por colocar significados ordinários do cotidiano “entre parênteses”, aqueles significados que tomamos como naturais constituem apenas aparência das coisas. Temos que colocar essa “aparência” em dúvida, em questão, para que possamos chegar a sua “essência”.

Silva (1999, p.39) enfatiza ainda que “A fenomenologia está focada, na experiência vivida, no “mundo da vida”, nos significados subjetiva e intersubjetivamente construídos”. Podemos pontuar que a consciência é uma atividade constituída por atitude, percepção, imaginação, especulação, paixão.

Na prática educativa o viés fenomenológico se constitui em centrar na singularidade do significado que a experiência proporciona ao educando, buscando a “essência” dessa experiência, no sentido que tal experiência esteja para além das categorias tanto do senso comum como da ciência, (SILVA, 1999, p. 42) diz que:

A análise fenomenológica foge dos universais e abstratos do conhecimento científico, conceitual para focalizar no concreto e no histórico do mundo vívido, ela assim, é profundamente pessoal, subjetiva, idiossincrática. Em seus momentos mais reveladores, ela é comovedoramente poética.

O aporte fenomenológico permite entender a essência do educando, respeitando a sua trajetória de vida, evidenciando todo seu processo histórico vivido e posteriormente sua bagagem cultural fará parte do seu desenvolvimento escolar, como uma introspecção as suas experiências bem como a relação e significação das mesmas nesse caminho formativo.

CURRÍCULO NA PERSPECTIVA WALDORF

Estudos acerca da concepção do currículo escolar permeiam ao que ensinar na escola de acordo com a intencionalidade educacional de uma dada escola, Lopes (2011) preceitua que as concepções de cur-

riculo se modificam em função das diferentes finalidades educacionais pretendidas e dos contextos sociais nos quais são produzidas.

Já no que concerne a concretização do currículo na concepção Waldorf é oriunda da imagem do ser humano. A legitimação dos conteúdos na concepção pedagógica Waldorf é baseada em função da faixa etária dos alunos, diante de tal fato, a composição de cada série/ano segue estritamente ao princípio da idade, denominados de setênios, uma vez que o que prevalece é o rendimento possível de cada aluno.

Doutor Samir Rahme esclarece que a teoria dos setênios foi elaborada a partir da observação dos ritmos da natureza, da qual nós humanos fazemos parte. Baseia-se em dividir a vida em fases de sete em sete anos. Os setênios demonstram como se podem entender os ciclos de vida de uma maneira prática e sábia. Os setênios fazem parte da antroposofia, ciência que parte da compreensão do ser humano, para que ele entenda não apenas a si próprio, mas todo o universo.

As disciplinas para a obtenção do conhecimento cognitivo têm o mesmo peso das disciplinas biológico- tecnológicas e das pratico- artísticas. Os variados conteúdos das aulas e dos exercícios têm caráter instrumental de um recurso pedagógico. Conforme Richter (2002, p.6):

Há que se plantar “sementes”, tanto em relação aos conteúdos, quanto a estrutura do ensino. Isto significa que mais tarde, dentro de novos contextos, a matéria aprendida deve servir de estímulo para o desenvolvimento dos conteúdos de novas questões e de novo ponto de vistas. É preciso estimular e preservar a vontade espontânea de aprender, o espírito de investigação, a disposição para a atividade criativa e para a participação na formação na sociedade. Assim a educação pode ser reconhecida como instrumento para o desenvolvimento e para a transformação.

Segundo Rudolf Steiner, todo ensino deveria ser permeado pela ciência da vida, questões técnicas e atuais devem ser ministradas em consonância com a idade dos alunos. Entre os temas atuais próximos a realidade como pedagogia social, ecologia, higiene e saúde, sexualidade, educação ambiental e outros devem fazer parte da grade curricular e Silva (1999, p.40 e 41) preceitua que o currículo,

Na perspectiva fenomenológica, não é, pois, constituído de fatos, nem mesmo de conceitos teóricos e abstratos: o currículo é local no qual docentes e aprendizes tem a oportunidade de examinar, de forma renovada, aqueles significados da vida cotidiana que se acostumaram a ver como dados naturais. O currículo é visto como experiência e como local de interrogação e questionamento da experiência.

A liberdade do ensino é condição essencial para prática de uma educação com vistas para a liberdade. Uma escola que visa ser viva tem que instigar os professores a aprofundarem seus métodos e currículos. O mesmo princípio deve valer para a estruturação curricular e para elencar os temas adequados para ser trabalhado no ambiente escolar. O princípio do exemplo é fundamental para a materialização do currículo global na escola Waldorf.

Dentro das possibilidades do currículo, as matérias teóricas, artísticas e práticas são agrupadas de forma que o trabalho no ambiente escolar permita tal alternância, incluindo intervalos que propiciem a assimilação duradoura do aprendizado das matérias. Em consonância com tal processo, Silva (2002, p.41) pontua que:

Enquanto no currículo tradicional os estudantes eram encorajados a adotar uma atitude supostamente científica que caracterizava as disciplinas acadêmicas, no currículo fenomenológico eles são encorajados a aplicar a sua própria experiência, ao seu próprio mundo vivido.

A relação harmoniosa entre o conteúdo do ensino e o desenvolvimento da criança constituiu um dos fundamentos da pedagogia de Steiner, segundo ele, o conteúdo apropriado À idade deve ser considerado como algo terapêutico, obedecendo a máxima que diz: “educar sempre significa curar”. Lanz (1999, p.12) aponta que

O que é essencial no plano de ensino Waldorf não são os conteúdos das matérias são as capacidades anímicas que se desenvolvem pelo estudo. Os conteúdos são sugeridos porque é por meio deles que os alunos podem adquirir o essencialmente importante para a vida.

Delineando uma concepção pedagógica voltada para a formação do ser humano, enquanto pessoa e desvelando o seu pensar sobre o mundo e o que o rodeia,

Nessa medida, a metodologia de ensino e aprendizagem se baseia na sequência rítmica das três fases de cada processo autônomo: no reconhecimento, na compreensão e no domínio dos conteúdos. 1) vivenciar, observar, experimentar, 2) recordar, descrever, caracterizar, anotar, 3) processar, analisar, abstrair, generalizar (elaboração de teorias). (RICHTER, 2002, p.9).

Rompendo com paradigmas de fórmulas prontas e acabadas para todos os alunos, não considerando a individualidade e ritmo de cada um,

o tornando um aluno mecânico e conteudista, com o pensamento pré-determinado tal qual apregoa a concepção tradicional de educação.

Há que se falar que nas escolas Waldorf não há diferenciação dos trabalhos a serem realizados em relação ao sexo dos alunos, assim as matérias referentes a trabalhos manuais como tricô, artesanato, jardinagem e tecnologia são destinadas tanto para meninas como para meninos. Freire (2011) aponta que ensinar não é transferir conhecimento, mas sim criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção.

PROFESSOR DE CLASSE

Na concepção pedagógica Waldorf, o professor é denominado de “Professor de Classe”, o qual além de ministrar a aula principal deve acompanhar o aluno no decorrer de seu percurso formativo, ou seja, deve caminhar junto aos alunos do 1º ano até o 4º ano do Ensino Fundamental.

Para tanto o professor deve acompanhar em todos os segmentos os seus alunos, abarcando o conhecimento e a compreensão no que concerne desde a família, meio social e cultural até o seu desenvolvimento escolar.

O ser professor é uma doação de amor e ao conhecer tais segmentos sociais e culturais que circundado o aluno, o professor terá subsídios para conduzir a sua prática educativa e posteriormente refletir sobre tal.

O professor de classe não é considerado como um especialista é visto tal qual a um espírito universal. A perspectiva Waldorf entende que o professor irá amadurecer e evoluir durante a o percurso formativo junto aos seus alunos, “significa que caminha para um encontro pessoal direto com o aprendiz, encontrando-se com ele na base de pessoa a pessoa, significa que está sendo ele próprio, que não está se negando” Rogers (1978).

Sobre o professor Lanz (1999) pontua que “A fantasia do professor é algo sumamente valioso e que não deve ser restringindo”.

No tocante aos recursos utilizados pelo professor para ministrar suas aulas é importante destacar que os recursos de cunho tradicional, recursos audiovisuais de tecnologia de ponta contribuem para enfraquecer a relação entre o professor e o aluno, uma vez que foram impostos e não partir da vontade do professor; assim são utilizados de maneira limitada.

ENSINO EM “ÉPOCAS”.

Em escolas que disseminam a pedagogia Waldorf, as particularidades das matérias ocasionam que o ensino seja dividido em duas partes:

aula principal e aula de matéria. O ensino na perspectiva Waldorf é desenvolvido em “épocas” para tanto,

“[...] o professor de classe durante semanas, se aprofundará em uma matéria, conseguindo bons resultados, assim se a criança precisarem do mundo, ele dará uma época de ciência natural, quando elas precisarem crescer em seu espaço inteiro ele optará por uma época de linguagem ou de cálculos.” (LANZ, 1999, p.20-21).

Face ao exposto, a configuração das aulas em “épocas” na pedagogia Waldorf vislumbra discorrer sobre os anseios e as necessidades dos alunos de acordo com o seu desenvolvimento cognitivo, humano e a idade, conseqüentemente a “época” é planejada em função de suprir tais necessidades para que os alunos possam assimilar e internalizar, bem como fazer releituras sobre o que lhe está sendo ensinado, “É importante que o professor faça, no início do ano escolar, um planejamento das várias épocas e da sua duração” Lanz (1999, p.21).

As aulas bem como o conteúdo a ser ensinado são balizadas na formação humana e intrínseca do aluno e as ações planejadas circundam todas as esferas do aprendizado como o pensar, o agir, o entender e principalmente conotam a essência do aluno e em função de prover a essência é que a grade curricular se modifica das demais, privilegiando as artes, o eu, sem menosprezar ou diminuir os conteúdos clássicos como a linguagem, a matemática entre outros.

A pintura possibilita que a criança manuseie e crie com as cores, conheça e atribua significados a uma determinada cor bem como conheça o resultado da mistura de cores. O aluno trabalha com pintura em aquarela, conforme Lanz (1999, p.38):

As cores de aquarela são inicialmente colocadas em estado líquido em pequenos vasos. São usadas no começo apenas as cores básicas: o amarelo, o vermelho, o azul em diversas concentrações. Todas as cores primárias, mas tarde as misturas, surgem na folha branca. Pelo uso em superfícies grandes, a criança recebe diretamente o impacto da cor e deixa de pensar no que talvez tivesse imaginando.

É relevante apontar que com esse jogo de cores, a criança vai se apropriando do significado que cada cor carrega consigo, como cores vivas, alegres e tristes entre outros. Além de visualizar a combinação das cores, quando combinam entre si ou quando a combinação não alcança o resultado almejado.

De acordo com Lanz (1999), Rudolf Steiner inclui em 1915 no plano de ensino o desenho de formas como matéria de ensino. No primeiro ano do ensino fundamental as crianças são apresentadas aos elementos formais das linhas retas e formas e posteriormente são iniciados os exercícios práticos que consiste na sensibilização das direções do espaço, linhas verticais, horizontais, ângulos, os triângulos e formas estreladas. As crianças vão vivenciando as formas em suas ações rotineiras.

Na concepção pedagógica Waldorf, as crianças criam livremente seus desenhos e imagens, são utilizados para pintar o giz de cera colorido, visto que não usam lápis pois os desenhos não devem ter contorno e devem ilustrar a folha inteira.

A proposta educacional preconiza o manuseio de cera, argila entre outros, uma vez que a modelagem funciona como terapia que permite a superação de obstáculos na escola e na vida.

O professor de classe cultivará a música, para qual existem aulas especiais, conforme Lanz (1999, p.41). É nítido em escolas que adotam a pedagogia Waldorf o cultivo das artes, destacando os trabalhos manuais como tricô e crochê e a musicalização, conseqüentemente um grande diferencial das demais escolas.

A música deve atuar sobre a alma da criança, despertando e harmonizando-a. Os contos propiciam um ambiente para a sensibilização musical, por meio dos intervalos de quintas e das sequências pentatônicas resultantes. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Artes (1997, v. p.51) aponta que "Os sons ambientais, naturais e outros, de diferentes épocas e lugares e sua influência na música e na vida das pessoas."

A educação física lúdica é ministrada por um professor de matéria e a frequência da aula de jogos é significativa às crianças. As brincadeiras de roda e cantadas são contornadas pelo forte impulso dos movimentos, por meio das quais promovem a harmonização dos movimentos e semeiam a capacidade social da criança.

As crianças desenvolvem a habilidade e fazer tricô que demanda de concentração, agilidade das mãos bem como de todos os dedos, além de possibilitar que a vivacidade no pensar da criança.

São confeccionados objetos de pequeno porte como bolsinha, capa para flauta que podem ser usados no dia a dia, movimento que torna a criança autora de seus objetos, contribuindo para uma formação completa do aluno, fomentando no aluno o movimento de criação.

O texto acima procurou descrever de forma sucinta e desvelar ainda que timidamente o cenário pedagógico praticado por escolas que adotam a pedagogia Waldorf como concepção de educação, de homem e de mundo.

MATEMÁTICA NA PERSPECTIVA WALDORF

Visto que a presente pesquisa busca desvelar concepções pedagógicas Waldorf e especial discorrer sobre o que tange a disciplina de matemática bem como a situação de dificuldade de aprendizagem em tal área, procuraremos discorrer sobre a matemática na perspectiva Waldorf.

As aulas de matemática, conforme Richter (1995) parte do movimento, caráter essencialmente global e individual dos números (1º ano), indo da equivalência e simultaneidade das operações fundamentais, acompanhadas de suas qualidades inerentes, até a representação por escrito destas operações no 3º ano, assim:

Nas escolas Waldorf, o ensino da matemática é dividido em três fases. Na primeira, a qual abrange os 5 primeiros anos da escola, o cálculo é derivado de atividades infantis intimamente ligadas com as funções vitais da criança, sendo ampliado pouco a pouco de dentro para fora. Na segunda fase, do 6º ao 8º ano, predomina o aspecto prático. A transição para terceira fase, do 9º ano em diante, é caracterizado pelo acréscimo do ponto de vista racionalista. (RICHTER, P.184,1995).

O contar rítmico, as tabuadas e os cálculos mentais intensamente praticados nos primeiros anos da escola, permitem que as crianças vivenciem o aspecto dinâmico da atividade espiritual.

A formação de conceitos aritméticos e geométrico na perspectiva Waldorf decorre de percepções e de atos do organismo motor. As crianças começam a contar com os dedos das mãos e dos pés até 20, depois de conhecida a sequência dos números são introduzidos os ritmos, propiciando que as crianças pulem, gritem ou corram, causando a sensação que a formação dos números é tal qual a um processo rítmico.

O início é feito com números romanos e tem sido um ato positivo nesta perspectiva. No cálculo não há um viés com as imagens e histórias para inserção da criança. Enquanto que os sinais das operações são colocados de modo que se assemelhem as vivências, como a exemplo o sinal “-“, o traço poderia ser o caminho no qual algo se perdeu, “A criança que aprende pensando adquire um instrumental importante que lhe servirá para a vida toda.” Rego (1986).

Em relação aos números arábicos o “zero” deve ter seu valor atribuído, ou seja, de não valer nada como também pode ser visto como um saco que contém os nove primeiros números.

O cálculo começa com objetos concretos como pedrinhas ou sementinhas, excluindo no início toda a abstração. A criança aprende a di-

vidir de diversas formas, indo do todo às partes. É importante que sempre modifique o objeto de concretização, “e procure utilizar essas descobertas das crianças na escola ao invés de impor a criança procedimentos escolares que podem competir e interferir com o raciocínio espontâneo da criança.” Carraher (1986).

O princípio de ir do todo as partes impede que a criança desenvolva o pendor de querer sempre mais e da cobiça, efeitos que decorrem da adição tradicional pois acostumamos a criança a sempre acrescentar mais e mais refletindo na sua vida interior.

Portanto o ensino de cálculo a tal maneira será um fator de autolimitação ao que está disponível, podendo suscitar a qualidade de moderação. As quatro operações seguem a mesma forma de aprendizagem, do todo às partes.

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Entendendo que o processo de dificuldade de aprendizagem ocorre entre os alunos seja qual for o a corrente pedagógica que uma dada escola adota, versaremos sobre tal questão. Para Fonseca (1995) dificuldades de aprendizagem de origem pedagógica são aquelas que estão diretamente relacionadas ao sujeito que aprende, aos conteúdos pedagógicos que são trabalhados em sala de aula, ao professor, aos métodos de ensino que são adotados, ao ambiente físico e social da escola.

Se o aluno aprende matemática em seu contexto social, o que acontece quando ele adentra aos bancos escolares? Porque a matemática da sala de aula perde seu encanto e passa a ser repudiada pela grande parte dos alunos? Cristalizando-se em um “bicho de sete cabeças”? Será que pela maneira que vem sendo transmitida aos alunos, prevalecendo apenas o lado racional e técnico da matemática.

Dessa forma o ensino da Matemática não pode restringir-se na mera transmissão de informações dos conteúdos sem qualquer conexão com a realidade do aluno. No tocante a isso, D'Ambrosio, menciona que o ensino dos conteúdos matemáticos deve integrar com outras áreas do conhecimento, explicitando “para que servem, onde serão usados e como serão usados” (1976, p.35).

Segundo Costa (2013) quando a criança apresenta dificuldade para desenvolver determinadas atividades, o agente responsável por tal processo, pode ser a metodologia inadequada do professor, que organiza seu planejamento com conteúdos aquém das condições de seus alunos, comprometendo assim, o avanço da aprendizagem.

Assim, a presente pesquisa busca compreender de que forma são tratadas as dificuldades de aprendizagem no contexto da pedagogia

Waldorf pelas professoras, uma vez que a pedagogia em questão prima pelos caminhos singulares que os alunos percorrem para um aprendizado significativo para sua formação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa teve como objetivo identificar e analisar quais são as concepções das professoras que atuam no Ensino Fundamental sobre a dificuldade de aprendizagem em matemática na perspectiva pedagógica Waldorf.

Os dados serão apresentados em dois blocos temáticos: as concepções sobre as DAM e as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras participantes da pesquisa, no intuito de amenizar tal problemática, pautando-se por uma aprendizagem real e significativa que de fato faça sentido para o aluno tanto na esfera social como escolar.

CONCEPÇÃO DE MATEMÁTICA E SUA RELEVÂNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Ao realizarmos a entrevista buscamos compreender a concepção de Matemática e a opinião das professoras sobre a importância do ensino da Matemática no Ensino Fundamental. Assim, ao perguntarmos “Qual a sua opinião sobre ensinar matemática?” As professoras responderam conforme quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Noções de matemática x Ensino da matemática

Professores	Qual sua concepção de matemática?	Você considera importante ensinar matemática? Por quê?
A	É movimento, nos auxilia em questões do cotidiano assim como nas artes entre outros.	Sim, pois a matemática está presente em todos momentos das nossas vidas, na arte, na música, no vestuário, na alimentação enfim vivemos e respiramos matemática.
B	É movimento, pois está presente em tudo na nossa vida, desde um simples movimento de respiração, até a imensidão do universo.	Ensinar a qualidade dos números, a sua natureza de valor para a nossa existência, carregada de sentido e significados que permeiam a nossa história enquanto homens.
C	É descoberta, desafio, vencer dificuldades	Sim. Ensina o aluno a ver o mundo diferente e mostra do que ele é capaz.

Fonte: Pesquisa do próprio autor.

Mediante as respostas podemos inferir que as professoras entendem ensinar matemática de duas formas distintas. Uma, de maneira restrita; como a ciência da quantidade e dos cálculos, a professora “B”; como algo essencial na vida dos alunos, tal qual a respiração, priorizando a necessidade de se trabalhar os conteúdos para auxiliar nas vivências do cotidiano, pois acredita que a matemática é indispensável em nossas vidas, e a professora “C” pontua que o ensino da matemática é ver o mundo diferente, mostrando do que o aluno é capaz, uma vez que “o aluno é também, e primeiramente, uma criança ou um adolescente, isto, é, um sujeito confrontado com a necessidade de aprender e com a presença em seu mundo de conhecimentos de diversos tipos”. (CHARLOT 2000).

A professora “A” demonstra compreensão das características pitagóricas, muito difundidas ainda no meio educacional. Nessa forma de conceber a matemática é necessário somente saber contar e fazer cálculos para entender como funciona a realidade. (BARALDI 1999).

A professora “B” concebe a matemática como um corpo de conhecimento capaz de contribuir na formação do cidadão, relacionada com as necessidades diárias dos alunos. Para Schliemann In Carraher et all (1988), o trabalho com a Matemática, no processo ensino-aprendizagem, deve considerar as situações reais, ligadas às experiências do aluno, para que esse consiga relacionar os conhecimentos assimilados na escola com as atividades do cotidiano, atrelando as situações novas às já estudadas.

Assim, conforme, a professora “A”, a matemática é engendrada como um corpo de conhecimento dinâmico, produzido historicamente estimulado pelas necessidades sociais, e sua construção é o resultado destas necessidades, assim como da matemática atual. A matemática é vista também como descoberta, desafio e para vencer dificuldades conforme preconiza a professora “C”.

AS CAUSAS DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM EM MATEMÁTICA E A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Está presente na fala dos professores o discurso que grande parte de seus alunos apresentam dificuldade em aprender matemática. Na entrevista, buscamos verificar em quais conteúdos os alunos apresentam mais dificuldades no processo de aprendizagem. Sendo assim os professores apontaram: divisão com números decimais, resolução de problemas, as quatro operações, principalmente a multiplicação.

Agranionih & Dorneles (2004) destacam a importância de se refletir sobre as dificuldades apresentadas nos primeiros estágios das operações

básicas, visto que estas podem proceder em problemas futuros, atrelados tanto com aspectos cognitivos quanto com a motivação, interferindo no desempenho das atividades matemáticas e causando desmotivação ou até mesmo desinteresse pela disciplina.

Outro ponto a considerar é que a compreensão das quatro operações exige o domínio das propriedades do sistema de numeração decimal. Kamii (1996) pondera que há um descompasso entre o tempo em que esses algoritmos são ensinados na escola e o tempo próprio de cada criança para a compreensão dos mesmos.

Inferre-se, portanto, que as dificuldades podem ser devidas às possibilidades de pensamento nos diferentes estágios de desenvolvimento cognitivo, das estruturas lógico-matemáticas. O que implica na importância de os professores compreenderem o que é cognitivamente possível ou não de se realizar em cada fase de desenvolvimento.

No que tange ao procedimento adotado pelo professor diante dos alunos que apresentam dificuldades em aprender matemática, foi possível identificar que:

Quadro II - Sugestões para superação da dificuldade.

Professores	O que você é feito para auxiliar os alunos que estão em situação de dificuldade de aprendizagem matemática a superá-las?
A	Levando o aluno a um atendimento mais individual em uma aula de apoio onde haja condições tranquila de investigação da real dificuldade do aluno, com esse atendimento pode ser revelado o real quesito que dificulta o entendimento do conteúdo. Ao detectar a causa e conforme a causa haverá a maneira de ajuda-lo. Com esse procedimento se terá um norte como atender em sala de aula, não se esquecendo que cada aluno é um indivíduo.
B	Procurando perceber algum potencial no aluno e valorizando-a para que sua estima permaneça alta. Assim, pode-se conseguir mostrar caminhos que venham atender as reais necessidades daquele aluno. Além das aulas de apoio pedagógico para a reestruturação da aprendizagem, aulas com o professor de Educação Física. E em casos mais sérios, com presença de déficit de atenção e/ou hiperatividade, avaliação com profissionais.
C	Chamando os alunos para aula de apoio, conversas com os pais, encaminhamentos para terapias ou aulas extras.

Fonte: Pesquisa do próprio autor.

Diante das respostas apresentadas na tabela acima, constatamos que as professoras desempenham diferentes práticas com o intuito de auxiliar seus alunos a superarem as dificuldades de aprendizagem em

matemática. A professora “A”, diz realizar atendimento individual com seus alunos, o que vai ao encontro de Storti (2010, p. 15), quando afirma que o “ensino individualizado, após a aula valoriza o ser único e singular que é o aluno, tornando possível um espaço de desenvolvimento da criatividade, de acordo com as diferenças e particularidades”.

Enquanto a professora “B” procura valorizar o potencial dos alunos e apenas em caso mais “sérios” é que procura ajuda de outros profissionais envolvidos no certame escolar e a professora “C” recorre a aulas de apoio, encaminhamento para terapia e psicopedagogo. Autores como Smith e Strcik (2001); Coll, Palacios e Marchesi (1995) utilizam o termo dificuldade de aprendizagem para referir-se a distúrbios, entendendo a Dificuldade de Aprendizagem como qualquer dificuldade observável no aluno em acompanhar o ritmo de aprendizagem de sua turma, incluindo, assim problemas comportamentais, emocionais, neurológicos em matemática.

Percebemos assim, que as professoras desenvolvem sua prática vislumbrando os fundamentos da pedagogia Waldorf, percorrendo caminhos pedagógicos que possibilitem aos alunos o ensino dos conteúdos pedagógicos previstos em documentos oficiais que regulam o ensino, sempre levando em consideração o seu ritmo, priorizando os caminhos pelos os quais os alunos desenvolvem suas estratégias de aprendizagem sem perder sua essência, foco central da pedagogia Waldorf.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange as situações de dificuldades de aprendizagem em Matemática podemos apontar quer seja na pedagogia Waldorf, quer seja na pedagogia tida como tradicional ou qualquer outra perspectiva, ocorre por uma gama de fatores, sejam eles afetivos, cognitivos ou até mesmo pela prática educacional vivenciada em sala de aula.

Salientamos a importância de uma a prática de ensino em consonância com a realidade do aluno, que realmente tenha significado para o mesmo e percorra caminhos que possibilitem a aprendizagem e a formação do cidadão de forma íntegra e participativa.

Para que haja mudanças significativas na aprendizagem dos alunos, o professor deve conhecer melhor esse aluno, escutá-lo atentamente, compreender seus pontos de vista, seus caminhos metodológicos, suas dificuldades e optar pela melhor estratégia de aprendizagem para ajudá-lo a potencializar o ensino e aprendizagem da matemática.

Conforme leituras e pesquisa de campo realizada acerca da temática aqui pesquisada foi possível compreender que a Pedagogia Waldorf é uma ferramenta educativa para o cultivo e despertar humano da apre-

ciação e preservação da natureza, valores tão escassos numa cultura voltada ao consumismo, ao esvaziamento do ser, a uma relação utilitarista com o mundo natural e com o homem.

O expoente da Pedagogia Waldorf como educação do sentimento humano, como educação estética para ampliação e sensibilização do âmbito afetivo do ser humano para com a natureza.

No tocante a educação Matemática, a pedagogia Waldorf percorre caminhos que fazem com que a matemática tenha significado real no aprendizado de seus alunos dentro e fora do ambiente escolar, propiciado um contanto com a matemática vivida no seu cotidiano para enfrentar desafios e favorecer descobertas.

O cerne da educação é desvelar o sentido global da existência humana, incompleta e inacabada, uma vez que nós seres humanos vivemos sem perceber o significado real de que as nossas vidas realmente têm com relação ao mundo. Supondo que precisamos “estar sendo” e, consequentemente primar por uma educação que alicerce o processo contínuo do fazer e refazer-se diante do mundo.

REFERÊNCIAS

CARRAHER, T. N; CARRAHER, D. W.; SCHLIENANN, A. D. (org.) *Na vida dez, na escola zero*. São Paulo: Cortez, 1988.

COSTA, Janíbia F. *Concepções e práticas de professores em relação às dificuldades de aprendizagem em matemática dos alunos dos 4º anos do ensino fundamental*. Cuiabá, MT: Janíbia Fernanda da Costa, 2013. Dissertação de mestrado.

D'AMBROSIO, Ubiratan. *O ensino de ciências e matemática na América Latina*. Campinas: Papirus, 1976.

FONSECA, Lilian Leandro Da. *Diagnóstico e encaminhamento dados por professores a alunos em situação de dificuldade de aprendizagem em matemática*. Cuiabá-MT: Lilian Leandro da Fonseca, 2014. Dissertação de mestrado.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. 1ª Ed.- São Paulo: Olho d'água, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LANZ, Rudolf. *Projeto Pedagógico elaborado pela Seção Pedagógica do Goetheanum e pelo Centro de Pesquisas Pedagógicas da Federação das Escolas Waldorf*. São Paulo-SP: 1999. Federação das Escolas Waldorf no Brasil.

MELLO, Suely Amaral: *Linguagens infantis, outras formas de leitura*- Campinas-SP: autores Associados, 2005.

Parâmetros Curriculares Nacionais. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. v. Brasília: MEC/SEF, 1997.

RICHTER, Tobias. *Objetivo Pedagógico e Metas de ensino de uma Escola Waldorf*. São Paulo -SP: 2002. Federação das Escolas Waldorf no Brasil.

ROGERS, Carl Ransom. *Torna-se Pessoa*. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

STEINER, R. *O Método Cognitivo de Goethe: Linhas Básicas para uma Gnossologia da Cosmovisão Goethiana*. Trad. Bruno Callegaro e Jacira Cardoso. 2. ed. Atual. São Paulo: Antroposófica, 2004.

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DA PROFESSORA IRACEMA DA SILVA MACHADO CASAGRANDE (1965-1983)

Rômulo Pinheiro de Amorim

Mestre em Educação (UFMT)
Professor de História (SEDUC-MT)
romulo79@gmail.com

Kátia Maria Kunntz Beck

Mestre em Educação (UFMT)
Professora da Educação Infantil (SMEC - Tangará da Serra - MT)
katiamkb@gmail.com

Tatiana de Albues Pinto

Graduanda em Pedagogia (UFMT)
tatiana.albues@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as interferências do governo estadual no contexto educacional vivenciado pela professora Iracema da Silva Machado Casagrande, entre os anos de 1965 a 1983, na cidade de Tangará da Serra – MT. Nesse sentido, foi analisada a trajetória de formação e profissional da professora Iracema Machado nessa época. Como subsídio para realização do trabalho, foi utilizado a abordagem teórica de Antônio Nóvoa (1995), que assinala o processo de profissionalização docente a partir das relações estabelecidas entre Estado e os professores. Para elaboração desse texto foram consultadas as produções em História da Educação relativa ao tema, assim como documentos (Jornal, mensagens governamentais) do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, bem como depoimentos orais da professora Iracema Machado no período em estudo. O ambiente escolar estudado foi a Escola Rural Mista Municipal Santo Antônio, localizada na comunidade rural denominada “Reserva”, próximo ao povoado de Tangará da Serra, no município de Barra dos Bugres – MT, durante o período de colonização ocorrido em Mato Grosso. A região do referido povoado e seu entorno, se tornou, posteriormen-



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

te, o município de Tangará da Serra, em 1976. O processo de colonização propiciou a vinda de várias pessoas para a referida região mato-grossense. Deste modo, a mobilização e o interesse das famílias migrantes na procura por melhores condições de vida propiciaram que a educação escolar despontasse no espaço rural, pois acreditavam na relevância dos estudos para a conquista de uma vida melhor para seus filhos. As análises do cenário educacional da época e as suas relações com as fontes documentais e orais consultadas, indicam que o referido ambiente escolar sofreu algumas ingerências do Estado.

Palavras - chave: Trajetória profissional. Professora primária. Ensino primário.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the interference of the state government in the educational context experienced by the teacher Iracema da Silva Machado Casagrande, in the years between 1965-1983 in the city of Tangara da Serra - MT. In this sense, it was analyzed the trajectory of formation and professional of Iracema Machado at that time. As a subsidy for fulfillment of the work, we used the theoretical approach of Antonio Novoa (1995), which marks the professionalization process from the relationships established between the state and teachers. For preparation of this text it have been consulted productions in History of Education on the theme, documents (Journal, government messages) of the Public Archives of the State of Mato Grosso, as well as verbal testimony from teacher Iracema Machado during the study period. The school environment was studied the Escola Rural Mista Municipal Santo Antônio, located in the rural community called "Reserva" near to Tangara da Serra, in the municipality of Barra dos Bugres - MT during the period of colonization occurred in Mato Grosso. The region of the refered town and its surroundings, became later the city of Tangará da Serra, in 1976. The colonization process led to the increase of population in that Mato Grosso's region, therefore, the mobilization and interest of migrant families in search for better living conditions provided the school education to improve in rural areas, because they believed in the relevance of studies for achieving a better life for their children. The analysis of the educational scenario of the time and its relations with the documentary and verbal sources consulted indicate that the said school environment suffered some interference by the State.

Keywords: Trajectory professional. Teacher primary. Primary education

INTRODUÇÃO

Desde os anos 1960, o governo federal procurou, por meio da elaboração de planejamentos educacionais, modificar o sistema de ensino brasileiro, ao promover a expansão da escolarização da população brasileira, com a construção de novas escolas de ensino primário e médio. Contudo, o aumento da oferta do ensino primário deveria estar relacionado com melhoria da qualidade da educação oferecida aos alunos do curso primário.

O interesse governamental pela melhoria da eficiência da educação nacional estava relacionado com o objetivo de propiciar que a educação contribuísse com o desenvolvimento econômico do país. Para concretizar esse objetivo, o governo federal promoveu a criação de diversas instituições educacionais no país, bem como procurou melhorar a organização das escolas, ao buscar implantar novos valores para a prática profissional dos professores no ambiente escolar.

Dessa forma, o governo federal em articulação com os governos estaduais almejava aumentar a oferta do ensino primário para um número maior de pessoas e alterar a forma como estavam sendo realizados os exercícios profissionais dos docentes nas escolas do país, pois se considerava na época que o ensino nacional não correspondia aos propósitos do governo em prol do crescimento econômico do Brasil.

As ações governamentais se estenderam nos anos de 1970 e 1980, com as metas de ampliar a oferta de ensino primário e médio para a população, bem como realizar a criação de diretrizes educacionais que propiciassem uma base para que as escolas se organizassem e sistematizassem o ensino oferecido nas salas de aula.

Diante desse contexto a Escola Rural Mista Municipal Santo Antônio foi criada em 1965. A criação da escola contribuiu para o processo educacional na região do povoado de Tangará da Serra. Deste modo, o presente trabalho tem por objetivo analisar as interferências do governo estadual no ambiente educacional vivenciado pela professora Iracema da Silva Machado Casagrande, entre os anos de 1965 a 1983, na cidade de Tangará da Serra – MT. Nesse sentido, foi analisada a trajetória profissional e de formação da professora Iracema Machado nessa época.

O período de estudo corresponde aos anos de 1965 a 1983, pois essa época está relacionada ao início e término da atividade profissional da professora Iracema na referida escola rural. Como subsídio para realização do trabalho, foi utilizada a abordagem teórica de Antônio Nóvoa (1995), que assinala o processo de profissionalização docente a partir das relações estabelecidas entre Estado e os professores. Para a elaboração desse texto foram consultadas as produções em História da Educação

relativas ao tema, assim como documentos (jornais, mensagens governamentais) do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, bem como depoimentos orais da professora Iracema, no período em estudo.

O estudo da trajetória profissional da professora Iracema Machado irá permitir a compreensão das relações estabelecidas entre o contexto escolar de Tangará da Serra - MT, a partir da fundação da Escola Rural Mista Municipal Santo Antônio, e as ações implantadas pelo governo estadual na educação mato-grossense, entre os anos de 1965 a 1983. Nesse sentido, o depoimento da professora proporcionará o entendimento acerca de alguns aspectos do ambiente escolar que se constituiu na escola em que lecionou, bem como entender as especificidades de uma escola primária da zona rural de Mato Grosso.

A CIDADE DE TANGARÁ DA SERRA E A CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA RURAL

O contexto da fundação da cidade de Tangará da Serra esta relacionado ao movimento de migração que ocorreu em várias épocas no território brasileiro. O governo federal almejava impulsionar o crescimento econômico do Brasil a partir da “ocupação” de diferentes regiões do país. Deste modo, foram criadas representações positivas sobre os “espaços vazios” na região centro-oeste do país, como forma de atrair as populações das regiões sul e sudeste do Brasil.

O governo incentivou a vinda das pessoas para região centro-oeste, bem como, foram surgindo colonizadoras privadas que iniciaram a organização da “ocupação” dessa região. O estímulo estatal e privado contribuiu para que várias famílias migrassem de suas localidades rurais de origem para as áreas rurais da região centro-oeste do país. Dessa forma, a região de Tangará da Serra, que pertencia ao município de Barra dos Bugres foi colonizada por uma “migração rural-rural e teve o [...] primeiro fluxo migratório” nos anos de 1950, propiciando o impulso iniciado durante a “Era Vargas”, com a “Marcha para o Oeste”, associado com o processo de ocupação e com as políticas desenvolvimentistas nacionais e regionais (OLIVEIRA, 2009, p. 57).

Posteriormente a essa migração, outro fluxo migratório ocorreu no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, com a implantação da política de expansão da fronteira agrícola durante a Ditadura Militar. O conceito de “fronteira agrícola” foi utilizado pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste - SUDECO para delinear o aumento do capital no centro-oeste, considerando um “vazio demográfico”. Nesse sentido, a “fronteira agrícola” está ligada à incorporação de novas áreas para introdução de atividade agrícola para produção comercial de alimentos (ABREU, 2001).

As famílias migrantes, em seus locais de origem, trabalhavam como empregados nos sítios e fazendas. Deste modo, no primeiro fluxo migratório para a região centro-oeste, essas famílias procuram a aquisição de terras, com o intuito de alcançar o progresso para as suas famílias. Em busca desse sonho, as famílias de pequenos produtores rurais venderam o que tinham e migraram para regiões que possuíam espaços de terras férteis em grande quantidade.

Os loteamentos rurais e urbanos da região de Tangará da Serra foram organizados pela colonizadora denominada de Sociedade Comercial Imobiliária de Tupã para a Agricultura - SITA. A colonização iniciada pela SITA foi realizada pelo plano urbano, conforme o relato de Wanderley Martinez, já que as áreas periféricas, que correspondem às chácaras, sítios e as fazendas distantes foram demarcadas depois (OLIVEIRA, 2009).

Em 1976, Tangará da Serra foi emancipada do município de Barra dos Bugres, e esta localizada a sudoeste do estado de Mato Grosso.

Figura 1 - Mapa de Tangará da Serra - MT



Fonte: Diário de Tangará da Serra (sd)

A região que constituiu o município de Tangará da Serra possui, aproximadamente, 51 % de área indígena do povo Paresi, advindo inicialmente dos campos do Tapirapuã. Dessa forma, ao considerar a presença do povo Paresi na região, não se pode entender que a área foi ocupada, mas reocupada, com a chegada das famílias de migrantes não índios, que foram estimuladas pela colonizadora privada SITA (OLIVEIRA, 2004).

O desenvolvimento da cidade teria que ocorrer com a chegada dos migrantes em grande quantidade para a região. Para concretizar tal feito, a colonizadora ofereceu aos compradores de glebas rurais um lote na área urbana, desde que estabelecessem um acordo com a colonizadora para a realização de construções de casas em um prazo determinado pela mesma.

Dessa forma, o mecanismo de convencimento das populações de outras regiões do país para migrarem para a área onde seria criada a cidade de Tangará da Serra, era ressaltar os atrativos da área urbana e as edificações as quais iriam ser construídas. Sendo assim, muitos migrantes se sentiram estimulados pela proposta da colonizadora e vieram para região. Contudo, “[...] deve-se salientar, conforme os relatos orais, que a infra-estrutura inicial de Tangará da Serra se efetivou muito mais com as ações coletivas de lavradores recém-chegados, do que de ações da colonizadora ou dos poderes públicos municipais e/ou estaduais” (OLIVEIRA, 2009, p. 73).

O processo de colonização para a região de Tangará da Serra propiciou o surgimento de diversas comunidades. Nesse sentido, uma das comunidades que evidenciaram a situação apresentada acima foi a da “Reserva”, pois nesse espaço rural vieram várias famílias que tiveram que conviver com situações semelhantes às áreas destinadas para a parte urbana da cidade.

Tanto as áreas rurais como as urbanas enfrentaram as mesmas problemáticas relacionadas à falta de estrutura, fato esse que contribuiu para que os migrantes, por iniciativa própria, buscassem realizar as primeiras edificações na região, apesar da localidade ainda ter pertencido ao poder administrativo do município de Barra dos Bugres.

Diante desse cenário as famílias migrantes se instalaram na região e articularam as primeiras iniciativas para oferecerem o ensino às crianças das comunidades. Deste modo, foram reunidas várias crianças para aprender a leitura e a escrita, bem como a catequese foi ofertada na residência de Maria Antônia de Oliveira, no início dos anos de 1960, pois ainda não havia escolas na região. Contudo, existia na época a insatisfação das famílias pela ausência de escolas para que seus filhos estudassem, já que a colonizadora não havia criado uma escola na região. Dessa forma, as próprias famílias se reuniram para a construção da pri-

meira escola. Essa escola foi edificada na área urbana, de acordo com o planejamento para a futura cidade, porém, foi considerada como uma escola rural, já que o povoado de Tangará da Serra era uma localidade do município de Barra dos Bugres (OLIVEIRA, 2009).

A escola foi denominada de Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra, criada pelo decreto nº 813, de 4 de setembro de 1964, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, sob a responsabilidade do governo estadual. Apesar de a escola ter sido mantida pelo governo, foi a necessidade de oferecer estudo para seus filhos que levou as famílias da região a construírem a primeira escola do povoado.

O aumento da quantidade de crianças na comunidade rural chamada “Reserva” e a chegada de várias famílias migrantes na localidade, bem como a distância do local onde foi construída a primeira escola primária contribuíram para que os moradores da comunidade se reunissem para realizar a construção de uma escola no local onde residiam.

Deste modo, em 1965, a Escola Rural Mista Municipal Santo Antônio foi edificada pelas famílias da comunidade da “Reserva”. Essa escola foi construída nas terras de propriedade de Antônio Galhardo, que cedeu a área para a instalação da escola. Na ata de fundação da escola, consta a presença de Antônio Galhardo, proprietário do terreno, do prefeito de Barra dos Bugres, já que a localidade pertencia ao referido município, do gerente da colonizadora SITA e de diversas famílias da comunidade da Reserva, bem como foi realizada a nomeação de Iracema Machado como professora da escola, conforme foi mencionado na Ata de criação da escola (NUNDHEO-TS, 1965).

Figura 2 - A professora Iracema e seus alunos da Escola Rural Mista Municipal Santo Antônio



Fonte: Acervo particular de Iracema da Silva Machado Casagrande

O ESTADO E A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA IRACEMA CASAGRANDE

No Brasil, nos anos de 1960 e 1970, durante a Ditadura Militar vigorou a busca do governo brasileiro pelo desenvolvimento econômico do país. Uma das formas estabelecidas pelo governo para a concretização desse objetivo foi o atrelamento entre a educação e o crescimento econômico do país.

Deste modo, a educação foi compreendida como um mecanismo que contribuiria com o desenvolvimento do país, a partir da formação de recursos humanos capazes de atuar com eficiência nos ambientes de trabalho, pois o contexto da sociedade brasileira estava em transformação, com surgimento de uma nova configuração econômico-social, com o aumento das áreas urbanas e o incremento industrial realizado nesse período. Nesse sentido, Souza (1981, p. 192) ressalta a importância da educação para o progresso econômico brasileiro:

[...] um sistema educacional, cuja finalidade é a preparação dos recursos humanos para o desenvolvimento do país conforme o novo modelo de desenvolvimento adotado, correspondente a determinado modelo político ideológico. Essa preparação consiste não só em treinamento e capacitação para as atividades produtivas em geral e em todos os níveis, como também na orientação de toda a população para os fins propostos pelas grandes diretrizes políticas do Estado.

Para a autora, a educação seria um caminho para inserir a população na realização de um propósito maior, que era o crescimento do país. Deste modo, cada cidadão deveria se aprimorar nas instituições escolares como forma de se tornar um bom trabalhador, capaz de conviver em sociedade, bem como atender às novas exigências do mercado de trabalho. O trabalhador é visto como um cidadão que serve a sua nação e participa do progresso almejado e arquitetado pelo governo federal.

No entanto, o governo teria que enfrentar a pouca oferta do ensino primário para a população do país, bem como a ausência de preparo dos professores para ministrarem aulas nas escolas desse nível de ensino. Para propiciar que a educação contribuísse com o avanço econômico do Brasil, o governo procurou a resolução das problemáticas apresentadas, pois a meta era elevar o nível do ensino nacional, conforme foi mencionado pelo presidente João Goulart, no início dos anos 1960, em sua mensagem a sessão de abertura da Assembleia Legislativa do Congresso Nacional:

A grande tarefa atual é a de expandir a rede de ensino, a fim de que possa abranger toda a infância e toda a juventude, assegu-

rando a cada criança ou adolescente aquele mínimo de conhecimentos indispensáveis para que conquistem um lugar entre as forças da produção. A par disso, deve ser promovido o aprimoramento da técnica do ensino, para que alcance maior rendimento, graduando nos cursos primários e médios proporção maior de alunos que neles ingressam (BRASIL, 1987, p. 358).

Para o presidente João Goulart, a educação oferecida no país precisava ser melhorada, bem como a sua ampliação era necessária para tornar a educação uma força impulsionadora do crescimento brasileiro. Sendo assim, a continuidade da industrialização da economia era a meta do governo, pois a inserção dos alunos e futuros trabalhadores foi considerada importante para o desenvolvimento do Brasil. Contudo, a expansão e melhoria das escolas teriam que estar articuladas com o avanço do nível de ensino oferecido nas escolas, pois o objetivo era propiciar a formação de bons alunos, para que posteriormente, exercessem com capacidade as novas funções disponíveis no sistema produtivo desenvolvido no país.

A falta de escolas e de preparo dos professores ressaltada na mensagem do presidente esta relacionada com a grande quantidade de professores leigos atuando no magistério nas salas de aula do país.

Diante dessa situação, o governo federal criou o Plano Trienal de Educação, que previa a expansão do ensino para a população, com a construção de prédios escolares, bem como visava o oferecimento de uma melhor estrutura para essas escolas e o aprimoramento dos professores, como formar de melhorar o nível de eficiência do ensino ministrado nas escolas. Para tanto, o governo criou tais metas que seriam concretizadas com o investimento em construções de prédios escolares e na aplicação de um programa de recuperação e aperfeiçoamento do magistério, com a criação de Centros de Treinamento do Magistério em várias regiões do Brasil (BRASIL, 2011).

Em Cuiabá foi criado, em 1963, o Centro de Treinamento do Magistério, com o objetivo de realizar o aperfeiçoamento dos professores leigos, que existiam em grande quantidade no estado, bem como os professores normalistas. (MARCÍLIO, 1963).

Para Nóvoa (1995a) a influência do Estado sobre os grupos de professores, ao estabelecer os saberes que deveriam ser seguidos pelos docentes em suas atividades profissionais, se constituiu desde o final do século XIX e início do século XX na Europa, com a criação das escolas normais. Segundo o referido autor, o Estado, historicamente, exerce a função de direcionar o aperfeiçoamento pedagógico e os valores docentes a serem praticados nos cotidianos das escolas (NÓVOA, 1995b).

Nesse sentido, o Estado procurou atuar na organização e sistematização da educação nacional ao elaborar e aprovar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 4.024/61, publicada no dia 27 de dezembro de 1961.

A intenção era criar normativas que pudessem contribuir com a constituição de uma base para o direcionamento do sistema nacional de educação, pois foi com essa normatização que os processos educacionais foram sendo construídos no país.

A LDB 4.024/61 definiu a obrigatoriedade escolar a partir dos 7 anos, com a possibilidade do ensino ser oferecido no lar ou na escola, de iniciativa privada ou pública e ensinada no idioma nacional. Em relação aos alunos da área rural, a lei definiu que: “Os proprietários rurais que não puderem manter escolas primárias para as crianças residentes em suas glebas deverão facilitar-lhes a frequência às escolas mais próximas, ou propiciar a instalação e funcionamento de escolas públicas em suas propriedades” (BRASIL. Lei 4.024/61, Art. 32).

Já no início dos anos de 1970 o governo brasileiro criou uma lei que buscava organizar a oferta do ensino de primeiro e segundo graus, que estendeu a sua lei para as décadas posteriores. As alterações sociais e econômicas que o país vivenciava na época propiciaram que o governo alterasse o sistema educacional brasileiro, a partir da criação da Lei 5.692/71.

Essa lei se referia basicamente à implantação de uma nova organização curricular, com base em um núcleo comum obrigatório, em nível nacional, e o núcleo diversificado, que deve considerar as especificidades de cada região e os distintos alunos, bem como essa lei definia a educação em graus, sendo que o primário e o ginásial considerados o primeiro grau (8 anos), e o colegial, segundo grau. A obrigatoriedade escolar estendeu-se dos 7 aos 14 anos de idade. (BRASIL. Lei 5.692/71, Art. 4).

As interferências do Estado no sistema educacional refletem o modo como o mesmo buscava estabelecer alterações no sistema, bem como introduzir formas de organização que deveriam ser adotadas pelos grupos de professores que atuavam nas escolas do país. Para Nóvoa (1995a) o Estado exerce uma relação com o grupo de professores ao definir em que ambiente de trabalho os docentes realizariam as suas atividades, bem como essas atividades deveriam seguir uma diretriz organizacional estabelecido pelo Estado. O Estado procurava implantar valores e práticas que os professores teriam que adotar, pois era como o mesmo compreendia que levaria a educação ao nível de melhor eficiência.

Perante esse contexto educacional coordenado pelo governo federal, estadual e municipal a trajetória profissional da professora Iracema Machado foi estudada. Foi a partir do contexto de planejamento educa-

cional e criação de leis para o ensino que podemos compreender como a professora Iracema realizou seu percurso de formação escolar, bem como a de sua atuação profissional. O estudo da trajetória da professora possibilitou perceber de que maneira o governo procurou interferir em sua realidade profissional, a partir do ambiente de ensino da Escola Rural Mista Municipal de Santo Antônio.

A professora Iracema Machado nasceu na cidade de Pitangueiras, no estado de São Paulo. Aos nove anos de idade iniciou seus estudos no ensino primário no Grupo Escolar da cidade, em 1937. Contudo, as mudanças da cidade de Pitangueiras para a cidade de Rinópolis - SP, e, posteriormente para a cidade de Birigui, acabaram contribuindo para que Iracema terminasse seus estudos de nível primário somente no ano de 1942, no Grupo Escolar de Birigui (CASAGRANDE. Tangará da Serra - MT, 10/07/2014).

A professora Iracema não continuou seus estudos e acabou casando-se ainda jovem na cidade de Rinópolis e, em seguida foram trabalhar na lavoura de café em uma fazenda da cidade. No início dos anos 1960, seu marido, junto com seu irmão decidiu conhecer as terras da região centro-oeste que estavam sob a responsabilidade da colonizadora SITA. Foi nesse momento que o marido da professora decidiu adquirir terras na região conhecida com Reserva, localizada no povoado de Tangará da Serra, que pertencia ao município de Barra dos Bugres. No ano de 1976 é que nessa região foi fundada a cidade de Tangará da Serra.

Deste modo, Iracema e sua família mudaram para a referida região nos anos 1960, conforme a mesma relata sobre os primeiros momentos de sua chegada ao povoado de Tangará da Serra: "Vim conhecer o sertão, que era sertão mesmo, só tinha uns ranchos, tudo feito de madeira. Ou era madeira de pau partido ou era de coqueiro, as casas" (CASAGRANDE, I. apud VILALVA; MIYAZAKI, 2013, p. 161).

Na localidade de Tangará da Serra foi criada a Escola Rural Mista Municipal Santo Antônio, localizada na comunidade da Reserva, em 1965. Na ocasião da criação da referida escola houve a nomeação de Iracema como professora da instituição escolar, conforme a mesma ressaltou em seu depoimento: "Apontaram pra mim pra dar aula porque só eu tinha até a 4º série, e os outros ninguém tinha nada. Eu comecei a dar aula sem saber como começava (risos). Porque eu nunca tinha dado aulas né? Não tinha preparação" (CASAGRANDE, I. apud NUDHEO, 2006).

A professora Iracema atuou como docente leiga por muitos anos no magistério primário em Mato Grosso, assim como várias professoras que ministravam aulas nas escolas do estado, sem a formação específica para exercerem o magistério.

Em relação à estrutura que foi criada para o funcionamento da escola, a professora Iracema mencionou:

[...] construiu de madeira de coqueiro e barroto, telha de tabuinha que nem um ranchão... Era uma sala só, madeira grosseira, sabe? No começo as janelas não tinha a parte de fecha, só tinha os buracos das janelas (riso) a porta era grande, tinha uma porta velha que eles colocaram lá... era chão batido. O banheiro era o mato, um pasto que tinha perto da escola (riso), com o passar do tempo eles fizeram uma casinha. Depois de um tempo a prefeitura da Barra mandou madeira para fazer a escola de madeira e telha, as telha era muito pesada... de cimento (riso), fez a parte para fechar as janelas, acho que era no tempo do prefeito Amando. Aí me deram um quadro maior, que eu comecei com um quadro pequeno, pedi o quadro, deram o quadro maior. Ai foi melhorando devagarinho... (CASAGRANDE. Tangará da Serra - MT, 10/07/2014).

No primeiro momento, a escola foi construída pelas famílias de migrantes que edificaram a escola com as madeiras de coqueiro e com a utilização do barroto. A presença do governo municipal como responsável pela escola ocorreu somente depois, quando assumiu a tarefa de melhorar um pouco a estrutura da escola, com a aquisição de madeira e telha, bem como o pagamento do salário da professora Iracema. Deste modo, o governo municipal de Barra dos Bugres estabelecia a forma em que deveria ser definido o ambiente estrutural da referida escola rural. Sendo assim, a professora desempenhava as suas atividades pedagógicas conforme a estrutura inserida pela prefeitura municipal. Contudo, nos primeiros momentos de funcionamento da escola, não houve investimentos em mobiliário ou material pedagógico. Dessa forma, foi a própria comunidade e a professora Iracema que ficaram responsáveis por adquirir os materiais.

Após Tangará da Serra se emancipar do município de Barra dos Bugres, em 1976, a situação da escola rural não se alterou de forma significativa, apesar de que a mesma começou a receber o auxílio da prefeitura com relação aos materiais pedagógicos, conforme relatou a professora Iracema: "muito pouco, porque a prefeita começou do nada... a escola passou a receber alguns materiais da prefeitura somente depois de 2, 3 anos. Pois até o salário a gente recebia de 2 em 2 meses, ou até 3 meses... era assim" (CASAGRANDE. Tangará da Serra - MT, 10/07/2014).

Em relação às atividades pedagógicas desenvolvidas na escola, a docente Iracema era uma professora leiga que atuava no magistério primário, conforme ela havia aprendido enquanto aluna da escola primária, pois a mesma somente possuía o curso primário. Deste modo, a sua atuação profissional tinha como base a reprodução dos ensinamentos pedagógicos de quando era aluna, bem como utilizava as anotações de

seu caderno, que foram guardados desde a época do curso, conforme a Iracema relatou:

[...] eu nunca tinha dado aula antes, nunca tinha mexido com escola. Eu fui ensinando o que eu sabia, eu tirava da minha cabeça (risos), depois foi indo, foi indo... Eu fiz até a quarta série só, mas era uma quarta série bem feita, que eu fiz na cidade de Birigui, estado de São Paulo. Aí comecei fazer o plano da minha maneira [...] o que eu tinha aprendido na escola, o que eu aprendi desde a primeira série, eu comecei a ensinar para minhas crianças (CASAGRANDE. Tangará da Serra - MT, 10/07/2014).

Segundo Iracema, o auxílio na realização das atividades pedagógicas foi obtido apenas no final do ano letivo de 1965, quando o responsável pela educação da região, o professor José David e a sua filha, que possuía formação para o magistério, contribuíram com a professora Iracema, ao orientá-la em relação à prática docente, aos planejamentos das aulas, bem como no registro da presença dos alunos, das notas e da escrituração de livros atas de matrículas. Em seu relato, a professora Iracema ressaltou a forma como procurava organizar o cotidiano da escola rural:

Mas eu sempre mantive ordem com eles. Pra entrar na sala com fila, pra sair ir embora, formava fila dentro da sala e ia saindo. Era assim que eu fazia. Pode sair tudo correndo não. Toda vida eu ensinei direitinho pra eles. (risos) E até hoje quando eu encontro algum dos meus alunos, já é homem formado, já é mulher. Então, assim, vem encontrar comigo e conversar. Agora tem muitos que já nem moram mais por aí. Já mudaram, já casaram, já foram embora (CASAGRANDE. Tangará da Serra - MT, 10/07/2014).

O fato de a professora Iracema organizar os seus alunos para entrarem na sala em fila, bem como para saírem, pode revelar que a mesma realizava essa organização da mesma forma em que ela aprendeu, enquanto era aluna do ensino primário.

Nos anos 1960, o governo federal procurou elaborar planejamentos educacionais que tinham como metas expandir as escolas para um número maior de pessoas, bem como elevar o nível de ensino ministrado nas escolas, com o oferecimento de um aperfeiçoamento escolar aos professores leigos e normalistas do país.

Essas ações se estenderam para as décadas de 1970 e 1980, quando o governo federal, articulados com os governos estaduais continuaram interferindo nas organizações das escolas e nas atividades dos professores, ao elaborarem planos e leis que estabeleciam como seria o funcionamento das escolas.

Nesse sentido, em Mato Grosso, o governo procurou interferir na organização e nas atividades docentes das escolas, seja de nível primário ou secundário. Isso pode ser percebido com o relato da professora Iracema, pois, mesmo exercendo o magistério como professora leiga, a mesma teve que continuar seus estudos, realizando o curso ginásial e participando do curso de nível médio para formação docente, destinado aos professores leigos que atuavam nas escolas primárias do estado. O curso que a professora realizou foi Logos II, no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980.

O projeto Logos tinha a sua fase de experimentação, que ficou conhecido como Logos I, realizado de forma anterior ao Logos II. O Logos I foi implantado na modalidade à distância, com o uso de metodologias de ensino apropriadas para essa forma de ensino, bem como a sua duração era de doze meses, voltado para o aperfeiçoamento de professores em nível de 1º grau, que exerciam o magistério nas séries iniciais desse nível de ensino. Deste modo, essa era a forma de formação e aperfeiçoamento oferecida aos professores leigos que atuavam profissionalmente no estado. A continuidade deste projeto de formação docente ocorreu com o surgimento do Logos II, com a utilização da modalidade de aprendizado à distância (BRASIL, 1975).

Nesse sentido, o Logos II foi criado pelo governo federal em 1975, com o objetivo de oferecer um programa de ensino à distância para a formação docente aos professores leigos, em nível de segundo grau. A grande quantidade de professores leigos atuando no magistério primário nas escolas em diferentes regiões do país levou o governo a criar um programa que disponibilizasse um curso de caráter emergencial, que formasse um número maior de professores leigos. A idade inicial para começar o curso era de 19 anos, e 21 anos completos eram necessários para concluir o curso, bem como um dos pré-requisitos para frequentar o curso era possuir no mínimo a quarta série do 1º grau (BRASIL, 1975).

O ingresso da professora Iracema em um curso destinado ao aperfeiçoamento de professores leigos refletiu a interferência do Estado no processo de profissionalização docente em Mato Grosso. Segundo Nóvoa (1995b) esse processo ocorre a partir das relações constituídas entre o Estado e os professores.

O curso oferecido tinha o objetivo de propiciar aos professores uma nova postura profissional nas escolas do estado, pois a ideia era implantar novas práticas pedagógicas aos professores leigos em exercício do magistério, já que esses docentes possuíam apenas os saberes docentes provenientes de sua formação de nível primário. A professora Iracema mencionou em seu relato a sua participação no curso Logos II:

Senti sim. Fez diferença bastante. (risos) Porque quando fiz Logos já estava bem preparada, depois já sabia tudo que eu ia fazer e antes eu peguei uma escola que nunca na vida eu tinha dado aula. Tinha minha quarta série bem feita, porque quarta série do Estado de São Paulo, minha filha, lá a gente tem matéria, lá estuda muito, é muita coisa que a gente faz lá. Lembro porque aqui eu achava brincadeira parece essas escolas daqui menina, os alunos não faziam matéria quase nenhuma, eu sei porque quando eu trabalhei no Emanuel Pinheiro eu via lá, o que as professoras davam, diferente, muito diferente. Agora eu fiz uma quarta série bem feita, no ano de quarenta e dois (1942). Nesse ano de quarenta e dois a quarta série eu fiz na cidade de Birigui, no estado de São Paulo. Quando eu passei pra quarta série eu morava em Pitangueiras, no estado de São Paulo (CASAGRANDE. Tangará da Serra - MT, 10/07/2014).

O relato de Iracema indica que a mesma pode ter continuado a reproduzir as atividades pedagógicas de quando era aluna do ensino primário, pois ela ressaltou a importância de ter realizado uma “quarta série bem feita em São Paulo”.

O Estado procurava alterar o sistema educativo ao buscar modificar a identidade dos professores. Para tal feito, era necessário reestruturar o sistema educacional de modo que estivesse articulado com as transformações da identidade docente. Essas transformações deveriam estar associadas com os interesses estatais definidos nos planejamentos educacionais. Deste modo, o governo difundiu uma nova organização escolar, a ser adotada pelos professores nas escolas (LAWN, 2000).

O interesse do Estado em difundir metodologias de ensino e novos valores educacionais almejava a uma homogeneização do fazer docente. Contudo, existe a possibilidade dos professores entrarem em conflito com esses novos valores, e buscarem alternativas em relação a sua prática pedagógica, pois os conflitos podem ocorrer devido às interpretações pessoais dos professores em relação às exigências do meio, definidas pelo Estado (NÓVOA, 1995a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região de Tangará da Serra se constituiu enquanto município a partir do processo de colonização da região centro-oeste do Brasil, empreendida nos anos de 1950 e 1960, pois o interesse do governo federal era proporcionar o desenvolvimento econômico do país, com a “ocupação” dos “espaços vazios” de várias regiões brasileiras.

Deste modo, os incentivos governamentais e o estímulo realizado pela colonizadora privada contribuíram para a chegada de várias famílias de migrantes para a região que ficou conhecida como povoado de Tangará da Serra.

A empresa responsável pela colonização da referida região foi a Sociedade Comercial Imobiliária de Tupã para a Agricultura Ltda. A estratégia utilizada pela empresa foi a de destacar para as famílias de migrantes os atrativos da área urbana e as edificações que iriam ser construídas na região. No entanto, a estrutura inicialmente realizada na região de Tangará da Serra foi desenvolvida pelos moradores que vieram de outras regiões do país, pois a gestão estadual e municipal, bem como a empresa, pouco empreenderam ações para o crescimento da área. Dessa forma, as edificações iniciais foram concretizadas a partir da reunião das famílias de migrantes, que, por iniciativa própria, articularam a construção de algumas estruturas na localidade (OLIVEIRA, 2009).

A formação de Tangará da Serra, que pertencia ao município de Barra dos Bugres até o ano de 1976, bem como a constituição da Escola Rural Mista Municipal Santo Antônio estava relacionada ao contexto de planejamento econômico e educacional do governo federal. Os governos estaduais e municipais foram se associando as iniciativas realizadas pela gestão federal para o crescimento do Brasil.

Nesse sentido, o governo federal, desde os anos de 1950 e 1960 apresentou o interesse em alterar o sistema de ensino brasileiro, com o objetivo de promover as condições necessárias para que a educação contribuísse com a formação de cidadãos capazes de se inserir no mercado de trabalho, já que o governo procurava avançar no processo de industrialização desenvolvido ao longo do governo de Juscelino Kubistchek.

No final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960 as mensagens presidenciais revelaram a preocupação do governo federal com a falta de eficácia do ensino ofertado nas escolas, pois a intenção era articular a educação ao crescimento econômico brasileiro. Essa preocupação foi ampliada para os anos de 1960, com a intenção de propiciar a continuidade do crescimento industrial realizado na década anterior. Deste modo, a educação foi compreendida como um mecanismo que colaboraria com o avanço do país, pois a eficiência do trabalhador estava associada ao aumento do nível de aprendizado dos alunos.

A grande quantidade de professores leigos exercendo o magistério era uma das problemáticas que o governo deveria enfrentar, pois a situação de ineficiência do ensino oferecido nas escolas do país estava sendo considerada como um obstáculo ao desenvolvimento do Brasil.

Para enfrentar os problemas na área educacional, o governo federal organizou planejamentos educacionais com o objetivo de melhorar o nível da educação, a partir do aumento da oferta do ensino à população do país, articulado com a elaboração de um programa de recuperação dos professores leigos, bem como a do aperfeiçoamento dos professores normalistas.

Deste modo, a dificuldade que a educação nacional vivenciava provocou que o governo intervisse na organização do sistema de ensino, ao buscar promover uma nova formação docente aos professores que atuavam nas escolas do país, bem como difundir novas maneiras de exercer as atividades pedagógicas.

O governo de Mato Grosso procurou se associar ao planejamento educacional elaborado pelo governo federal, pois no estado existia uma grande quantidade de professores leigos exercendo o magistério nas escolas de nível primário. Sendo assim o Plano Trienal de Educação de 1963, elaborado pela gestão federal, refletiu-se nas intervenções do governo estadual em relação às dificuldades educacionais que o estado enfrentava.

Para elevar o nível de ensino oferecido nas escolas mato-grossenses, a gestão estadual, articulada com o governo federal criou o Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá, em 1963. Esse centro foi destinado ao aperfeiçoamento de professores leigos e normalistas em diversos cursos oferecidos pelo CTM.

A LDB 4.024/61 foi uma iniciativa do Estado para propiciar uma organização do ensino em nível nacional. Contudo, essa lei pode indicar que a situação do ensino rural no país ainda continuaria em uma situação difícil, pois apontava que o governo não teria condições de expandir a educação para as zonas rurais, já que os proprietários de terras poderiam promover a criação e o funcionamento de escolas.

No início dos anos de 1970, o governo federal procurou apresentar uma nova forma organizacional para o sistema educacional brasileiro, ao elaborar a Lei 5.692/71. Apesar de uma nova organização da educação nacional, os problemas quanto à oferta do ensino primário e a quantidade de professores leigos lecionando nas escolas primárias ainda existiam nos anos 1970 e início dos anos 1980, principalmente nas áreas rurais do país.

A partir da concepção de Nóvoa (1995) em relação ao processo de profissionalização docente articulado pelo Estado, pode-se constatar que as ingerências do governo estadual voltadas para alterações das práticas dos professores mato-grossenses foram verificadas pela criação de cursos de aperfeiçoamento para os professores leigos no CTM, bem

como pelo curso de formação para o magistério, de nível médio, denominado de Logos II.

Nesse sentido, o estudo da trajetória de formação e profissional da professora Iracema Machado indica como o governo do estado procurou intervir na educação mato-grossense, com o objetivo de melhorar o ensino oferecido nas escolas, a partir da realização de cursos de formação docente que propiciassem alterações na prática pedagógica dos professores do estado.

O estudo da trajetória de Iracema contribui para apontar como as escolas rurais do estado poderiam ter se constituído, a partir de ações coletivas das comunidades rurais ou por iniciativa de proprietários rurais.

Além disso, a trajetória de Iracema evidenciou que as interferências do governo municipal não foram significativas no cotidiano escolar nos primeiros anos de sua fundação, pois muitas ações organizativas do ambiente da Escola Rural Mista Municipal Santo Antônio foram realizadas pela própria professora ou pelas famílias dos alunos da referida escola. Contudo, as ações do governo federal e estadual foram evidenciadas com a participação da professora Iracema no curso de formação docente, conhecido como Logos II. A participação da professora no referido curso ressaltou a interferência do governo estadual e federal na educação e Mato Grosso, com o objetivo de propiciar modificações no exercício do magistério da mesma, já que ela era uma professora que não possuía uma habilitação para exercer a profissão.

REFERÊNCIAS

ABREU, S. *Planejamento Governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense*. Contexto, propósito e contradições. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Ministério da Educação e cultura; Departamento de Ensino Supletivo. *Projeto Logos II*, Brasília, 1975.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *A educação nas mensagens presidenciais*. (1890-1986). V. II, 1987. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?... Acesso em: 02 maio, 2015.

_____. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965 In: *O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento*. [direção Rosa Freire d'Aguiar] – Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011. p. 35 – 440.

CASAGRANDE, Iracema da Silva Machado. Depoimento [julho 2014]. *Entrevistadora: Kátia Maria Kunntz Beck*. Cuiabá: IE/UFMT. 2014. (0:13:17 min.). Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa em História da Educação e Memória (GEM).

ESCOLA RURAL MISTA MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO. Ata de Criação da Escola Rural Mista Municipal Santo Antônio. *Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral de Tangará da Serra* (NUDHEO-TS), 1965.

FOLHA DE TANGARÁ. *Tangará da Serra*: Ano I, nº 6, 6 de janeiro de 1975.

LAWN, M. Os professores e a fabricação de identidades, In: NÓVOA, A; SCHRIEVER, J. (eds.). *A difusão mundial da escola*. Lisboa, Educa, 2000, p. 69-84.

MARCÍLIO, H. *História do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

NÓVOA, A. (Coord.) *Os professores e sua formação*. 2ª. ed. Lisboa/Portugal: Publicações Dom Quixote, 1995a.

_____. O passado e o presente dos professores, In: NÓVOA, Antônio (org.), *Profissão Professor*. 2ª ed. Porto, Porto Editora, 1995b, p. 13-34.

OLIVEIRA, C. E. *Famílias e Natureza: as relações entre famílias e ambiente na colonização de Tangará da Serra- MT*. Tangará da Serra: Sanches Ltda., 2004.

_____. *Migração e Escolarização: história de instituições escolares de Tangará da Serra - Mato Grosso – Brasil (1964 -1976)*. Tese (Doutorado em História). Uberlândia: UFU, 2009.

SOUZA, M. I. S. *Os empresários e a educação. O IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis: Vozes, 1981.

VILALVA, W. MIYAZAKI, T. Y. (Orgs.). *Fios de Memória: Pioneiros de Tangará da Serra*. Cáceres: EdUNEMAT, 2013.

HIV/AIDS, PRECONCEITOS E MILITÂNCIA SOCIAL: MEMÓRIAS DE CONSTRUÇÕES SOCIAIS QUE MARCARAM DÉCADAS

Degmar Francisco dos Anjos

Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba.
Docente no Instituto Federal de Mato Grosso.
degmar.anjos@ifmt.edu.br

Raquel Martins Fernandes

Doutora em Educação, pela Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT. Docente no Instituto Federal de Mato Grosso.
raquel.fernandes@blv.ifmt.edu.br

Epaminondas de Matos Magalhães

Doutor em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Docente no Instituto Federal de Mato Grosso- Campus de Pontes e Lacerda.
epaminondas.magalhaes@plc.ifmt.edu.br

Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli

Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo.
Docente na Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

O HIV/Aids não é uma epidemia de ordem exclusivamente física, que exija apenas cuidados relacionados ao uso de medicamentos e controle de infecções oportunistas, mas também é social, pois está relacionada a questões que envolvem, a discriminação, a revelação do diagnóstico a familiares e à comunidade, o medo do enfrentamento público e, ainda, o medo da morte. Nesse contexto, o presente estudo de caso objetivou, sob a perspectiva Construcionista Social, debater e analisar temas relacionados à Militância Social e seu importante papel no enfrentamento aos preconceitos e às discriminações presentes na epidemia de HIV/Aids no Brasil.

Palavras-chave: HIV/Aids. Preconceito. Sociedade.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

ABSTRACT

HIV / AIDS is not an epidemic of only physical, that only requires care related to drug use and control of opportunistic infections, but also social, because it is related to issues which involve discrimination, disclosure for family and the community, fear of public confrontation and also the fear of death. In this context, this case study aimed, under the Social constructionist perspective, discuss and analyze issues related to Social Activism and its important role in fighting prejudice and discrimination present in the HIV / AIDS epidemic in Brazil.

Keywords: HIV/Aids. Prejudice. Society

INTRODUÇÃO

O HIV/Aids não é uma epidemia de ordem exclusivamente física (que exija apenas cuidados relacionados ao uso de medicamentos, controle de infecções oportunistas etc.), mas também é social, pois está relacionada a questões que envolvem, em especial na juventude, discriminação, revelação do diagnóstico a familiares e à comunidade, medo do enfrentamento público etc. (COLEMAN; TOLEDO; WALLING, 2000). A esse respeito, fazendo um histórico das epidemias de HIV/Aids, Sudbrack (2003, p. 180), relata:

Mann (1987) distingue três momentos diferentes da epidemia da Aids em qualquer comunidade. Momentos que ele identifica como três epidemias diferentes. Um primeiro momento – **epidemia de HIV** – em que a epidemia entra em todas as comunidades de forma silenciosa e sem ser notada; um segundo momento – **epidemia de Aids** – quando ela realmente é percebida; e um terceiro momento, chamado também de “terceira epidemia” – **epidemia do estigma, discriminação e negação coletiva** – que se torna o momento mais explosivo e extremamente atual.

Essa “terceira epidemia”, que é de ordem social, torna-se aparente, principalmente, em decorrência do estigma e do preconceito que é associado ao HIV/Aids. Nesse contexto, Guerra e Seidl (2009), citando Pequignat (2002), explicam que tal estigma e preconceito existem em decorrência de quatro características da Aids: (1) é uma doença que, principalmente pelas características de seu surgimento, tornou-se percebida como letal; (2) é uma enfermidade contagiosa, podendo colocar

outras pessoas em risco; (3) durante o processo de adoecimento da Aids pode ser uma condição aparente a terceiros; e (4) é uma doença cujas causas são atribuídas como de responsabilidade do indivíduo.

Ao abordarem este tema, Ayres et al (1999) se referem aos primeiros anos da epidemia (1981-1984) como o período que evocou a ideia de “grupos de risco”. Estes foram amplamente difundidos através da grande mídia e se tornaram a base das poucas e incipientes estratégias de prevenção. O grupo de risco que era visado nas campanhas era composto, principalmente, pelos profissionais do sexo, usuários de drogas injetáveis e homossexuais. Apesar desta ter sido a primeira estratégia para se pensar em formas de prevenção ao HIV/Aids, esta categorização dos indivíduos, acabou estimulando o preconceito e a estigmatização das pessoas que a estes grupos pertenciam.

AIDS: ALGUMAS BALIZAS DO IMAGINÁRIO POPULAR

No imaginário popular o HIV/Aids passou a ser visto como uma doença de pessoas promíscuas, pecadoras e culpadas, ou, então, como um “passaporte para a morte” ou “morte anunciada” (SEFFNER, 1995, p. 9). A esse respeito, vejamos o que diz Bastos (2004, p.108):

O fenômeno do adoecimento não é um processo apenas individual: antes, é também um processo coletivo, que se expressa não somente através do “corpo doente”, mas também pelos seus “sinais e sintomas sociais”. Algumas doenças, mais que outras, favorecem o aparecimento desses sinais e sintomas sociais devido à sua carga simbólica. A AIDS, devido a todas as questões já mencionadas anteriormente, tem apresentado seu perfil mais letal na esfera social de seus portadores.

O fato da incurabilidade da doença e a sua associação com a morte, amplamente divulgada e de certa forma legitimada pela ciência nos primeiros anos da epidemia, ainda estão presentes no imaginário coletivo. Portanto, ainda hoje, receber o diagnóstico de HIV positivo significa receber um passaporte direto para a morte.

Destaca-se, ainda, que mesmo tendo sido superada a fase em que se associava o HIV/Aids a “grupos de riscos”, passando tal compreensão a ser combatida pelos pesquisadores e pela visão acadêmico-científica, tal visão de que o HIV/Aids é decorrente, apenas, de comportamentos promíscuos parece perdurar (SUDBRACK, 2003), haja vista que tal preconceito generalizado parece abarcar espaços nos quais o jovem circula. Como bem aponta Pizarro (2006, p. 110):

Observamos, também, que o preconceito e a discriminação estão presentes e são localizados nas falas de todos: crianças, pais e professores. Essa discriminação é mais fácil de ser localizada no outro do que em si, deixando claro que essa naturalização foi, e é, construída nas rotinas, nos discursos, nos currículos, nas relações sociais, constituindo práticas sociais inseridas no nosso *modus vivendi*.

Tal discriminação, além de causar os sofrimentos psíquicos e emocionais, traz consequências danosas para a pandemia de HIV/Aids e é um obstáculo aos programas de prevenção e controle da doença (ANJOS, 2012). Muitos, devido à discriminação e à estigmatização do HIV/Aids, têm medo de procurar ajuda e acabam se afastando dos programas sociais criados para esse fim. Preferem ficar com a dúvida e ignorar o fato de poder ter o vírus a ter que enfrentar os estigmas e os preconceitos relacionados à doença.

Tal afirmação é fundamentada por pesquisa realizada no Brasil, na qual, de oito mil pessoas que foram entrevistadas pelo Ministério da Saúde, 22,5% disseram que não comprariam legumes ou verduras em um local onde trabalha um funcionário com HIV e 13% afirmaram que uma professora com HIV/Aids não pode dar aulas em qualquer escola (Andrade, 2008). Esse medo do preconceito acaba fazendo com que muitos que vivem com HIV/Aids ocultem o diagnóstico positivo por medo de discriminação. O estudo mundial chamado ATLAS (*AIDS Treatment for Life International Survey* ou Pesquisa sobre Tratamento para a AIDS em Âmbito Internacional), realizado com cerca de 3 mil pessoas vivendo com HIV/Aids em 18 países (incluindo-se o Brasil) aponta que mais da metade dos entrevistados (54%) estão “muito” ou “um tanto” preocupados com o fato de outras pessoas conhecerem seu status de HIV positivo, com 83% alegando que isto se deve predominantemente à preocupação com a discriminação social e o estigma (LOPES, 2008).

Esse alto índice de preocupação com a discriminação social e o estigma é decorrente, principalmente, pelo fato de que além do preconceito e do estigma que assombra o HIV/Aids, há outros fatores que levam à discriminação social. A esse respeito, Nascimento (2007, p. 149) diz:

No contexto da epidemia da aids, as pessoas são discriminadas por diferentes motivos dependendo da situação e do contexto. O estigma e o preconceito são bases importantes na construção da discriminação, mas não são as únicas. Dessa forma, o trabalhador com diagnóstico de HIV/Aids sofre discriminação por não corresponder ao desempenho e produtividade esperados, ou simplesmente por prevenção, podendo ser somada a uma tentativa de higienização dentro da empresa na busca da imagem estética ideal.

Ao lermos tais considerações de Nascimento, é possível retomar, também, Michael Foucault, que ao dialogar acerca do “corpo social” ou a sociedade, nos leva a compreender como o processo de discriminação e exclusão se torna “legitimado” nessa busca dissimulada e sutil da manutenção de uma sociedade “limpa e ideal”. A tentativa de “higienização” mencionada por Nascimento na citação acima é bem mais real e constante do que se pode imaginar. Vejamos o momento em que se torna possível encontrar tal temática em uma das entrevistas com Foucault (2001, p.82):

[...] é o corpo da sociedade que se torna, no decorrer do século XIX, o novo princípio. E este corpo que será preciso proteger, de um modo quase médico: em lugar dos rituais através dos quais se restaurava a integridade do corpo do monarca, serão aplicadas receitas, terapêuticas como a eliminação dos doentes, o controle dos contagiosos, a exclusão dos delinquentes. A eliminação pelo suplício é, assim, substituída por métodos de assepsia: a criminologia, a eugenia, a exclusão dos “degenerados”...

Essa visão de higienização da sociedade não nasce, contudo, no século XIX. O grande número de abrigos de leprosos durante a Idade Medieval é prova clara de que já bem antes se excluía do convívio social aqueles considerados “impuros”. Durante o imaginário renascentista, a salvação “corpórea” do leproso estava intrinsecamente ligada à salvação da alma (FOUCAULT, 2001), com isso o mal do leproso consistia em sua salvação religiosa e excluí-lo era um comportamento social “justo”, pois era o reconhecimento de que ele seria salvo, levando com tal argumento o próprio doente a aceitar o seu calvário, pacientemente. Tais enfermos foram, portanto, severamente combatidos ao longo da história com ritos de purificação e exclusão, chegando a serem proscritos e destituídos de todos os direitos civis, ou seja, passaram a ser considerados socialmente mortos (ROSEN, 1994). Tal visão higienista aparentemente chegou a outras enfermidades, como a tuberculose e a loucura, sendo modificada apenas em meados do século XX quando se solidificou uma visão mais humanizada de sistema de saúde (ROSEN, op. cit.). Contudo, tal visão não excludente, ainda que tenha sido combatida, permanece no imaginário popular possibilitando que ações e atitudes discriminatórias permanecessem, principalmente em enfermidades consideradas “impuras”, como é o caso do HIV/Aids.

Movido por tal preocupação com o estigma, o preconceito e a discriminação, no ano de 2010, para marcar o Dia Mundial de Luta contra a Aids, o Ministério da Saúde lançou uma campanha em que jovens de 15 a 24 anos eram o foco da ação, tendo como objetivo desconstruir o

preconceito contra pessoas que vivem com HIV/Aids. De acordo com informações anunciadas no site oficial sobre HIV/Aids do Ministério da Saúde¹, a campanha de combate à vulnerabilidade ao HIV/Aids em 2011 teve, novamente, os jovens de 15 a 24 anos, especificando, desta vez, nos jovens gays dentro dessa faixa etária pertencente às classes C, D e E. O intuito é o de discutir as questões relacionadas à vulnerabilidade ao HIV/Aids, sob o ponto de vista do estigma e do preconceito. Campanhas como essas são de extrema importância, pois, se já há os complicadores emocionais e fisiológicos causados pela doença, o preconceito social acaba por ampliar ainda mais os sofrimentos psíquicos dos jovens que vivem com HIV/Aids (ANJOS, 2012).

O relato apresentado a seguir exemplifica bem a necessidade de campanhas voltadas a combater o preconceito contra as pessoas soropositivas. Nele, Vicky Tavares, presidente da ONG Vida Positiva, localizada em Taguatinga, no Distrito Federal, narra um fato em que a diretora de uma instituição escolar descobriu que um adolescente soropositivo matriculado em sua escola tinha interesse em se relacionar com algumas meninas e repreendeu o jovem por isso. Caso ele não se afastasse das garotas, a diretora disse que contaria às mães que suas filhas estavam envolvidas sentimentalmente com um “soropositivo” (Agência Brasil, 2010).

Outro exemplo de como o preconceito e a desinformação acerca do tema é generalizado ocorreu na edição 2010 do Big Brother Brasil 10, um dos programas de maior audiência no país, cujo participante Marcelo Dourado, escolhido ao final pelos telespectadores para ser o vencedor do prêmio do programa, em um único comentário conseguiu gerar uma polêmica preconceituosa que ameaçou derrubar por terra as campanhas sobre o HIV/Aids e as entidades que lutam pelo respeito aos homossexuais no país, quando afirmou que somente gays do sexo masculino transmitem o HIV/Aids. Absurdo maior, ainda, foi a concordância de outra participante, teoricamente uma representante das lésbicas no mesmo programa, que reforçou a fala do participante Marcelo Dourado ao afirmar que não se protege com a parceira porque mulher não transmite Aids, “só homem”. Os dois comentários desinformados e preconceituosos foram alvos de processo movido pelo Ministério Público Federal contra a TV Globo, que foi obrigada pela 3ª Vara Federal Cível de São Paulo a divulgar esclarecimento à população, sob pena de pagamento de multa de um milhão de reais. Mas independentemente da multa e dos esclarecimentos da TV, a vitória do preconceituoso participante Marcelo Dourado pode ser uma evidência de que a sociedade brasileira não discordou tanto de seus desinformados argumentos.

Além da associação com a promiscuidade, o HIV/Aids, desde seu surgimento, esteve sempre associado à morte e à fatalidade. Com isso,

a pessoa vivendo com HIV/Aids tem sua cidadania negada, passando a ser excluído socialmente e renegado pelas pessoas ocasionando uma espécie de “morte social” (SONTAG, 2007). Além do problema da discriminação para a saúde pública, o ser humano e sua dignidade são intensivamente afetados. Ato como demissão ou mudanças repentinas de setores no emprego, proibição implícita de frequentar determinados lugares, desprezo disfarçado, preconceito e discriminação na escola ou em outros espaços de convivência, omissão dificuldades para se conseguir atendimento médico, abandono da família e amigos passam a ser um desafio que assola as pessoas com HIV/Aids (PIZARRO, 2006).

Quando se ouvem as vozes de setores da sociedade que deveriam ter mais informação, como a escola, se verifica que o desconhecimento, o medo e o preconceito são reais, comprovando a “naturalização” do preconceito, da qual fala Pizarro (2006). A este respeito Pizarro (2006, p. 95, 99 e 100) apresenta alguns excertos de docentes que ao serem entrevistados acerca da Aids, afirmam:

“Seria complicado, em sala de aula já surgiu preconceito contra aidéticos. Há tabu em falar sobre Aids” (Escola U/2005.)

“Para mim seria difícil porque nunca recebemos essas informações, essas orientações dos cuidados que tem que ter, o que fazer numa hora dessas. Tenho muito medo da contaminação, não sei. Num curso de extensão que fiz eles nem falaram das doenças contagiosas [...] acho que ali eles também foram excluídos”. (Escola I/2005)

“Falta o conhecimento dos cuidados com a criança. Me formei agora e não tivemos este conteúdo. Fiz um curso de extensão em Educação Especial e não trataram das doenças infecto-contagiosas. Fez falta!”. (Escola I/2005)

“O que atrapalha é o medo do contágio [...] não sei se não era de ter uma escola especial, com mais recursos para atendê-los melhor”. (Escola L/ 2005)

“Tentaria dar o exemplo, mas ainda falta informação. Nos treinamentos falam de Aids em segundo plano. Era melhor uma escola só para eles”. (Escola S/2005).

As falas apontam vozes com medo e desinformação vindas de um segmento da sociedade, a escola, que deveria, justamente, informar e desmistificar o HIV/Aids. O que pode parecer incoerência se torna uma realidade vista em muitas unidades escolares e alerta para um questionamento assustador: se os docentes, que teoricamente são uma classe

intelectualmente esclarecida, agem com medo e preconceito, o que se dirá dos demais segmentos da sociedade?

Nesse contexto, muitos são os estudos que apontam a existência de uma síndrome social, ou epidemia social, carregada de preconceito e discriminação que cerca a doença e que gera efeitos psicoemocionais negativos nas pessoas que convivem com o vírus, ampliando a angústia, o medo da morte e as incertezas da vida (ANJOS, 2012; AZEVEDO 2011; SILVA, 2011; CARVALHO; GALVÃO, 2007; CARVALHO; MORAIS; KOLLER; PICCININI 2007; OLIVEIRA, 2005; SALDANHA, 2003).

E se para o adulto tal preconceito já é angustiante, que dirá para os jovens? A angústia do adolescente com HIV/Aids se multiplica, pois o medo do preconceito surge justamente na fase da vida em que a necessidade de contato, de afeto e de compreensão se torna maior. Nesse contexto, estudos apontam que há grandes desafios relacionados à esfera psicossocial em jovens, tais como a revelação do diagnóstico, a adesão ao tratamento e, principalmente, o medo do estigma e do preconceito devido à soropositividade (GUERRA; SEIDL, 2009; TAQUETTE, 2009; AMORIM, 2007; AYRES; PAIVA; FRANÇA JR; GRAVATO; LACERDA; DELLANEGRA; SILVA, 2006).

A este respeito, Amorim (2007), em pesquisa realizada com jovens vivendo com HIV/Aids atendidos em um hospital municipal de Niterói (RJ) objetivando investigar como tais jovens lidam com sua condição de soropositividade, apresenta alguns excertos que possibilitam observar como o medo e a angústia devido ao preconceito são recorrentes, vejamos (AMORIM, 2007, p. 84, 85 e 94):

"...eu fico com medo, assim, de cortar a amizade comigo porque... qualquer coisa é preconceito. Uma vez falaram que eu tava com tuberculose e a maioria da turma ficou afastada de mim. Imagina se eu falar o que eu tenho, o que ia acontecer?"

"Nem pra minha melhor amiga eu falo."

"A primeira vontade que dá é sair gritando. Detesto contar mentira pras pessoas, esconder. E isso parece que sufoca a gente porque... Dá vontade de gritar, de chegar e gritar pra todo mundo..."

"Então eu quero ir pra um lugar onde você chega e ninguém te conhece. [...] Onde ninguém saiba o que eu tenho, onde eu posso seguir minha vida sem todo mundo conhecido. [...] mas sei que meus dois problemas [referindo-se à perda dos pais e à questão do HIV] que são os piores da minha vida vão estar comigo pra sempre. Não posso fugir deles."

Os excertos acima apresentam, justamente, as vozes de jovens que vivem na pele o medo de que alguém, cedo ou tarde, passe a discriminá-los por conta da soropositividade. Em outro estudo, também realizado com jovens vivendo com HIV/Aids, desta vez objetivando estudar as interfaces presentes no processo saúde/doença em jovens atendidos em unidades de saúde no município do Rio de Janeiro, Bastos (2004, p. 109 e 111) apresenta as enunciações de outros jovens que também exprimem os sentimentos de medo à morte e ao preconceito presentes no contexto do HIV/Aids na Juventude. Vejamos:

"A propaganda, ao mesmo tempo, que ela previne ela também associa a morte [...], ela fala de solidariedade mas também atrofia, faz com que a gente pense só de uma forma" (I).

"eu pensei em se matar, eu já ia morrer mesmo!" (E).

É por situações como essas que se torna cada vez mais fundamental que haja ações governamentais e não governamentais e reforços das políticas públicas no sentido de esclarecer corretamente à população, objetivando, assim, que o estigma e o preconceito em relação ao HIV/Aids possam ser combatidos na sociedade brasileira (GUERRA; SEIDL, 2009).

Contudo, ainda que lentamente e em passos diferentes do crescimento da discriminação, cabe destacar que ao longo do período de existência da epidemia, houve conquistas de direitos como a que foi recentemente alcançada em 02 de junho de 2014, quando foi sancionada a Lei Nº 12.984/2014, que criminaliza a discriminação às pessoas vivendo com HIV/Aids. O texto da Lei pode ser visto, para muitos, apenas como mais uma legislação acerca da discriminação, mas tal legislação é extremamente importante não somente pelo seu teor jurídico, como pelo seu teor simbólico, uma vez que a sociedade passa a assumir que existe um preconceito e que este precisa ser combatido, cabendo ao poder público e às organizações sociais acompanhar e militar para que as conquistas sejam mantidas e efetivadas. Dessa forma, assim como os preconceitos e a discriminação àqueles que são considerados "diferentes" são construídos em contextos histórico-sociais (PEREIRA; VALA; COSTA-LOPES, 2010; PEREIRA; VALA; LEYENS, 2009), os sentidos relacionados ao combate a esse processo estigmatizante também pode ser construído historicamente a partir de medidas concretas da sociedade (NASCIMENTO, 2007).

Ao concluirmos esta seção, vejamos o texto da Lei 12.984, de 02 de junho de 2014, conquistada após muitas lutas dos movimentos sociais em busca do combate ao preconceito às pessoas vivendo com HIV/Aids:

Constitui crime punível com reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, as seguintes condutas discriminatórias contra o portador do HIV e o doente de Aids, em razão da sua condição de portador ou de doente:

- I – recusar, procrastinar, cancelar ou segregar a inscrição ou impedir que permaneça como aluno em creche ou estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado;
- II – negar emprego ou trabalho;
- III – exonerar ou demitir de seu cargo ou emprego;
- IV – segregar no ambiente de trabalho ou escolar;
- V – divulgar a condição do portador do HIV ou de doente de Aids, com intuito de ofender-lhe a dignidade;
- VI – recusar ou retardar atendimento de saúde.

JUVENTUDE, MOVIMENTOS SOCIAIS E HIV/AIDS

Procuramos, até o momento, apresentar um conjunto de discussões que perpassou por uma explanação acerca dos conceitos de vulnerabilidade estruturados a partir da década de 90; e por uma discussão acerca dos preconceitos e discriminações enfrentados pelas pessoas que vivem com HIV/Aids. Ocorre, contudo, que mesmo tendo trilhado este caminho discursivo, tornar-se-ia inconcebível abordar a temática HIV/Aids e juventude sem olharmos para o papel fundamental que os movimentos sociais desempenharam ao longo desses trinta anos de epidemia.

Para que possamos explanar a partir desta afirmação, é importante que se conceitue movimentos sociais populares, que neste estudo são compreendidos como sendo:

[...] forças sociais e correntes de transformação social que, atuando nos mais diferentes âmbitos das problemáticas humanas, geram processos de transformação social e garantem sua autonomia em relação ao Estado e aos partidos, pela orientação social de sua ação que incide sobre as mentalidades e as práticas cotidianas da sociedade em sua heterogeneidade. (SOUZA, 2007, p.124)

Ao iniciarmos as explicações acerca dessa necessidade de associar a história da luta contra o HIV/Aids no Brasil e os movimentos sociais, é importante nos atentarmos para três fatores: 1 – de acordo com o documento “Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento”, do Ministério da Saúde, editado por profissionais da Unidade de Prevenção da Coordenação Nacional de DST e Aids, os primeiros casos de Aids registrados no Brasil ocorreram em 1982, no Estado de São Paulo; 2 – considerando que

no final da década de 70 e início da década de 80 ainda estávamos sob o regime militar, a Aids surge no Brasil ao mesmo tempo em que se inicia o processo de redemocratização política; e 3 – devido às primeiras notícias sobre a doença serem oriundas em grande parte de publicações européias e norte-americanas, a Aids surge no Brasil conhecida como a “peste gay” (Daniel; Parker, 1991), ou seja, a doença já era estigmatizada antes mesmo de se ter notícia da confirmação do primeiro caso de Aids no país, desse modo, a epidemia no Brasil precedeu a própria doença, ocasionando que os sintomas sociais da epidemia surgissem antes mesmo dos sintomas físicos.

Como se percebe, ao realizarmos a associação dos dois últimos fatores apresentados no parágrafo anterior, o Brasil, no início do surgimento da Aids, não possuía nem uma política clara de garantias aos direitos do cidadão, em especial à saúde (haja vista as duas décadas de regime ditatorial enfrentado), nem o interesse claro em criar políticas públicas voltadas ao combate à vulnerabilidade frente ao HIV/Aids (haja vista o país ser ainda dominado por um discurso político, social e religioso pautados em “valores” morais, não teria porque se investir significativos recursos públicos em uma doença causada por gays, prostitutas e drogados, pessoas que vivam em “grupos de risco”). Todo esse quadro histórico-social levou a um processo de culpabilização, recriminação e suspensão do direito à cidadania dos doentes de Aids. Somente no início da segunda metade da década de 80, mais precisamente de 1985 para 1986, é que a Aids torna-se reconhecida como problema da saúde pública brasileira (DANIEL; PARKER, 1991).

Como se vê por este cenário, as primeiras vítimas do HIV/Aids no Brasil tinham, certamente, o abandono, a morte social e a morte física como os únicos horizontes possibilitados pela sociedade. É desse quadro inicial que surgem as ideias ainda amplamente difundidas entre o cidadão comum de que o HIV/Aids é uma doença de pessoas imorais e que o HIV/Aids conduz inevitavelmente à morte. Como bem afirma Silva ao analisar o HIV/Aids na década de oitenta (1998, p. 130),

[...] independente da orientação sexual, as pessoas soropositivas, especialmente os homens, carregam consigo o estigma que já sofriam antes as pessoas com práticas sexuais com outras do mesmo sexo. A conotação negativa destas práticas, associadas ao pecado e ao crime, mais tarde à doença, gera em alguns indivíduos o sentimento de culpa que os leva ao isolamento, à depressão e ao distanciamento da informação e do tratamento. O que torna mais difíceis as relações sociais, seja com seu/sua parceiro(a), seja com a família ou no ambiente de trabalho.

Nesse contexto, as primeiras respostas da sociedade civil brasileira à epidemia da Aids vieram de grupos de homossexuais de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia como é exemplo o grupo homossexual paulista Outra Coisa, que desde as primeiras ações governamentais em 1983 esteve lutando a fim de informar a sociedade sobre o HIV/Aids e sobre estratégias de prevenção. Ainda que de forma não sistemática, tais grupos empenhavam-se em revelar que preconceito e discriminação são grandes obstáculos ao enfrentamento da epidemia e que informar a população é fundamental na prevenção da doença. E foi seguindo essa orientação, que se estrutura, em 1985, a primeira organização da sociedade civil dedicada especificamente à Aids, Gapa – Grupo de Apoio à Prevenção da Aids, em São Paulo, surgindo antes, portanto, que as instituições governamentais, dado que somente em 1986 foi criado o Programa Nacional de DST e Aids (GALVAO, 2000). Comentando sobre este momento histórico de mobilização social, Daniel e Parker afirmam (1991, p.27):

Por um lado, um significativo trabalho começou a ser levado adiante por grupos já existentes anteriormente, como a Associação dos Hemofílicos, e pequenos grupos homossexuais, como o Atobá e o GGB, que responderam aos riscos percebidos entre suas diferentes clientelas, envolvendo-se em ações políticas em torno das questões apresentadas pela AIDS, bem como na disseminação de materiais educativos. Por outro lado, um grande número de novos grupos e organizações formaram-se especificamente em resposta à AIDS desde meados de 1985, quando um variado grupo de pessoas - de profissionais de saúde até ativistas políticos e membros de organizações homossexuais - reuniram-se em São Paulo para formar o GAPA (Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS), uma organização de voluntários destinada a fornecer ajuda básica e serviços de aconselhamento para pessoas com AIDS, bem como para educar e informar o público em geral.

Aos poucos, em especial pela constatação da ausência de políticas públicas, outros grupos vão se estruturando e novos sentidos acerca da epidemia vão se construindo, sendo de destaque o aparecimento das casas de apoio e do atendimento domiciliar como novas formas de abordagem da epidemia, a caracterização dos comportamentos de risco no lugar de grupo de risco, a organização de associações de hemofílicos no Rio de Janeiro e em São Paulo, o início da preocupação com a temática Aids por parte de outras instituições (predominantemente religiosas) e a organização de grupos de portadores da doença, possibilitando que os discursos passassem a enfocar não somente a prevenção, mas as pessoas vivendo com HIV/Aids (GALVÃO, 2000).

Cabe destaque, neste período, aos trabalhos de militância social desempenhados pela Casa de Apoio Brenda Lee, primeiro movimento na América do Sul a estruturar um serviço paramédico voltado a pessoas consideradas em estado avançado de Aids e sem vínculos com família, amigos e emprego, focalizando sobretudo uma população muito estigmatizada: os travestis; e pelo Grupo de Incentivo à Vida (GIV), um dos primeiros grupos brasileiros de auto-ajuda para pessoas vivendo com HIV/Aids.

Contudo, se os grupos acima mencionados iniciaram seus trabalhos a partir de voluntários ou movimentos de base, focados geralmente em ações de cunho assistencial, no Rio de Janeiro, em 1986, surge a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids – Abia, o primeiro movimento civil estruturado não apenas de um movimento de base, estritamente voluntarista e comunitário, mas “de um projeto elaborado, com identidade definida e totalmente Profissionalizada”. A Abia tornou-se amplamente conhecida nacional e internacionalmente, em especial por dois aspectos que a diferenciariam das demais associações que havia surgido até então: 1 – a ABIA congregava lideranças sociais que possuíam amplo prestígio dentro da sociedade carioca², sendo um dos maiores destaques o sociólogo Herbert de Souza (Betinho); 2 – a Abia conseguiu importante apoio financeiro do escritório brasileiro da Fundação Ford, sob a gestão do antropólogo Peter Fry e, posteriormente, de Joan Dassin, que alocou, de imediato, recursos que serviram, também, de ponto de referência para outras agências internacionais de financiamento nos Estados Unidos e Europa.

O surgimento da Abia foi marcante na história da luta contra o HIV/Aids no Brasil, pois iniciou um processo de fomento à estruturação de instituições que se propunham não mais a atuar sob uma ótica apenas assistencialista, mas a tematizar o HIV/Aids no debate das políticas públicas brasileira, na perspectiva da multidisciplinaridade na pesquisa e no tratamento, sustentando a ideia de que a exclusão e a vulnerabilidade sociais eram facilitadores e potencializadores da contaminação pelo HIV/Aids e situando a prevenção e assistência numa visão voltada à cidadania, conceito que ficara obscurecido durante as duas décadas anteriores. Esse debate tomou tal amplitude que influenciou fortemente na estruturação das políticas públicas de combate ao HIV/Aids, em especial na forma como o recém criado Sistema Único de Saúde Brasileiro – SUS iria tratar a temática, e colocou o Brasil como ponto de referência no Programa Global de Aids, da Organização Mundial da Saúde (GALVÃO, 2000).

Contudo, se por um lado tal forma de posicionamento social foi importante para a rapidez na resposta à epidemia de HIV/Aids, a insurgência desses formatos de ONGs gerou um outro modelo de relação entre

os movimentos sociais e o Estado. Nesse contexto, as ONGs passaram a obter além de mais recursos financeiros, mais credibilidade e adesão da população, encontrando cada vez mais uma abertura na cena política do país. Tais organizações ocuparam cada vez mais o espaço de luta caracterizado anteriormente pelos movimentos sociais de base e esses, sem adesão e sem recursos, quase sempre se dissolveram, sendo reduzidos sua quantidade e impacto social (HOLANDA & VIEIRA, 2010).

Nesse cenário, se por um lado os movimentos que se organizaram inicialmente para dar uma resposta social à epidemia foram se minimizando, as ONGs que recebiam financiamento de agências e bancos internacionais e do Governo Brasileiro foram se fortalecendo. Como bem afirma Montañó (2008, p. 273), “este relacionamento é dócil, despolitizado e despolitizador, funcional ao projeto neoliberal de reestruturação sistêmica. Da *luta* (dos movimentos sociais), passa-se à negociação (entre ONG e Estado), de relação de interesses conflitantes (das organizações populares), à relação clientelista” (grifo da autora). Nesse contexto, Holanda e Vieira, ao também olharem para essa relação entre ONG e Estado, são extremamente reflexivas ao afirmarem que:

A partir desses fatores as ONGs passam a desenvolver um outro papel, o de mediadores entre a esfera estatal e os movimentos sociais. O Estado e os organismos internacionais não precisam mais falar diretamente com os movimentos sociais, para tanto escolhem uma ONG para os “representar”. E como as ONGs trabalham com camadas específicas da sociedade, as respostas intermediadas por elas são, como o são no padrão neoliberal, focalizadas, setorializadas, desconcentradas, responsabilizam o indivíduo pelo atendimento a suas próprias demandas. (HOLANDA; VIEIRA, 2010, p. 23)

Contudo, como bem diz um ditado popular, “quem tem fome, não pergunta de onde vem a comida”. Mesmo sendo mecanismos de uma política neoliberal incentivada pelo Banco Mundial e por outros organismos de poder do grande capital internacional (Montañó, 2008), as ONGs/Aids surgiram como as respostas iniciais aos preconceitos e discriminações construídos nesse contexto e enfrentando o grande pânico que marcou o surgimento da epidemia. Essas ONGs foram também os primeiros espaços nos quais as pessoas vivendo com HIV/Aids e suas famílias podiam alcançar mais informações tanto sobre o aspecto biológico da epidemia quanto sobre aspectos para além da saúde como, por exemplo, as questões sócio-jurídicas que os envolvem enquanto sujeitos de direitos, assim como trocar experiências sem serem discriminadas por causa de sua sorologia e de obterem tradução da linguagem técnica das descobertas

científicas, possibilitando o entendimento das pessoas que eram diretamente afetadas (HOLANDA; VIEIRA, 2010).

Nesse contexto, ao descrever o desenvolvimento das ONGs/Aids, Holanda e Vieira (2010) citam Ramos (2004), que aponta o crescimento dessas instituições em torno de três grandes eixos: de apoio e de defesa dos direitos civis e sociais; de pressão política e de pesquisa aplicada; e de pessoas vivendo com HIV/Aids. Todas essas ações foram de suma importância no decorrer da história recente, principalmente as de pressão ao governo para efetiva aplicação do proposto nos programas de Aids governamentais.

CONCLUSÃO

Como resultados desse trabalho, é válido destacar três momentos da política brasileira em que a mobilização da sociedade civil e as ONGs/Aids tiveram papel relevante (Holanda; Vieira, 2010, p. 14 e 15):

- O financiamento do Banco Mundial em 1992-1993, (que financiou a formulação e implementação do Projeto de Controle de Aids e DST, o AIDS-1), que exigia a participação das ONGs no desenvolvimento das ações por entendê-las como mais próximas à comunidade;
- A concessão do acesso gratuito e universal no sistema público de saúde aos medicamentos da terapia antirretroviral, que foi uma luta travada pelos movimentos e ONGs/Aids, mesmo contrariando as recomendações de instituições internacionais, como o próprio Banco Mundial, que ditavam que os países em desenvolvimento deveriam centralizar suas ações na prevenção, não no tratamento da epidemia. Esta “desobediência” do Brasil aos ditames internacionais foi responsável por reduzir a taxa de infecção em alguns grupos, como os homossexuais e usuários de drogas injetáveis, e ainda aumentar o tempo de vida das PVHA;
- A proibição das doações de sangue pagas, fechamento dos bancos de sangue irregulares do Rio de Janeiro, e a implementação de hemocentros gerenciados pelo Estado, foram algumas das respostas às manifestações dos movimentos sociais quando foi descoberta a transmissão do HIV/Aids através do sangue infectado.

Atualmente, o Ministério da Saúde, por meio do Departamento Nacional de DST/Aids e Hepatites Virais, tem estado à frente das principais iniciativas de formulação e implementação de políticas públicas e de apoio técnico-financeiro às ONGs especializadas em HIV/Aids e, além das organizações não-governamentais específicas e de grupos e militâncias

constituídas de pessoas vivendo com HIV/Aids, há, no país, diversos tipos de instituições que promovem ações contra a epidemia, tais como entidades feministas, grupos religiosos e pastorais, organizações indígenas, sindicatos, grupos gays, associações de moradores, entidades formadas por profissionais do sexo, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outros.

Destaca-se, contudo, que se por um lado o relacionamento com órgãos ligados ao Ministério da Saúde é de grande importância, dada a possibilidade de participação nos debates relacionados às tomadas de decisão nas políticas públicas voltadas à área de saúde, por outro, o financiamento e a influência do poder estatal nas ONGs podem, aos poucos, inviabilizar a luta e os serviços que foram a origem de todas essas instituições. Como alerta, cabe, aqui, ouvir a voz das próprias ONG/Aids registrada no documento final do XIV Encontro Nacional de ONGs/Aids, realizado em 2007:

Vivemos uma crise de identidade afetada pela centralização, disputa e hierarquização do poder, o que junto com a falta de comunicação desencadeou um processo de sobreposições das agendas individualistas, atreladas muitas vezes a recursos e demandas governamentais, que acarretaram a perda do foco de trabalhos de base comunitária. Talvez o modelo vigente de movimento Aids e de ENONG não digam mais o que desejamos e sonhamos, "se esgotou no seu formato por não possibilitar tempo para reflexão", auto-crítica e avaliação; o modelo de execução dos nossos encontros tornou-se elitista e com propostas repetitivas, o que dificultou o exercício da autonomia e do ativismo. (XIV ENOG, 2007, par. 06)

As reflexões aqui apresentadas apontam para o importante papel de organizações da sociedade civil, tanto por meio de militantes sociais quanto do ONGs, na luta contra o preconceito e a discriminação às pessoas vivendo com HIV/Aids. Em especial nos momentos iniciais da epidemia, quando a saúde e os demais órgãos públicos brasileiros ainda não estavam plenamente organizados para enfrentar a grave situação que se emergia, foram tais instituições que propuseram o apoio jurídico necessário e que propiciaram discussões sobre os direitos às vítimas da epidemia.

Foi, em grande parte, decorrente de pressões exercidas por tais movimentos e organizações sociais que houve o alcance de muitas conquistas importantes em termos de políticas públicas no campo do enfrentamento à epidemia de HIV/Aids, como a consolidação do acesso universal aos medicamentos antirretrovirais e a ampliação da rede de serviços especializados para o tratamento do HIV/Aids, além de outras

garantias sociais, tais como a proibição de demissão em decorrência da doença, dentre outras estabelecidas na Lei 12.984, de 02 de junho de 2014.

Nesse sentido, as memórias, as experiências e os exemplos dessas importantes organizações sociais na luta contra o preconceito e a discriminação, bem como na busca constante de um melhor atendimento por parte a saúde pública e de mais qualidade de vida para as pessoas vivendo com HIV/Aids, mostram a necessidade do fortalecimento da participação social em outras áreas da saúde. Haja vista que é imprescindível o envolvimento pleno da sociedade civil também numa luta que seja comprometida com as demandas populares e voltadas à construção de políticas públicas que auxiliem na transformação das condições e na melhoria qualidade de vida da população brasileira.

NOTAS

¹ Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/campanhas/2011/dia-mundial-aids>>.

² Além do Betinho, a Abia teve em seu nascimento a participação ativa do militante político Herbert Daniel (também fundador do Partido Verde), dos pesquisadores Bernardo Galvão, Hélio Gelli Pereira e Peggy Pereira (todos ligados à Fundação Oswaldo Cruz), do criminalista Nilo Batista, do bispo da Igreja Católica Mauro Morelli, e do jornalista Luiz Lobo, entre outros.

REFERÊNCIAS

AMORIM, C. M. de. *Jovens soropositivos por transmissão vertical: entremeando saúde e doença*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social. Instituto de Psicologia. – UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

ANDRADE, C. Preconceito contra pacientes de Aids persiste, aponta Ministério da Saúde. *Uol Ciência e Saúde*. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/cienciaesaude/ultnot/2008/12/01/preconceito-contra-pacientes-de-aids-persiste-aponta-ministerio-da-saude.jhtm>

ANJOS, D.F. *Quando três tempos se encontram: sentidos e ressignificações de jovens vivendo com HIV/Aids*. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social - UFPB. João Pessoa, 2012.

AYRES, J. R. C. M. Diversidade cultural e vulnerabilidades. In: VI EDUCAIDS. São Paulo: APTA/CN-DST/AIDS, 2002, Recuperado de: <http://www.apta.org.br>.

_____. Práticas educativas e prevenção de HIV/Aids: lições aprendidas e desafios atuais. In: *Interface _ Comunic, Saúde, Educ*, 2002, p.11-24.

_____. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA D. & FREITAS, C. M. (Orgs) *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2003, p. 117-139.

AYRES, J. R. C. M.; FRANÇA JUNIOR, I.; CALAZANS, G. J. & SALETTI FILHO, H. C. (1999). Vulnerabilidade e prevenção em tempos de Aids. In: BARBOSA, R. M. & PARKER, R. G. (Orgs.) *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidade e poder*. São Paulo: Editora 34, 1999.

AYRES, J. R. C. M., PAIVA, V. & BUCHALLA, C. M. Direitos humanos e vulnerabilidade na prevenção e promoção da saúde: uma introdução. In: PAIVA, V., AYRES, J. R. C. M. & BUCCHALALA, C. M. (Coord.) *Vulnerabilidade e direitos humanos: prevenção e promoção da saúde*. Curitiba. Juruá, 2012.

AYRES, J. R. C. M., PAIVA, V., FRANÇA JR., I., GRAVATO, N., LACERDA, R., DELLANEGRA, M., MARQUES, H. H. S., ... & SILVA, M. H. Vulnerability, human rights, and comprehensive health care needs of young people living with HIV/Aids. *American Journal of Public Health*, 2006, 1001-1006.

AZEVEDO, R. L. W. *Resiliência, Sintomatologia Depressiva e Ansiedade em Pessoas com HIV/AIDS*. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social - UFPB. João Pessoa, 2011.

BASTOS, F. G. *Interfaces e Lacunas na Assistência prestada ao Adolescente Soropositivo*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós - Graduação em Serviço Social – UERJ. Rio de Janeiro, 2004.

BASTOS, F. I. *Aids na terceira década*. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz, 2006. COLEMAN, M.; TOLEDO, C. & WALLING, C. Stress responses of child care providers to classroom activities and childhood behaviors involving HIV/Aids. *Journal of Pediatric Nursing*, 2000, 356-363.

DANIEL, H & PARKER, R. *Aids a terceira epidemia*. São Paulo: Iglu editora, 1991

FOUCAULT, M. *A história da sexualidade 1: A vontade de saber*. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. *A arqueologia do saber*. 6 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

_____. *A ordem do discurso*. 8 ed. São Paulo, Loyola, 2002.

GALVAO, J. *AIDS no Brasil A agenda de construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Editora 34, 2000.

GOMES, F. P. & SILVA, V. M. "Não tenho preconceito mas não gostaria de trabalhar com essa demanda" *Assistentes sociais na luta contra o preconceito?* (Monografia de Graduação). ESS/UFRJ. Rio de Janeiro, 2011.

GUERRA, C. P. P. & SEIDL, E. M. F. Crianças e adolescentes com HIV/Aids. *Paideia*, 2009, 59-65

HOLANDA, C. C. C. & VIEIRA, A. C. S. Determinantes e mobilização social. A epidemia de HIV/Aids no Brasil e na África do Sul. In: *I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade*, 2010, Natal. *Anais da I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade*.

LOPES, J. *Aids: preconceito ainda é uma barreira para os pacientes*. Disponível em: <http://vilamulher.terra.com.br/Aids-preconceito-ainda-e-uma-barreira-para-os-pacientes-11-1-60-168.html>

MONTANO, Carlos. *Terceiro setor e Questão Social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

NASCIMENTO, V. L. V. *Contar ou contar: a revelação do diagnóstico pelas pessoas com HIV/aids*. (Dissertação de Mestrado). PUC. São Paulo, 2002.

NASCIMENTO, V. L. V. *Práticas sociais em situações de discriminação no cenário da aids: sobre direitos, demandas e encaminhamentos*. (Tese de doutorado). PUC. São Paulo, 2007.

PEQUEGNAT, W. Research issues with children infected and affected with HIV and their families. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 2002, 7-15.

PIZARRO, M.A. R. P. *Aids, Resiliência e Escola*. (Dissertação de Mestrado). UNIJUI. Santo Ângelo, RS, 2006.

ROSEN, G. *Uma História de Saúde Pública*. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.

SEFFNER, F. *O jeito de levar a vida: trajetórias de soropositivos enfrentando a morte anunciada*. (Dissertação de mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS. Porto Alegre, 1995

_____. AIDS & escola. In: Meyer, D.E.E. (org.) *Saúde e sexualidade na escola* (p. 125-143). 2ªed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

SONTAG, S. *Doença como metáfora, AIDS e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOUZA, J. F. Educação Popular Enquanto uma Pedagogia, Movimentos Sociais Populares Lócus Educativo. In: ALMEIDA, M. L. P. & JEZINE, E. (Orgs.). *Educação e movimentos sociais: novos olhares* (p. 123-153). Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

SUDBRACK, M. S. El Abordaje de otras dimensiones de exclusión y vulnerabilidad: uso de drogas, pobreza, condicion de minoria étnica, migrantes y privados de libertad. IN IZAOLAS, J. A. (Org.). *Situación del VIH/SIDA en America Latina y el Caribe: una revision basada en el foro, 2003* (p.165 – 205).

TAQUETTE, S. R. *Aids e juventude: gênero, classe e raça*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

TAQUETTE, S. R.; VILHENA, M. M. de & PAULA, M. C. de. Doenças sexualmente transmissíveis na adolescência: estudo de fatores de risco. *Rev. Soc. Bras. Med. Trop.*, 2004, 210-214.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS: POR QUE AINDA NÃO AS ENFRENTAMOS DE FATO?

Lucas Vitor de Carvalho Sousa

Doutorando em Economia pela Universidade de Brasília (UnB) – Departamento de Economia -Campus Universitário Darcy Ribeiro
lucavitor.cs@gmail.com

Elaine Aparecida Fernandes

Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e professora do programa de pós-graduação em Economia da UFV (PPGE-UFV) – Departamento de Economia - Viçosa – MG
eafernandes@ufv.br

Jorge Madeira Nogueira

Ph.D em Desenvolvimento Agrário pela University of London e professor titular do programa de pós-graduação em Economia da Universidade de Brasília (PPGE-UnB) – Departamento de Economia - Campus Universitário Darcy Ribeiro –Brasília-DF
jmn0702@gmail.com

RESUMO

A pressão antrópica sobre a natureza não é algo recente, mas nos últimos anos tem sido cada vez mais recorrente e a natureza tem respondido duramente a exploração irresponsável dos recursos naturais. Uma das respostas mais alarmantes é o processo de mudanças climáticas que tem recebido grande atenção desde o fim do último século, principalmente a partir da elaboração do Protocolo de Quioto em 1997. Tal Protocolo tem como objetivo a minimização das emissões de gases de efeito estufa (GEE), considerados como a causa antrópica do aquecimento global. No entanto, já se passaram quase duas décadas desde a elaboração do Protocolo de Quioto, e pouco tem sido feito para a mitigação de GEE. Isso tanto é verdade que os níveis de concentração de GEE aumentaram nos últimos anos e consequentemente estão afetando o sistema climático, com maiores secas e aumento da temperatura. Esses acontecimentos levam a seguinte questão: por que as mudanças climáticas não são enfrentadas de fato? Diante dessa questão, o presente artigo tem como objetivos fazer uma revisão histórica sobre o



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

aquecimento global, demonstrando a sua veracidade e a forte participação humana neste processo, e identificar os motivos para a falta de um verdadeiro acordo climático global que minimize as emissões de GEE. Os resultados mostraram que o processo de aquecimento global é inequívoco e é aceito pela grande maioria da comunidade científica, e entre os fatores encontrados pela ausência de um combate eficaz as mudanças climáticas, destacam-se questões econômicas e de curto e longo prazo, aversão ao risco dos tomadores de decisão e ausência de visibilidade concreta das mudanças climáticas.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; aquecimento global; ausência de combate consistente.

ABSTRACT

The human pressure on nature is not new, but in recent years has been increasingly recurrent and nature has responded harshly irresponsible exploitation of natural resources. One of the most alarming answers is the process of climate change that has received great attention since the end of last century, mainly from the elaboration of the Kyoto Protocol in 1997. This Protocol is aimed at minimizing emissions of greenhouse gases (GHG) considered as the cause of anthropogenic global warming. However, it's been almost two decades since the establishment of the Kyoto Protocol, and little has been done to mitigate GHG. So much so in fact that the GHG concentration levels increased in recent years and hence are affecting the climate system, with greater drought and temperature increase. These events lead to the question: why climate change is not faced in fact? On this question, this article aims to make a historical review of global warming, showing its truthfulness and the strong human participation in this process and identify the reasons for the lack of a truly global climate agreement that minimize GHG emissions. The results showed that the process of global warming is unequivocal and is accepted by the vast majority of the scientific community, and among the factors found by the absence of an effective combat climate change, we highlight economic issues and short and long term, aversion risk of decision makers and the absence of concrete visibility of climate change.

Keywords: Climate change; global warming; absence of consistent combat.

INTRODUÇÃO

A pressão antrópica sobre a natureza não é algo recente, como destaca Solow (1974) o mundo vem esgotando seus recursos naturais não renováveis desde que o homem das cavernas pulverizou a pedra. Entretanto, nas últimas décadas, este processo tem se tornado mais intenso ameaçando os bens e serviços ecossistêmicos fornecidos pela natureza e essenciais para o bem-estar humano.

Segundo Romer (2006), os recursos naturais, a poluição e outras considerações acerca do meio ambiente estiveram ausentes da maioria dos estudos em economia. Esta ausência pode ser explicada pela abordagem da economia de fronteira que prevaleceu na maioria dos países até o final da década de 1960 (COLBY, 1991). A economia de fronteira foi pioneiramente discutida no trabalho de Boulding (1966) para mostrar que os homens primitivos e grande parte das civilizações antigas imaginavam estar vivendo em um plano ilimitado, existindo, quase sempre, uma fronteira para ser explorada além dos limites conhecidos. É como se houvesse sempre algum lugar para o qual se pudesse ir quando a situação ficasse ruim, em razão da degradação do ambiente natural.

Nas palavras de Colby (1991) a economia de fronteira trata a natureza como uma ofertante infinita de recursos físicos como matérias-primas, energia, solo, água e ar para serem usados para o benefício humano na forma de infinitos subprodutos e em vários tipos de poluição e deterioração ecológica. Há, portanto, uma fé sem limites no progresso do engenho humano, na benevolência do avanço tecnológico e na substituição dos recursos. No entanto, a dominância do paradigma da economia de fronteira começou a se enfraquecer já na década de 1960 com o reconhecimento dos sérios impactos que ação humana provoca ao meio ambiente.

Como destaca Mueller (2012) as questões ambientais só foram incorporadas à análise econômica depois dos seguintes eventos: intensificação da poluição em economias industrializadas, choques do petróleo da década de 1970 e a publicação do relatório do clube de Roma nesta mesma década. Isto é, a preocupação econômica com o meio ambiente só foi enfatizada quando os problemas ambientais se tornaram uma ameaça ao bem-estar humano.

O relatório divulgado pelo clube de Roma, conhecido como relatório Meadows, afirmou que o sistema produtivo mundial estava excedendo os limites ecológicos. A principal tese contida nesse documento enunciava que, mantidas as tendências de crescimento da população, industrialização, poluição, produção de alimentos e redução de recursos naturais, o limite de crescimento do planeta seria atingido dentro dos pró-

ximos cem anos ou em período inferior (MEADOWS et al., 1973). Nesses termos, a solução encontrada pelo grupo consistia na proposta de manter uma taxa de crescimento zero, pois, de outro modo, as consequências seriam trágicas.

Na década de 1980, as questões ambientais ganharam novo impulso. As principais causas estavam ligadas a uma série de acidentes ambientais, cuja intensidade e frequência aumentaram rapidamente. Com todos esses acontecimentos, em 1987 foi elaborado o relatório *Our common future* (Relatório Brundtland), no qual se examinavam os problemas críticos entre desenvolvimento e meio ambiente. Neste relatório, é conceituado o termo desenvolvimento sustentável, o qual deveria responder às necessidades do presente de forma equitativa, sem comprometer as possibilidades de sobrevivência e prosperidade das gerações futuras (BRUNDTLAND, 1987). Esse documento mostrava a interdependência entre questões econômicas, sociais e ambientais e que a análise isolada desses fatores simplesmente levaria a conclusões equivocadas.

Nos anos de 1990, as atenções sobre as relações entre homem e meio ambiente foram voltadas para as questões ligadas às mudanças climáticas. A criação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) em 1988 e a primeira publicação de seu relatório em 1990, que destacou a forte pressão dos gases de efeito estufa (GEE) antrópicos sobre o sistema climático, reuniram argumentos para a formação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), em 1992. Tal convenção constitui um acordo multilateral entre as partes (países) em nome de uma preocupação coletiva aos danos socioambientais causados pela humanidade. O acordo teve adesão de 192 países, os quais se dispuseram a cooperar com a formulação de uma estratégia global para a harmonia do sistema climático. Desse modo, a CQNUMC é responsável por monitorar e estimular ações governamentais para redução dos impactos ambientais negativos, causadores das mudanças climáticas.

Em 1994, a CQNUMC entrou em vigor e com o objetivo de dar maior importância às questões relacionadas ao sistema climático e a qualidade de vida das pessoas, a Convenção estabeleceu encontros periódicos com os países membros denominados Conferência das Partes (COP). A COP é um órgão internacional de negociação das regras e políticas referentes à implantação da CQNUMC. Já foram realizadas 20 COPs, algumas consideradas fracassadas outras com grandes avanços no debate internacional sobre as mudanças climáticas.

Entre todas as COPs, pode-se dizer que terceira foi uma das mais importantes. Na COP-3, em 1997, foi redigido o Protocolo de Quioto, que estabeleceu metas de redução de GEE para os países industrializados,

denominados países do Anexo I, a serem cumpridas entre 2008 e 2012. Em geral, as metas tinham como objetivo reduzir as emissões de GEE em 5% dos níveis de 1990. O Protocolo entraria em vigor após a ratificação de pelo menos 55 partes (países) que juntas somassem 55% das emissões globais, o que ocorreu em 2005 com a ratificação da Rússia.

Já se passaram quase duas décadas desde a elaboração do Protocolo de Quioto e, no entanto, pouco tem sido feito para a mitigação de GEE. Isso tanto é verdade que os níveis de concentração de GEE aumentaram nos últimos tempos. Conforme o mais recente relatório do IPCC (2013), desde o período pré-industrial a concentração de gás carbônico na atmosfera aumentou cerca de 40%. Além disso, o ano de 2014 foi considerado o mais quente desde 1880, ano em que as pesquisas climáticas em âmbito global começaram (NASA, 2015). O planeta já está sentindo as consequências disso, com secas mais prolongadas e crises de produção de alimentos e falta d'água.

Diante de todos estes acontecimentos, surge a seguinte questão: por que as mudanças climáticas não são enfrentadas de fato? Dessa forma, o presente artigo tem como objetivos fazer uma revisão histórica sobre o aquecimento global, demonstrando a sua veracidade e a forte participação humana neste processo, além de identificar os motivos para a falta de um verdadeiro acordo climático global que minimize as emissões de GEE.

O ESTADO DA ARTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

CONCEITO, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

O termo aquecimento global é utilizado comumente como sinônimo de mudanças climáticas, o que não é adequado. As mudanças climáticas são fenômenos de resfriamento e de aquecimento, ou seja, é um termo mais abrangente, enquanto que o aquecimento global refere-se a elevações nas médias da temperatura.

Na década de 1990, o termo mudança climática foi atribuído a consequências antrópicas. Conforme a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC, 1992), mudança climática significa uma alteração do clima atribuída direta ou indiretamente às atividades humanas que alteram a composição da atmosfera, e que é além da variabilidade climática natural observada ao longo do tempo. Dessa forma, para CQNUMC, o termo mudança climática é utilizado quando se refere a mudanças causadas pelo homem, e variabilidade climática para mudanças naturais, ou seja, sem influência antrópica.

Para o IPCC (2007), mudança climática é qualquer alteração do clima ao longo do tempo seja natural ou de origem antrópica. A definição do IPCC parece ser a mais plausível, uma vez que não é possível saber com exatidão qual é a parcela da mudança climática que é de responsabilidade humana e qual é de origem da variabilidade climática. É possível saber apenas a quantidade de emissões de GEE de origem antrópica, que realmente contribuem para o aquecimento global, mas dificilmente será possível discriminar qual é a participação efetiva da atividade humana e natural no processo de mudanças climáticas.

As principais causas das mudanças climáticas são as emissões de GEE, e grande parte dessas emissões é de origem antrópica. Entre estes gases, destacam-se o vapor d'água, o metano (CH_4), o óxido nitroso (N_2O), clorofluorcarbonetos (CFCs) e o dióxido de carbono (CO_2), sendo este último o principal gás de efeito estufa que os seres humanos adicionam a atmosfera. Segundo o IPCC (2007), a maior parcela das emissões de GEE antropogênicos é oriunda da queima de combustíveis fósseis e cerca de 30% dessas emissões estão associadas ao uso e mudança de uso do solo, como fertilizantes, pecuária, desmatamento e queimadas.

As mudanças climáticas afetarão elementos básicos da vida humana, como acesso a água, a alimentos, a saúde e ao meio ambiente. Centenas de milhões de pessoas poderão passar fome, escassez de água e inundações costeiras conforme o planeta aquece. Os países em desenvolvimento serão os que mais sofrerão com esse fenômeno uma vez que possuem menor desenvolvimento tecnológico e recursos financeiros para lidar com as mudanças climáticas (STERN, 2006).

MUDANÇAS CLIMÁTICAS: PASSADO E PRESENTE

Apesar da grande repercussão nos últimos anos, as mudanças climáticas não são novas e nem incomuns. Durante os últimos 4,7 bilhões de anos, o clima da Terra foi modificado por erupções vulcânicas, alterações na intensidade solar, movimento dos continentes em razão das placas tectônicas, colisões com grandes meteoros, entre outros fatores. Ao longo dos últimos 900 mil anos, a temperatura média da troposfera passou por longos períodos de resfriamento e aquecimento global. Esses ciclos alternados de congelamento e degelo são conhecidos como períodos glacial e interglacial - entre as eras do gelo (MILLER JR., 2008).

Há pelo menos 12 mil anos o planeta encontra-se em um período interglacial caracterizado por um clima e temperatura média global da superfície estáveis. Em outras palavras, desde que a agricultura começou a ser desenvolvida, o clima global tem sido favorável a vida da forma como ela é conhecida (MILLER JR., 2008). No entanto, mesmo durante

este período de estabilidade, os climas regionais mudaram de forma significativa e recentemente de forma mais rápida devido ao aquecimento global por influência antrópica.

Pode-se dizer que a Revolução Industrial ocorrida entre os séculos XVIII e XIX não foi apenas um marco histórico na mudança do processo produtivo e no uso de novas fontes de energia, como o carvão mineral, mas também o início de grandes intervenções dos seres humanos ao meio ambiente. Ao mesmo tempo em que novas máquinas e produtos eram produzidos a população da Terra chegava a 1 bilhão de pessoas.

As transformações ocorridas nesta época foram além dos muros fabris, com outras descobertas científicas e tecnológicas. Na segunda década do século XIX o físico francês Joseph Fourier descobriu que a atmosfera da Terra funcionava como um isolante térmico, era a descoberta do efeito estufa natural. Na segunda metade deste mesmo século, o físico irlandês John Tyndall comprovou que o vapor d'água e outros gases formam o efeito estufa e concluiu que a camada formada por estes gases são essenciais para a vida vegetal. No fim deste século, o químico sueco Svante Arrhenius completou os estudos anteriores, afirmando que o CO₂ agiu na atmosfera como um regulador de vapor d'água e determinou a temperatura de equilíbrio do planeta no longo prazo. Arrhenius também salientou que a transformação industrial movida a carvão iria colaborar para o crescimento do efeito estufa natural, o que poderia acarretar, no futuro, em uma elevação da temperatura. No entanto, nesta época, ninguém teve muito interesse na hipótese de aquecimento futuro causado pela indústria (WEART, 2008).

As quatro primeiras décadas do século XX foram marcadas por um ceticismo quanto a um possível aquecimento causado pelas emissões de CO₂. No início do século, o sueco Knut Agstrom descobriu que o CO₂ mesmo em pequenas concentrações na atmosfera absorve intensamente partes do espectro infravermelho. Porém, Agstrom não percebeu a importância de sua descoberta, ele simplesmente demonstrou que este gás poderia provocar aquecimento por meio do efeito estufa. Apesar desta descoberta, a ideia de que a adição de CO₂ poderia mudar o clima, nunca foi amplamente aceita nesse período. Entre os principais argumentos da época, destacam-se a convicção quase universal de que a Terra se regulava automaticamente para um equilíbrio natural e que os oceanos absorviam o excesso de gases que estavam na atmosfera. Assim, havia uma crença confortável de que os sistemas biológicos estabilizavam a atmosfera, absorvendo qualquer excesso. De uma forma ou de outra, qualquer gás emitido pela humanidade à atmosfera seria absorvido, mesmo que levasse um século ou mais, e o equilíbrio se restauraria automaticamente (WEART, 2008). Como destacou Hutchinson (1948),

o mecanismo de autorregulação do ciclo do carbono poderia lidar com o então presente influxo de carbono de origem fóssil.

Apesar de um período marcado pelo ceticismo a teoria de que as variações de gás carbônico na atmosfera poderiam mudar o clima nunca foi completamente esquecida. Em 1938, o engenheiro inglês Guy Callendar retomou a teoria do aquecimento e descobriu em suas pesquisas que a temperatura havia aumentado quando comparada ao século anterior. De fato, ao avaliar antigas medições de concentrações de gás carbônico na atmosfera, Callendar concluiu que nos últimos cem anos a concentração de gás havia aumentado aproximadamente 10%, o que poderia explicar o aquecimento observado. Callendar também afirmou que se a quantidade de gás carbônico fosse duplicada poderia ocorrer, gradualmente, um aumento na temperatura de 2°C em séculos futuros e que os oceanos não seriam capazes de absorver todo o excesso de gases presentes na atmosfera. No entanto, os meteorologistas da época deram pouca credibilidade aos estudos de Callendar, alegando que os dados apresentados por ele eram indignos de confiança (WEART, 2008).

A hipótese de que as emissões antrópicas de dióxido de carbono nunca poderiam tornar-se um problema foi derrubada durante a década de 1950. Em consequência da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, os cientistas americanos receberam vultosos recursos para o estudo do clima, mas não com o intuito de responder questões sobre o clima futuro, e sim prever necessidades militares prementes. Quase tudo que acontecia com a atmosfera e com os oceanos poderia ser importante para a segurança nacional. Com o surgimento dos computadores nesta mesma década, as análises atmosféricas tornaram-se mais precisas.

Em 1956, o físico americano Gilbert Plass utilizou os primeiros computadores para analisar a absorção da radiação infravermelha de distintos gases, mas ainda com interesses militares. Plass (1956) concluiu que ao duplicar a concentração de CO₂ a temperatura seria elevada entre 3°C e 4°C e assumindo que as emissões continuassem no ritmo daquela época, a atividade humana elevaria a temperatura média global a uma taxa de 1,1°C por século. Plass (1956) também advertiu que a mudança climática poderia ser um problema grave para as gerações futuras e salientou que se no final do século a temperatura média continuasse a subir, então poderia ser estabelecido que o CO₂ pode, de fato, causar mudanças climáticas.

Ainda em meados do século XX, o químico Hans Suess e o oceanógrafo Roger Revelle, ambos pesquisadores americanos, confirmaram que os oceanos não eram capazes de absorver toda a quantidade adicional de CO₂ emitida para a atmosfera, como era admitido por vários pesquisadores. Suess (1955) conseguiu demonstrar que o carbono fóssil estava

realmente aparecendo na atmosfera e Revelle e Suess (1957) salientaram que se a combustão industrial continuasse a subir exponencialmente, o aquecimento provocado pelo efeito estufa poderia tornar-se significativo durante as décadas futuras.

Inicialmente os estudos de Suess e Revelle não foram amplamente aceitos pela comunidade científica, que continuava a negar que não havia nenhum problema com o efeito estufa e que era difícil entender porque os oceanos não eram capazes de absorver o gás carbônico adicional. Como observa Weart (2008) essa falta de entendimento foi esclarecida pelos meteorologistas suecos, Bert Bolin e Erik Eriksson. Eles explicaram que apesar da água do mar absorver CO₂ rapidamente, a maior parte do gás absorvido iria evaporar de volta a atmosfera antes mesmo da lenta circulação oceânica. Estes meteorologistas ainda destacaram que a química do ar e da água do mar chegaria a um equilíbrio, no entanto, este processo poderia levar milhares de anos.

No fim da década de 1950, alguns cientistas passaram a informar ao público que os gases de efeito estufa poderiam se tornar um problema no futuro. Além disso, reconheceram que a captação de gases pelo oceano era lenta e que possivelmente o nível de concentração de CO₂ na atmosfera estava aumentando. Dessa forma, era importante medir a concentração de CO₂ na atmosfera com maior precisão, o que foi feito pelo pesquisador Charles David Keeling.

Keeling (1960), a partir de avanços tecnológicos do ferramental infravermelho e de equipamentos criados por ele, passou a medir incessantemente o gás carbônico da atmosfera no Havaí e na Antártida. Os resultados de suas medições comprovaram que as concentrações de gás carbônico na atmosfera estavam, de fato, aumentando.

As pesquisas de Keeling (1960) estimularam outros pesquisadores a se interessarem pelo tema e buscarem entender como o nível de dióxido de carbono tinha mudado no passado e qual a influência dele no presente e no futuro. De acordo com Weart (2008), durante os anos de 1970, o efeito estufa tornou-se um tema importante em diversas áreas. Os cientistas concordaram que pouco mais da metade do efeito antrópico sobre a mudança climática é devido às emissões de CO₂, principalmente aquelas oriundas de combustíveis fósseis, mas também do desmatamento e fabricação de cimento. O resto do efeito é devido ao metano e outros gases emitidos pelas atividades humanas, a poluição atmosférica por fumaça e poeira, e as mudanças no uso do solo.

Os estudos a respeito da concentração de gás carbônico na atmosfera avançaram na década de 1980 por meio de estudos de “testemunho de gelo”¹. Estes estudos permitiram verificar que o nível de CO₂ na atmosfera era pelo menos 50% menor do que a concentração presente,

e a temperatura variava conforme o nível de CO₂ atmosférico. Ainda nesta década, surgiram evidências científicas de que os níveis de CO₂ foram elevados durante os períodos quentes do passado, o que corrobora a relação entre aumento de temperatura e aumento da concentração de gás carbônico.

As evidências científicas a respeito do aquecimento global repercutiram internacionalmente, e em 1988, a Organização Meteorológica Mundial (WMO – sigla em inglês) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) criaram o Painel Intergovernamental para Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês) com a finalidade de melhorar o entendimento científico sobre as mudanças climáticas, potenciais impactos e medidas de mitigação e adaptação. O primeiro relatório foi divulgado em 1990 e concluiu que no século anterior a temperatura global subiu entre 0,3°C e 0,6°C. Além disso, o documento destacou que as emissões oriundas da atividade humana estão sendo adicionadas as emissões naturais de gases de efeito estufa e que este adicional pode resultar no acréscimo ainda maior da temperatura no planeta (IPCC, 1990).

A década de 1990 também foi marcada por novas descobertas a respeito do comportamento do clima. As novas medições de núcleos de gelo indicaram que no fim do último período glacial, o avanço inicial da temperatura na Antártida havia precedido o aumento de CO₂. Esta indicação era uma contradição às conclusões anteriores, pois esperava-se que o crescimento das emissões de CO₂ provocasse o aumento da temperatura. Dessa forma, dava-se a entender que os acréscimos ou decréscimos nos níveis de gás carbônico não haviam iniciado os ciclos glaciais.

Na verdade, como destaca Weart (2008), a maioria dos cientistas já havia abandonado esta hipótese. Na década de 1960, estudos minuciosos mostraram que mudanças sutis na órbita da Terra ao redor do sol, chamadas de ciclos de Milankovich, poderiam mudar a temperatura em diferentes latitudes, provocando um pequeno aquecimento regional. Estudos mais detalhados em novos núcleos de gelo sugeriram um *feedback* poderoso e amplificado a estas pequenas mudanças da órbita da Terra. O fato crucial é que um pequeno aquecimento provocaria um rápido aumento dos níveis de gases de efeito estufa. De um lado, os oceanos mais quentes iriam evaporar mais gases, por outro, as vastas tundras do ártico e os pântanos aquecidos emitiriam mais gases, incluindo o gás metano. O efeito da emissão desses gases seria aumentar a temperatura um pouco mais, o que poderia causar mais emissão de gases e assim por diante, em um ciclo de *feedbacks* que levaria o planeta a um período de aquecimento. Anos mais tarde, uma mudança da órbita da Terra poderia fazer o processo reverso. Assim, pequenas alterações da órbita da Terra poderiam definir o período das enormes oscilações dos ciclos glaciais.

Na primeira década do século XXI geoquímicos conseguiram obter resultados para a sensibilidade do clima em períodos anteriores, ou seja, a resposta da temperatura a um aumento dos níveis de CO₂. A conclusão foi de que ao longo de centenas de milhões de anos, a duplicação dos níveis de gás carbônico ocorria conjuntamente com um aumento da temperatura de 1°C a 2°C (WEART, 2008).

No entanto, a crescente elevação das emissões de GEE de origem antrópica está acelerando o processo de aumento da temperatura. Conforme o Relatório Stern, a concentração de GEE na atmosfera poderá atingir o dobro do seu nível pré-industrial já em 2035, o que provocará um aumento da temperatura média global em aproximadamente 2°C. As mudanças climáticas podem reduzir o PIB global em até 20% caso as emissões não sejam combatidas, por outro lado, combatê-las importaria em um custo de cerca de 1% do PIB global (STERN, 2006).

Em 2007, o quarto relatório de avaliação do IPCC, revelou que entre 1970 e 2004, as emissões globais de GEE apresentaram um crescimento de 70%, e entre os fatores antrópicos, a queima de combustíveis fósseis é a principal causadora das emissões. Além disso, enfatizou que há mais de 90% de probabilidade de que as emissões de GEE antrópicas sejam responsáveis pelas mudanças climáticas ocorridas nos últimos tempos (IPCC, 2007).

Apesar de todas estas evidências a respeito das mudanças climáticas, ainda existe uma minoria de cientistas que não acreditam no aquecimento global. Segundo o estudo de Doran e Zimmerman (2009) menos de 3% dos especialistas em mudança climática não acreditam que as mudanças climáticas são causadas pelas atividades humanas e 96,2% acreditam que as temperaturas globais estão aumentando. É evidente que a grande maioria dos cientistas acredita no aquecimento global e esta opinião é corroborada pela pesquisa de Anderegg et al. (2010) que também constatou que aproximadamente 97% dos cientistas do clima concordam com os relatórios do IPCC.

Embora exista uma minoria cética, o mais recente relatório do IPCC é enfático: o aquecimento do sistema climático é inequívoco, e desde o período pré-industrial a concentração de gás carbônico na atmosfera aumentou cerca de 40%, causada principalmente pelas emissões oriundas de combustíveis fósseis e secundariamente pelas emissões causadas pela mudança no uso do solo (IPCC, 2013).

A questão mais preocupante é que as atividades humanas estão acelerando o processo de emissões de GEE, o que pode amplificar os ciclos de feedbacks e colaborar para um processo mais rápido de aquecimento global. Este fato é corroborado pelos relatórios do IPCC de 1995, 2001, 2007 e 2013 que concluem que há evidências claras da influência

humana no clima do planeta e que é necessário adotar medidas mais substanciais no combate às mudanças climáticas (IPCC, 1995, 2001, 2007 e 2013).

AFINAL, POR QUE NÃO HÁ UM FORTE ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS?

A seção anterior mostrou a evolução dos estudos sobre mudanças climáticas e deixou claro que o planeta está aquecendo em consequência das atividades humanas. No entanto, pouco tem sido feito para combater as mudanças climáticas, ou seja, um esforço global para a mitigação de gases de efeito estufa (GEE). A relutância por grande parte dos países em mitigar GEE está na preocupação nos impactos que estas ações podem provocar no desempenho econômico dos países, uma vez que o “combustível” do crescimento econômico na maioria dos países é de origem fóssil, o principal causador das emissões de GEE antrópicas.

De fato, alguns trabalhos empíricos argumentam que as políticas climáticas afetariam negativamente o crescimento econômico e a competitividade (JAFÉ et al., 1995; FEIJÓ e AZEVEDO, 2006; BRÄNNLUND e LUNDGREN, 2009). No trabalho de Feijó e Azevedo (2006), por exemplo, concluiu-se, por meio de um modelo de Equilíbrio Geral Computável, que uma política climática sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) reduziria as emissões de CO₂, por outro lado afetaria negativamente o bem-estar econômico dos países que mitigaram suas emissões. Entretanto, estes efeitos negativos sobre as variáveis econômicas são muito pequenos frente às consequências que o aquecimento global poderá causar no futuro. Como já mencionado no trabalho de Stern (2006), as mudanças climáticas podem reduzir o PIB global em até 20% caso as emissões não sejam combatidas, por outro lado, combatê-las importaria em um custo de cerca de apenas 1% do PIB global.

Enfrentar as mudanças climáticas realmente pode causar um pequeno efeito negativo sobre as economias, mas tais efeitos não são tão intensos no sentido de desestabilizar as economias globais causando forte desemprego, pressões inflacionárias e redução da renda. No estudo de Sousa (2014), os resultados de simulações de políticas climáticas que visavam à mitigação de GEE, mostraram que o crescimento e o bem-estar econômicos são poucos sensíveis as políticas climáticas, principalmente quando as mesmas são implantadas em escala global. Em outras palavras, o nível de satisfação econômica das sociedades é pouco afetado pela política climática, que se mostrou eficaz quanto à mitigação de GEE. No entanto, se os efeitos econômicos das políticas climáticas são

praticamente irrisórios, porque não há um consenso entre os tomadores de decisão quanto à implantação de uma política climática global?

A resposta para esta pergunta não é fácil, mas pode ser orientada a partir de uma visão de curto e longo prazo. Grande parte dos tomadores de decisão está preocupada em solucionar os problemas do presente visando ganhos políticos e almejando uma possível reeleição. As mudanças climáticas por sua vez são tratadas, de fato, como problemas de longo prazo e cercadas de incertezas. Apesar das evidências científicas a respeito dessas mudanças, existem alguns atores políticos que creem que as mesmas sejam mito, e que o crescimento econômico não pode ser sacrificado por algo incerto.

A implantação de uma política climática implica em uma alteração do regime político existente, ou uma inovação política, que contém um risco de falha (HOWLETT, 2012). A maior parte dos políticos é altamente avessa ao risco e procura evitar falhas para as quais pode ser responsabilizada (WALSH, 2006 e SKOGSTAD, 2007). Os políticos avessos ao risco, normalmente, valorizam mais a prevenção de culpa do que a possível obtenção de crédito, ainda mais em assuntos que envolvem incertezas (TWIGHT, 1991). Os governos com aversão ao risco se consideram mais bem-sucedidos por não fazerem nada ou pouco, do que fazer algo que poderia levá-los a serem culpados por um fracasso.

Esta aversão, no caso de políticas climáticas, se estende tanto que levou alguns governos a se envolverem em uma série de estratégias processuais destinadas a minimizar um problema e negar a necessidade de uma ação substantiva para lidar com ele, em vez de adotar medidas positivas para a sua solução (HOWLETT, 2014). Essas estratégias incluem a tentativa de reduzir o tamanho e a extensão do problema, ou seja, a de tratá-lo de modo parcelado ou atacando a legitimidade e a credibilidade dos defensores de uma atividade mais substantiva (SAWARD, 1992).

Esta é uma característica geral de formulação de políticas, principalmente nos sistemas democráticos, onde as consequências do fracasso na estabilidade do governo e sua permanência no poder são muito mais agudas. Em outras palavras, atribuições de culpa se traduzem através das urnas em uma rápida perda de poder. Por isso, os governos de muitos países e setores que gostariam de minimizar a duração e a extensão de um problema pode fazê-lo de diversas formas, como por exemplo, argumentar que um problema é um fenômeno cíclico em vez de linear e que provavelmente será auto corrigido a médio e a longo prazo (HOWLETT, 2014).

O conflito entre os interesses de curto e longo prazo, em que os interesses de curto prazo são mais importantes, ficou claro na COP 15 realizada em 2009 em Copenhague. Naquele ano os países enfrentavam a

pior crise econômica desde a Grande Depressão de 1929. Dessa forma, os olhares dos tomadores de decisão se concentraram em solucionar o problema da crise financeira mundial, em detrimento de problemas que podem acontecer nas próximas décadas. A COP 15 foi considerada fracassada, mas a principal causa de seu fracasso foi à crise econômica mundial, que limitou os avanços internacionais sobre um acordo climático, fazendo com que os países retrocedessem quando o tema é a proteção do clima.

Entretanto, a falta de um acordo climático pode causar uma crise muito mais séria no futuro, pois não se sabe com exatidão os reais impactos de um planeta mais quente. Dessa forma, um acordo climático global pode ser visto como uma abordagem preventiva daquilo que não se tem certeza de que vai acontecer. Como dito, a questão climática está intimamente ligada ao futuro, enquanto que os tomadores de decisão estão preocupados com o presente. No estudo de Bahdur e Tanner (2014), os autores perceberam que o discurso político sobre se preparar para as surpresas, contrasta com o contexto político local, focado em lidar com as contingências atuais. Por exemplo, os atores políticos do governo de uma cidade indiana focaram suas ações em questões que precisavam de atenção imediata, como a coleta de lixo, acidentes e epidemias, e afirmaram que não poderiam se dar ao luxo de pensar em um futuro distante.

Shore e Wright (1997) e Lewis e Mosse (2006) destacam que a política é um processo complexo de conflitos e negociações entre as versões contraditórias de como o mundo deveria ser, como os recursos deveriam ser geridos e como os benefícios deveriam ser distribuídos. Assim, a política é inerente aos valores, conhecimento e poder, e está intimamente ligada a economia.

O processo de moldagem de uma política é um processo frequentemente dominado pelas elites ou interesses, que muitas vezes abrem espaço para o benefício próprio (FRIEND et al. 2014). A política também pode ser vista como um contexto mais amplo de governança, em que a ênfase é dada sobre os atores envolvidos, dessa forma enquanto a política pública é de competência do Estado, a governança é vista como a interação entre o Estado, mercados e cidadãos (AGARWAL et al., 2012). No Brasil, por exemplo, uma das políticas econômicas adotadas para a contenção da crise financeira mundial foi conceder incentivos fiscais a compra de veículos automotores, que em sua maioria é operacionalizado por combustíveis fósseis. A adoção dessa política foi resultado da pressão das montadoras de veículos sobre o governo. Enquanto isso, as questões climáticas foram deixadas de lado, o que demonstra mais uma vez que o curto prazo é sempre visto como mais importante do que as

questões de longo prazo, mesmo que estas últimas possam causar consequências desastrosas no futuro. Os governos têm receio de problemas que têm potencial muito grande de alcance e longa duração, enquanto crises de curto prazo são consideradas o “pão com manteiga” na atribuição de culpa (HOOD, 2010).

As mudanças climáticas têm sido apresentadas como um problema perverso, em que a natureza do problema, ou até mesmo o conhecimento necessário para resolvê-lo é incerto (RAYNER e MALONE, 1998). O debate sobre mudanças climáticas tem batalhado contra as incertezas inerentes a ciência do clima e as limitações para prever quando a mudança será provocada e suas eventuais consequências. A ciência tem desempenhado um papel importante na formação de um debate sobre a mudança climática, mas muitas vezes permanece contestada. Por outro lado, cada vez mais, o debate tende a mudar de uma abordagem de prever e agir para realmente abraçar as incertezas sobre o futuro do clima, e colocando a público as respostas dos debates, em vez de exclusivamente ao domínio dos especialistas (GIDDENS, 2009).

O conhecimento público é outro fator importante para efetivar um acordo climático global. Como destaca Ostrom (2009), o conhecimento da comunidade é de suma importância em processos de construção da resiliência. Por outro lado, não é segredo entre os cientistas de que as políticas nem sempre são baseadas nas melhores pesquisas disponíveis, embora nos debates sobre as mudanças climáticas seja assumido que a melhor informação levará a um melhor planejamento (FRIEND et al. 2014). Porém muitas vezes existem falhas na informação. Por exemplo, o modelo linear de política assume que quanto melhor a informação e quanto mais eficaz forem os meios de comunicação da informação, melhor será a política. Nesse modelo o conhecimento é utilizado racionalmente para informar a tomada de decisão (SIMON, 1995), no entanto, o conhecimento produzido é empregado por aqueles que possuem interesses conflitantes (KEELEY e SCOONES, 2003). Como acrescenta Ribeiro (2005), na prática, a política nem sempre é baseada em informações, e frequentemente, podem ir contra o conhecimento comum. As informações também possuem valor comercial e político, e muitas vezes são rigidamente controladas.

Mesmo em sociedades democráticas, que se pressupõe livre informação, a visibilidade é de fundamental importância na elaboração de políticas climáticas. Apesar de a extensão de um problema ser muitas vezes visto como autoevidente por especialistas, entre o público talvez não seja. Isto é, a mudança climática é muito visível ao público, principalmente às margens de zonas climáticas, por exemplo, a desertificação, o aumento do nível do mar ou no caso de eventos climáticos extremos. Isso

leva a crer que para a maioria das pessoas que vivem em zonas de clima não extremas, o impacto das mudanças climáticas permanece no nível abstrato e, portanto, com pouca visibilidade, e sujeito a níveis existentes de participação política e econômica (HOWLETT, 2014).

É importante destacar que, com exceção dos países afetados diretamente pelas mudanças climáticas, tais mudanças são consideradas por grandes segmentos da população como um processo quase natural, cujas responsabilidades não são necessariamente dos governos (CONNOR e HIGGINBOTHAM, 2013). Além disso, a intensidade da opinião pública, a respeito da necessidade de uma ação governamental, é minimizada por outras preocupações como o crescimento econômico ou o desenvolvimento nacional (HOBSON e NIEMEYER, 2011).

A participação pública na tomada de decisões também poderia gerar maior pressão sobre os governos quanto à adoção de políticas de mitigação de GEE. No entanto, como destacam Friend et al. (2014), muitos governos locais assumiram o discurso da participação pública, mas o grau dessa participação é questionável. A participação muitas vezes ocorre depois da tomada de decisão, e funciona simplesmente para anunciar decisões para o público. Isso reflete como a governança muitas vezes é gerida, se ela realmente envolve a participação cívica ou se é influenciada pela elite controladora dos mecanismos de poder.

Diante de todas essas discussões, a resposta à pergunta feita no início dessa seção está intimamente ligada às questões de curto e longo prazo. Os governos e muitas vezes os próprios indivíduos da sociedade estão mais preocupados em resolver os problemas do presente do que os do futuro. A aversão ao risco dos tomadores de decisão é outro fator que contribui significativamente para a implantação de uma política climática global, falta coragem e maior preocupação intergeracional por parte dos tomadores de decisão. Além disso, a ausência de visibilidade concreta das mudanças climáticas colabora para uma menor ou talvez inexistente pressão sobre os governos para a adoção de uma política de mitigação de GEE. Infelizmente, mesmo que os cidadãos fiquem comovidos ao verem comunidades insulares sendo engolidas pelo mar, a maioria só exigirá ações concretas de seus governos quando os eventos extremos ocorrerem sobre seus tetos, o que pode ser tarde demais quando o tema é o clima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo fazer uma revisão histórica sobre o estudo das mudanças climáticas e tentar responder por que as mesmas não são enfrentadas de forma consistente. De fato, a ação huma-

na vem pressionando o aumento da temperatura desde a revolução industrial e isso é aceito por parte significativa dos cientistas. As mudanças climáticas podem trazer sérias consequências para o bem-estar humano, como secas prolongadas, fome, inundações, entre outras, e a principal solução apontada para evitar estes problemas é a mitigação de gases de efeito estufa (GEE).

Entre os fatores antrópicos, a queima de combustíveis fósseis é a principal causadora das emissões, e ao mesmo tempo uma das propulsores do crescimento econômico, uma vez que parte significativa da matriz energética, principalmente de países desenvolvidos, está pautada nestes combustíveis. Por esse e outros motivos, apesar das consequências alarmantes do aumento de temperatura pouco ainda tem sido feito quanto à mitigação de GEE.

A falta de um verdadeiro combate as mudanças climáticas está relacionada também a questões de curto e longo prazo. As políticas governamentais estão focadas em resolver os problemas atuais em detrimento dos problemas do futuro. Embora alguns países já percebam os impactos das mudanças climáticas, os maiores efeitos ainda estão por vir, levando ao desinteresse dos governos em combatê-las, pois as decisões políticas estão focadas no curto prazo, visando principalmente à manutenção do poder.

Além disso, muitos governos tentam minimizar os problemas que as mudanças climáticas podem causar, negando a necessidade de adoção de políticas para combatê-los e até mesmo defendendo uma posição cética das eventuais consequências. Mas o ônus da prova cabe a aqueles que insistem sobre a ausência das mudanças climáticas, e enquanto isso não vem à tona, ações substantivas devem ser tomadas para minimizá-las, ou seja, é agir para prevenir algo que pode acontecer. E agir significa limitar as emissões de GEE, como é proposto no protocolo de Quioto, com o intuito de reverter o padrão de aumento da temperatura global antes mesmo que esta tendência seja irreversível.

Os governos e muitas vezes os próprios indivíduos da sociedade estão mais preocupados em resolver os problemas do presente do que os do futuro, o que leva a uma incoerência com relação ao conceito de desenvolvimento sustentável. É como se os governos ignorassem os problemas de longo prazo impondo uma realidade de economia de fronteira, em que o crescimento econômico irresponsável pode ocorrer sem grandes consequências ao sistema climático. É necessário que os governos se tornem menos avessos ao risco na tomada de decisão de uma política climática que pode beneficiar a humanidade e os ecossistemas, uma vez que os impactos econômicos da política climática podem ser irrisórios. Dessa forma, o maior desafio quanto as mudanças climáticas não

é o *trade-off* entre a mitigação de GEE e o crescimento econômico, mas sim entre a inovação política e a comodidade do status quo.

NOTAS

¹ Testemunho de gelo ou núcleo de gelo é uma amostra de gelo retirada de perfurações em calotas polares, e que serve para obter informações a respeito do clima passado por meio da análise dos gases aprisionados no gelo.

REFERÊNCIAS

AGARWAL, A.; PERRIN, N.; CHHATRE, A.; BENSON, C. S.; KONONEN, M. Climate policy processes, local institutions, and adaptation actions: mechanisms of translation and influence. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, v. 3, n. 6, p. 565-579, 2012.

ANDEREGG, W. R.; PRALL, J. W.; HAROLD, J.; SCHNEIDER, S. H. Expert credibility in climate change. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 107, n. 27, p. 12107-12109, 2010.

BAHADUR, A. V.; TANNER, T. Policy climates and climate policies: Analysing the politics of building urban climate change resilience. *Urban Climate*, 2014.

BOULDING, Kenneth E. The economics of the coming spaceship Earth. *Radical Political Economy. Explorations in Alternative Economic Analysis*, S, p. 357-367, 1996.

BRÄNNLUND, R., LUNDGREN, T. Environmental policy without costs? A review of the Porter hypothesis. *International Review of Environmental and Resource Economics*, v. 3, n. 2, p. 75-117, 2009.

BRUNDTLAND, H. *Our common future*. 1987. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/upload/SMK/Vedlegg/Taler%20og%20artikler%20av%20tidligere%20statsministre/Gro%20Harlem%20Brundtland/1987/Presentation_of_Our_Common_Future_to_UNEP.pdf>. Acesso em 12/12/2014.

COLBY, Michael E. Environmental management in development: the evolution of paradigms. *Ecological Economics*, v. 3, n. 3, p. 193-213, 1991.

CONNOR, L. H.; HIGGINBOTHAM, N. "Natural cycles" in lay understandings of climate change. *Global Environmental Change*, v. 23, n. 6, p. 1852-1861, 2013.

CQNUMC. *Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima*. Editado e traduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia com o apoio do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. 1992. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0005/5390.pdf> Acesso em 29 de mar. de 2013.

DORAN, P. T.; ZIMMERMAN, M. K. Examining the scientific consensus on climate change. *Eos, Transactions American Geophysical Union*, v. 90, n. 3, p. 22, 2009.

FEIJÓ, F. T.; AZEVEDO, A. F. Z. Comércio e meio ambiente: políticas ambientais e competitividade no âmbito da ALCA. *Economia Aplicada*, v. 10, n. 4, p. 561-587, 2006.

FRIEND, R.; JARVIE, J.; REED, S. O.; SUTARTO, R.; THINPHANGA, P.; TOAN, V. C. Mainstreaming urban climate resilience into policy and planning; reflections from Asia. *Urban Climate*, 2014.

GIDDENS, A. *The politics of climate change*. Cambridge, UK, 2009.

HOBSON, K; NIEMEYER, S. Public responses to climate change: The role of deliberation in building capacity for adaptive action. *Global environmental change*, v. 21, n. 3, p. 957-971, 2011.

HOOD, C. *The blame game: Spin, bureaucracy, and self-preservation in government*. Princeton University Press, 2010.

HOWLETT, M. The lessons of failure: learning and blame avoidance in public policy-making. *International Political Science Review*, v. 33, n. 5, p. 539-555, 2012.

HOWLETT, M. Why are policy innovations rare and so often negative? Blame avoidance and problem denial in climate change policy-making. *Global Environmental Change*, 2014.

HUTCHINSON, G. E. Circular causal systems in ecology. *Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 50, n. 4, p. 221-246, 1948.

IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. *Climate Change: the IPCC scientific assessment*. 1990. Disponível em: < [http://www.ipcc.ch/ipccreports/far/wg_I/ ipcc_far_wg_I_full_report.pdf](http://www.ipcc.ch/ipccreports/far/wg_I/ipcc_far_wg_I_full_report.pdf)>. Acesso em: 12 de nov. 2013.

_____. Intergovernmental Panel on Climate Change. *IPCC second assessment: Climate Change 1995*. Disponível em: < [http://www.ipcc.ch/ipccreports/ far/wg_I/ ipcc_far_wg_I_full_report.pdf](http://www.ipcc.ch/ipccreports/far/wg_I/ipcc_far_wg_I_full_report.pdf) >. Acesso em: 12 de nov. 2014.

_____. Intergovernmental Panel on Climate Change. *Climate Change 2001: Synthesis Report*. 2001. Disponível em: < [http://www.ipcc.ch/pdf/climate-changes-2001/ synthesis-syr/english/summary-policymakers.pdf](http://www.ipcc.ch/pdf/climate-changes-2001/synthesis-syr/english/summary-policymakers.pdf) >. Acesso em: 12 de nov. 2014.

_____. Intergovernmental Panel on Climate Change. *Climate Change 2007: Synthesis Report, Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA. 2007.

_____. Intergovernmental Panel on Climate Change. *Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Working Group I Contribution to the IPCC Fifth Assessment Report, Summary for Policymakers*. 2013. Disponível em: <http://www.climatechange2013.org/images/uploads/WGIAR5-SPM_Approved27Sep2013.pdf>. Acesso em: 09 de out. 2014.

JAFFE, A. B., PETERSON, S. R., PORTNEY, P. R., STAVINS, R. N. Environmental regulation and the competitiveness of US manufacturing: what does the evidence tell us? *Journal of Economic Literature*, v. 33, n. 1, p. 132-163, 1995.

KEELING, C. D. The concentration and isotopic abundances of carbon dioxide in the atmosphere. *Tellus*, v. 12, n. 2, p. 200-203, 1960.

KEELEY, J.; SCOONES, I. *Understanding environmental policy processes: cases from Africa*. Earthscan, 2003.

LEWIS, D.; MOSSE, D. (Ed.). *Development brokers and translators: The ethnography of aid and agencies*. Kumarian Press, 2006.

MEADOWS, D. H; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS I.; WILLIAM W. *Limites do crescimento*. SP: Editora Perspectiva AS, 1973.

MILLER JR, G. T. *Ciência Ambiental*. Tradução da 11ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MUELLER, C. C. *Os economistas e as inter-relações entre o sistema econômico e o meio ambiente*. Editora UnB, 2012.

NASA. National Aeronautics and Space Administration. *NASA, NOAA Find 2014 Warmest Year in Modern Record*. 2015. Disponível em: < <http://www.giss.nasa.gov/research/news/20150116/>>. Acesso em: 21 de jan. 2015.

OSTROM, E. A general framework for analyzing sustainability of socio-ecological systems. *Science* 325 (5939), 419–422, 2009.

PLASS, G. N. The carbon dioxide theory of climatic change. *Tellus*, v. 8, n. 2, p. 140-154, 1956.

RAYNER, S.; MALONE, E. L. *Human choice and climate change: an international assessment*. Battelle Press: Columbus, OH, 1998.

REVELLE, R.; SUESS, H. E. Carbon dioxide exchange between atmosphere and ocean and the question of an increase of atmospheric CO₂ during the past decades. *Tellus*, v. 9, n. 1, p. 18-27, 1957.

RIBEIRO, G. Research into urban development and cognitive capital in Thailand. *Journal of Trans-disciplinary Environmental Studies*, v. 4, n. 1, 2005.
ROMER, D. *Advanced Macroeconomics*. Second Edition. New York: McGraw-Hill, 2006. 651p.

SAWARD, M. *Co-optive politics and state legitimacy*. Dartmouth, 1992.
SHORE, C.; WRIGHT, S. (Ed.). *Anthropology of policy: Perspectives on governance and power*. Routledge, 1997.

SIMON, H. A. A behavioral model of rational choice. *The quarterly journal of economics*, v. 69, n. 1, p. 99-118, 1955.

SKOGSTAD, G. Policy failure, policy learning and policy development in a context of internationalization. In: *Workshop on Policy Failure, Annual Meeting of the Canadian Political Science Association, Univ. of Saskatchewan, Saskatoon*. 2007.

SOLOW, R. M. *The Economics of Resources or the Resources of Economics*. *The American Economic Review*, Vol. 64, No. 2, pp. 1-14. 1974.

SOUSA, L. V. C., M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2014. *Efeitos de políticas climáticas sobre o bem-estar econômico no Brasil e em países do Anexo I do Protocolo de Quioto*. Orientadora: Elaine Aparecida Fernandes. Coorientadores: Jader Fernandes Cirino e Evaldo Henrique da Silva.

STERN, N. *Stern Review: The Economics of Climate Change*. 2006. Disponível em: < http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/destaques/sternreview_report_complete.pdf >. Acesso em: 12 de nov. 2014.

SUESS, H. E. Radiocarbon concentration in modern wood. *Science*, v. 122, n. 3166, p. 415-417, 1955.

TWIGHT, C. From claiming credit to avoiding blame: The evolution of congressional strategy for asbestos management. *Journal of Public Policy*, v. 11, n. 2, p. 153-86, 1991.

WALSH, J. I. Policy Failure and Policy Change British Security Policy After the Cold War. *Comparative Political Studies*, v. 39, n. 4, p. 490-518, 2006.

WEART, S. R. *The discovery of global warming*. Harvard University Press, 2008.

PRÁTICAS AMBIENTAIS DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA AMERICA LATINA LOGÍSTICA, NO TRECHO ALTO TAQUARI – ALTO ARAGUAIA-ITIQUEIRA E NO FUTURO TRAJETO ATÉ RONDONÓPOLIS.

André Luiz Santos Portela

Bacharel em Geografia pela
Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT
Mestre em Geografia pela
Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT
andreportelageo@gmail.com

Débora Moreira Mello

Bacharel em Turismo pela
Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT
Mestre em Geografia pela
Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT
deboramello32@hotmail.com

Ingrid Regina da Silva Santos

Bacharel em Geografia pela
Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT
Mestre em Geografia pela
Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT
Doutoranda em Geografia pela
Universidade Federal de Goiás - UFG
ingridufmt@hotmail.com



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal analisar as práticas ambientais desenvolvidas pela empresa América Latina Logística no trecho Alto Taquari – Alto Araguaia-Itiquira e no futuro trajeto até Rondonópolis por meio do modal de transporte ferroviário e verificar quais ações referentes à conservação ambientais executadas e ainda, saber se a empresa América Latina Logística possui programas que evitem o desperdício dos produtos que são embarcados em seus terminais e por último averiguar de que maneira foi realizada a recuperação ambiental das áreas afetadas pela passagem

da linha férrea nos municípios objeto deste estudo. A metodologia utilizada constou de levantamentos bibliográficos e coleta de dados secundários, observação empírica do pesquisador no próprio campo para a coleta de dados. O território mato-grossense está em uma economia globalizada porque tem uma agropecuária científica-tecnificada, apontando para um novo paradigma produtivo. A Partir do início da década de 1970, com a aceleração dos efeitos negativos do acelerado crescimento da produção trazendo consequências para o meio ambiente, fizeram com que mecanismos de controle que levassem em consideração o respeito com o meio ambiente. As empresas atualmente vêm pensando na questão da sustentabilidade, agregando este termo a suas marcas, com o objetivo de se criar uma imagem saudável com os clientes.

Palavras Chaves: Agronegócio; Ferroviário, Empresa.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar las principales prácticas ambientales de la empresa América Latina Logística em Alto Taquari - Alto Araguaia-Itiquira y el futuro ferrocarril através de Rondonópolis. Y el propósito específico de verificar que las acciones relacionadas con la conservación del medio ambiente llevadas a cabo por la empresa, la identificación de la empresa América Latina Logística tiene programas que evitan el desperdicio de productos que se incrusta en sus terminales y por último pero no menos importante saber en qué dirección se celebra la recuperación ambiental de las áreas afectadas por el paso de la vía férrea en el objeto de los condados de la investigación. La metodología consistió en encuestas literatura y la recolección de datos secundarios, la observación empírica de los investigadores en el mismo campo para la recolección de datos. El territorio de Mato Grosso está en una economía globalizada, ya que la agricultura tiene un tecnificada científicamente, que apunta a un nuevo paradigma de producción. Desde el comienzo de la década de 1970 con la aceleración de la negativa y el acelerado crecimiento de la producción trayendo consecuencias para el medio ambiente, hacen los mecanismos de control que tengan en cuenta el respeto por el medio ambiente. Las empresas actualmente están pensando en el tema de la sostenibilidad, la adición de este término a sus marcas con el fin de crear una imagen saludable de los clientes.

Palavras Claves: Agronegócio; Ferroviário, Empresa.

INTRODUÇÃO

O transporte ferroviário brasileiro teve seu início em 1854, com a chegada da primeira locomotiva a Baroneza, para a inauguração da estrada de ferro Petrópolis. Antes, a ferrovia era o principal transporte utilizado para o deslocamento de pessoas, alguns extremamente luxuosos e representavam status perante a sociedade que o utilizava. Porém com a chegada da rodovia e o surgimento desenvolvimentista a ferrovia ficou esquecida por algum tempo, e teve apenas seu retorno na década de 80 com a crise econômica que atingiu o Brasil e forçou a privatização. Atualmente a ferrovia é muito utilizada para o transporte de grãos, farelos, entre outras mercadorias que tem como o destino final (nacional) os portos que enviam através de navio a mercadoria para outros países.

O estado de Mato Grosso na última década vem sendo considerado pólo produtor do agronegócio, sendo este, de insumos agrícolas, sementes, grãos e derivados. Lideradas em grande parte por multinacionais que se interligam com seus consumidores, fornecedores de outros países, as empresas do agronegócio, tem em seu processo produtivo a necessidade de uma boa logística de transporte que não necessite somente de rodovia, que integre e agregue cada vez mais eficiência em sua produção e comercialização.

Este crescimento Econômico pautado na produção agrícola em larga escala, trouxe consigo consequências ao meio natural, tendo em vista que ocorreram diversas mudanças na paisagem. Antigos grandes campos caracterizados pela vegetação característica dos cerrados, foram consideravelmente substituídos pelas grandes plantações de commodities agrícolas; principalmente do algodão e da Soja.

Atualmente o setor produtivo enfrenta grandes pressões advindas da sociedade em geral, quanto dos próprios compradores europeus e asiáticos, que cobram a necessidade de que as plantações possuam certificações ambientais, bem como saber mais detalhadamente quais insumos são utilizados e de quais áreas e biomas pertencem um determinado tipo de plantio, bem como a forma com que a produção é transportada da origem até o destino final.

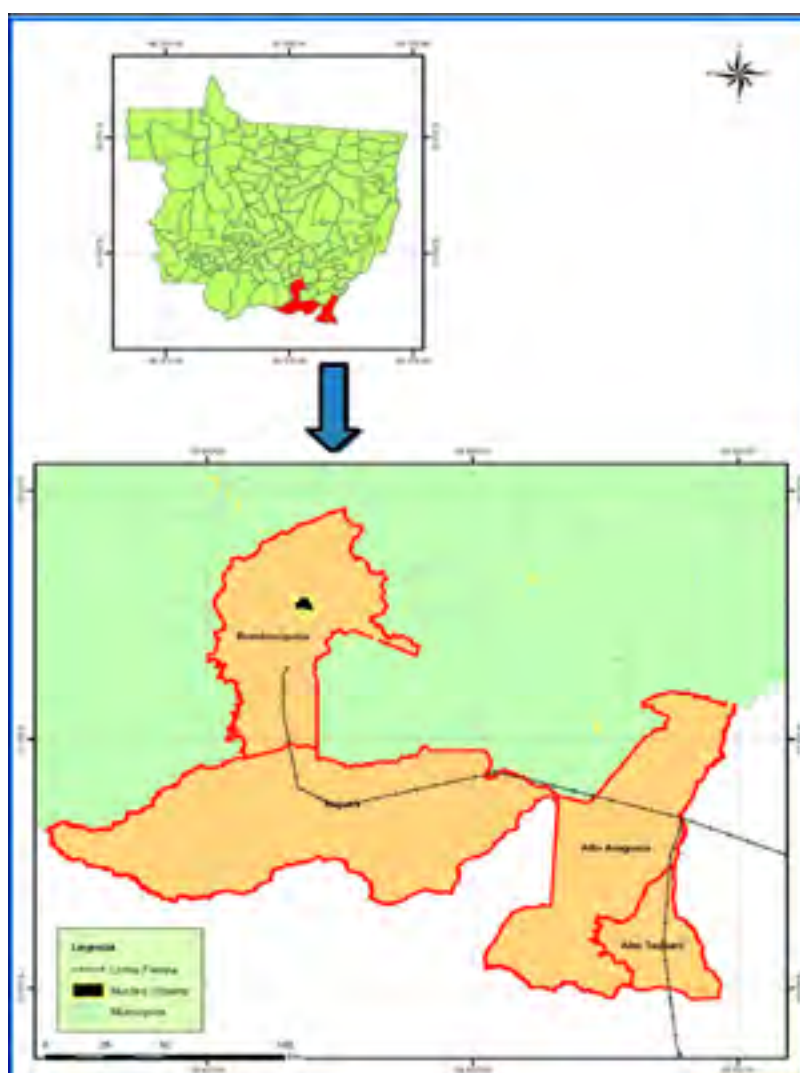
Tendo em vista a logística do transporte, e a necessidade de evitar o desperdício de produtos, garantir agilidade e conseqüentemente reduzir os custos de transportes do centro-oeste até o porto de Santos, a partir de 1889 a FERRONORTE passou a desenvolver projetos que inseriam o Mato Grosso nas linhas férreas. E através de um processo licitatório ganhou a concorrência que permitia a concessão por 90 anos.

A partir de 1996 a ALL- America Latina Logística recebeu a concessão para a construção e operação da Malha Norte, antes FERRONORTE S.A., no trecho que liga Santa Fé do Sul, em São Paulo, a Alto Araguaia-MT. E no cenário mato-grossense a ALL já possui um novo terminal localizado na cidade de Itiquira-MT, inaugurado em 2012. E atualmente, encontra-se em construção o terminal ferroviário de Rondonópolis-MT que será o maior da América Latina.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Foram considerados na pesquisa os municípios de Itiquira, Alto Taquari (figura 01) que já possuem terminais ferroviários além do terminal de Rondonópolis que se encontra em fase de construção bem avançada, com previsão de inauguração para Março de 2013.

Figura 01 – Localização da área de estudo



Forte: ANTF adaptado por MELLO; PORTELA (2012)

ITIQUEIRA

Elevado à categoria de município com a denominação de Itiquira, pela Lei Estadual nº 654, de 10-12-1953, desmembrado de Alto Araguaia. Sede no antigo Distrito de Itiquira. Constituído do Distrito Sede (MATO GROSSO E SEUS MUNICIPIOS, 2012).

O Atual município de Itiquira possui uma área de 8.722,48 km² Localizada a uma latitude 17°12'32" sul e a uma longitude 54°09'01" oeste estando a uma altitude de 522 metros. Possui clima Tropical; quente semi-úmido continental, com meses de seca de junho a agosto e precipitação anual de 1.500mm, com intensidade máxima de dezembro a fevereiro. Temperatura média anual de 22°C, maior máxima 40°C, menor mínima 0°C. Tem uma população estimada de 11.478 habitantes e Produto Interno em torno dos 607.357 mil reais de acordo com levantamento de dados realizado pelo Instituto de Geografia e Estatística-IBGE (IBGE, 2010).

Atualmente possui sua economia baseada na agricultura e agropecuária onde seus principais produtos agrícolas são: soja, milho e algodão. Destacando ainda a Existência de 3 Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs presentes na região, e a linha férrea da ALL- América Latina Logística, que escoar grãos do seu entorno. O município de Itiquira apresenta basicamente indústrias de caráter mais artesanal. O seu grande potencial, em termos de interação com a ferrovia, se dará a partir do escoamento da produção agropecuária, neste aspecto de acordo com levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2010), o mesmo possui 27 armazéns que servem para a estocagem de grãos produzidos na região sul do estado de Mato Grosso dentre os armazéns se destaca a existência do Armazém da Ascher Daniels Midland – ADM, localizada na BR-163.

De acordo com América Latina Logística (2012), o terminal de Itiquira encaminha com destino ao Sudeste do País, cerca de uma composição por dia ou às vezes, quando não época de safra, em dias alternados. Cada composição de vagões equivale a 120 vagões, cada um possui a capacidade de 89.000kg. Tem como único cliente a SEARA Grãos, milho e soja. É considerado o terminal mais moderno da linha férrea da região, com capacidade para estacionamento de 250 caminhões, 205 trabalhadores atuais.

RONDONÓPOLIS

Fundado em 1953, o município de Rondonópolis localiza-se na porção Sudeste do Estado de Mato Grosso, em uma altitude média de 220

metros em relação ao nível do mar, entre as coordenadas “15°57'47” latitude Sul e “53°52'45” longitude Oeste. Encontra-se distante 218 km da capital Cuiabá, contando com uma população de aproximadamente 172.783 habitantes, segundo dados fornecidos pelo IBGE (2007) é a terceira maior cidade do estado. Localizada na mesorregião sudeste do estado, sendo um ponto totalmente estratégico para o escoamento de grãos e seu relevo propício para o cultivo do mesmo.

Por isso as principais atividades econômicas do município são baseadas nos serviços, indústria e agropecuária. Encontram-se implantadas beneficiadoras de soja, arroz, indústrias têxteis, grandes frigoríficos, verificando-se, ainda, a presença de uma significativa estrutura terciária de apoio às atividades agrícolas, com destaque para a armazenagem. A estrutura produtiva do meio rural baseia-se na agricultura moderna de grãos, desenvolvida com uso intensivo de tecnologia e capital (máquinas, insumos químicos etc.), aliada à pecuária de corte, que está associada predominantemente aos médios e grandes estabelecimentos.

Tem as principais empresas do agronegócio de grãos e plumas instaladas. Algumas como o Grupo Maggi, Sementes Mônica, Sementes Adriana, Polato, Sachetti, e o grupo Garça Branca. E atualmente a ALL está construindo o que será o maior terminal Ferroviário da América Latina.

ALTO TAQUARI

Alto Taquari é um município brasileiro do estado de Mato Grosso. Localiza-se a uma latitude “17°49'34” sul e a uma longitude “53°16'56” oeste, estando a uma altitude de 851 metros, no limite entre Mato Grosso do Sul e Goiás. Sua população estimada de 10 mil habitantes. Possui um relevo propício para plantio de grãos, banhado por duas grandes bacias fluviais; a Bacia do Prata e a Bacia do Tocantins. Foi a primeira cidade a plantar o primeiro grão de soja do Brasil.

De acordo com a prefeitura, a implantação do Terminal Ferroviário Ferronorte, proporcionou a melhoria do aspecto logístico, com transporte de baixo custo. Atualmente em concessão da ALL, é considerado o maior terminal de grãos da América Latina Logística, gerando por ano em torno de 4,5 milhões de toneladas de grãos e derivados. Em parceria do município com as empresas Ipiranga e Petrobras surgiu também um moderno terminal petrolífero, sendo o único terminal do Estado de Mato Grosso que é responsável pela distribuição de petróleo e derivados para todo centro-oeste.

Estes fatores aceleraram ainda mais o compasso de desenvolvimento do Município o que desencadeou o surgimento de grandes empresas

de transportes e de serviços que se estabeleceram no município, gerados pela implantação de uma grande usina de álcool primeiramente chamada Brenco e um ano após renomeada para ETH. Outra grande empresa do setor também instalou seu terminal de carga de etanol, utilizando o modal ferroviário existente, inicialmente chamada Cosan, agora denominada Raízem, uma das maiores fabricantes de etanol mundial, com várias usinas, sendo a mais próxima de Alto Taquari, localizada em Jataí, no estado de Goiás. O comércio taquariense cresceu de acordo com a sua indústria. Hoje a cidade conta com seis hotéis, vários supermercados, e dezenas de pontos de outras prestações de serviços.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método a ser empregado nesta pesquisa, para que os objetivos sejam alcançados de maneira satisfatória, será o Hipotético-dedutivo. Como procedimentos, foram realizados levantamentos de dados secundários que, Segundo Lakatos (2006), é aquela que abrange toda a literatura publicada em relação ao tema em estudo além do levantamento de dados documentais (legislação ambiental, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório Ambiental disponibilizado pelo IBAMA). Na segunda fase foi realizada pesquisa de campo durante aula de campo da disciplina regionalização e metropolização no período de 24 a 28 de Setembro de 2012, que de acordo com os autores citados anteriormente é o momento da observação empírica do pesquisador no próprio campo, onde ocorre o fenômeno a ser pesquisado e relacionado o método da observação assistemática que se baseia em uma técnica de observação espontânea, informal, livre, simples, ocasional, que consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize técnicas especiais ou faça perguntas diretas (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Realizou-se ainda entrevistas não estruturadas com os responsáveis da empresa América Latina Logística (ALL), nos terminais Rodoviários de Alto Araguaia, Alto Taquari, Itiquira e no futuro terminal do município de Rondonópolis, além de visitas à prefeitura destes municípios citados, onde foi possível se reunir com o prefeito da cidade de Alto Taquari e com os técnicos responsáveis da área de planejamento e desenvolvimento econômico nas demais prefeituras.

Neste tipo de entrevista o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente a questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversa informal (LAKATOS, MARCONI, 2003:197).

Para Elaboração dos mapas foram utilizadas as bases cartográficas de Municípios, Vias Interurbanas, Rios disponibilizados pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso - Sema, na escala de 1:100.000.

HISTÓRICO DA PRESENÇA DAS FERROVIAS NO BRASIL.

De Acordo com Silveira (2009), A construção de estradas e invenção de veículos – que iniciou com os cavalos, carroças e charretes e transformou-se em carros, trens, navios, aviões - permitiu a expansão do comércio, e essa evolução provocou uma mudança na logística, o que consequentemente trouxe mudanças para a sociedade. Pode-se explicar estas mudanças da sociedade, com o que foi descrito por Milton Santos (1996), sobre os fixos e fluxos, sendo que a circulação de carros, trens por exemplo criam os fluxos tanto de pessoas quanto de produtos, enquanto os fixos seriam os pontos de atração, as cidades, portos, aeroportos além dos Terminais ferroviários.

O Sistema ferroviário já ocupou lugar de destaque no cenário de transportes do Brasil, principalmente durante o século XX, De acordo com a Agencia Nacional de Transportes Ferroviários (2004), a construção das ferrovias teve a participação dos belgas no sul, americanos no sudeste, sul e norte, ingleses no nordeste e São Paulo, franceses na Bahia, fazendeiros em São Paulo e empresários no Rio de Janeiro.

A 1ª locomotiva brasileira a vapor histórica foi a Baroneza, em abril de 1854, sendo esta o motivo da inauguração da Estrada de Ferro Petrópolis construída por Irineu Evangelista de Souza o Barão de Mauá. A utilização da Baroneza foi curta em 1884 foi transformada em patrimônio histórico. Em seguida, entre 1870 a 1881, chegou a locomotiva a vapor Coronel Church, considerada a mais famosa do mundo inteiro, foi destinada para inauguração da Estação Ferroviária Madeira Mamoré, localizada na selva Amazônica - talvez por isso sua fama. A insalubridade do local e o desentendimento dos acionistas resultaram no abandono da ferrovia na selva por 30 anos. E em 1970, Percival Farquhar, investidor americano, retomou a construção da ferrovia, recuperou a locomotiva e inaugurou o primeiro trecho em 1970, entre Santo Antônio e Jaci-Paraná, em 1912 a ferrovia já estava completada. Porém já não era mais necessária, a borracha amazônica não era mais viável, resultado da grande concorrência das colônias inglesas na Ásia. E logo depois foi substituída pelas rodovias. Atualmente a ferrovia se encontra no museu ferroviário de Porto Velho-RO (GORNÍ, Antônio Augusto, 2008).

A 3ª geração de locomotivas foi a Velha Senhora, construída em 1927 pela companhia americana Baldwin Locomotive Works para a E. F. Central do Brasil. Podendo atingir até 100 Km realizou o 1º expresso notur-

no, o Cruzeiro do Sul, entre São Paulo e Rio de Janeiro, nos anos de 1927 a 1945. Depois foi substituída pelas locomotivas a diesel-elétricas, sendo o principal motivo o alto preço do carvão estrangeiro e a má qualidade do carvão nacional, e como consequência foi necessária a utilização da lenha em máquinas a vapor. Porém a lenha possui baixo poder calorífico, e já nas primeiras décadas do séc. XX, a ferrovia estava menos viável e com alto custo. Foi então que em 1922 a companhia paulista de estradas de ferro implantou as primeiras locomotivas elétricas que mostraram um excelente padrão, flexíveis e econômicas. Geravam sua própria eletricidade tornando desnecessária a eletrificação da ferrovia. A partir de 1943 receberam-se as primeiras locomotivas elétricas da série 2.000 apelidada de Loba, com 2.000 HP de potência, recorde para as máquinas de potência de bitola métrica da época. Extremamente bem sucedida, operou na E.F. Sorocabana durante 55 anos. E até hoje, 65 anos depois, existem lobas operando tracionando trens de carga nos arredores de São Paulo sobre a bandeira da ALL- América Latina Logística. (op. cit)

Impulsionado pela produção cafeeira no estado de São Paulo que financiava em parte a construção de ferrovias além de investimentos internacionais no restante do País principalmente advindos da Inglaterra.

Fruto da iniciativa privada, das subvenções quilométricas e da garantia de juros, a construção e a operação de ferrovias experimentariam, no início do século XX, depois de consolidada a República, um verdadeiro boom. Em apenas sete anos, entre 1907 e 1914, início da I Guerra, a malha passaria de 17.605 para 26.026 km (AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES FERROVIARIOS- ANTF, 2006).

Após a crise Cafeeira em meados dos anos de 1930 entre outros fatores inviabilizaram a construção de novas ferrovias tendo em vista que para o governo da época era inviável se manter e criar novos projetos tendo em vista que o transporte ferroviário foi criado com a única finalidade de exportação da produção primária.

A partir da década de 50, o investimento em ferrovia só foi possível pela estatização e com pouco investimento. A crise econômica da década de 80 foi uma das razões para que as ferrovias fossem repassadas para a iniciativa privada. Atualmente as locomotivas antigas que possuíam diversos itens de conforto, como ar-condicionado, banheiro, geladeira - ainda estão em operação, tracionando trens de carga, já que a composição para passageiros foram erradicadas no Brasil (GORNÍ, 2008).

Nesta perspectiva o governo, optou pelo transporte rodoviário como mais barato e eficaz tendo em vista que a sua dinâmica no transporte de vários produtos era a mais adequada conforme destaca BURI Et Al(2006) o modal rodoviário surgia neste período como a opção mais viável, os menores custos de construção das rodovias apareciam como uma maneira mais acessível de suprir as necessidades de transporte em vista dos

altos custos da implantação de malhas ferroviárias, o que acabou impulsionando a expansão do transporte rodoviário de cargas.

A história da ferrovia brasileira foi marcada por várias crises econômicas mundial, a Segunda Guerra Mundial em 1945, a Guerra Fria em 1948 que influenciaram nas exportações das locomotivas, a crise cafeeira brasileira. Também a crescente competição com a construção das rodovias, incentivadas pelo governo da época, a ferrovias perdeu forças no Brasil, com a finalidade, para facilitar a ocupação dos territórios “vazios”. A busca do progresso brasileiro.

A FERROVIA EM MATO GROSSO

O primeiro projeto de ligação entre as cidades de Cuiabá e São Paulo, através de linha férrea, foi idealizado pelo Engenheiro Euclides da Cunha no ano de 1901. A Partir do ano e 1951, o plano Nacional de Viação, trouxe a previsão da construção de uma ligação ferroviária entre as cidades de Campo Grande até Cuiabá passando por Rondonópolis (ANTF,2009) conforme mapa elaborado em 1956 (fig.01), onde é demonstrado todo o traçado da futura ferrovia.

Figura 02 – Descrição cartográfica da ligação ferroviária de São Paulo a Cuiabá, cortando Rondonópolis e a região de Itiquira.



Fonte: CENTRO OESTE – BRASIL, 2010.

O planejamento para a real implantação da ferrovia até Cuiabá iniciou-se a partir da década de 1970 ainda durante o governo militar, através da lei nº 5.917, de 10 de Setembro de 1973, assinada pelo então presidente da república General Ernesto Geisel, onde foi aprovado o Plano Nacional de Viação (PNV), o qual tinha por objetivo estabelecer a infraestrutura de um sistema de transporte viário que integrasse diversas modalidades de transporte para o País, atendendo simultaneamente aspectos econômicos, sociais, políticos e militares. A partir disso foi criado o grupo Executivo de Integração Política de Transportes- GEIPOT, que foi o responsável por incluir a ferrovia no trecho de São Paulo até Cuiabá no PNV, sendo que apenas em 1976 através da lei nº 6.346/76, projeto este apresentado pelo Senador Vicente Emílio Vuolo, foi incluído nos projetos a construção da ferrovia que completa teria 1.724 quilômetros e ligaria Santos a Cuiabá, passando por São Paulo, Campinas, Araraquara, Rubinéia, Aparecida do Taboado e Rondonópolis. Este foi o primeiro passo efetivo para a criação da Ferronorte.

FERRONORTE S.A. FERROVIA NORTE BRASIL

A Ferronorte teve seu início em 1901 pelo Eng. Euclides da Cunha que previu a necessidade de interligar o Centro-Oeste ao Sudeste do país. E a partir dessa ideia várias outras pessoas passaram a se interessar pela ideia do engenheiro. Foi então que em 1975, o deputado federal de Mato Grosso, da época, Vicente Vuolo apresentou um projeto de lei que incluía a ligação ferroviária entre São Paulo e Cuiabá, e também propôs a construção de uma ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná, no Plano Nacional de Viação. E o projeto proposto foi aprovado pelo congresso e sancionado com a lei 6346.

Em dezembro de 1987 foram iniciados estudos de viabilidade da FERRONORTE, e os resultados foram encaminhados ao Governo Federal em abril de 1988 e em dezembro do mesmo ano iniciou-se a construção da ferrovia, tendo a frente o empresário agrícola Olacyr de Moraes, fundador do grupo Itamaraty. E em 1989 a Ferronorte ganhou a licitação do governo federal pelo prazo de 90 anos renováveis. Foi então que em 1998 inaugurou-se a primeira ponte rodoferroviária e os primeiros 110 km de linha até o terminal de Inocência - Mato Grosso do Sul, com um trem que comportava 2,5 mil toneladas com destino ao Porto de Santos-São Paulo. Simultaneamente a Ferronorte iniciou os investimentos em material de transporte adquirindo por *leasing* 50 modernas locomotivas GE "Dash" 9 modelo C44-9WM, com potência de 4.400hp, vagões *hopper* de alumí-

nio para o transporte de grãos, fertilizantes e calcário agrícola e vagões plataforma para *containers* e carga em geral (FERROVIAS NORTE BRASIL, 2012).

A partir daí a Ferronorte prosseguiu com o avanço da ferrovia, chegando ao estado de Mato Grosso em 1996 com o trecho de Aparecida do Taboado- Mato Grosso do Sul e Alto Taquari que foi inaugurado em 1999. Já com o objetivo de expansão na direção de Rondonópolis e Cuiabá.

Em 2002 foi anunciada a criação da nova empresa Brasil Ferrovias S.A, que interligava 3 ferrovias: Ferronorte, Ferrobam e Novo Oeste, que passou a operar os corredores de exportação, sendo um de bitola larga e outro de bitola métrica, por três trechos principais. No Mato Grosso a linha tronco ligava os municípios de Alto Taquari e Alto Araguaia (inaugurado em 2003) ao porto de Santos (FERROVIAS NORTE BRASIL, 2012).

AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA NO CENÁRIO BRASILEIRO

De acordo com dados da ALL, a primeira viagem de trem no Brasil foi realizada em 30 de abril de 1854, em um trecho de 14 km de extensão dentro do Rio de Janeiro. Em 1889, a ALL já possuía uma malha ferroviária de 10.000 km de extensão. No século 20, foram construídos mais de 5.000 km de linhas férreas que foram destinadas para ajudar o desenvolvimento socioeconômico do país.

Criada em 1957, a RFFSA - Ferroviária Federal Sociedade Anônima, com o objetivo de unificar 42 ferrovias já existentes no Brasil, criou um sistema de regional composto por 18 estradas de ferro. Em 1996, as ferrovias foram privatizadas e as linhas foram divididas por várias empresas, entre elas a ALL, que em 2006 recebeu a concessão para a construção e operação da chamada Malha Norte, antiga Ferronorte S.A, composta atualmente do trecho que liga Santa Fé do Sul, em São Paulo, a Alto Araguaia-MT. E em 2009 a ALL iniciou as obras para o prolongamento desta ferrovia até Rondonópolis-MT. Três anos depois, os trilhos já se encontram no município de Rondonópolis e o terminal ferroviário em fase avançada de construção (Fig.03), e tem previsão para o início de Operação no mês de Abril de 2013.

Figura 03 – Futuro Terminal Ferroviário de Rondonópolis em fase avançada de Construção



Foto: PORTELA (2012) em 29/12/2012

O Terminal de Rondonópolis, segundo prevê a ALL, poderá se tornar o maior terminal Ferroviário da América Latina no que se refere ao carregamento de grãos. Em entrevista o funcionário responsável pela obra afirmou que já está com 85% concluída e terá sua inauguração em março de 2013. Escoará por ano quinze mil toneladas de grãos, sendo destas onze composições por dia, de algodão e derivados de soja de dezessete empresas, e importará fertilizantes nos vagões que voltarem vazios do porto. O pátio comportará 2.000 caminhões, gerará três mil empregos será um grande condomínio industrial, a vinte e cinco km da cidade, sendo que já se encontra na câmara do município o projeto de lei nº 288/2012 para que o perímetro urbano seja expandido até a área do futuro terminal.

Atualmente o porto de Santos já está perto do seu limite, e com o aumento da demanda que será gerada pelo terminal de Rondonópolis a ALL já vem trabalhando para que essa capacidade seja expandida.

A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL X FERROVIA

No mundo, muitas sociedades, tratam a relação homem-natureza com muita responsabilidade e respeito, como exemplo as sociedades ocidentais e os povos indígenas. Para outros, no entanto o meio ambiente, e o homem tem uma relação distinta.

Com a modificação do modo de vida das sociedades, o meio ambiente passou a sofrer “pressões” nunca antes vistas, isso levou o meio natural a sofrer perdas muitas vezes irreparáveis, como descreve (RAMPAZZO, 2001 p. 158):

Os ambientes naturais mostravam-se em estado de equilíbrio dinâmico até o momento em que as sociedades humanas passavam a interferir cada vez mais intensamente na exploração dos recursos naturais.

Para manter seu controle, o Estado nas esferas federais, estaduais e municipais, cria as políticas ambientais voltadas à conservação ambiental.

A Constituição da Republica Federativa do Brasil, capítulo VI, Art. 225, descreve que as atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão aos infratores, sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de parar os danos causadores, conjuntamente com a formulação da lei de crimes ambientais (Lei nº 9.605/98), instituiu penas mais pesadas para os empreendimentos que não respeitam as questões ambientais (KRUGLIANSKAS et al, 2009).

Além destas definições, ainda existe o Código Florestal Brasileiro (Lei nº 4.771/65), que em seus artigos 14 e 44 instituiu a reserva legal em uma porção continua da propriedade rural, para a preservação da vegetação e do solo. A legislação Brasileira estabelece que a vegetação seja mantida em uma área de no mínimo 80 % nas propriedades rurais situada em áreas de floresta localizadas na Amazônia legal, e 35% em áreas de ocorrência dos cerrados.

A partir da década de 1970, um marco na sensibilização ambiental é o relatório de limites do crescimento, produzido pelo Clube de Roma em 1972.

O Relatório Brundtland publicado no ano de 1987, também conhecido como nosso futuro Comum, estabeleceu conceito de desenvolvimento sustentável como sendo o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades; através deste relatório foram estabelecidos parâmetros para que os países buscassem promover o desenvolvimento sustentável.

Entre elas foram debatidas as necessidades de se limitar o crescimento populacional, garantir os recursos básicos, como água, luz e alimentos, a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas, além de investimentos voltados para o uso de tecnologias com o uso de fontes renováveis (ONU, 1987).

Logo depois da elaboração do relatório na década de 1987 a Rio-92, também chamada de Cúpula da Terra, teve grande repercussão. Outros importantes 25 documentos foram criados, e outros compromissos antes assumidos pelas nações, foram reforçados. Um dos documentos criados na Rio 92 foi Carta da Terra, que consiste em um conjunto de princípios e valores norteadores rumo ao desenvolvimento sustentável, um código ético global. Ela reflete o Compromisso político em seu alto nível, com o objetivo de se desenvolver mais com responsabilidade ambiental. Como destaca Salomão (2004, p.12):

A Conscientização generalizada no mundo sobre a importância da redução das emissões dos gases responsáveis pelo chamado “efeito estufa” (provocando modificações climáticas globais), teve como consequência a mobilização de governos entidades privadas e da sociedade, tanto de países desenvolvidos como emergentes. Considerável número de reuniões foram realizadas, ainda no século passado, com o propósito de salvar o planeta dos impactos ambientais já conhecidos e de outros efeitos ainda não determinados. A principal dessas reuniões foi realizada em Kyoto, Japão em dezembro de 1997, na qual resultou no chamado protocolo de Kyoto, ratificado por 171 nações que se comprometeram a reduzir suas emissões a um nível de 5,2% abaixo daquele constatado em 1990 até o período compreendido entre 2008 e 2012.

A busca de equilíbrio das relações econômicas, ambientais e sociais contribuem para o desenvolvimento sustentável, que de acordo com o Relatório Brundtland (apud KRUGLIANSKAS et al, 2009) a gestão dos recursos advindos do meio ambiente, deve atender as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das futuras gerações, desta forma devem ser utilizados com responsabilidade.

Depois de descrever o desenvolvimento sustentável, tema ainda complicado para uma definição única, Lustosa (2003), afirma que as corporações realizam investimentos ambientais, induzidos basicamente por quatro fatores que são: as pressões das regulamentações ambientais; pressões dos investidores, dos consumidores finais e intermediários (*Stakeholders*). Sendo assim o tripé da sustentabilidade define o novo conceito de desenvolvimento sustentável, incorporando as dimensões econômi-

ca, ambiental e social das ações humanas e suas conseqüências sobre o planeta e os seres que o habitam.

O Mundo cada vez mais globalizado, com uma rapidez nunca antes vista para a troca de informações e comunicação praticamente instantânea, proporcionada pela intensificação de satélites, e outros meios, que configuram uma nova revolução que tem como “combustível” a informação. Com o acesso a informação o público em geral se tornou mais crítico, e passou a tratar as questões de responsabilidade muito mais a sério do que antes, além de se questionarem quanto a forma de produção, comercialização e transporte destes produtos.

De acordo com Kruglianskas et al (2009, p.6), as pessoas passaram a expressar suas preocupações com o comportamento social das empresas, exigindo cada vez mais um envolvimento das mesmas, frente aos problemas enfrentados pela sociedade, criando um laço de proximidade maior. Com isso os consumidores começaram a exigir das empresas, produtos que tenham consistência com valores ambientais e sociais.

Considerando a questão dos transportes e a questão ambiental, o transporte ferroviário pode ser bem mais econômico e consequentemente mais sustentável, para as empresas que utilizam os vagões, tanto como alternativa ambiental, tendo em vista que a faixa de uso de uma ferrovia é em muitas vezes de 25 % a menos que a de uma rodovia que possua a faixa de rodagem simples, ou seja, ela na prática interfere menos no meio ambiente do que uma rodovia, sem contar no que se refere ao consumo de combustível e pneus, além de outros aditivos utilizados por caminhões é consideravelmente maior se comparado com a composição férrea.

RESULTADOS

O transporte por si só estabelece novos tipos de relações entre diferentes localidades, e sociedades, e consequentemente estabelecendo diversas redes, tanto no que se refere à infraestrutura e às comunicações, tendo em vista que para se estabelecer atualmente de forma efetiva em um território, é necessário que estas redes funcionem de maneira interligada para que as práticas estabelecidas pelas grandes corporações possam ter resultados efetivos, conforme já explicitado por Santos (1994, p.262), no mundo interligado, marcado pela profusão das conexões, quando a mobilidade da produção, do capital e das gentes se impõe praticamente como regra ainda que não se realize do mesmo modo para todos os homens e lugares, a proliferação das redes técnicas aparece como algo imprescindível.

No que se refere ao transporte Ferroviário, que para Andrade (1998; p. 126), foi o grande responsável na metade do século XIX, principalmente

na Europa, pela implementação do comércio entre os portos e as regiões mais centrais, fato que permitiu uma integração nacional mais consolidada. O Brasil atualmente possui uma malha Ferroviária de aproximadamente 29.798 km, muito pequena se considerada com a de outros países os Estados Unidos, por exemplo, que possui aproximadamente 417.172 km de ferrovias, ou seja, 14 vezes mais. Andrade (1998; p.127), esclarece que entre os motivos para que o governo brasileiro não investisse em ferrovias, estava uma série de condições, como as diversas formas do relevo, além da concentração dos produtos destinados à exportação estarem próximas ao litoral, fato este que mudou consideravelmente a partir do desenvolvimento do agronegócio no Centro oeste Brasileiro, o que acabou mudando atualmente este paradigma, já que nos últimos anos muitos projetos de implantação de novas ferrovias estão em fase de estudo. No que se refere à questão econômica e ambiental a matriz ferroviária pode ser bem mais econômica e ambientalmente mais adequada para o transporte de grande quantidade de produtos, tendo em vista que ele emite muito menos poluentes na atmosfera, bem como economicamente ela se torna mais viável conforme demonstrado na tabela 01.

Tabela 01 - comparação dos modais ferroviário e rodoviário na tangente dos fatores ambientais

Item Comparativo	Transporte Rodoviário	Transporte ferroviário
Estrutura para transporte que corresponda a 6.000 toneladas	2,9 composições de vagões Hopper (equivalente 86 vagões)	172 carretas bi-trem graneleiras
Com a simulação de 1 kg de Carvão Mineral transporta 1 tonelada de carga por	20 km	6,5 km
Distancia percorrida em Quilômetros com carga de 1 tonelada, com um galão de combustível	374 km	109 km
Distância percorrida a custo de R\$ 2,04 ¹	62,5 km	31,25 km
Custo em reais (R\$) por tonelada por quilometro	0,016	0,056
Emissão de CO2 em quilogramas de dióxido de carbono emitido por mil toneladas.	34	116
Emissão de óxidos de nitrogênio emitido por mil toneladas por quilômetros (NOx em KG/10³ TKU)	831	4617

¹ cotação do dólar em 14/01/2013.

Fonte: EIA – RIMA – FERRONORTE_Segmento III(2010), adaptado por MELLO; PORTELA (2012).

No que se refere à sustentabilidade ambiental, as empresas/ indústrias buscam uma melhor eficiência, nos processos de produção para que tenham melhor eficiência com menos gastos, desta forma desenvolvendo novas tecnologias que melhorem o rendimento de suas práticas, e que não prejudiquem o meio ambiente. Atualmente as empresas, principalmente os grandes grupos empresariais, buscam as práticas sustentáveis desde a produção, transporte e processamento de matérias primas (PORTELA, 2009).

No que se refere à matriz de transporte, destacamos conforme o objetivo desta pesquisa o papel desenvolvido pela empresa America Latina Logística – ALL, no território mato-grossense tanto na questão das linhas férreas, quanto no que se refere aos terminais de embarque de cargas. O que se constatou através da pesquisa in loco e observação assistemática é que existem dois momentos distintos. O primeiro momento em que a ferrovia foi implantada em Alto Taquari no final dos anos de 1990 e no início dos anos 2000 em Alto Araguaia, ainda com a concessão estatal, e no segundo momento com a implantação do terminal de Itiquira e o futuro terminal de Rondonópolis.

O primeiro momento em que a ferrovia foi implantada em Alto Taquari no final dos anos de 1990 e no início dos anos 2000 em Alto Araguaia, ainda com a concessão estatal, e no segundo momento a partir de 2010 com a implantação do terminal de Itiquira e o futuro terminal de Rondonópolis a ser inaugurado no ano de 2013. Nos dois primeiros municípios do estado a possuírem terminais ferroviários citados, nota-se que a questão ambiental, quanto sócio-ambiental foi deixada em segundo plano, onde existem sinais de degradação socioambiental, tanto no que tange a condição de trabalho dos motoristas que chegam ao terminal e tem que aguardar no acostamento da rodovia Br- 364, o que causa enormes congestionamentos na rodovia tendo em vista que a mesma possui apenas uma pista de rodagem.

O terminal de Alto Araguaia - reaproveitado da FERRONORTE- foi constatada uma falta de organização e logística para o estacionamento dos caminhões e serviços para os caminhoneiros. A insalubridade do local também é um fator que se observa no momento da entrada dos armazéns, a falta dos sugadores fazem com que o farelo dos grãos forme uma grande nuvem de poeira impossibilitando a visão. Já o terminal de Alto Taquari, também reaproveitado da FERRONORTE, não possui asfalto, apenas blocos de cimento, mas em sua maioria um solo encharcado que dificulta a passagem de pessoas e o mau cheiro pela lama, é também bastante marcante. O que deixa ao visitante a impressão de um terminal abandonado.

Os motoristas não possuem nestes dois terminais, condições mínimas de trabalho, e até os funcionários da própria América Latina logística, que são obrigados a ficarem expostos a poeira gerada pelo farelo de soja e milho, que são descarregados há todo momento nos vagões existentes no terminal, sofrem transtornos com esta situação.

No que tange a questão ambiental, nota-se nestes terminais que a empresa possui a coleta seletiva o que é verificado através da existência no terminal de diversas lixeiras com as cores padrões para cada tipo de lixo; mais o que deixa a desejar é a questão do desperdício dos produtos que pode ser notado ao redor das unidades onde o solo exposto encontra-se totalmente tomado por farelo de soja e de milho, o que acaba provocando uma alteração na composição do solo, trazendo conseqüentemente certa impermeabilidade ao solo além de dificultar o acesso a alguns setores do próprio terminal. Estes problemas existentes nestes dois terminais, possivelmente não foram previstos através do licenciamento de suas atividades, tendo em vista que a obra, teve muitos problemas quanto a elaboração do estudo de impacto ambiental na época, e por se tratar de obra de uma estatal teve que ser realizada conforme os interesses dos governantes da época, "esta urgência" pode ter causado os problemas de planejamento que são retratados claramente nos dias de hoje.

Referente aos terminais visitados, o de Itiquira - terminal construído pela a ALL- é considerado o mais moderno da região, por possuir alta tecnologia empregada e as boas condições de trabalho e serviços oferecidos aos caminhoneiros, como lanchonete, excelentes banheiros e estacionamento todo asfaltado. Atualmente a ALL investe no terminal de Rondonópolis, que será inaugurado ainda este ano, porém em parceria com o porto de Santos, onde serão duplicados 17 km de malha ferroviária, com a finalidade de ampliação para o recebimento dos vagões.

No atual Terminal de Itiquira e no futuro terminal de Rondonópolis, já totalmente criados sob a concessão da América Latina Logística - ALL; nota-se que o tratamento é bem mais rigoroso no que se trata da questão ambiental, que é claramente disponibilizado todo o estudo de impacto Ambiental, bem como os seus relatórios na base de licenciamento do IBAMA, e o que se pode notar é que a empresas trata a questão ambiental no terminal de Itiquira de maneira diferenciada, onde existe um departamento de meio ambiente na unidade, além de existirem programas de conscientização da população do município, e dos funcionários da ALL onde são expostos os benefícios e a necessidade de se manter o meio ambiente de maneira equilibrada para as futuras gerações (Fig. 04).

Figura 04 – Manual de práticas ambientais realizadas pela empresa

Fonte: América Latina Logística (ALL)

Neste manual distribuído para aos colaboradores, são demonstrados, através de exemplos práticos, os procedimentos para a gestão do consumo de água, energia, lavagem dos vagões e até como deve ser realizado o procedimento de comunicado aos órgãos estadual e federal responsável pelo meio ambiente. Além dos procedimentos a se adotar, o manual ainda traz detalhadamente as informações, sobre as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, principalmente da série 10001, 12001 além dos decretos federais, Constituição Federal e Código Florestal.

Na análise realizada identificamos que a empresa, deixa claras as responsabilidades ambientais no que tange a legislação, mas em seu manual não deixa espaço para o trabalho com a comunidade nos municípios onde mantém operações no estado, deixando a desejar no que diz respeito aos conceitos de sustentabilidade, que de acordo Kruglianskas (2009. p.17), a responsabilidade ambiental da empresa deve iniciar-se

onde a lei termina, indo além das suas obrigações legais, cria-se assim com a sociedade uma relação ética e transparente, estabelecendo metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável. A alegação da empresa conforme entrevista realizada com a funcionária responsável pelo departamento de meio ambiente em Itiquira é que a empresa tenta sempre estabelecer contato com a população da cidade, oferecendo palestras e cursos, mas que a população não demonstra interesse em estar participando, este fato não conseguimos identificar durante esta pesquisa, fato que poderá ser explorado em outros trabalhos sobre a temática.

Já no que se refere à construção dos terminais de Itiquira e Rondonópolis, na gestão da ALL, notou-se um que existiu um contato muito grande no que se refere à construção de um estudo de impacto ambiental bem consistente, onde são apresentados termos de compensação ambiental. As áreas afetadas pela ferrovia tanto no que se refere aos animais quanto às plantas existentes na área de influência de ferrovia foram todos catalogados, e no caso das plantas foram replantadas em locais próximos, e as que não foram replantadas foram doadas a universidade federal do Rio Grande do Sul, para o departamento de botânica para realização de estudos de flora do centro oeste brasileiro. Os animais encontrados foram catalogados, e conduzidos para locais fora da área de influência da ferrovia, de acordo com Estudo de Impacto Ambiental aprovado pelo instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa desenvolvida, notamos que a questão ambiental vem se tornando cada vez mais importante na elaboração dos grandes projetos das empresas. Com empresas de transportes e logística não poderia ser diferente, elas juntamente com os produtores agrícolas possuem grande parcela de contribuição para a alteração do meio ambiente. Com as ações tomadas nos últimos anos no que se refere à implantação de políticas dentro da própria corporação com a vertente ambiental, tenta-se mudar um pouco esta imagem de degradação que há muito tempo foi propagada. As ações implantadas em defesa da sustentabilidade são importantes para as práticas das empresas em geral, e não poderia ser diferente com a ALL; tendo em vista que ser “sustentável” além de contribuir para a diminuição dos gastos dentro do conjunto empresarial, atualmente é muito apreciado pela sociedade, mídia e para o público alvo da empresa, que são clientes de outros países, sendo que a política ambiental/ sociedade nestes países é cada vez mais rigorosa, nas normatizações e na necessidade de se identificar de que maneira o pro-

duto que elas consomem foi produzido transportado até chegar ao seu destino. No tangente ao modal ferroviário, parece ser o mais eficiente na atual conjuntura, que o modelo rodoviário adotado a partir da década de 1950, tendo em vista o alto custo do transporte rodoviário pelas estradas bem como as condições em que as mesmas se encontram o que vem tornando esta modalidade de transporte de cargas cada vez mais oneroso, tendo em vista o custo de manutenção de estradas, desperdício, e até o alto índice de acidentes que ocorrem, mobilizando também e gerando gastos até para a o Sistema de Saúde do País. O governo brasileiro aparentemente aproveitando a situação econômica que o País apresenta, passou a pensar novamente que as ferrovias podem ser ainda as soluções de transportes mais viável, no ponto de vista principalmente econômico, e de acordo com a pesquisa realizada, e com os parâmetros analisados a mais sustentável forma de transporte.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M.C. *Geografia econômica*. 12ed. São Paulo: Atlas, 1998.

Associação Nacional de Transportadores Ferroviários - ANTF : *150 ANOS de ferrovia no Brasil*, Rio de Janeiro:, abr.2004. 43 p. Edição comemorativa.

BURI, M.R; FABRETI, M.P; OLIVEIRA, E.R; SILVA, M.M. *Transporte Ferroviário de Cargas no Brasil – aproveitamento da Malha Viária*. In : Anais do XII Simpósio de Engenharia de Produção de 06 a 08 de Novembro – Bauru-São Paulo (2006), disponível em : http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/546.pdf

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. *Armazéns cadastrados no Sistema de Cadastro Nacional de Unidades de Armazenagem – SICARM (2010)*. Disponível em: <<http://sisdep.conab.gov.br/>>. Acesso em: 16 Dez. 2012.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA: Segmento III da ferrovia Ferronorte, trecho Alto Araguaia/MT –Rondonópolis/MT, e terminal de Rondonópolis. Coordenadoria de Licenciamento Ambiental. IBAMA; Brasília – DF, 2010 disponível em : <http://licenciamento.ibama.gov.br/Ferrovias/ALL%20%20Ramal%20Ferrovi%C3%A1rio%20de%20Rondon%C3%B3polis/> Acessado em 01/12/2012.

FERRONORTE S.A- FERROVIAS NORTE BRASIL. Disponível em: <http://www.antf.org.br/pdfs/Ferronorte.pdf>. Acessado em 18 de dezembro de 2012.

GORNI, ANTONIO AUGUSTO, Revista História Viva, *Locomotiva a alma da ferrovia*, In: Caminhos do Trem: locomotivas e vagões/ Pedro Vasquez (org) São Paulo: Duetto Editorial, 2008.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> (2010), acessado em 16 de Dez. de 2012.

KRUGLIANSKAS, Isak; ALIGLERI, Lilian; ALIGLERI, Luiz Antônio. *Gestão Socio Ambiental: Responsabilidade e Sustentabilidade do Negocio*. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Maria de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. (8ª edição). São Paulo: Atlas S. A., 2006.

LUSTOSA, Maria Cecília (Org.). *Economia do Meio Ambiente: Teoria Prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MATO GROSSO E SEUS MUNICIPIOS (2012). disponível em <http://www.mtseusmunicipios.com.br/NG/conteudo.php?sid=159&cid=475>. Cuiabá(2012), acessado em 16 de Dezembro de 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Pacto Global*. Relatório Brundtland.1987 disponível em < <http://www.pactoglobal.org.br/publicacoes.aspx>> acessado em 19 de setembro de 2009.

PORTELA, A.L.S. *Práticas Ambientais Desenvolvidas pelas Empresas Bunge, Ascher Daniels Midland(ADM) e Grupo André Maggi no município de Rondonópolis – MT*. Monografia. Departamento de Geografia. Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS). Cuiabá, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI (2012) disponível em :<http://www.prefeituradealtotaquari.com.br/cidade.htm>, acessado em 18 de dezembro de 2012

RAMPAZZO, Sônia Elisete. *Desenvolvimento Sustentável-Necessidade e/ ou Possibilidade: A Questão Ambiental no Contexto do Desenvolvimento Econômico*. Disponível em: <http://www.ecossistemica.com.br/arquivos/>

SANTOS, Milton. *O retorno do território*. In: Santos, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 15-20.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo : Hucitec, 1996.

SILVEIRA, M. R (2009). *As cinco revoluções e evoluções logísticas e seus impactos sobre o território brasileiro*. In: SILVEIRA, M. R; LAMOSO, L. P.; MOURÃO, P. F. C (orgs). *Questões nacionais e regionais do território brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular: Unesp. Programa de Pós-graduação em Geografia.

SALOMÃO, Carmem Silva Corrêa Treuherz. *Dissertação*. Universidade Católica de Brasília, 2007 disponível em: http://www.bdttd.ucb.br/tede/tde_arquivos/6/TDE-2008-03-06T100309Z-569/Publico/Texto%20Completo.pdf

CONSENTIMENTO E RESISTÊNCIA À MUDANÇA ORGANIZACIONAL NO SETOR PÚBLICO

Luiz Carlos dos Santos

Mestre em Administração Profissional, Organização,
Gestão e Mudança,
Professor do Instituto Federal de Mato Grosso
luiz.santos@alf.ifmt.edu.br

Marcilene da Silva

Doutora em Educação
Professora do Centro de Ensino Superior de Minas Gerais

Pâmela Rodrigues Miranda

Mestre em Agronegócios e Desenvolvimento Regional
Professora do Instituto Federal de Mato Grosso
pamela.miranda@jna.ifmt.edu.br

RESUMO

Este artigo buscou analisar os aspectos motivadores do comportamento de aceitação e resistência à mudança organizacional no setor público. Para o alcance deste objetivo utilizou-se de métodos qualitativos, descritivos, um estudo de caso único, sustentado pela aplicação de questionário e realização de entrevista coletiva com grupo focal em empresa pública de pequeno porte, Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - Mato Grosso. Os resultados apontam para grande deficiência na condução do processo de mudança, sejam elas provocadas por aspectos legais ou por avanços tecnológicos, enfatizando a ausência de planejamento e/ou planejamento ineficiente, nebulosidade na gestão (falta de transparência nas ações e nos resultados), falhas no recrutamento e seleção de pessoas, ineficiência na capacitação, no treinamento, na comunicação, além de sentimento de insegurança quanto ao plano de carreira e sentimento de ameaça. Percebem-se também aspectos positivos na resistência às mudanças, pois oportuniza a discussão em torno da insatisfação.

Palavras-chave: Gestão da Mudança. Comportamento Organizacional. Gestão de Pessoas. Setor Público.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

ABSTRACT

This article seeks to analyze the motivational aspects of behavior of acceptance and resistance to organizational change in the public sector. To reach this objective we used to, descriptive, qualitative methods one single case study, supported by a questionnaire and conducting a press conference with focus groups in public small business, Municipality of Porto Esperidião - Mato Grosso. The results point to large deficiency in driving the process of change, whether caused by legal issues or technological advances, emphasizing the lack of planning and / or inefficient planning, cloudiness management (lack of transparency in the actions and results), failures in the recruitment and selection of people, inefficiency in training, training, communication, and uncertainty over the career plan and sense of threat. Also perceive positive aspects in resistance to change, provides opportunities for the discussion of dissatisfaction.

Keywords: Change Management. Organizational Behavior. People Management. Public Sector

INTRODUÇÃO

 O profissionalismo na condução do processo de mudança é vital no mundo contemporâneo. Com o advento da globalização, o dinamismo organizacional e as transformações tecnológicas traz uma nova dinâmica no comportamento organizacional, uma valoração ímpar na capacidade organizacional de transformação. Nas empresas públicas brasileiras, especialmente as de pequeno porte, esses aspectos se tornam ainda mais relevantes, pois as transformações sociais que chegam com o terceiro milênio exigem um novo comportamento, diante das mutações tecnológicas e legais.

A aquisição de um novo comportamento implica na necessidade de dominar habilidades especiais na condução do processo de mudança. Acredita-se que um fato inédito promove a necessidade de um novo comportamento em uma velocidade cada vez mais frenética. No entanto, a administração pública no Brasil vem enfrentando uma aparente morosidade nos avanços administrativos comparado à iniciativa privada. O Brasil apresenta dimensões geográficas continentais o que confere ao país a percepção de um extrato de desigualdades na gestão pública com agravantes negativos para as regiões longínquas dos centros avançados e em municípios de pequeno porte populacional.

Essas mudanças podem não agradar os colaboradores envolvidos, que podem ser tomados pela sensação de seu espaço estar sendo ameaçado em sua zona de conforto, provocando aversão. Com o atual dinamismo nas adaptações das organizações, as mudanças não podem ser consideradas como diferencial estratégico, pois é vital para organização, a aplicação de novas formas de gerir a empresa e compreender o cenário contemporâneo. A Constituição Federal Brasileira (CFB) de 1988 e a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Federal 101/2000) trouxeram novas exigências à Administração Pública, inclusive no que se refere ao controle. A ação de controle externo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) através da Resolução Normativa 01/2007, passou a exigir sistematicamente a efetivação de controles internos que caracterizam a necessidade de buscar continuamente a melhora na gestão pública, além de ser uma exigência legal o SCI pode ser usado como uma ferramenta importante para os gestores no processo de tomada de decisão.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar o comportamento de aceitação ou resistência por parte de servidores públicos municipais, durante o processo de mudança organizacional no contexto de implantação e manutenção do Sistema de Controle Interno (SCI) no Município de Porto Esperidião estado de Mato Grosso, partindo da descrição do processo de implantação e manutenção do Sistema de Controle Interno (SCI); Identificando as expectativas e percepções dos servidores envolvidos no (SCI). O estudo apresentou grande relevância nos aspectos acadêmicos e sociais. Nos aspectos acadêmicos por objetivar a produção de material teórico, baseado em empresas públicas de pequeno porte que possibilite informações adicionais a novos estudiosos. Enquanto pesquisa social por condicionar um combate nas causas da resistência e potencializar as causas do consentimento, através do desenvolvimento de práticas contínuas que permitam o desenvolvimento destes servidores, do atendimento e serviços prestados à sociedade.

Este estudo traz uma base teórica, descreve os aspectos metodológicos utilizados e versa sobre o resultado da pesquisa de campo analisando os dados, elencando contribuições nos aspectos para uso prático e recomendando novos estudos contributivos.

MUDANÇA ORGANIZACIONAL

Nos estudos organizacionais encontra-se com frequência, estudiosos, teóricos, que atribuem ao fenômeno da mudança organizacional um caráter exacerbado, para Bressan (2001, p. 2) “as mudanças no trabalho e na estrutura organizacional foram vertiginosas, a atração pela

novidade faz a mudança surgir de forma cada vez mais intensa", a globalização promove intensas transformações no mundo, na qual a maior constante é a mudança, e afirma que a economia global proporciona tanto riscos quanto oportunidades e força as organizações na busca de melhorias contínuas por motivo bipolar, não somente para competir, mas para sobreviver, precisando reinventar o processo de gestão, saindo de seu *status quo*, romper com paradigmas e revolucionar mudanças. Para Freitas (2007) a agilidade e rapidez na adaptação das organizações às mudanças já não podem ser consideradas os principais diferenciais estratégicos, mas sim uma questão de sobrevivência, impulsionando-as a desenvolver mecanismos e estratégias de aprimoramento em função da complexidade e da imprevisibilidade do ambiente externo e o dinamismo das transformações organizacionais.

A área de estudo desse fenômeno é relativamente nova, conforme afirma Bressam (2001, p.03) "encontram-se em fase inicial de desenvolvimento. A literatura na área é extensa, pois se trata de um campo emergente na vida organizacional, [...]. Observa-se que a maioria dos textos refere-se às prescrições sobre gestão do processo de implantação da mudança." Conforme matriz apresentada pela autora caracterizando uma diversificação de definições e ausência de consenso, apontando para um conceito norteador.

CULTURA ORGANIZACIONAL

Toda empresa possui valores, crenças, ou seja, características fundamentais que a organização adota para alcançar seus objetivos e para sobreviverem no mercado. É uma forma de personificar a organização. Para Maximiano (1992) uma organização poder ser caracterizada por uma combinação de esforços individuais com a finalidade de realizarem objetivos coletivos. Freitas (2007) vê a administração como um novo campo de conhecimento, integrante das ciências sociais aplicadas que deve sua constituição à multidisciplinaridade e cita Taylor e Fayol, como engenheiros e propulsores da administração e afirma que "essa diversidade pode favorecer a dispersão, o relativismo exacerbado e pode mesmo transformar a área em uma presa fácil para os modismos, as receitas de gurus e as simplificações de todas as colorações" (FREITAS, 2007, p. xiv).

Pela abordagem cultural, adentrou-se o lado soft das organizações e a subjetividade passou a ser considerado um aspecto importante de análise [...]. A década de 2000 tem testemunhado a continuação das reestruturações que passaram a incorporar outras formas de sinergia. (FREITAS, 2007, p. 1, 2 e 9).

Para Freitas (2007, p.5) “A preocupação com a convivência de culturas distintas traduz uma problemática cada vez mais pertinente nos dias atuais, em virtude do processo de globalização das empresas e da criação de blocos econômicos”. A autora contempla a complexidade nos estudos culturais locais, regionais e nacionais, exemplificando o caso da cultura brasileira:

[...] as nossas múltiplas fontes culturais, sociais e étnicas formadoras exigem dos pesquisadores proximidades e distanciamentos alternados e distintos, assim como uma ancoragem na historiografia e antropologia brasileira difícil de ser definida, visto que não se pode assumir uma cultura única nem homogênea, nem uniforme e tampouco atemporal. (FREITAS, 2007, p. 86-87).

Wood Jr (2009) enfatiza a importância dos condicionantes sociocultural regional nos estudos organizacionais, afirma que é uma negligência estudar uma organização isoladamente do contexto em que está inserida. “Desconsiderar as diferenças de culturas nacionais e regionais, em qualquer análise, significa deixar de lado toda esfera cultural mais ampla, que condiciona a teoria e a prática administrativa.” (WOOD JR, 2009, p. 35).

A compreensão do modelo organizacional estudado como “uma estrutura de controle do sistema inconsciente do tipo paternal, fundado na obediência e no castigo, para um tipo maternal, no qual a empresa passa a ser associada com a figura feminina e mobiliza não o medo do castigo, mas o medo da perda do amor.” (FREITAS, 2007, p. 87).

Pode se atribuir à prática de condicionamento dos meios aos fins nas empresas públicas. Ferreira (2010, p.24) afirma que a abordagem corporativa no trato da cultura organizacional apresenta uma posição funcionalista e entende que a cultura funciona como instrumento útil no atendimento das necessidades biopsicológicas do homem.

Outra abordagem citada por Ferreira, (2010) é a visão que entende a cultura com não sendo uma variável ou algo que a organização possui, sendo que a organização é baseada em uma abordagem interpretativa como um processo inconsciente incapaz de ser controlado. De acordo com Rodrigues (2008):

A cultura ao mesmo tempo liberta e restringe, promove e coíbe, desvencilha e impõe freios. É a única maneira de o homem, desbastado lograr atingir, gradativamente, maior humanização. Fatores restritivos há-os em todas as culturas, em maior ou menor grau (RODRIGUES, 2008, p. 28).

As culturas distintas promovem choques culturais em uma relação de força. No Brasil evidencia-se uma percepção de pertencer a culturas distintas, pois se compõe de valores e significados diversos, muitas vezes com contrastes marcantes. Percebe-se um mosaico cultural em um mesmo ambiente geográfico falando o mesmo idioma, as constantes migrações intrateritoriais ou regionais trazem para as organizações estabelecidas no país uma diversidade cultural acentuada nas organizações públicas, com maior relevância após obrigatoriedade de concursos públicos.

Conforme Rodrigues (2008) a diversidade cultural, com frequência, tem sido associada às diferenças étnicas, de gênero, de nacionalidade ou classe social, organizações também buscam gerenciar essas diferenças, fragmentando sua força de trabalho em mulheres, homossexuais, negros, etc.

Segundo Rodrigues (2008) é comum às organizações não valorizarem as diversidades culturais, mas sim através de um discurso instrumental defender uma linguagem e comportamentos unificados, o que induz seus colaboradores a assimilarem a cultura definida em detrimento das características pessoais diversas. Sendo negativos, aspectos como a espontaneidade, criatividade, motivacional, etc.

A motivação e curiosidade em investigar a cultura brasileira por considerá-la única, destacando os elementos da informalidade que abriram caminho para a “malandragem” o jeitinho brasileiro; além disto, existe uma visão mais pessimista quanto aos traços do brasileiro, apontando para a tristeza, o romantismo e a luxúria. Não é viável falar de identidade nacional sem conhecer e reconhecer a existência da diversidade cultural.

De acordo com Robbins, Judge e Sobral (2010, p. 499-500), os órgãos públicos possuem no ver dos brasileiros uma má gestão e ineficiência por parte dos servidores, entende-se que estes desperdiçam muito tempo em procedimentos burocratizados e repetitivos e que por terem certa estabilidade não estão preocupados em surpreender através do seu serviço, como ocorrem nos setores privados. Esta avaliação negativa do setor público está intimamente ligada à típica cultura organizacional das instituições públicas, que acaba por ser fundamentada em ideias contrárias à eficiência e meritocracia.

COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

O tema comportamento organizacional e habilidades interpessoais até o final da década de 1980 não recebia muita atenção pelas escolas de administração. As faculdades perceberam a importância do tema

para a eficácia no processo de gestão e estes começaram a ser incorporados.

Kanaane (2011, p. 81) define comportamento como “o conjunto de operações materiais e simbólicas, entendido como um processo dialético e significativo em permanente interação”. Segundo o autor “as origens dessas operações situam-se no âmago das necessidades humanas”. Para Wagner III e Hollenbeck (2006, p. 06) o “comportamento organizacional (CO) é o campo de estudo voltado a prever, explicar, compreender e modificar o comportamento humano no contexto das empresas”.

Para Vecchio (2008) a importância de estudar e compreender CO está no fato de que este estudo oferece três razões relevantes para isto. A primeira delas é sua aplicação prática, pois um estilo de liderança, por exemplo, pode ser desenvolvido com base em estudos nesta área. A segunda razão apresentada por Vecchio é o crescimento pessoal que se consegue a partir do conhecimento do próximo, o que acarreta automaticamente uma melhor percepção de si mesmo. A terceira e última característica colocada por Vecchio (2008) para embasar a importância de estudar CO é a reunião de conhecimento sobre diferentes pessoas em diferentes cenários de trabalho.

Logo, o estudo leva irrefutavelmente à compreensão das diversas ações expressas pelo indivíduo em seu ambiente de trabalho e esse comportamento tende a revelar a capacidade de adaptação do mesmo a este ambiente, oferecendo desse modo ao gestor um embasamento para definir e compreender a conduta do colaborador.

Para Robbins; Judge e Sobral (2011) a compreensão do comportamento humano vai além da prática de bom senso e intuição. Pode se melhorar e muito usando de técnicas interpretativas e avaliativas das variáveis comportamentais. Para o autor o estudo do comportamento organizacional é uma ferramenta indispensável na busca da eficiência e eficácia. Robbins, Judge e Sobral (2011) apresentam as habilidades como técnicas, humanas e conceituais: as **habilidades técnicas** como a capacidade de aplicação de conhecimentos ou habilidades específicas; as **habilidades humanas** como a capacidade de trabalhar com outras pessoas, compreendendo as informações e motivando-as tanto individualmente como em grupos e as **habilidades conceituais** como a capacidade cognitiva para analisar informações e diagnosticar situações complexas.

Hesketh (1982) caracteriza as organizações sociais como uma classe especial de sistemas abertos e o padrão formal de papel, firmando-se em atitudes, percepções, crenças, motivações, hábitos e expectativa das pessoas, com forças de controle servindo para reduzir a variabilidade e a instabilidade das ações humanas. Para Morgan “Os administradores e os

profissionais das empresas desde o mais simples funcionário até o diretor têm que aprender a levar em consideração a mudança como um fator sempre presente em seu ambiente de trabalho” (MORGAN, 1976, p.14).

Para Robins a “gestão eficaz da diversidade aumenta o acesso que uma organização tenha à maior variedade possível de habilidades, competências e ideias. Os gestores também precisam reconhecer que as diferenças entre as pessoas podem levar a mal-entendidos, falhas de comunicação e conflitos” (ROBBINS, 2011, p.38).

Os serviços públicos no Brasil, após o advento obrigatoriedade de curso público, agravado pelos avanços tecnológicos da comunicação, recebem em seus quadros pessoas de todas as partes do país. Nos estados e municípios essa diversidade pode ser mais impactante por trazer traços culturais mais profundos. Trata-se de um país com dimensões continentais e uma composição étnica variável, as possibilidades de uma composição da força de trabalho eclética se maximiza.

GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL

A administração pública no Brasil passou por três momentos, caracterizados por modelos básicos: administração pública patrimonialista, burocrática e gerencial. Estas três formas se sucederam, mas atualmente ainda encontram-se traços de ambas, nenhuma foi totalmente abandonada. O patrimonialismo atende aos interesses da classe dominante que alimenta a corrupção e o nepotismo. Conforme Pereira (2006, p.26). “Patrimonialismo significa a incapacidade ou a relutância de o príncipe distinguir entre o patrimônio público e seus bens privados”.

Segundo Froes e Melo Neto (2006) a administração patrimonialista se caracteriza por que não existiam bens públicos e os que existiam eram os bens da coroa; tudo o que se fazia era para o aumento do patrimônio do rei, e as práticas de clientelismo e de nepotismo eram consideradas naturais. Conforme Froes e Melo Neto (2006), a administração patrimonialista sofreu várias evoluções com o passar do tempo, entretanto, algumas dessas práticas continuam enraizadas na gestão pública brasileira.

A burocracia teve suas origens no início do século XX pelo sociólogo Max Weber. Chiavenato (1998) afirma que o surgimento da administração burocrática. “Constituem princípios orientadores do seu desenvolvimento a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade, o formalismo, em síntese, o poder racional – legal” (1998, p. 106).

Uma revisão da concepção administrativa e dos seus limites para dar respostas qualitativas de forma satisfatória às demandas da nossa sociedade, tem se desenvolvido a partir dos meados dos anos 70 do século

passado, porém com dificuldades atribuídas ao uso restrito de um modelo extremamente burocrático, pois a gestão pública difere da gestão privada.

A necessidade de reforma da máquina pública veio definitivamente após a grande crise dos anos 80 e a globalização da economia. Segundo Pereira (2006, p.264). “o objetivo geral da reforma administrativa será transitar de uma administração pública burocrática para a gerencial”.

É orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados; pressupõe que os políticos e os funcionários públicos são merecedores de grau limitado de confiança; como estratégia, serve-se da descentralização e do incentivo à criatividade e a inovação; e utiliza o contrato de gestão como instrumento de controle dos gestores públicos (PEREIRA, 2006, p.28).

Para Giambiagi (2004) a administração pública gerencial assemelha-se à administração de empresas privadas e sua diferença fundamental entre as que a sucederam está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados.

A Constituição de 1988 foi um marco para o modelo gerencial, trouxe novas regras à Administração Pública, calcadas em seus princípios básicos: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência este último acrescentado pela Emenda 19/1998 (reforma administrativa) explícitas em seu artigo 37 que traz a seguinte redação: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Apesar do surgimento da administração pública gerencial estar condicionado ao “desaparecimento” da administração burocrática isso não significa que haja uma negação de todos os princípios daquela. Encontra-se nas afirmações de Max Weber sobre sistema e tipos de autoridade, sustentação descritiva para as práticas contemporâneas da gestão pública no Brasil:

Um tal sistema de autoridade será considerado lei se for externamente garantido pela probabilidade de que um comportamento não costumeiro será tratado com sanções físicas ou psíquicas, com a finalidade de tornar a conformidade obrigatória ou de punir a desobediência, sendo ministradas para um grupo de homens providos de autoridade especial para estes propósitos (WEBER, 2003, p.61).

A Constituição de 1988 trouxe no que se refere ao controle, haja vista as dispostas em seu Art. 31 “A fiscalização do Município será exercida

pelo poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do poder Executivo Municipal, na forma da lei” e também em seu Art.70. “A fiscalização [...] contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade economicidade [...] e pelo sistema de controle interno de cada poder” CFB, (Art.31 e Art. 70).

A administração pública no Brasil passa por um momento de mudança de postura, veja a seguir algumas reflexões do ex Presidente da República Fernando Henrique Cardoso após seu segundo mandato:

[...] as questões qualitativas das políticas públicas precisam ser mais bem tratadas [...] a falta de recursos pode ser ultrapassada. Não porque haja recursos abundantes [...]. É claro que as questões qualitativas são difíceis de serem resolvidas. Ao mudar-se o modo de fazer políticas públicas, os setores que eram atendidos antes e que eventualmente vierem a perder gritarão. As resistências dos setores sociais entrincheirados em posição vantajosa são enormes. O Brasil necessita de uma nova agenda. Nova não quer dizer repúdio ao que foi feito nem quer dizer que o já feito dispense aprofundamento ou que nada mais há para fazer. Quer dizer que novos passos precisam ser dados, que em algumas áreas é necessário mudar a direção deles e que novos temas devem ser enfrentados. (FERNANDO HENRIQUE CARDOSO apud GIAMBIAGI et. al. 2004, p. x e xi).

Tal fato induz a sugestão da necessidade de elaboração e aplicação de novos modelos de gestão, novos modelos organizacionais.

Após a edição no Brasil da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) passou a exigir sistematicamente a efetivação de controles internos nas empresas públicas mato-grossenses (Resolução nº. 01/2007), houve uma mobilização dos gestores municipais através de ações concretas com vistas ao atendimento das normas estabelecidas, criou um ambiente de mudança, tecnológicas, processuais e comportamentais.

RESISTÊNCIAS ÀS MUDANÇAS

Mudanças no ambiente organizacional exigem dos colaboradores mudanças nas suas formas e lhe dar e agir no dia-dia das funções. De acordo com Wood Jr. (2009, p.07) “Mudança no contexto organizacional engloba alterações fundamentais no comportamento humano, nos padrões de trabalho e nos valores”. Daí a resistência demonstrada pelas

pessoas. Os processos de mudança, conforme Wood Jr. (2009), devem direcionar a organização para melhorias contínuas.

Conforme os ensinamentos Weberianos, no passado, para uma autoridade ser considerada legítima deveria ser aceita por unanimidade enquanto na atualidade “acontece frequentemente que uma autoridade seja aceita por uma maioria dos membros de um grupo enquanto a minoria, que sustenta opiniões diferentes, apenas se submete” (WEBER, 2003, p.69).

Caracterizando uma imposição pela maioria à minoria, pode-se atribuir a esta afirmação as fontes de resistência. Weber acredita que a aceitação de uma autoridade é quase invariavelmente determinada por uma combinação de motivos como interesse, aderência à tradição e crença na legalidade.

Conforme Robbins, Judge e Sobral (2010) as formas de resistência às mudanças nem sempre aparecem de maneira imediata ou são idênticas, por esta razão as formas de combatê-las também não devem ser padronizadas.

Os autores citam ainda alguns dos motivos mais aparentes de resistência à mudança tanto em setores privados, quanto públicos. E categorizaram essas fontes em individuais e organizacionais.

As fontes de resistência às mudanças individuais de acordo com Robbins, Judge e Sobral (2010) são os hábitos que adquirimos ao longo da vida e que, inconscientemente nos levam a querer lidar sempre com as mesmas situações, a necessidade de segurança que algumas pessoas têm e por isso sentem-se ameaçadas; fatores econômicos, pelo fato de o indivíduo achar que não corresponderá às novas exigências das atividades, principalmente se a remuneração for ligada à produtividade, o medo do desconhecido e, finalmente o processamento seletivo de informações que a maioria das pessoas tem. Só ouvem o que querem ouvir. Descartam as informações que possam desafiar o mundo que construíram. Já as fontes de resistência organizacionais são colocadas como a inércia estrutural: muitas vezes a organização tem mecanismos internos para produzir estabilidade. ; foco limitado de mudança pelos subsistemas serem interdependentes; inércia do grupo mesmo que alguns queiram mudar, as normas do grupo são limitadoras; ameaça a especialização de alguns grupos exclusivos e, “ameaças às relações de poder estabelecidas. Qualquer redistribuição de autoridade para a tomada de decisões pode ameaçar as relações de poder já estabelecidas dentro de uma organização” (ROBBINS: JUDGE E SOBRAL, 2010, p. 569).

Alguns conceitos citados por Wagner e Hollenbeck (2009) e Robbins et.al (2010): A primeira delas é a educação e comunicação. “As informações sobre a necessidade e justificativas para uma eventual mudança

podem ser disseminadas por meio de discussões individuais, reuniões de grupos e redação de memorandos ou relatórios" (WAGNER E HOLLENBECK, 2009, p. 377). A segunda é a participação, "é difícil uma pessoa resistir a uma mudança se tiver participado de sua decisão" (ROBBINS; JUDGE E SOBRAL, 2010, p. 570). A terceira é apoio e comprometimento dos gestores, "quando os gestores ou funcionários têm baixo comprometimento emocional com a mudança, eles favorecem o *status quo* e resistem a ela" (ROBBINS; JUDGE E SOBRAL, 2010, p. 570). A quarta é buscar apoio de pessoas que compartilham da mesma opinião, "as pessoas que pensam como aqueles que dirigem a mudança podem ser muito úteis a esta, já que não precisam ser convencidas da necessidade de efetuar a mudança" (OLIVEIRA, 2009, p. 112). A quinta é persuasão oculta, "o uso de esforços camuflados de fornecimento de informações deve ser considerado numa base seletiva, no sentido de conseguir que as pessoas apoiem as mudanças desejadas" (WAGNER e HOLLENBECK, 2009, p. 378). A sexta é planeje o futuro, mas não perca de vista o presente. "Quando alto executivo envolve-se demais com o que virá frequentemente negligencia o presente" (OLIVEIRA, 2010, p. 113). E a última ferramenta para ter êxito em implantar mudanças, apesar de vista como autoritarismo, é a coerção. "O uso de ameaças diretas ou de forças sobre os resistentes". (ROBBINS; JUDGE E SOBRAL, 2010, p. 571).

O sucesso ou fracasso no processo mutacional depende da forma como ela for conduzida. "Nada faz as pessoas resistirem tanto às novas ideias quanto a crença de que elas estão sendo impostas" (OLIVEIRA, 2010, p. 113). Motta (2004) acredita que o pluralismo mostra a complexidade, a confusão e a dificuldade que é lidar com todo esse universo, mas também é a oportunidade de conhecer novas ideias e possibilidades de transformar. A variedade de modelos e abordagens possibilita a compreensão da realidade de diferentes ângulos e mostram os limites para não se escravizar a um modelo.

METODOLOGIA

O universo se compôs de uma prefeitura situada na região oeste do Estado de Mato Grosso: município de Porto Esperidião que conta com aproximadamente 290 (duzentos e noventa) servidores estáveis e/ou concursados, selecionados os servidores com maior envolvimento no Sistema de Controle Interno. A seleção dos participantes realizada de modo intencional "número suficiente para que se manifestem todos os setores relevantes [...]. Devem ser selecionados pessoas que estejam cultural e sensitivamente com o grupo ou organização" (GIL 2010, p. 121).

O questionário foi aplicado a 30 (trinta) indivíduos (servidores) assim distribuídos: dois gestores, oito do nível tático e vinte do nível operacional, selecionados por acessibilidade e aceitabilidade.

Os dados da pesquisa bibliográfica e documental foram coletados através de pesquisas bibliográficas, publicações *on-line* e documentos normativos; aplicação de questionários com servidores, observações e após o tratamento e análise dos dados coletados pela pesquisa foi realizada uma entrevista semiestruturada com grupo focal, conforme preceitos de (GIL 2010, p. 120) quando afirma que: “Na maioria dos estudos de casos bem conduzidos, a coleta de dados é feita mediante entrevistas, observação e análise de documentos”.

A entrevista coletiva (grupo focal) ocorreu com seleção de quatro servidores que responderam o questionário e que apresentaram forte interesse, certo conhecimento, um grau diferenciado no senso crítico sobre o tema e ocupam posições de destaques com maior probabilidade de influência no processo de mudança. A entrevistas como estratégia metodológica teve como objetivos “identificar pontos de vistas dos entrevistados; reconhecer aspectos polêmicos; provocar o debate entre os participantes, estimular as pessoas a tomarem consciência de sua situação e condição e a pensarem criticamente sobre elas” (KRAMER apud FREITAS; SOUZA; KRAMER, 2003, p. 66), iluminando os aspectos obscuros e ajudando na identificação dos conflitos, aflorando ideias divergentes e posições antagônicas.

As interpretações dos dados ocorreram através de análise do conteúdo, sendo selecionadas expressões, palavras e colocações que apresentem maiores relevâncias ao tema.

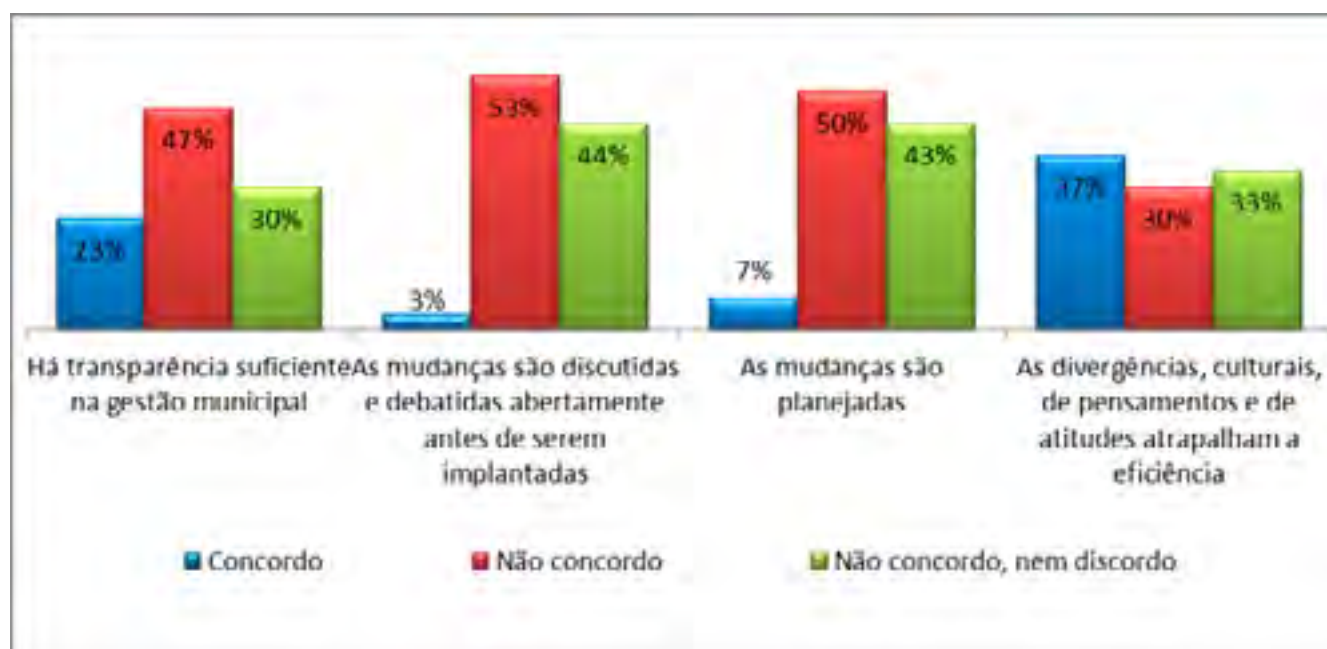
RESULTADOS

Na caracterização dos participantes a maioria dos servidores possui mais de 35 anos e um tempo de serviço inferior a (04) quatro anos e naturalidades bastante distintas, sendo de sete estados de quatro regiões. O fator idade pode contribuir de maneira negativa na implantação de projetos de mudanças, uma vez que, a maioria das pessoas mais velhas possui uma resistência natural às mudanças, novas tecnologias e novos conhecimentos buscando desta forma uma acomodação e resistindo de maneira veemente a qualquer ferramenta que possa alterar sua rotina profissional; o curto tempo de serviço pode caracterizar uma cultura organizacional fragmentada e apresentar dificuldades de unidade. Relembrando Bilhim apud Costa, Vieira e Rodrigues (2010, p.09) “A mudança da cultura organizacional é um processo lento e difícil”. E o fato de possuírem diversas naturalidades pode apontar uma provável diversidade cultural

na composição da empresa que por sua vez pode provocar uma divergência de pensamentos e atitudes capazes de influenciar no desempenho organizacional e na maneira de receber as mudanças.

No entanto, a diversidade pode ser aliada do processo de mudança, se bem trabalhada com os devidos cuidados, considerando as diferenças e ouvindo os participantes do processo, provavelmente receberá *inputs* contributivos a amenização dos focos de resistência. De acordo com Robbins, Judge e Sobral (2010, p. 568) “os agentes de mudança também podem usar a resistência para transformar a mudança e encaixá-las nas preferências de outros membros da organização”.

Figura 1 – Percepções dos participantes sobre a condução das mudanças organizacionais 1.



Fonte: Elaborado pelo autor através dos dados da pesquisa.

De acordo com os dados apresentados na figura acima 23% dos servidores consideram que há transparência suficiente na gestão municipal, 30% não possuem uma opinião clara e 47% acreditam que não há essa transparência suficiente na gestão municipal. O fato de apenas 23% dos participantes serem contundentes em concordar que há transparência suficiente no processo de gestão, atrelado a resultados de gráficos distintos, deixa evidente falhas vitais quanto à transparência e ou estrutura informacional.

Sobre as mudanças serem debatidas abertamente antes de serem implantadas temos 53% afirmando que as mudanças não são debatidas,

44% com posicionamento alheio nem concordando nem discordando, apenas 3% dizem que as mudanças são debatidas abertamente, mostrando que os participantes consideram item falho na administração municipal de Porto Esperidião, pois a resistência a mudanças pode ser positiva se levar a discussões abertas e ao debate. Para Robbins, Judge e Sobral (2010) os problemas devem ser discutidos abertamente e não “varridos para baixo do tapete”. Para Wagner e Hollenbeck (2009) para um processo de mudança ter melhor aceitação é necessário divulgar, informar, ou seja, dar transparência ao porquê de tal mudança.

As mudanças devem ser divulgadas e se possível discutidas, de forma que todos possam decidir porque assim haverá um comprometimento emocional do colaborador, pois, se torna difícil resistir a uma mudança quando se participa de sua decisão, o planejamento é essencial, porém não de forma a negligenciar o presente com vistas no futuro.

No questionamento “se há planejamento para realização de mudanças”, tivemos 50% dos participantes dizendo que não há planejamento, 43% responderam que nem concordam nem discordam da afirmação e apenas 7% concordam que as mudanças são planejadas. O resultado reforça os itens anteriores apontando para ineficiência na condução do processo de mudança. Essa situação desperta grande preocupação, pois o planejamento é extremamente necessário nas ações administrativas para definir os rumos a serem seguidos, deve ser visto como um instrumento de cumprimento dos objetivos estabelecidos, com o intuito de minimizar ou reduzir riscos.

Conforme Costa, Vieira e Rodrigues (2010) a ideia de que a mudança é um processo planejado corresponde à visão dominante nos estudos organizacionais e na gestão, porém não unânime, pois é também necessário acolher a mudança emergente. Caso contrário poderá contribuir para desvirtuar a compreensão da mudança, alertando que os responsáveis pela mudança podem tomar a organização pelo todo, assim ignorando as diversidades intrínsecas.

Quando questionados se as divergências culturais, de pensamento e de atitudes atrapalham as atividades tivemos percentuais equilibrados como: 30% não acreditam que esses fatores atrapalhem; 33% não possuem uma opinião formada a esse respeito e a maioria 37% acredita que as divergências atrapalham sim o andamento das atividades. O resultado equilibrado desta questão nos remete à diversidade apurada nos gráficos de 01 a 06, os quais confirmam que a força de trabalho é composta de indivíduos oriundos de várias partes do país, recrutado para o primeiro emprego de empresas públicas e privado, distribuído em faixas etárias distintas.

Figura 2 – Percepções dos participantes sobre a condução das mudanças organizacionais 2.



Fonte: Elaborado pelo autor através dos dados da pesquisa.

Quando questionados a respeito dos treinamentos que devem ser aplicados a partir da implantação de mudanças de forma efetiva à realização das atividades os servidores emitiram as seguintes considerações: 30% disseram que recebem treinamento quando surge algo novo já 43% não concordam e disseram não receber treinamento quando surgem mudanças; 27% disseram não concordar nem discordar da afirmativa sem apresentar opinião formada. A soma dos participantes que afirmam não receber treinamento aos que não foram claros na resposta resulta em mais de dois terços, percentual relevante, pois a aceitação ou não de um fator pode ser influenciada pelo processo de aprendizagem, o treinamento modifica como as pessoas irão lidar com a mudança na prática. Robbins; Judge e Sobral (2010) salientam que “os funcionários competentes não permanecem competentes para sempre. As habilidades precisam ser aprendidas”.

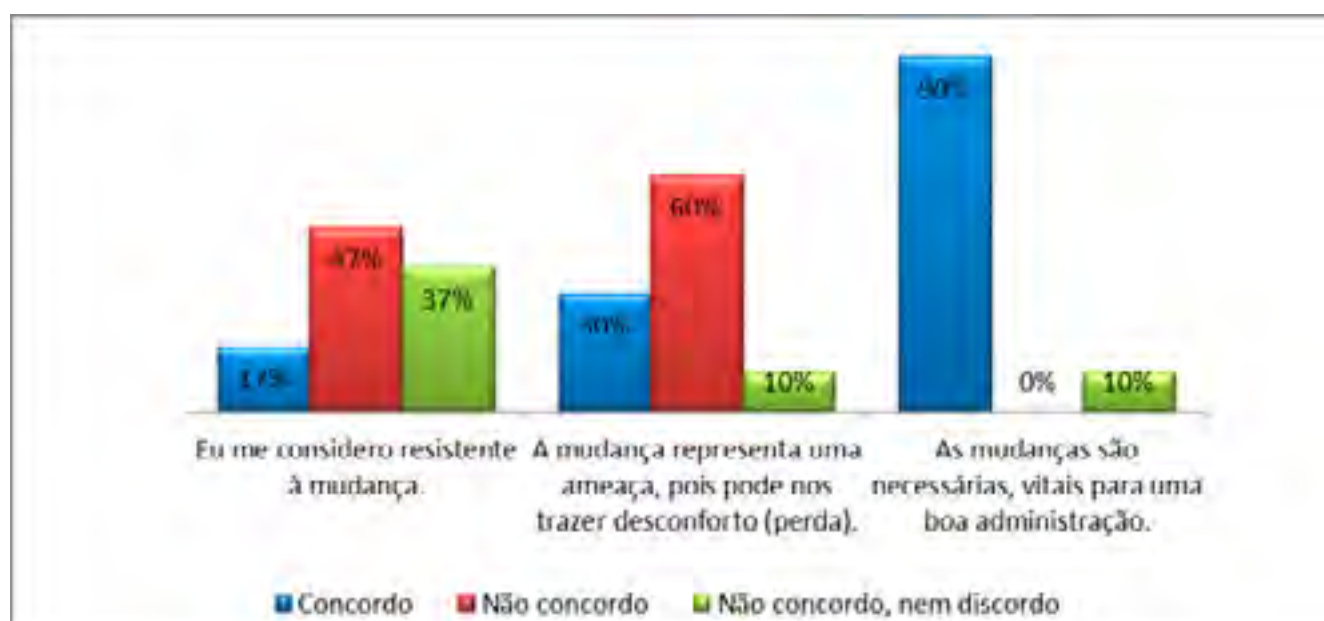
Quanto a serem convencidos da necessidade de implantar mudanças através da gestão participativa observamos um total equilíbrio nas respostas, 33% dos participantes disseram ser convencidos, 33% disseram não ser convencidos da necessidade de mudança e 33% não possuem uma opinião formada a respeito do assunto. Apesar do equilíbrio, este resultado pode ser preocupante, pois as mudanças devem ser muito bem trabalhadas para que as pessoas possam aderir à mudança de forma espontânea, para Wagner e Hollenbeck (2009) “as informações sobre a

necessidade e justificativas para uma eventual mudança podem ser disseminadas por meio de discussões individuais, reuniões de grupos e redação de memorandos ou relatórios", ou seja, através da comunicação formal e informal.

Quanto as suas percepções, se seus colegas são ou não resistentes às mudanças, a minoria dos participantes 10% disseram que não consideram os colegas resistentes à mudança, 43% afirmam que os colegas são resistentes e 47% sem opinião formada sobre o tema. Quando questionados sobre a existência de uma resistência oculta, camuflada, os dados denunciam a existência de resistência de forma mais evidente, pois 37% dizem que os colegas são sim resistentes a mudança, no entanto tentam esconder, 40% alheios à existência da camuflagem na resistência a mudança e 23% não acreditam na existência da camuflagem. Segundo Robbins; Judge e Sobral (2010) a resistência à mudança nem sempre obedece a uma padronização, podendo ser aberta, implícita, imediata e protelada. Quando aberta e imediata é mais fácil de ser combatida, quando é implícita ou protelada são difíceis de serem identificadas e combatidas.

Observa-se através da figura abaixo que quando questionados a respeito de serem ou não resistentes à mudança, a figura 3 apresenta 17% dizem ser resistentes; 37% não possuem uma opinião a respeito do assunto e 47% dizem não serem resistentes às mudanças. Quando questionados a respeito das mudanças representarem ou não uma ameaça 30% acreditam que elas trazem ameaça; 10% não possuem uma opinião formada sobre o assunto e a maioria (60%) disse não acreditar que as mudanças representam ameaça, mesmo aceitando que a mudança traz desconforto, aceitam a mudança como vital para alcançar eficiência e eficácia na gestão por 90% dos respondentes. Apenas como uma ameaça ao processo e não a aceitam como um ponto de vista a ser discutido, poderá aumentar o nível de conflitos disfuncionais.

De acordo com Robbins, Judge e Sobral (2010) "nosso ego é frágil e muitas vezes enxergamos as mudanças como uma ameaça" e quando os agentes das mudanças e gestores tratam a resistência, as percepções individuais sobre mudança diferem das percepções de outrem.

Figura 3 - Percepções de caráter individual sobre mudança

Fonte: Elaborado pelo autor através dos dados da pesquisa.

Conforme pode ser observado no gráfico 3, quando perguntamos se é percebida a resistência a mudanças nos colegas os percentuais que afirmam existir resistência chegaram próximo dos 37%, porém, quando o questionamento ocorre no nível individual (sobre o próprio respondente) menos de 17% dos participantes se consideram resistentes às mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resposta ao objetivo geral da pesquisa, na percepção dos servidores foram identificados como fatores que motivam a resistência à mudança os seguintes elementos: ausência de planejamento eficiente, falhas no processo de recrutamento, no treinamento, deficiência no processo de comunicação, na transparência, na participação dos envolvidos. Foi detectado a forma mais difícil de ser combatida, a resistência camuflada.

Os resultados não são favoráveis a uma boa gestão, pois as organizações contemporâneas são movidas por mudanças e o sucesso de um processo de mudança passa pela aplicação ou realização satisfatória dos pontos elencados.

As pessoas possuem a necessidade de ser informadas sobre o que será mudado, porque será mudado e quais vantagens elas poderão ter com a mudança e por vezes serem adaptadas ao cenário da mudança, ou seja, o ser humano tem a necessidade de se sentir parte do processo

para aderir a ele. Contudo, qualquer situação no âmbito profissional é reversível, o que não quer dizer logicamente que os danos causados por tal situação possuam a mesma prerrogativa. Sendo assim, os participantes elencaram ações que acreditam, que se tomadas por parte da gestão, podem melhorar o quadro atual.

Os resultados alcançados no processo de investigação se mostraram em alguns aspectos diferentes dos resultados esperados, pois se almejava servidores muito resistentes a um clima organizacional que não os agradasse, entretanto, o que encontramos foram servidores que não se consideram resistentes e acreditam que a mudança se faz necessária, o que é fator indispensável para que ocorram melhorias.

Entretanto, quando questionados sobre o colega ser resistente à mudança e tentar esconder, o SCl ser só burocracia, perda de dinheiro e tempo, um percentual significativo concordou com tais afirmações, o que caracteriza o tipo de resistência mais difícil de combater, a resistência implícita ou protelada. Isso nos leva a crer que as pessoas tendem a esconder o que realmente pensam de si mesmas, porém quando se trata do outro não se intimidam em ser verdadeiras. Mesmo que o método usado não apresente segurança total dos percentuais levantados, este resultado merece bastante atenção, uma vez que pequenos focos de resistências tendem a influenciar os outros com mais facilidade do que a administração, pois é mais fácil ser contrário e resistente para não sair de sua zona de conforto.

Percebe-se que os atores críticos, que objetivam uma gestão eficaz, porém quando solicitados a contribuir efetivamente com este fim, são avessos a mudanças exigidas pela atualidade na busca de objetivos comuns. Por outro lado, percebem-se falhas ao fazer a gestão de tais mudanças, pelo desconhecimento de elementos fundamentais conceituais e a forma adequada de operacionalizá-los.

A maior evidência nesse estudo foi à ausência de planejamento eficiente, quando existente, o planejamento se caracteriza somente para cumprir as exigências legais, para atender ao Tribunal de Contas do Estado e a promotoria estadual que tem atuado em pontos isolados, quando motivados por denúncia de suposta irregularidade. A ausência de um planejamento eficiente compromete a visualização do estado futuro desejável, principalmente em situações em que prevalece a hipótese de que o futuro diferira do passado e do presente. Portanto, a existência de um conjunto de atividades e providências destinadas a alcançar um estado futuro desejado é vital para toda organização.

Outro aspecto motivador como fator preponderante na manutenção da motivação, no comportamento de aceitação e ou resistência dos servidores, reside na necessidade de se manterem ativos, participar do processo decisivo, necessidade de se sentirem úteis.

Ao término deste trabalho foi possível apontar alguns fatores positivos na resistência à mudança, pois a resistência corrobora para a prática profissional da gestão pública, pois motiva a participação de todos no processo, afinal a participação coletiva é princípio da administração pública gerencial, modelo adotado em nosso país.

Neste contexto, sugerimos à administração pública que desenvolva políticas públicas que promova condições favoráveis as mudanças através de projetos de integração entre seus departamentos e adote uma gestão participativa, a fim de usufruir de maneira mais eficiente da capacidade de trabalho de seus colaboradores, facilitando assim a gestão da mudança em situações futuras.

Aponta-se como norteador de novos trabalhos na área, a necessidade de aprofundar estudos sobre o recrutamento e seleção de servidores. Apesar de legislação clara sobre o processo de contratação de servidores públicos há um sentimento comum que ficou explícito na entrevista com grupo focal, as ineficiências processuais, na aplicação da legislação existente e ou práticas habituais. Uma sugestão para melhorar as deficiências seria um controle social externo sobre o processo de recrutamento (concursos públicos), exemplo a exigibilidade da aprovação e acompanhamento da promotoria pública na realização de concursos públicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição Federal da Republica Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1998.

_____. *Emenda Constitucional Nº 19*, Brasília, DF: Senado, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm> Acessado em 01 de agosto de 2011.

_____. *Lei Complementar Federal (Lei da Responsabilidade Fiscal)-nº101*, de 04 de Maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e da outras providencias. Brasília-DF, 04 maio 2000. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/lei_comp_101_00.pdf+lei+de+responsabilidade+fiscal+em+pdf>. Acesso em 20 de jan. 2011.

BRESSAN, Cyndia Laura. *Uma contribuição à contribuição do fenômeno de mudança organizacional: a partir da visão gerencial*. 2001. X f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciencia X, Univer-

sidade São Francisco, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/art_cie/art_25.pdf>. Acesso em 20 de jan. 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. *Os Novos Paradigmas – Como as mudanças Estão mexendo com as Empresas*. 2. ed. São Paulo: Atlas 1998.

COSTA, Silvia Generali da; VIEIRA, Leandro; RODRIGUES, Jorge Nascimento (Org.). *Explorando o comportamento organizacional*. São Paulo: Atlas, 2010.

FERREIRA, Juliene Barbosa. *Nem tudo são flores neste mar de rosas: um olhar sobre o hospital do câncer de Uberlândia*. 2010. 148 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaPeriodicoForm.do>>. Acesso em: 27 de dezembro de 2012

FREITAS, M. T.; SOUZA, S.J.; KRAMER, S. (org.). *Ciências humanas e pesquisa: leitura de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2003.

FREITAS, Maria Ester de. *Cultura Organizacional: evolução e crítica*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

FROES, César. MELO NETO, Francisco Paulo. *Administração Pública*. Rio de Janeiro: UCB/EB, 2006.

GIAMBIAGI, Fábio (organizador) et al. *Reformas do Brasil: balanço e agenda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.

HESKETH, José Luiz. *Mudança organizacional: Abordagem a nível de comportamento*. Brasília: Tilibra, 1982.

KANAANE, Roberto. *Comportamento humano nas Organizações: O homem rumo ao século XXI*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MAX, Weber. *Conceitos Básicos de Sociologia*. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2003.

MAXIMIANO, ANTONIO CESAR A. *Introdução a administração*. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

MOTTA, Paulo Roberto. *Transformação Organizacional: A Teoria e a Prática de Inovar*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

MORGAN, G. *Imagens da organização*. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1996.
OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JR, José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. *Controladoria Estratégica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser (Org.). *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Filipe. *COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL: teoria e prática no contexto brasileiro*. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

RODRIGUES, Grace Kelly Marques. *Culturas regionais no Brasil: um estudo sobre as percepções mútuas de gaúchos e baianos no ambiente de trabalho*. 2008. 175 f. Dissertação (Mestrado em Administração) –Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2008. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaPeriodico-Form.do>>. Acesso em: 27 de dezembro de 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO (TCE-MT), Resolução Normativa Nº 01/2007. *Guia para implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública: estabelece prazos e dá outras providências*. Cuiabá: 2007. Disponível em: <<http://www.tce.mt.gov.br/legislacao?categoria=12>> Acesso em: 06 de agosto de 2011.

VECCHIO, Roberto P. *Comportamento Organizacional*. 6. ed. Tradução Roberto Galman. São Paulo; Cengage Learning, 2008.

WAGNER III, John A.; HOLLENBECK, John R. *Comportamento Organizacional: Criando vantagem competitiva*. Tradução Cid Knipel Moreira; revisão técnica Laura Zaccarelli. São Paulo; Saraiva, 2006.

WOOD JR, Thomas (Coordenador) et al. *Mudança organizacional*. 5ª ed. São Paulo; Atlas, 2009.

IDH-REVISITADO: UMA ABORDAGEM ALTERNATIVA PARA MENSURAR A REAL SITUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Frederick Fagundes Alves

Doutorando em Economia Aplicada pelo Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal de Viçosa (PP-GEA/UFV). Departamento de Economia Rural. Viçosa – MG frederick.alves@ufv.br

Jeruza Haber Alves

Doutoranda em Economia Aplicada pelo Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal de Viçosa (PP-GEA/UFV). Departamento de Economia Rural. Viçosa – MG jeruzahaber.alves@yahoo.com.br

João Eustáquio de Lima

Professor Titular do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (DER/UFV). Departamento de Economia Rural. – Viçosa – MG jelima@ufv.br

RESUMO

O Índice de Desenvolvimento Humano apresenta uma proposta para medir o progresso socioeconômico de um país, região e/ou município, e em sua forma original de cálculo leva em consideração uma estrutura composta por saúde, educação e renda. A partir disso, esse trabalho propõe uma ampliação dessa estrutura básica, acrescentando variáveis de infraestrutura, emprego e segurança pública, com intuito de indicar os pontos falhos para melhoria das políticas públicas. Utilizou-se os municípios do Estado de Minas Gerais para o ano de 2010 e a metodologia de Análise Fatorial para encontrar os fatores necessários para a criação o índice proposto (IDH-Revisitado). Pôde-se concluir que as cidades menos desenvolvidas, classificadas pelo IDH municipal e pelo IFDM, também apresentaram um valor muito menor de IDH-Revisitado. Isso mostra que esses municípios são ainda mais carentes do que o até então conhecido e necessitam de



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

políticas que atuem de forma mais focada e eficiente para que os indivíduos melhorem a qualidade de vida.

Palavras-chave: Políticas públicas; Desenvolvimento Socioeconômico; Análise Fatorial.

ABSTRACT

The Human Development Index is proposed to measure the socio-economic progress of a country, region and or city, and in its original form of calculation takes into account a structure composed of health, education and income. From this, this paper proposes an extension of this basic structure, adding infrastructure variables, employment and public safety, aiming to indicate the missing points to improve public policies. We used the municipalities of Minas Gerais for the year 2010 and the factor analysis methodology to find the factors necessary for creating the proposed index (HDI-Revisited). We concluded that less developed cities, classified by the municipal HDI and the IFDM, also presented a much lower value of HDI-Revisited. This shows that these municipalities are even more disadvantaged than previously known and need policies that act in a more focused and efficient way for individuals to improve the quality of life.

Keywords: Public policy; Socioeconomic development; Factor Analysis.

INTRODUÇÃO

 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresenta em seu relatório anual o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desde 1990, no qual propõe verificar o nível de desenvolvimento dos países. Quando foi introduzido, representou uma nova proposta de medir o progresso socioeconômico de um país, sendo uma importante alternativa ao Produto Nacional Bruto (PNB), que mensurava apenas a esfera econômica em detrimento dos aspectos sociais.

Partindo do pressuposto de que a análise do desenvolvimento precisava conter vários elementos adicionais à expansão da produção da riqueza, o IDH combina três componentes básicos do desenvolvimento humano: a longevidade (medida pela esperança de vida ao nascer); o conhecimento (medido pela combinação da alfabetização adulta e as taxas de escolaridade conjunta); e o padrão de vida (medido pelo PIB real per capita).

Porém, o IDH apresenta deficiências largamente conhecidas e reconhecidas, falhando em capturar a essência do mundo que pretende retratar. Segundo Barros, Carvalho e Franco (2003), a principal limitação do índice está no fato da arbitrariedade da seleção dos indicadores e dos pesos utilizados para criar o indicador sintético. Apesar do inegável avanço qualitativo, em termos de mensuração do desenvolvimento, é de se argumentar que especialmente no contexto das nações subdesenvolvidas, onde existe uma larga proporção de pessoas em pobreza absoluta, faz-se imprescindível complementar as estatísticas de indicadores sociais (ROMÃO 1993).

É possível encontrar na literatura sobre o tema, novos indicadores sintéticos, entre eles podemos citar o Índice de Condições de Vida (ICV) desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, que estuda a situação de municípios mineiros. No ICV são acrescentados aos índices de educação e longevidade alguns indicadores não utilizados pelo IDH. No caso do índice de renda, os indicadores incluídos procuram incorporar além da renda familiar per capita média, estimativas da desigualdade de renda e da situação da pobreza em cada localidade. Além disso, visando retratar a situação da criança, no ICV foi inserido um bloco, que considera os seguintes indicadores: porcentagem de crianças que não frequentam a escola, defasagem escolar média, porcentagem de crianças com atraso escolar maior que um ano e porcentagem de crianças que trabalham (ver IPEA, Fundação João Pinheiro e IBGE 1998).

Outro índice que pode ser encontrado na literatura é o chamando Índice de Qualidade de Vida (IQV), proposto por Almeida (1997), composto por 18 indicadores e 7 subíndices: índice de infraestrutura básica; índice de renda; índice educacional; índice de potencial educacional; índice de saúde; índice de atividade industrial; índice de violência; que expressam a qualidade de vida em municípios do Rio de Janeiro.

Por Barros, Carvalho e Franco (2003) foi desenvolvido o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), que calcula um indicador sintético, na mesma linha do IDH, porém, calculável no nível de cada família, sendo possível também agregá-lo para qualquer grupo demográfico. As seis dimensões das condições de vida, avaliadas a partir das informações reunidas na PNAD e sintetizadas no IDF, são: ausência de vulnerabilidade; acesso ao conhecimento; acesso ao trabalho; disponibilidade de recursos; desenvolvimento infantil; e, condições habitacionais. Romão (1993) propõe uma extensão do IDH das Nações Unidas, preservando as características básicas do IDH original e incorporando a distribuição de renda e a pobreza em seu novo índice.

O presente trabalho avança com relação aos índices já criados quando em sua base de dados insere três blocos que retratam melhor a

situação verdadeira de cada município, como infraestrutura, segurança pública e emprego, além dos já conhecidos indicadores de saúde, renda e educação. Dito isto, o objetivo central deste estudo é mensurar o desenvolvimento dos municípios do Estado de Minas Gerais, mantendo as características básicas do IDH original, e incorporar modificações no âmbito da infraestrutura, emprego e segurança pública. Além disso, pretende-se incorporar ao índice de longevidade, a proporção da população atendida pelo Programa de Saúde da Família (PSF), e a mortalidade proporcional da população idosa (60 anos ou mais %). Incorporar no índice de renda a cobertura do Programa Bolsa Família (%). E no índice de educação será acrescentada a expectativa de anos de estudo, a taxa de frequência líquida no ensino básico e no superior.

Para atingir o objetivo proposto, este artigo está subdividido em mais quatro seções além desta introdução. Na segunda seção apresenta-se uma evolução desde a criação do primeiro índice que buscava analisar o bem estar da população até o atual índice de desenvolvimento humano. Na seção seguinte é apresentada a metodologia utilizada, e na quarta seção, discute-se os resultados encontrados. Finalmente, na quinta seção, é apresentada a conclusão deste trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

A ideia de construir um indicador escalar que sintetize todas as dimensões relevantes da pobreza é antiga. Na economia neoclássica “utilidade” é um termo que passou a significar o estado de satisfação de um indivíduo, porém esses níveis de satisfação ou utilidade não podem ser comparados entre os indivíduos. Sendo um conceito simultaneamente amplo e estreito (STANTON, 2007). Pelas suas peculiaridades, a utilidade sofre de graves limitações, não podendo ser agregada, a fim de ser considerada bem-estar social e nem pode ser comparada, a fim de se analisar a desigualdade. Sendo assim esta forma de medição tem pouco uso prático ou conceitual. Dessa forma um novo método de mensuração do bem-estar precisou ser criado.

Durante muitos anos a forma mais utilizada para se medir o bem-estar humano foi a renda nacional, usualmente expressa pelo Produto Interno Bruto (PIB) per capita ou pelo Produto Nacional Bruto (PNB) per capita. Ambos, entretanto, sofreram críticas por representarem modos de valoração de bem-estar, especialmente porque (i) somente registram transações monetárias; (ii) igualam commodities que geram efeitos positivos e negativos sobre o nível de satisfação coletivo; (iii) contabilizam como custos os esforços de amenizar problemas ambientais; (iv) tratam os recursos naturais como livres e ilimitados; (v) não atribuem valor ao lazer; (vi) igno-

ram a liberdade e os direitos humanos; e (vii) ignoram a distribuição de renda da sociedade (STANTON, 2007). Embora a insuficiência de renda seja um importante indicador escalar de pobreza, ele certamente não é o único possível.

No entanto, especialistas começaram a estudar uma nova forma de mensuração do desenvolvimento dos países. Uma das tentativas mais antigas, conforme o estudo de Stanton (2007) foi realizada pelo *United Nations Research Institute for Social Development* (UNRISD) que, em 1966, publicou um estudo de 20 países, com o “Índice do Nível de Vida”, que tinha categorias para as necessidades físicas (alimentação, moradia e saúde), necessidade cultural (educação, lazer e segurança) e as necessidades mais elevadas (medida como a renda acima de um limiar).

Em 1972 o UNRISD lançou um segundo estudo, o “Índice de Desenvolvimento” com variáveis socioeconômicas. Já, em 1973, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou um relatório no qual foram utilizadas seis variáveis sociais, para formar o PIB per capita previsto para 82 países. Além destes, a *United Nations Economic and Social Council*, em 1975, classificou 140 países dentro de sete indicadores abordando aspectos sociais e econômicos; e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1976, lançou um estudo das necessidades básicas necessárias ao desenvolvimento, chegando à conclusão de que a expectativa de vida poderia ser uma *proxy* para todas elas. Em 1979, ainda antes da criação do Índice de Desenvolvimento Humano, o *Overseas Development Council* lançou o Índice Físico de Qualidade de Vida, com o objetivo de mensurar um conjunto mínimo de necessidades humanas a serem atendidas pelas pessoas mais pobres do mundo. Este combinava dados de mortalidade infantil, expectativa de vida ao nascer e nível de alfabetização, transformando cada indicador em um índice e, em seguida, obtendo a média destes três elementos. Sendo muito parecido com o atual Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mas foram os economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que, em 1990, transformou o mundo da teoria do desenvolvimento com a publicação de seu primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) e a introdução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O RDH de 1990 apresentou o conceito de “desenvolvimento humano” como o progresso em direção a um maior bem-estar humano, e forneceu dados a nível nacional para uma ampla gama de indicadores de bem-estar. Dessa forma o IDH foi formado pela inclusão de proxies para três importantes aspectos da vida, quais sejam saúde, educação e renda. O primeiro componente chamado de componente de “Longevidade” faz referência a “Expectativa de Vida ao Nascer”, a variável educação

utiliza duas proxies, “Média dos anos de escolaridade” e “Expectativa de anos de escolaridade”, a variável de renda é medida pela “Renda per capita”.

Assim, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1990, o IDH era construído em três etapas. O primeiro passo consistia em definir as medidas de privação que um país sofre em relação a cada uma das três variáveis básicas, expectativa de vida (X_1), escolaridade (X_2) e o logaritmo do PIB real per capita (X_3). Os valores máximos ($\max_j X_{ij}$) e mínimos ($\min_j X_{ij}$) eram determinados para cada um dos três parâmetros e a medida de privação de um país consistia na diferença entre tais valores extremos, limitados em uma amplitude de 0 e 1. Deste modo, o indicador I_{ij} era o indicador de privação do país j em relação à variável i (NOORBAKHSH, 1998).

$$I_{ij} = \frac{(\max_j X_{ij} - X_{ij})}{\max_j X_{ij} - \min_j X_{ij}} \quad (1)$$

O segundo passo era definir uma média do indicador de privação I_j , que passou a ser feita a partir de uma média simples dos três indicadores:

$$I_j = \frac{1}{3} \sum_{i=1}^3 I_{ij} \quad (2)$$

Por fim, a medida do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) equivalia a um menos a média do indicador de privação:

$$(IDH)_j = (1 - I_j) \quad (3)$$

A partir de 2010, o cálculo do IDH sofreu algumas modificações, ainda que permanecesse fazendo uso das mesmas variáveis em sua análise. Conforme o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011, a medida é estimada em duas partes. A primeira delas consiste na ordenação dos valores máximos e mínimos observados. Com estes, são calculados os subíndices:

$$\text{Índice} = \frac{(\text{valor atual} - \text{valor mínimo})}{(\text{valor máximo} - \text{valor mínimo})} \quad (4)$$

Com os subíndices relativos a cada uma das dimensões, toma-se a média geométrica, que corresponde ao próprio IDH.

$$IDH = \left(\prod_{i=1}^3 I_i \right)^{\frac{1}{3}} \quad (5)$$

$$IDH = I_{Educação}^{1/3} \cdot I_{Saúde}^{1/3} \cdot I_{Renda}^{1/3} \quad (6)$$

A utilização da média geométrica faz com que uma baixa performance em quaisquer das dimensões reflita mais diretamente no IDH, além de não mais permitir a substituição perfeita entre os componentes, como ocorria anteriormente com a média simples. Esse método revela quão bem equilibrado é o desempenho de um país entre as três dimensões, reconhecendo que todas elas são importantes e evitando que valores elevados em um atributo compensem valores baixos em outro (UNDP, 2010).

Além de países, passou-se a utilizar o cálculo o IDH para mensurar o desenvolvimento municipal. Índices como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), calculados pelo PNUD e pelo sistema Firjan, respectivamente, propõem metodologias semelhantes para classificar os mais de 5 mil municípios brasileiros com relação ao desenvolvimento socioeconômico. Com isso, o presente trabalho propõe analisar o nível de desenvolvimento dos municípios do Estado de Minas Gerais, para o ano de 2010, levando em consideração as dimensões de saúde, educação e renda já utilizados, e acrescentar variáveis que englobam a infraestrutura, o emprego e a segurança pública desses municípios.

METODOLOGIA

ANÁLISE FATORIAL

A Análise Fatorial (AF) é formada por técnicas estatísticas que tem como objetivo descrever/explicar o comportamento de um conjunto de variáveis (p) por meio de um número menor de variáveis (r) denominadas “fatores”. O fator é uma variável latente (não observada) que representa uma característica marcante dos dados. O objetivo da Análise Fatorial é identificar os $r < p$ fatores e relacioná-los com as variáveis originais (MINGOTI, 2007).

No modelo de Análise Fatorial Exploratória Ortogonal considera-se um conjunto de variáveis $[X_1 X_2 X_3 \dots X_p]$ com vetor de médias $\mu = [\mu_1 \mu_2 \mu_3 \dots \mu_p]$, matriz de variâncias e covariâncias $\Sigma_{p \times p}$ e matriz de correlações $R_{p \times p}$. A Análise Fatorial pode ser feita com a matriz de variâncias e covariâncias ou com a matriz de correlações. Como normalmente é recomendado o uso de variáveis padronizadas para contornar o problema de unidades de medidas diferentes e a influência que uma variável com variância grande pode ter na determinação das cargas fatoriais, a Análise Fatorial é, quase sempre, feita com a matriz de correlações. Dado o modelo $X = AF + \varepsilon$ com variáveis padronizadas tem-se que $\text{Cov}(X) = R$.

Ao observar o modelo de Análise Fatorial pode-se ver que se tem é um modelo semelhante com um modelo de regressão linear múltipla.

$$X = AF + \varepsilon \quad (7)$$

Pode-se visualizar X como a variável dependente, F como as variáveis explicativas, A como os coeficientes e ε como o erro aleatório. Deseja-se estimar A , matriz de cargas fatoriais, mas somente X é conhecido.

O método mais usado em Análise Fatorial é o dos Componentes Principais que tem como base o uso das raízes características e vetores característicos relacionados com $r < p$ componentes para estimar A .

Após estimar o modelo, uma etapa importante da Análise Fatorial é relacionar as variáveis com os fatores através das cargas fatoriais de modo a atribuir uma denominação para o fator com base nas variáveis que ele é mais relacionado. Sabe-se que vetores característicos não são únicos e por isso as cargas fatoriais da Análise Fatorial por Componentes Principais podem ser modificadas sem prejudicar o significado da análise. A rotação de fatores é um procedimento matematicamente correto e consiste em "modificar" as cargas fatoriais, ou seja, calcular a nova matriz A , com o objetivo de obter uma matriz de cargas fatoriais de mais fácil interpretação, onde cada fator se relaciona mais distintamente com certo grupo de variáveis.

A rotação dos fatores consiste na rotação dos eixos coordenados e o cálculo de novos valores de abscissas e ordenadas relacionados com o novo sistema de eixos. Se o ângulo do novo sistema se mantiver em 90° , a rotação é denominada ortogonal e se mudar, a rotação é denominada oblíqua.

Vale ressaltar que a rotação ortogonal modifica as cargas fatoriais, mas não modifica as comunalidades (h_j^2) e, como observa Mingoti (2007), em termos de qualidade de ajuste, esta nova solução não acrescenta nenhuma melhoria em relação ao ajuste obtido usando a matriz A , pois a matriz residual original não é alterada pela transformação ortogonal.

Apesar de existir diversos métodos de rotação, o método ortogonal mais comum e o que foi utilizado é o varimax, o qual permite que os coeficientes de correlação entre as variáveis e os fatores fiquem o mais próximo possível de zero ou de 1, em valor absoluto, facilitando a interpretação e análise (ZAMBRANO e LIMA, 2004).

ESCORES FATORIAIS

Os escores fatoriais são os valores de cada fator para cada observação da amostra. São importantes para análise de mapeamento das observações, criação de índices e para serem utilizadas em outras técnicas, como análise de cluster e regressão. Como se tem um modelo estatístico estes escores devem ser estimados à semelhança de um modelo de regressão onde se obtém previsões para a variável dependente.

ANÁLISE DA QUALIDADE DO AJUSTE DO MODELO DE ANÁLISE FATORIAL

Existem várias maneiras de analisar a qualidade do ajuste do modelo, sendo umas mais formais e outras menos formais. Algumas análises podem ser citadas, como: 1) Matriz de Correlações: Examina-se a matriz de correlações simples, procurando visualizar algum padrão de relacionamento entre as variáveis; 2) Matriz Anti-Imagem: Esta matriz é definida como a matriz de correlações parciais com sinais invertidos; 3) Teste de esfericidade de Bartlett: É um teste que tem como hipótese nula (H_0) que a matriz de correlações é estatisticamente igual a uma matriz identidade; 4) Critério KMO (Kaiser-Meyer-Olkin): É um índice que compara correlações simples e parciais¹; 5) Medida Amostral de Adequabilidade (*Measure of Sampling Adequacy* – MSA): Valor baixo de MSA indica que a variável não se apresenta adequada na Análise Fatorial e pode ser excluída; 6) Matriz de Resíduos: É calculada pela diferença entre a matriz de correlações observada e a aproximada pelo modelo. Todas essas formas de análise foram feitas no presente trabalho e estão comentadas nos resultados.

CRIAÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO REVISITADO

Após elucidado a metodologia a ser utilizada de análise fatorial e mostrado os testes para certificar a qualidade do ajustamento do modelo, parte-se para explicação do cálculo do índice proposto. Como explicitado anteriormente, a nova metodologia para o cálculo do IDH leva em consideração os fatores calculados. Para este trabalho, segue-se a

mesma metodologia, em que F_i^* é o novo fator que leva em consideração os valores mínimos ($F_i \min$) e máximos ($F_i \max$) dos escores fatoriais calculados na Análise Fatorial.

$$F_i^* = \frac{F_i - F_i \min}{F_i \max - F_i \min} \quad (8)$$

Porém, diferentemente do cálculo original do IDH que na média geométrica dá pesos iguais às variáveis, o novo índice aqui proposto pondera as variáveis pelos valores das raízes características (λ_i) correspondentes a cada fator calculado (F_i^*) para realizar a média geométrica².

$$IDH - Revisitado = \left[\prod (F_i^*)^{\lambda_i} \right]^{\frac{1}{\sum \lambda_i}} \quad (9)$$

Dessa forma, pode-se classificar os municípios do Estado de Minas Gerais dos mais desenvolvidos até os menos desenvolvidos levando em consideração não somente Educação, Saúde e Renda, mas também indicadores que refletem a Infraestrutura, a Segurança Pública e o nível de Emprego dessas cidades.

FONTE DE DADOS

Para a realização desta pesquisa, os dados foram coletados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ATLAS BRASIL, 2015), da Fundação João Pinheiro, mais precisamente do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (2013), e do sistema Firjan que calcula o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM, 2010). Este último (IFDM) foi coletado para critério de comparação. Como recorte geográfico, utilizou-se os 853 municípios do Estado de Minas Gerais com todas as variáveis para o ano de 2010.

As variáveis coletadas da base de dados do Atlas Brasil (2015) foram: Percentual de empregados com carteira - 18 anos ou mais; Percentual de empregados sem carteira - 18 anos ou mais; Percentual da população em domicílios com água encanada; Percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada; Percentual da população em domicílios com coleta de lixo; Percentual da população em domicílios com energia elétrica; Índice de desenvolvimento humano municipal renda (IDHM Renda); Índice de desenvolvimento humano municipal longevidade (IDHM Longevidade); Expectativa de anos de estudo; Taxa de frequência líquida ao ensino básico; Taxa de frequência líquida ao ensino

superior; e o Índice de desenvolvimento humano municipal educação (IDHM Educação). Utilizou-se também o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) para comparação com o novo índice proposto neste trabalho.

Já as variáveis que foram coletadas do banco de dados da Fundação João Pinheiro são: Percentual de cobertura do Programa Bolsa Família (PBF); Proporção da população atendida pelo Programa de Saúde da Família (PSF); Mortalidade proporcional da população idosa (60 anos ou mais); Taxa de crimes violentos (por cem mil habitantes); e os habitantes por policial civil ou militar.

Como se pode perceber, os dados abarcam além da estrutura convencional utilizada para o cálculo do IDH (Educação, Saúde e Renda), outras variáveis que englobam uma esfera de Segurança Pública, Infraestrutura e Emprego. A inclusão dessa nova estrutura é fundamental para que se possa atingir e elaborar políticas públicas da maneira mais eficiente possível, tendo o intuito de melhorar o desenvolvimento dos municípios e o bem-estar de toda a população.

Todas essas dezessete variáveis explicitadas anteriormente serão utilizadas para gerar um novo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Portanto, após exposto o método e as variáveis parte-se para o cálculo desse novo indicador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ANÁLISE DA QUALIDADE DO AJUSTE DO MODELO DE ANÁLISE FATORIAL

Como explicitado anteriormente é necessário que se faça uma análise da qualidade do ajustamento das variáveis do modelo. A primeira delas é com relação a normalidade das variáveis, segundo Gujarati (2011) para um número assintótico de observações, as variáveis são consideradas normais. No caso do presente trabalho têm-se 853 observações, correspondentes a todos os municípios mineiros.

Com respeito à matriz de correlações simples das variáveis, foi possível encontrar bons resultados mostrando que as variáveis estão bem correlacionadas e são viáveis para a realização da análise fatorial.

A matriz de anti-imagem também foi analisada. Esta matriz é definida como a matriz de correlações parciais com sinais invertidos e precisa ter correlações parciais baixas para que as variáveis formem fatores comuns. Este também foi o caso do presente trabalho em que os valores ficaram em torno de zero.

No teste de esfericidade de Bartlett, a hipótese nula (H_0) testa se a matriz de correlações é estatisticamente igual a uma matriz identidade. Neste trabalho, pode-se rejeitar H_0 com 99% de confiança. Assim, conclui-se que os dados são adequados para a análise fatorial, como apresentado na Tabela 1. Nessa mesma tabela é possível analisar o critério KMO (Kaiser-Meyer-Olkin), sendo este um índice que compara correlações simples e parciais. No presente trabalho este valor foi de 0,88, sendo considerado ótimo pela literatura.

Tabela 1: Teste de esfericidade de Bartlett e critério KMO

Testes	
Teste KMO	0,88
Teste de esfericidade de Bartlett	6941,23
Prob (Bartlett)	0,0000

Fonte: Elaboração própria mediante resultados da pesquisa.

Na Tabela 2, pode ser encontrado o teste *Measure of Sampling Adequacy* (MSA), que é uma medida tipo KMO, de adequabilidade das variáveis utilizadas. Um bom valor de MSA está acima de 0,70, o que foi o caso das variáveis aqui estudadas.

Tabela 2: Teste de adequabilidade das variáveis (MSA)

Variáveis		MAS
X_1	Proporção de empregados com carteira - 18 anos ou mais	0,83
X_2	Proporção de empregados sem carteira - 18 anos ou mais	0,81
X_3	Proporção da população em domicílios com água encanada	0,91
X_4	Proporção da população em domicílios com banheiro e água encanada	0,87
X_5	Proporção da população em domicílios com coleta de lixo	0,94
X_6	Proporção da população em domicílios com energia elétrica	0,91
X_7	Porcentagem de cobertura do Programa Bolsa Família	0,96
X_8	IDHM Renda	0,89
X_9	Proporção da população atendida pelos PSF	0,93
X_{10}	Mortalidade proporcional da população idosa (com 60 anos ou mais)	0,71
X_{11}	IDHM Longevidade	0,91
X_{12}	Expectativa de anos de estudo	0,77
X_{13}	Taxa de frequência líquida no ensino básico	0,70

X_{14}	Taxa de frequência líquida no ensino superior	0,89
X_{15}	IDHM Educação	0,91
X_{16}	Taxa de crimes violentos (por cem mil hab.)	0,81
X_{17}	Habitantes por policial civil ou militar	0,90

Fonte: Elaboração própria mediante resultados da pesquisa.

Após analisar as características das variáveis e concluir que são adequadas para a análise fatorial, pôde-se encontrar seis fatores que conseguem explicar cerca de 71,6% as variáveis escolhidas (Tabela 3). O primeiro fator explicou 37% das variáveis utilizadas, o segundo fator explicou 10,26%, o fator 3 explicou 8,47%, o quarto e o quinto fator explicaram respectivamente, 5,89% e 5,21%, e o fator 6, explicou apenas 4,83%. A coluna “Proporção” apresenta quanto cada fator explica individualmente as variáveis do modelo, e que à medida que se aumenta o número de fatores, estes explicam cada vez menos as variáveis. O primeiro fator explicou 37% das variáveis utilizadas e o fator 6, por exemplo explicou apenas cerca de 5%. A escolha dos seis fatores foi tida como a melhor, dado o acumulador, isto é, a proporção cumulativa de explicação dos fatores.

Tabela 3: Resultado da Análise Fatorial

Fatores	Raízes Características	Proporção	Acumulador
Fator 1	6,28928	0,3700	0,37
Fator 2	1,74368	0,1026	0,4725
Fator 3	1,44000	0,0847	0,5572
Fator 4	1,00062	0,0589	0,6161
Fator 5	0,88517	0,0521	0,6682
Fator 6	0,82119	0,0483	0,7165
Fator 7	0,75867	0,0446	0,7611
Fator 8	0,70789	0,0416	0,8027
Fator 9	0,63544	0,0374	0,8401
Fator 10	0,59141	0,0348	0,8749
Fator 11	0,48787	0,0287	0,9036
Fator 12	0,44541	0,0262	0,9298
Fator 13	0,40274	0,0237	0,9535
Fator 14	0,26251	0,0154	0,9689
Fator 15	0,22705	0,0134	0,9823
Fator 16	0,17006	0,0100	0,9923
Fator 17	0,13100	0,0077	1,0000

Fonte: Elaboração própria mediante resultados da pesquisa.

A Tabela 4 apresenta os resultados dos fatores, ou seja, apresenta qual variável é explicada por cada fator. Pode-se perceber que o Fator 1, que apresenta a maior explicação das variáveis, é composto por variáveis de Longevidade, Educação e Emprego e Renda, sendo bem semelhantes às utilizadas pelo IDH original. Já o segundo fator, que explica cerca de 10% as variáveis, é composto basicamente por todas as variáveis de infraestrutura (X_3 , X_4 , X_5 e X_6). Com isso, percebe-se que esse grupo de variáveis impacta de forma relevante neste novo índice proposto, tornando assim, o principal diferencial do presente trabalho, e um ponto chave para se analisar o desenvolvimento municipal.

Tabela 4: Cargas fatoriais após a rotação dos fatores³

Variável	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	Fator 6
X_1	0.8176	0.3203	0.0115	0.1577	-0.156	0.084
X_2	-0.8714	-0.0127	-0.1167	-0.032	0.0407	-0.0146
X_3	0.2826	0.6379	-0.0418	0.1937	-0.0972	0.2866
X_4	0.2207	0.8253	0.0764	0.0413	0.1744	0.2147
X_5	0.2722	0.6806	0.0925	-0.0455	0.121	-0.0995
X_6	0.1301	0.818	0.1621	0.0319	-0.0121	0.0608
X_7	-0.4734	-0.176	-0.0835	-0.0632	0.1986	-0.2947
X_8	0.6411	0.5442	0.0184	0.2754	0.2035	0.1797
X_9	-0.1938	-0.0873	-0.0529	-0.849	-0.034	0.0719
X_{10}	-0.0248	0.1173	0.0463	-0.0609	0.8608	0.0943
X_{11}	0.6232	0.3992	-0.0551	0.1535	0.2975	0.1248
X_{12}	0.1809	0.1031	0.8302	0.0573	0.0543	-0.0001
X_{13}	-0.0055	0.0573	0.8557	-0.0657	0.016	0.0913
X_{14}	0.4788	0.3469	0.2073	0.2667	0.3542	0.0946
X_{15}	0.6362	0.3574	0.4231	0.2237	0.0657	0.16
X_{16}	0.1787	0.0257	-0.1452	0.6139	-0.331	0.3335
X_{17}	-0.1215	-0.183	-0.0922	-0.011	-0.1019	-0.887

Fonte: Elaboração própria mediante resultados da pesquisa.

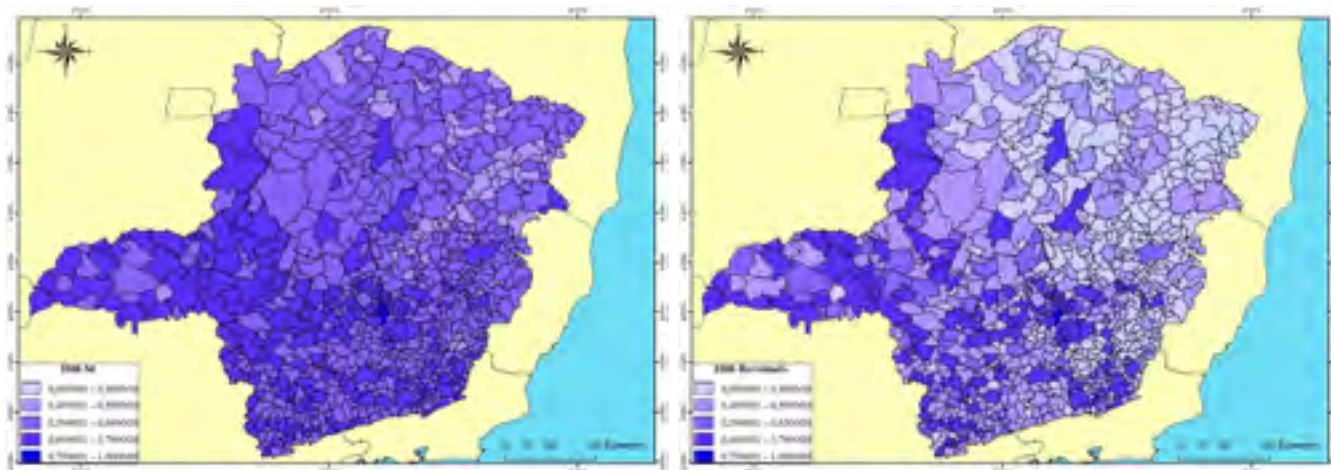
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao analisar as Figuras 1 e 2 com os três índices de desenvolvimento humano municipal (IDH-M, IFDM e IDH-Revisitado) pode-se ver, a princípio, que em todos há um corte diagonal dividindo os municípios entre

aqueles mais desenvolvidos daqueles menos desenvolvidos. Os municípios que possuem melhores indicadores de desenvolvimento municipal estão localizados nas regiões do Noroeste de Minas, região Central, Triângulo mineiro, Alto Paranaíba, região Sul, Centro-Oeste e Zona da Mata. Já aqueles com menores índices estão na região Norte do Estado, no Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce, localizados na parte Norte/Nordeste do Estado de Minas Gerais.

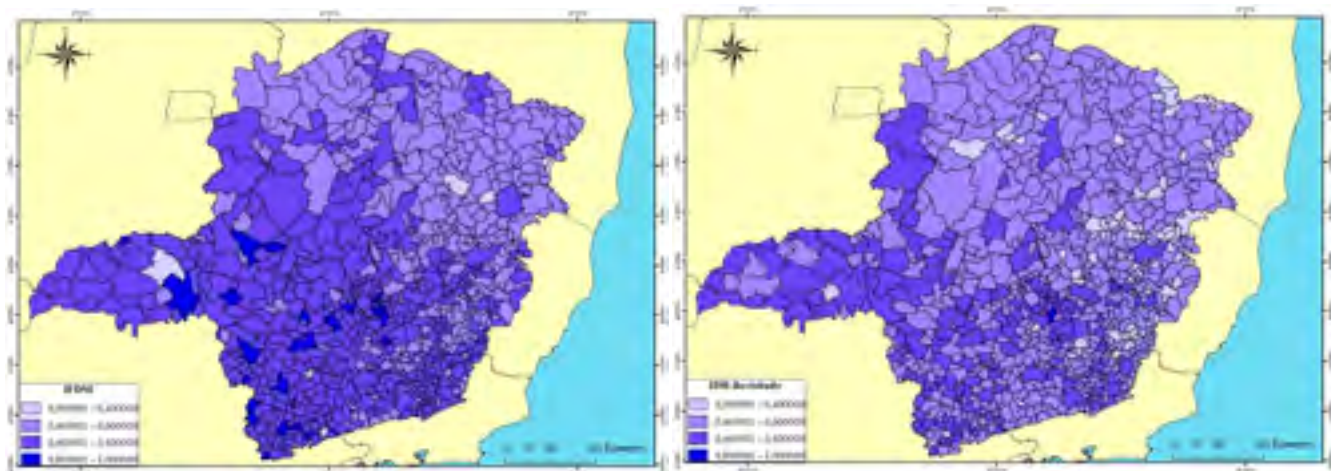
O novo índice de desenvolvimento dos municípios criado (IDH-Revisitado) tem um valor muito abaixo do IDH-M e do IFDM. Isto mostra que variáveis que dizem respeito à infraestrutura, emprego e segurança pública devem ser incluídas nos índices para retratar melhor a situação das cidades e não superestimar o desenvolvimento destas.

Figura 1: Mapas do IDH-M e do IDH-Revisitado de Minas Gerais, 2010



Fonte: Elaboração própria mediante os resultados da pesquisa.

Figura 2: Mapas do IFDM e do IDH-Revisitado de Minas Gerais, 2010



Fonte: Elaboração própria mediante os resultados da pesquisa.

Pode-se ver na Tabela 5 e de maneira mais ilustrativa na Figura 1, que compara a classificação do IDH-M e o IDH-Revisitado, que enquanto na classificação do IDH-M não há nenhum município considerado com grau de desenvolvimento muito baixo, no IDH-Revisitado são 352 cidades. De acordo com a classificação do IDH-M, a faixa que compreende o maior número de municípios é a de médio desenvolvimento (552), porém, estes são apenas 65 no novo índice proposto⁴.

Tabela 5: Número de municípios segundo as classes do IDH-M e IDH-Revisitado, 2010

Índice Classes	Classificação	Número de municípios IDH-M	Número de municípios IDH-Revisitado
0,000000 – 0,490000	Muito baixo	-	352
0,490001 – 0,590000	Baixo	73	304
0,590001 – 0,690000	Médio	552	65
0,690001 – 0,790000	Alto	226	125
0,790001 – 1,000000	Muito Alto	2	1

Fonte: Elaboração própria mediante os resultados da pesquisa.

Na Tabela 6, onde se compara o IFDM com o IDH-Revisitado, conjuntamente com a Figura 2, pode-se fazer uma análise semelhante da Tabela 5. Pode-se claramente perceber que, no índice proposto tem-se um maior aglomerado de municípios dentro das menores classificações de desenvolvimento. Isso mostra que os municípios antes considerados moderadamente desenvolvidos são agora tratados com um grau de desenvolvimento regular, o que pode mostrar uma realidade mais fidedigna das regiões e aplicação de políticas mais direcionadas para cada localidade.

Tabela 6: Número de municípios segundo as classes do IFDM e IDH-Revisitado, 2010

Índice Classes	Classificação	Número de municípios IDH-M	Número de municípios IDH-Revisitado
0,000000 – 0,400000	Baixo	4	88
0,400001 – 0,600000	Regular	286	571
0,600001 – 0,800000	Moderado	537	187
0,800001 – 1,000000	Alto	23	1

Fonte: Elaboração própria mediante os resultados da pesquisa.

Alguns casos podem ser apontados para melhor mostrar a realidade dos municípios mineiros. Na cidade de Mathias Lobato localizada na região do Vale do Rio Doce e com 3.389 habitantes em 2014 (IBGE, 2014), apresentou um IDH-Revisitado de 0,199, sendo o número mais baixo de todos os valores calculados. Porém, quando se compara com o IDH-M e com o IFDM de Mathias Lobato tem-se os valores de 0,612 e 0,57, respectivamente, sendo considerado um valor médio segundo a classificação dos índices. Tal discrepância nos índices desse município acontece devido à relação do bloco de Emprego, incluso apenas no IDH-Revisitado, a variável “Porcentagem de empregados com carteira assinada” foi de 17,76%, sendo muito abaixo da média estadual de 31,73%.

Outro grupo de variáveis que tem grande influência no novo índice (IDH-Revisitado) e não inserida nos outros dois índices (IDH-M e IFDM) é a infraestrutura dos municípios. Em especial, trata-se da variável “Porcentagem da População em domicílio com coleta de lixo”, na qual o município de Mathias Lobato aparece com valor de 61,46%, muito abaixo da média do Estado (95,56%).

Com 4.286 habitantes (IBGE, 2014), outra cidade que merece destaque com relação a diferença entre o seu índice calculado no novo modelo e os já utilizados, é Marilac, também localizada no Vale do Rio Doce, apresentou IDH-Revisitado de 0,21 (muito baixo), IDH-M de 0,61 (médio) e um IFDM de 0,55. Quando se analisa as variáveis que podem causar essa discrepância, depara-se com os valores das variáveis “Porcentual de empregados com carteira”, “Proporção da população atendida pelo Programa de Saúde da Família (PSF)”, que no caso deste município é de zero, o que pode indicar a inexistência do programa no mesmo. Além disso, a “Taxa de crimes violentos (por cem mil hab)” no município de Marilac está acima da média dos municípios mineiros, apesar de um número de policiais por habitante maior do que a média.

Outro exemplo é a cidade de Monjolos com 2.365 habitantes, situada entre a região Central e o Vale do Jequitinhonha, que apresenta um índice do IDH-Revisitado de 0,4410 (muito baixo), IDH-M de 0,6500 (médio), porém quando se analisa o IFDM o valor é considerado moderado, ficando em torno de 0,7220. A mesma discrepância também ocorre na cidade de Argirita localizada na região da Zona da Mata com IDH-Revisitado de 0,4970 (baixo), IDH-M de 0,6430 (médio) e IFDM de 0,7580 (moderado). Santana do Deserto (Zona da Mata) também é outro caso, com o IDH-Revisitado em 0,4030 (muito baixo), IDH-M de 0,6510 (médio) e o IFDM de 0,6890 (moderado).

Ao passo que o IDH-Revisitado das cidades mineiras vai aumentando, tende a se aproximar mais dos valores apresentados pelo IDH-M e IFDM. Essa aproximação indica que nas cidades mais desenvolvidas, os

grupos de variáveis de infraestrutura, segurança pública e emprego não influenciam muito no novo índice (IDH-Revisitado), e há melhor qualidade dos serviços prestados nesses municípios. Já a maior discrepância existente entre os valores dos índices para os municípios menos desenvolvidos indica claramente que nestes as políticas para melhoramento de infraestrutura, segurança pública e distribuição de renda podem não estar funcionando de forma eficiente.

Na Tabela 7 são analisados os empregos formais dos maiores de 18 anos e o IDH-Revisitado em 2010. Percebe-se que nos menores municípios a incidência de trabalhadores com carteira assinada é menor e isso reflete no novo IDH proposto. De modo oposto, os municípios que apresentam os maiores percentuais de empregados com carteira têm o IDH-Revisitado alto.

Essa informalidade no mercado de trabalho em cidades menores pode ser justificada devido ao grande percentual de pessoas envolvidas no setor de serviços e agricultura e que não possuem registro, diferentemente de cidades maiores em que é dominado pelo setor da indústria e de serviços com maior regulamentação. Mas o que deve ser enfatizada é a relação entre essa regulamentação do mercado de trabalho e o IDH dos municípios.

Tabela 7: Percentual de empregados com carteira (maiores de 18 anos) e IDH-Revisitado, em Minas Gerais, 2010

Município	Percentual de empregados com carteira	IDH-Revisitado
Pedra Bonita	1,19	0,371
Luisburgo	3,62	0,345
São João do Pauí	4,35	0,375
Serra Azul de Minas	4,80	0,441
Sericita	4,95	0,242
Santa Rita do Sapucaí	64,08	0,699
Nova Lima	64,30	0,812
Sabará	64,92	0,673
Itabirito	65,80	0,721
Raposos	69,62	0,696

Fonte: Elaboração própria mediante os resultados da pesquisa.

Como forma de verificar a relação entre o desenvolvimento dos municípios e a infraestrutura destes, na Tabela 8, faz-se uso do percentual da população com domicílios com água encanada. Os pequenos municí-

pios com menor percentual de residências com água encanada também são aqueles que apresentam baixo IDH-Revisitado. Já os municípios com grande porção de água encanada para a população são os que têm valores mais altos do índice proposto. Deve ser lembrado que a parte de infraestrutura tem grande impacto na construção do IDH-Revisitado, sendo este um diferencial considerável.

Tabela 8: Percentual da população em domicílios com água encanada e IDH-Revisitado, em Minas Gerais, 2010.

Município	Percentual da população em domicílios com água encanada	IDH-Revisitado
Bonito de Minas	40,61	0,420
Berilo	47,91	0,512
Ninheira	55,33	0,400
Novorizonte	56,56	0,480
Cachoeira de Paguí	62,09	0,375
Uberaba	98,90	0,762
Divinópolis	99,18	0,742
Uberlândia	99,52	0,777
Belo Horizonte	99,70	0,757
Araporã	100,00	0,607

Fonte: Elaboração própria mediante os resultados da pesquisa.

O programa Bolsa Família é um auxílio dado às pessoas que comprovam baixa renda e, por isso, incide com maior valor sobre as cidades mais pobres. A partir disso, na Tabela 9 nota-se que as cidades menos desenvolvidas apresentam maiores coberturas desse programa de complementação de renda. Já os municípios mais desenvolvidos têm menor cobertura do programa Bolsa Família por apresentarem principalmente maiores rendas, como são os casos de Patos de Minas, Uberaba e Divinópolis.

Tabela 9: Percentual da população atendida pelo programa Bolsa Família e IDH-Revisitado, em Minas Gerais, 2010

Município	Cobertura do Programa Bolsa Família	IDH-Revisitado
Pedra Dourada	84,0	0,312
Munhoz	84,0	0,375
Fervedouro	84,2	0,333

Engenheiro Caldas	85,8	0,430
Congonhas do Norte	88,5	0,371
Limeira do Oeste	28,9	0,680
Patos de Minas	35,1	0,739
Iturama	39,9	0,718
Uberaba	40,9	0,762
Divinópolis	41,2	0,742

Fonte: Elaboração própria mediante os resultados da pesquisa.

Ao analisar a população atendida pelo Programa Saúde da Família (PSF), na Tabela 10, pode-se perceber que os municípios com maiores valores de IDH-Revisitado apresentam menor proporção da população atendida por esse programa. Isso pode ser dado pelo fato de nessas localidades, a população ter maior poder aquisitivo (maior renda) e com isso preferirem outras formas de acesso à saúde como, por exemplo, planos de saúde particulares. Já municípios menos desenvolvidos, com IDH-Revisitado em torno de 0,30 a 0,55, apresentam 100% da população atendida pelo PSF. Exceções a esta análise podem ser vistas na Tabela 10, em que nos municípios de Marilac e Bonfim a população não é atendida nesse programa, o que pode ser um indicativo de que nessas cidades não há postos de PSF. Outra exceção é a cidade de Santa Maria do Suaçuí, que além do baixo desenvolvimento, apenas uma pequena parcela da população tem acesso ao programa.

Tabela 10: Proporção da população atendida pelo Programa de Saúde da Família (PSF) e IDH-Revisitado, em Minas Gerais, 2010

Município	População atendida por PSF	IDH-Revisitado
Marilac	0,0	0,210
Bonfim	0,0	0,388
Coronel Fabriciano	13,31	0,720
Uberlândia	23,04	0,777
Santa Maria do Suaçuí	23,97	0,393

Fonte: Elaboração própria mediante os resultados da pesquisa.

As cidades pequenas apresentam baixa frequência líquida no ensino superior, além de menores expectativas nos anos de estudo, muito por não haver faculdades nessas cidades e também pela dificuldade de se deslocar para outras cidades próximas que possuam ensino superior.

Nota-se que a baixa frequência no ensino superior também acarreta em menores índices de desenvolvimento, diferentemente das cidades que apresentam os maiores valores de frequência em universidades que têm IDH-Revisitado mais altos.

Um ponto que deve ser observado na Tabela 11 é que as cidades que tem maiores frequência líquida no ensino superior são aquelas que têm a presença de universidades federais, além dos maiores IDH-Revisitado. Além dessa relação de baixo/alto do IDH-Revisitado com a frequência no ensino superior, deve ser notado também que os municípios que apresentam maiores frequências também são aqueles com presença de Universidade Federal, como Viçosa, Uberaba, Belo Horizonte, Itajubá, Juiz de Fora e Uberlândia⁵.

Tabela 11: Taxa de frequência líquida ao ensino superior e IDH-Revisitado, em Minas Gerais, 2010

Município	Cobertura do Programa Bolsa Família	IDH-Revisitado
Monte Formoso	0,70	0,390
Morro do Pilar	1,01	0,374
São Felix	1,25	0,290
Jeceaba	1,27	0,529
Caranaíba	1,59	0,420
Frei Lagonegro	1,80	0,299
Viçosa	30,87	0,767
Uberaba	26,29	0,762
Belo Horizonte	25,93	0,757
Itajubá	25,89	0,790
Juiz de Fora	25,28	0,758
Uberlândia	25,24	0,777

Fonte: Elaboração própria mediante os resultados da pesquisa.

Pela Tabela 12 pode-se perceber que nos municípios maiores, com maior grau de desenvolvimento, apresentam altas taxas de crimes violentos por cada cem mil habitantes. Apesar do fato do número de policiais civil e/ou militar serem maior nessas cidades, o que representa menor proporção de habitantes por policial. Nos menores municípios, os crimes violentos acontecem com menor intensidade o que leva estes a terem menor número de policiais.

Tabela 12: Taxa de crimes violentos (por cem mil hab), habitantes por policial civil ou militar e IDH-Revisitado, em Minas Gerais, 2010.

Município	Taxa de crimes violentos	Habitantes por policial civil ou militar	IDH-Revisitado
Belo Horizonte	731,28	177	0,757
Uberlândia	531,94	367	0,777
Uberaba	506,44	385	0,762
Ipatinga	291,90	355	0,738
Sete Lagoas	280,17	466	0,690
Nova Porteirinha	283,86	1233	0,341

Fonte: Elaboração própria mediante os resultados da pesquisa.

Como exceção, a cidade de Nova Porteirinha, com cerca de 7.630 habitantes em 2014 (IBGE, 2014), apresentou um alto grau de crimes violentos e pequena porção de policiais por habitantes, além do baixo IDH-Revisitado de 0,341.

CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou propor uma ampliação para o cálculo do IDH-M, inserindo blocos de variáveis que representem a infraestrutura, o emprego, e a segurança pública, além de manter as variáveis de saúde, educação e renda. Para analisar o impacto do novo IDH criado (IDH-Revisitado) utilizou-se os municípios do Estado de Minas Gerais para o ano de 2010.

Pôde-se perceber que, com a inclusão dessas novas variáveis os municípios com baixo IDH-M e IFDM apresentaram um IDH-Revisitado ainda menor. Já os municípios considerados com alto padrão de desenvolvimento permaneceram com os mais altos valores de IDH-Revisitado.

A partir disso, pode-se concluir que, a inserção de outras variáveis no IDH-M, impactou principalmente no IDH-Revisitado daqueles municípios que carecem de maior atenção para às áreas de segurança pública, emprego e, principalmente, infraestrutura básica, como água encanada, coleta de lixo, acesso a energia elétrica e domicílios com banheiro. A presente proposta de ampliar as variáveis que compõe o IDH-M se mostrou consistente e pôde-se mostrar melhor a realidade dos municípios, principalmente a dos mais carentes, o que é fundamental para a criação e aplicação de políticas públicas mais eficientes que atinja de forma direta os indivíduos, melhorando seu bem-estar e o nível de desenvolvimento dos municípios.

NOTAS

¹ Originalmente a indicação de diversos autores do índice é que para a Análise Fatorial ter um bom valor de KMO este deveria ser igual ou maior que 0,70.

² Deve-se salientar que o fato de pesar cada fator pelo valor de sua raiz característica não causa modificação tão expressiva referente à forma como se calcula o IDH. Nesse novo formato, o somatório dos expoentes (raízes características) é igual à unidade, bem como no cálculo do IDH.

³ As variáveis são: X_1 – Proporção de empregados com carteira - 18 anos ou mais; X_2 – Proporção de empregados sem carteira - 18 anos ou mais; X_3 – Proporção da população em domicílios com água encanada; X_4 – Proporção da população em domicílios com banheiro e água encanada; X_5 – Proporção da população em domicílios com coleta de lixo; X_6 – Proporção da população em domicílios com energia elétrica; X_7 - Porcentagem de cobertura do Programa Bolsa Família; X_8 - IDHM Renda; X_9 - Proporção da população atendida pelos PSF; X_{10} - Mortalidade proporcional da população idosa (com 60 anos ou mais); X_{11} - IDHM Longevidade; X_{12} - Expectativa de anos de estudo; X_{13} - Taxa de frequência líquida no ensino básico; X_{14} - Taxa de frequência líquida no ensino superior; X_{15} - IDHM Educação; X_{16} - Taxa de crimes violentos (por cem mil hab.); X_{17} - Habitantes por policial civil ou militar.

⁴ As classes utilizadas nas Figuras 1 e 2 e, respectivamente, nas Tabelas 1 e 2 foram elaboradas de acordo com as classificações utilizadas no IDH-M e no IFDM para definir o nível de desenvolvimento dos municípios. Dessa forma, o IDH-Revisitado pode ser comparado tanto com o IDH-M, quanto com o IFDM.

⁵ Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. *A qualidade de vida no Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 1997.

ATLAS BRASIL (*Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*). Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em 01 de Março de 2015.

BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. *O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)*. Rio de Janeiro: Ipea, 2003 (Texto para Discussão, n. 986).

GUJARATI, D. *Econometria Básica*, Edição 5, Brasil, McGraw Hill, 2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), *Censo Demográfico 2010*. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em 10 de Março de 2015.

IFDM (*Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal*), Firjan. Disponível em <<http://www.firjan.org.br/ifdm/>>. Acesso em 20 de Fevereiro de 2015.

IMRS (*Índice Mineiro de Responsabilidade Social*), Fundação João Pinheiro, Disponível em <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos/2741-indice-mineiro-de-responsabilidade-social-imrs-2>>. Acesso em 20 de Fevereiro de 2015.

IPEA, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, IBGE. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Rio de Janeiro: PNUD, 1998.

MINGOTI, S. A. *Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, p.295, 2007.

NOORBAKHSH, F. A modified human development index. *World Development* 26.3, 517-528, 1998.

ROMÃO, M. C. Uma proposta de extensão do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. *Revista de Economia Política*, 13.4 (1993): 52.

STANTON, E. A. The Human Development Index: A History. *Political Economy Research Institute*. Working Paper Series, n. 127. Amherst: 2007.

UNDP (United Nations Development Programme). *Human Development Report 1990*. New York: Oxford University Press, 1990.

UNDP (United Nations Development Programme). *Human Development Report 2010*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

ZAMBRANO, C. e LIMA, J. E. Análise estatística multivariada de dados socioeconômicos. *Métodos Quantitativos em Economia*, 555-576, 2004.

MEMÓRIAS DO SUBDESENVOLVIMENTO: VIDA E MORTE DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Leonardo Gomes de Deus

UFOP/ICSA/DECEG

Doutor em economia no CEDEPLAR/UFMG.

dedeus@icsa.ufop.br

RESUMO

O artigo discute a teoria da dependência como momento original do pensamento econômico nacional. Para tanto, são analisados três autores, Celso Furtado, Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso, respectivamente, representantes da formação, consolidação e decadência da teoria, que partiu do otimismo do desenvolvimentismo na década de 1930 e, depois de 1970, tornou-se uma defesa da inserção subordinada do Brasil no mercado global. A originalidade da teoria da dependência é situada no período de ascensão dos movimentos sociais e dos projetos nacionais da década de 1920, notadamente o movimento operário e o Modernismo.

Palavras-chave: Teoria da dependência. Pensamento brasileiro. História do pensamento econômico.

ABSTRACT

The paper discusses the theory of dependency as an original moment of Brazilian economic thought, in the context of workers movement and national projects from the 1920s on. Some of its most important ideas and authors are analyzed in order to demonstrate how the theory of dependence evolved from a development project in the 1930s to become a mere defense of economical subordination in a global and competitive world in the 1970s.

Keywords: Theory of dependency. Brazilian thought. History of economic thought.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

INTRODUÇÃO

Este texto não enuncia grandes novidades sobre a história do pensamento econômico brasileiro, mas tenta inovar na abordagem sobre uma questão que lhe foi cara, expressa nas diversas fases da teoria da dependência. Também não trata de ideias exclusivamente econômicas, mas de ideias que influenciaram muito a vida política do Brasil. O pensamento brasileiro, ao contrário de seus congêneres hispano-americanos, raramente buscou a universalidade, jamais tratou de questões humanistas ou filosóficas de modo decisivo. Mais ainda do que sua matriz lusitana voltou-se para a interpretação e reflexão sobre sua própria condição original e periférica e, a certa altura, para as questões e desafios do desenvolvimento fora dos quadrantes canônicos de instauração do capitalismo. E quando o fez, viveu seu momento mais rico. Esse modo de pensar dominou as ciências sociais brasileiras durante mais de meio século, tendo sido abandonado em benefício das teorias clássicas de desenvolvimento e crescimento, a partir da década de 1990. Quando se assiste à volta de uma política pró-cíclica no mundo civilizado, porém, o que se observam são os mesmos problemas locais, atraso tecnológico, pobreza, má distribuição de renda, desindustrialização e exportação cadente de bens primários. Se esse quadro fornecerá novos elementos para o pensamento econômico nacional é matéria de especulação. O que se mostra patente, porém, é a sua necessidade sócio histórica.

Diante disso, o presente artigo explora os elementos fundamentais de um pensamento econômico original no Brasil, talvez, mais do que um pensamento, um discurso, apresentado aqui em três fases. Aquilo que se pretende mostrar com alguma novidade é, em primeiro lugar, o enraizamento desse ideário nas inquietações intelectuais instauradas na década de 1920. A partir de então, foi possível pensar a sociedade brasileira cientificamente e, sobretudo, de modo original, sendo a teoria da dependência uma estação especial desse esforço intelectual. De modo hegeliano, também se mostra aqui como a teoria da dependência, depois de seu apogeu, trouxe os elementos de sua própria superação, isto é, ela se torna, em fins da década de 1960, a defesa do desenvolvimento integrado e subordinado ao capitalismo central, fato que teve grande impacto na vida política nacional.

Cada um dos momentos da teoria da dependência teve nítida influência nas políticas de desenvolvimento do Brasil, mesmo que por contraste e negação, donde seu status de “pensamento econômico”, mais abrangente do que geralmente se pensa em matéria de estrita história do pensamento econômico. Para explicar essas três fases, escolheram-se

três autores centrais, Celso Furtado, Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso, tratados aqui como *Beispiele* de um pensamento ora desaparecido ou em crise.

Além desta introdução, o texto contém quatro seções, uma geral e três sobre os autores em questão. Uma conclusão arremata o argumento.

ORIGENS DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: OS DILEMAS DA DÉCADA DE 1920

Ao contrário dos países hispano-americanos, no Brasil, a modernidade estética, filosófica e científica jamais buscou a plena elevação do pensamento local ao mundo civilizado, não se tratava de promover produção artística ou filosófica que apenas inserisse a intelectualidade brasileira no cenário internacional. No *Manifesto Antropofágico*, por exemplo, Oswald de Andrade se insurgiu contra os “importadores de consciência enlatada”, contra os “empréstimos” intelectuais, diante da constatação de que “nunca admitimos o nascimento da lógica” (ANDRADE, 1922, p. 3). Pode-se comparar esse momento, por exemplo, com o movimento Sur, na Argentina, cuja vocação aristocrática e cosmopolita se tornaria expressiva na cultura daquele país e mesmo no mundo (TERÁN, 2010, p. 239).

A geração de 1922 cumpriu apenas em parte esse propósito no curto prazo, com seus manifestos e seu deboche. Porém, sua perspectiva teve grande influência nas gerações seguintes, que trataram de submeter essa agenda promissora a uma série de reparos. As realizações intelectuais das quatro décadas seguintes foram as mais importantes do Brasil, em qualquer área que se lhe avalie a produção cultural. Em verdade, o chamado Modernismo correspondeu precisamente ao desenvolvimento de um país capitalista, mas atrasado; urbano, mas nostálgico de suas raízes agrárias; em desenvolvimento, mas periférico. O Brasil, de todo modo, produziu as ideias à altura de seu desenvolvimento, de sua demanda. Para que se compreenda o alcance do ideário de 1922, cabe citar o cineasta Glauber Rocha, mais de quarenta anos depois, ainda a repercutir aquele ideário. Ele diz, em sua *Estética da Fome*:

Para o observador europeu, os processos de criação artística no mundo subdesenvolvido só o interessam na medida que satisfaçam sua nostalgia do primitivismo. (...) A mendicância, tradição que se implantou com a redentora piedade colonialista, tem sido uma das causadoras de mistificação política e da ufanista mentira cultural: os relatórios oficiais da fome pedem dinheiro aos países colonialistas com o fito de construir escolas sem criar professores,

de construir casas sem dar trabalho, de ensinar o ofício sem ensinar o analfabeto. (ROCHA, 2004, p. 65).

No âmbito das ciências sociais, as décadas de 1930 e 1940 assistiram a grande inquietação intelectual, notadamente com as publicações de *Casa Grande & Senzala* (1933), *Evolução Política do Brasil* (1933), *Raízes do Brasil* (1936), dentre outros. Essas obras tiveram o condão não só de pensar problemas locais, mas, sobretudo, conseguiram alcançar uma nova forma e um novo estilo de exposição. Toda essa reflexão, porém, não ofereceu alternativas efetivas no que se refere ao problema do desenvolvimento, à questão da miséria brasileira. Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda trataram de reverter a visão pessimista e desencantada do século XIX, mas pouco disseram sobre as possibilidades do Brasil moderno, conforme interpretação de Novais, 1983, v. g. Tal lacuna confunde até hoje os historiadores do pensamento econômico.

De fato, se examinarmos alguns livros sobre história do pensamento econômico brasileiro, somos levados a crer que a reflexão econômica só nasce bem depois de 1930. Na obra *Ecos do desenvolvimento – uma história do pensamento econômico brasileiro*, por exemplo, lê-se: “É a partir dessa concepção ampla que se constrói, inclusive, a periodização utilizada para a compreensão da evolução do pensamento econômico brasileiro e dos debates que foram pinçados como centrais. A indicação é de que o período estudado envolve uma fase ‘desenvolvimentista’ no Brasil, que se inicia na década de 1930 e se estende até a década de 1980.” (MALTA, 2011, p. 8). Segundo essa perspectiva, somente a partir da Revolução de 1930 tem início a reflexão sobre o desenvolvimento brasileiro. Desconsidera-se, com isso, o esforço da década precedente, desvinculando o pensamento econômico de seu contexto e de seu enraizamento sociais. Essa história “pinçada”, ademais, acaba por estabelecer uma teleologia estranha a processos com diversos elementos de continuidade, a apontar arbitrariamente rupturas inexistentes, sem falar em autores de períodos precedentes, eles também a se ocupar do tema, como Euclides da Cunha, Tobias Barreto, Sílvio Romero e Joaquim Nabuco.

A contribuição da década de 1920 a esse conjunto de autores e aos que se seguiram foi colocar questões até então estranhas ao pensamento nacional, isto é, ideias típicas de um novo momento social, industrial e urbano, ainda que nascente, expresso, v. g., na inserção subordinada no mundo, voltada que era para a exportação de bens primários. Coube ao nascente movimento marxista brasileiro tratar dessa questão, ainda que de maneira deveras precária. Tome-se, por exemplo, a obra *Agrarismo e industrialismo*, de Octávio Brandão, publicada em 1926. A despeito de todos os defeitos metodológicos, a obra opôs, pela primeira

vez, a contradição entre a estrutura agrário-exportadora e a incipiente modernidade industrial, pendendo o confronto para o atraso, apoiado que era pelo mercado mundial (BRANDÃO, 1926, p. 43). Naturalmente, durante a década de 1920, a própria dinâmica do movimento comunista brasileiro prejudicou qualquer esforço intelectual, premido que foi, de um lado, pelas forças da ordem, por outro, pelos ditames da III Internacional, a partir de Moscou (RICUPERO, 2000, p. 92). Porém, essas ideias seriam desenvolvidas nos anos seguintes, por vários autores, muito à frente dos autores da ordem. Cabe referir apenas o principal marco, Caio Prado Jr., com *Evolução Política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e *História Econômica do Brasil* (1945), obras que precedem o próprio desenvolvimento de um pensamento econômico, mas não lhe são estranhas. Tratava-se de analisar as questões materiais, o legado colonial, para pensar o futuro, a construção da nação. Esse legado é assim descrito na obra de 1942:

Essa evolução cíclica, por arrancos, em que se assiste sucessivamente ao progresso e ao aniquilamento de cada uma e de todas as áreas povoadas e exploradas do país, uma atrás da outra, não tem outra origem que o caráter da economia brasileira acima analisado. Como vimos, é em bases precaríssimas que ela assenta. Não constitui a infraestrutura própria de uma população que nela se apoia, e destinada a mantê-la: o sistema organizado a produção e distribuição de recursos para a subsistência material dela; mas um 'mecanismo', de que aquela população não é senão o elemento propulsor, destinado a manter seu funcionamento em benefício de objetivos completamente estranhos. Subordinam-se portanto inteiramente a tais objetivos, e não conta com forças próprias e existência autônoma. Uma conjuntura internacional favorável a um produto qualquer que é capaz de fornecer impulsão o seu funcionamento e dá a impressão puramente ilusória de riqueza e prosperidade. (PRADO JR, 1942, p. 122).

Nos textos acrescentados à *História Econômica do Brasil*, em 1956 e 1962, Caio Prado Jr. identificou a tendência aos ciclos “por arrancos” como traço do desenvolvimento industrial, de precário avanço tecnológico e forte restrição externa (PRADO JR, 1945, p. 326). À sua trajetória podem e devem ser acrescentadas aquelas de outros autores, como Nelson Werneck Sodré, o citado Octávio Brandão, Astrogildo Pereira. Muito antes do desenvolvimentismo, os comunistas brasileiros colocaram em questão a superação do legado colonial, a subordinação econômica e o atraso político de uma casta de dirigentes em flagrante contradição com o progresso das primeiras décadas do século passado. Não por razões meramente intelectuais, mas porque a sociedade brasileira, de onde a

contemplavam, exigia nova reflexão, um ideário novo de cuja demanda foram o sintoma acabado. Ademais, esses autores possuem um traço comum com os demais, que viriam na década de 1930: a inquietação com a originalidade, a particularidade do Brasil.

Essa característica, bastante evidente em Prado Jr., deveu-se a uma peculiar apropriação da tematização marxista do desenvolvimento. Promoveu uma importação que guardou suas peculiaridades, ou seja, acabou por ser bastante modernista. Foram os bolcheviques, Lênin em particular, que trataram de pensar condições específicas de desenvolvimento do capitalismo em países periféricos, fato estranho a boa parte do cânone marxista da época de Marx e Engels. Os marxistas da década de 1920 herdaram dos bolcheviques um método analítico bastante significativo: aquele da gênese da particularidade, a situar uma formação social específica dentro de seus quadrantes econômicos, materiais e, sobretudo, capaz de apontar as condições de sua superação. Repita-se, com Fernando Novais, os marxistas das décadas de 1920 e 1930, ao contrário de seus contemporâneos, como Freyre e Buarque de Holanda, trataram de pensar virtualidades futuras de uma nascente sociedade capitalista, com todas as suas contradições e todo o seu atraso, principalmente, com sua subordinação em relação ao mundo civilizado, sua profunda dependência.

Assim, inauguraram um caminho a ser seguido pelos autores nas décadas seguintes, introduziram uma agenda muito importante tanto para os intelectuais quanto para a vida política do Brasil. Foram e não foram modernistas, adaptando o marxismo à questão particular, em suma, foram antropofágicos em seu procedimento.

A FANTASIA ORGANIZADA: CELSO FURTADO E AS PROMESSAS DO NOVO MUNDO

O itinerário descrito anteriormente mostra como o debate sobre o desenvolvimento se tornou paulatinamente uma questão política relevante. Se antes, no positivismo ou na literatura, o Brasil estava condenado ao atraso e à exportação de bens primários, a reflexão começava a compreender o peso da indústria e da urbanização na superação desse atraso. A Revolução de 1930, consequência histórica da Coluna Prestes e de toda a inquietação da década de 1920, acabou por incorporar em seu discurso e em seus procedimentos a questão previamente posta. Dois aspectos do período anterior permanecerão: lógica da particularidade e inserção internacional subordinada, dependente. Foi sob essa perspectiva, que Furtado desenvolveu sua obra.

Celso Furtado não foi um legítimo representante da teoria da dependência, mas seu papel no pensamento econômico brasileiro é de tal relevância, que não pode ser desprezado, é tratado aqui como um precursor nesse campo. Sua obra, com efeito, é exemplar quando se pensam as ilusões do período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando, em boa parte do mundo, acreditou-se na democracia e na capacidade das sociedades capitalistas de promoção do desenvolvimento, com paz e distribuição de renda. Celso Furtado partilhou dessas ilusões e as viveu não apenas intelectualmente, mas em sua atuação política.

Sua obra principal guarda relação com os intelectuais que o precederam, mas a abordagem marca uma mudança de nível: o tratamento estritamente econômico dos problemas históricos e a perspectiva estrutural de superação do atraso, não mais como meio de superação da própria ordem capitalista e imperialista, mas como possibilidade de desenvolvimento. Além disso, Furtado não trabalhou isoladamente, mas em conjunto com uma equipe de economistas, em especial Raúl Prebisch, grande influência em sua trajetória, durante os anos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em Santiago. O autor descreve sua relação com Prebisch em sua *Obra autobiográfica* (FURTADO, 2014, p. 69). Segundo Furtado, alguns textos de Prebisch o impressionaram sobremaneira, a ponto de haver traduzido o chamado *Manifesto Latino-Americano*, em 1949, texto que estabeleceu uma agenda para o desenvolvimento dos países latino-americanos. Parte da constatação por si evidente de que a produtividade dos países periféricos estava muito abaixo daquela alcançada pelos países centrais, num “manifesto desequilíbrio”. Pouco importando suas origens, seus efeitos sensíveis eram a impossibilidade de equiparação do nível de renda entre centro e periferia, fato sustentado pela teoria clássica das vantagens comparativas. (PREBISCH, 2011, p. 96) Segundo ele, “enquanto os centros retiveram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países da periferia transferiram a eles parte do fruto de seu próprio progresso técnico”. (PREBISCH, 2011, p. 104). A dinâmica entre centro e periferia acaba por gerar uma permanente restrição no processo de acumulação da segunda, a impedir a acumulação de capital e, finalmente, o progresso industrial. Consequentemente, reproduz a condição miserável dos países periféricos, mesmo que tenham ganhos momentâneos de produtividade, como ocorreu nas primeiras décadas do século passado. Em seu *Manifesto*, Prebisch analisa vários dos perigos do desenvolvimento, da restrição externa (de capitais e da conta corrente) ao desequilíbrio interno entre setor primário exportador e setor industrial, o que implicaria uma série de medidas anticíclicas. Celso Furtado assim se manifestou sobre essa abordagem:

O que dava importância ao novo documento era seu tom de denúncia de uma situação intolerável a que eram condenados os países exportadores de produtos primários. Graças à mudança de enfoque, o debate parecia mais próximo da realidade, e o espaço de manobra deixado aos países latino-americanos, maior. O comércio exterior é bom, não porque permite maximizar vantagens comparativas, mas porque nos fornece meios de pagamento para importar equipamentos, diversificar as estruturas produtivas, assimilar técnicas modernas. O sistema tradicional de divisão internacional do trabalho opera implacavelmente no sentido de criar servidões para os países da periferia. (FURTADO, 2014, p. 67)

Tanto Prebisch quanto Furtado compreenderam, em primeiro lugar, a necessidade de desenvolvimento produtivo da periferia, a industrialização. Esse processo, porém, oferecia riscos. A periferia não conseguia acumular capital a partir de investimentos estrangeiros e a industrialização gerava pressões sobre o balanço de pagamentos, com a elevação das importações. Ademais, a tendência do comércio mundial era produzir mais desequilíbrios internos nos países subdesenvolvidos, graças à inelasticidade da demanda por produtos primários.

A partir de seu trabalho na CEPAL, sob o impacto das ideias que discutira, Furtado promoveu o que chamaria de “descoberta do Brasil”, isto é, pensar os resultados contemporâneos a partir da experiência histórica. Seu interesse era compreender os desenvolvimentos formulados por Prebisch na forma de reflexão histórica. Sua agenda intelectual, porém, jamais se subordinou às premissas do rigor puro. Com efeito, segundo ele, sua posterior estadia no King's College o alertou para o fato de que “o trabalho de teorização em ciências sociais é em certa medida uma prolongação da política” (FURTADO, 2014, p. 202), algo de que não se cuidou ao redigir sua obra.

Premido pelo espaço, bem como pela muito conhecida obra de Furtado, o que se expõe a seguir são três marcos de sua reflexão, isto é, três momentos bastante distintos de sua obra sobre o desenvolvimento e, em especial, sobre a dependência. Abordam-se aqui uma obra histórica, outra analítica e ainda uma filosófica. Foram escritas, respectivamente, durante sua ascensão como político, outra, depois da derrota, obra propriamente teórica, e, finalmente, outra de reflexão livre, todas, contribuições indeléveis para o pensamento social brasileiro.

A obra *Formação Econômica do Brasil*, de 1959, conforme se disse acima, pretendia ir além da análise de Prebisch, ainda que com os mesmos objetivos práticos, ao estabelecer uma análise histórica sobre a questão do desenvolvimento, ou melhor, do subdesenvolvimento. Essa perspectiva é amplamente difundida e reconhecida em qualquer com-

paração entre Prebisch e Furtado. Ademais, são reconhecidas também as similaridades com a abordagem de Caio Prado Jr, opinião partilhada por Ricupero (2005). Importa aqui apontar as diferenças. Em primeiro lugar, a análise estrutural da economia a partir de sua inserção no mundo, aspecto devido a Prebisch, a economia periférica como parte do processo de acumulação dos países europeus. Furtado foi capaz de pensar os aspectos estruturais, notadamente em sua análise do “fluxo de renda” tanto da Colônia quanto do período imperial. Com efeito, na economia agrária-exportadora-escravista, a “inversão” se transforma “em pagamentos feitos no exterior: é a importação de mão de obra, de equipamentos e materiais de construção; a parte maior, sem embargo, tem como origem a utilização mesma da força de trabalho escravo”. (FURTADO, 1959, p. 48). O consumo apresentava natureza similar e, com isso, o fluxo de renda, na economia agrária e colonial, se expressava por completo em sua relação com o exterior e, por isso, tinha um limite categórico, não havia qualquer possibilidade de mudança estrutural, senão de aumento da escala graças à demanda externa, o que significava ocupação de novas terras e mais importações de capital e escravos e, afinal, de bens de consumo. Segundo Furtado, o crescimento não produzia qualquer processo de desenvolvimento. Mesmo no caso do ouro das Gerais, o fluxo de renda, embora tenha sido mais sofisticado, acabou por reforçar a tal limitação. Ao analisar o período, é explícito o foco do autor na frustração do desenvolvimento no local, dadas as possibilidades endógenas de mercado interno e divisão do trabalho, todas elas limitadas pela baixa produtividade manufatureira da Colônia em relação à Inglaterra, que acabou por se beneficiar do comércio com Portugal.

A mudança estrutural se deveu à formação de um setor assalariado na economia, quando a renda das exportações se multiplica no mercado interno, na forma de renda dos exportadores e de salários, ou seja, na alavancagem de um mercado interno. Esse mecanismo, porém, encontrava-se subsumido ainda às regras do mercado mundial, com oscilações muito mais dramáticas. Isso se devia, por um lado, à inelasticidade das exportações e, por outro, ao elevado coeficiente das importações (FURTADO, 1959, p. 155). Além disso, os preços de bens primários apresentavam uma tendência constante à queda. Assim, aquilo que era contingente no balanço de pagamentos dos países civilizados, na periferia, era fator de desequilíbrio permanente: no caso de uma crise ou recessão nos países centrais, caía a demanda por produtos primários, com perda de divisas na periferia, enquanto as importações ainda se encontravam elevadas em razão da prosperidade anterior. Esse fato, segundo Furtado, era agravado ainda pela mentalidade europeia dos homens públicos brasileiros, que consideravam essas crises mera patologia social em rela-

ção ao cânone. Por outro lado, esses mesmos homens públicos, no período de crise, tinham de reagir com a defesa dos ganhos dos exportadores em detrimento da sociedade, ou seja, havia concentração de renda na prosperidade e também na baixa.

Além disso, o ajuste, nessa economia monetária, ocorria por via cambial, com uma série de perdas para a sociedade para se preservarem os ganhos das exportações. Os anos posteriores à crise de 1929, notadamente durante a Segunda Guerra, marcarão um reajuste dessa trajetória via protecionismo e crescimento industrial. Os acontecimentos das décadas de 1940 e 1950, porém, não foram capazes de superar a dependência do setor externo. Diz Furtado: “Se uma redução brusca da procura externa já não afeta necessariamente o nível de emprego do país, seu efeito na taxa de crescimento é imediato. (...) A transformação estrutural mais importante que possivelmente ocorrerá no terceiro quartel do século XX será a redução progressiva da importância relativa do setor externo no processo de capitalização.” (FURTADO, 1959, p. 236).

A superação da dependência, portanto, passaria necessariamente por manutenção do nível de emprego e, principalmente, do crescimento econômico. Isso não seria suficiente, porém, para modificar certos problemas internos, o desequilíbrio entre regiões, “uma das preocupações centrais da política econômica no correr dos próximos anos”, preocupação principal de Furtado nos anos seguintes. Cabe dizer, com isso, que os problemas da dependência produzem outras questões, no nível interno, que não são necessariamente enfrentadas quando se lida com o desequilíbrio e a subordinação externos.

A marcante abordagem de 1959 muito deveu a Prebisch, notadamente ao descrever os mecanismos econômicos (monetários) e estruturais em sua formação histórica. Os desequilíbrios advindos da relação, ela mesma, desequilibrada com o mercado mundial teve sempre implicações políticas importantes, desde o controle de câmbio e de importações, até a articulação política com novos agentes, notadamente empresários industriais e trabalhadores urbanos. Embora se tratasse, portanto, de obra histórica, a *Formação Econômica do Brasil* apresentava também uma agenda política que, em certa medida, seria cumprida ou defendida nos anos seguintes. Com o exílio depois de 1964, Furtado poderá abordar as mesmas questões do desenvolvimento num nível mais geral e, sobretudo, prospectivo.

Na obra *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, de 1967, o tempo já estava maduro para mostrar ao autor que a industrialização e os ganhos de produtividade, como se acreditava em 1949, não seriam suficientes para minorar a dependência e nem tampouco o subdesenvolvimento. Da fase de “vantagens comparativas” à fase de “substituição

de importações", alteram-se os fluxos entre centro periferia. No segundo momento, emergem elementos políticos muito importantes dentro da economia dependente:

Desenvolvimento 'periférico' passa a ser a diversificação (e a ampliação) do consumo de uma minoria cujo estilo de vida é ditado pela evolução cultural dos países de alta produtividade e onde o desenvolvimento se apoiou, desde o início, no progresso tecnológico. Mais precisamente: o principal fator causante da elevação de produtividade na economia periférica industrializada parece ser a diversificação dos padrões de consumo das minorias de altas rendas, sem que o processo tenha necessariamente repercussões nas condições de vida da grande maioria da população. (FURTADO, 1967, p. 246).

O desenvolvimento industrial, embora traga quebra de regularidades e rotinas, não é capaz de romper a dependência. Gera apenas mecanismos mais sofisticados de reprodução das relações entre centro e periferia, notadamente, um padrão de consumo extrínseco à vida periférica e, sobretudo, a intervenção política para promover essa distribuição, não mais do fluxo de renda, mas, principalmente, a alocação de fatores. Furtado, nota-se bem, depositara certa fé nas possibilidades políticas do desenvolvimento, especialmente regional e, por outro lado, teve de se haver com a concentração de renda e a vida política de seu tempo a atuarem exatamente em contrário, isto é, em direção ao atraso. Essa constatação decorre exatamente do fato de o crescimento industrial de países sul-americanos não ter produzido o bem estar esperado para suas populações, ou seja, "o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas" (FURTADO, 1967, p. 195). Ou por outra, a industrialização não rompe a dependência, se a economia local continua dependente, em grande medida, do setor externo, se a indústria para o mercado interno não se torna o centro dinâmico da vida econômica do país. Aqui se colocam, ao mesmo tempo, concepções precisas, conceituais, de desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência em Furtado. O processo de desenvolvimento tem de romper, necessariamente, o atraso e a dependência, ou não será efetivo. E mais, dada a estrutura econômica mundial reproduzida em nível nacional, não há desenvolvimento sem quebras estruturais na vida social do atraso.

Essa tematização será desenvolvida, em outro nível, na obra *Criatividade e Dependência*, de 1978. Ao longo de quase trinta anos, existe uma linha muito nítida no desenvolvimento da obra de Furtado: defesa da industrialização, visão do desenvolvimento como ruptura estrutural e,

finalmente, visão do subdesenvolvimento como cultura, como modo de vida de países periféricos, sendo a ação política de certos agentes a condição para sua superação. Essa perspectiva de uma cultura do atraso é explorada na obra de 1978, sobretudo, em razão da constatação de que a periferia cria estruturas e hábitos específicos, isto é, desenvolve com linguagem própria sua miséria universal: os países desenvolvidos são iguais, mas os países pobres são pobres cada um à sua maneira.

A novidade da obra é pensar a dependência num nível global, em que o monopólio da técnica emerge como condição para o exercício da preponderância econômica, exercida sobretudo por empresas e não mais por governos apenas. Nesse nível de prosperidade, torna-se praticamente impossível o desenvolvimento autônomo, isolado: “nas condições históricas presentes, para um país de acumulação retardada, romper as amarras externas e/ou submeter as atividades econômicas a uma direção centralizada não são condições suficientes (qualquer que seja a ideologia dos que controlam o Estado) para abrir um ‘caminho autônomo’ de desenvolvimento” (FURTADO, 1978, p. 145). Isso decorre do fato de que as relações de dependência são mantidas quando se buscam os “valores materiais da civilização industrial”. A relação de dependência, portanto, apenas assume novas formas.

O que fazer, então? A solução não depende mais de um país, mas da mudança estrutural no âmbito global. Essa solução passa, necessariamente, pelos seguintes itens: controle da tecnologia; controle das finanças, controle dos mercados; controle dos recursos naturais; controle da mão de obra. Segundo Furtado, o controle desses recursos tem sido a fonte de poder econômico e a superação da dependência consiste na mudança estrutural desse poder, isto é, a anulação do poder do centro sobre esses elementos. Esse poder tem sido exercido, via de regra, com o controle sobre a criatividade humana, pois os países centrais colheram e colhem não só a acumulação de capital, mas os frutos da criatividade humana, notadamente a ciência, ou seja, a civilização industrial é a apropriação maciça da criatividade humana, na forma de ciência, técnica e arte. Esse item, como nos demais, a periferia necessariamente terá de enfrentar coletivamente, isto é, como vontade coletiva, como solidariedade.

O epílogo da obra é apoteótico, uma defesa da criatividade humana como liberdade e destino, isto é, o processo criador como essencial ao infinito processo histórico humano. Dele surgem a inovação tecnológica, a criatividade artística e, também, a atuação política estranha e jamais imediata ao meio social. A criatividade humana emerge como espaço individual e, ao mesmo tempo, como motor da civilização, central ou periférica. Furtado constata, em 1978, o papel fundamental que ques-

tões como minorias, meio-ambiente, feminismo assumiriam como sintomas de uma sociedade e de uma civilização a se reinventar a si mesma, civilização que, segundo ele, possui três eixos: criatividade artística como reflexão privilegiada do homem sobre si mesmo; relação do homem com a natureza; base social de reprodução da espécie. Depois de décadas de crítica da técnica e da razão, depois de séculos de predação de recursos naturais, “o homem volta às próprias origens, retoma contato com suas dimensões secretas, assume a plena lucidez” (FURTADO, 1978, p. 228). Desenvolvimento, afinal, é multiplicação de possibilidades humanas, é liberdade.

A FANTASIA ARMADA: RUY MAURO MARINI E AS ILUSÕES PERDIDAS

A geração de Celso Furtado herdou as certezas de 1922. Perdeu-as pelo caminho, é verdade, mas seu otimismo, como se demonstrou acima, nunca esteve em questão. A geração seguinte teve de enfrentar com novas armas os problemas práticos de sua época, sob a égide da Ditadura Militar, numa periferia que se industrializou, mas não se desenvolveu, que cresceu mas não rompeu a dependência. A teoria da dependência emergiu, então, como aparato teórico e, principalmente, como arma política. O caminho para a superação da dependência, estava claro, não se daria sem quebras e rupturas políticas e estruturais. Se em Furtado, porém, o desenvolvimento já era processo de ruptura, aqui ficou claro que essa ruptura não ocorreria nos quadrantes da democracia burguesa, no âmbito de uma política canônica de confrontos parlamentares. A política, na década de 1960, revelou-se, na periferia, como luta de vida e morte.

Assim como vários outros autores do período, Ruy Mauro Marini enfrentou o desafio de se apropriar da obra de Marx para pensar questões específicas, novas, notadamente a superação do atraso. Ao contrário da geração precedente, boa parte de sua obra foi desenvolvida já sob o impacto da Ditadura Militar, do lado trágico das relações entre centro e periferia. Ou por outra, aquilo que era latente na abordagem de Furtado, encontra-se já explícito em Marini, a forma política do atraso e da dependência. Além disso, a relação de causalidade entre desenvolvimento central e subdesenvolvimento periférico é direta em Marini: “A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial.” (MARINI, 1969, p. 3). Partindo de uma análise histórica muito similar àquela de seus predecessores, Marini acrescenta à análise categorias marxistas, até mesmo de seu pensamento político, notadamente o bonapartismo. A novidade de sua análise, contrariamente ao que acreditava o pensamento cepalino, está

no descarte do desenvolvimento autônomo, tornado inviável graças à impossibilidade “de a indústria de se sobrepor ao condicionamento que se lhe impôs o setor externo, desde seus primeiros passos”. (MARINI, 1969, p. 18). Todas as dificuldades das décadas de 1930 a 1950, da expansão do mercado interno à diminuição das importações, fizeram com que a burguesia latino-americana abandonasse as possibilidades do desenvolvimento autônomo para se integrar ao capital internacional. Esse processo consistiu na desnacionalização da burguesia local, combinada com a superexploração do trabalho, mediante salários baixos e preços altos de bens de consumo. Aquilo que seguiu caminho suave no mundo civilizado, na América Latina se deu de forma “brutal”, centralização e concentração de capitais, pobreza e autoritarismo, com forte intervenção do Estado na vida social, quadro em que se inscreve a série de ditaduras militares do subcontinente.

O passo analítico representado aqui pela teoria da dependência pode ser explicado com a análise dessa breve obra de Marini, em razão de sua capacidade de perceber todos os elementos contraditórios do sistema de periferia, algo que passou despercebido nos cepalinos, notadamente a questão da classe e do Estado. Com efeito, embora a instauração do capitalismo tenha-se dado de modo muito mais suave do que a transição da economia agrária para a industrialização na Europa, tão logo se tenha estabelecido a produção industrial, os conflitos entre cidade e campo, trabalho urbano e rural, burguesia local e proprietários de terras e, sobretudo, elite e massas populares são muito mais agudos, subordinados que são pela acumulação do capital internacional. A tecnocracia militar cumpre aí papel muito importante, em verdade, ao garantir a incompleta acumulação dependente. Tal desenvolvimento dependente se baseou, sobretudo, na exclusão de boa parte da população latino-americana, condenada à miséria no campo e nas cidades. Para Marini, essa a razão das tentativas de integração latino-americana pelos governos militares, inspiradas, por exemplo, por Golbery do Couto e Silva. De todo modo, a exclusão e a superexploração do trabalho emergem como condição de superação da dependência.

A análise de Marini, como também de Theotônio dos Santos consiste em tornar problemático aquilo que, de fato, tornou-se historicamente contraditório, isto é, os dilemas do desenvolvimento a partir da década de 1960, seus impasses, que mereceram, por isso, novo método de análise. Em 1973, Marini assim se expressou sobre sua análise: “Em suas análises da dependência latino-americana, os teóricos marxistas incorreram, em geral, em dois tipos de desvios: a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato ou a adulteração do conceito em nome de uma rea-

lidade rebelde em aceitá-lo em sua formulação pura." (MARINI, 1973, p. 105). Ou por outra, as peculiaridades da economia latino-americana revelam um capitalismo sui generis, a ser contemplado tanto em sua lógica nacional, quanto internacional. Assim, as categorias marxistas, ou quaisquer outras provenientes da análise europeia, merecem ser ponderadas pela análise. E a análise da teoria da dependência pretendeu precisamente decompor as categorias, classe, produção, renda, imperialismo, bonapartismo a partir da gênese específica do objeto, para finalmente recompor a totalidade de uma forma capitalista de sociedade.

No texto de 1973, *Dialética da Dependência*, Marini reexamina sua teoria, novamente baseando-se nas categorias marxistas. A dependência nasce, na América Latina, como forma de viabilizar o mais-valor relativo nos países centrais, isto é, barateando-lhes a força de trabalho com alimentos abundantes. Além disso, a produtividade crescente do trabalho no mundo civilizado exige maior fornecimento de capital constante, isto é, meios e materiais de trabalho. Isso, porém, implica queda tendencial da taxa de lucros e um dos meios de conter tal tendência, marxianamente, é garantir que o capital constante fique mais barato e, por outro lado, que o valor da força de trabalho permaneça estável. O efeito prático para a América Latina e para toda a periferia do sistema é um só: produtos primários baratos. Assim, a troca entre países, o comércio internacional, apresentará sempre um vetor favorável em direção ao centro, explicação que Prebisch não contemplou em sua análise, nem a CEPAL, preocupados que estavam com a transformação do sistema, não com sua revolução. Marini, por seu lado, utilizou a lei do valor para explicar a contradição entre a troca de equivalentes (produtos de trabalho) e a troca entre países, na qual a lei do valor se transforma em mecanismo de oferta e demanda, isto é, em preços, que escondem ganhos de produtividade, ou seja, em lucros extraordinários em benefício do mundo civilizado.

A principal consequência dessa transferência internacional de mais-valor por meio do lucro e dos preços, no caso da periferia, é sem dúvida a exigência social de ampliação dos ganhos, via mais-valor absoluto. Com efeito, a periferia perde seu excedente em razão dos ganhos de produtividade (mais-valor relativo) do centro, e tem de minorar essa perda por meio do mais-valor absoluto, a saber, a superexploração do trabalho. (MARINI, 1973, p. 123). Essa dinâmica, instaurada no século XIX na América Latina, garantiu o início da produção capitalista, isto é, do processo de acumulação na região: tendo iniciado sua trajetória como parte externa ao sistema central, a periferia passa a reproduzir, internamente, a forma capitalista de ser. Porém, esse modo de ser tem sua especificidade:

Opera-se assim, do ponto de vista de país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, isto é, a que opõe o capital e o trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias. (...) Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem preocupar-se em criar as condições para que este a reponha, sempre que seja possível substituí-lo mediante a incorporação de novos braços ao processo produtivo. (MARINI, 1973, p. 132).

A economia dependente, portanto, emerge como dissolução dos momentos da vida da mercadoria, da vida do capitalismo. Em verdade, quando se industrializa, a periferia dependente se torna exportadora não mais de bens primários, mas de trabalho superexplorado. Se no capitalismo civilizado, o consumo do trabalhador transforma o capital-mercadoria novamente em capital-dinheiro, pronto para se converter em capital-produtivo, no país dependente esse ciclo não se completa, já que a força de trabalho não recebe seu valor, mas parcela reduzida dele. Essa é uma das razões pela qual Marini condena por completo a defesa cepalina da “substituição de importações”, como mero agravamento da condição dependente da América Latina, pois, em verdade, a substituição de importações representou mero sucedâneo da acumulação capitalista dos países centrais e, por outro lado, do sistema baseado na exportação de bens primários. O mercado mundial continuava a ser, acreditava Marini, o motor da dinâmica econômica da periferia dependente. A década de 1950, por isso, foi mera ilusão desenvolvimentista, quando a periferia se valeu da desarticulação internacional para desenvolver sua indústria, mas não para se desenvolver. O principal sintoma dessa dinâmica foi a ausência de inclusão das massas populares, até a década de 1970, no mercado de bens de consumo, não tendo havido barateamento de bens de consumo, ou por outra, o desenvolvimento industrial permaneceu alheio à capacidade de consumo de seu próprio trabalhador, ao contrário do que aconteceu no capitalismo clássico. Naturalmente, a partir de 1970, a economia dependente apresenta dois novos elementos, consumo de camadas médias, ou seja, consumo improdutivo, e aumento da produtividade em marcha acelerada (MARINI, 1973, p. 142).

Seja como for, a periferia, a partir de sua industrialização, não se torna desenvolvida, mas substitui as importações, para Marini, substitui bens

de consumo por bens de capital, ou seja, a “industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo âmbito se transferem aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial (...), reservando-se para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (...) e o monopólio da tecnologia correspondente” (MARINI, 1973, p. 145). A industrialização, portanto, corresponde à construção de cadeias de ouro para os países dependentes. E com mais um agravante: numa sociedade dependente, a inovação tecnológica permite a manutenção da renda da força de trabalho em níveis permanentemente irrisórios, com um enorme exército industrial de reserva disponível. Ao fim e ao cabo, nos países dependentes, o mais-valor relativo será sempre secundário em relação ao mais-valor absoluto ou à taxa de mais-valor. Ademais, as contradições do sistema, dado seu caráter explosivo, demandam a atuação de dois fatores: do Estado, na forma de gasto improdutivo, e da inflação, mais um mecanismo de transferência de renda da sociedade para a diminuta classe capitalista.

A periferia, mesmo industrializada, reproduz seu modo de vida periférico e dependente. Esse modo de vida, porém, segue sempre a lógica específica de cada país, mesmo na América Latina. É o que Marini adverte no pós-escrito à *Dialética da Dependência*. Nesse pós-escrito, Marini também chama a atenção para a questão de que a industrialização marca a instauração de uma economia efetivamente capitalista na periferia, porém, uma economia marcada por seu legado colonial, escravista, agrário-exportador, em suma, por um lugar econômico do qual a periferia ainda estava por se desvencilhar. Esse legado determina o modo de produção e reprodução capitalista na periferia, baseado na superexploração do trabalho e no divórcio entre os modos particulares de capital, isto é, mercadoria, dinheiro e produtivo.

Em poucos anos, entre 1969 e 1973, o pensamento de Marini evoluiu de uma análise política e histórica para os elementos de uma análise econômica marxista. Nunca perdeu, porém, sua finalidade prática, a mesma que encontramos em Furtado, mas sob enfoque diverso. Tanto Furtado quanto Marini viveram o momento de maior otimismo do pensamento econômico brasileiro, e também deixaram certas ilusões pelo caminho. Marini, especificamente, viveu a dolorosa derrota da esquerda brasileira nos anos de 1960 e 1970. Ainda em 1971, situou tal derrota no nível adequado do confronto de classes: “A trajetória da esquerda brasileira foi, por certo, a trajetória de uma classe, a pequeno-burguesa, e a forma particular que esta viveu as mudanças estruturais do capitalismo brasileiro.” (MARINI, 1971, p. 245). A pequena-burguesia brasileira se viu abandonada pelas lideranças tradicionais e, por outro lado, distante dos trabalhadores e das massas populares. Assim, em 1968, quando se tornou

hegemônica na oposição esquerdista à Ditadura Militar, suas condições de atuação já haviam desaparecido. Marini, nos anos seguintes, continuou a pensar a revolução, a superação da dependência e da ditadura de classe. Para tanto, afirmou, num texto do ano seguinte: “a mobilização e organização dos trabalhadores urbanos e rurais para alcançar suas reivindicações colocam imediatamente em xeque o esquema econômico e político da ditadura e fecham qualquer saída ao desenvolvimento capitalista no Brasil”. (MARINI, 1972, p. 266). Não veio a revolução, nem a independência, mas a Ditadura, de fato, foi enterrada por um movimento de trabalhadores.

O desenvolvimentismo cepalino e a teoria da dependência, tal qual expostos até aqui, foram, dentro dos critérios oswaldianos, duas importações. Por outro lado, porém, foram extremamente antropofágicos, com resultados bastante auspiciosos para as ciências sociais brasileiras e, em especial, para o pensamento econômico local. Com efeito, os cinquenta anos contados a partir da Semana de 22 marcaram o momento mais “antropofágico” da vida intelectual nacional: Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Miguel Reale, Padre Vaz, Mário Vítor Santos, Roberto Simonsen, Paulo Prado, Cecília Meireles, Murilo Mendes, Manuel Bandeira, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, João Cabral de Mello Neto, Nelson Rodrigues, Portinari, Di Cavalcanti, Niemeyer, Villa-Lobos, Carlos Drummond, tantos outros, com todas as suas limitações, produto de uma transformação da periferia exportadora e dependente em periferia industrial, capitalista. Mais uma vez, hegelianamente, o Brasil pensou a si mesmo nesses e em tantos outros autores e artistas, produziu as ideias à altura de si mesmo, do desafio que representou para seus intelectuais. Todos eles, a teoria da dependência aí incluída, representam a originalidade máxima, possível dentro de uma produção intelectual que, ao mesmo tempo, foi forçada, sempre, a dialogar com a matriz intelectual europeia, com a acumulação intelectual havida do outro lado do Atlântico. Tal itinerário parece confirmar as indagações que Marx apresenta, na *Introdução de 1857*, sobre a desigualdade entre desenvolvimento intelectual e desenvolvimento das forças produtivas (MEGA II/1, p. 43). De todo modo, a partir da década de 1970, a grande transformação se fez notar.

A FANTASIA RASGADA: FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, A EXISTÊNCIA COMO ESSÊNCIA

Assim como Marini, Fernando Henrique Cardoso participou de um grupo de estudos sobre *O Capital*, o primeiro na UnB, Cardoso na USP. Esse grupo de estudos foi saudado, durante muito tempo, como um mar-

co nas ciências sociais nacionais, responsável por novo padrão de cientificidade. Esse padrão teria superado aquele do ISEB, com bases sociológicas e filosóficas aparentemente rudimentares. A desmistificação sobre os avanços do grupo paulista, antes que se tornasse comum, foi feita por José Chasin (2000). De todo modo, em verdade, sua trajetória intelectual não representou uma ruptura por suas contribuições ao pensamento brasileiro, mas porque inauguraram um novo momento da vida mental do Brasil. Se autores como Furtado foram políticos, militares, se personalidades como Mario de Andrade foram professores de conservatório, animadores culturais, burocratas do MEC, Fernando Henrique Cardoso foi o intelectual de tempo novo, lotado na universidade e tendo como trabalho apenas sua produção acadêmica. Tratava-se, portanto, da novidade dentro da divisão do trabalho numa sociedade industrializada, ainda que dependente, formar acadêmicos cuja tarefa seria tratar de temas mais e mais específicos. Embora a Ditadura Militar tenha tornado confusa a trajetória, ela se tornou crescente e se fez notar durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, para se tornar completa na década seguinte: o trabalho intelectual sofreu uma grande divisão. Pensadores como Tobias Barreto ou Miguel Reale eram incompatíveis com a complexidade da sociedade brasileira a partir de 1960, enquanto Fernando Henrique Cardoso foi sintoma desse tempo novo e, ao mesmo tempo, agente privilegiado: seu pensamento, como raramente ocorre, pôde ser posto em prática, ao contrário de boa parte do que pretenderam os autores aqui analisados. Ou por outra, ao contrário do que se tornou comumente aceito, o pensamento de Fernando Henrique Cardoso, sua teoria da dependência, de fato, foi uma plataforma para sua atuação política. Fez-se, em grande medida, em contraposição aos autores previamente apresentados, isto é, representou, em última análise, uma superação tanto do desenvolvimentismo cepalino, quanto do marxismo. Em verdade, transformou tanto a questão do desenvolvimento, quanto a da revolução em questões de reforma, de mudança política, abordagem bastante compatível com amplos setores da sociedade, insatisfeitos com os rumos da Ditadura Militar.

A teoria da dependência formulada por Fernando Henrique Cardoso parte da constatação elementar de que haveria outros aspectos na questão do desenvolvimento, além das questões econômicas, a saber, sociais e políticas. Num de seus livros mais importantes, escrito com Enzo Faletto, sua abordagem é explicada como sendo a compreensão de "processos econômicos enquanto processos sociais", o que requer "buscar um ponto de intersecção teórico, onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política" (CARDOSO, 1970, p. 21). Trata-se de explicar o subdesenvolvimento não a partir de estruturas econômicas, mas a partir da perspectiva do próprio subdesenvolvimento, isto é, o modo como uma economia dependente reproduz a

dependência política, social e economicamente. Para superar o estruturalismo econômico, o procedimento dos autores consiste em desenvolver uma infinita série de categorias analíticas, todas elas apresentadas como históricas, embora fatos históricos ou dados não apareçam aqui amiúde. Os dois problemas enfrentados pelos agentes no interior da economia periférica, uma vez conquistada a autonomia nacional, são o controle do sistema produtivo e a formação de um sistema de alianças políticas entre os diversos grupos (CARDOSO, 1970, p. 40). O problema do desenvolvimento, assim, é deslocado de sua base econômica para o nível político, para o nível da atuação não mais de classes sociais, mas de grupos econômicos, grupos de interesse, Marx, portanto, cede lugar a Weber.

Com efeito, nos anos seguintes, Cardoso se encarregaria de criticar a teoria da dependência formulada em bases marxistas: “Atribuir o caráter de necessidade ao processo de exploração irrefreado da força de trabalho da periferia do sistema para a acumulação nas economias centrais leva a descaracterizar a especificidade do capitalismo industrial.” (CARDOSO, 1980, p. 79). Com isso, Cardoso pretendeu demonstrar o caráter progressista do capitalismo industrial, mesmo em economias dependentes e, portanto, seria mais importante abordar a industrialização da periferia em termos de acumulação e investimento em detrimento das categorias de superexploração. Uma teoria da dependência relevante haveria de pensar o momento de transição, a articulação política do sistema em mudança e não simplesmente realizar a sua crítica. Portanto, a ruptura principal da nova teoria da dependência se deu no nível pragmático, no nível de atuação possível do poder. Ademais, segundo Cardoso e Faletto, a própria industrialização da periferia decorreu de alianças de poder favoráveis à formação do mercado interno. Dizem eles:

Deixando de lado os caracteres distintivos assinalados, nesses países realizaram-se alianças, ou conjunturas de poder, que facilitaram um amplo ajuste entre as antigas situações dominantes e aquelas constituídas como consequência da aparição dos setores médios, da burguesia industrial e, até certo ponto, das massas urbanas. Como é óbvio, essas alianças ou conjunturas beneficiavam seus componentes de forma desigual em cada país e segundo o momento. (CARDOSO, 1970, p. 115).

O desenvolvimento pressupunha, na América Latina, um acordo de grupos, concessões por parte de camadas menos favorecidas em benefício do desenvolvimento de longo prazo. No caso do Brasil, esse acordo durante o varguismo e no pós-guerra permitiu o controle de câmbio em benefício do mercado interno, contra o setor exportador, aspecto preservado pela aliança populista dos anos JK. Assim, o processo de desenvolvimento da década de 1950, no Brasil, foi marcado pela confluência de se-

tores internos e da economia central, exportadora de capitais, de modo que capital internacional, indústria nacional e massas urbanas tenham tido seus interesses igualmente contemplados. Naturalmente, tais interesses não se manterão unidos durante muito tempo, do que emergem duas consequências: em primeiro lugar, o desenvolvimento, por mais injusto e precário que seja, produz novas realidades sociais na periferia e, em segundo lugar, produz uma dependência de novo tipo. Concluem:

(...) se é certo que não se pode explicar a industrialização latino-americana como uma consequência da expansão industrial de centro – pois, como vimos, esta se iniciou durante o período de crise do sistema econômico mundial e foi impulsionada por forças sociais internas – tampouco pode-se deixar de assinalar que, na industrialização da periferia latino-americana, a participação direta de empresas estrangeiras outorga um significado particular ao desenvolvimento industrial da região. (CARDOSO, 1970, p. 125)

Uma das questões cruciais da nova teoria da dependência é mostrar a irrelevância da periferia para o desenvolvimento e a acumulação do capitalismo central. Assim, o desenvolvimento latino-americano, em primeiro lugar, teve linguagem, gramática próprias e fortaleceu o capital nacional, aliado do Estado. Porém, sua consequência foi precisamente o aumento da demanda por investimentos estrangeiros, diretos ou via crédito internacional. Essa trajetória não decorreu da lógica do sistema, mas de uma escolha política, que trouxe consigo novos laços a reforçar a dependência na forma de dívida externa crescente. Para Cardoso e Faletto, o crescimento econômico, mesmo em circunstâncias de exclusão e dependência externa (sempre instável), ainda assim, pode ser considerado desenvolvimento, incompleto e dependente, mas desenvolvimento, a produzir “elevado grau de diversificação”, “redução da saída de excedente”, “especialização da mão de obra” e “mercado de consumo mais amplo” (CARDOSO, 1970, p. 127). Em verdade, seria subdesenvolvimento de novo tipo, novas relações de subordinação e dependência que, justamente por isso, supõem novo arranjo político, ou seja, uma expansão do poder político para acomodar setores de uma sociedade muito mais complexa. De fato, um Estado e um poder político em expansão garantiram a acumulação de setores dinâmicos e avançados da economia, sem a correlata necessidade de expansão do consumo e da renda de parcela significativa da sociedade. Deu-se, em suma, a passagem de um Estado democrático para um estado autoritário-corporativo, não a expressar o conflito de classes, mas a se transformar ele mesmo na própria organização política das classes acomodadas (CARDOSO, 1970, p. 134).

A nova teoria da dependência de Cardoso pretendeu ser uma análise sociológica, em sentido literal, uma decomposição de categorias, e,

ao mesmo tempo, uma descrição do real e do existente históricos como argumento a comprovar a tese enunciada no início, isto é, dos elementos políticos da produção e da crescente complexidade da dependência. Tal dependência, desde o marco fundador da relação entre exportação de bens primários e importação de bens industrializados, foi marcada por uma dinâmica interna, que, conquanto dependente e subordinada, pode ser explicada de modo isolado, particular, em seus componentes internos e, sobretudo, em sua articulação política. A exposição de Cardoso e Faletto tentou mostrar a insuficiência de abordagens em termos de processo econômico, condições estruturais e situação histórica. Tratava-se, sobretudo, de ressaltar “a especificidade da instauração de um modo capitalista de produção em formações sociais que encontram na dependência seu traço histórico peculiar.” (CARDOSO, 1970, p. 139). Essa especificidade só é inteligível quando revelada nos interesses políticos, ou seja, “existe uma dinâmica interna própria que dá inteligibilidade ao ‘curso dos acontecimentos’, sem cuja compreensão não há ciência política possível”. A conclusão é fundamental: “Salientamos que a situação atual de desenvolvimento dependente não só supera a oposição tradicional entre os termos desenvolvimento e dependência, permitindo incrementar o desenvolvimento e manter, redefinindo-os, os laços de dependência, como se apoia politicamente em um sistema de alianças distinto daquele que no passado assegurava a hegemonia externa.” (CARDOSO, 1970, p. 141). Os processos de industrialização, de dependência e de internacionalização autoritária produzem situações sociopolíticas por demais complexas que não possam ser chamadas de desenvolvimento, na expressão cunhada por Cardoso, “desenvolvimento dependente e associado”, mesmo que com o sacrifício inicial da exclusão social. Por isso, carecem de tratamento novo, de abordagem e atuação políticas de novo tipo, capazes de enfrentar a forma política da dominação e da dependência, o Estado autoritário.

O itinerário intelectual de Fernando Henrique Cardoso apresenta, ainda na década de 1970, um áspero debate com Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos. Àquela altura, a teoria da dependência de Cardoso já se havia convertido em parte importante do ideário político de oposição à Ditadura Militar, tendo fornecido elementos até mesmo para a esquerda que se formava dentro da oficialidade da anistia. De fato, do pequeno grupo de pesquisadores da USP na década de 1960, estabeleceu-se um padrão de cientificidade que se considerou o novo método das ciências sociais no Brasil, com influência também em boa parte do pensamento econômico. Autores ligados a Cardoso participaram efetivamente da produção das ideias econômicas necessárias para a transição da Ditadura Militar à democracia. Wanderson Fábio de Melo descreveu assim a relação de Cardoso com o marxismo:

As atividades desenvolvidas no que se convencionou chamar de Seminário de Marx, protagonizado pelos jovens professores assistentes na USP e alguns de seus alunos, foram de grande importância para a práxis de Fernando Henrique Cardoso, visto que introduziram nas ciências sociais o 'marxismo adstringido', ou seja, retirou-se o conteúdo crítico revolucionário da obra do pensador alemão, transformando-o em um mero instrumento de análise de conjuntura na longa duração. Por meio da questão de método de Jean-Paul Sartre, de compreensão da existência desconectada da ontologia do ser social e da transformação, o arcabouço teórico de Cardoso subordinou o legado de Karl Marx a Max Weber, devido ao entendimento de pluricausalidade, 'ação social' e 'ordem competitiva'. Instaurou-se o 'pensamento dialético' que se aplica à realidade, ao invés de extrair a reflexão por seus elementos constitutivos, o estudo do ser pelo próprio ser. (MELO, 2010, p. 117).

Do breve exame acima, fica claro também o caráter específico da abordagem desenvolvida. Kantianamente, o aprimoramento da divisão do trabalho intelectual nas ciências sociais brasileiras deslocou o eixo das preocupações sintéticas sobre a totalidade em direção aos juízos analíticos sobre aspectos particulares, ou por outra, as grandes interpretações, grandes sínteses, plataformas ideais e prático-políticas foram abandonadas em benefício de análises minuciosas de alcance muito modesto. Cardoso teve um papel central nessa transição. Ocorre, porém, que o objeto desse ramo de pesquisa, se não apresenta sínteses, nada diz também sobre suas categorias isoladas, convertendo-se em pura enunciação de categorias abstratas que, uma vez combinadas, parecem compreender a essência do modo de vida social, in casu, dependente, enquanto, na realidade, acabam por tratar apenas da contingência, isto é, da existência aparente.

Vejamos de modo indicativo como essa trajetória foi criticada por Marini em 1978, no texto *Razões do Neodesenvolvimentismo*. O debate foi travado a partir de um texto de Cardoso e José Serra, *As desventuras da dialética da dependência*. Além de diversas questões já apresentadas aqui, disse respeito à leitura de Marx e sua utilização na interpretação do caso brasileiro. Mais do que isso, havia um embate político implícito. Para Cardoso e Serra, o economicismo marxista conduzia necessariamente a certo grau de voluntarismo que, eventualmente, resultou na tragédia da guerrilha brasileira. Marini denuncia a inserção da política no espaço econômico, por Cardoso, como se fossem duas instâncias rigorosamente decomponíveis, nas quais as atuações dos agentes nitidamente se tornariam distintas. Conforme já se afirmou, em Cardoso, a empiria é tomada como o movimento histórico, a existência contingente como a totalida-

de do processo e a economia, por isso, como um conjunto desarticulado de categorias, Estado, empresários, trabalhadores, cujo único vínculo advém de sua exterioridade, isto é, da política, ela mesma, um exercício de negociações e não de poder. A propósito, essa abordagem aproxima o pensamento de Cardoso daquele de Habermas sobre a esfera pública e a ação comunicativa. A conclusão de Marini é de interesse aqui:

(...) de maneira sub-reptícia, todo o esforço das Desventuras se dirige no sentido de apagar as diferenças entre capitalismo nos países avançados e o capitalismo dependente, assimilando-os a um processo único: o desenvolvimento capitalista na periferia e no centro. O leitor poderá buscar com lupa no texto um indício, por pequeno que seja, de que a discussão que se está fazendo seja referida ao capitalismo dependente: encontrará só a ideia de que há problemas e contradições no capitalismo brasileiro, que não têm outra particularidade senão a de dar-se em um país da periferia, ou seja, numa nação capitalista jovem, para usar uma expressão altamente ideológica. (...) Os novos ideólogos da burguesia brasileira estão obrigados a retomar essa tradição [cepalina] e a tentar dar credibilidade a um desenvolvimento capitalista brasileiro ao estilo norte-americano ou europeu. Em suma, nos encontramos diante de um neodesenvolvimentismo ainda envergonhado, mas que não tardará em ir perdendo suas inibições. (MARINI, 1978, 236).

A dialética da teoria da dependência estava concluída. Cardoso promovia uma volta ao desenvolvimentismo, abandonava a análise marxista, mas, em verdade, estabelecia as bases de sua atuação política: transformação gradual do sistema político e econômico em direção ao desenvolvimento, sendo a diferença entre centro e periferia mera questão de tempo e espaço, nações capitalistas maduras e jovens. Não se trata mais de uma teoria da dependência, mas da análise de relações entre centro e periferia, sem qualquer relação hierárquica de subordinação. A nova teoria da dependência, o neodesenvolvimentismo, a partir de 1980, é a dissolução de todo o itinerário de meio século. Não se tratava mais de mudar estruturas, mas de acomodar forças, não mais econômicas, mas em sua expressão política.

A morte da teoria da dependência em Cardoso coincide com sua ascensão política. Esse ideário não será apenas seu, mas de toda a oposição à Ditadura, de todos os agentes que ocuparam o poder federal no Brasil em 1985 para não mais abandoná-lo, trinta anos depois. Com efeito, a Ditadura acabou precisamente pela greve dos trabalhadores, isto é, pela volta à política do agente que mais sofreu, ponto apontado por Marini. Porém, uma vez tornados novamente agentes normais da vida política nacional, os trabalhadores se recusaram a continuar a luta,

tornaram-se participantes normais da normal vida política democrática, tal qual Cardoso, cujas ideias, portanto, se tornaram universais, isto é, o crescimento econômico seria suficiente para a inclusão social. A Ditadura Militar pôde, assim realizar uma transição que foi tão somente política, deixando intocada a estrutura econômica construída durante a década de 1970.

Não causa surpresa que Cardoso ele mesmo, anos depois, tenha-se tornado Presidente da República com um discurso deveras semelhante ao que apresentou como pensador. De fato, ao contrário do que se supôs, a teoria da dependência, nos moldes aqui apresentados estava abandonada. A única novidade, na década de 1990, é que também não mais se abordaram as relações entre centro e periferia, senão o mundo global, em que empresas competiriam em liberdade por espaços de ganho e, conseqüentemente, com benefícios para diversos países. Em 1996, Cardoso assim se pronunciou sobre o fenômeno:

A globalização também tem contribuído para alterar o papel do Estado: a ênfase da ação governamental está agora dirigida para a criação e a sustentação de condições estruturais de competitividade em escala global. Isso envolve canalizar investimentos para a infraestrutura e para os serviços públicos básicos, entre os quais educação e saúde, retirando o Estado da função de produtor de bens, de repositório principal do sistema produtivo. Em vários momentos, mencionei que uma das consequências sociológicas da modernização induzida pela globalização é a dispersão de interesses, a fragmentação do trabalho e do capital. (...) Ora, o cerne da ação política, hoje, é justamente o de criar um espaço político onde esses interesses se harmonizem racionalmente. (CARDOSO, 2010, p. 32)

Resta evidente, da análise de toda a sua presidência, que Cardoso pensou como agiu, que agiu como pensou, sendo descabida qualquer afirmação de que teria traído seu pensamento ou suas origens, seu marxismo nunca foi marxista, seu desenvolvimentismo sempre foi o discurso da dependência, no interior da dependência mesma. Em verdade, não se poderia trair ou contradizer, porque seu pensamento se tornou o único, no debate político, relativo ao desenvolvimento. No entanto, suas ideias marcam precisamente a superação de cinco décadas de esforço de compreensão e transformações nacionais, não em direção ao mundo civilizado, ao centro, mas em direção a possibilidades originais de exploração e aprimoramento de forças e recursos, humanos, naturais, intelectuais e materiais.

A morte da teoria da dependência coincide com a nova divisão do trabalho internacional e, principalmente, com a nova divisão do traba-

lho intelectual brasileiro, não mais universal, em sua particularidade local, mas a buscar uma universalidade impossível nos salões da ciência social internacional. A obra de Cardoso é pioneira e a consagração dessa mudança.

CONCLUSÃO

Uma questão está implícita neste texto: o subdesenvolvimento produz também um pensamento subdesenvolvido e atrofiado? Ou por outra: a dependência não produziria somente ideias dependentes e subordinadas? Essa indagação não escapou a Marx, conforme citado, a pensar a Grécia antiga, tão atrasada materialmente, tão avançada intelectualmente. No caso do Brasil, a discussão merece ser repostada. Este texto mostrou certas fissuras na abordagem de um pensamento que não nasceu pronto e novo a partir de 1930. Tentou-se mostrar que só é possível pensamento social onde existe produção social, isto é, capitalismo. O argumento mais importante aqui desenvolvido, porém, é o seguinte: pouco importa o início dessas ideias, mas como se produziram. E a produção do século XX, até 1970, enfrentou um conjunto de problemas muito complexos, aqueles do desenvolvimento, da modernização e da afirmação de um povo e de uma cultura originais no mundo. Dentro desses quadrantes, a teoria da dependência merece lugar especial, pois pensou não apenas as condições de bem estar e aprimoramento de uma população formada na colonização e na escravidão, mas também as condições de superação do atraso. Enfim, foi pensamento humano, que, em seu percurso e em seu benefício, apropriou-se de uma gama de ideias produzidas no mundo civilizado e também na periferia. Aqui, cabe citar uma vez mais a obra de Celso Furtado, *Criatividade e Dependência*: o indivíduo jamais será completamente igual a seu meio, antes ao contrário, defronta-se com o mundo como estranhamento e, assim e somente assim, é possível a reflexão, a partir da perplexidade. Sua geração e seus sucessores viveram essa perplexidade até o extremo possível, na prática.

Como teoria, como produção marginal, a teoria da dependência e toda a reflexão sobre o desenvolvimento alcançaram estatuto teórico compreensivo, capaz de orientar a prática política de seu tempo. Naturalmente, foram sempre parcialmente bem sucedidas nesse quesito. Dentro da cultura brasileira, porém, seu sucesso se deveu à pretensão, muito modesta, de compreender os processos de formação e desenvolvimento do próprio Brasil, seja de modo original, seja com a importação de ideias, devidamente adaptadas, mas com o objetivo sempre legítimo de fornecer a lógica específica do objeto específico. Todos os autores aqui explorados e muitos outros foram capazes de dialogar com seus contemporâneos, no Brasil e no exterior, eventualmente com amplo reconheci-

mento. Esse percurso, porém, foi marcado pela paulatina construção de um discurso sobre o método em ciências sociais, sobre o trabalho de rigor intelectual a ser seguido, fruto da complexidade social adquirida com a industrialização dependente. Dela surgiu, em primeiro lugar, uma divisão aprimorada do trabalho intelectual, absorvido, em sua quase totalidade, pela universidade brasileira, precisamente, pelo sistema universitário implantado a partir da Ditadura Militar. Em segundo lugar e mais dramático, essa produção, nas ciências sociais, viu-se forçada à integração internacional, necessariamente subordinada. Fernando Henrique Cardoso foi um dos agentes privilegiados nas duas pontas da questão. Por isso, nas décadas de 1990 e 2000, seu seminário sobre *O Capital* foi saudado como uma ruptura e uma instauração no pensamento brasileiro, não só social, mas em todas as humanidades. No nível prosaico, mas sintomático, em 2 de abril de 1995, o jornal *Folha de São Paulo*, na capa de seu segundo caderno, trouxe matéria intitulada “Finalmente, um filósofo brasileiro”, sobre outro participante do seminário, José Arthur Giannotti, que vinha de publicar livro sobre Wittgenstein. Segundo o jornal, “talvez não seja exagero afirmar, sem nenhuma ironia, que pertence a Giannotti o justo título de primeiro filósofo brasileiro”. No nível da sociologia, Cardoso poderia ser assim tratado, mas sua obra já não era meramente acadêmica então. Desde então, sem nenhuma ironia, a produção acadêmica prosperou, mas sua relevância decresceu em termos de capacidade prospectiva e também analítica, como orientadora de grandes decisões e, sobretudo, da agenda para o desenvolvimento. Ela já estava pronta e acabada, mas confinada aos muros da academia.

Para responder às questões postas nesta conclusão, cabe trazer à colação um autor ainda. Ao desenvolver sua análise sobre formações ideais em economias capitalistas hipertardias, José Chasin desenvolveu uma teoria da dependência própria, a abordagem da *via colonial*, que trata não só das condições de existência do chamado “capital atrofico”, mas de sua reprodução precária e, principalmente, das ideias que produz. Seu *Integralismo de Plínio Salgado* tenta estabelecer um vínculo entre atraso material e produção ideal, sem recair no lugar comum do marxismo pedestre de transformar ideologia em falsa consciência ou reprodução ideal imediata dos complexos categoriais existentes. Chasin mostrou que o Integralismo, ao contrário do que pensava o senso comum, não seria uma forma de fascismo, mas um ideário regressivo, nostálgico de um país rural, que se tornava industrial e urbano. A *via colonial*, muito distinta da *via prussiana*, produziu suas ideias específicas, singulares, em seu devido lugar. O Integralismo, podem mostrar sua ação e seu discurso, seria uma proposta ruralista, “tecida sobre as mal traçadas linhas de uma crítica ao capitalismo” (CHASIN, 1999, p. 565). Essa abordagem de gênese textual e análise histórica conduziu Chasin a uma abordagem original sobre o

problema da produção intelectual em geral, a chamada *determinação social do pensamento*, desenvolvida a propósito da obra marxiana e segundo a qual, “verdadeiras ou falsas, as representações dos indivíduos, os únicos dotados de capacidade espiritual, brotam sempre do terreno comum do intercâmbio social” (CHASIN, 2009, p. 107). Uma produção ideal, assim, pode ser correta ou fantasiosa, mas é sempre expressão consciente das relações efetivas dos indivíduos, conforme o modo limitado de produção material e de relações estreitas daí provenientes. Em verdade, tanto a ciência quanto o seu objeto são determinados materialmente, na produção social da vida humana, mesmo que muito Severina. A força de abstração e compreensão dessa ciência, sua razoabilidade, decorrerá de sua força prática, ou seja, a verdade do pensamento não está no método ou na ação comunicativa, mas na prática terrena de sua efetividade, conforme enunciado nas teses *Ad Feuerbach*.

Assim, as diversas etapas da teoria da dependência e sua dissolução em apologética do existente não guardam relação direta e incondicional com o longo século XX brasileiro, mas seu enraizamento prático é evidente, ainda que de modo contraditório e distorcido. São produtos não apenas da reprodução precária e atrofica de um capital periférico, mas da expansão mundial do capital, desde a crise de 1929 até a globalização. O abandono da prospecção de futuro de um Furtado em benefício das análises sociológicas e politicistas de Cardoso, o abandono da ciência marxista em benefício de uma sociologia habermasiana, sintomas de nosso tempo, são simultaneamente o produto de uma economia local que se tornou mais rica e, por isso, mais complexa, a demandar nova divisão do trabalho social, aí incluído o intelectual e, por outro lado, de uma economia global cujos espaços de acumulação se tornam menos lucrativos e mais desafiadores, a ocupar uma geografia nova, virtualmente a Terra inteira, eventualmente todo o modo de pensar e fazer ciência, mesmo na periferia. Esse trabalho, no nível local, para ser levado a termo, teve de abrir mão da totalidade e da síntese e, principalmente, de promover novas e mais caras importações; reproduz não sua miséria, mas a indigência mental do próprio globo terrestre como base de produção material das individualidades, numa nova manifestação de subordinação e dependência, que não poderia ser mais bem descrita do que nas palavras do poeta: “Que é loucura: ser cavaleiro andante ou segui-lo como escudeiro? De nós dois, quem o louco verdadeiro?”

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropofágico. Revista de Antropofagia, I (1). São Paulo, 1928 (fac-símile). In: SCHWARTZ, Jorge. Caixa Modernista. São Paulo/ Belo Horizonte: USP/Imprensa Oficial – SP/ UFMG, 2003.

BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: Ad Hominem, 1999.

CHASIN, José. *A miséria brasileira*. São Paulo: Ad Hominem, 2000.

CHASIN, José. *Marx – estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. *As ideias e seu lugar*. Petrópolis: Vozes, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Charting a new course*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Discursos selecionados*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. FALLETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970. Folha de São Paulo. Caderno Mais, 2 de abril de 1995.

FURTADO, Celso (1959). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1991.

FURTADO, Celso (1967). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nacional, 1979.

FURTADO, Celso (1978). *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MALTA, Maria Mello de. *Ecos do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo Veintiuno, 1969.

MARINI, Ruy Mauro (1971). O movimento revolucionário brasileiro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2013.

MARINI, Ruy Mauro (1972). Rumo à revolução continental. In: *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2013.

MARINI, Ruy Mauro (1973). Dialética da dependência. In: *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. (1978). As razões do neodesenvolvimentismo. In: *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Gesamtausgabe*. Berlim: Dietz, v. II/1.

MELO, Wanderson Fábio de. A obra teórica de Fernando Henrique Cardoso a partir do grupo de estudo d'O Capital: pesquisa, 'totalidade' e marxismo adstringido. *Verinotio*, Belo Horizonte, v. 12, 2010.

NOVAIS, Fernando. "Caio Prado Jr., historiador". *Novos estudos*, São Paulo, CEBRAP, v. 2, 2, 1983.

PREBISCH, Raúl. *O manifesto latino-americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

PRADO Jr., Caio. (1942) *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRADO Jr., Caio. (1945) *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1971.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: 34, 2000.

RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 53, 2005.

ROCHA, Glauber. *Revolução do Cinema Novo*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

TERÁN, Oscar. *Historia de las ideas en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.

MATO GROSSO: FORMAÇÃO ECONÔMICA, PRINCIPAIS EIXOS VIÁRIOS E O LIMIAR DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Benedito Dias Pereira

Professor Titular da Faculdade de Economia da UFMT,
bdp@terra.com.br

Antonio Cezar Santos

Professor Titular da Faculdade de Economia da UFMT
cesartant_santos@hotmail.com

Carlos Magno Mendes

Professor Associado da Faculdade de Economia da UFMT
magno@ufmt.br

Meiresângela Miranda Muniz

Mestre em Economia pela UFMT
meiresangela86@hotmail.com

Gabriela Tavares Gomes Vilas Novas

Graduada em Economia pela UFMT
gabivilasnovas@hotmail.com

RESUMO

Com origem no Século XVIII, a economia de Mato Grosso se caracteriza nos seus primeiros tempos pela presença da agricultura de subsistência, pelo cultivo da cana-de-açúcar, pela pecuária extensiva e pela exportação de metais preciosos, como o ouro, dentre outros caracteres menos destacados. Com centralidade nessa base econômica, verificou-se o surgimento ou exploração e consolidação de diversos eixos viários, determinantes para o reordenamento das forças produtivas internas e para o ulterior crescimento da sua economia. O cenário socioeconômico inicial e de grande parte dos tempos pósteros, contudo, foi definido por economia que apresentava reduzido dinamismo e pobreza múltiplas, amplamente disseminadas no seu ambiente social. A partir dessa origem, outros eixos viários passaram a exercer essas funções estratégicas, em paralelo à expansão da base econômica. Nos anos mais recentes, entretanto, impulsionada pelas inovações tecnológicas e pelo ambiente competitivo



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

e globalizado do modo de produção capitalista, constatou-se o início da modernização dessa agricultura, acompanhada da edificação e consolidação de outros eixos viários, posicionando a economia mato-grossense de forma competitiva no contexto mundial, porém, ainda centrada em modelo primário exportador, que, todavia, irradia seus efeitos para as demais atividades da sua economia. Assim sendo, o entrelace entre as principais transformações e a importância dos eixos viários para a economia mato-grossense se constitui no cerne analítico deste Artigo.

Palavras-Chave: Mato Grosso; Base Econômica; Modernização da Agricultura.

SUMMARY

Originating in the eighteenth century, the Mato Grosso economy is characterized in its early days by the presence of subsistence agriculture, the cultivation of sugarcane, by extensive farming and the export of precious metals such as gold, among other less prominent characters. With centrality in this economic base, there was emergence or exploitation and consolidation of several highways, instrumental in the reorganization of internal productive forces and to the further growth of its economy. The initial socioeconomic scenario and most of the times posterity, however, was defined by economy that had reduced dynamism and multiple forms of poverty, widespread in their social environment. From this source, other highways have come to play such strategic functions in parallel to the expansion of the economic base. In recent years, driven by technological innovation and the competitive and globalized environment of the capitalist mode of production, there was the beginning of agriculture modernization that accompanied the building and consolidation of other highways, positioning the Mato Grosso economy competitively in the global context, but, still focused on primary export model, which nevertheless radiates its effects for the other activities of its economy. Thus, interlaced between the main changes and the importance of highways to the Mato Grosso economy is the analytical core of this article.

Keywords: Mato Grosso; Economic Base; Modernisation of Agriculture.

Em anos mais recentes, a agricultura de Mato Grosso vem se pautando por caracteres inusitados, que se constituem em signos de nova e moderna economia e que definem a especialização e o grau de dinamismo da produção agropastoril. Nesse cenário, os principais atores

dessa economia vêm adotando estratégias e condutas concorrenciais que não se diferenciam daquelas empreendidas pelas grandes organizações do agronegócio mundial.

Diante disso, nos dias correntes, essas organizações atuam de modo destacado para que a taxa de crescimento do agregado macroeconômico de Mato Grosso seja em supremacia conformada pelas unidades produtivas que se movimentam com elevada economia de escala ou tamanho e que auferem níveis proeminentes de eficiência econômica, consentâneos com o corrente ambiente econômico competitivo e globalizado do modo de produção capitalista.

A origem histórica dessa economia, entretanto, se materializou com emergência de base econômica extremamente diferente do contexto contemporâneo, porquanto, em tempos não muito remotos, ela se restringia a um reduzido número de atividades produtivas, além de ter exibido caracteres de uma economia empobrecida, com reduzido dinamismo, relações comerciais endogênicas e marcadamente instáveis.

Assim, dada a importância da análise centrada nas mais relevantes mutações ocorridas na base econômica de Mato Grosso ao longo do tempo e nas relações que essas transformações apresentam com os eixos viários que foram edificadas e se consolidaram, este Artigo comenta sobre essas mudanças, integrando ou entrelaçando esse eixo de análise, ratificando-se, com a emergência dos eixos viários mais representativos para a economia regional, até se abarcar os primeiros sinais de modernização da agricultura mato-grossense.

Uma vez mais, com as periodizações adiante identificadas, este Artigo se concentra no surgimento e na identificação das mais relevantes alterações da economia mato-grossense, em sintonia com a construção ou exploração e a consolidação dos principais eixos viários usados para o escoamento da produção interna e para a importação de bens, culminando com análise que contempla o limiar da modernização da agricultura de Mato Grosso.

Para tanto, as análises e comentários estão divididos em seis partes, na primeira, centra-se no Século XVIII, na segunda, no Século XIX, na terceira, na primeira metade do Século XX, na quarta, nos anos 50 e 60 do Século XX, na quinta, nos anos 70 e 80 do Século XX, além de se comentar sobre o limiar da modernização da agricultura de Mato Grosso, antecedida pelos comentários finais, contidos na sexta parte.

A ECONOMIA DE MATO GROSSO NO SÉCULO XVIII E OS EIXOS VIÁRIOS

A primeira tentativa de ocupação de Mato Grosso ocorreu no Século XVI, por intermédio dos espanhóis. Em decorrência, ocorreu formação

de povoados próximos ao Rio Paraguai. Esses povoados, todavia, não se consolidaram, especialmente, devido ao isolamento da região dos centros mais dinâmicos do País, à ausência de elementos que pudessem ter gerado a formação de base econômica interna e à hostilidade das comunidades indígenas.

Em 1719, as expedições de bandeirantes oriundas de São Vicente promoveram o povoamento inicial da região de Cuiabá, às margens do Rio Coxipó. Nessa região, para os padrões históricos da época, ocorreu expressiva descoberta de metais preciosos, com destaque para o ouro. Já em 1727, entretanto, as atividades das lavras descobertas tiveram retração. Por exibir comportamento cíclico, as descobertas de novas jazidas, contudo, contribuíram para ocorrência de relativo vigor econômico em diversas localidades circunvizinhas à Cuiabá, até o seu acentuado declínio, em 1738, e sua posterior exaustão, no final do Século XVIII (Borges, 1991, p. 35).

Nas décadas seguintes à descoberta das jazidas em Cuiabá, como resultado natural das expedições internas, ocorreu a descoberta das minas de Mato Grosso, no Vale do Rio Guaporé. Esse fato estimulou outras imigrações, oriundas, em maioria, de Minas Gerais e Goiás, que, aliadas ao ingresso dos bandeirantes vicentinos, explica a formação do povoado de Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira capital do Estado, instituída em 1752.

Entrementes, a despeito de ter sido preponderante, seja no entorno de Cuiabá, seja no de Vila Bela da Santíssima Trindade, a mineração não se constituiu em única atividade produtiva em Mato Grosso ao longo Século XVIII, visto que a ela se adicionaram três outras atividades: cultivo de cana-de-açúcar, pecuária extensiva e agricultura de subsistência. Nesse período, por oportuno, como a exploração do ouro representava a atividade mais dinâmica, se ocorria episódica expansão da extração aurífera, tinha-se consequente realocação das forças produtivas, que naturalmente migravam para a mineração do ouro.

Com essas características e com apenas dois pequenos núcleos urbanos de alguma expressão, Cuiabá, com 19.731, e Vila Bela, com 7.195 habitantes, no final do Século XVIII, reafirma-se, consumou-se a decadência da mineração em Mato Grosso (Estevam, 1997, p. 58).

Uma vez apreendidos os caracteres mais expressivos desse cenário, aborda-se sobre as únicas vias de transportes existentes em Mato Grosso no final do Século XVIII. A rota da penetração desbravadora teve origem na navegação oriunda da região Sudeste do País. Essa rota gerou fluxo comercial, definindo a região como importadora, em geral, de bens produzidos na Capitania de São Paulo. Os transportes dos bens importados eram realizados através de três vias: Duas fluviais, pelo rio Tietê e pelo Ma-

deira-Guaporé, e uma terrestre: o caminho por Goiás. O mapa 1, logo a seguir, contém ilustrações dos traçados dessas vias ou eixos viários.

Mapa 1 – Ilustrações Viárias (Mato Grosso)



Fonte: Davidson, David M. *How the Brazilian West was Won: Freelance e State on the Mato Grosso Frontier, 1732-1752*, in *Colonial Roots of Modern Brazil*, Berkeley, University of California, apud Volpato (1987: 57).

A via fluvial pelo Madeira-Guaporé, mais utilizada durante a primeira metade do século XVIII, era percorrida pelas “Monções”¹. De acordo com Volpato (1987 p.58-59):

O abastecimento de Mato Grosso, de produtos manufaturados, era feito nessa época principalmente pela via do Madeira-Guaporé. Ligada por essa rota a Belém, Vila Bela pôde usufruir do comércio da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1775-1778), importadora de gêneros vindos do Norte, do Báltico e Mediterrâneo.

Por sua vez, a rota do rio Tietê, proibida pela Coroa Portuguesa durante a primeira metade do Século XVIII, ao estimular a economia de Vila Bela, tornou-se núcleo distribuidor ou irradiador dos artigos importados pela Colônia. Segundo Volpato (1987, p.128):

As canoas que trafegavam pela bacia amazônica subiam os rios carregadas de toda sorte de produtos que vinham da Europa, desciam trazendo em seu torna-viagem o ouro de Mato Grosso e a prata espanhola.

Nessas circunstâncias, ao longo do Século XVIII, o único bem de exportação da economia mato-grossense foi o ouro. Ademais, os vínculos de integração entre os sistemas produtivos dos dois núcleos principais (Cuiabá e Vila Bela) podem ser considerados frágeis e instáveis. Esse reduzido grau de articulação interna é explanado pela existência da economia de subsistência, que atuava como suporte e como complemento à atividade mineradora. A economia mato-grossense, em síntese, com reduzido grau de articulação interna e sob imposição da Coroa Portuguesa, durante o período ora em análise, voltou-se majoritariamente para a exportação de ouro.

A ECONOMIA DE MATO GROSSO NO SÉCULO XIX E OS EIXOS VIÁRIOS

Ao longo do Século XIX, como consequência do esgotamento da atividade mineradora, o dinamismo da economia de Mato Grosso centrou-se no extrativismo vegetal e na pecuária extensiva. Há, contudo, especificidades internas ou endógenas nessa economia, visto que a região Sul e a região Norte exibiram trajetórias econômicas relativamente diferentes.

No final do período em questão, a porção Sul experimentou lento crescimento, explicado, notadamente, pela política de arrendamento de terras devolutas adotada pelo Presidente da Província de Mato Grosso. Essa política viabilizou o acesso à terra, com predomínio do cultivo da erva-mate. No final do XIX e começo do Século XX, essa atividade estimulou o surgimento de diversas povoações nessa região, dentre as quais: Amambai, Ponta Porã, Porto Murtinho, Rio Brilhante e Itaporã.

Por outro lado, na porção Norte, ao longo do Século XIX, também ocorreu o surgimento de diversos Municípios e a expansão do nível de atividade de outros. De forma pontual, se materializou a dinamização da economia de Barra do Garças, cuja origem é explicada pela exploração de ouro. Nessa conjuntura, a descoberta de importante jazida de diamante interrompeu o período de estagnação da economia desse Município e de todo seu entorno.

Bem assim, a exploração de diamante, em particular entre 1805 e 1825, também estimulou o surgimento de Municípios localizados no meio Norte de Mato Grosso, como Diamantino. Além da mineração, a extração da poaia² (efetuada nas matas nativas da grande região dos Parecis, Cáceres, Barra do Bugres, Vila Bela e Cuiabá, com apogeu em 1878 e 1879), da borracha (do começo do período Republicano até em torno de 1916) e da erva-mate, também exerceram importantes efeitos na economia regional e na configuração espacial da porção Norte de Mato Grosso.

Apesar da ampla diversidade dos bens produzidos, a base econômica da economia da região, entretanto, no Século XIX, esteve assentada na pecuária extensiva. Sobre esse assunto é importante frisar que a exportação de gado, necessariamente, não era realizada pelas principais estradas ou eixo viários então existentes, visto que essas rotas não seguiam traçados ou itinerários permanentes e previamente estabelecidos (Guimarães; Leme, 1997, p.31).

Nesse quadro, ao final do Século XIX, Mato Grosso tinha duas principais vias de transportes: a via *salineira* – rota terrestre que, partindo do Rio de Janeiro, seguia pelo Sul de Minas Gerais e pelo Triângulo Mineiro, subia até Paracatu-MG, adentrava Goiás, passava por Meia Ponte (atualmente Pirinópolis) e, finalmente, chegava a Cuiabá –, por onde eram importados sal e diversos gêneros do litoral, e uma *rota fluvial*, na bacia do Rio Paraguai.

Por intermédio dessas rotas, que foram vitais para a mercantilização e sobrevivência do núcleo urbano de Cuiabá, circularam as importações de mercadorias, dado que, o único bem exportado (o gado), conforme acima mencionado, seguia em supremacia por rotas terrestres. A rota fluvial, aliás, também foi decisiva para o surgimento de Coxim e para a dinamização da economia de Corumbá, localizada na porção Sul de Mato Grosso, que usufruía de localização ou posicionamento espacial estratégico para o comércio internacional com os Países da região do Prata.

Contudo, a despeito desses municípios se constituírem, durante o período ora em análise, nos mais importantes núcleos comerciais de Mato Grosso, o grau de articulação econômica ou mercantil entre eles era reduzido, visto que, efetivamente, não havia dinamismo econômico

suficiente para gestar e proporcionar significativa articulação interna entre esses núcleos. A junção desses fatos, por natural, moldava economia pautada por acentuado grau de empobrecimento. Diante disso, para Volpato (1987, p.113):

O estudo do Mato Grosso colonial, na realidade, leva à análise de uma sociedade de economia precária, por suas próprias condições internas e sobre a qual pesavam fatores externos, que acentuavam suas dificuldades, fazendo que a pobreza geral se agudizasse, atingindo níveis críticos de miserabilidade.

Apesar da existência desse ambiente socioeconômico extremamente adverso, ao final do Século XIX, a economia mato-grossense experimentou ampliação acentuada da quantidade de bens produzidos em relação ao final do Século anterior. Além disso, o cerne de sua base econômica migrou de ouro para o gado, que passou a representar seu principal bem de exportação. Constatou-se, ainda, nítido reordenamento das forças produtivas internas, refletindo, essencialmente, a instabilidade da economia regional, que se explica, principalmente, pelo esgotamento da exploração aurífera e pela busca de alternativas produtivas. A natureza primário-exportadora dessa economia, entretanto, conforme se pode inferir, foi mantida ou preservada.

A ECONOMIA DE MATO GROSSO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX E OS EIXOS VIÁRIOS

Como preâmbulo, para Borges (1991, p.59):

Parece preciso que ao longo dos anos noventa do Século XIX, a relativa estagnação produtiva de Mato Grosso tenha começado a ser superada, com base em dois produtos extrativos de exportação: o mate e a borracha.

Para o mesmo autor, no começo do Século XX, a pecuária iniciou a sobressair-se de forma mais intensa e permanente em relação à situação instável vivenciada durante o Século XIX. A área onde a expansão da atividade criatória bovina apresentou incremento mais expressivo foi a grande região pantaneira. A pecuária, em adição, estimulou o desenvolvimento da porção Sul do Estado, acelerou a expansão econômica de Corumbá, além de ter criado as condições que favoreceram o desenvolvimento da região Norte.

Com o crescimento da pecuária e como consequência da expansão da economia do Estado de São Paulo, cujo dinamismo estava nucleado na atividade cafeeira, surgiram os dois principais centros econômicos da porção Sul: Dourados e Campo Grande. Nesse ambiente, impulsionada pela agricultura e pecuária, a economia de Campo Grande experimentou incremento acelerado, permitindo que assumisse a posição de entreposto comercial da região Sul, até então ocupado por Corumbá.

Nessa conjuntura, essa região se tornou projeção natural da pecuária do Sudoeste paulista, definindo o limiar de duradoura relação de dependência e de complementaridade com essa economia. Esse fato acentuou a segmentação entre a porção Norte e Sul de Mato Grosso, que foi sendo gradualmente aprofundada e, em função disso, gerando e consolidando as condições socioeconômicas determinantes de ulterior desmembramento territorial, ocorrido em 1979.

Pode-se, portanto, ratificar, que as raízes da dependência e da complementaridade da economia mato-grossense com a paulista se originaram no período Colonial, visto que as autoridades lusas procuraram não estimular a exploração de açúcar e aguardente em Mato Grosso, privilegiando, contrariamente, a produção paulista (Petrone, 1968, p.11).

Nessa moldura, o aprofundamento das diferenças socioeconômicas entre a porção Norte e Sul do Estado e da dependência e complementaridade entre a economia paulista e a porção Sul mato-grossense se acentuaram em função da construção da estrada de Ferro Noroeste do Brasil, inaugurada em 1911. Ante esses fatos, para Guimarães e Leme (1997, p.35):

A implantação da ferrovia ligando Bauru-SP – Corumbá-MS exerceu um impacto transformador. Fruto de negociações políticas, a ligação do interior de São Paulo com o Mato Grosso cortou um imenso 'vazio', até atingir o núcleo de Corumbá, cumprindo papel decisivo na integração do Sul do Estado com a economia paulista e aprofundando as diferenças com o Norte.

Diante disso, atraindo migrantes do Sul, além de japoneses e alemães, novos núcleos iam se formando na porção meridional de Mato Grosso, como Aquidauana, Bela Vista, Maracaju e Três Lagoas. Esses migrantes, preponderantemente, dedicaram-se à produção de erva-mate e à pecuária.

Outrossim, enquanto a porção Sul experimentava célere crescimento, na região Norte, os únicos estímulos econômicos eram derivados da exploração de borracha e do ressurgimento da atividade diamantífera empreendida por garimpeiros oriundos das lavras baianas da Chapada Diamantina, além de maranhenses e demais nordestinos. Na região Noro-

este de Mato Grosso, por sua vez, onde se localiza Vila Bela da Santíssima Trindade – a primeira capital da Colônia–, nas primeiras décadas do Século XX, consolidou-se o despovoamento e a completa exaustão econômica.

Em resumo, nas três primeiras décadas do Século XX, as principais atividades econômicas existentes em Mato Grosso eram de origem extrativa, além da pecuária extensiva, cuja produção estava concentrada na porção Sul e, na sua maioria, destinava-se à exportação. Os impulsos do crescimento da economia da porção Norte estavam localizados na extração da borracha, na pecuária extensiva e em pontuais atividades de exploração mineral. Em particular, a produção de alimentos básicos, como o arroz e o feijão, continuou não apresentando crescimento satisfatório, atendendo exclusivamente, ainda que de modo parcial, o mercado interno.

Ademais, as escassas atividades agroindustriais até então empreendidas, como a produção de charque, caldo de carne e outras, destinavam-se unicamente ao mercado interno. O número de agroindústrias canavieiras era reduzido e decrescente. Desse modo, o crescimento da economia mato-grossense, impulsionado pela construção da via ferroviária Noroeste do Brasil no início do Século XX, nucleou-se, majoritariamente, na região Sul do Estado, recorda-se, como extensão natural da economia paulista.

Em seguida, nos anos trinta, a partir da base embrionária de padrão de acumulação urbano-industrial, o Governo Federal começou a criar as condições institucionais para a formação do mercado interno, rompendo, dessa maneira, com o modelo primário-exportador assentado no capitalismo agrário e mercantil até então vigente. A adoção de políticas de interiorização da economia do País pode ser considerada como subproduto natural desse modelo. A liderança desse processo coube ao Estado de São Paulo. Nesse ambiente, por consequência, a economia de Mato Grosso passou a atuar de maneira mais integrada à economia nacional, em especial, devido à oferta elástica de terras e à política de ocupação de fronteiras agrícolas.

A política de ocupação de fronteiras agrícolas, por oportuno, foi concebida com a finalidade de realizar o preenchimento dos espaços vazios, rotulada de *Marcha para o Oeste*. Logo, houve imigração de grande número de pessoas para Mato Grosso, representadas por trabalhadores com reduzido grau de qualificação, “expulsas” de suas regiões de origem, em função, usualmente, da crescente concentração fundiária. A alocação dessas unidades de mão de obra, nesse cenário, ficou restrita à pecuária extensiva (tradicional).

Paralelamente, como reflexo da política de interiorização da economia do País, na porção Sul do Estado, foi implantada a Colônia Pecuária Nacional de Dourados, que incorporou em torno de 30 mil trabalhadores. Esse Município integrou-se diretamente a São Paulo através da via rodoviária e ferroviária por intermédio da estação de Aquidauana. Nesse caso, diferentemente de outras situações, os imigrantes promoveram acentuada modernização da pecuária adotando tecnologias modernas e, como resultado, obtendo ascendentes índices de produtividade dos fatores de produção demandados.

Simultaneamente ao aumento da produção pecuária, no final da primeira metade do Século XX, a economia mato-grossense apresentou significativo incremento da produção de arroz. O incremento dessa produção e da produção pecuária, aliás, sustentou o dinamismo da economia do Estado nesse período. Como ilustração, com exceção de poucas áreas, na pecuária predominaram métodos produtivos tradicionais, com o uso de pastagens naturais, que, assim como na rizicultura, serviam para desbravamento e subsequente preparação do solo para outras formas de aproveitamentos produtivos mais rentáveis.

Como relevante observação, não obstante a existência desse maior dinamismo, agora com mais intensidade, um resultado nocivo ao incremento da economia mato-grossense continuou fazendo parte do comportamento dos atores empresariais agropastoris: a acumulação externa às suas fronteiras geográficas, majoritariamente no Sudeste do País, do capital gerado pelo excedente extraído na economia interna. Esse processo era atenuado apenas, ou preponderantemente, pela expansão do número de propriedades fundiárias. Ainda hoje fazendo parte do cenário da economia do Estado, esse fato, de forma inexorável, debilitou substancialmente o ritmo e o dinamismo da economia regional.

Em síntese, ao final da primeira metade do Século XX, dando sequência ao modelo centrado em economia primário-exportadora, com concentração da produção na porção Sul do Estado, na economia mato-grossense destacava-se a produção e a exportação bovina. A produção de arroz e outros poucos bens de subsistência se voltaram predominantemente para o mercado interno. A porção Sul do Estado, durante a formação embrionária do mercado interno nacional e da emergência e do avanço do padrão de acumulação urbano-industrial do País, agora mais intensivamente, continuava mantendo nítida relação de complementaridade e de dependência com a economia paulista, devido à construção da ferrovia Noroeste do Brasil no começo do Século. Sobre a articulação interna entre seus principais núcleos, relembra-se, Campo Grande passou a substituir Corumbá na condição de entreposto comercial.

Por seu lado, a região Norte, que praticamente ficou à margem da integração à economia nacional, experimentava dinamismo bem menos acentuado que o vivenciado pela porção Sul. Na porção Norte, recorda-se, constatava-se reduzido grau de articulação entre seus núcleos urbanos mais destacados. Esse resultado é explicado, essencialmente, ratifica-se, pelo reduzido dinamismo das forças produtivas internas.

OS ANOS 50 E 60 DO SÉCULO XX E OS PRINCIPAIS EIXOS VIÁRIOS DE MATO GROSSO

As mudanças ocorridas na economia mato-grossense nos anos 50 e 60, em relação aos anos 40 do Século XX, foram muito mais de natureza quantitativa que qualitativa, visto que, nesse período, houve elevação expressiva do número de estabelecimentos agropecuários no Estado. De acordo com dados do IBGE, essa métrica mudou de 5.068 para 46.090, de 1950 para 1970. As pequenas propriedades responderam pela maior parte desse acréscimo, dado que, ao longo desses dois decênios, o número de estabelecimentos com menos de 100 ha, cresceu de 2.067 para 37.948.

Em particular, na porção Norte, durante essas duas décadas, viveu-se relevante incremento da produção de bens alimentícios básicos, como arroz, feijão, milho e pecuária. A produção de arroz, cultivada ainda com tecnologias rudimentares, liderou essa expansão, enquanto a bovinocultura continuou sendo explorada de maneira extensiva.

A porção Sul, por seu turno, nesse mesmo período, antecipou-se na inovação tecnológica, adotando, em especial, tecnologias mais modernas na pecuária, além de ter introduzido, nos anos 60, a produção de soja. O cultivo dessa oleaginosa contribuiu acentuadamente para a modernização do campo sul-mato-grossense, dado que ela foi realizada com base em tecnologias intensivas em capital. Assim sendo, já nos anos sessenta, pôde-se constatar expansão notável do número de tratores nessa região.

De forma geral, o crescimento da produção ocorrido na agropecuária de Mato Grosso durante os anos 50 e 60 resultou na política do Governo Federal de promover a expansão da fronteira agrícola do País, como suporte à expansão do mercado interno nacional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Plano de Metas³.

Nesse concerto, à economia agropecuária do Estado foi reservada função extremamente nítida no cenário nacional: a produção de excedentes destinados ao consumo alimentar interno (porção Norte) e à exportação (mais acentuadamente na porção Sul). Por outro lado, o *Plano de Metas* consolidou a economia paulista como epicentro da economia

nacional e definiu como complementar a função das demais economias subnacionais, em especial, a mato-grossense (Guimarães; Leme, 1997, p.40).

O *Plano de Metas* teve como uma das suas principais finalidades a extinção dos pontos de estrangulamento da economia do País, através da realização de investimentos infraestruturais, financiados com recursos estatais. Em termos de modais de transporte, esse *Plano* privilegiou as estradas rodoviárias, que estavam em condições precárias. O eixo viário então construído, com impactos mais relevantes na economia interna, foi a BR 364, rodovia diagonal orientada na direção Norte-Sudeste do País. Ainda hoje ela se constitui na principal via de integração entre o Sudeste, o Centro-Oeste e Norte do País, preservando, destarte, sua finalidade original. A BR 364, assim como outros relevantes eixos viários adiante comentados, estão ilustrados no Mapa 2, logo a seguir.

Mapa 2: Eixos Multimodais de Transporte: Mato Grosso



Fonte: PESSOA, Sirlene Gomes. *A Otimização dos Modais de Transportes e Seus Possíveis Óbices ao Desenvolvimento da Agroindústria de Soja em Mato Grosso*. 2003. 90 f. Monografia: Curso (Especialização)_ Departamento de Economia, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

Dentre outros resultados, a BR 364 consolidou na porção Norte os seus três principais núcleos urbanos de então: Cuiabá, Cáceres e Rondonópolis. Com base nos traçados dessa rodovia, esses três núcleos se vincularam com Rondônia e Acre, a Noroeste, e com o Triângulo Mineiro, a Sudeste do Estado. Essa BR, como ilustração, representa a principal artéria de penetração da influência econômica do Triângulo Mineiro sobre as economias desses três Municípios, notadamente a de Rondonópolis (Guimarães; Leme, 1997, p.41).

Além da BR 364, outra importante rodovia para a economia de Mato Grosso, também então construída, foi a BR 163, conhecida como Cuiabá-Santarém, concebida pelo Governo Militar com a função de integrar a Amazônia brasileira ao Sul e Sudeste do País. Ligando o Estado do Rio Grande do Sul ao Pará, passando por Mato Grosso, ela se constitui em via longitudinal e, como tal, exerce relevante contribuição na integração entre os Municípios situados ao longo do seu traçado.

Dentre outros motivos, como consequência do insucesso de projetos de colonização –em sua maioria, realizados pela iniciativa privada– e como resultado natural do reordenamento das forças produtivas regionais, a BR 163 desempenhou importante função no surgimento do núcleo madeireiro no Norte de Mato Grosso, especialmente nos Municípios de Sinop, Colíder e Alta Floresta, entre outros menos representativos, que recebiam pessoas oriundas, em sua maioria, do Sul e do Sudeste do País.

Em outro extremo, interligando Rondonópolis a Campo Grande, a BR 163 reforçou a integração entre esses dois Municípios. Uma das principais consequências dessa rodovia, juntamente com a BR 364 é representada pela definição de Rondonópolis como ponto de entroncamento rodoviário, além de ter sido confirmada a condição de Campo Grande como importante e estratégico eixo rodoferroviário do Estado.

Por seu turno, conectando Corumbá, Campo Grande e Três Lagoas, a construção da BR 262 também contribuiu para expandir a integração dos fluxos mercantis entre esses Municípios. Além disso, a BR 267, também então construída, ligando São Paulo à porção Sul do Estado (até o Município de Porto Murtinho, na fronteira do Brasil com o Paraguai), afigura-se como um dos principais eixos de escoamento da produção regional.

Por sua vez, conectando Brasília-Goiânia-Barra do Garças-Cuiabá-Cáceres, a BR 070 se notabiliza como outro importante eixo viário construído. Em associação com outros fatores, essa BR contribuiu expressivamente para que Goiânia se consolidasse como área de influência socioeconômica sobre o Centro-Leste mato-grossense, mais acentuadamente sobre Barra do Garças.

Nesse quadro, como resultado dos eixos viários já abordados e das transformações econômicas vivenciadas, os núcleos urbanos que expe-

rimentavam maior dinamismo econômico no final da década de 60 encontravam-se nitidamente definidos. Na porção Norte: Cuiabá, Rondonópolis e Cáceres. Na porção Sul: Campo Grande, Dourados e Corumbá. Em particular, Dourados e Campo Grande se posicionaram como polos da economia regional, enquanto Campo Grande se estabeleceu como o principal núcleo urbano da porção Sul. O grau de integração entre os Municípios mato-grossenses em decorrência da construção da BR 163, da 262, da 267, da 070 e da 364, por conseguinte, conforme se pode logicamente deduzir, ascendeu substancialmente.

De acordo com esses entendimentos, enquanto a porção Sul mantinha acentuada complementaridade com a economia paulista, na região Norte, a intensidade dessa relação era menos significativa, mais pulverizada e, em alguns casos, indireta, dado que outros polos menos dinâmicos e complementares à economia de São Paulo, como por exemplo, Goiânia, afetavam nitidamente as economias situadas no Centro-Leste do Estado (Barra do Garças). Em acréscimo, por intermédio do Triângulo Mineiro, que absorve, ainda que indiretamente, o dinamismo do epicentro da economia brasileira, a economia paulista exerceu forte influência sobre os demais Municípios da porção Norte, definindo-os como economias complementares, em particular, recorda-se, a de Rondonópolis.

OS ANOS 70 E 80 DO SÉCULO XX E O LIMIAR DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA MATO-GROSSENSE

Como consequência natural dos encadeamentos analíticos abordados, no final dos anos sessenta e nos setenta (Século XX), a lógica da inserção externa da economia mato-grossense manteve-se inalterada em relação ao decênio imediatamente anterior. De forma mais destacada, à economia agropecuária⁴ do Estado foi reservada função nítida no cenário nacional: a produção de excedentes destinados ao consumo alimentar interno e à exportação. Essa produção se pautou tanto no cultivo de bens de origem agrícola quanto na produção pecuária.

De forma proeminente, os processos produtivos adotados nessas atividades se deram por intermédio da incorporação de fronteiras agrícolas, fundamentados na generosidade da natureza, enquanto, de outro lado, a economia brasileira como um todo passava por célere crescimento industrial⁵. Com origem nos centros mais dinâmicos do País esse movimento se viabilizou em decorrência de deslocamento positivo da demanda por alimentos e outros produtos primários, do esgotamento ou declínio da produtividade dos solos nas regiões tradicionais, etc. A existência de fronteira agrícola, como observação oportuna, depende de terras abundan-

tes e sua expansão decorre, em supremacia, da incorporação de terras em atividades produtivas.

Ademais, o Governo Federal exerceu influência significativa nesse processo de acumulação de capital com a oferta de programas creditícios, como o PIN (Programa de Integração Nacional), criado em 1970, o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste), criado em 1971, o POLAMAZÔNIA (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), criado em 1974, dentre outros.

Como importante ponto de inflexão, como resultado das mutações até então vivenciadas, após o final dos anos setenta do Século XX, paralelamente às alterações presenciadas na agricultura nacional, emergem no ambiente agropecuário do Estado significativas transformações nas relações técnicas e econômicas, bem como no ordenamento das forças produtivas internas, nomeadamente em função da intensificação das relações nucleadas no setor primário, apontando o início ou o limiar da modernização da agricultura do Estado.

Em paralelo, na década de setenta, alguns Municípios surgiram em Mato Grosso, como: Campo Verde, Primavera do Leste, ao longo da BR 070, e outros, dentre os quais: Tangará da Serra, no Médio Norte, além de Comodoro e Campos de Júlio, na região Noroeste, ao longo da BR 364. Esses e outros núcleos, com distintos graus de intensidade, naturalmente passaram a se articular com os já existentes, tais como Rondonópolis, Cuiabá, Cáceres, Barra do Garças e os núcleos madeireiros situados ao longo da BR 163 (Sorriso, Sinop e Alta Floresta).

COMENTÁRIOS FINAIS

Contendo três grandes biomas: Floresta, Cerrado e o Pantanal e gradualmente se distanciando de base econômica enraizada no extrativismo e na pecuária extensiva que gestou sua economia e perdurou durante muitos anos de sua história, nos anos mais recentes, a economia mato-grossense vem exibindo caracteres modernos e mais diversificados. Esse caminhar, destarte, como bem definido ponto de inflexão, materializa mudança de trajetória ou de tendência da sua base econômica.

Em outros termos, desde sua origem até o final dos anos oitenta do Século XX, a economia de Mato Grosso abrigou base econômica com centralidade nas atividades primárias, que, dentre outras características, apresentava reduzido dinamismo, posto que, durante esse período, nela predominaram as extrações minerais, o cultivo da cana-de-açúcar e outras atividades agropecuárias, marcadamente as voltadas para a subsistência humana. Ao longo da formação desses elementos, contribuindo

para muitas das suas mudanças mais expressivas e potencializando seu dinamismo, emergiram diversos eixos viários no seu espaço geográfico, que exerceram funções estratégicas e extremamente relevantes para a importação e exportação de bens comercializáveis.

Nesse contexto, com análises e comentários centrados no entrelace entre as mutações proeminentes da economia interna e a emergência, exploração e consolidação dos eixos viários mais destacados, buscou-se compreender a formação econômica de Mato Grosso e as condições que germinaram a modernização da agricultura do Estado. Nesse cenário, a partir do Século XVIII, foram lançadas as sementes de uma economia que apresentava base econômica restrita e instável, alicerçada na agricultura de subsistência e na pecuária extensiva, e que, em decorrência desse baixo dinamismo, conformou estrutura social empobrecida e submissa ao pulsar das forças produtivas exógenas.

Edificada e germinada nessa base, ela perdurou por muitos anos. Entrementes, nos anos mais recentes, habitada por organizações modernas e contemplando, dentre outras evidências, premissas de economia de escala, que se impulsionam pelas inovações tecnológicas de diversos matizes, como a mecânica, físico-química, biológica e organizacional, a agricultura mato-grossense ultrapassou o mural do limiar da modernização, em paralelo à emergência e assentamento de vários eixos viários, que, por sua vez, exercem papel determinante na melhoria da logística e nos resultados socioeconômicos regionais.

Por conseguinte, com a emergência desse cenário, as organizações modernas e competitivas regionais vêm contribuindo para a geração de divisas externas e impulsionando os demais setores da economia interna, assim como para a segurança alimentar, se constituindo, ainda, a despeito do crescimento recente das atividades agroindustriais e industriais, na atividade mais representativa e destacada da economia mato-grossense.

NOTAS

¹ Denominação dada às expedições de viajantes que seguiam o “caminho” dos rios da Bacia Platina.

² A poaia (*Cephaeles Ipecacuanha*) era extraída com raízes e usada como remédio para disenteria, bronquite e coqueluche (Piaia, 1999, p.11).

³ Denominação do plano nacional de desenvolvimento do Governo Federal relativo ao quinquênio 1956-61 (Governo Juscelino Kubitschek).

⁴ A expressão “agropecuária” é usada como sinônimo de agricultura.

⁵ Fronteira agrícola é geralmente compreendida como denotando simples extensão espacial das áreas de ocupação agropecuária mais antiga.

REFERÊNCIAS

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do Extrativismo à Pecuária. Algumas Observações sobre a História Econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)*. Cuiabá: Genus, 1991.

DAVIDSON, David M. *How the Brazilian Weste was Won: Freelance State on the Mato Grosso Frontier, 1737-1752*, in Alden, Dauril (ed), *Colonial of Modern Brasil*, Berkeley, university of Calofirnia Press, 1973.

ESTEVAM, Luis Antônio. *O Tempo da Transformação: Estrutura e dinâmica na formação de Goiás, 1997*, 150 f. Tese (Doutorado) em Economia, Instituto de Economia, Campinas, 1997.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes; LEME, Heládio José de Campos. *Caracterização Histórica e Configuração da Estrutura Produtiva do Centro-Oeste*. Campinas: CAMPINAS, Textos NEPO, p. 21-73, dez 1997.

PETRONE, Maria Thereza Schoerer. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1968.

PESSOA, Sirlene Gomes. *A Otimização dos Modais de Transportes e Seus Possíveis Óbices ao Desenvolvimento da Agroindústria de Soja em Mato Grosso*. 2003. 90 f. Monografia (Especialização)- Departamento de Economia, Universidade Federal de Mato grosso, Cuiabá, 2003.

PIAIA, Ivane Inêz. *Geografia de Mato Grosso*. Cuiabá: EdUNIC, 1999.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A Conquista da Terra no Universo da Pobreza*. São Paulo: Hucitec, 1987.

A EVOLUÇÃO DA PERCEPÇÃO DA POBREZA, AS CARACTERÍSTICAS MAIS COMUNS ENTRE OS MAIS POBRES E AS ESTRATÉGIAS DE MINIMIZAÇÃO.

Daniel Thomaz Giacomelli Nunes Maciel

Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento Regional pela
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
Aluno de Doutorado pela Universidade Católica de Brasília – UCB
daniel_mt_br@hotmail.com

Arturo Alejandro Zavala Zavala

Universidade Federal de Mato Grosso, doutor em Estatística – USP.
Professor adjunto e diretor adjunto da Faculdade de Economia –
Campus UFMT
arturoz@ufmt.br

RESUMO

O trabalho tem como objetivo ampliar o estudo da pobreza. Inicialmente faz-se um estudo de como a pobreza era percebida antigamente e como ela foi evoluindo ao longo da história, posteriormente faz-se uma discussão sobre as características mais comuns entre os mais pobres que embasarão o tópico de estratégias de minimização da pobreza. Tendo como finalidade ampliar o estudo da pobreza, a pesquisa faz sugestões com respeito à diminuição da assimetria de informação, preferências, segmentação do mercado e reforça consensos óbvios relacionados à educação e renda.

Palavra Chave: Pobreza Multidimensional, Estratégias de Minimização da Pobreza, Percepção da Pobreza.

ABSTRACT

The work aims to expand the study of poverty. Initially make a study of how poverty was formerly perceived and how it has evolved throughout history, subsequently makes a discussion about the most common features among the poorest who will base the topic of poverty minimization strategies.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

And aims to expand the study of poverty, the research makes suggestions regarding the reduction of asymmetric information, preferences, market segmentation and reinforces obvious consensus related to education and income.

Keywords: Multidimensional Poverty, Minimization Strategies Poverty, Perception of Poverty.

INTRODUÇÃO

A tualmente há o consenso de que o desenvolvimento de uma nação não deve se basear exclusivamente na renda, mas considerar fatores sociais, culturais e políticas que influenciam na qualidade da vida de cada indivíduo. No Brasil, a pobreza atinge milhões de brasileiros e apesar de não ser considerado um fenômeno baseado exclusivamente na renda, a concentração de renda é um fator de peso, pois segundo o Banco Mundial, em 2010, o Brasil atingiu a 155ª posição dentre os 169 países analisados com respeito ao índice de GINI, sendo que se comparado com a sua colocação no rank do PIB tal comparação é motivo de indignação. (WORLD BANK, 2010; MOREIRA, 2011).

Há um consenso cada vez mais amplo sobre a natureza multidimensional da pobreza, sendo associadas às condições de vida que vulneram a dignidade das pessoas, limitam seus direitos, restringem suas liberdades fundamentais, impedem a satisfação de suas necessidades básicas e impossibilitam sua plena integração social em que tais elementos não podem ser reduzidos a uma única característica ou dimensão. (SEN, 2000; CONEVAL, 2009).

Dessa forma o trabalho tem como objetivo ampliar o estudo da pobreza. Inicialmente faz-se um estudo de como a pobreza era percebida antigamente e como ela foi evoluindo ao longo da história, posteriormente faz-se uma discussão sobre as características mais comuns entre os mais pobres que embasarão o tópico de estratégias de minimização da pobreza.

A finalidade do trabalho vem por se tentar adicionar no estudo da pobreza, sugestões teóricas que vão além do consenso da minimização da pobreza pelo aumento da renda, do desenvolvimento econômico e da melhoria na educação, discutindo temas como assimetria de informação e preferências.

A EVOLUÇÃO DA PERCEPÇÃO DA POBREZA

A pobreza é um tema antigo para as ciências sociais, sendo facilmente reconhecida em qualquer período da história. No trabalho inicial de Adam Smith já foi abordado esse tema, dessa forma na constatação da economia como uma ciência, o estudo da pobreza já estava presente (SILVA, LACERDA E NEDER, 2011). Sua presença na Economia Clássica encontrou respaldo na Neoclássica pelo pensamento utilitarista, pois como os indivíduos buscam maximizar sua utilidade indo gastar seus recursos no mercado, aqueles que obtiverem menores quantidades de recursos possuirão consequentemente maiores restrições em sua função consumo. A pobreza seria então medida pela insuficiência de consumo, sendo considerada como a falta de um nível mínimo de bem-estar associado à sua utilidade total, tendo a renda como medidor direto desse bem-estar mínimo é natural que as primeiras metodologias de identificação dos mais pobres sejam focadas na renda. (SEN, 2000).

Rocha (2003), ao fazer uma análise histórica dos trabalhadores e das massas da Idade Média até atualmente, constatou que a preocupação com relação aos mais pobres não iniciou-se nos países de menor renda *per capita*, mas sim na Europa Ocidental. A preocupação com os pobres juntamente com as primeiras pesquisas com relação a esse tema podem ser encontradas entre 1531 e 1601 na Inglaterra. Tais pesquisas se preocupavam em criar leis e identificar aqueles que eram considerados “vagabundos” para obrigar a atividades laborais todos aqueles que fossem capazes (CASTEL, 1998; LIMA, 2005). Para o Estado essa massa pobre, mesmo sendo considerados “vagabundos”, representavam um risco social, afinal a classe dominante temia uma revolução, porém essas leis também serviam como uma oportunidade para os demandantes de mão de obra.

Como havia a percepção do risco com relação aos pobres, haveria também o interesse em minimizar a percepção desses indivíduos dessa classe pior remunerada, ou seja, haveria o interesse em buscar acomodar a massa menos favorecida para que não houvesse revoltas. Para isso anteriormente a Revolução Industrial, na Inglaterra e em parte da Europa, eram desenvolvidas formas de alívios voltadas ao pobre para que não se revoltasse com seus governantes. Após a industrialização no século XIX o aumento significativo da parcela pobre com o agravamento das suas condições de vida, passou esclarecer que esses alívios caracterizavam como meros engodos. Foi nessa época que a temática de mensuração da pobreza e as primeiras enquetes sociais com o tema foram apresentadas. (CODES, 2008).

Com a formação do estado industrial moderno e a constatação da falta de acesso a comida pelos pobres, passou a fornecer algum benefício alimentício aos mais carentes, pois com o excesso de mão de obra e o poder de mercado dos empregadores, os salários eram mantidos os mais baixos quanto possível para maximizar o lucro, na Inglaterra, por exemplo, esses trabalhadores de baixa renda tinham acesso apenas a pão e a um salário suficiente apenas sua subsistência. (TOWNSEND, 1993).

Após a segunda Guerra Mundial, Sir William Beveridge apresentou ao governo britânico um relatório sobre segurança social em que justificava a necessidade de melhoria das baixas taxas de seguridade e assistência nacionais, pois para Beveridge, como a Inglaterra se encontrava abalada pelos efeitos da guerra e a expectativa individual de sobrevivência se sobrepunha a de solidariedade, a intervenção do Estado seria fundamental para manter a coesão social. Baseando nesse relatório, foi proposto uma reforma conjuntural em que o Estado assumiria a garantia do pleno emprego para preservar o vínculo social de todo cidadão. Tais propostas de seguridade social foram difundidas como um padrão de "subsistência" a ser seguida por outros Estados-membros do Império Britânico. (CODES, 2008).

Segundo Mocelin e Fialho (2010), esse padrão de subsistência representa o mínimo possível para que um indivíduo pudesse sobreviver e assim manter a coesão social. Apesar de não ser um valor monetário fixo, esse mínimo era geralmente medido em unidades monetárias ou com respeito a alimentação. Apesar de não haver um consenso a respeito de qual seria esse mínimo na literatura, a mensuração da pobreza pela ótica da subsistência, centraliza-se na identificação daquelas pessoas que possuem o mínimo biológico para sobreviver.

Apesar de já existir desde a década de 1950, a abordagem pela ótica das "necessidades básicas" passou a ser considerada apenas a partir de 1970, pois o conceito de pobreza por insuficiência de consumo e subsistência predominava até a década de 70 pelos organismos internacionais, sendo que a identificação dos mais pobres tenderiam em ser medidos pela renda *per capita* ou pelo Produto Interno Bruto - PIB, que eram os modelos predominantes de avaliação até esse período. (ROCHA, 1998; LIMA, 2005).

O conceito de necessidades básicas passou a ampliar as análises de pobreza, incluindo itens como serviços públicos essenciais e abrigo, além daquelas já identificadas pela ótica da subsistência, Rocha (2003) dividiu em dois grupos de elementos, o primeiro grupo sendo representado pelo consumo privado, em que se continha os bens adquiridos pelas rendas dos indivíduos de uma família e recursos recebidos, tais como alimentação, roupas e moradia. O segundo grupo representava os serviços

sociais recebidos pela comunidade, tais como educação, saúde e transporte público.

Tal mensuração apresenta críticas variadas, sendo observado o fato de que as pessoas não precisam apenas de alimentação para viver, pois necessitam também de acesso a trabalho, relações sociais e outros itens que o fornecimento exclusivo de recursos monetários ou comida não poderão prover ao indivíduo. (SALAMA e DESTREMAU, 1999).

A percepção da pobreza pela subsistência ou pelas necessidades básicas são avaliadas em termos absolutos, apesar da ótica das necessidades básicas ser mais abrangente ela sofre da crítica se ser uma avaliação absoluta da pobreza, ou seja, é considerado que as pessoas necessitam de uma mesma quantidade de elementos, desconsiderando assim indivíduos em situações mais frágeis. Segundo Townsend (1993), a abordagem pelas necessidades básicas possui a limitação de não ser capaz de avaliar grupos que possuem severas limitações, tais como idosos e crianças, o autor salienta ainda a importância de analisar a estrutura social, pois alguns grupos sociais seriam mais carentes que outros, fazendo com que estejam expostos a diferentes riscos a privações.

Analisando a importância da estrutura social, Mocelin (2010) relata a avaliação da pobreza pela ótica das “privações relativas”, em que se define uma realidade social e um padrão de vida para separar aqueles que possuem essas privações e são pobres e daqueles que não possuem essas privações.

O sociólogo Robert Castel avalia a pobreza como uma desfiliação do indivíduo da sociedade, em que essas pessoas excluídas, não têm como acessar os meios necessários para se desenvolver socialmente, enfrentando assim situações de degradação da vida. (CASTEL 1998, MOCELIN, 2010).

Rocha (2003) salienta que como regiões diferentes tendem a ter culturas e desenvolvimentos diferentes, principalmente se essa diferença for em relação a países, a análise da pobreza deverá ser específica para cada um desses locais, considerando assim a diversidade cultural e de recursos de cada local.

Analisando a ausência de capacidades de alguns indivíduos, Amartya Sen caracteriza a pobreza como “privação das capacidades”, conceituando que as capacidades são um conjunto de elementos que definem a liberdade de uma pessoa, sendo uma pessoa com alto grau de privação das capacidades uma pessoa pobre, pois teria pouca liberdade para levar a vida que valoriza. (SEN, 2000)

Esse autor rejeita a visualização da pobreza pela avaliação da “utilidade”, rejeitando consequentemente a mensuração da quantidade de recursos para medir seu bem-estar, argumentando que esse bem-estar

se refere a “estar bem”, em que o “padrão de vida” deve ser pautado na vida e não na quantidade de recursos. O autor considera o bem-estar como a qualidade de funcionamento de alguns elementos, consistindo inicialmente esses funcionamentos de itens fundamentais a sobrevivência de um indivíduo, tais como alimentação adequada e boa saúde, até a realizações sociais mais completas, tais como ser feliz e ter participação na vida comunitária. (SALAMA e DESTREMAU, 2001).

Sen (2000) não desconsidera a relação clássica entre pobreza e falta de renda, porém ao invés de constatar que são pobres, pois falta renda, o autor constata que falta renda por serem pobres. A diferença está no fato de que ao analisar o desenvolvimento familiar, além de verificar a óbvia falta de acesso a renda, o autor verifica também que há privações de liberdades em seu desenvolvimento que refletem a falta de renda, como seria no caso da falta de educação formal para sustentar a falta de acesso ao trabalho.

Narayan em sua pesquisa, ouvindo o que os pobres teriam a dizer definiu a pobreza como sendo:

Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade. (NARAYAN, 2000)

Atualmente, segundo Barros, Silva e Franco (2006), embora inexistente um padrão de definição de pobreza, há o reconhecimento de que a pobreza é um fenômeno de caráter *multidimensional*, pois índices de pobreza unidimensionais teriam a ineficiência de considerar que todos usam a renda de forma semelhante, e isso pode não ocorrer, pois como os indivíduos tendem a maximizar sua satisfação através do consumo de produtos adquiridos no mercado, tal consumo pode não ter a prioridade de minimizar as privações de uma família, ou seja, alguns indivíduos preferem gastar parte de sua renda com bens contrários ao desenvolvimento da família como, por exemplo, o caso apresentado por Castillo e Costa (2008) em que algumas famílias apresentam indivíduos que são muitas vezes chefes da família e preferem gastar parte da renda em bebidas alcoólicas, em razão da recreação associada ao seu consumo, em vez gastar com bens fundamentais para a subsistência ou para o progresso familiar.

A multidimensionalidade da pobreza apresenta o potencial em situar os pobres dentro de uma alteridade com relação ao resto da sociedade que não são pobres. O fato de dividir aqueles que são pobres da-

queles que não são pobres por uma ótica que não considera apenas a renda, mas a diversos elementos igualmente importantes, inaugura uma nova perspectiva de análise, havendo assim a possibilidade de verificar grupos em que os elementos relativos a renda, estão plenamente satisfeitos, porém alguns elementos que não são relativos a renda estariam insatisfeitos (LIMA, 2005).

Desde a observação da pobreza em identificar os “vagabundos” na idade média até atualmente com a identificação da pobreza multidimensional, a pobreza passou de avaliar as características pautadas na renda e consumo para avaliar até mesmo questões mais amplas e subjetivas como é o caso da dignidade e autonomia.

Segundo Codes (2008), os vários conceitos de pobreza não devem ser avaliados como se competissem entre si, mas como se coexistissem e que conforme houve maiores detalhamentos no estudo da pobreza, há a tendência de se incorporar aspectos subjetivos, em que além das privações de caráter socioeconômico, os pobres são acometidos por privações em sua dignidade e autoconfiança.

Como a constatação da pobreza como um fenômeno complexo que interage com diversos fatores socioeconômicos, resultando em privações que interferem no desenvolvimento familiar e é perpetuado por gerações, por ser mais visível em determinadas características o tópico a seguir tratará das características mais comuns entre os mais pobres identificados pela literatura sobre o tema que podem ser visualizadas pela pesquisa.

CARACTERÍSTICAS MAIS COMUNS ENTRE OS MAIS POBRES

Como é fundamental a identificação das características entre os mais pobres, Ramos e Vieira (2001) ao estudarem a desigualdade de renda no Brasil nas décadas de 80 e 90, separou-as em três grupos de variáveis que podem possuir participações desiguais no mercado de trabalho: a segmentação do mercado, a discriminação e as características produtivas dos próprios trabalhadores.

A segmentação do mercado se refere a diferença de remunerações entre indivíduos de iguais condições e competências, por estarem alocados em setores econômicos diferentes. Essa alocação pode ser regional ou setorial, a regional identificaria a diferença de remuneração com relação a localização dos indivíduos e a setorial com relação ao setor ou ramo de atuação no mercado de trabalho.

A discriminação se refere ao diferencial nas remunerações, como por exemplo entre os sexos e as raças, entre os indivíduos com iguais condições e competências, pertencentes a um mesmo setor no mercado

de trabalho de uma Região. Nesses casos, dois indivíduos de iguais competências e de igual localização poderiam ser remunerados de forma diferente, dado alguma característica que não tem relação com a produtividade. (SACHSIDA, 2011)

Em que se relaciona as características dos próprios trabalhadores definindo como idade e nível formal educacional como sendo um dos atributos de valoração no mercado de trabalho, pois segundo a teoria do capital humano, que vem analisar as capacidades, conhecimentos e competências de cada indivíduo em sua relação ao trabalho, sendo assim é natural possuir relação direta com a pobreza. Tendo a educação como uma forma de analisar o conhecimento de cada indivíduo, os anos de estudo de cada um poderia ser utilizada como proxy, para avaliar esse conhecimento. (SACHSIDA, 2011)

Barros, Corseuil e Leite (2000), ao avaliar o mercado de trabalho e a pobreza no Brasil, constataam que um dos principais determinantes do nível de pobreza são como os recursos humanos são usados e remunerados dentro de uma sociedade, dessa forma aqueles locais onde há maior concentração de renda ou fatores de falta de oportunidade, como falta de acesso à educação, tenderiam a obterem maiores níveis de exposição a pobreza.

Dessa maneira, considerando o consenso das relações entre renda e pobreza, há de se considerar que as variáveis relativas a pobreza também possam ser divididas nesses três grupos de Ramos e Vieira (2001): a segmentação do mercado, a discriminação e as características dos próprios trabalhadores. Porém em se tratando de pobreza multidimensional, muitas das variáveis poderão não ter relação direta com a renda.

Relacionando a localização e segmentação das pessoas e a pobreza, há de se considerar a relação entre as remunerações e a segregação de mercado, porém para a pobreza há outras relações a serem consideradas concomitantemente com o a renda. Primeiramente, o fator cultural e de acessos das pessoas a saúde e a hábitos saudáveis tendem a ter influência direta na pobreza. Dessa forma, é possível que algumas famílias possam ter a mesma renda por pessoa, porém faixas de pobreza diferenciado. (CUNHA e JIMÉNEZ, 2006; SILVEIRA ET AL, 2007)

Sobre a discriminação das pessoas e a pobreza, nesse grupo de variáveis há de se constatar uma relação mais direta com a renda do que com relação ao grupo da localização e segmentação, pois a presença de discriminação está ligado a remuneração no mercado de trabalho e a um fator histórico da sociedade, em que há diferença entre educação e renda entre determinados grupos, como é o consenso de haver atualmente no Brasil uma diferença na remuneração e na educação formal média dos grupos de brancos e não brancos, sendo assim, é de se es-

perar uma diferença entre esses grupos nos determinantes da pobreza. (CACCIAMALI e HIRATA, 2005)

Com relação as características dos próprios indivíduos e a pobreza, além dos atributos que de influência direta na renda, há de se considerar outros atributos que possam não ter relação nenhuma com a renda, como é o caso da pessoa fumar ou optar por não fazer exercícios físicos, ainda que possa ser um fator cultural, pode ser também uma questão pessoal de preferência do consumidor. Dessa forma, há de se considerar que alguns indivíduos podem preferir estar numa faixa de pobreza pior, por terem uma preferência de consumir seu tempo ou algum bem que o levarão a ter pior faixa de pobreza. (BURLANDY, 2007; BUSS, 2007)

ESTRATÉGIAS DE MINIMIZAÇÃO DA POBREZA

A intervenção do Estado na economia é um tema controverso e presente desde os primeiros estudos baseados na economia, apesar de não haver um consenso sobre a medida ótima de intervenção pública na atividade social para otimizar o desenvolvimento há de se considerar que os estudos das estratégias de minimização da pobreza considerem a intervenção estatal como um dos meios de combate à pobreza.

Como as falhas de mercado são responsáveis por parte da presença da pobreza e como segundo Varian (2006) os Neoclassicos defendem a intervenção do Estado quando há Falhas de Mercado, a busca dessa correção tenderia a minimizar a pobreza. Sendo essas falhas identificadas pela presença de Bens Públicos, Externalidade, Incertezas e Assimetria de informação.

A dificuldade de restringir a utilização dos Bens Públicos exclusivamente aos pagantes configura uma impossibilidade de oferta desses bens pelo setor empresarial. A dificuldade de precificação e mensuração do seu consumo apresentaria outro desafio, visto que seria necessário a declaração daqueles que usufruem de tal produto, há a possibilidade de indivíduos consumirem sem pagar (caroneiros). Dadas essas características desses tipos de bens é fundamental a intervenção governamental para produzir o bem e financiar por meio de arrecadações compulsórias. (VARIAN, 2006).

As externalidades estão presentes quando os agentes transferem custos que originalmente são deles, mas que por falha do mercado tais custos são repassados a outros indivíduos. Como é o caso de indivíduos que optam por consumir substâncias que causam alteração psicológica, que acabam por transferir parte dos problemas gerados por esse consumo a outras pessoas, como aqueles que externalizam podem não tendo

de arcar com seus prejuízos é necessário a intervenção do Estado para contrabalancear. (VARIAN, 2006).

Os riscos e incertezas referem-se ao comportamento dos agentes frente a cenários futuros em que projetos de maturação muito longos ou instabilidades macroeconômicas impedem o investimento em certas áreas por não ser possível ter uma expectativa de lucro confiável. (VARIAN, 2006).

As informações assimétricas ocorrem quando não há perfeita valoração dos atributos pelos agentes, havendo assim falha no conhecimento de cada agente, o que acarreta numa possibilidade de seleção adversa e risco moral. (VARIAN, 2006).

Segundo Moreira (2011), como a assimetria leva a alguns casos o impedimento de escolhas racionais que maximizem a utilidade dos agentes, tanto dos ofertantes quanto dos demandantes e os mercados ficam demasiadamente desequilibrados para tender a um equilíbrio geral, a intervenção governamental exclusivamente sob essas condições ficariam precárias para minimizar problemas que são necessários para o desenvolvimento do Brasil. O autor constata assim que o modelo liberal é insatisfatório para resolver todos os problemas atuais, necessitando de amparo de outras correntes de pensamento.

Sen (2000), amplia a visão clássica de liberdade, indicando que se deve haver presença do Estado quando há privação na liberdade dos indivíduos, classificando como cada indivíduo deva ter direito a vida, liberdade, propriedade e segurança. Havendo estruturas sociais historicamente divergentes, formadas por indivíduos com maiores acessos a educação e renda que outros, geraria diferenças nas liberdades individuais entre os indivíduos, pois algumas pessoas estariam tão à frente que outras jamais poderiam alcançar tal desenvolvimento, o que torna a sociedade com diferenças sociais.

Como e quando intervir para minimizar tais disparidades sociais é um tema amplo e controverso que a pesquisa pretende dar foco nas estratégias de minimização da pobreza. Primeiramente há de se considerar duas formas de intervenção: aquelas que buscam alocar os fatores para equilibrar as disparidades sociais e são geralmente políticas de curto prazo e aquelas que buscam desenvolver a sociedade como um todo e são aplicadas apenas no longo prazo.

As políticas sociais pretendem modificar situações que os resultados do sistema econômico não atingiriam naturalmente, pois tais problemas seriam específicos de alguns grupos sociais e tenderiam a se perpetuar caso não haja essa intervenção. (MOREIRA, 2011)

Antes de tratar das políticas diretamente é necessário avaliar a capacidade da sociedade em negociar com o Estado e como há a neces-

sidade de intervenção para corrigir a privação de liberdades é de se esperar que aqueles que precisem de menos atenção do Estado possuam mais recursos que garantem maior capacidade de negociação, dessa forma é natural que o peso econômico de cada agente não deveria ser levado em consideração e sim a justiça para trazer melhor equidade social. (SCHWARTZMAN, 2006).

A presença de agentes demandantes de serviços públicos no controle das decisões governamentais poderia levar a resultados diferenciados da maximização dos recursos sociais que gerariam a equidade, havendo tal problema de justiça, sua solução seria complexa e de múltiplas abordagens necessitando de um fortalecimento das instituições e uma polarização das forças que compõem aqueles que determinam a agenda pública. (SALAMA, 2011).

Segundo Barr (2004) a intervenção governamental deve buscar três condições primordiais: eficiência, justiça e preservação da liberdade. Como é necessário haver eficiência na utilização dos recursos para que haja justiça e consequentemente preservação das liberdades individuais, sendo que os conceitos necessidades sociais são definidas e percebidas de formas diversas surgindo assim variados sistemas de proteção social. (MOREIRA, 2011).

As políticas de curto prazo, no geral, tenderiam a realocar os recursos para compensar alguma privação fundamental, mas não corrigi-la, como é o caso da transferência de renda para promover a segurança alimentar, em que aqueles que recebem tal auxílio não são capazes de solucionar a falta de renda para a nutrição de forma permanente, mas por se tratar de uma necessidade indispensável há a necessidade de uma intervenção que não irá solucionar o problema, mas amenizará no curto prazo. (BURLANDY, 2007).

Como há grupos com privações históricas, em que alguns jamais conseguirão atingir o desenvolvimento necessário, é preciso intervenção para a minimização das suas privações para interromper a perpetuação da pobreza em certos grupos de famílias. Dessa forma, as políticas de longo prazo buscariam minimizar tais privações para as próximas gerações, como seria o caso de uma família que deixaria de colocar o filho para trabalhar para coloca-lo na escola em troca de um auxílio. Nesse caso apesar do auxílio ser de curto prazo há resultados no longo prazo, pois provavelmente esse filho terá condições de estudo que seus pais não tiveram e consequentemente poderá auferir melhores condições de desenvolvimento familiar.

As políticas de longo prazo não surtiriam efeitos imediatamente, porém seus resultados deverão ser de caráter permanente, como seria o caso, de, por exemplo, abrir mais escolas de ensino básico ou de me-

lhorar tal ensino, seus resultados por se tratarem da base da educação formal de um indivíduo levarão anos para terem resultados, mas seus efeitos serão permanentes para aqueles que o tiveram acesso. (BURLANDY, 2007).

SUGESTÕES E DISCUSSÕES DE ESTRATÉGIAS

Há o consenso da importância da educação formal no mundo todo e da sua falta na maioria das famílias pobres conforme o demonstrado por Delors (1998), em que se caracterizam os indivíduos sem um nível adequado de educação formal como sendo pessoas sem a capacidade de usufruir de uma coesão social e participação a democracia. Conforme o visualizado pela pesquisa, há de se caracterizar o Brasil como tendo uma falha com respeito ao Indicador de Atraso Educativo.

Dessa forma a pesquisa confirma o consenso de que a educação formal é uma das principais falhas dentre os pobres, sendo que para minimizá-la é necessário políticas de longo prazo para promoverem uma melhor equiparação das famílias, pois ela não pode ser melhorada no curto prazo através de transferências de recursos.

Para minimizar o problema da falta de educação formal, é preciso aplicar estratégias de curto e de longo prazo, pois de nada adiantaria ter um sistema de ensino perfeito e disponível a todos, se a família não tem renda suficiente para sua subsistência. Sendo assim é necessário prover meios para que as famílias alcancem primeiro a subsistência no curto prazo para que uma melhora no sistema educacional possa promover um desenvolvimento social que rompa com a perpetuação da pobreza, formada pelo seguinte círculo da pobreza descrito por Sen: a família é pobre e não consegue renda, sem renda não consegue um avanço educacional, nem um desenvolvimento familiar, em que seus descendentes formarão novamente outra família pobre.

Apesar de haver pessoas que romperam com esse círculo, mesmo não tendo uma educação formal adequada, há de se considerar que a pesquisa busque as estratégias de minimização da pobreza mais significativas na média, dessa forma na média a melhora na educação formal é fundamental para minimizar a pobreza em todo o Brasil.

Sendo assim, a primeira estratégia de minimização de pobreza tem como foco, a transferência de renda para aqueles que não tem o mínimo para sobreviver. Tal transferência de renda já tem respaldo em programas do governo como o Programa Bolsa Família, Programa de Proteção Social Básica e outros programas.

Essa estratégia, visaria inicialmente o combate a insegurança alimentar no curto prazo, permitindo que as famílias não necessitem mais

da utilização do trabalho infantil para sua subsistência, pois é parte fundamental da quebra do círculo da pobreza que haja possibilidade de acesso à educação e a presença de trabalho infantil é um dos fatores que dificultam esse acesso.

Sendo uma importante estratégia para a minimização da pobreza, o combate ao trabalho infantil não será resolvido apenas com a transferência de uma renda mínima, pois conforme o apresentado por Campos e Alverga (2001), há aqueles que trabalham precocemente, não para compensar alguma insegurança alimentar ou falta de acesso a renda, mas por serem motivados numa crença indiscriminada na dignidade do trabalho precoce.

Dessa forma, além da transferência de renda, é necessário elaborar estratégias para o combate a essa crença, necessitando de ações diferenciadas para cada cultura, pois conforme o apresentado, Regiões como Nordeste, Norte e a localização rural possuem uma maior proporção de presença de trabalho infantil e também daqueles que trabalham exclusivamente para o próprio consumo.

Outro importante fator para o rompimento da perpetuação da pobreza, se dá pelas relações de trabalho e a presença de discriminação gera disparidades com respeito a renda e a pobreza. Havendo grupos com os mesmos atributos, capacidades e conhecimentos e apresentando remunerações e posteriormente diferenças na pobreza em média, comprova a influência da discriminação na pobreza. Sendo assim políticas que visem a correção do peso dessa discriminação, tenderia a minimizar a pobreza dos grupos menos favorecidos.

Ainda com relação a esses grupos e a discriminação, há de se considerar o fator histórico, em que historicamente os negros, pardos e indígenas possuem um pior acesso à educação que a média nacional. Dessa forma, mesmo que supostamente toda a discriminação seja corrida, é de se esperar que esses grupos continuem com disparidades de remunerações e pobreza, por possuírem piores acesso à educação. Com isso, faz-se necessário não apenas o combate à discriminação, mas também uma melhora no acesso à educação de base.

Como concluir que é necessária uma melhora na educação pública de base do Brasil é consensual e vago, a pesquisa sugere que haja políticas de correção naqueles que obtiveram uma educação de base defasada, por exemplo, segundo Akkari (2001), Soares e Alves (2003) e Borges e Carnielli (2005) há um melhor aproveitamento e maiores chances de passar em universidades concorridas aqueles que tiveram o ensino fundamental e médio em escolas particulares.

Dessa forma, não havendo a possibilidade de uma equiparação entre esse ensino público e privado no curto prazo, é justificável aplicar

políticas que minimizem essa diferença, uma sugestão possível é a aplicação de cursinhos pré-vestibulares a nível nacional e gratuito. Outra possibilidade é promover incentivos fiscais e tributários para que determinados grupos tenham acesso ao ensino privado, como por exemplo, a isenção de uma parcela de impostos para as escolas que aceitarem gratuitamente o ingresso de alunos de baixa renda.

Há de se considerar que tanto a aplicação de cursinhos gratuitamente e incentivos fiscais não resolvem o principal problema que é a diferença no ensino público de base, porém minimizam parte das diferenças educacionais entre alguns grupos.

Todas as estratégias discutidas até aqui, visam o rompimento da extrema pobreza no curto prazo, para que os filhos possam estudar e terem posteriormente níveis de pobreza melhores que seus pais. Agora, partindo da ótica da relação entre pobreza e saúde, há de se considerar dois pontos: a saúde pelo acesso a recursos médicos e pelo acesso a informação.

A análise pelo acesso a esses recursos, está diretamente ligada a renda ou a saúde disponibilizada gratuitamente, em que havendo defasagem na oferta de produtos médicos pelo sistema público, aqueles que tiverem possibilidade de adquirir esses produtos no mercado tenderão a ter melhores níveis de saúde e conseqüentemente menores privações. A minimização dessa disparidade entre o ofertado publicamente e o disponível a mercado é amplamente desejável e consensual. (ROCHA, 2006; BUSS, 2007)

Com relação ao acesso a informação, apesar de ser influenciado pela renda, há uma falta de acesso proposital a informação com relação aos produtos alimentícios, remédios e muitos outros que obtêm influência direta na saúde. Seria desejável uma divulgação de todos os ingredientes presentes em cada produto em que se é consumido, apresentando as conseqüências e malefícios.

Tal divulgação, poderia ser feita nos sites de cada empresa e ser obrigatória por lei, ou obter incentivos aquelas que o fizerem. É natural que a divulgação de todos os ingredientes de um produto alimentício possa violar alguns direitos, como é o caso de patentes e deve ser melhor discutida, porém para reduzir a seleção adversa e aumentar a informação dos riscos e problemas no consumo de cada bem, poderia ser feito algo semelhante ao realizado em cigarros, em que há a obrigatoriedade de apresentar seus malefícios. Como seria custoso de se apresentar seus malefícios no rótulo de alguns produtos, a sugestão de apresentar suas informações em um site seria mais indicada.

Dessa forma, políticas que visem a redução da assimetria de informação tenderiam a reduzir a pobreza, apesar da pesquisa ter sugerido

políticas específicas apenas a produtos alimentícios, é possível extrapolar essa análise para todos os outros. Como é natural que as empresas não publiquem os malefícios de seus produtos, faz-se necessário intervenção para obrigar ou incentivar tais divulgações.

Outra questão a ser considerada, é o fato daqueles que têm uma pior saúde por desejo próprios, como por exemplo, aqueles que optam por ser sedentários ou por fumar. Podendo haver casos de indivíduos que possuem acesso a informação dos malefícios de fumar ou de não praticar exercícios físicos. Nesses casos o ideal é disponibilizar o acesso a informação, porém aquele que tem acesso e a rejeitam não há o que se possa fazer.

COMENTÁRIOS FINAIS

O trabalho apresentou como a pobreza era percebida antigamente e como o conceito de pobreza foi evoluindo, sendo inicialmente percebida pela presença da fome ou de uma renda mínima até o conceito atual denominado como pobreza multidimensional.

Com isso, para embasar o estudo das estratégias de minimização da pobreza, faz-se inicialmente um estudo das características mais comuns entre os mais pobres, em que se discute a pobreza relacionada a segmentação do mercado, a discriminação e as características produtivas dos próprios trabalhadores.

Sobre as estratégias de minimização da pobreza, inicialmente discute-se as estratégias de curto e longo prazo, sendo que apesar das estratégias de curto prazo serem provisórias, muitas delas ainda se fazem necessário para promover que algumas famílias em extrema pobreza possa garantir a segurança alimentar. Com isso as estratégias de longo prazo, que realmente podem romper com a perpetuação da pobreza familiar, só surtirão efeito se a subsistência da família estiver garantida previamente.

Na parte de sugestões, além de discutir o diferencial de renda e educação, discute-se também o problema da assimetria de informação, na qual o consumidor incorre muitas vezes em uma seleção adversa por falta de informações detalhadas. Outra discussão a que se tem é sobre a preferência do consumidor, na qual há a possibilidade de que alguns indivíduos prefiram estar num nível de pobreza pior, por consumirem bens nocivos como é o caso de cigarro e bebidas alcoólicas ou de não praticar exercício.

REFERÊNCIAS

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. *Counting and multidimensional poverty measurement*. Journal of public economics, v. 95, n. 7, p. 476-487, 2011.

ALKIRE, Sabina; SANTOS, Maria Emma. *Acute multidimensional poverty: A new index for developing countries*. 2011.

AKKARI, Abdeljalil J. *Desigualdades educativas estruturais no Brasil: entre estado, privatização e descentralização*. Educação e sociedade, v. 22, n. 74, p. 163-189, 2001.

BARR, Nicholas Adrian. *Economics of the welfare state*. Oxford, Oxford University Press, ed. 4, 2004.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. *Pobreza multidimensional no Brasil*. IPEA, 2006.

BARROS, Ricardo Paes de; CORSEUIL, Carlos Henrique; LEITE, Phillippe G. *Mercado de trabalho e pobreza no Brasil*. IPEA, 2000. p. 177-229.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. 2001.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. *Pobreza, estrutura familiar e trabalho*. 1995.

BORGES, José Leopoldino das Graças; CARNIELLI, Beatrice. *Educação e estratificação social no acesso à universidade pública*. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 113-139, 2005.

BURLANDY, Luciene. *Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional*. Ciência & Saúde Coletiva, v. 12, n. 6, p. 1441-1451, 2007.

BUSS, Paulo Marchiori. *Globalização, pobreza e saúde*. Ciênc. saúde coletiva, v. 12, n. 6, p. 1575-1589, 2007.

CACCIAMALI, Maria Cristina; HIRATA, Guilherme Issamu. *A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda - uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo*. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 767-795, 2005.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTILLO, Carlos Onorio; COSTA, Maria Cristina Silva. *Significados do consumo de álcool em famílias de uma comunidade pobre venezuelana*. Revista Latino-americana de Enfermagem, v. 16, 2008.

CODES, Ana Luiza Machado de. *A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa*. 2008.

CONEVAL, Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social. *Metodología para la medición multidimensional de la pobreza en México*, México DF. CONEVAL, 2009.

CUNHA, JMP da; JIMÉNEZ, Maren Andrea. *Segregação e acúmulo de carências: localização da pobreza e condições educacionais na Região Metropolitana de Campinas*. Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas, NEPO/Unicamp, 2006.

DELORS, Jacques et al. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, 1998.

DINIZ, Marcelo Bentes; DINIZ, Marcos Monteiro. *Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos objetivos do desenvolvimento do milênio*. Economia Aplicada, v. 13, n. 3, p. 399-423, 2009.

FOSTER, James, GREER, Joel e THORBECKE, Erik. *A class of decomposable poverty measures*. Econometría, Vol 52, n. 3, p761-765, maio/1984.

FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*. Ed. Saga, 1969.

HENRIQUES, Ricardo. *Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza: por um novo acordo social no Brasil*. Henriques R, organizador. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, p. 1-18, 2000.

LIMA, Ana Luiza Machado de Codes. *Modelagem de Equações Estruturais: uma Contribuição Metodológica para o Estudo da Pobreza*. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia. Maio de 2005.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Vozes, 2003.

MOCELIN, Cassia Engres. *O Programa Bolsa Família enquanto principal estratégia de enfrentamento à pobreza rural no contexto brasileiro atual*. Seminário Interinstitucional de ensino, pesquisa e extensão, v. 15, 2010.

MOCELIN, Cassia Engres; FIALHO, Marco Antonio Verardi. *POBREZA RURAL E BOLSA FAMÍLIA: análises a partir da comunidade São João do Barro Preto no município de Júlio de Castilhos/RS*. VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010.

MOREIRA, Juliana Duffles Donato. *Estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Agosto de 2011.

NARAYAN, D. *Voices of the poor - Can anyone hear us?* Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000.

RAMOS, Lauro; VIEIRA, Maria Lucia. *Desigualdade de Renda/ns no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes*. 2001.

ROCHA, Sonia. *On statistical mapping of poverty: social reality, concepts and measurement*. 1998.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* FGV Editora, 2003.

ROCHA, Sonia. *Pobreza e indigência no Brasil: algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004*. Nova Economia, v. 16, n. 2, p. 265-299, 2006.

SACHSIDA, Adolfo. *Qualidade das instituições e crescimento econômico regional, urbano e ambiental*. Universidade Federal do Paraná, p. 11, 2011.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. *O tamanho da pobreza*. Editora Garamond, 1999.

SALAMA, Bruno Meyerhof. *Sete enigmas do desenvolvimento em Douglass North*. Economic Analysis of Law Review, v. 2, n. 2, p. 404-428, 2011.

SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. Editora Universidade de São Paulo, 2009.

SCHWARTZMAN, Simon. *Redução da desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda*. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, versão, v. 3, p. 13, 2006.

SEN, Amartya. *Poverty: an ordinal approach to measurement*. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, p. 219-231, 1976.

SEN, Amartya Kumar; MENDES, Ricardo Doninelli. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. *El desarrollo como libertad*. *Gaceta Ecológica*, n. 55, p. 14-20, 2000.

SILVA, MCP da; BARROS, R. Paes. *Pobreza multidimensional no Brasil*. Anais do XXXIV Encontro Nacional da Anpec, 2006.

SILVA, Ana Márcia Rodrigues da; LACERDA, Fernanda Calasans C.; NEDER, Henrique Dantas. *A evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacitações*. In: *Bahia Análise & Dados. Pobreza, desigualdade e ciclos econômicos*. Salvador: SEI, v. 21, n. 3, p. 509-527, jul-set/2011.

SILVEIRA, Fernando Gaiger et al. *Dimensão, magnitude e localização das populações pobres no Brasil*. 2007.

SOARES, José Francisco; ALVES, Maria Teresa Gonzaga. *Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica*. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 147-165, 2003.

TOWNSEND, Peter. *The international analysis of poverty*. Harvester Wheatsheaf. 1993.

VARIAN, Hal R. *Microeconomia-princípios básicos*. Elsevier Brasil, 2006.

VIEIRA, Edmar Augusto; GRASEL, Dirceu. *Desigualdade e pobreza em perspectiva: o caso de Mato Grosso*. Mato Grosso, 2011.

WANDERLEY, Nazareth. *A emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas – O ‘Rural’ como Espaço Singular e Ator Coletivo*. *Estudos Sociedade Agricultura*, n.15:87-145. 2000.

World Bank GINI index. Disponível em: [http://data.worldbank.org/indicador/SI.POV.GINI/](http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI/) acessado em 20/11/2014

RECICLAGEM DE GESSO EM ESPAÇOS URBANOS: CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE EM CUIABÁ/MT

Laís Santos Ghisi

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)
laisghisi@yahoo.com.br

Alexandre Magno de Melo Faria

Economista (UFMT)
Mestre e Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA)
Pós-doutor em Gestão e Economia (UBI/Portugal)
Professor Adjunto IV da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
dr.melofaria@gmail.com

Alexandro Rodrigues Ribeiro

Economista (UFMT)
Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA)
Professor Adjunto I da Faculdade de Economia da UFMT
ivalex_6@hotmail.com

Armando Wilson Tafner Junior

Economista (UEM)
Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA)
Professor Auxiliar I da Faculdade de Economia da UFMT
armandowilson@hotmail.com



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

RESUMO

O objetivo deste artigo foi estimar o potencial de reaproveitamento de resíduo de gesso da construção civil em Cuiabá/MT, conforme previsto na Resolução n.º 431/2011 do CONAMA. Utilizou-se como referencial teórico os preceitos da economia ecológica, a partir da perspectiva da segunda lei da termodinâmica e do conceito de throughput. A metodologia de abordagem incluiu entrevistas às instituições responsáveis pela gestão integrada de resíduos de construção e demolição (RCD) no município, tanto empresas privadas receptoras quanto instituições públicas. Os resultados indicam que o principal tratamento ao resíduo de gesso em Cuiabá/MT consiste no seu depósito no aterro sanitário, descumprindo a legislação que determina a sua reciclagem. A

ausência de uma estrutura de reciclagem de gesso no município está ligada à insuficiência de uma base de dados sobre resíduos que permita avaliar e implementar uma política efetiva e eficaz para adequada gestão dos RCD. Percebe-se também a necessidade do fortalecimento de instrumentos de comando e controle, instrumentos econômicos e instrumentos de comunicação social para se fomentar uma cadeia produtiva de reciclagem de gesso. Conclui-se que a atual estrutura implantada em Cuiabá/MT impede a oportunidade de avaliar o potencial de agregação de valor, geração de renda e empregos ao nível local.

Palavras- chave: RCD, gesso, reciclagem, *throughput*, Cuiabá.

ABSTRACT

The aim of this paper was to estimate the recycling potential of gypsum waste from civil construction in Cuiabá/MT, as provided in Resolution No.431/2011 of CONAMA. It was used as a theoretical framework the principles of ecological economics, from the perspective of the second law of thermodynamics and the concept of throughput. The methodology included interviews with institutions responsible for the integrated management of construction and demolition waste (CDR) in the municipality, including private companies and public institutions. The results indicate that the main treatment the gypsum waste in Cuiabá/MT is its deposit in landfill, disregarding the laws of recycling. The absence of a gypsum recycling structure in the city is linked to the failure of a database on waste to evaluate and implement an effective and efficient policy for proper management of CDR. We perceived the need to strengthen command and control instruments, economic instruments and social communication tools to foster a productive chain of gypsum recycling. It concludes that the current structure located in Cuiabá/MT prevents the opportunity to assess the potential added value, income generation and employment at local level.

Keywords: CDR, gypsum, recycling, throughput, Cuiabá.

INTRODUÇÃO

O planejamento do desenvolvimento socioeconômico das nações implantou-se de forma mais intencional a partir da década de 1950. Na década de 1970 foram ponderadas a expansão da escala econômica mundial e as percepções de poluição e escassez de

recursos naturais, inserindo no planejamento a necessidade de conseguir atrelar ao desenvolvimento o termo qualificativo “sustentável”. Conforme o ideário assumido por Brown (2009), embora a distância entre o que está realmente sendo feito e o que é necessário fazer para conter a deterioração ambiental do planeta continue a aumentar, precisa-se, de alguma forma, reverter essa tendência, a partir de uma mudança eficaz de sistema, de pensamento e atitude.

No decorrer das últimas décadas, ao buscar vincular a temática do crescimento econômico com as questões relacionadas ao meio ambiente, o debate ecológico do desenvolvimento passou a assumir a pauta de diversas conferências e tratados internacionais. Em 1972, em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano definiu uma série de diretrizes de comportamento e responsabilidades aos países para conduzir a tomada de decisão para questões ambientais. Dando continuidade às discussões, em 1982, em Nairóbi, no Quênia, criou-se a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. De 1987, a partir do Relatório Brundtland formulou-se a definição mais geral e usual do desenvolvimento econômico, tido como aquele que atende às necessidades presentes, sem comprometer o acesso e satisfação das necessidades das gerações futuras.

Em 1991, a Carta de Roterdã veio estabelecer os princípios para o desenvolvimento sustentável. No ano seguinte, realizada na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Eco 92 ou Rio 92, trouxe novamente para o foco do debate ambiental a necessidade de uma mudança de comportamento, visando à compatibilização do crescimento econômico com a preservação e proteção ambiental. Na década seguinte, em Johannesburgo, na África do Sul, foi organizada a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável. Englobando também questões sociais, em 2002, foi a vez da Rio+10 e, mais recentemente, em 2012, a Rio+20 centrada nos temas de economia verde e governança internacional.

Abordagem indispensável na temática da sustentabilidade, e definida como uma das diretrizes do programa de ação voltado ao desenvolvimento proposto na Rio 92, conhecido como Agenda 21, a questão dos resíduos sólidos exibe grande relevância, dada a magnitude de seus impactos ambientais, sociais e econômicos. No Brasil, foram necessários 21 anos, desde sua proposição junto ao Senado Federal até que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) fosse aprovada, o que representou importante marco regulatório para tratamento adequado dos resíduos. Instituída pela Lei n.º 12.305/2010, tal instrumento define um conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, metas e ações a serem adotadas com

vistas ao gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos. Mais do que isto, estabelece a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e incumbe autonomia administrativa ao poder público local – Distrito Federal e Municípios – a competir na gestão integrada dos resíduos sólidos gerados em seus respectivos territórios.

No caso dos resíduos da construção e demolição (RCD) em particular, a regulamentação de sua gestão também é recente, dada por meio da Resolução n.º 307/2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Segundo Gaede (2008), pesquisas realizadas em algumas cidades brasileiras apontam que os RCD representam cerca de 60% da totalidade de resíduos sólidos gerados. Nesta categoria, enquadram-se os resíduos de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e escavação de terrenos. Seja pelo volume gerado, seja pelo despejo em locais inadequados, os impactos econômicos, sociais, ambientais e de saúde pública do entulho não passam despercebidos.

No que diz respeito ao gesso na construção civil, seu uso tem sido crescente nas últimas décadas, muito aplicado em revestimento e fundição. Primordialmente, o destaque a este material também é dado pela também recente comprovação de sua viabilidade técnica de reciclagem a partir de seu resíduo descartado na construção civil. Tal constatação resultou em alteração da classificação do gesso para resíduo reciclável, dada pela Resolução n.º 431/2011 do CONAMA, implicando-se, desta forma, em obrigatoriedade de reciclagem deste tipo resíduo, tal como a madeira, papel/papelão, plásticos, metais e vidros.

No contexto regional, de acordo com Faria (2009), Mato Grosso é a unidade federativa no país com maior expansão econômica desde 1985 até 2008. Neste período o perfil urbano tem se alterado fortemente e deve-se acumular o máximo de conhecimento possível para se planejar a ocupação ordenada do território. Neste sentido, o presente estudo aplicado para o município de Cuiabá/MT dedica-se a diagnosticar e estimar o potencial de reaproveitamento do gesso descartado oriundo da construção civil. A partir daí, assume como objetivos específicos a caracterização dos RCD produzidos no município; a mensuração dos materiais descartados no entulho e o percentual destes com potencial de reaproveitamento, com enfoque no gesso a ser reaproveitado no setor da construção e setor primário; a estimação dos ganhos e perdas econômicas resultante da gestão e reciclagem do gesso dos resíduos da construção civil; e, por fim, avaliação dos impactos ambientais decorrentes do aproveitamento e reciclagem do gesso presente no entulho para Cuiabá.

Para tanto, adota a base teórica da economia ecológica, com grande relevância dada ao conceito de *throughput*¹ para a análise. Me-

metodologicamente, parte-se de dados primários e secundários, datados a partir do ano 2010, obtidos junto aos responsáveis pela gestão integrada dos resíduos sólidos em Cuiabá e de pesquisas e legislações ambientais que tratam da reciclagem do gesso.

REFERENCIAL TEÓRICO

De ampla importância nos últimos anos, a noção de desenvolvimento sustentável procura vincular a temática do crescimento econômico com o do meio ambiente. Relaciona, para tanto, os âmbitos dos comportamentos humanos, econômicos e sociais; da evolução da natureza; e da configuração social do território (VEIGA, 2008).

Conforme destaca Enríquez (2010), diante da problemática ambiental atual e das perspectivas de desenvolvimento sustentável, o foco teórico da economia ecológica volta-se primordialmente para a escala no uso dos recursos naturais, a equidade de sua distribuição e, por fim, na eficiência de sua alocação. Para Sachs (2002 apud VEIGA, 2008), no que tange às dimensões ambientais e ecológicas do desenvolvimento sustentável, permanece válido o tripé: 1) preservação do potencial da natureza para a produção de recursos renováveis; 2) limitação do uso de recursos não renováveis; 3) respeito à capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

Neste contexto, como aborda Romeiro (2010), cabe ao economista romeno de Nicholas Georgescu-Roegen, um dos grandes precursores da economia ecológica, com legado revolucionário ao pensamento econômico, a constatação de que a atividade econômica não pode mais ser concebida como um ciclo fechado, sem considerações aos fluxos de energia e matéria, e às perdas em forma de resíduos, calor e poluição. Tal interpretação enquadra-se na ideia de que o processo econômico tem raízes biológicas. Daí, a necessidade de o processo econômico ser repensado dentro do quadro geral da biosfera não como um processo isolado e independente, como é pressuposto pela economia convencional (CECHIN e VEIGA, 2010). Segundo o mesmo, a economia é um subsistema aberto inserido em um sistema maior, representado pelo próprio ecossistema, que é o responsável pelo fornecimento de matéria e energia necessárias às atividades econômicas e por receber os dejetos que estas produzem.

Com respaldo na Segunda Lei da Termodinâmica ou Lei da Entropia, Georgescu-Roegen (2012) confronta o paradigma mecanicista do processo econômico, apresentado pela teoria neoclássica. Para tanto, traz ao debate a ideia de que as atividades econômicas se alimentam da entrada (inputs) de recursos naturais de valor, e geram subprodutos

(outputs) finais sem valor. Durante este fluxo, a energia gradualmente passa, de forma irreversível e irrevogável, da condição de utilizável (ou livre) para não utilizável (ou presa), sendo parte desta dissipada ao longo do fluxo. A quantidade de energia não utilizável em um sistema termodinâmico é dada, neste contexto, pelo grau de entropia nele contida. Sob tal perspectiva, as atividades econômicas absorvem do meio ambiente matéria-energia de baixa entropia e liberam resíduos de alta entropia. Segundo Veiga (2008), pode-se dizer que este aumento entrópico corresponde à transformação de formas úteis de energia em formas que a humanidade não consegue mais utilizar. No limite, trata-se da transformação gradual de todas as formas de energia em calor que, por tornar-se tão difuso, inviabiliza sua utilização pelo homem (GEORGESCU-ROEGEN, 2012).

Um dos principais seguidores das ideias propostas por Georgescu e referência atual da economia ecológica, Herman Daly aborda o conceito de *throughput*. Daly descreve este *throughput*, também denominado “transumo”, como um “fluxo físico entrópico de matéria e energia proveniente de fontes naturais que passa pela economia humana e regressa aos sumidouros da natureza” (DALY, 2007, p.9). Ainda segundo Daly (2007), se este dito fluxo metabólico necessário para manter os processos econômicos torna-se demasiado grande, a níveis que requerem inputs dos recursos naturais e outputs residuais além da capacidade de absorção do meio ambiente, então o *throughput* se torna ecologicamente insustentável.

Assim, não há como considerar as atividades econômicas sem seus impactos em termos de depleção, poluição e degradação entrópica ao resto do ecossistema. Neste sentido, Daly (2002) aponta para a necessidade de investimentos que maximizem a produtividade do *throughput* de recursos naturais. Aumentar a produtividade destes implica, por certo, não somente na substituição de descobertas de novos depósitos, uma vez que o fator limitante passa a ser o capital natural, mas ainda redução do impacto dos serviços ambientais, como capacidade de acúmulo e absorção de resíduos. Segundo o mesmo autor, na perspectiva da economia ecológica, para o desenvolvimento sustentável é preciso conciliar a escala da economia e de seus *throughputs* dentro da capacidade de assimilação e regeneração do ecossistema (DALY, 1991).

METODOLOGIA

O desenvolvimento deste estudo teve início a partir de levantamento bibliográfico em artigos e documentos eletrônicos que apontavam para a possível viabilidade técnica e econômica de reciclagem do ges-

so. A pesquisa ganhou maior referencial para ser aplicada no diagnóstico de Cuiabá a partir da regulamentação, em 2011, do gesso como resíduo reciclável, bem como da publicação, neste mesmo ano, da tese de Pinheiro (2011), sobre gesso reciclado, premiada pela Capes, na categoria Engenharias I, e que serviram de base para realização da pesquisa.

A contextualização dos resíduos de construção civil e demolição a níveis nacional e regional foi realizada com base nos dados de relatórios anuais sobre o panorama dos resíduos sólidos formulado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2011; ABRELPE, 2012). Esta representa as empresas prestadoras de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, atuando ativamente com pesquisas e estudos e destinados ao desenvolvimento do setor.

Para Cuiabá, para fins de realizar diagnóstico dos resíduos da construção civil gerados no município, informações quanto à gestão, gerenciamento e volume de resíduos com destinação adequada, foram obtidas a partir de relatórios anuais de monitoramento de resíduos, datados de 2010 a 2012, disponíveis no portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Cuiabá, especificamente no Departamento de Resíduos Sólidos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Assuntos Fundiários de Cuiabá (SMAAF). Ainda, em visita realizada à mesma Secretaria no mês de janeiro/2014, buscou-se uma série de dados atualizada, relativos aos anos de 2013 e 2014, sobre os RCD gerados e a caracterização destes. A solicitação não pode ser atendida, no primeiro caso, devido a problemas no armazenamento de dados daquela instituição e, no segundo, dada a inexistência de um procedimento gravimétrico aos resíduos da construção e demolição em Cuiabá. Junto à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos de Cuiabá (SMSU), por meio do Relatório n.º 6, de abril/2013, do Plano Municipal de Saneamento Básico – Capítulo Resíduos Sólidos e do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do Município de Cuiabá, obteve-se ainda dados quanto à caracterização geral do município e seu cenário de resíduos sólidos.

Informações primárias quanto à estrutura de recebimento e capacidade de reciclagem de resíduos na construção civil em Cuiabá foram obtidos a partir de visitas realizadas nos meses de novembro e dezembro/2013 à Área de Triagem e Transbordo (ATT) do município, gerida pela empresa Eco Ambiental, e em entrevista a seu sócio proprietário, o Sr. João Alfredo Silva (SILVA, 2013a). Desde abril/2010 esta empresa atua em Cuiabá no recebimento, tratamento e destinação final dos RCD gerados no município. Localizada em uma área de aproximadamente quatro hectares na Rodovia Emanuel Pinheiro, Km 4, Bairro Jardim Vitória, em Cuiabá, recebe resíduos da construção civil, resíduos volumosos e resíduos de podas e madeira. A empresa está autorizada a funcionar, conforme Licença de Operação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente

de Mato Grosso (SEMA/MT), n.º 299.268/2010, emitida em 26/03/2010, válida até 25/03/2014. Também foi solicitada renovação da licença, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso (DOEMT), n.º 26249, de 12/03/2014, p.130.

O levantamento de dados quanto ao resíduo de gesso foi obtido junto ao Centro de Gerenciamento de Resíduos (CGR), empresa privada que gerencia o aterro industrial e recebe este tipo de resíduo no município, além de resíduos perigosos e tóxicos, conforme Licença de Operação n.º 299493/2010 emitida pela SEMA/MT e válida até 03/05/2014. Por meio de visita ao empreendimento, localizado no Distrito Pascoal Ramos, Bairro Pedra 90, Estrada do Couro, km 03, e de entrevista realizada ao gestor e engenheiro sanitário responsável, Sr. Admilton Silva, buscou-se dados relativos ao volume descartado e tratamento ao resíduo de gesso em Cuiabá (SILVA, 2013b).

Cabe ressaltar que o desenvolvimento da pesquisa encontrou limitações dado a ausência de dados atualizados e disponíveis nas empresas e instituições pesquisadas, ou ainda na autorização para fornecimento destes. Identificou-se que por nenhuma delas é mensurado de modo classificatório os resíduos gerados e recebidos na forma de agregado, o que acaba por inviabilizar a estimativa do real potencial de reaproveitamento do gesso descartado na construção civil em Cuiabá. Diante do exposto, a análise dos dados seguiu com respaldo nas legislações nacional, estadual e municipal que abordam a questão dos resíduos sólidos e na identificação das responsabilidades de gerenciamento dos resíduos em Cuiabá.

RESULTADOS

Esta seção está dividida em três partes. A primeira discute o contexto municipal da gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos da construção civil em Cuiabá. A segunda parte apresenta as potencialidades econômicas do uso do gesso, inclusive reciclado. A terceira parte discute as responsabilidades institucionais na coleta, segregação, tratamento e reciclagem de gesso.

CONTEXTO MUNICIPAL DA GESTÃO E GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Capital do estado de Mato Grosso, o município de Cuiabá está localizado na Região do Vale do Rio Cuiabá, cercado pelos biomas da Amazônia, Cerrado e Pantanal. Concentra-se em uma área de aproximadamente 3.538 km², sendo 254 km² correspondentes à macrozona ur-

banas e 3.284 km² à área rural, com uma população estimada em 551.098 habitantes, segundo Censo do IBGE de 2010. Segundo Cuiabá (2013), sobre o setor de serviços está sustentada a base econômica municipal, com representatividade de 76% de seu Produto Interno Bruto (PIB) dos R\$ 9,816 bilhões gerados em 2009. A indústria aparece com participação de 17% sobre este montante, e a agropecuária com apenas 1%. No setor da construção, em especial, somente entre os anos de 2009 e 2010, houve o crescimento da atividade econômica em 40% no município de Cuiabá (PINNOW, 2011); ascensão esta que veio acompanhada pelo aumento na geração de resíduos sólidos.

Ao nível nacional, a geração de resíduos da construção civil tem registrado crescimento expressivo, acompanhando a expansão do setor. Segundo dados da ABRELPE (2011; 2012) na Tabela 1, o volume de RCD coletado pelos municípios brasileiros cresceu a uma taxa geométrica de 6,29% ao ano entre de 2010 e 2012. Na Região Centro-Oeste, essa taxa de crescimento geométrica foi de 5,51% no mesmo período. Cabe ressaltar que o aumento dos RCD é ainda mais significativo, uma vez que o panorama apresentado contabiliza apenas os resíduos coletados das municipalidades, e não o volume total gerado. O índice per capita da geração nacional de RCD se expandiu a uma taxa geométrica de 5,36% ao ano entre 2010 e 2012, enquanto a mesma taxa na região Centro-Oeste apresentou expansão de 4,09%². Com uma taxa de expansão de cerca de 5,50% ao ano, em aproximadamente 13 anos o volume de RCD poderia dobrar, acarretando diversos processos necessários para o gerenciamento deste volume.

No que tange à geração de resíduos da construção a nível municipal, as estimativas disponibilizadas, referentes a abril/2006, quanto à composição dos resíduos sólidos urbanos de Cuiabá, demonstram que, naquele período, os RCD já representavam 65% do total de resíduos sólidos urbanos do município.

Tabela 1 - Quantidade total de RCD coletado no Brasil e Região Centro-Oeste

	RCD coletado (ton./dia)			Índice (Kg/hab./dia)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Brasil	99.354	106.549	112.248	0,618	0,656	0,686
Centro Oeste	11.525	12.231	12.829	0,923	0,966	1,000

Fontes: Pesquisa ABRELPE e IBGE – (ABRELPE, 2011; 2012).

Segundo tais estimativas, a geração de cerca de 785 toneladas diárias de RCD em 2006 indicava uma produção de cerca de 20.000 tone-

ladas mensais. Os registros disponibilizados pela Eco Ambiental, expressos no gráfico 1, alcançam o pico de entrada de materiais em outubro/2012, com cerca de 7.000 toneladas mensais com destinação adequada, muito aquém da estimativa mensal de geração no ano de 2006, de 20.000 toneladas. Para Silva (2013a), cerca de 60% dos RCD já estariam sendo coletados atualmente no município. Mas, considerando que o mercado da construção civil cresceu fortemente após 2010 conforme a Tabela 1, observa-se assim, uma lacuna importante nos registros, pois a coleta de material em 2010 não alcança o nível de geração de RCD em 2006. Provavelmente houve uma expansão da geração de RCD e ainda não há estrutura capaz de recolher e dar tratamento a todo o volume de resíduos da construção civil gerado em Cuiabá.

Tabela 2 - Composição dos Resíduos Sólidos Urbanos no município de Cuiabá em 2006⁽¹⁾

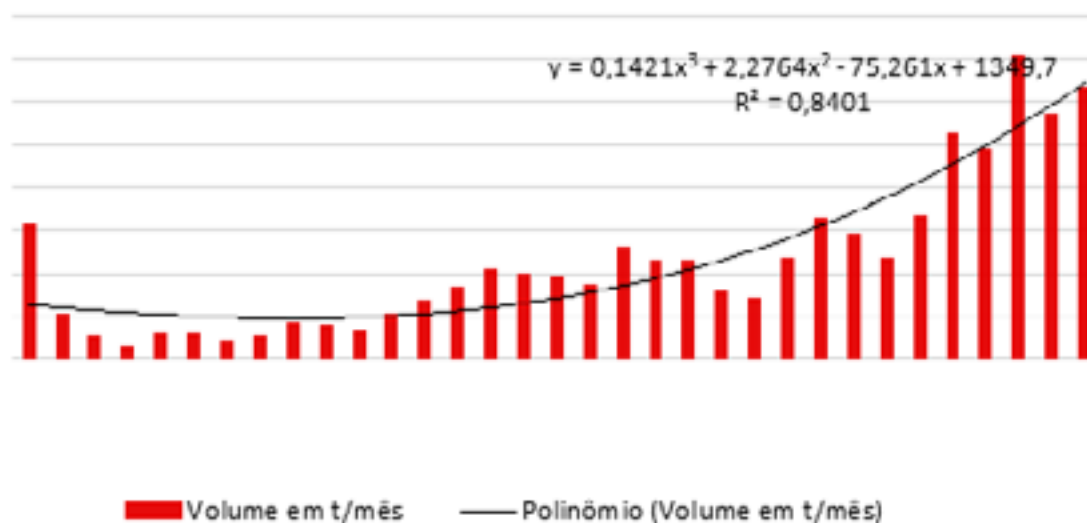
VOL - Resíduos Volumosos (t/dia) ⁽²⁾	DOM - Resíduos Domésticos (t/dia)	RSS – Resíduos serviços da saúde (t/dia)	RCD – Resíduos da construção e demolição (t/dia)	Total (t/dia)
41,4	374,4	7,3	785,4	1.208,5
3%	31%	1%	65%	100%

Fonte: Prefeitura Municipal de Cuiabá (CUIABÁ, 2012; CUIABÁ, 2013).

(1) considerados 26 dias úteis/mês e desconsiderados os resíduos industriais

(2) inclui podas, móveis e utensílios inservíveis.

Gráfico 1 - Volume de RCD destinados adequadamente no município de Cuiabá



Fonte: Relatório de Monitoramento 04/2012 (CUIABÁ, 2012); Relatório 6 PMSB/PGIRS (CUIABÁ, 2013).

A fim de disciplinar as ações necessárias para a minimização dos RCD, bem como seus impactos ambientais, por meio da Resolução n.º 307/2002, o CONAMA estabeleceu as diretrizes, critérios e procedimentos a serem aplicados na gestão resíduos da construção civil. O gerenciamento destes resíduos deve obedecer à sua classificação, conforme artigo 3º:

- I - Classe A – são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados tais como:
 - a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;
 - b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;
 - c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;
- II - Classe B – são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros;
- III - Classe C – são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso;
- IV - Classe D – são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes e outros solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros (CONAMA, 2002).

Neste sentido, para instrumento de implementação de gestão, determinou aos municípios a responsabilidade pela elaboração de um Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil. O mesmo deve incorporar um Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil a serem elaborados pelos construtores.

Em Cuiabá, tal atendimento segue instituído pela Lei Municipal n.º 4.949/2007. Por meio do Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos pela legislação estabelecida, busca-se a facilitação da correta disposição, o disciplinamento dos fluxos e dos agentes envolvidos e a adequada destinação dos RCD gerados no município, conforme previsto no artigo 4º (CUIABÁ, 2007).

Para fins de atuar no papel de coordenador das ações integradas de gestão dos resíduos, cuja competência cabe ao poder público muni-

cial, a referida legislação determinou a constituição do Núcleo Permanente de Gestão, com representações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Assuntos Fundiários de Cuiabá (SMAAF), Secretaria Municipal de Serviços Urbanos de Cuiabá (SMSU) e Secretaria de Trânsito e Transportes Urbanos de Cuiabá (SMTU). No âmbito de sua competência, enquadram-se ações voltadas à disponibilização de informações aos munícipes, educação ambiental, controle e fiscalização dos agentes envolvidos, tal como disposto no artigo 9º, 18 e 23 (CUIABÁ, 2007).

A recepção dos resíduos da construção civil e volumosos no município, junto à ATT, foi concedida à empresa Eco Ambiental que, desde 2010 detém o monopólio do serviço, garantido por processo licitatório pelo período de 15 anos. Dentre os resíduos recebidos no local, cuja tarifa é de R\$ 10,00/m³, fixada pelo poder concedente, enquadram-se resíduos da construção civil, resíduos volumosos e resíduos de podas e madeiras, em um volume total médio de 800 m³/dia. Dos resíduos da construção civil, no entanto, os que se enquadram nas classes B, C e D são somente aceitos em pequenas quantidades, quando misturados aos resíduos de classe A; caso contrário, a carga é considerada inadequada e dada outras destinações.

Conforme visita realizada ao local, identificou-se que a área, de 3,8 hectares, encontra-se em fase de saturação, levando a empresa a já iniciar o processo de licenciamento de duas novas áreas em Cuiabá, conforme solicitação publicada no DOEMT, n.º 26249, de 12/03/2014, p.130. Atualmente, a empresa consegue reaproveitar e reciclar cerca de 60% do resíduo recebido. Para tanto, dispõe de uma estrutura de um britador de entulho, uma peneira classificatória, uma pá carregadeira, um picador de madeira e quadro de cerca de 40 funcionários. A partir daí, obtém-se os produtos cavaco de madeira, areia, rachão, brita e pedrisco. Resíduos de materiais como ferro, plástico e papelão presentes no entulho são encaminhados a cooperativas ou empresas que especificamente atuam no reaproveitamento destes materiais (SILVA, 2013a).

No aterro industrial do município, de direito privado da CGR, são destinados para armazenamento temporário, resíduos classe I considerados perigosos, e para aterramento permanente os resíduos classe II A e B, tido como não perigosos. Essa classificação obedece a NBR 10.004/04 da ABNT, acerca da classificação dos resíduos.

SETOR GESSEIRO NA CONSTRUÇÃO CIVIL E ESTRUTURA DE RECICLAGEM EM CUIABÁ

Segundo o Sindicato da Indústria do Gesso do Estado de Pernambuco (SINDUSGESSO, 2007), o segmento gesso nacional encontra-se em

expressiva fase de expansão, apresentando uma taxa de crescimento anual de 8%, e com consumo anual estimado em 30 quilos por habitante no Brasil. O gesso, como material utilizado na construção civil, é produzido a partir do minério da gipsita, cujas reservas nacionais encontram-se concentradas nas Regiões Norte e Nordeste, sendo que somente o Polo Gesseiro do Araripe, em Pernambuco, responde por 85% da produção nacional (BRASIL, 2009 apud PINHEIRO, 2011).

Aplicado à indústria da construção, essa expansão da cadeia produtiva do gesso pode ser justificada pela disseminação de sistemas construtivos alternativos, ao baixo custo do gesso e ao alto teor de pureza das jazidas de gipsita nacional (PINHEIRO, 2011). O material é utilizado principalmente para revestimento em paredes e forros, e em placas de forro, molduras e demais peças de acabamento e decoração (DRYWALL, 2012). No que se refere às perdas, estima-se que, no Brasil, 5% do gesso acartonado é transformado em resíduo; quando utilizado como revestimento diretamente sobre a alvenaria, o volume residual pode chegar a 35% (MUNHOZ, 2008 apud HARADA e PIMENTEL, 2009).

Além da crescente aplicação no setor da construção e na produção de cimento (na proporção de cerca de 5%), cabe ainda ressaltar outros potenciais usos do gesso. Por ser fonte de cálcio e enxofre, é também aplicado no setor agrícola como efeito fertilizante; na correção de solos sódicos ou com elevada toxicidade de alumínio; como condicionador de esterco; e ainda na secagem no lodo de esgoto; controle de odores em estábulos e absorvente de óleo (DRYWALL, 2012; JOHN e CINCOTTO, 2003). Por outro lado, uma vez que recebe o tratamento adequado, o gesso pode também levar à contaminação de agregados para pavimentação e aterro, alteração da composição do pH da água e do solo e formação de gases tóxicos e inflamáveis, como o gás sulfídrico (JOHN e CINCOTTO, 2003).

Diante deste cenário, visando atender às necessidades econômicas, integrada às necessidades ambientais e sociais do setor, a busca pela viabilidade técnica e econômica de reciclagem do resíduo do gesso resultou em nova classificação do gesso no CONAMA, conforme Resolução n.º 431, publicada em 24 de maio de 2011. Esta deliberação alterou a Resolução n.º 307/2002 e este resíduo passou a enquadrar-se na classe B, de resíduos recicláveis (CONAMA, 2011). Nesta categoria, deve então obedecer ao seguinte tratamento, conforme Resolução 307:

Art. 10. Os resíduos da construção civil deverão ser destinados das seguintes formas: [...]

II – Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura (CONAMA, 2002).

Embora ainda incipientes, as pesquisas científicas neste campo as-sinalam para o grande potencial de reaproveitamento do resíduo do gesso, sem perda de suas propriedades físicas e mecânicas. Promover a reutilização deste resíduo resulta não somente em aumento da produtividade em sua cadeia produtiva, com redução de custos, como ainda em elevação do throughput de recurso. Sob esta perspectiva, atrelada à da sustentabilidade, trata-se, pois, de encarar o resíduo de gesso como insu-mo e matéria utilizável, e não como descarte a acumular efeitos nocivos ao meio ambiente. Mesmo considerando-se os limites termodinâmicos da irreversibilidade da matéria e energia uma vez dissipada no processo pro-dutivo não se permitem que a reciclagem total seja possível, o reaprovei-tamento do resíduo permite redução na extração de recursos naturais, de baixa entropia, e na geração e acumulação de novos resíduos, de alta entropia, que geram externalidades ambientais sob a forma de po-luição e energia não útil. Dito de outro modo, equivale a uma redução do nível entrópico do sistema, com melhor eficácia na utilização dos re-cursos naturais e menor agressividade ao meio ambiente.

Em atendimento ao objetivo deste estudo aplicado à Cuiabá, iden-tificou-se o descumprimento da legislação para reciclagem do gesso. Todo resíduo gerado deste material é destinado para aterramento no Centro de Gerenciamento de Resíduos, com tratamento comum aplica-do aos resíduos recebidos de classe II. Por tonelada de carga com resíduo de gesso, é cobrada uma taxa entre R\$120,00 e R\$180,00, a depender da frequência com que o serviço é utilizado. Quando recebido na Eco Am-biental, o gesso é segregado do entulho para ser encaminhado ao aterro industrial, juntamente com demais resíduos considerados tóxicos ou pe-rigosos. Segundo esta empresa, somente os RCD de classe A recebem tratamento, sendo que aos demais devem ser dadas outras destinações (SILVA, 2013a). Na CGR, a alegação para o referido descumprimento é a deficiência dos Projetos de Gerenciamento de Resíduos e da gestão dos resíduos nas fontes geradoras (SILVA, 2013b). Embora proceda à coleta de amostra laboratorial com vistas à classificação do resíduo, não há ca-racterização específica de todo material recebido.

Já junto a SMAAF, a dificuldade primordial apontada na gestão dos RCD recai na fiscalização e necessidade de sensibilização da coletivida-de quanto à correta disposição destes. Para a questão da reciclagem do gesso, não houve posicionamento. Logo, verificou-se que a falta de informações atualizadas e consistentes que permitam a caracterização dos resíduos sólidos produzidos em Cuiabá, uma vez já constatada por Naime, Abreu e Attilio (2013), inviabilizam um estudo para averiguação do volume de resíduo de gesso gerado na construção de civil e seu po-tencial de reciclagem no município.

SOBRE AS RESPONSABILIDADES APLICÁVEIS NA GESTÃO DOS RESÍDUOS

Entre as causas primárias identificadas para a ausência de reciclagem do resíduo de gesso em Cuiabá enquadram-se ações de responsabilidade integrada dos geradores e da gestão pública. No primeiro caso, segundo a Resolução n.º 307/2002 do CONAMA, os geradores de resíduos da construção civil devem ser responsáveis pelo gerenciamento destes. A referida determinação é reforçada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010, artigo 10); pela Política Estadual de Resíduos Sólidos de Mato Grosso (Lei n.º 7.862/2002, artigo 5º), e no âmbito municipal, pelo Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil de Cuiabá (Lei n.º 4.949, artigo 14), que adotam o princípio do poluidor pagador na responsabilização dos impactos causados pelos agentes econômicos e sociais.

Como condição necessária para que a reciclagem de gesso se faça possível, o resíduo deve ser segregado no canteiro de obras, por parte do gerador. Segundo a Drywall (2012), a coleta seletiva evita a contaminação do resíduo, que pode inviabilizar o processo de reciclagem. Caso disposto em local inadequado, Cincotto (2003 apud Pinheiro, 2011) assinala também para a possibilidade de contaminação do solo e lençol freático, dado que a dissolução deste material pode torná-lo, além de tóxico, também inflamável. Em atendimento a este fim, o CONAMA determina que a triagem dos resíduos seja realizada, preferencialmente, pelo gerador, isto é, na origem, ou então nas áreas licenciadas para destinação final, assegurando as condições de reciclagem, quando possíveis. A realidade verificada em Cuiabá assinala que não há segregação de resíduos nas caçambas encaminhadas ou mesmo caracterização destes, que permita mensurar o volume de resíduo de gesso gerado no município.

Uma vez instituída a responsabilidade compartilhada pela gestão dos resíduos sólidos, cabe ao poder público municipal, por sua vez, realizar ações de fiscalização e orientação dos agentes envolvidos (geradores, transportadores e receptores). No que tange às ações de fiscalização, pode-se dizer que estas ainda são insuficientes e pouco extensivas a todo o município. A medir pelo relativo baixo volume de RCD recebidos na área de transbordo e triagem, a maior parte do entulho gerado em Cuiabá ainda é disposto de forma irregular, em terrenos baldios e beira de estradas, conforme já denotava Röper (1996), e medidas que coíbam ou punam tais atos são mínimas. Mesmo para os resíduos da construção civil que recebem destinação correta, não é realizada triagem na fonte, seja pelo pequeno gerador ou grandes construtoras, a fim de se possa viabilizar, de modo mais eficaz, o processo de aproveitamento e reciclagem dos resíduos. Tão pouco há uma estrutura de segregação dos mate-

riais do entulho disponibilizada pelos transportadores, como é o caso de empresas como OK Ambiental e Sebanella, de Curitiba/PR e Canoas/RS, respectivamente, que já atuam no adequado processamento e na reciclagem do resíduo de gesso, e, para tanto, oferecem serviços de coleta específicos para este resíduo.

Logo, embora estabelecidos, os instrumentos de comando e controle apresentam implantação insuficiente no município. Neste cenário, a elevação da taxa de recolhimento dos RCD é uma ação de internalização parcial das externalidades negativas geradas por estes. Para se alcançar novos patamares de reciclagem é preciso ações complementares e indutoras de uma mudança de comportamento por parte dos agentes, tais como instrumentos econômicos de políticas fiscal, monetária, creditícia, logística e outras cabíveis, conforme relatado por Domingos et.al. (2014). No mesmo contexto, vê-se a necessidade de intensificação de programas e ações de instrumento de comunicação social ligadas à educação ambiental para capacitação técnica para a implementação e operacionalização da gestão dos RCD e para a conscientização de impactos e sensibilização, de forma continuada, quanto a não geração, redução, reutilização e reciclagem dos resíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde 2011, em resposta ao avanço das pesquisas científicas e do desenvolvimento de processos tecnológicos na área, o resíduo de gesso descartado na construção civil passou a ser classificado pelo CONAMA na categoria que abrange os materiais passíveis de serem reciclados. Tal mudança na legislação ambiental implicou em dever/obrigatoriedade de reciclagem deste resíduo, e, como parte de uma política de comando e controle, objetiva a internalização das externalidades (pelo princípio do poluidor pagador) por parte dos responsáveis pela gestão integrada do resíduo, bem como uma efetiva redução dos impactos ambientais diante da problemática de geração dos RCD no país.

A pesquisa aplicada para Cuiabá identificou, junto às instituições representativas responsáveis pela gestão integrada dos resíduos da construção civil no município, incluindo empresas privadas e o poder público, que não há estrutura para reciclagem do gesso e todo resíduo gerado a partir deste é destinado para aterramento. Além de diminuir a vida útil do aterro, este tratamento despreza o potencial técnico e econômico de reaproveitamento deste resíduo no setor da construção ou em suas diversas outras utilizações, como quando aplicado no setor agrícola.

Embora o objetivo do trabalho não tenha sido alcançado, dada a insuficiência de dados que permitam estimar o potencial de reciclagem

de gesso em Cuiabá, a pesquisa pode, por outro lado, identificar necessidade de adoção de novas práticas de gestão e adequado tratamento de resíduos, o que irá depender de uma articulação entre o poder público, setor empresarial e dos geradores. Neste sentido, o desenvolvimento um mercado de reciclagem de gesso em Cuiabá fica sujeito à implantação de um sistema de informações gerenciais que permita o estabelecimento de diretrizes claras para a adequada manipulação, acondicionamento e tratamento do resíduo de gesso e sua efetiva fiscalização.

Inserida neste contexto, a otimização dos throughputs, somada ao uso consciente do patrimônio ecológico e respeito à capacidade de suporte do meio ambiente, constituem, portanto, em necessidade de compatibilização do crescimento econômico e proteção ambiental, a fim de garantir sustentabilidade e qualidade de vida a esta e às gerações futuras.

NOTAS

¹ Conceito amplamente utilizado na economia ecológica para designar o fluxo de entradas de recursos (inputs) e saídas de resíduos gerados (outputs) necessários para manutenção dos processos econômicos.

² Todas as regressões lineares para estimar a taxa geométrica de crescimento apresentaram R² de 0,99 e teste t a 1% de significância.

REFERÊNCIAS

ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2011*. São Paulo: Abrelpe. 2011. Disponível em: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/sites/default/files/arquivos/panorama_residuos_solidos_abrelpe_2011.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2014.

_____. - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2012*. São Paulo: Abrelpe. 2012. Disponível em: <<http://a3p.jbrj.gov.br/pdf/ABRELPE%20%20Panorama2012.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2014

BRASIL (2010). *Lei n.º 12.305/2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasil, 2010.

BROWN, L. *Plano B 4.0: mobilização para salvar a civilização*. São Paulo: New Content e Ofício Plus, 2009.

CECHIN, A.; VEIGA, J.E. *O fundamento Central da Economia Ecológica*. In: MAY, P. (org.) *Economia do meio ambiente: teoria prática*, 2ª ed. Elsevier/Campus. Rio de Janeiro, 2010.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente (2002). *Resolução n.º 307, de 5 de julho de 2002*. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Publicada no DOU no 136, de 17 de julho de 2002, Seção 1, páginas 95-96. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/36_09102008030504.pdf>. Acesso em: 25 out. 2011.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente (2011). *Resolução n.º 431, de 24 de maio de 2011*. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Publicada no DOU n.º 99, de 25/05/2011, pág. 123. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=649>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

CUIABÁ (2007). *Lei n.º 4.949/2007*. Institui o Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos e o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil, nos termos da Resolução do CONAMA n.º 307, de 05 de julho de 2002 e dá outras providências. Cuiabá, 2007.

_____. (2012). *Relatório de monitoramento 04/2012*. Núcleo Permanente de Gestão do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil e Resíduos Volumosos de Cuiabá. Prefeitura Municipal de Cuiabá, Cuiabá, 2012.

_____. (2013). *Relatório n.º 6 PMSB/PGIRS - Plano Municipal de Saneamento Básico – Capítulo Resíduos Sólidos e do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do Município de Cuiabá*. Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Prefeitura Municipal de Cuiabá, Cuiabá, 2013.

DALY, H. E. *A economia ecológica e o desenvolvimento sustentável*. In textos para debate 34. Desktop Publicações Ltda. Rio de Janeiro, 1991.

_____. *Políticas para o desenvolvimento sustentável*. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Ecological economics and sustainable development: selected essays of Herman Daly*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing. 2007. p 1-11.

DOMINGOS, H.A.; FARIA, A.M.M.; DALLEMOLE, D.; PIRES MANSO, J.R.; CAMPOS, I. *Indústria de Reciclados no Brasil: estrutura produtiva e contribuição socioambiental nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande em Mato Grosso*. Revista Iberoamericana de Economia Ecológica Vol. 22: 85-100, 2014.

DRYWALL, Associação Brasileira do. *Resíduos de gesso na construção civil – coleta, armazenagem e reciclagem*. São Paulo, 2012.

ENRIQUEZ, M. A. *Economia dos recursos naturais*. In: MAY, P. (org.) *Economia do meio ambiente: teoria prática*, 2ª ed. Elsevier/Campus. Rio de Janeiro, 2010.

FARIA, A.M.M.; DALLEMOLE, D.; ALVES, J.; LEITE, S.C.F. *Análise do Balanço de Pagamentos do estado e a importância dos APLs no Fluxo de Comércio: Mato Grosso (Nota Técnica 4)*. Cuiabá, UFMT/BNDES, 2009. (Relatório de pesquisa).

GAEDE, L. P. F. *Gestão dos resíduos da construção civil no município de Vitória-ES e normas existentes*. 2006. 74 f. Monografia (Especialização em Construção Civil) - Escola de Engenharia UFMG, Belo Horizonte, UFMG, 2006. Disponível em: [http://www.cecc.eng.ufmg.br/trabalhos/Monografia Lia - final.pdf](http://www.cecc.eng.ufmg.br/trabalhos/Monografia%20Lia%20-%20final.pdf). Acesso em: 23 maio 2011.

GEORGESCU-ROEGEN, N. *O decrescimento: entropia, ecologia, economia*. Grinevald, J.; Rens, I. (orgs). Senac. 2012.

HARADA, E.; PIMENTEL, L. L. *Estudo de viabilidade do reaproveitamento de gesso – queima lenta*. In: XVI ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA PUC-CAMPINAS, 9, 2009, Campinas. Anais... Campinas: ISSN 1982-0178.

JOHN, V. M.; CINCOTTO, M. A. *Alternativas de gestão dos resíduos de gesso*. São Paulo. 2003. 9 p. Disponível em: <<http://www.reciclagem.pcc.usp.br>>. Acesso em: 30 nov. 2011.

MATO GROSSO. *Lei n.º 7.862/2002*. Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Mato Grosso, 2002.

NAIME, R.; ABREU, E.F.; ATTILIO, D.M. *Proposição para o Gerenciamento de Resíduos da Construção e Demolição de Cuiabá*. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, v.15, n.15, p.2902-2911, 2013.

PINHEIRO, S.M.P. *Gesso reciclado: avaliação de propriedades para uso em componentes*. 2011. 330 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia Civil, Unicamp, Campinas, 2011.

PINNOW, C. P. Para onde vai o lixo da construção civil? *Revista Única*, Cuiabá, ano 3, n 28, p. 44-47, out. 2011.

ROMEIRO, A. R. *Economia ou economia política da sustentabilidade*. In: MAY, P. (org.) *Economia do meio ambiente: teoria prática*, 2ª ed. Elsevier/Campus. Rio de Janeiro, 2010.

RÖPER, M. *Setor Informal e Lixo Urbano: os catadores do “lixão” de Cuiabá entre a sobrevivência e as políticas “ecológicas”*. In *Ambiente - Uma abordagem socioeconômica II*. Cadernos do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos - NERU. N.º 4 EdUFMT, ISSN 0104-3439 Cuiabá, 1996.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO GESSO DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SINDUSGESSO (Brasil). *Consumo de gesso no Brasil*. Assessoria de imprensa, 29 maio 2007. Disponível em: <http://www.sindusgesso.org.br/noticias_informativo.asp?codigo=14>. Acesso em: 08 dez. 2013.

SILVA, J.A. *Estrutura de recebimento de resíduos e reciclagem na Eco Ambiental*. Cuiabá, 09 nov. 2013a. Entrevista.

SILVA, A.L. *Estrutura de recebimento de resíduos na CGR e tratamento ao resíduo de gesso*. Cuiabá, 15 dez. 2013b. Entrevista.

VEIGA, J.E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.